

The background of the book cover is a vibrant green mosaic with intricate, interlocking geometric patterns. At the bottom, there is a detailed blue illustration of a traditional Chinese dragon, depicted with scales, whiskers, and a circular emblem on its body.

Maria Augusta Lima Cruz

ENTRE MARROCOS E A ÁSIA

*Caminhos
e descaminhos
da expansão marítima
portuguesa*

Investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores, Maria Augusta Lima Cruz foi professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e, posteriormente, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e professora visitante em universidades francesas e italianas. Foi ainda presidente do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (GTMECDP) e vogal do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP).

O seu trabalho de investigação tem incidido sobre temas relacionados com os contactos entre povos, no quadro do processo de expansão marítima portuguesa no mundo, nomeadamente em Marrocos e na Ásia, nos séculos XVI e XVII, e com a história cultural e social na Época Moderna. Além dos vários estudos publicados sobre temas da sua especialidade, a sua obra estende-se à edição de textos de viagens e fontes narrativas, merecendo destaque o trabalho que tem desenvolvido em torno de Diogo do Couto, cronista da Ásia, nomeadamente na edição crítica e comentada de duas das suas *Décadas da Ásia*, ambas publicadas pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda. De salientar ainda a autoria de uma biografia do rei D. Sebastião inicialmente publicada na colecção Reis de Portugal do Círculo de Leitores e reeditada, em 2009 e 2024, pela Temas e Debates.

Maria Augusta Lima Cruz

ENTRE MARROCOS E A ÁSIA

*Caminhos
e descaminhos
da expansão marítima
portuguesa*

ENTRE MARROCOS E A ÁSIA
Caminhos e descaminhos
da expansão marítima portuguesa

Autora: Maria Augusta Lima Cruz

Capa: SAL Studio

Paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus e Autora, 2024

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Outubro 2024

Depósito legal: 538079/24

ISBN: 978-989-755-979-2

Esta publicação teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH—UAc) através do projecto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020 — <https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020>; UIDP/04666/2020 — <https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020>).



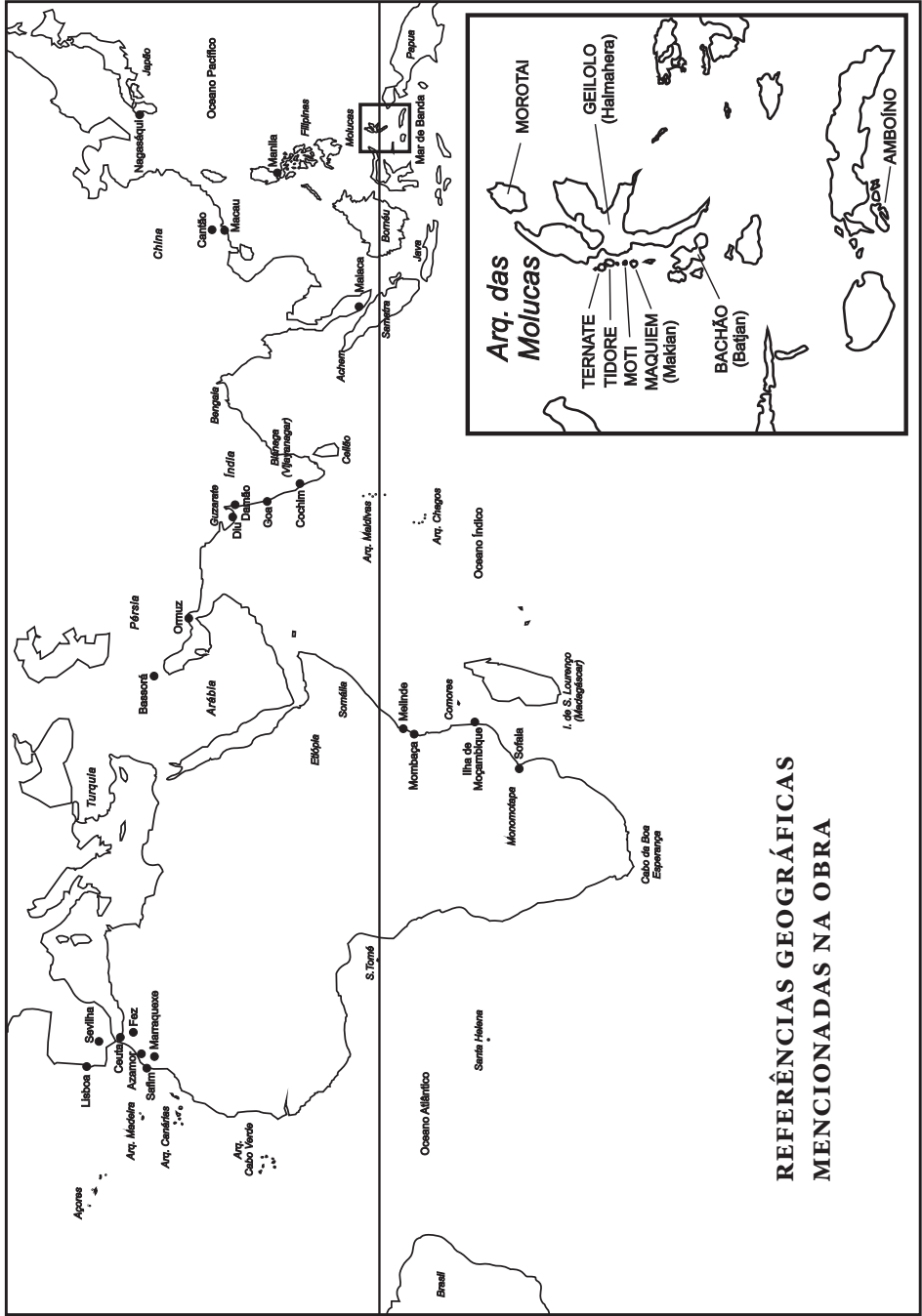
Instituto Confúcio
Universidade do Minho
米尼奧大学孔子学院



Índice

Introdução	9
I. NO NORTE DE ÁFRICA – ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO E PROJECTOS	11
1. Mouro para os cristãos e cristão para os mouros – o drama de Bentafufa	13
2. O papel dos moradores na apropriação de espaços sob domínio português em Marrocos – o caso de Azamor	40
3. A persistência de um sonho imperial português – projectos e arbítrios de conquista no Norte de África	98
II. NOS MEANDROS DA ÁSIA MARÍTIMA – HISTÓRIAS DE VIDAS	115
4. Degredados e arrenegados no espaço índico nos primórdios do século XVI	117
5. Linhas de diálogo abertas pelos trânsfugas portugueses (séculos XVI e XVII)	132
6. As andanças de um bracarense em terras asiáticas – João Machado / Çufo	151
7. A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou Os Itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente	176
8. O assassinio do rei de Maluco – reabertura de um processo-crime	195
9. Os caminhos malditos da projecção de Portugal no mundo: o caso de Cristóvão Ferreira	215
III. DAS ITINERÂNCIAS MARÍTIMAS	243
10. Uma leitura do cosmopolitismo português na época dos Descobrimentos e Expansão marítima (A propósito da exposição Rota do Cabo – ligação de mundos)	245
11. Os “heróis de Mar” nas letras portuguesas de Quinhentos	252
12. Uma Introdução à <i>História Trágico-Marítima</i>	263

IV. NOS TRILHOS DA MEMÓRIA	303
13. Os cronistas do Império – da gesta das armas aos barões assinalados	305
14. Gaspar Correia e a lenda dos dois bons irmãos, Paulo e Vasco da Gama	313
15. Manuel Severim de Faria e a circulação, conservação e construção de saberes sobre a história da Índia Portuguesa e as culturas asiáticas	329
16. Configurações do Extremo Oriente na produção literária de Seiscentos e Setecentos	341
V. EM REDOR DE DIOGO DO COUTO	389
17. Camões e Couto – paralelismos e cruzamentos	391
18. Diogo do Couto (1542-1616) – O Porta-Voz da Índia Portuguesa	401
19. As Vozes da Índia nas <i>Décadas da Ásia</i> de Diogo do Couto	414
20. Do discurso historiográfico de Couto aos trabalhos forçados do editor	428
Apêndice 1. Origem dos textos aqui publicados	455
Apêndice 2. Siglas	459



Introdução

O conjunto de artigos ora publicados refere-se a períodos compreendidos entre meados do séc. XV e o último quartel do séc. XVIII e têm como pano de fundo duas áreas do império colonial português – o Norte de África (Marrocos) e o Oriente asiático. Consideradas como “terras de conquista”, cada uma delas foi palco de constantes conflitos armados com os outros povos, nomeadamente povos muçulmanos, e destino regular de gente de armas. Vistas sob esta perspectiva, pode mesmo afirmar-se terem sido palco de um processo de continuidade temporal, sendo a vertente vincadamente guerreira da actuação portuguesa, mesmo quando estavam em jogo interesses mercantis, a irmaná-las, e a explicar em grande medida, comportamentos, vivências, modos de estar e, sobretudo, o registo que delas se guardou.

Tal irmandade estendeu-se à produção literária nacional pois é em torno da expansão portuguesa nessas regiões que se desenvolve uma historiografia glorificadora dos feitos militares: as crónicas de matéria exclusivamente ultramarina. Um fenómeno que não aconteceu, ou só tardiamente aconteceu, em relação a outras áreas do império, como o Brasil e a África Negra.

À excepção de dois artigos até ao momento inéditos, todos os artigos aqui apresentados, embora por vezes reformulados, foram já objecto de impressão, encontrando-se dispersos, por revistas, actas de colóquios ou colectâneas da especialidade, em geral pouco acessíveis. Por essa razão, se apresenta, no final da obra, um apêndice com listagem dos artigos, seguida de informação sobre a reunião científica onde foi apresentado, bem como as coordenadas da respectiva publicação.

Procuramos arrumá-los em torno de cinco áreas temáticas.

Na primeira, centrada no Norte de África, põe-se o enfoque nas estratégias de ocupação, quer através do estudo de caso de um agente de mediação e controle das populações autóctones, quer através do estudo de grupos sociais (moradores/as) e do respectivo contributo para a formação e fixação de sociedades portuguesas nos lugares conquistados. Finaliza-se com reflexão em torno do sonho imperial de conquista de Marrocos que persistiu até Alcácer Quibir. Na segunda, “Nos meandros da Ásia Marítima”, partindo do colectivo para o

individual, analisam-se percursos, histórias de vidas, na sua maioria de figuras marginalizadas que passaram os limites do império oriental ou que circularam nas suas margens. Na terceira, sob o título “Das Itinerâncias marítimas”, agrupámos trabalhos incidindo sobre a constante mobilidade entre terras ultramarinas, cujos protagonistas são os heróis e as vítimas da vertente naval da expansão portuguesa. Na quarta, a que chamámos “Nos trilhos da memória”, abordam-se as configurações da cronística do império e seus epígonos no Extremo Oriente, incorporando uma reflexão sobre o tema. Na quinta e última, apresentamos um bloco de quatro artigos inteiramente dedicados a Diogo do Couto, fazendo um ponto de situação sobre a vida e produção literária deste escritor.

Apesar de os textos funcionarem como peças avulsas, todos eles versam temas em grande medida afins. Não se surpreenda, pois, o leitor ao deparar com algumas repetições de ideias ou de trechos relativos a matérias que se interrelacionam ou se sobrepõem. Tenha-se ainda em consideração que, se alguns destes artigos foram dirigidos a públicos especializados dispensando grandes contextualizações, outros, porque tendo em atenção um público mais alargado, incluindo estrangeiro, exigiram prévios enquadramentos gerais.

Permitimo-nos ainda chamar a atenção para as opções que adoptámos na transposição dos textos antigos: nas citações de textos quinhentistas e seiscentistas procedeu-se à actualização ortográfica, mantendo-se, no entanto, alguns arcaísmos nas transcrições poéticas, por razões de métrica; nos antropónimos e topónimos marroquinos e asiáticos usou-se a forma aportuguesada dos textos portugueses da época, seguida, na primeira ocorrência, da transcrição latinizada do nome vernacular hodierno entre parêntesis rectos.

Faria prova de ingratidão se aqui não manifestasse o mais profundo reconhecimento a quantos me apoiaram, ajudaram e incentivaram a preparar este trabalho. Permito-me, no entanto, expressar dois agradecimentos muito especiais. Ao Francisco Mendes pela ideia e pela persistência, sem as quais a publicação desta colectânea talvez nunca se tivesse concretizado. Ao Arlindo Fagundes pelo minucioso trabalho de revisão analítica e estilística dos textos.

Uma última palavra de reconhecimento às instituições que apoiaram a presente edição: CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH / UAc), Instituto Confúcio da Universidade do Minho e Fundação Eng. António de Almeida.

Maria Augusta Lima Cruz

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

I.

NO NORTE
DE ÁFRICA

– ESTRATÉGIAS
DE OCUPAÇÃO E
PROJECTOS

1. Mouro para os cristãos e cristão para os mouros – o drama de Bentafufa

A Rome, tu étais “le fils de l’Africain”; en Afrique, tu seras “le fils du ‘Roumi’”. Où que tu sois, certains voudront fouiller ta peau et tes prières. Garde-toi de flatter leurs instincts, mon fils, garde-toi de ployer sous la multitude! Musulman, juif ou chrétien, ils devront te prendre comme tu es, ou te perdre. Lorsque l’esprit des hommes te paraîtra étroit, dis-toi que la terre de Dieu est vaste, et vastes Ses mains et Son cœur. N’hésite jamais à t’éloigner, au-delà de toutes les mers, au-delà de toutes les frontières, de toutes les patries, de toutes les croyances.

(Derradeiras palavras de Leão Africano a seu filho, segundo a autobiografia imaginária, *Léon l’Africain*, de Amin Maalouf)

Compulsando a documentação relativa à história da ocupação portuguesa da praça marroquina de Safim [Safi], desde o processo que antecedeu a conquista desta cidade até sensivelmente aos finais da segunda década do séc. XVI, a nossa atenção não pode deixar de se prender na figura controversa de um homem que, ao tempo, suscitou polémica e, a seu jeito, transgrediu os tradicionais alinhamentos do secular confronto entre Muçulmanos e Cristãos. Trata-se de um “mouro” geralmente designado nas fontes árabes pelos nomes “Yahya ben Ta’fuft” e “Yahya u Ta’fuft”¹. Nos textos em aljamia, tanto aparece referen-

1 A partícula berbere “u” que, na segunda forma, liga o nome ao sobrenome é bem provável que remeta, não para a sua filiação, mas para a terra donde seria originária a sua família: Tafuf ou Tanfuf, aldeia situada na região de Xerquia [Cherkiya], a quinze léguas de Azamor, junto ao rio Morbea (Umm al-Rabi). Cf. anotações de Pierre de Cénival à carta de João de Meneses a D. Manuel, s. l. n. d. (Azamor, cerca de 15 de Fevereiro de 1514), pub. *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Portugal, tome I, p. 482, n. 2 e p. 483, n. 4. Doravante, passaremos a designar esta colectânea pela sigla *SIHM*.

ciado pela reprodução do primeiro nome, Ihahia / Ihea / Hehea / Hea / Iehie, precedida frequentemente pelo título “cide” / “side”, como pela do sobrenome, ligado ou não à partícula de filiação “ben”, Tanfut / Tafuf / Tafuu / Bentaful / Bentafula.

Bentafula², como passaremos a chamar-lhe, segundo tudo indica, era de origem berbere. Nesse sentido aponta o testemunho de Estevão Rodrigues Bérrio quando, em 1514, aconselhava o rei D. Manuel a atribuir-lhe uma guarda de cem cavaleiros “Vossa Alteza será servido e o Mouro será estimado entre os Alarves (*entenda-se* “árabes”), e as cousas que cumprem a vosso serviço serão feitas, porque este mouro é bárbaro (“berbere”) e não se faz às vezes o que ele manda pera isto”³. Bentafula foi, com o capitão e governador de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, um dos principais obreiros de criação de um protectorado português nas planícies meridionais de Marrocos, através da constituição de um vasto território de “mouros de pazes”, abarcando inicialmente as terras de Garabia [Gharbya] e Abida [Abda] e, após a conquista de Azamor (1513), também as de Xerquia [Cherkiya], ou seja, toda a região de Duquela [Doukkala]. Esta experiência de alargamento da área de intervenção territorial portuguesa, embora efémera, muito deveu à colaboração prestada por este muçulmano que, durante cerca de oito anos (1510/1511 a 1518), foi, por nomeação da Coroa portuguesa, alcaide dos referidos “mouros de pazes”. No seu acidentado percurso de vida, recheado de campanhas militares nos campos marroquinos e de missões político-diplomáticas junto dos senhores e reis locais, destacam-se duas estadias em Portugal: a primeira de 1507 a 1510/1511; a segunda, de 1514 a 1516. Em ambas, partiu da sua terra natal sob suspeita de traição aos portugueses, em ambas a ela regressou ilibado de acusações e com poderes e competências reforçados.

* * *

2 Seguimos a forma utilizada por David Lopes, *Textos em aljamía portuguesa – Documentos para a História do domínio português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

3 Carta de Estevão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, ANTT, CC, I-15-39, pub. *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, coordenados, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 90-93; *SIHM*, Portugal, I, pp. 552-558.

É bem significativo o volume de fontes de arquivo existentes sobre este alcaide, não só escritas em línguas românicas como em árabe. Também cronistas e tradadistas da época como, entre outros, Damião de Góis⁴, Diego de Torres⁵, Leão Africano⁶ e Luis del Mármol Carvajal⁷, lhe dedicaram especial atenção nas suas obras. De entre eles destacam-se Leão Africano e Damião de Góis.

O primeiro, porque, nas suas andanças diplomáticas em Marrocos (1508 a 1515), ao serviço dos sultões oatácidas de Fez, conheceu bem o mundo magrebino da época, assim como os efeitos das investidas portuguesas na região, que testemunha sob a perspectiva do olhar muçulmano. Acresce ainda que teve oportunidade de conhecer pessoalmente Bentafufa: foi ele o seu interlocutor em missão diplomática junto dos portugueses incumbido pelo rei de Fez e pelo Xarife, “príncipe de Sus e Hea”⁸; com ele coabitou aquando da sua passagem pela localidade de Tumeqlast: “*Io fui in questa terra allogiato com Sidi Iehie, che era venuto a scuoter li tributi di quel paese in nome del re di Portogallo, dal qual era stato fatto capitano della campagna di Azafi*”⁹.

Quanto ao segundo, Damião de Góis, porque foi aquele que mais informação carregou sobre a actuação de Bentafufa, apresentando, por vezes, versões variantes das transmitidas pelas vias oficiais, algumas das quais teria colhido em testemunhos orais e em testemunhos escritos hoje eventualmente perdidos.

Refira-se, por último, que são conhecidos, pelo menos, catorze documentos da autoria de Bentafufa, dos quais dez cartas dirigidas ao rei D. Manuel I. Além das cartas a D. Manuel, há uma dirigida a um tal D. Nuno (sem apelido, possivelmente Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia) e outra a seu tio e aos habitantes de Cernu [Sernou]. Os restantes textos

4 *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel, dividida em quatro partes* (1.^a edição, 1566-1567), edição de J.M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, 1926. Doravante *Crónica de D. Manuel*.

5 *Relacion del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marrocos, Fez y Tarudante*, (1.^a edição, póstuma, 1586, sendo a redacção anterior a 1575), nova edição anotada de Mercedes García Arenal, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1980.

6 “Della descrizione dell’Africa e delle cose notabili che quivi sono per...”, *Navigazioni e viaggi* de Giovanni Battista Ramusio, vol I (1.^a edição, 1550), edição de Marica Milanese, Torino, Einaudi Editore, 1978, pp. 9-460.

7 *Descripcion general de Affrica, con todos los sucesos de guerras que a avido entre los infieles, y el pueblo Christiano...*, Granada / Malaga, 1573 e 1599.

8 Leão Africano, *Della descrizione dell’Africa*, ed. cit., p. 110.

9 Idem, *ibidem*, p. 92. A localidade, em que ocorreu este encontro, situava-se a pouco mais de 20 Km da costa e a cerca de 50 Km da cidade de Marraquexe.

são duas ordenanças de nomeação de almocadens, acompanhadas dos códigos penais das respectivas tribos.

Todos estes escritos da autoria de Bentafufa se conservam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa: nove são originais (quatro escritos em árabe e cinco em português); os restantes são cópias da época, escritas quer em árabe, quer em tradução portuguesa, quer em aljamiado (tradução portuguesa em caracteres árabes). De alguns, possuem-se mesmo três versões contemporâneas: em árabe, em tradução portuguesa e em aljamiado.

Nos finais do séc. XIX, David Lopes publicou grande parte destes documentos, assim como outras fontes de arquivo relativas à história do domínio português em Safim, na colectânea *Textos em aljamia portuguesa*, precedendo-a de uma introdução, que inclui um encomiástico capítulo dedicado à figura de Bentafufa, a cuja actuação como alcaide dedicou, anos mais tarde, atenção especial num dos capítulos sobre os Portugueses em Marrocos para *História de Portugal* dirigida por Damião Peres¹⁰. Posteriormente, estes e outros documentos viriam a ser publicados por Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard na monumental recolha de fontes sobre Marrocos, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première série – Dynastie Sa'dienne*, feita em arquivos e bibliotecas de Portugal¹¹.

A partir destas fontes e do seu cruzamento com muitas outras sobre a expansão portuguesa em Marrocos, particularmente em Safim, procuraremos, neste estudo, gizar a trajectória de Bentafufa. Um percurso cujo sentido tentaremos compreender à luz, não só da evolução das estratégias de poder e do complexo jogo de lealdades e de alianças, mas também da multiplicidade de

10 Cf. capítulo V – “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel” da *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. III, pp. 485-499; a resenha biográfica de David Lopes, assente na *Crónica de D. Manuel* e em documentos não datados publicados nos *Textos em aljamia*, enferma de algumas imprecisões no ordenamento dos passos fundamentais da vida do alcaide. Sobre o percurso biográfico de Bentafufa, ver ainda Bernard Rosenberger, “Yahyâ u Tâfuft (1506-1518) des ambitions deçues”, *Hespéris – Tamuda*, vol. XXXI (1993), pp. 21-59; Matthew T. Racine, “Service and Honor in Sixteenth-Century Portuguese North Africa: Yahya-u-Ta’fuft and Portuguese Noble Culture”, *Sixteenth Century Journal*, n.º 32 (2001), pp. 67-90

11 Doravante SIHM. Para o estudo em apreço, só os dois primeiros tomos interessam: tomo I (Julho de 1486 a Abril de 1516), organizado por Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934; tomo II (Maio de 1516 a Dezembro de 1526), organizado por David Lopes e Robert Ricard, Paris, Paul Geuthner, 1939.

experiências e vivências que as expansões marítimas europeias, designadamente ibéricas, configuraram.

O caso de Bentafula ilustra a história de um homem que, sem arrenegar da fé em que nasceu e foi criado, escolheu colaborar com o “infiel” e invasor e, ao serviço dele, conduzir acções armadas contra / entre os seus “compatriotas” e irmãos de religião. E, em última análise, testemunha o drama de um homem que, pouco antes de morrer assassinado, confessava: *“Os Mouros dizem que sou cristão, e os Cristãos dizem que sou mouro, e assim estou em balanças sem saber o que hei-de fazer de mim, senão o que Deus quiser, e quem boa correição tiver Alá o salvará”*¹².

1. De Marrocos a Portugal – a ascensão de um caudilho (1506-1510)

Nada sabemos sobre a vida de Bentafula até à sua aparição na vida política de Safim, em 1506, ligado a acontecimentos que, a breve prazo, levariam à conquista desta cidade pelos Portugueses, em 1508.

O porto de Safim, sendo uma das principais escáfulas da produção cerealífera das planícies meridionais de Marrocos, designadamente Duquela [Doukkala] e Enxovia (Chaouia), desde cedo estimulou o interesse português. Interesse acrescido, à medida que a expansão marítima foi avançando para a África subsariana e se foi constatando a importância da Berbéria como produtora de mercadorias de troca essenciais para o resgate do ouro e dos escravos da Guiné.

Trigo, cavalos e panos de Marrocos eram as principais moedas de troca das feitorias de Arguim e da Mina. Dos têxteis – lambéis (*hambels*), alquicés (*haiks*) e aljarvias (*djebalas*) – os mais apreciados eram os lambéis ou alambéis (semelhantes a mantas alentejanas), a ponto de D. Manuel I, ainda antes da conquista de Safim, ter ordenado que aí se instalasse uma manufactura¹³.

12 Carta de Bentafula a D. Nuno, s.l.n.d. (escrita dos arredores de Safim, depois de 24 de Junho de 1517), ANTT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, Caderno dos aljamia-dos, pub. David Lopes, *Textos em aljamia*, pp. 62-71 e *SIHM*, Portugal, II, pp. 116-110.

13 Sobre o assunto ver o estudo pioneiro de Robert Ricard, “Le commerce de Berbérie et l’organisation économique de l’empire portugais aux XV et XVI siècles”, *Annales de l’Institut d’Etudes Orientales de la Faculté des Lettres d’Alger*, II, 1936, pp. 266-290; reed. *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 81-114.

Esta é uma das razões fundamentais para assistirmos a uma progressiva intervenção portuguesa nestas regiões marroquinas a partir da segunda metade do século XV, bem diferente, pelo menos nos meios, da estratégia de conquista e efectiva ocupação territorial que fora e continuava a ser seguida no norte de Marrocos, o chamado “Algarve de Além-Mar”¹⁴.

Aproveitando a fragmentação política do território e a situação de insegurança de algumas cidades marítimas já então emancipadas do reino de Fez ou do emirado de Marraquexe, a Coroa portuguesa conseguiu nelas instalar feitorias, através de contratos previamente acordados com os seus moradores. Estes, a troco da garantia de protecção e de oferta de condições de comércio em Portugal semelhantes às proporcionadas aos mercadores portugueses, reconheciam a suserania da Coroa portuguesa, comprometiam-se a pagar um tributo anual e a ceder, nas respectivas cidades, espaços adequados ao funcionamento de feitorias portuguesas. Deste modo, estabeleceram-se senhorios nominais em localidades como Anafé [Anfa], Azamor [Azemmour], Safim e Meça (Massa). No caso de Safim, um primeiro contrato deste tipo teria sido feito por volta de 1450 ou 1460, ainda no reinado de D. Afonso V, sendo posteriormente renovado por D. João II¹⁵ e D. Manuel I¹⁶. As “cartas de quitação” passadas por D. Manuel aos seus feitores de Safim, desde 1491, até à conquista da cidade, em 1508, permitem avaliar a importância comercial alcançada por esta região na economia do império¹⁷.

No entanto, nas primeiras décadas do séc. XVI, verifica-se uma viragem na estratégia de intervenção portuguesa no Marrocos meridional, sem dúvida,

14 Sobre as diferentes estratégias de expansão portuguesa em Marrocos, no séc. XV, ver António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no séc. XV*, dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990, 3 volumes (policopiado), designadamente, pp. 286-292 e 306-310 do vol. I.

15 Carta patente de D. João II, datada de Setúbal, 16 de Outubro de 1488, ANTT, CC, parte I, maço 1, doc. 43, pub. A. Baião, *ob. cit.*, pp. 3-9 e SIHM, Portugal, I, 25-30.

16 Cartas patentes do rei D. Manuel, datadas de Setúbal, 12 de Abril de 1496 e de Lisboa, 9 de Dezembro de 1500; ANTT, *Gavetas*, Gaveta 15, maço 5, doc. 17, pub. SIHM, Portugal, I, pp. 57-62.

17 Cf. “Cartas de quitação del Rei D. Manuel”, publicadas por Anselmo Braamcamp Freire, *Archivo Histórico Portuguez*, Lisboa, vols. I a V e VIII a X, 1903-1916. Sobre a importância económica de Safim, antes e após a conquista portuguesa, veja-se ainda Ahmed Boucharb, “A importância de Safi no império comercial português”, *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 7, Março de 1994, pp. 193-201.

relacionada com a política imperial de D. Manuel¹⁸ e com o que poderá considerar-se o projecto recorrente de conquista do reino de Fez. Tal projecto, apesar dos sucessivos adiamentos, bloqueios e insucessos, foi sonho que alimentou um “mito” nacional e religioso português até, pelo menos, os finais do séc. XVI¹⁹.

Resolvidos com Castela os problemas de partilha da conquista do Norte de África graças aos tratados de Alcáçovas/Toledo (1479-1480), de Tordesilhas (1492) e, mais tarde, à convenção de Sintra (1509), o rei D. Manuel teve como primeira preocupação o estabelecimento de fortificações ao longo de toda esta costa marítima. Naturalmente, estas fortificações foram erguidas de preferência nos lugares onde já existiam feitorias portuguesas. Assim, conseguiu autorização para construir uma fortaleza em Meça, logo em 1497. Tentou alcançar similar autorização em Mazagão e Azamor, cerca de 1502, e ainda uma outra vez nesta última cidade, em 1505. Conseguiu erguê-las em Santa Cruz do Cabo de Guer [Agadir], em 1505; Castelo Real de Mogador, em 1506; Safim, em 1508; e Aguz, cerca de 1508. Na maioria dos casos, estas fortalezas foram o primeiro passo para uma posterior conquista dos lugares ou cidades onde as mesmas tinham sido instaladas, e, no seu conjunto, tornaram-se as bases a partir das quais se procurou estender o domínio português para o interior. Um plano que, na região, visava a conquista do emirado de Marraquexe, e se integrava numa estratégia mais lata de cerco e ataque pelo Sul ao reino de Fez.

No caso de Safim, foi o conturbado processo em torno da construção da fortaleza a permitir aos portugueses explorar as rivalidades e intrigas entre facções locais para levar a cabo a conquista da cidade.

A partir de 1498, começam a tornar-se claras as intenções de efectiva ocupação²⁰, em certa medida, aceleradas pelas tentativas castelhanas de interven-

18 Sobre a política imperial de D. Manuel e a sua estratégia de “cerco” ao Islão, através das campanhas militares em Marrocos e no Índico, ver Luís Filipe Thomaz, “L'idée impériale manuélienne”, *La Découverte Portugaise et l'Europe*, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Cultural Portugais, 1900, pp. 35-103.

19 Cf. Marcel Bataillon, “Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVI siècle”, *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39 e, nesta colectânea, artigo intitulado «A persistência de um sonho imperial português – projectos e arbítrios de conquista do Norte de África».

20 Denuncia essa intenção a bula do papa Alexandre VI, datada de 17 de Junho de 1499, fixando os limites da diocese de Safim e nela integrando as povoações de Azamor, Almedina, Tite e Mazagão.

ção política na região. Jogando ambições políticas, Aziate [Yahya ez-Zayyat] e Abderramão [Abd er-Rahman], os dois sobrinhos de Amadux ben Farão [Ahmed ben Ali], o velho alcaide da cidade, usaram-nas, ora um ora outro, para levar a cabo os seus intentos. Levou a melhor, Abderramão que, com o apoio português, afastou Aziate, assassinou o tio e assumiu o governo da cidade, em 1498-1499.

Não se apaziguou, no entanto, a situação com o novo alcaide, pois, durante o seu mandato, Abderramão sempre se opôs à instalação da feitoria portuguesa em espaço fortificado, num braço-de-ferro que progressivamente o empurrou para as fileiras hostis à intervenção portuguesa na cidade. Seu primo Aziate, suspeito de inicialmente ter ligações com interesses castelhanos na região, procurou aproveitar a ocasião, movendo influências junto da Coroa portuguesa para o substituir, a troco de várias promessas: I) reconhecimento da suserania portuguesa por parte de algumas tribos de Almedina [El-Mdina] e do emir de Marraquexe; II) garantia de, uma vez alcaide de Safim, autorizar a construção de uma fortaleza na cidade. Deslocou-se inclusivamente a Portugal e logrou convencer D. Manuel que, em 1505, encarregou o comandante da armada do Estreito, Garcia de Melo, de o acompanhar até Safim, para destituir Abderramão. Sem sucesso, todavia. Seria afinal Ali Xemen ou Aliadux [Ali ben Oachman], um servidor do alcaide que, como seu delegado já estivera em Portugal, quem acabaria por destroná-lo²¹. Para o efeito, conluiou-se com Bentafufa e, a pretexto de um drama doméstico²², assassinou Abderramão. Aliás, Bentafufa aparece pela primeira vez citado nas fontes a propósito deste acto. Segundo alguns testemunhos, ter-se-ia limitado a apoiar Ali Xemen; segundo outros, foi com ele executante do assassinio. Seja como for, interesses políticos os moveram, pois são dados como chefes de importantes facções da cidade, tendo ambos, de imediato, tomado conta do poder.

Tais sucessos teriam ocorrido no final do ano de 1506, seguindo-se-lhes um período conturbado. Os dois jovens caudilhos tiveram, então, como primeira

21 Foi ele que se deslocou a Portugal, em 1500, para obter a confirmação da investidura da Abderramão no cargo de alcaide da cidade, sendo, na carta de D. Manuel, apresentado como “parente e criado” do dito Abderramão. Cf. Carta patente de D. Manuel, Lisboa, 9 de Dezembro de 1500, ANTT, *Gavetas*, gaveta 15, maço 5, doc. 17, pub. *SIHM*, Portugal, I, pp. 57-62.

22 Segundo Leão Africano e Damião de Góis, o pretexto foi a oposição que Abderramão fazia às relações amorosas de uma sua filha com Aliadux, que passavam pela ameaça do o mandar matar.

preocupação garantir a sua posição através do reconhecimento da Coroa portuguesa. Recorreram a Diogo de Azambuja, o célebre fundador da fortaleza de S. Jorge da Mina, ao tempo capitão de Castelo Real de Mogador. Este, depois de uma breve passagem por Safim, conduziu a Portugal uma delegação de quatro notáveis da cidade, chefiada pelo próprio Ali Xemen. Durante a sua ausência, Bentafufa ficou em Safim, como único alcaide.

A delegação, ainda acompanhada por Diogo de Azambuja, regressou a Safim em finais de Julho de 1507. Um pouco antes, já aí ancorara a armada do Estreito, capitaneada por Garcia de Melo, indício claro dos preparativos de uma acção armada, a efectuar caso os dois alcaides não cumprissem a exigência de construção de uma fortaleza na cidade. E, de facto, foram as resistências colocadas, quer por Bentafufa quer por Ali Xemen, ao cumprimento da promessa, feita sob pressão da necessidade, que serviram de pretexto para a consumação da conquista. Ardilosamente, Azambuja e Garcia de Melo ataçaram rivalidades entre os dois alcaides. Começaram por tentar desenvencilhar-se de Bentafufa, por induzir secretamente as gentes da terra a não transportar os materiais necessários às obras, convencendo depois Ali Xemen a introduzir na cidade a tribo dos Beniméguer [Beni Mager]²³ para assassinar Bentafufa e pilhar as casas dos seus partidários. Este, ignorando a convivência portuguesa no golpe, acolheu-se à protecção da feitoria, donde, ao fim de oito dias, foi enviado para Portugal. Todos estes acontecimentos, contados com bastante pormenor por Leão Africano e Damião de Góis, ocorreram antes de 13 de Agosto de 1507.

Afastado Bentafufa, Ali Xemen ficou como único alcaide da cidade, mas também ele, embora inicialmente apoiado por Azambuja, começou a hostilizar os trabalhos de construção. Em boa verdade, fosse qual fosse a sua posição, a ruptura era inevitável, pois, como se disse, o objectivo português era mesmo a conquista da cidade, objectivo concretizado entre Janeiro e Março de 1508. Ali Xemen foi deposto e Diogo de Azambuja assumiu o cargo de primeiro governador português, tendo exercido um curto mandato de cerca de um ano, marcado por prepotências e violências que provocaram a fuga da grande parte dos habitantes de Safim²⁴.

23 Sob várias formas, aparece ortografado o nome desta tribo berbere que também é o de uma montanha situada cerca de 40 Km a sudoeste de Safim, na margem direita do rio Tensift: Benimagre (Góis), Beni Maker (Ibn Kaldun), Benimegher (Leão Africano). Cf. *SIHM*, Portugal, I, p. 193, nota 1.

24 Para além das obras citadas de Leão Africano e de Damião de Góis que fornecem a informação mais detalhada sobre o processo que desembocou na conquista portuguesa

A conduta de Bentafula em vésperas de ser despachado para Portugal valeu-lhe importantes apoios locais. A viagem forçada a Portugal, deduz-se, contribuiu de algum modo para a idealização da sua imagem junto das gentes da terra, imagem poupada ao jogo de golpes, intrigas e traições que caracterizaram a vida da cidade nos meses antecedentes à conquista e no primeiro ano de administração portuguesa.

Com efeito, pouco depois da sua partida de Safim para Portugal, os moradores e os alarves da cidade, as cabildas de Regraga e Duquela²⁵, assim como vinte “adiantados” (alcaldes), escreveram a D. Manuel, queixando-se de Ali Xemen e solicitando a sua substituição por Bentafula. Asseveraram serem falsas as suspeitas contra ele levantadas por Azambuja, a quem acusam de estar a impor-lhes, “com a espada e per força”, um alcaide – Ali Xemen – traidor dos seus amigos e da cidade, por nela meter ladrões (os Beniméguer) que mataram e roubaram a população. Face ao crescente despovoamento e ao estado de anarquia instalado em Safim (confirmado aliás por agentes comerciais portugueses²⁶), apontam uma solução, caso o monarca deseje vê-la repovoada de Mouros: substituir Ali Xemen por Bentafula²⁷.

Dois anos mais tarde, quando a cidade já era governada por Pedro de Azevedo, surge novo apelo dos seus habitantes. Acompanha-o uma longa listagem de “perfídias” cometidas por Azambuja, causa do abandono da cidade por parte de muitos árabes pobres e berberes e do receio que os árabes e berberes

da cidade, podem encontrar-se sínteses sobre o assunto em: Durval Pires de Lima, *História da dominação portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930; David Lopes, “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel”, *História de Portugal*, ed. cit., vol. III, p. 413 e sgs.; e “La conquête de Safi par les portugais, 1508”. *SIHM*, Portugal, I, pp. 151-161.

- 25 De acordo com anotação à publicação desta carta, em *SIHM*, tanto os Regraga como os Duquela eram cabildas (tribos) berberes. No entanto, tendo em consideração a ocupação da região da Duquela por tribos árabes, a partir do séc. XIII, e o rechaço da população berbere para as cidades e aldeias e para algumas regiões montanhosas, fica a dúvida se a passagem em causa remete para as tribos árabes que habitavam a Duquela ou para elementos berberes que subsistiam na região. Cf. *SIHM*, Portugal, I, p. 136, nota 1.
- 26 Cf. cartas de João Lopes Alvim e de Cristóvão de Almeida, feitores em Safim, a D. Manuel e de Nuno Ribeiro, encarregado de compra de trigo e venda de mercadorias em Safim, dirigida ao mesmo monarca, escritas de Safim e datadas, respectivamente, de 25 e 27 de Dezembro de 1507, ANTT, Cartas dos Governadores de África, n.º 39 e CC, parte I, maço 7, doc. 74, pubs. *SIHM*, I, pp. 145-148 e 149-150.
- 27 Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 13 de Agosto de 1507, Biblioteca Nacional de Portugal, ms. 7638, n.º 63, pub. David Lopes, *Textos em aljamia*, ed. cit., pp. 82-83 e *SIHM*, I, 136-138.

do campo tinham de a ela irem negociar. Curiosamente, os subscritores desta carta, assumem-se como representantes de um todo, constituído pelos Abida, pelos Regraga, pelos Retnana e pelos Duquela, tribos que tem como inimigo comum os Benimégre. Neste conjunto, relevam a importância económica dos árabes do campo, designadamente a tribo dos Abida²⁸, cuja actividade de produção e armazenamento de cereais afirmam ser fundamental para a prosperidade da cidade. Por fim, reconhecendo a necessidade de haver uma figura capaz de servir de intermediário entre os Muçulmanos e os Cristãos e de estabelecer a paz com os árabes do campo, sugerem o nome de Bentafufa, nos seguintes termos: “*Pusemo-nos à procura do homem em questão e não encontramos ninguém melhor, mais fiel, mais sincero e mais isento de todo o vício, que o xeque Yahya ben Ta’fuft*”²⁹.

Apesar destes apelos, Bentafufa permaneceu em Portugal. Mas, sem dúvida, eles terão pesado para que, mais tarde, fosse nomeado alcaide dos “mouros de pazes” de Safim com alçada sobre a Garabia [Gharbya] e a Abida, cargo que começou a desempenhar em 1511.

Quanto à sua estadia em Portugal pouco ou mesmo nada se sabe. No entanto, decisões e intervenções posteriores de D. Manuel I permitem concluir ter conquistado a confiança do monarca português e ter desenvolvido uma rede de relações e influências. Assim o asseverava, anos mais tarde, Nuno Fernandes de Ataíde, governador de Safim, em carta dirigida ao monarca:

“*E o muito favor, Senhor, qu’este Mouro cá tomou demasiado, que não cumpre a vosso serviço, de lá me parece, Senhor, que lhe veio [ou seja, da estadia no Reino], e lho trouxeram estes judeus seus amigos*”³⁰.

2. Entre Mouros e Cristãos – um alcaide controverso (1511-1516)

Em 1511, Bentafufa regressou a Safim. Provavelmente, desembarcou no Norte de África em 1510, mas teria permanecido algum tempo em Conte, nas proximidades do cabo de Cantim. O facto de não se registar a sua presença entre

28 Tribo árabe que partilhava com os Garabia os territórios envolventes de Safim. Cf. *SIHM*, I, p. 194, nota 3.

29 Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 2 de Julho de [1509], ANTT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, pub. *SIHM*, I, pp. 177-201.

30 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], ANTT, *Cartas dos Governadores*, 317, pub. David Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 122-127 e *SIHM*, I, pp. 337-352, citação colhida na p. 353.

os defensores de Safim no cerco sofrido entre Dezembro de 1510 e Janeiro de 1511, permite concluir que teria entrado na cidade depois desta última data, para exercer as funções de alcaide dos mouros de pazes. Era então capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde cujas proezas militares lhe valeram cognome de “o nunca está quedo”, apesar de se ter notabilizado também por uma acção governativa, assim caracterizada por Pierre de Cénival: “*Celui-ci fut le principal artisan de la politique audacieuse et nouvelle qui assura au Portugal, pendant quelques années, de si brillants succès dans le royaume de Marrakech. Au lieu d’user à l’égard des indigènes des procédés violents et perfides de Diogo de Azambuja, il sut leur inspirer confiance, en faire des fidèles alliés et tributaires du Portugal et organiser les tribus d’entre Safi et Marrakech. Réalisant ainsi, de 1510 à 1516, une première expérience de politique de protectorat.*”³¹

Sublinhe-se que a primeira experiência de criação de uma área de mouros tributários ocorreu em Alcácer Ceguer, nos primeiros anos da década de 1460, quando era capitão da fortaleza, D. Duarte de Meneses.³² Segundo Gomes Eanes de Zurara, foram os próprios xeques locais a solicitar a protecção portuguesa a troco de um tributo anual³³. Uma experiência que, embora se tenha esten-

31 “La conquête de Safi par les portugais, 1508”, SIHM, vol. 1, p. 59.

Sobre Nuno Fernandes de Ataíde, ver os estudos biográficos de André Pinto S.D. Teixeira, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim”, *A Nobreza e a Expansão – estudos biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 159-205, e de Fernando Pessanha, “Nuno Fernandes de Ataíde, ‘o nunca está quedo’, de alcaide de Alvor a capitão e governador de Safim”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXXIX, 2017, pp. 43-59. E ainda deste mesmo autor a tese de doutoramento policopiada, intitulada *Nuno Fernandes de Ataíde, o ‘nunca esta quedo’ – a acção do capitão de Safim no apogeu da presença militar portuguesa em Marrocos*, Universidade de Huelva, 2023.

32 O tratado entre o capitão de Alcácer e os mouros de algumas aldeias dos arredores de Alcácer, embora não datado, considera-se que foi firmado em 1463, embora já no ano anterior, mais precisamente em 1462, D. Afonso V tenha feito mercê a D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer, e a seu filho D. Henrique, dos direitos de comércio e dos tributos pagos pelos mouros, ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, f. 105, doc. 1, pub. A. D. Farinha, *Portugal e Marrocos.*, ed. cit., vol. II, pp. 256-257.

33 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CXXXI, pp. 316-321, onde publica o referido tratado, do qual existe testemunho manuscrito, conservado no ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 520, ff. 194-195 que é reproduzido por A. D. Farinha, *Portugal e Marrocos*, ed. cit., vol. II, pp. 261-263.

dido a outras praças do Norte de Marrocos, designadamente Arzila e Tânger³⁴, nunca teve a dimensão e a projecção alcançadas na região meridional, e onde nem sequer houvera da parte das populações o compromisso de, em caso de necessidade, participar nas acções militares portuguesas em Marrocos, como aconteceu na área circundante de Safim.

Nos documentos de chancelaria de D. Afonso V estes mouros começam por ser designados “mouros tributários”. A fórmula “mouros de pazes”, embora já utilizada por Zurara, é mais corrente na chancelaria de D. João II. No período manuelino, além destas duas formas, encontram-se muitas outras de sentido semelhante, como: “terras das pazes”, “mouros em nossa paz e serviço”, “mouros assentados em nossa paz”.

Por outro lado, a formação de uma vasta área de intervenção portuguesa no sul de Marrocos, exceptuando o enclave de Santa Cruz do Cabo de Guer, revestiu-se de outras especificidades que não podem deixar de relacionar-se com as características geográficas da região. Extensas planícies habitadas por tribos nómadas ou semi-nómadas, salpicadas de povoados, habitados predominantemente por berberes sedentários. Não seria fácil gerir estes espaços, como reconhece o rabino Abraão: “*las cosas de las cabilas* [tribos] *non se pueden fazer como donde ay una cabeça*”³⁵. Teria sido esta razão a determinar o recurso à figura do alcaide principal, ou seja, um agente que, além das funções de intermediário, tinha alçada sobre os alcaldes tribais. Bentafufa foi o primeiro destes alcaldes e, por duas vezes, teve alçada sobre toda a Duquela. No entanto, as desavenças entre confederações tribais e os inevitáveis problemas entre as chefias portuguesas acabaram por determinar a divisão da Duquela em duas zonas, cada uma delas com o seu alcaide principal: Xerquia, com extensões na Enxovia, sob alçada do governador de Azamor; Garabia e Abida, com

34 As cartas de mercê das capitánias de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, da segunda metade do século, confirmam que os capitães tinham direito ao quinto destes tributos. O documento mais significativo para avaliação destes tributos é a carta de quitação de Luís Esteves, almoxarife de Alcácer Ceguer, nos anos de 1481 a 1485, ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 4, f. 1551v, doc. 2, Lisboa, 1 de Agosto de 1486, pub. por P. M. Laranjo Coelho, *Documentos Inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1943, pp. 197-198.

35 Carta do Rabi Abraão a D. Manuel, Safim, 3 de Janeiro de 1511, ANTT, *Gavetas*, gaveta 20, maço 1, doc. 21, pub. *SIHM*, pp. 281-283. Como provou José Alberto Tavim (*Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o séc. XVI*, Braga, Edições APPACDM distrital de Braga, 1997, 195-203), este “Rabi Abraão” não é Abraão Benzamerro, tal como aparece identificado *SIHM*, mas sim Abraão Rute.

extensões na Xiatima [Shiâdma], entre Mogador e Aguz, sob alçada do governador de Safim. Falharam as tentativas de constituição de uma área autónoma em Xiatima: a primeira, em 1510, quando Nicolau de Sousa recebeu a capitania de Mogador, fortaleza que se perdeu logo no final desse mesmo ano³⁶; a segunda, em 1515, quando o filho de Diogo de Azambuja projectou assumir a capitania de Aguz³⁷.

Mas, como salienta Pierre de Cénival, os passos mais consistentes para a formação e organização de um protectorado na região são dados com Nuno Fernandes de Ataíde. Sem dúvida, grande parte do sucesso alcançado pelo capitão de Safim deveu-se à colaboração prestada por Bentafufa, que, como escreve o próprio Ataíde, serviu de “terceiro entre mim e os mouros”. Nessa qualidade, ajudou o governador português a organizar uma vasta zona de apoio indígena na região circundante de Safim, impossível de demarcar com rigor visto ter uma base de apoio mais tribal que territorial. Essa zona chegou a abarcar um vasto território que se estendia desde o rio de Azamor – o Morbéa [Oum er-Rbia] –, ao norte, até Tensift, ao sul, e da costa atlântica até aos arredores da cidade de Marráquexe³⁸.

A razão de ser da protecção solicitada pelos “mouros de pazes” radicava num estado endémico de guerra que, por isso, interessava fomentar, embora a manutenção do protectorado dependesse em grande parte do prestígio e da força dos Portugueses no terreno. Esta realidade levava Nuno Fernandes de Ataíde a sustentar: “*Senhor, a vontade desta gente de Duquela tenho bem sabida; tanto que Vossa Alteza não tiver boa força de gente com boas arreféns [...] fazendo-a conhecerem e gostarem o bem da paz, não hão-de ser fiéis*”. E a sua “teoria”

36 Carta patente de D. Manuel a Nicolau de Sousa, Almeirim, 12 de Maio de 1510, ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 129, pub. SIHM I, pp. 226-229.

37 Cf. Carta patente de D. Manuel a Diogo de Azambuja (filho), Almeirim, 18 de Janeiro de 1515, ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 47, f. 127, pub. SIHM, I, pp. 672-675 (a capitania do castelo de Aguz fora doada, de juro e de herdade, a Diogo de Azambuja e a todos os seus descendentes por linha direita masculina, em 1508). Sobre Aguz, ver Bernard Rosenberger, “Note sur Kouz, un ancien port à l’embouchure de l’oued Tensif”, *Hespéris-Tamuda*, VIII, 1967, pp. 23-66; e António Manuel Lázaro, “A presença portuguesa nas imediações do rio do sáveis: Aguz” / “La présence portugaise dans les environs du fleuve des aloses: Agûz”, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII) / Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et conflits (XV-XVIII siècles)*, Lisboa / Braga, CHAM / LAB2PT, 2021, pp. 125-168.

38 Robert Ricard, “Duquela”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto, s.d., p. 344.

foi defendida até à exaustão pela grande maioria dos responsáveis políticos e militares portugueses na região³⁹.

Certo é que a experiência, enquanto durou, alimentou esperanças de ir mais longe e rendeu à Fazenda real e aos seus agentes bons proveitos. Aos muitos cativos, gado, cereais, manteiga, mel etc. obtidos em cavalgadas e entradas, vinha agora juntar-se o tributo, sobretudo em cereais e gados, pagos pelos “mouros de pazes”. Só uma entrada, levando as tropas portuguesas e dos “mouros de pazes” a deslocarem-se de Safim até às proximidades do Alto Atlas, perseguindo aduaries de mouros que se iam juntar ao Xarife, rendeu: 420 cativos, 10 000 cabeças de gado miúdo, 6000 de gado vacum, 500 camelos, 600 asnos, 60 cavalos e 5 éguas⁴⁰.

Damião de Góis, que teve acesso a cartas e livros de contas de contadores, feitores e almoxarifes de Safim, apresenta alguns valores para os primeiros anos do governo de Nuno Fernandes de Ataíde, na ordem das mil cargas de camelo de trigo e cevada e quatro cavalos por tribo⁴¹. Valores mais elevados são registados n’O *livro dos tributos reais com que os Mouros e Alarves da cidade de Almedina, toda a Duquela, e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reis deste reino, os quais começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512*⁴².

Mas, apesar dos resultados obtidos, cedo começaram a surgir desentendimentos entre Ataíde e Bentafufa. O primeiro não era homem para partilhar as rédeas do poder, nem tão-pouco os louros das vitórias alcançadas nos campos de batalha. Por seu lado, Bentafufa também não era alcaide para se ficar, como pretendia Ataíde, pelo papel de “terceiro entre o capitão e os Mouros e pela arrecadação dos tributos⁴³.

39 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 317, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 122-137, e *SIHM*, I, pp. 337-353 (transcrição colhida na p. 343).

40 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, [Safim, 15 de Fevereiro de 1514], BNP, ms. 7638, n.º 64, f. 123, pub. *SIHM*, I, pp. 480-481.

41 Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., liv. III, cap. 14.

42 ANTT, Núcleo Antigo, pasta 869, publicação digital de acesso aberto, com transcrição de Rui Henriques, em *Portugal e o sul de Marrocos: Contactos e Confrontos (séculos XV-XVIII) / Portugal et le Sud du Maroc: Contacts et Conflits (XV-XVIII siècles)*, Lisboa / Braga, 2021, vol. II, pp. 17-48.

43 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de 1512, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, 317, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 122-137 e *SIHM* I, pp. 337-353.

As primeiras queixas de Ataíde contra Bentafufa, com registo escrito, datam de Agosto de 1512. E, embora não se conheça escrito de Bentafufa a refutar as acusações do capitão, sabe-se, por carta do monarca português, ter ele também apresentado a sua versão dos factos. É bem provável ainda que outros testemunhos favoráveis a Bentafufa tenham sido igualmente remetidos para o Reino, pois numa das suas primeiras cartas, Ataíde diz expressamente: “e por me parecer que nisto entravam alguns amigos cristãos do dito Heha, que quererão escrever, da sua parte deste Mouro ou por si, como em alguma maneira ao seu entender”⁴⁴.

Além das cartas enviadas, Ataíde instruiu um verdadeiro processo contra Bentafufa, no qual incluiu as provas das suas acusações: nomeações de almocadens em que Bentafufa se arrogava as atribuições de governador de Safim, depoimentos vários de judeus e sobretudo de muçulmanos, alguns dos quais designados como “mouros principais”.

Resumindo, Bentafufa era acusado de exceder as suas competências e de constantemente desautorizar Ataíde. Sem consultar o governador português, nomeava alcaides e almocadens, estabelecia as contribuições a pagar por cada tribo, intitulava-se e deixava que o intitulassem “rei dos mouros”. Mais: desviava, em proveito próprio, tributos e presentes devidos ao rei de Portugal, de maneira a ter “muito com que peitar” e ganhar ascendente sobre as populações locais. Neste particular, suspeita Ataíde haver colaboração de alguns judeus, considerando: “*levar esta negociação tão ordenada não é de Mouro, mas cuidado que é de Judeus seus amigos, que de parte desta fazenda se logram*”⁴⁵. No mesmo conjunto de acusações se inscreve uma carta endereçada pelo rabino da cidade, Abraão Rute, a personalidade do Reino sobre a actuação de Bentafufa, onde, depois de mais um rol de denúncias, assevera: “*não é coisa que cumpre a seu serviço [do monarca português] ter Mouro senhorio nenhum*”⁴⁶.

Ao longo deste primeiro processo acusatório, que se desenvolveu até inícios do ano de 1513, o tom das acusações foi subindo, a ponto de as acusações já não se limitarem à mera ambição excessiva de poder. Bentafufa era acusado de traição, de conspirar contra os portugueses e de trocar correspondência com o rei de Marráquexe e com os marabutos, aos quais afirmava ser “Mouro e

44 Idem, *ibidem*.

45 Cf. carta de Nuno Fernandes de Ataíde citada na nota anterior.

46 Carta do rabino Abraão, Safim, 12 de Outubro de [1512], ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 69, pub. SIHM, I, pp. 357-361. Sobre a identidade deste rabino, ver nota 35.

mais que Mouro”, assegurando-lhes só servir os cristãos com o fim de ganhar o poder necessário para um dia os aniquilar.

A reação de D. Manuel I à gravidade destas acusações indicia não tê-las levado totalmente a sério. Fez chegar a Nuno Fernandes de Ataíde uma carta dirigida a Bentafula, a entregar quando achasse mais conveniente. O monarca português manifesta, por esse meio, o seu desejo de se inteirar dos factos pela boca de Bentafula: “*folgaremos de logo vos virdes a nós pera nos falardes de vossas cousas e vos ouvirmos em tudo, com aquela boa vontade que sempre vos tivemos e temos*”. E, significativamente, acrescenta: “*E além de pelo que vos cumpre folgarmos virdes a nós, ainda nos prazera pera falarmos convosco nas cousas dessa cidade e dos Mouros, e nos dardes em tudo vosso parecer e conselho...*”⁴⁷. O tom da carta não deve ter agradado a Nuno Fernandes de Ataíde que não a entregou de imediato a Bentafula.

A atitude de D. Manuel I tem uma explicação. Por outras vias, chegavam-lhe também informações bem diferentes sobre o comportamento do alcaide. Figuras de peso, entre as quais sobressai D. Rodrigo de Noronha – conhecido pela alcunha de “o aravia”, em virtude dos seus conhecimentos da língua árabe – um dos grandes amigos de Bentafula e seu companheiro de campanhas militares, foi também o seu principal defensor junto do monarca português. Uma relação de amizade que Nuno Fernandes de Ataíde não se cansava de criticar nas suas cartas. D. Rodrigo, afirmava ele, é tão amigo de Bentafula que não tem dúvidas em “desculpar a ele e culpar a mim, sendo eu Cristão e ele Mouro”⁴⁸. E, numa outra passagem, referindo-se aos defensores de Bentafula em Portugal, assevera que eles só o podiam defender por ignorância da situação ou por serem contra o próprio Ataíde, “pois fazerem-no pelo Mouro, isso é contra natureza”⁴⁹.

Pouco se sabe sobre este D. Rodrigo de Noronha, filho primogénito de D. Luís de Noronha, comendador de Sines da Ordem de Santiago. Casou com D. Joana, filha de Rui Penteadado, almoxarife dos escravos da Guiné e foi

47 Carta de D. Manuel a Bentafula, datada de Évora, 22 de Novembro de 1512 e, posteriormente, alterada para Almeirim, Agosto de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 12, doc. 13, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 100-102 e SIHM, I, pp. 596-597.

48 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 16, doc. 13, pub. David Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 95-100, A. Baião, *Documentos do Corpo Chronologico*, ed. cit., pp. 120-124 e SIHM, I, pp. 630-637.

49 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 16 de Outubro de 1514, ANTT, Gavetas, gaveta 15, maço 16, doc. 32, pub. SIHM, I, pp. 642-648.

comendador de Arguim da Ordem de Cristo⁵⁰. Mas, entre os portugueses com experiência de Marrocos, D. Rodrigo de Noronha não era o único a testemunhar a lealdade e o bom trabalho desenvolvido por Bentafufa. Há muitas outras cartas, escritas por agentes portugueses com conhecimento e responsabilidade no terreno, muito elogiosas para o alcaide. Veja-se, a título de exemplo, o testemunho de Heitor Gonçalves: “*Yhye Tafu anda em companhia d’eles [Mouros] e é homem que faz cá as cousas de Vosso serviço [dirige-se a D. Manuel I] muito inteiramente, porque lhe têm os Mouros muito acatamento, porque é mouro como eles*”⁵¹. Ou o de António Silva, inserto em carta de António Correia, contando os aliciamentos do irmão do rei de Fez a Bentafufa, propondo-lhe “*que se alevantasse das pazes e quisesse ser com ele e que lhe perdoaria o mal que tinha feito aos Mouros e lhe faria muito bem*”, tendo obtido como resposta “*que lhe não mandasse mais tal recado, senão mataria quem lho trouxesse, porque ele não havia de ser senão vassalo de Vossa Alteza [D. Manuel I]*”⁵².

Damião de Góis, como já foi dito, teria tido acesso a outros testemunhos, orais e escritos, pois, na *Crónica de D. Manuel*, apresenta uma versão bastante favorável ao alcaide. Vejamos um exemplo, a propósito de uma carta escrita a D. Manuel I por Nuno Fernandes de Ataíde, narrando o ataque contra alguns aduares do Alto Atlas, ocorrido em 1514. Enquanto, nessa carta, o remetente se apresenta como o principal obreiro do empreendimento, na versão de Góis, consignada na referida crónica, o destaque vai para as actuações de Bentafufa e de Lopo Barriga, adail, confinando-se a intervenção de Ataíde ao envio de reforços militares⁵³.

Outro sinal da posição de D. Manuel I relativamente a este conflito entre governador e alcaide, encontra-se na doação feita a Bentafufa dos rendimentos e direitos da localidade de Cernu (18 quilómetros a nordeste de Safim), como recompensa pelos combates vitoriosos contra as tropas do rei de Fez que, em

50 Estes dados biográficos resultam de pesquisa feita por André Pinto S. D. Teixeira, a quem expresso o meu agradecimento pela informação fornecida.

51 Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel, Safim, 15 de Dezembro de 1512, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 105, pub. SIHM, I, pp. 366-369.

52 Carta de António Correia a D. Manuel, Tavira, 10 de Maio de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 15, pub. A. Baião, *Documentos do Corpo Chronológico*, ed. cit., pp. 88-89 e SIHM I, pp. 549-551.

53 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, s.l.n.d. (Safim, cerca de 15 de Fevereiro de 1514); BNP, ms. 7638, n.º 64, f. 123 e Biblioteca Pública de Évora, ms. CIII/2-20, f. 47, pub. SIHM, pp. 480-481, Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., vol. III, cap. 49, pp. 230-231.

Abril de 1514, tentaram saquear os campos da Duquela, na qual sublinha: “*sempre tivemos inteira confiança que havíamos de ter em vós mui fiel e verdadeiro vassalo e servidor, e temos recebido muito prazer de vermos que corresponderam até aqui vossos serviços com a confiança que de vós sempre tivemos, nos quais nos tendes mostrado coração limpo e de muito leal e verdadeiro vassalo*”⁵⁴.

Mas, Ataíde não era homem para facilmente desistir. Cerca de dois anos após as primeiras incriminações contra Bentafufa, alegando suspeitar que este se preparava para o assassinar traiçoeiramente, despachou-o para Portugal. Utilizou, para o efeito, a carta que D. Manuel I anteriormente lhe remetera, na qual a data de 1512 foi manifestamente alterada para 1514.

Bentafufa abalou de Safim em finais de Agosto de 1514 mas precedido, pouco antes, por novo libelo enviado ao rei, onde acusações de 1512, eram agora acrescidas de provas de responsabilidades de Bentafufa no assassinio do judeu Dardeiro (intérprete de Safim), no levantamento de algumas tribos aquando da conquista de Azamor, assim como despovoamento de Almedina⁵⁵.

Bentafufa permaneceu em Portugal cerca de dois anos – desde finais do mês de Agosto de 1514 até Julho de 1516 – sendo substituído pelo o seu sobrinho Said na alcaidaria dos Abida e dos Garabia. Para os Xerquia, foi designado em Setembro de 1514, um novo alcaide dependente directamente do governador de Azamor. Durante a sua ausência apostou-se fortemente na conquista de Marrocos, mas também se sofreram grandes desaires que abalaram profundamente o projecto imperial de D. Manuel. Logo após a conquista de Azamor, em 1513, que, como se sabe, se revestiu de um verdadeiro aparato de cruzada, o monarca português deu passos decisivos para a conquista do reino oatácida de Fez, no Norte, e do emirado hintata de Marráquexe, no Sul. Relativamente a este último, situado na mais directa área de intervenção de Safim e Azamor, há indícios de, nos inícios de 1514, se ter preparado uma investida contra o emirado hintata de Marraqexe.

54 Carta de D. Manuel a Bentafufa, Lisboa, 25 de Agosto de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 118, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 83-85 e *SIHM*, I, pp. 601-602.

55 Ver, entre outras: Memória do Rabino Abraão (Benzamerro), Safim, 11 de Setembro de 1514, ANTT, CC, parte 1, maço 5, doc. 75, pub. *SIHM*, I, pp. 619-629; Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 16, doc. 13, pub. *SIHM*, I, pp. 630-637; Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 16 de Outubro de 1514, ANTT, *Gavetas*, gav. 15, maço 16, doc. 32, pub. *SIHM*, I, pp. 642-648.

Logo após a vitória de Azamor, o monarca português escreveu ao papa Leão X, assegurando-lhe que, em breve, seria senhor da região em causa⁵⁶. A 8 de Março de 1514, o mesmo papa emitia bula de cruzada em favor de todos os cristãos que combatessem os “infiéis” de África⁵⁷ e, a 17 de Junho do mesmo ano, dando a conquista de Marraquexe como iminente, pedia ao rei de Portugal para aí colocar o bispo titular, D. Martinho Cabeça de Vaca⁵⁸.

Se a expedição não se concretizou nesse ano, deveu-se, primeiro, às rivalidades entre Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses, capitão do campo de Azamor: ambos queriam ter os louros da expedição, mas sem os partilhar. Depois, à oportunidade de submissão do emir de Marraquexe à suserania portuguesa, pela via da negociação, oportunidade gorada porque as exigências colocadas pelo rei de Portugal foram tão altas que Mulei Nacer, o Hintata, não as pôde aceitar⁵⁹.

Pouco depois do fracasso destas negociações, começaram a correr rumores sobre o regresso de Bentafufa a Marrocos. É o próprio Ataíde quem, nas suas cartas ao monarca, deles faz eco. As várias missivas escritas a este propósito são um verdadeiro manifesto de indignação, mas também de amargura, por ver o monarca dar mais crédito à palavra do Mouro que à sua. Considera-se vítima daqueles que encham os ouvidos ao rei, para o prejudicar: *“Eu falaria mais largo, se tivesse licença de Vossa Alteza, em provar pelas armas a quem vos fala neste Mouro que não diz bem e falsamente o fala e que o cega seu juízo pela inveja que me têm mais que pelo desejo que têm de vosso serviço, e não de baixelas nem de pedrarias, porque eles as têm, senão pelas mercês que me Deus cá tem feitas”*⁶⁰.

Não se sabe se D. Manuel teve efectivamente intenção de nesta data reenviar Bentafufa para Marrocos, mas uma coisa é certa, o alcaide dos mouros de pazes

56 Carta em latim, datada Safim, 30 de Setembro de 1513, pub. *SIHM*, pp. 434-437. Sob título “Carta das novas que el-rei D. Manuel enviou ao papa da tomada d’Azamor”, conserva-se na BNP, *Manuscritos Alcobacenses*, n.º 297, ff. 112v-113r, uma versão portuguesa desta carta (pub. Afonso de Dornellas, *História e Genealogia*, tomo V, Lisboa, 1919, pp. 14-15).

57 ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 21, n.º 12, resumo pub. em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, editados por José Ramos-Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 352.

58 ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 37, n.º 40, pub. *SIHM*, I, pp. 569-571.

59 Sobre todo este processo que culminou com a tentativa de conquista de Marraquexe, em Abril de 1515, ver a síntese “Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515”, *SIHM*, I, pp. 687-692.

60 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Dezembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 17, doc. 12, pub. *SIHM*, pp. 658-663 (citação colhida na p. 660).

não tinha perdido o reconhecimento e a confiança do monarca português, que, em Novembro de 1514, o presenteou com duas peças finas e luxuosas de vestuário⁶¹. Mas, para Ataíde a pior notícia foi saber que Bentafufa, caso regressasse a Marrocos, teria como destino Azamor de onde, com o novo governador da cidade, D. Pedro de Sousa, avançaria para a conquista de Marraquexe.

Esta informação foi a gota de água que fez transbordar o copo: Ataíde assevera ao monarca que, se tal se verificar, nunca mais sairá da cidade de Safim, não só por recear ser assassinado por Bentafufa, mas também porque, perante tal desconsideração, perderá o respeito dos mouros de pazes e dos moradores de Safim. Numa carta perpassada de ressentimento, não esconde também quanto lhe desagradou saber que, para mais, o monarca lhe tirou alçada sobre os mouros de pazes da Xarquia, colando-os sob a dependência do governador de Azamor, terminando com o seguinte desabafo: *“E se, nas cousas de cá, não tenho dado a Vossa Alteza esperanças de miríades, é por vos falar verdade, porque não sou homem mais que de um caminho e Vossa Alteza bem o sabe. Digo isto assi a Vossa Alteza porque pouco me fica já que lhe fale, nem que escreva”*⁶². Mesmo assim, ainda faz uma última tentativa recolhendo mais um punhado de testemunhos contra Bentafufa, com a esperança de que eles *“abastem pera porem este Mouro em lugar donde perca a esperança de não tornar mais a terra de Mouros”*⁶³.

Tais rumores, provavelmente, não passariam de boatos, postos a circular pelos adversários de Ataíde, pois não nos parece plausível pretender o monarca português desautorizar e desacreditar um dos seus melhores agentes e guerreiros no terreno. Mas, tal hipótese, a ter sido ventilada, só podia beber na opinião de alguns portugueses bem conhecedores da região. Um deles, o já citado Estêvão Rodrigues Bérrio, em carta ao monarca sugere-lhe aumentar a renda a Bentafufa, *“porque ele merece tudo”*, e fornecer-lhe cem cavalos para a sua guarda. Considera, além disso, que um ataque contra Marraquexe só resultaria se os guerreiros portugueses fossem ajudados pelos Mouros, utilizando a suas tendas para as deslocações, *“pois os homens não podem sofrer andar três noites*

61 Alvará de D. Manuel, Lisboa, Novembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 16, doc. 99, pub. *SIHM*, I, pp. 651-652.

62 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Dezembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 17, doc. 26, pub. *SIHM*, I, pp. 664-666.

63 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 27 de Dezembro de 1514, ANTT, CC, parte I, m. 19, doc. 58, pub. *SIHM*, I, pp. 667-229.

*no campo, nem menos os cavalos, senão nas próprias alcaimas, que são as tendas dos Mouros*⁶⁴.

A grande investida contra Marraquexe concretizou-se em Abril de 1515. Sem Bentaufu, mas com um significativo apoio das tropas muçulmanas aliadas. No entanto, as forças portuguesas acabaram rechaçadas. Retrocederam ao fim de quatro horas de combate, face à resposta do Hintata, que contava com a ajuda do Xarife de Sus e de um alcaide do rei de Fez⁶⁵.

Meses depois ocorreria o desastre da expedição de Mamora (Junho-Agosto de 1515), envolvendo uma armada de mais de 8000 homens de armas portuguesas saída de Lisboa, sob o comando de D. António de Noronha, com o objectivo de construir uma fortaleza na foz do rio Cebu, e outra em Anafé, ambas destinadas a servir de base à conquista do reino de Fez. A derrota portuguesa face ao ataque das tropas do rei de Fez, resultou na morte de cerca de 4000 combatentes e na perda de muitas munições de guerra. Não menos grave, contribuiu para o descrédito das armas portuguesas em Marrocos que, a médio prazo, conduziria à retracção do senhorio dos campos⁶⁶.

3. O verdadeiro senhor do campo (1516-1518)

Nuno Fernandes de Ataíde foi morto, entre 21/22 de Maio de 1516, no decurso de uma expedição punitiva no interior. Com ele pereceram mais de 250 combatentes e 35 ficaram prisioneiros. Dois meses depois, mais precisamente em 21 de Julho, Bentaufu desembarcava novamente em Safim, onde, segundo Góis, foi recebido com contentamento de seus amigos, mouros e cristãos: *“Fizeram-se por todos os aduares grandes festas de tambores, tangidos em todas as tendas, com jogos danças e cantares”*⁶⁷.

Chegava na companhia do novo governador da cidade, D. Nuno Mascarenhas, e com poderes reforçados, o que prova que D. Manuel I não perdera a confiança no Mouro. Por carta datada de Julho do mesmo ano, nomeou-o

64 Carta de Estevão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 39, pub. António Baião, *Documentos do Corpo Chronologico*, ed. cit. pp. 90-93 e *SIHM*, I, pp. 552-558.

65 Para uma síntese sobre esta investida, ver a já citada síntese “Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515”, *SIHM*, I, pp. 687-692.

66 Sobre o desastre de Mamora, além de Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., III, cap. 76, ver a síntese, “L’expédition de La Mamora”, *SIHM*, I, pp. 695-702.

67 Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., liv. IV, cap. 7.

novamente alcaide de toda a Duquela. No exercício deste cargo tinha direito ao quinto do despojo das cavalgadas e poderes para administrar justiça “*segundo os costumes antigos de entre os xeques e povos da Duquela*”. Relativamente à escolha dos seus colaboradores, fonte de tantos problemas em tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, determina que os alcaides passariam a ser de nomeação régia, mas sob sugestão de Bentafufa, enquanto os arrecadadores de tributos seriam da sua exclusiva competência. Por último e seguindo a sugestão de Estevão Rodrigues Bérrio, D. Manuel concede-lhe uma guarda pessoal de cem lanças de mouros⁶⁸. Alguns meses mais tarde, outorgar-lhe-ia ainda uma tença anual de trezentas onças de prata de trezentos e vinte reais a onça⁶⁹.

Mas mais significativo talvez é o facto de, a partir deste seu derradeiro regresso a Marrocos, Bentafufa começar a corresponder-se mais assiduamente com o monarca, dando-lhe directamente informações sobre a sua acção no campo, problemas com que se debate, tomando o próprio monarca precauções para que as cartas enviadas a Bentafufa não passassem pelos capitães e lhe fossem entregues em mão⁷⁰.

Pode afirmar-se, por isso, que Bentafufa, embora sob a dependência formal dos governadores portugueses de Safim e Azamor, emerge, neste período final, como o verdadeiro senhor do campo. Tal estatuto é, aliás, confirmado pelas cartas de D. Manuel I nas quais várias vezes lembra a D. Nuno de Mascarenhas que as suas competências se confinam à defesa da cidade de Safim. Estatuto reconhecido (e quantas vezes contestado) pelos governadores.

Simão Correia, capitão de Azamor, ao noticiar ter sido contactado por alguns xeques da tribo Uled Amram que se queriam colocar sob a suserania portuguesa, apressa-se a esclarecer o monarca: “*e a Cide Hea tenho já escrito do que me estes xeques escreveram, dizendo-lhe em minha carta que, como alcaide principal de toda a Duquela de Vosa Alteza, eu não queria fazer nenhum assento com estes mouros nem outro senão por sua mão*”⁷¹.

68 Carta patente de D. Manuel, s.l., Julho de 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 11, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 115-118 e SIHM, II, pp. 6-9.

69 Mercê a Ben Tafufa de trezentas onças de prata, s.l.n.d. (1516), ANTT, *Cartas Missivas*, maço I, doc. 49, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 118-119.

70 D. Nuno Mascarenhas, governador de Safim, manifesta o seu despeito por este procedimento, revelador da desconfiança do monarca. Cf. Carta a D. Manuel, Safim, 11 de Março de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 309, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 139-142 e SIHM, II, pp. 63-66.

71 Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de [1516], ANTT, *Gavetas*, Gaveta 15, maço 1, doc. 32, pub. SIHM, II, pp. 34-36 (citação colhida na p. 36).

Por outro lado, torna-se evidente que D. Manuel I procura agora investir mais numa política de expansão assente nas boas relações entre Muçulmanos e Cristãos, determinada, é certo, pela conjuntura político-militar, mas para a qual poderá também ter contribuído a opinião de Bentafufa. Mais atento aos problemas de relacionamento entre as duas comunidades, promulga alvarás tendentes a cercear muitos dos abusos e prepotências dos portugueses. Bentafufa, no seu regresso, teria mesmo sido portador de um desses documentos. Os restantes foram promulgados nos inícios de 1517⁷². E, ainda nesse ano, D. Manuel I dá instruções ao seu embaixador em Roma no sentido de solicitar ao Papa autorização para fornecer armas aos alcaides dos mouros que estão ao seu serviço, com base na seguinte argumentação: *“porque as cousas da guerra dos Mouros estão agora, louvores a Nosso Senhor, d’outra maneira do que estavam, porque entre eles mesmos temos capitães e alcaides nossos mouros, que com nossa gente e com a gente dos mouros, que estão assentados em nossa paz e nos pagam páreas e tributos, fazem a guerra aos mesmos mouros que não estão assentados em nosso serviço, assi como é agora em Safim um mouro principal, que se chama Cide Yhea Tafuu, que é nosso capitão de toda a Duquela”*⁷³.

As novas orientações superiores não parecem ter mudado muito as coisas no terreno. Diria mesmo que elas tenderam a agravar-se. Às querelas decorrentes da partilha de poderes, vinha juntar-se a animosidade daqueles que viram cerceados os privilégios das cavalgadas e entradas. Assim, as relações de Bentafufa com os capitães portugueses, sobretudo o de Safim, começaram a degradar-se. Acontecimentos, ocorridos em Safim na noite de S. João de 1517, acabaram por redundar numa desordem. Indo Bentafufa a caminho do Sul, acompanhado de guerreiros de Garabia, para evitar a consumação de um acordo entre o Xarife e os Abida, fez uma paragem em Safim, para dar conta a D. Nuno Mascarenhas da sua missão e para visitar a sua família aí estante. Ao outro dia, os combatentes mouros que o acompanhavam entraram na cidade, circunstância aproveitada pelos seus adversários para pôr os moradores em pânico, espalhando que ele vinha com intenções de tomar a cidade de assalto.

72 Alvarás de D. Manuel, Lisboa, 2 de Janeiro de 1517, ANTT, CC, parte 1, maço 21, doc. 1, pub. *SIHM*, II, pp. 54-56. Sobre estes alvarás e sobre o que teria sido levado pelo próprio Bentafufa, ver também carta de D. Nuno Mascarenhas citada na nota 70.

73 Instruções de D. Manuel a D. Miguel da Silva, (11 de Maio de 1517), ANTT, *Gavetas*, gaveta 7, maço 16, doc. 5, pub. *SIHM*, II, 82-84 e em várias colectâneas documentais.

Advertido, Bentafufa arrostando sérias dificuldades para convencer os moradores das suas boas intenções e libertar alguns dos seus companheiros entretanto aprisionados.

Este episódio marcou-o profundamente, como provam as cartas que escreveu a D. Manuel I e a D. Nuno, um dos seus influentes amigos no Reino⁷⁴. A reacção de D. Manuel I às cartas de Bentafufa e também às de D. Nuno Mascarenhas, capitão da cidade, e de D. Rodrigo de Noronha o amigo e defensor de Bentafufa, não se fez esperar. A este reafirma a sua total confiança procurando acalmá-lo, justifica a actuação de D. Nuno Mascarenhas e promete expulsar da cidade os mexeriqueiros causadores do incidente. A D. Rodrigo de Noronha que, deduz-se, desagradado com o procedimento de D. Nuno Mascarenhas manifestara vontade de regressar ao Reino, aconselha não sair da cidade, considerando fundamental a sua intervenção para apaziguar a “torvação em que é posto Yhea Tafuu com esse caso passado”. Bem mais dura é a carta remetida a D. Nuno Mascarenhas na qual, além de manifestar o seu desprazer por ver Bentafufa acusado de traição, proíbe expressamente o governador de submeter a actuação do alcaide a um inquérito, por não admitir que se possa pôr em causa a sua lealdade, como também por antever a falta de isenção das pessoas escolhidas para conduzir esse inquérito. Sintomática é a recomendação final: *“Abastará por então olhardes pela guarda e segurança da cidade, assim como sem este movimento o devíeis fazer e nós vo-lo temos mandado, e nisso consiste vossa obrigação e a conta que de vós principalmente nos haveis de dar”*⁷⁵.

Apesar dos esforços de D. Manuel I, Bentafufa, profundamente ferido, continuou a clamar, praticamente até à data da sua morte, por justiça e pelo castigo dos seus difamadores, designadamente alguns judeus e oficiais de Safim, a quem considerava mais responsáveis. As cartas que no seguimento deste episódio, escreve ao monarca português são, como caracteriza David Lopes, “um grito de alma”, e um testemunho lancinante de um homem acossado, consciente da insustentabilidade da sua posição, numa conjuntura local em que,

74 Não conseguimos apurar o apelido deste D. Nuno. Os editores das *SIHM* aventam tratar-se de Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia.

75 Estas três cartas de D. Manuel são datadas de 23 de Julho de 1517, ANTT, CC, parte I, maço 22, docs. 39, 40 e 41, pub. *SIHM*, II, pp. 112-121; as cartas dirigidas a Bentafufa e a D. Rodrigo de Noronha foram também pub. por D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 104-109.

dia a dia, crescia a luta contra a presença portuguesa, conduzida pelos Xarifes sádidas e dinamizada pelos movimentos religiosos locais.

Bentafufa morreu em 16 de Fevereiro de 1518. Vítima de uma armadilha, foi assassinado quando fazia uma visita a um xeque da tribo dos Abida. Vários portugueses que o acompanhavam, entre eles o seu amigo e defensor, D. Rodrigo de Noronha, foram feitos prisioneiros.

Com a derrota de Mamora e a morte de Nuno Fernandes de Ataíde, a zona de mouros de pazes em redor de Safim e Azamor sofrera o primeiro grande golpe. Bentafufa, após o seu regresso de Portugal, conseguiu reanimá-la transitoriamente. Pode afirmar-se que, após o seu assassinio, o processo de retracção se tornou irreversível.

A breve prazo, a presença portuguesa na região ficaria confinada aos redutos fortificados de Safim, Azamor e Mazagão. Os dois primeiros seriam abandonados, logo após a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541.

Conclusão

Como escrevemos na introdução a este breve apontamento sobre a vida de Bentafufa, o seu percurso inscreve-se na multiplicidade de experiências e vivências configuradas pela expansão portuguesa em terras de além-mar. Ele ilustra, tal como o de muitos outros votados ao esquecimento, o papel fundamental de certos agentes locais no processo das colonizações europeias. Sem arrenegarem o mundo e os valores espirituais/religiosos em que foram criados, trilharam o difícil caminho da colaboração com o conquistador ou com o colono estrangeiro. Bentafufa não foi um arrenegado, nem um trânsfuga ou um tornadiço, como se dizia ao tempo. Fica, no entanto, a dúvida quanto às suas verdadeiras intenções. O mais provável é ter apostado, muito pragmaticamente, no lado daqueles que, na ocasião, lhe parecia reunirem melhor condições para dominar. Correu o risco e sofreu as consequências quando a correlação de forças se alterou.

Independentemente de ter ou não ter sido um leal servidor da Coroa portuguesa e das ambições pessoais que o moveram, não se lhe pode negar a estatura de estratega militar e político. Defendeu causas e batalhou por elas.

Como alcaide dos mouros de pazes sempre se recusou a desempenhar o mero papel de intermediário. Assumiu-se, não raras vezes, como defensor dos interesses destes mouros junto das autoridades portuguesas. Testemunham-no as suas queixas contra a cobrança abusiva de taxas, as suas intervenções em

defesa dos presos ou maltratados injustamente, a sua benevolência para com os cativos muçulmanos, as suas críticas aos oficiais portugueses que pagavam o trigo levado à cidade metade em dinheiro, metade em pauladas.

Enfim, tudo isto nos fala de um alcaide para quem os mouros de pazes deviam ter um estatuto de igualdade e não de submissão. O rabino Abraão Rute, num dos seus libelos acusatórios, captou bem este esforço exercido no sentido de dar dignidade aos mouros de pazes: “a alguns dos mouros, que vinham a submeter-se e com medo, dizia que porque vinham com tanto medo, que davam favor e punham fantasia nos Cristãos”⁷⁶.

Por outro lado, Bentafufa concebeu o protectorado, que ajudou a instaurar, como uma verdadeira zona de mouros de pazes (não de mouros de guerra). E, como se viu, apesar de isso lhe ter custado outras guerras, conseguiu, pelo menos a partir da sua segunda estada em Portugal, convencer o monarca português a aderir à bondade desta estratégia.

Se junto de D. Manuel venceu a batalha contra a difamação, já no terreno, teve de enfrentar outras batalhas nomeadamente contra aqueles que nunca aceitaram que se desse tanto poder a um Mouro, e que achavam uma perda de tempo investir na “geometria” das negociações, como lhe chamava Nuno Fernandes de Ataíde, ou seja, reger e concertar as cousas de Alarves e Berberes e destes com Cristãos e Judeus.

Por isso, a sua situação do lado português, tornou-se insustentável. A partir do momento em que D. Manuel lhe deu o senhorio do campo, congregou a oposição dos governadores das cidades e de quantos, “pela necessidade e costume que tinham cada dia em partir cavalgadas, agora não têm nada, por eu ter tudo em paz, como Vossa Alteza me mandou, e não ser proveito seu deles”⁷⁷. Quanto ao lado muçulmano, exacerbado pela guerra santa contra os invasores, é o próprio a definir claramente a situação:

*“Não tenho terra onde viva em terra de Mouros, que não morra”*⁷⁸.

76 Memória do rabino Abraão Rute, Safim, 11 de Setembro de 1514, IAN/TT, CC, parte 3, maço 5, doc. 75, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 86-94 e SIHM, I, pp. 620-629 (citação colhida na p. 622).

77 Carta de Bentafufa a D. Manuel, [Safim, depois de 24 de Junho de 1517], ANTT, Casa dos Tratados, documentos árabes, caderno dos aljamiados, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 51-61 e SIHM, II, pp. 100-105 (citação colhida na p. 104).

78 Carta de Bentafufa a D. Nuno, [Safim, depois de 24 de Julho de 1517], ANTT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, caderno dos aljamiados, pub. David Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit. pp. 62-71 e SIHM, II, 106-110 (citação colhida na p. 110).

2. O papel dos moradores na apropriação de espaços sob domínio português em Marrocos – o caso de Azamor

A condição de morador de Azamor [Azemmour] deverá ser entendida no quadro da migração populacional de cristãos, oriundos de Portugal ou, muito pontualmente, de outros territórios europeus ou do império, para esta cidade marroquina que esteve sob domínio português uns escassos 28 anos (1513-1541)¹. Por força de estratégias políticas e interesses comerciais na região, nela se verificou, assim como em outras praças portuguesas em Marrocos, sobretudo nas localizadas na região sul, a coabitação entre cristãos e praticantes de outros credos religiosos, o que já não acontecia em Portugal continental desde 1496/1497². Constituiu-se assim uma sociedade pluriconfessional, na qual comunidades judias e muçulmanas, apesar de dependentes e submetidas a certas obrigações fiscais, nela foram integradas. Embora, em última análise, todos fossem residentes, a designação morador/moradores aplicava-se fundamentalmente aos cristãos aí fixados, por via de regra acompanhados de suas mulheres, filhos e outros familiares.

1. Um corpo social à parte

Nos autos de tomada de posse dos capitães/governadores de Azamor realizados na igreja principal, geralmente designada por “sé”, assim como em

1 Para uma visão global sobre a expansão e a presença portuguesas em Azamor, ver Jorge Correia, André Teixeira e Maria Augusta Lima Cruz, “Building and performing: early 16th-century Portuguese presence in Azammūr”, *The Journal of North African Studies*, vol. 19, n.º 1, 2014, pp. 93-109.

2 O Édito de Expulsão outorgado pelo rei D. Manuel, a 5 de Dezembro de 1496, determinava a expulsão de Portugal de judeus e muçulmanos, fixando como limite máximo para a sua saída do Reino o mês de Outubro do ano seguinte (1497). Só poderiam ficar em Portugal aqueles que, entretanto, se convertessem ao cristianismo, passando a designar-se “cristãos-novos”. Os obstáculos e dificuldades levantados à sua saída acabaram por resultar em inúmeras conversões forçadas.

correspondência régia dirigida à cidade ou em posições colectivas dos seus habitantes, as fórmulas usadas para denominar as diferentes categorias da população cristã variavam entre “cavaleiros, escudeiros, fronteiros e moradores”, ou “cavaleiros, fidalgos e moradores”, ou simplesmente “cavaleiros e moradores”³. Sinteticamente, os três grupos fundamentais dessa população estavam consignados no encargo do almoxarife de fazer “pagamentos aos moradores e fronteiros e oficiais da dita cidade de seus soldos e mantimentos”⁴. Em conclusão, neste colectivo da população cristã da cidade, os moradores funcionavam como um corpo social à parte.

Na linha do modelo de colonização praticado na Península Ibérica aquando da chamada “Reconquista cristã”⁵, estes moradores eram uma espécie de colonos que asseguravam a fixação de uma população civil, sua reprodução, e o exercício de uma série de actividades, incluindo algumas menores do aparelho administrativo, fundamentais para o funcionamento da cidade. Este papel de colonos povoadores é sublinhado por Damião de Góis quando, ao enumerar a gente da armada que, em 1515, tentou a construção de uma fortaleza em Mamora [El-Mehdiya], nela integra “mais de oito mil soldados, afora oficiais que haviam de fazer a fortaleza, marinheiros, e moradores para lá ficarem com suas mulheres e filhos”⁶. Neste sentido e no quadro de um sonho, ora fracassado ora adiado, de conquista do reino de Fez e, mais tarde, de Marraquexe, que alimentou um “mito” nacional e religioso português até, pelo menos, os

-
- 3 Veja-se, a título de exemplo, Carta dos cavaleiros e moradores de Azamor ao rei, Azamor, 30/09/1515, ANTT, CC, parte I, maço 18, doc. 108, pub. SIHM, tomo I, pp. 761-763; Instrumento público de entrega da cidade de Azamor a Simão Correia, Azamor, 23/08/1516, ANTT, *Núcleo Antigo*, 878, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor* (1513-1541), dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1967, edição policopiada, Apêndice documental, doc. XV e, da mesma autora, sob nome Maria Augusta Lima Cruz Fagundes (doravante Maria Augusta Lima Cruz), “Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, FCG, 1979, doc. XV; e Instrumento público de entrega da cidade de Azamor a António Leite, Azamor, 17 de Setembro de 1537, ANTT, CC, parte I, maço 59, doc. 70, pub. idem, *ibidem*, Apêndice documental, doc. XXVIII.
 - 4 Carta de nomeação de Álvaro do Cadaval para almoxarife da cidade de Azamor, Lisboa, 22 de Outubro de 1513, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 42, f. 121v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. II.
 - 5 Sobre o modelo de colonização no quadro da Reconquista peninsular, ver José Mattoso, *História de Portugal – Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, especialmente pp. 456-460.
 - 6 Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, parte III, cap. LXXVI, p. 244. Sublinhado nosso.

finais do século XVI, eles seriam a base de consolidação de uma expansão territorial autêntica e não de simples ocupação militar de praças fortes no litoral.

Como sublinhava D. Jaime de Bragança, o comandante da armada que conquistou Azamor, aquele empreendimento só seria possível se a conquista fosse acompanhada de casais, “indo ganhando e edificando e povoando tudo junto”⁸. Todavia, tal não aconteceu por factores vários, prendendo-se, entre outros, com o processo histórico que levou à unificação de Marrocos e com a escassez de meios logísticos e populacionais de Portugal, sobretudo à medida que se foram afirmando as potencialidades económicas de outros espaços do império. Estes factores explicam o fracasso destas e doutras experiências de adaptação de um velho modelo medieval. Pode afirmar-se, num balanço final, ter-se cingido a expansão portuguesa em Marrocos a um pontilhado de lugares fortificados a partir dos quais se conseguiu, efemeramente, senhorear, através da constituição de zonas de “mouros de pazes”, os lugares e tribos muçulmanos dos territórios circundantes, mas nunca se alcançando a apropriação dos seus meios de produção, designadamente nos espaços rurais agrícolas e de pastoreio.

Por isso, a população portuguesa deslocada para Azamor e para outras praças da costa marroquina ficou praticamente confinada aos espaços urbanos, nos quais os moradores tiveram modos de estar e funções similares aos dos chamados “casados” do império asiático português⁹. Tal como estes, além de serem os garantes da vida quotidiana, tinham também obrigações militares sobretudo de defesa da cidade, guardando-a “de dia no campo e de noite no muro”¹⁰. Na prática, em Marrocos, as suas acções estendiam-se também às campanhas armadas extramuros, uma constante na vida das populações.

7 Cf. Marcel Bataillon, “Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVI siècle, *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39; e, nesta colecção, artigo intitulado «A persistência de um sonho imperial português – projectos e arbítrios de conquista do Norte de África».

8 Carta do duque de Bragança D. Jaime a D. João III, Vila Viçosa, 12 de Fevereiro de 1529, ANTT, *Gavetas*, gaveta 10, maço 10, doc. 10, pub. SIHM, II, pp. 443-452, citação colhida na p. 449.

9 Sobre o assunto, ver de Sanjay Subrahmanyam, “O mundo dos casados”, *O império asiático português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 316-325 (1.ª edição, em inglês, 1993).

10 Carta dos cavaleiros e moradores de Azamor a D. João III, Azamor, 14 de Abril de 1541, ANTT, CC, parte I, maço 69, doc. 96, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. XXIX.

Curiosamente, a consciência de pertença a um corpo social com estatuto próprio transparece, embora sem sinais de continuidade, em iniciativas de grupo. De facto, em 1517, regista-se a formação de uma espécie de conselho municipal¹¹. Testemunho disso é a carta escrita pelos autointitulados “doze elegidos da cidade de Azamor” a D. Manuel I. Depreende-se não ter sido a primeira, pois começa pela afirmação “Depois de termos escrito a Vossa Alteza...”. Nela são feitas várias queixas ao rei sobre o funcionamento da cidade, em particular a actuação do seu almotacé perpétuo, lamentando-se não haver nela um regimento das coisas da almotaçaria. Mais: solicitam ao rei obrigue o capitão, ao tempo Simão Correia, a fazer cumprir alvará real, levado por Rui Queixada e Lourenço Gonçalves, segundo o qual se determinava “haja os doze elegidos pelo povo e destes cada um deles sirva um mês com o dito almotacé”. Pedem ainda ao rei para mandar que “nenhuma pessoa seja tão ousada que se atreva a escrever carta a Vossa Alteza por parte da cidade, somente pelos doze elegidos que tiverem o cargo do regimento dela”¹².

Não parece ter vingado tal pretensão, pois, anos adiante, mais precisamente em 1528, Mestre Rodrigo, o físico, ou seja, o médico de Azamor, sugere a D. João III criar uma “câmara” na cidade, asseverando nela haver “doze ou quinze moradores, criados de Vossa Alteza, que se poderiam pera isso eleger”. Entendia o físico poder este organismo requerer coisas que fossem do serviço do rei e da cidade, a fim de esta não depender de um só homem – no caso, o capitão/governador Jorge Viegas – “que ele é rei e capitão e câmara e ouvidor

11 Que saibamos, no caso das praças marroquinas, só para Ceuta e já sob alçada espanhola há registo de órgão de poder municipal (Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Instituto de Estudios Ceuties, 1998, p. 161). Com carácter informal, tal como supomos ter-se verificada em Azamor, há notícia, nas décadas de 1620 e 1630, de os casados de Negapatão [Nagapattinam], na Índia, terem formado um conselho deste tipo, chamado “os eleitos de Negapatão”. Pretendiam, como os de Azamor, negociar directamente com poder o central, passando por cima dos capitães (Sanjay Subrahmanyam, *ob. cit.*, p. 329). De igual modo, também no final da década de 1540, houve movimentações dos casados de Ternate no sentido de se constituir um conselho de 5 ou 7 procuradores do povo que dialogassem directamente com os vice-reis / governadores da Índia (ver, adiante, nesta colectânea, artigo sobre o assassinio do rei Aeiro das Molucas).

12 Carta dos doze eleitos pelo povo de Azamor a D. Manuel, Azamor, 12 de Agosto de 1517, ANTT, CC, parte I, maço 22, doc. 58, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *ob. e art. cit.*, Apêndice documental, doc. XVII.

e almotacé e faz tudo o que quer e lhe vem a ele só bem, sem conselho de ninguém”¹³.

Tudo indica ser esta categoria de morador vinculativa a uma localidade. Nesse sentido aponta a afirmação de Jorge Viegas quando, a propósito da fuga de um morador de Azamor para Mazagão, escreve ter D. Manuel I determinado que “nenhuma pessoa que estivesse assentada nesta cidade (*de Azamor*) por morador, se não pudesse ir viver nem assentar em Mazagão, nem fosse lá recebida por morador”¹⁴.

Em conclusão, a condição de morador era uma realidade reconhecida. Assim o atesta a sua discriminação adentro do colectivo populacional da cidade, como o cuidado de mencionar essa condição em mercês régias individuais ou em documentos oficiais. Sirva de exemplo a carta de serviços prestados em Azamor por D. Rodrigo de Castro, na qual, nas testemunhas aduzidas, houve o cuidado de diferenciar aquelas que eram “moradores” em Azamor das que eram simplesmente “estantes” na mesma cidade¹⁵. Cuidado similar teve o tabelião, redactor do instrumento público de inquirição de 1523, ao identificar as testemunhas ouvidas¹⁶.

2. Moradores, núcleos familiares e agregados domésticos

A governança de Azamor, logo após a conquista, ficou a cargo de duas chefias: um “capitão do campo”, D. João de Meneses, a quem competia o comando das tropas, as operações militares e a negociação com as tribos muçulmanas da região¹⁷ e um “governador da cidade”, Rui Barreto, a quem competia a jurisdi-

13 Carta de Mestre Rodrigo a D. João III, Azamor, 12 de Janeiro de 1528, ANTT, CC, parte I, maço 38, doc. 83, pub. *SIHM*, II, pp. 425-428 (citação colhida na p. 427).

14 Carta de Jorge Viegas, capitão de Azamor, a D. João III, Azamor, 5 de Fevereiro de 1527, ANTT, CC, parte I, maço 35, doc. 89, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice Documental, doc. XXVI.

15 Certidão em forma [...] das coisas e feitos de D. Rodrigo de Castro, Azamor, 28 de Junho de 1517, ANTT, *Gavetas*, gaveta XX, maço 6, doc. 25, pub. *As gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960/1977, vol. X, pp. 476-478.

16 Instrumento público de inquirição, Azamor, 12 de Setembro de 1523, ANTT, *Gavetas*, gaveta XX, maço 15, doc. 16, pub. idem, *ibidem*, pp. 421-424.

17 Sobre o percurso de D. João de Meneses no Norte de África, ver Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos”, *Estudos de História Luso-Marroquina*, coord. Maria Augusta Lima Cruz e Rui Loureiro, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-141.

ção sobre a cidade e sobre a população civil¹⁸. A experiência não teve sucesso cingindo-se a não mais de sete a oito meses, voltando-se ao modelo vigente nas restantes praças marroquinas de uma só chefia, acumulando os dois cargos e, por via de regra, intitulada “capitão e governador”¹⁹. Não deixa de ser sintomático terem sido, em grande parte, motivados por polémicas envolvendo os moradores, alguns dos conflitos de competências entre os dois governantes. D. João de Meneses queixava-se da desobediência de um porteiro, a si e ao corregedor, por se recusar a entregar a um cerieiro de D. Jaime uma pipa de cera saqueada numa cavalgada, alegando ser morador. D. João, por seu lado, entendia serem os intervenientes nesta querela gente da armada e não moradores. Contrapunha Rui Barreto caber-lhe a alçada da justiça dos moradores, insistindo em ser ouvido e defendendo ser a aposentadoria uma coisa da cidade²⁰. Por seu turno, também Rui Barreto contestava a actuação de D. João de Meneses, acusando-o de, no decurso de ataque a duas aldeias da Xerquia [Cherquiya], ter ficado com o quinto dos muçulmanos então cativados. Dirigindo-se ao rei e referindo-se a D. João de Meneses, escreve: “lá teve suas maneiras até agora em muitas cousas que podia fazer que os moradores não se assentassem por moradores, por eu ter pouca gente, assim para vos servir com ela, como pera os quintos, porque diz que Vossa Alteza lhe manda que eu não levasse quintos senão dos moradores assentados”²¹.

Situações como estas explicam equívocos e problemas com que nos debatemos na demarcação dos moradores relativamente aos membros da guarnição, ou seja, fronteiros. Estes eram, por assim dizer, a elite guerreira. Acompanhados pelas suas clientelas, realizavam missões de tempo variável nas praças marroquinas, entendidas como “lugares fronteiros” de um reino além-mar. Todavia, além deles, também os moradores, assim como os oficiais do aparelho administrativo civil, tinham, como se disse, obrigações militares. Por isso eram assentados nos róis de pagamentos da guarnição.

18 Sobre o percurso de Rui Barreto, ver Fernando Pessanha, “A capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor (1513-1514)”, *Anais do Município de Faro*, vol. XLI, 2012, pp. 117-149.

19 Em Fevereiro de 2014, D. Manuel dava ordem a D. João de Meneses para regressar ao Reino, mas ele foi retardando a sua partida e acabaria por morrer em Azamor a 15 de Maio desse mesmo ano.

20 Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513, ANTT, CC, parte I, maço 14, doc. 4, pub. *SIHM*, I, pp. 459-467 (episódio narrado na p. 464).

21 Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n. 114, pub. *SIHM*, I, pp. 489-501 (citação colhida na p. 501).

Os primeiros moradores de Azamor aí se teriam fixado aquando da conquista. De facto, Rui Barreto, referindo-se a um grupo de cristãos-novos moradores em Azamor, nos inícios de 1514, informa estarem todos eles na cidade desde a sua tomada, tendo escolhido nela ficar com suas mulheres²². Já antes, D. João de Meneses, realçando as dificuldades de fixação de moradores, escrevia, em inícios de Dezembro de 1513, haver apenas “quatro cristãos-novos e alguns homens de alguns fidalgos ou criados de Vossa Alteza que querem ficar aqui”²³. Estas informações suscitaram desde logo problemas decorrentes da interdição de migração de cristãos-novos (no caso, judeus, forçada ou voluntariamente, convertidos ao cristianismo). Por isso, pela mesma altura, o padre Gonçalo de Almeida, prior de Lagos, em Azamor desde a sua conquista, alertava o monarca para os muitos cristãos-novos saídos do Reino para povoar a cidade e para os perigos dos seus contactos com os membros da comunidade judaica aí residentes, aconselhando-o a vedar a sua passagem para Azamor²⁴. Estes avisos levaram D. Manuel a ordenar a Rui Barreto, enquanto responsável pela gestão dos moradores, que os recambiasse, conforme se depreende por carta deste governador ao rei, datada de 21 de Fevereiro de 1514. Nela, argumentava Rui Barreto não serem os cristãos-novos mais de dez (um cerieiro, um tintureiro, dois alfaiates, um tosador, um serralheiro e, os demais, mercadores) e defendia que, à excepção dos mercadores, todos os outros deveriam ficar por não haver cristãos (*velhos, entenda-se*) capazes para o exercício destes ofícios²⁵, esquivando-se, assim, a cumprir as ordens régias. O certo é que os cristãos-novos continuaram a afluir à cidade. Segundo José Alberto Tavim, Azamor foi mesmo uma das praças com maior número de cristãos-novos, tendo muitos aproveitado o motivo da conquista de Azamor pelo duque D. Jaime para engrossarem o seu exército e aí ficarem estabelecidos à margem das perseguições de 1506. O mesmo historiador reconstitui os percursos de vinte cristãos-novos que, com seus familiares, escolheram esta cidade para sua residência, acrescentando ter sido o quantitativo total, com certeza, muito mais elevado²⁶. De facto, ape-

22 Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, cit. na nota 21.

23 Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513, cit. na nota 20.

24 Carta do Padre Gonçalo de Almeida, prior de Lagos, a D. Manuel, Azamor, 3 de Dezembro de 1513, ANTT, CC, parte I, maço 9, doc. 107, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. V.

25 Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, cit. nota 21.

26 José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o séc. XVI – Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993, pp. 225 e 228.

sar das disposições régias proibirem a sua entrada em Azamor como moradores, na prática houve uma certa tolerância, sendo hoje difícil identificá-los no universo dos residentes, pois a maior parte adoptara nomes cristãos após a conversão. Por isso, o supracitado Padre Gonçalo de Almeida, agora também prior de Azamor, voltava à carga em 1514²⁷ e, anos mais tarde, um outro prior da cidade, Estêvão Ribeiro de Almeida, denunciava haver aí muitos convertidos ao cristianismo, de origem judaica (cristãos-novos) ou muçulmana (mouriscos), que voltavam publicamente às suas religiões de origem. Dizia este prelado ter questionado o capitão da cidade, D. Álvaro Abranches, sobre estas situações escandalosas, mas este ter-lhe-ia retorquido já ter escrito ao rei e que “Vossa Alteza lhe respondera que os leixassem estar, que não bulissem neles”. O prior acalentava por isso a esperança de ver o monarca enviar a Santa Inquisição²⁸ para estas terras em que se vivia tão dissolutamente²⁹. Mas a carta de D. João de Meneses dos finais de 1513, onde ocorre este excurso sobre a presença de cristãos-novos entre os moradores de Azamor, revela um outro dado importante. Nela, afirma ter visto “um rol que Rui Barreto apresentou ao duque (*D. Jaime de Bragança*) de mais de trezentos e tantos moradores para a repartição das casas, os quais estão ainda para vir”³⁰. Alguns teriam, de facto, ido expressamente do Reino, outros teriam saído, como dizia D. João de Meneses, da soldadesca estante em Azamor, outros ainda dos muitos trabalhadores destacados para as obras da cidade. Não teriam sido coagidos a ir ou a permanecer, segundo se deduz de afirmação de D. Jaime, ao garantir, mais tarde e de Vila Viçosa, a D. João III, referindo-se aos moradores, “não tendes nenhuma obrigação, porque não se tolhe satisfação dos serviços, somente o das fazendas, e não os mandastes lá ir, nem os mandastes edificar, antes alguns deles quisera Vossa Alteza e vosso pai mandar atalhar e, a requerimento deles, os deixastes assim estar ou não se atalharam tão pequenos como estava ordenado”³¹.

27 Carta do Padre Gonçalo Ribeiro de Almeida, prior de Lagos e de Azamor, a D. Manuel, Azamor, 16 de Junho de 1514, ANTT, CC, parte III, maço 5, doc. 57, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. IX.

28 O tribunal da Inquisição foi estabelecido em Portugal pela bula papal *Cum ad nihil magis* de 28 de Maio de 1536. No entanto, nunca chegou a estabelecer-se nos territórios marroquinos sob domínio português, nem tão-pouco houve visitas.

29 Carta de Estêvão Ribeiro de Almeida, prior de Azamor, a D. João III, Azamor, 16 de Janeiro de 1537, ANTT, CC, parte I, maço 58, doc. 34, pub. *SIHM*, III, pp. 83-84.

30 Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513, cit. nota 20.

31 Carta do duque de Bragança D. Jaime a D. João III, Vila Viçosa, 12 de Fevereiro de 1529, cit. supra, nota 8 (citação colhida na p. 447, sublinhado nosso).

No respeitante ao número de moradores residentes em Azamor, as fontes disponíveis mais aproximadas são os róis de pagamentos da guarnição militar, dos quais se conhecem alguns códigos, datados de 1521/1522, e 1537/1538, além de mandados soltos mensais de 1523³². Ordenados pelos capitães/governadores, estes continham minuciosas listas de pagamento à gente de guerra, fronteiros e moradores, competências de combate (a pé ou a cavalo), elencando os respetivos nomes, tempo de serviço e, por vezes até, naturalidades. Embora lacunares, estas fontes permitem avançar com estimativas sobre o número médio de moradores e de fronteiros estantes na cidade, se as cruzarmos com informações dispersas, colhidas na correspondência trocada entre os responsáveis da praça e o rei, com destaque para as colecções “Cartas dos Governadores de África”, e “Corpo Cronológico”, conservadas no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa.

Os róis acima referidos mencionam os homens a cavalo e seus a pé, os besteiros e bombardeiros, os pilotos e homens do batel da barra, alguns oficiais, frades e clérigos, e ainda alguns degredados. Mas os moradores que, como se disse, também tinham obrigações militares, aparecem listados à parte, o que nos permite também constatar serem sempre muito mais os moradores combatendo a pé do que a cavalo. Para estes, note-se, nem sempre a informação é dada, ou porque não serviram nos períodos em causa, ou porque o arrolador os incluiu no conjunto dos cavaleiros da guarnição propriamente dita. Seja como for, tal como todos os arrolados, os moradores tinham direito a um pagamento em dinheiro (o soldo) e em cereais (o mantimento), variando conforme guerreassem a pé ou a cavalo, sendo o mantimento destes últimos, além do trigo ou biscoito, acrescido de cevada para a manutenção do animal. Tudo aponta para, inicialmente, as verbas destinadas ao pagamento dos moradores provirem dos rendimentos da feitoria, recorrendo-se ao dinheiro enviado do Reino apenas quando estas não bastassem³³. Aliás, verifica-se, nos róis de

32 Livros dos pagamentos aos soldados que serviram na cidade de Azamor, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ano de 1521, transcrição de Rui Henriques, digitalizada e publicada em acesso aberto no 2.º volume *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)* – Documentos, Lisboa / Braga, CHAM e Lab2PT, 2021, pp. 177-248; n.º 612, ano 1522; n.º 627, ano 1537-1538; e meses de Fevereiro, Abril e Julho de 1523, ANTT, CC, parte II, maço 106, docs. 126, maço 108, doc. 143, e maço 110, doc. 38, respectivamente.

33 Regimento que levou Lançarote de Agrela quando foi a Azamor fazer os pagamentos [...], Évora, 8 de Julho de 1519, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 101v-103v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. XXII.

pagamentos, que alguns moradores, para superar os constantes atrasos nos pagamentos, recorriam a adiantamentos, propiciados pela feitoria, maioritariamente em mercadorias, apesar da proibição régia³⁴, incidindo sobretudo no lacre e nos bordates³⁵. Tal situação conduzia a que alguns, no momento de receber o soldo em dívida, o vissem reverter para a feitoria como paga dos adiantamentos recebidos. Como vítimas dessa prática, mencionem-se, por exemplo, os moradores Vasco Martins, João Gonçalves, sapateiro, e Gabriel Mendes, no segundo semestre de 1521³⁶.

O número de moradores, listados nestes róis de pagamentos da guarnição, embora com oscilações nos anos registados, rondaria os 250³⁷ e não anda muito longe do constante na informação fornecida pelo capitão/governador D. Pêro Mascarenhas em 1530, que ao chegar à praça para exercer o seu cargo, perante rumores indiciando a vinda dos exércitos do rei de Fez, quis conhecer o número de indivíduos disponíveis para defesa da cidade, recorrendo para tal aos livros do apontador e escrivão dos contos. Apurou, assim, haver 618 pessoas assentadas com direito a ração, das quais 240 eram moradores, constatando serem “muitos os moços em conta de homens e os mais dos outros gente fraca”³⁸. Estes valores, reportando-se exclusivamente a indivíduos do sexo masculino e, provavelmente, adultos, e referindo-se às décadas de 1520 e 1530, não devem ter variado muito durante os 28 anos em que a praça esteve sob ocupação portuguesa. As menções, nem sempre sistemáticas, às localidades de onde eram oriundos, indiciam ser a esmagadora maioria originária de Portugal continental, sendo em muito menor número os provenientes de outras praças marroquinas ou da ilha da Madeira, e raros os originários de outras localidades europeias³⁹.

34 Sobre a proibição régia, ver Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel, Safim, 9 de Dezembro de 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 37, pub. SIHM, II, pp. 47-49.

35 “Bordate” era um tecido em algodão, fabricado em Portugal (Lamego e Marão), mas também importado da Inglaterra, muito apreciado em Marrocos.

36 Livro dos pagamentos feitos aos soldados que serviram na cidade de Azamor no ano 1521, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ff. 52v, 57v e 66, respectivamente, transcrição de Rui Henriques digitalizada, em acesso aberto no 2.º volume *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)* – Documentos, ed. cit., pp. 177-248.

37 Dados apurados a partir do tratamento dos dados consignados nos códices citados na nota 32. Ver também Maria Augusta Lima Cruz, art. cit., pp. 113-114 e, da mesma autora, *Os portugueses em Azamor, ob. cit.*, p. 147.

38 Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 9 de Junho de 1530, ANTT, CC, parte I, maço 45, doc. 35, pub. SIHM, II, pp. 525-530.

39 Dados apurados a partir do tratamento dos dados consignados nos códices citados na nota 32.

Cingindo-nos aos oriundos de Portugal, os róis de pagamentos fornecem-nos por vezes informação sobre as suas terras de origem. São números bastante restritos tendo em conta o universo global dos moradores. Não passam, por isso, de meros indicadores e como tal devem ser entendidos. Assim, constata-se ser o Algarve a região donde emigraram mais moradores, depois o Minho, seguindo-se duas regiões em situação de igualdade: uma de Aveiro a Tomar, passando por Coimbra e Torres Novas; outra espalhando-se em redor de Elvas e Évora. Finalmente surge a zona de Lisboa e Setúbal e, dispersamente, locais de Trás-os-Montes e Beiras interiores.

Quatro razões podem explicar a emigração destas zonas:

- Faixas costeiras (Tavira, Porto, Aveiro, Setúbal e Lisboa), cuja população tinha um tipo de vida mais semelhante à de Azamor, e estava mais habituada às deslocações marítimas.
- Regiões mais populosas, razão válida de uma maneira geral para as faixas costeiras e também para o Minho.
- Zonas em redor das terras do duque de Bragança, Vila Viçosa e Alentejo interior, donde seria originária muita da gente de armas levada pelo duque para a conquista de Azamor, e aí acabaria por ficar.
- Zonas onde se realizavam ou se tinham realizado recentemente grandes obras (Tomar, Évora, Beja, Braga, Lisboa) e de onde teria partido parte dos homens para trabalhar nas obras de reconstrução de Azamor; sendo provável mesmo que Francisco e Diogo de Arruda, ao serem encarregados deste trabalho, tenham levado consigo um certo número de artífices (pedreiros, carpinteiros, taapeiros) e tendo alguns deles depois ficado em Azamor.

A média de moradores avançada remete somente para os indivíduos do sexo masculino aptos para o serviço militar. Ora, como já dito, estes viviam acompanhados de suas mulheres, filhos e outros familiares, situação que, a não se verificar, era motivo de reparo por parte dos governadores. D. Álvaro de Noronha, em 1518, ao alertar D. Manuel I para a situação irregular de certos moradores que, tendo deixado as mulheres no Reino, não as viam há quatro ou cinco anos⁴⁰, pede-lhe dê ordens para resolver este problema que, em

40 Carta de D. Álvaro de Noronha D. Manuel, Azamor, 19 de Maio de 1518, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 343, resumo pub. SIHM, II, p. 189, nota 1.

seu entender, não devia prolongar-se. Não sabemos se medidas régias foram tomadas.

Tendo em conta os respetivos agregados familiares, pensamos ser lícito afirmar que o universo dos moradores rondaria as cerca de 1000 a 1200 criaturas⁴¹.

Estes valores, sublinhe-se, não abarcam a totalidade da população estante na cidade, pois havia outros grupos com peso significativo. Refira-se, em primeiro lugar, o dos efectivos da guarnição militar, a qual, excluindo os meses excepcionais no início e no final da presença portuguesa⁴², era geralmente constituída por 350 a 400 militares⁴³. Considere-se, em segundo lugar, um punhado de habitantes que, embora residindo na cidade, não eram considerados moradores. Referimo-nos aos degredados (oscilando entre os 4 e os 38, nas décadas de 1520 e 1530), aos frades e religiosos (para os mesmos anos, entre 12 e 17) e às altas patentes do aparelho administrativo, nomeadamente, capitão/governador, contador, feitor e almoxarife, adail, alcaide-mor, os dois últimos nem sempre de nomeação régia. Deste grupo, excluímos os oficiais menores, nomeados pelos capitães, pelos contadores e até pelo alcaide-mor, cujo elevado número torna impossível enumerá-los na totalidade. Estamos a falar de escrivães dos diversos organismos, porteiros, medidores, recebedores, corretores, alcaides pequenos, alcaides do mar, alfaqueques, tabeliães etc., escolhidos e nomeados no terreno, e os quais, supomos, terem sido, na sua maioria, recrutados junto da população civil, ou seja, dos moradores. O exercício dessas funções era remunerado com uma tença, para além do soldo devido a quantos estivessem arrolados na guarnição. A título de exemplo, refira-se o caso de Vicente Pires, morador, nomeado escrivão dos contos pelo contador António Leite, em substituição de Bastião

41 Considerando que cada núcleo familiar correspondia a um fogo, aplicou-se o coeficiente (entre 4,3 e 4,8 pessoas por fogo) para as zonas urbanas, seguido por João Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do séc. XVI)*, Lisboa, FCG-JICT, 1996.

42 Os períodos excepcionais em que se atingiram picos bastante elevados foram: um, nos meses imediatamente posteriores à conquista enquanto se não procedia à evacuação total das tropas que nela participaram; outro, na sequência da queda de Santa Cruz de Cabo de Guer (Março 1541) e do receio de avanço dos xarifes, nomeadamente o de Marraquexe contra Azamor, determinando um significativo reforço das tropas estantes na cidade, além da requisição de mercenários oriundos de Andaluzia.

43 Sobre a guarnição militar e seus efetivos, de Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor”, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. I – Estudos, ed. cit., pp. 539-558.

Gonçalves⁴⁴. Mencione-se também Afonso Pires, arrolado em 1521 como morador a pé e exercendo o cargo de porteiro dos contos⁴⁵.

Em termos quantitativos, não é fácil calcular o volume de cada um dos componentes dos agregados familiares dos moradores, ou seja, mulheres, crianças, idosos e outros parentes. Estudos pontuais sobre as diferentes praças do Norte de África avaliam o peso de mulheres e crianças em cerca de 1/3 da população global⁴⁶. Tais estimativas, porém, referem-se ao conjunto de todas as categorias de residentes, incluindo aqueles que constituíam uma espécie de elite do oficialato local e não apenas à parcela representada pelos moradores. Lembre-se, a este propósito, que os oficiais com os mais altos cargos na administração da cidade, como capitães/governadores, contadores, feitores, almoxarifes, todos de nomeação régia, tinham em teoria mandatos vitalícios, quer por serem concedidos sem limites de tempo quer por nessas nomeações se declarar explicitamente serem-lhes atribuídos “em sua vida” ou “em todos os dias de sua vida”⁴⁷. Isto em teoria, pois na prática nem sempre assim acontecia. Basta lembrar que, em 28 anos, Azamor teve 13 capitães/governadores, tendo um ocupado duas vezes o cargo⁴⁸, o que não invalida o facto de, ao assumirem os cargos, o fazerem na expectativa de neles permanecer muito tempo, sendo por isso natural fazerem-se acompanhar de seus familiares e clientelas. No tocante a Azamor, há registos de assim ter acontecido com os capitães Simão Correia (mulher, filhos e, pelo menos, dois sobrinhos), D. Álvaro de Abranches (mulher, criados e servidores), e com o contador João Mendes (genro, sobrinhos e outros parentes)⁴⁹. Mesmo em missões temporárias os agentes reais

44 Carta de António Leite a D. Manuel, Azamor, 27 de Julho de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 97, pub. SIHM, I, pp. 577-586 (informação colhida na p. 581)

45 ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, f. 38v.

46 Matthew T. Racine, “A most opulent Iliad”: *The Portuguese occupation of Southern Morocco (1505-1541). The fortunes of a frontier society*, policopiado de dissertação de doutoramento, Universidade da Califórnia – Santa Bárbara, Junho de 2003, p. 57

47 Veja-se, a título de exemplo, nomeações de Álvaro Rafael para alcaide-mor de Azamor (Lisboa, 30 de Setembro de 1513) e de D. Pedro de Sousa para capitão e governador de Azamor (Lisboa, 2 de Junho de 1514), ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 15, f. 53 e 115v, respectivamente, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, docs. I e VIII.

48 Sobre o assunto, ver Rui Henriques, “Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)”, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. I – Estudos, ed. cit., pp. 573-594.

49 Carta de Hammou Amerkas a Simão Correia, Tite [Tit], fins de 1516/inícios de 1517, ANTT, *Casa dos Tratados. Documentos árabes*, pub. SIHM, II, pp. 50-53; Instrumento

eram, por vezes, acompanhados de suas mulheres. Sirva de exemplo o caso de Diogo de Melo, enviado por D. Manuel I a Azamor, cerca de Outubro de 1520, para acompanhar Moleiferes [Molei Ferez] vindo a Portugal prestar obediência ao rei português em nome de seu irmão Muley Benaduxera [Abd er-Rahman ben Hadou], senhor de Nemo [Animai]. Diogo de Melo, funcionando como uma espécie de agente de controle dos dois irmãos no terreno, para o efeito levou consigo 25 lanças⁵⁰. Depois de algumas campanhas, a traição de Muley Benaduxera determinou o fim da sua missão e o seu regresso a Portugal. Ora, por alvará régio datado de Lisboa, 15 de Junho de 1521, era dada ordem ao contador de Azamor para lhe dar uma embarcação e autorizá-lo a trazer para Portugal aqueles que o acompanharam, incluindo a sua mulher⁵¹.

Se para os homens, moradores ou não, as fontes são ricas em informação, o mesmo não se poderá dizer quanto aos seus familiares. Sabemos da sua existência através sobretudo de menções colectivas e anónimas. Por exemplo, em 1517, na iminência de uma vinda do rei de Fez à Duquela [Doukkala], Simão Correia tomou várias disposições para defesa da praça, detalhando ter colocado dentro da fortaleza “todas as mulheres honradas e filhos dos principais e suas fazendas”⁵². Anos adiante, D. Pêro Mascarenhas perante nova ameaça do rei de Fez, entendeu dispor as forças militares por forma a cobrir uma área abarcando não só a fortaleza, mas também o atalho, por ser “a gente tanta de mulheres, meninos, judeus e mouros que caberíamos mal na fortaleza”⁵³.

No respeitante às mulheres de origem portuguesa estantes em Marrocos, o seu peso parece ter sido expressivo, como apurou Charles R. Boxer⁵⁴.

de entrega da capitania de Azamor por Álvaro Abranches a António Leite, Azamor 17 de Setembro de 1537, ANTT, CC, parte I, maço 59, doc. 70, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob e art. cit., Apêndice documental, doc. XXVIII; Carta de Jorge Viegas, capitão de Azamor, a D. João III, Azamor, 5 de Fevereiro de 1527, cit. supra nota 14.

50 A lança compreendia um homem de armas a cavalo, armado de lança, e um número variável de combatentes, a cavalo ou a pé, seus dependentes.

51 Alvará de D. Manuel ao contador de Azamor, Lisboa, 15 de Junho de 1521, ANTT, CC, parte I, maço 27, doc. 15, resumo pub. SIHM, Portugal, p. 285, nota 2. Sublinhado nosso. De facto, acabaram por ser duas as embarcações que o transportaram com sua comitiva. Sobre o assunto, ver ainda Damião de Góis, *ob. cit.*, parte IV, cap. LIX, pp. 139-141.

52 Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 20 de Maio de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 36, pub. SIHM, II, pp. 85-88 (citação colhida na p. 87).

53 Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 9 de Junho de 1530, cit. supra, nota 38.

54 Charles R. Boxer, *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 13-20.

A maior parte das mulheres portuguesas vivendo em Marrocos tinha a condição de casadas ou de viúvas (situação frequente devido à morte dos maridos em combate ou no cativeiro). Raramente permaneciam solteiras, registando-se em algumas praças, situações ambíguas que nos podem levar a pensar terem exercido a prostituição, ou tratar-se de degredadas não reconvertidas⁵⁵, situações para as quais não há provas documentais com respeito a Azamor.

Através dos casais cristãos fazia-se a reprodução natural. Com o tempo surgiriam os descendentes, de segunda geração. Foi o caso de dois irmãos, Francisco e Manuel Marreiros, estantes em Mazagão e naturais de Azamor, onde tinham seus pais⁵⁶.

No caso de Azamor, não há registos de casamentos mistos, quer dizer, casamentos entre mulheres marroquinas e homens portugueses ou outros europeus. Não é, todavia, de excluir a hipótese de alguns desses enlaces passarem desapercibidos, a coberto dos nomes cristãos atribuídos aquando da mudança de religião. Exceptuando uma única situação em Santa Cruz do Cabo de Guer, protagonizada pelo capitão⁵⁷, há informação, atestada para outras praças, revelando ter este tipo de uniões ocorrido sobretudo com indivíduos de condição social modesta. Provavelmente assim teria também acontecido em Azamor. Já as relações sexuais fora do casamento, embora proibidas pela Igreja e punidas pela lei, eram mais frequentes, envolvendo muitas vezes escravas muçulmanas e mouriscas. Neste particular, releve-se o caso de D. Álvaro de Abranches, capitão/governador de Azamor entre 1535 e 1537, chamado à Corte por várias acusações, entre as quais a de concubinato com uma mulher da terra, ora designada mouro ora mourisca, tendo ficado dignos de memória os seus ditos jogos a propósito dessa relação⁵⁸.

55 Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Moura Ferreira, “Mulheres portuguesas em Marrocos, imagens do quotidiano feminino nos sécs. XV e XVI”, *O rosto feminino da Expansão portuguesa*, Actas de Congresso Internacional, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, p. 420.

56 Carta de Manuel Sande a D. João III, Mazagão, 27 de Março de 1537, ANTT, CC, parte I, maço 58, doc. 72, pub. *SIHM*, III, pp. 90-95 (informação colhida na p. 94).

57 Cf. Ana Roque, “Considerações sobre a mulher no contexto da expansão portuguesa no norte de África (as praças do sul de Marrocos)”, *O rosto feminino da Expansão portuguesa*, Actas de Congresso Internacional, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, p. 455.

58 *Ditos Portugueses dignos de memória. História íntima do séc. XVI*, edição anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Lisboa, Europa-América, n.ºs 314 e 315, p. 125.

Em síntese, as referências aos membros dos agregados familiares são geralmente dadas pelo viés dos elementos masculinos: “mulher de”, “filho de”, “sobrinho de” etc., raramente sendo identificados pelos respectivos nomes. Isto verifica-se em ordens dos capitães de Azamor para pagamentos de soldos em dívida a mulheres cujos maridos se encontravam cativos, por vezes incluindo herdeiros, como aconteceu com as mulheres e herdeiros de Domingos Martins, e de Álvaro Vicente, ou com a mulher de João Reis⁵⁹, especificando-se por vezes, caso da mulher de João Dias, ser esse dinheiro para ajuda do resgate do marido⁶⁰. Noutras ocorrências, tal pagamento é justificado pelo falecimento dos homens, como aconteceu com as viúvas e herdeiros de João Riscado e de Pedro Gago⁶¹. Só muito esporadicamente aparece o nome da mulher, como por exemplo, o de Beatriz da Fonseca que recebe o soldo de seu marido, João Rodrigues Estaço, no cativeiro⁶². Muito poucas vezes nos é fornecida informação mais alargada sobre um núcleo familiar. A título de exemplo, refira-se Catarina Gonçalves, moradora em Azamor, filha de João de Vila Nova, cavaleiro morador nesta cidade, que, por falecimento de seu marido João Jorge, teve direito a receber parte da sua herança⁶³. De igual modo, Catarina Dias, casada com João Dias, ambos moradores em Azamor, filha de João Dias piloto da barra, e de Guiomar Gil, também eles aí moradores, teve direito a receber dote atribuído a seu pai para casamento de um seu filho⁶⁴. Mas, sem

59 Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de Domingos Martins, Azamor, 2 de Setembro de 1522, ANTT, CC, parte II, maço 103, doc. 107; Mandado D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de Álvaro Vicente, *idem*, *ibidem*, doc. 108; Mandado D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher João Dias, Azamor, 13 de Maio de 1522, *idem*, maço 108, doc. 8.

60 Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher de João Dias, que estava cativo, 3900 réis de seu soldo, Azamor, 13 de Maio de 1523, ANTT, CC, parte II, maço 108, doc. 8.

61 Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de João Riscado, Azamor, 30 de Setembro de 1522, ANTT, CC, parte II, maço 104, doc. 45, especificando-se ter ele morrido em Azamor e sua mulher ser muito pobre e ir para Portugal; Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de Pedro Gago [...] pelo tempo que serviu antes do seu falecimento, Azamor, 10 de Novembro de 1522, *idem*, maço 105, doc. 32.

62 Mandado do governador de Azamor para pagamento a Beatriz da Fonseca, mulher de João Rodrigues Estaço, Azamor, 30 de Agosto de 1531, *idem*, maço 170, doc. 90.

63 Mandado régio para pagamento a Catarina Gonçalves [...], Lisboa, 23 de Fevereiro de 1540, ANTT, CC, parte I, maço 67, doc. 25.

64 Certidão de casamento de Catarina Dias para requerer em seu cumprimento o dote de que se lhe fizera mercê, Lisboa, 26 de Maio de 1540, ANTT, CC, parte I, maço 62, doc. 61.

dúvida, os registos femininos mais personalizados encontram-se nos róis de pagamentos da guarnição. Vejamos alguns casos, todos eles relativos a mulheres de moradores: Leonor Fernandes, Maria Lopes e Leonor Gonçalves, por falecimento de seus maridos, respetivamente João Gonçalves, Luís Eanes e Bastião Fernandes, recebem os soldos que lhes eram devidos⁶⁵; Catarina Rodrigues auferir o de seu marido, João Gonçalves, ausente; Catarina Dias e Leonor Gonçalves adquirem, por procuração, os soldos de seus maridos, respetivamente João Leal e Estevão Fernandes⁶⁶. Respigam-se também, embora mais raramente, informações sobre outros laços familiares entre moradores: Pantaleão Dias e seu filho, ambos arrolados como moradores a pé; Francisco Torres recebe, por procuração, soldo de seu sogro João Rodrigues de Toar; e António Dias e Francisco arrecadam os soldos de seus pais, respetivamente André Dias e Fernão Rodrigues Colaço, falecidos⁶⁷.

Estes agregados domésticos de moradores, tal como os dos restantes habitantes na cidade, integravam ainda um significativo número de dependentes, sobretudo cativos e escravos. As fontes disponíveis sobre incursões levadas a cabo pelos portugueses em território muçulmano, tendo como um dos objectivos fazer cativos, fornecem-nos números elevados. Só para se ter uma ideia do volume de prisioneiros obtidos nestas entradas, Damião de Góis, talvez com uma certa dose de exagero para enaltecer os feitos dos seus compatriotas, relata uma série de cavalgadas comandadas pelo capitão/governador D. Álvaro de Noronha contra aduares e povoações da Enxovia [Shâwiya], entre Fevereiro e Outubro de 1519, cujo proveito, além de gado, cereais e outros produtos, se traduziu pela captura de mais de 1800 almas⁶⁸. O mesmo cronista atesta a participação e interesse dos moradores nestas investidas militares quando, a propósito de campanha similar ocorrida em Safim, escreve: “no negócio dos mouros que morreram nesta jornada coube a honra aos fronteiros, e a dos cativos aos moradores”⁶⁹.

Alguns destes cativos, os de condição mais elevada, eram reservados para obtenção de chorudos resgates, negócio onde também estiveram envolvidos os moradores. Por exemplo, no seguimento de incursão do capitão/governador interino Gonçalo Mendes Sacoto na Enxovia, em 1522, que rendeu 600 cativos, fez-se um projecto de acordo de paz com Ale Mune [Ali Moumen], principal

65 ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ff. 47, 53v e 68v.

66 Idem, *ibidem*, ff. 51, 60v e 90.

67 Idem, *ibidem*, ff. 40 (2), 72v e 89.

68 Damião de Góis, *ob. cit.*, parte IV, caps. XXXIX-XL, pp. 95-101.

69 Idem, *ibidem*, cap. XXIII, p. 54.

alcaide da região, no qual, entre outras disposições, ficou consignada a devolução desses cativos, estabelecendo-se ser dever do monarca português ressarcir os seus proprietários. A esse propósito, informa Gonçalo Mendes Sacoto: “Pedem os moradores que haja Sua Alteza respeito ao tempo que deram de comer a estas almas comprando o trigo a cruzado o alqueire, e que bem abasta darem-nas sem resgate, que não é bem, pois não ganham que percam, que lhes dêem algum tanto mais que seja satisfação de sua despesa”⁷⁰.

Dos cativos de condição mais baixa, proviam-se os habitantes de Azamor, de acordo com as suas posses, para as necessidades caseiras ou profissionais. No entanto, a grande maioria era vendida em leilões, onde eram comprados por mercadores para serem negociados em diversos mercados europeus. Em suma, cativo tornava-se sinónimo de escravo. Aliás, no ano de 1521, ano de grande fome em Marrocos e não só, Azamor tornou-se um dos principais mercados de escravos da região, à custa dos infelizes enfraquecidos capturados por negociantes muçulmanos e cristãos, ou vendidos pelos seus próprios familiares. Uma caravela chegou a rumar de Arzila para Azamor expressamente para comprar escravos. Nela viajou Bernardo Rodrigues, o autor dos *Anais de Arzila*, que nos traça um quadro pungente do mercado de venda de escravos à porta do castelo de Azamor (cerca de mil almas por dia eram vendidas), da cidade cheia de traficantes e do rio, o Morbeia [Oum er Rbia], com “bem cem navios, todos carregados de mours moças, que mulheres e homens não havia quem desse dinheiro por eles”. O próprio Bernardo Rodrigues aí comprou cinco “peças de muito boas escravas”. Significativamente, uma delas foi-lhe vendida, com o seu filho, por um morador de Azamor⁷¹. Também o cronista frei Luís de Sousa, ao narrar os anos de aperto da fome, nos descreve o rio de Azamor cheio de caravelas vindas para levar a carga dos sáveis ali pescados, mas que trocavam o objectivo e carregavam-nas de infinitos muçulmanos, moços e moças de bom parecer para levarem a Lisboa e Sevilha; acrescentando: “no preço não houve mouro que se desaviesse com o comprador, porque muitos, só pela comida, ofereciam ser escravos e embarcar”⁷².

70 Apontamentos que deu Gonçalo Mendes dos mours da Enxovia, Azamor, finais de 1522, ANTT, *Cartas dos governadores de África*, n.º 363, pub. SIHM, II, pp. 304-307 (citação colhida nas pp. 306-307).

71 Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*. Crónica inédita do séc. XVI, edição de David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, tomo I, cap. LXXV, pp. 326-329.

72 Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, edição com prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1938, vol. I, livro I, cap. 15, p. 88.

A vítima mais famosa de tais desventuras foi um jovem muçulmano que, já longe de Azamor e comprado por Andrés Dorantes de Carranza, acompanharia o seu amo na trágica tentativa de conquista da Florida por Pànfilo de Narváez (1527-1528). Batizado como Esteban, viria a ser um dos quatro únicos sobreviventes dessa expedição, juntamente com Carranza, Alonso del Castillo Maldonado e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Ficaria conhecido como Estebanico, graças ao relato em que Cabeza de Vaca registou o atribulado percurso dos quatro homens até alcançarem o noroeste do México, ao cabo de oito anos. Referindo-se a estes sobreviventes, assim termina Cabeça de Vaca a relação das suas andanças, intitulada “Naufrágios”: “El cuarto se llama Estebanico; es negro alárabe, natural de Azamor”^[73]. No relato das suas itinerâncias, consignado na tradição, emerge o perfil de um escravo que soube adaptar-se, aprendendo as línguas e costumes dos índios, estabelecendo caminhos de comunicação entre o novo e os velhos mundos. Tornou-se um mito, inspirador de abundante fluxo de criação artística e literária, muitas vezes de sabor popular. O cariz *naïf* da homenagem hoje presente no cais da cidade de Azamor é disso exemplo.

Não teriam, como vimos, os habitantes de Azamor dificuldades em possuir escravos, mesmo os de condição mais humilde ou menos abastada. Embora não tivessem laços de sangue ou familiares com os seus proprietários, estes escravos e cativos eram deles dependentes, vivendo sob sua alçada no agregado doméstico em sentido lato. Realizavam todo o tipo de tarefas caseiras, além de trabalhos agrícolas nas hortas, courelas e vinhas de seus senhores. Há testemunhos sugerindo terem sido também usados como “escravos de ganho” ou “escravos de aluguer”⁷⁴. Nesse sentido aponta a listagem de pagamentos do “Livro das obras que se começaram em Azamor a 14 de Julho de 1528”. Aí se regista, semana a semana, a fêria paga aos servidores, agrupados em quatro secções: “pedreiros”, “trabalhadores”, “moços dos asnos” e “escravas/mouras de

73 Alvar Núñez Cabeça de Vaca, *Relación de los naufragios y comentarios*, Madrid Librería General de Victoriano Suárez, 1906 (1.ª ed. Valladolid, 1555), tomo I, p. 144.

74 Nos centros urbanos, além dos escravos que se ocupavam das tarefas domésticas nas casas dos seus senhores, podiam ainda existir aqueles que trabalhavam no pequeno comércio, na pequena indústria e na prestação de serviços. Os “escravos de ganho” deveriam dar uma percentagem dos ganhos ao seu dono, já os “escravos de aluguer” eram alugados pelos seus senhores por um valor fixo a quem se interessasse. A diferença entre uns e outros era que os primeiros tinham a possibilidade de acumular alguma poupança, ao passo que nos segundos não havia essa possibilidade.

água”, cabendo aos primeiros 60 réis por dia e aos restantes 30/40 réis. Para os pedreiros são-nos mesmo fornecidos os prenomes e apelidos portugueses, mas nas restantes categorias, especialmente nas duas últimas, as identificações limitam-se à indicação de um nome próprio, sem apelido, ou às vagas denominações de “mouro”, “negro” ou “escravo”, seguida da preposição “de”, no sentido de posse, e do nome ou cargo de quem se deduz ser o seu proprietário. Por exemplo: “Tomé de João Godinho”, “a moura de João Rodrigues de Toar”, “o mouro do adail”, “Mafamede de Gomes Fernandes”, “Catarina de Francisco de Moura”. Assinalem-se também duas “escravas de água” propriedade de mulheres: “a negra de Joana de Mendonça” e “Areila (?) de Catarina Bucara”⁷⁵. Entre os cerca de quarenta proprietários elencados, como o supracitado João Rodrigues de Toar, vários eram moradores.

Este tipo de mão de obra pode ter sido também utilizado em empreendimentos de funcionamento regular, públicos ou privados, como no caneiro real, onde se procedia à saca e distribuição dos sáveis pescados no rio⁷⁶, na saboaria de fabrico e venda de sabão preto e branco,⁷⁷ ou nos lagares de cera⁷⁸. Não temos, todavia, provas documentais atestando tais suposições.

3. Comunidades, mouros de pazes, gente de passagem

Consideremos, agora, as comunidades judaica e muçulmana presentes em Azamor.

Para a primeira destas comunidades temos alguma informação, embora parca. Damião de Góis afirmava que, antes da conquista portuguesa, ela era constituída por 400 fogos⁷⁹. Mais tarde, em 1517, o capitão/governador Simão Correia calculava em 800 os homens existentes na cidade para pelejar, acrescentando “afora os judeus que serão 100”.⁸⁰ Considere-se este número um mero

75 ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 770, transcrição de Rui Henriques, digitalizada em acesso aberto *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. II – Documentos, ed. cit., pp. 249.-300. São pagamentos semanais de 19 de Julho a 25 de Outubro de 1528, em que, semana a semana, os nomes dos servidores se vão repetindo.

76 Livro do rendimento do caneiro real, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 575.

77 Carta de doação da saboaria de Azamor e seu termo a Jorge de Melo, Almeirim, 4 de Dezembro de 1513, ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 139v.

78 Ver, adiante, doação de dois lagares de cera e confrontações da casa de Pero Alonso Lopes.

79 Damião de Góis, *ob. cit.*, vol. III, cap. XLVII, p. 164.

80 Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 20 de Maio de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 36, pub. SIHM, II, pp. 85-88.

indicador, reduzido aos aptos para o serviço das armas. Na verdade, a grande maioria dos elementos desta comunidade dedicava-se a outras actividades, como a diplomacia, a usura e o comércio. Se acrescentarmos o facto de viverem com os seus familiares, na sua totalidade não andariam, por isso, muito longe dos valores avançados pelo cronista⁸¹.

Mais vagas são as informações sobre a comunidade islâmica residente em Azamor. Sabe-se que, em 1513, aquando da conquista portuguesa, a população muçulmana abandonou a cidade. No entanto, nos finais desse ano ou inícios do ano seguinte, surgiram alguns dos antigos residentes muçulmanos. É essa a ilação tirada de carta de Lud, um muçulmano de Azamor, ao monarca português, expressando-lhe a vontade de alguns desses ex-residentes regressarem à cidade. Sendo pescadores e homens que sabiam fazer cal em fornos, solicitavam instalação junto aos judeus.⁸² Mas pouco sabemos sobre o seu número. Em 1530, D. Pêro Mascarenhas afirmava serem muitos os muçulmanos habitando em Azamor, assim como judeus, mulheres e crianças, de tal modo que não caberia toda esta população de não combatentes na fortaleza⁸³. Um ano antes, António Leite, então capitão/governador, alertava D. João III para o elevado número de “cristãos-novos mouriscos”, vivendo sob a fé islâmica. Para evitar situações podendo pôr a praça em risco, dada a correspondência por eles mantida com os xarifes e o rei de Fez, sugeria ao rei os enviasse com as suas famílias para uma ilha. Uma ilha despovoada que eles povoariam ou uma ilha já povoada onde fossem instruídos na fé católica⁸⁴. Em suma, todos estes grupos não incluídos na categoria de moradores elevariam a população residente em Azamor para números bem superiores. Nestes totais não estão incluídos os “mouros de pazes”⁸⁵, ou seja, os muçulmanos vivendo afora de portas nas

81 Sobre esta comunidade, ver José Alberto R. Silva Tavim, “Judeus de Azamor e Mazagão: um diálogo permanente”, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. I – Estudos, ed. cit., pp. 651-671.

82 Carta de Lud a D. Manuel, c. 5 de Dezembro de 1513, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 442, pub. SIHM, I, pp. 457-458.

83 Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 9 de Junho de 1530, citada na nota 38.

84 Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 10 Setembro de 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, pub. SIHM, II, pp. 475-481 (informação colhida na p. 479)

85 Nos documentos de chancelaria de D. Afonso V estes muçulmanos aliados dos portugueses começam por ser designados “mouros tributários”. A fórmula “mouros das pazes”, embora utilizada por Gomes Eanes de Zurara, é mais corrente na chancelaria de D. João II. No período manuelino, além destas duas formas, encontram-se muitas

planícies e localidades circunvizinhas e, só temporariamente, sob alçada portuguesa. Falamos de populações muçulmanas a quem era garantida protecção, a troco de um tributo, normalmente pago em cereais (trigo e cevada), e de obrigações militares consistindo na participação em campanhas levadas a cabo pelos portugueses. Não estando directamente sujeitas à administração da praça a que se encontravam associadas, a sua articulação com as autoridades portuguesas era assegurada pelos chamados “alcaldes dos mouros de pazes”. Não eram, portanto, residentes. E, no tocante a Azamor como, de resto, a outras praças portuguesas, nomeadamente na costa meridional atlântica, não há registos permitindo avaliar o seu número em termos populacionais.

No caso de Azamor, a área de influência foi a Xerquia [Cherquiya], na região norte da Duquela, a sul do rio Morbeia tendo havido, sem sucesso, uma tentativa de extensão à Enxovia região a norte do mesmo rio. A experiência, pouco duradoura, muito instável e de difícil controle, só durou até finais da década de 1520. O insucesso não ficou a dever-se apenas ao clima de constante conflitualidade existente, mas também à grande mobilidade dos seus habitantes. Com efeito, apesar da existência de algumas povoações, habitadas fundamentalmente por berberes, falamos de uma população cuja grande maioria era seminómada (árabes e berberes), organizada em tribos, vivendo em tendas e dedicando-se à cerealicultura e à pastorícia.

Em suma, estes “mouros de pazes” constituíram uma espécie de protectorado que funcionou enquanto a correlação de forças no terreno foi favorável aos portugueses.

Daríamos uma imagem incorrecta da população de Azamor não referindo quem se encontrava de passagem na cidade e, a seu modo, animava a sua vida quotidiana. Essa população flutuante era significativa, a começar pelos estrangeiros, sobretudo mercadores, em especial castelhanos e pontualmente genoveses. Além do negócio dos sáveis, abundantes no rio de Azamor ⁸⁶ – lembre-se que no período anterior à conquista, quando era vassala da Coroa portuguesa, a cidade se comprometeu ao pagamento de um tributo anual de 10 000 sáveis –, comerciavam-se produtos europeus, como panos de cores, lacre, especiarias, e marroquinos incluindo têxteis, nomeadamente lambéis (*hambels*), alquicés (*haiks*) e aljarvias (*djelabas*), mas também cera, anil, couros, escravos, entre

outras de sentido semelhante, como: “terras das pazes”, “mouros em nossa paz e serviço”, “mouros assentados em nossa paz”.

86 Sabe-se que só em seis meses, de Dezembro de 1525 a Maio de 1526, recolherem-se no caneiro real 78 520 sáveis. (ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 575).

outros. Nos tempos áureos da cidade, eram muitas as cáfilas de mercadores muçulmanos a afluir a Azamor. Segundo o regimento da alfândega, só após ida à feitoria para compra ou venda de mercadorias pelos oficiais régios, poderiam negociar os mercadores privados, incluindo naturalmente os estrangeiros⁸⁷. Também estrangeiros, e também provisoriamente na cidade, eram alguns dos soldados que militavam em Azamor. A título de exemplo, em 1515, havia 50 homens da ordenança alemães e franceses⁸⁸.

Há a destacar, ainda, os mensageiros e emissários diplomáticos de potentes locais em deslocação a Azamor, onde permaneciam por vezes largos meses, como o comprovam os pagamentos a quem os albergava e alimentava, geralmente judeus. Refiram-se, por fim, as estadias de mulheres dos chefes muçulmanos aliados, as quais, por via de regra, eram mantidas como reféns na cidade por períodos longos, acompanhadas de seus filhos, serviçais e escravos. Assim aconteceu com as duas mulheres de Aco [Ya'koub], alcaide dos mouros de pazes da Xerquia até sensivelmente 1523⁸⁹. De igual modo se registam situações em que os próprios alcaides ou xeques dos “mouros de pazes” estanciavam temporariamente em Azamor, acompanhados ou não de seus séquitos e, por vezes, de contingentes militares.

4. A “vila nova” – casas e chãos

Várias fontes da época são unânimes em asseverar ser a cidade de Azamor, antes da conquista portuguesa, bastante populosa. Damião de Góis, em meados do século XVI, exaltando a riqueza e grandeza de Azamor pré-portuguesa, sustenta ali haver mais de 5 mil fogos, não contando com os dos judeus que seriam uns 400⁹⁰. Bem mais credíveis parecem ser outros testemunhos elaborados com objetivos meramente descritivos e informativos. Assim, na “Descrição de Ceuta por sua costa de Mauritània e Etiópia...”, escrita em 1507 e inserta no *Manuscrito Valentim Fernandes*, afirma-se ter, na altura, a cidade cerca de

87 Regimento da alfândega de Azamor, Lisboa, 19 de Fevereiro 1518, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 42-42v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. citados, Apêndice documental, doc. XIX.

88 Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 13 de Agosto de 1515, ANTT, CC, parte II, maço 59, doc. 163.

89 Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 27 de Julho de 1523, ANTT, CC, parte II, maço 109, doc. 45.

90 Damião de Góis, ob. cit., vol. III, cap. XLVII, p. 164.

mil vizinhos, e que, segundo os habitantes, “no tempo de sua prosperidade foi muito grande e poderosa e foi de doze mil vizinhos”⁹¹. Já Leão o Africano, viajante muçulmano que explorou a África do Norte, nos inícios do século XVI, descrevendo Azamor antes da ocupação portuguesa, afirma que ela conteria cerca de mil fogos⁹².

Tal cenário alterou-se brutalmente aquando da conquista. Com efeito, na noite de 2 para 3 de Setembro de 1513, na sequência de escaramuças e bombardeamentos, a população muçulmana abandonou a cidade. Por isso, quando o exército português entrou triunfalmente em Azamor na manhã de 3 de Setembro encontrou-a praticamente vazia. Nela apenas tinham permanecido os judeus os quais, previamente, tinham negociado com o comandante da armada, o duque D. Jaime de Bragança, a protecção de suas pessoas e bens.

Consequência da apropriação desta nova conquista, agora sob administração directa portuguesa, foi a necessidade de dotá-la de estruturas orgânicas de gestão e dos equipamentos mais importantes para o seu funcionamento, como, entre outros, alfândega, feitoria, casa dos contos e instalações para o capitão/governador. Fizeram-se também transformações radicais ao nível do urbanismo, redução do seu perímetro e trabalhos de fortificação, imprimindo à cidade uma marca lusitana. Foram, além disso, tomadas medidas no sentido de cristianizar todo o espaço urbano, meio de legitimação religiosa da expansão territorial de entidades cristãs. Neste particular, o exemplo mais significativo, além da desactivação dos lugares de culto islâmico⁹³, foi o da conversão da principal mesquita em igreja cristã, baptizada com o nome de Espírito Santo⁹⁴. Foi ainda necessário estabelecer ou, melhor, fixar um corpo militar que deveria estanciar na cidade para sua defesa, para controlar as regiões circundantes e para promover as projectadas e sempre abortadas conquistas para interior. A pouco e pouco, além dos judeus já aí residentes e dos moradores portugueses que se foram fixando, surgiram também, como se viu, alguns dos antigos residentes muçulmanos. Exerciam várias profissões como pescadores, fabricantes

91 *Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 7-8.

92 Jean Leon Africain, *Description de l'Afrique*, Lyon, par Jean Temporal, 1556, tome I, livre II, p. 89.

93 Segundo relato de conquista de Azamor, a cidade teria passante de 28 mesquitas.

94 Erradamente, as fontes da época designam esta igreja por “sé”. De facto, a principal igreja de Azamor era colegial e regida por um prior. A sé ou catedral encontrava-se na sede do bispado, em Safim.

de cal e outros ofícios mecânicos e solicitavam instalação junto aos judeus⁹⁵. De salientar ainda os serviços destinados a colher informações no terreno, espiando as movimentações adversárias, ou a transportar mensagens, recados, ou cartas para os senhores locais ou para outras praças⁹⁶. Os participantes destas missões raramente aparecem identificados, como também não aparecem listados nos róis de pagamentos da guarnição, ao contrário do registado, embora em ínfimo número, em Safim⁹⁷.

Foram-se assim estruturando no espaço urbano de Azamor três comunidades com credos distintos – cristãos, judeus e muçulmanos – cada uma delas habitando bairros próprios. Quanto à judiaria, o capitão Simão Correia propunha a sua acomodação dentro do castelo, em uma ou duas ruas. No entanto, teria vingado proposta dos próprios judeus no sentido de lhes ser concedido “de longo do muro da ribeira, duas ou três ruas, que fossem direitas à fortaleza, e que eles à sua custa se taipariam e se velariam, e tendo necessidade que se recolheriam à fortaleza”⁹⁸. Quanto à comunidade islâmica, deduz-se ter-se estabelecido nas imediações deste bairro, tal como sugerido na carta supracitada de Lud. Já a população cristã, incluindo os moradores, centrou-se preferencialmente na zona do castelo, se bem que na prática se tivesse também derramado por todo o espaço urbano.

As primeiras impressões dos portugueses sobre a cidade vista do exterior são extremamente elogiosas, enaltecendo a sua formosura e a sua dimensão comparável à de Évora. Já o mesmo não diziam do seu interior, nomeadamente dos seus edifícios. O duque de Bragança, cerca de três dias após a conquista, qualificava-o de feio e sujo, não parecendo “senão o mais mal curral de cabras do mundo”⁹⁹. Poucos dias depois, reforçando o mesmo juízo, considerava terem os muçulmanos “perdido a esperança na cidade, porque não reparam as casas, que na maior

95 Carta de Lud a D. Manuel, c. 5 de Dezembro de 1513, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 442, pub. SIHM, I, pp. 457-458.

96 Ver, a título de exemplo, mandados de pagamento de Rui Barreto e de D. Álvaro de Noronha, datados respectivamente de 16 de Julho de 1514 (ANTT, CC, II, maço 49, doc. 106), e de 25 de Julho de 1522 (*idem*, maço 101, doc. 8).

97 João Cosme, *A guarnição de Safim em 1511*, Lisboa, Caledoscópio / Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, 2004, pp. 34, 39-40 e 43.

98 Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de 1516, ANTT, *Gavetas*, Gaveta 15, maço 21, doc. 24, pub. SIHM, II, pp. 37-40 (citação colhida na p. 40).

99 Carta do Duque de Bragança a D. Manuel, Azamor, cerca 6 de Setembro de 1513, Caetano de Sousa, *Provas da historia genealogica da casa real portuguesa*, Lisboa, 1745, tomo IV, pp. 32-43, pub., com correções, SIHM, I, pp. 412-429 (citação colhida p. 429).

parte são pardieiros”¹⁰⁰. Avaliação similar fazia Nuno Gato, contador em Safim exercendo provisoriamente a mesma função em Azamor, embora admitindo haver nela muitos espaços, “grandes pardieiros e chãos e monturos”, para construir casas¹⁰¹. Também o governador Rui Barreto põe a tónica num castelo ermo, “sem nenhuma coisa, senão as casas que aí estavam descobertas”¹⁰².

É neste espaço amuralhado e em certa medida escalavrado que se vai erguendo a povoação portuguesa, a chamada “vila nova”, situada adentro do castelo e do atalho posteriormente construído, demarcando-a da chamada “vila velha”, ou seja, a parte da antiga cidade muçulmana deixada fora deste atalho¹⁰³.

Foi competência dos capitães/governadores distribuir, em nome da Coroa portuguesa, as casas e os chãos aos habitantes. Rui Barreto, enquanto primeiro governador de Azamor, iniciou este processo. Nessa qualidade atribui aos primeiros cristãos-novos estabelecidos como moradores, “chãos para casas e dois ou três pardieiros”, asseverando terem alguns já casas feitas¹⁰⁴. De igual modo, teria concedido um chão para aí fazer umas casas a Diogo de Arruda, mestre de obras, ao tempo responsável, com seu irmão Francisco, pelos trabalhos no castelo.

Outras moradias teriam sido distribuídas por Rui Barreto. Assim o atesta carta régia confirmando doação feita por este governador a Jorge Fernandes, bombardeiro, morador em Azamor, de duas casinhas e um palácio pequeno com pátio e quintal, cujas confrontações com outras casas permitem concluir já haver outros prédios atribuídos¹⁰⁵.

100 Carta do Duque de Bragança a D. Manuel, Azamor, 30 Setembro de 1513; ANTT, CC, parte I, maço 13, doc. 62, pub. *SIHM*, I, pp. 438-442 (citação colhida na p. 442).

101 Carta de Nuno Gato a D. Manuel, Azamor, 18 de Dezembro de 1513, ANTT, CC, parte I, maço 14, doc. 30, pub. *SIHM*, I, pp. 428-429.

102 Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, cit. nota 21 (citação colhida p. 499).

103 Sobre a estrutura urbana de Azamor, são essenciais, os trabalhos de Ana Lopes e Jorge Correia de que citamos, entre outros: Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África – Da tomada de Ceuta a meados do séc. XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008]; Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor: estruturas militares ao manuelino*, dissertação de mestrado, Braga, Universidade do Minho – Faculdade de Arquitectura, 2009 (acessível no Repositorio UM); ver ainda estudo de ambos intitulado “Azamor entre 1513 e 1541: Arquitectura e urbanismo”, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. I – Estudos, ed. cit., pp. 485-538.

104 Carta de Rui Barreto citada na nota 21.

105 Carta de confirmação de doação de D. Manuel, Lisboa, 16 de Outubro de 1514, ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 143-143v.

Mas o grande incremento neste processo de fundação da “vila nova” foi dado por disposições régias, já nos inícios de 1516, determinando só houvesse em Azamor a população que coubesse no castelo, e enviando Diogo Vaz com regimento para se fazerem casas dentro dele. Prometia-se ainda fazer mercê de casas àqueles que as quisessem fazer aí dentro e aí ficar¹⁰⁶. Essa mercê traduziu-se por um financiamento inicial de 40 cruzados (16 000 réis), como atestam os registos de fiança de António Mourão e João Álvares, ambos moradores em Azamor, em troca do compromisso de fazerem as obras no prazo de três meses¹⁰⁷. Esse financiamento a quem construísse casas nas terras concedidas no castelo foi posteriormente aumentado para 20 000 réis¹⁰⁸. Registos de fiança aos moradores acima citados, datados respectivamente de 2 e 3 de Outubro de 1516, confirmam a sua execução¹⁰⁹, assim como mandado, de 18 de Setembro de 1517, do capitão Simão Correia ao almoxarife Álvaro do Cadaval para pagar ao morador João Alvares os 4000 réis ainda devidos para completar os 20 000 réis, uma vez já ter as casas feitas. Segue-se o recibo de 19 de Setembro, referente ao pagamento do valor em dívida, metade em dinheiro e outra metade em materiais para “achegas” de acabamento das ditas casas¹¹⁰.

Seria o capitão/governador Simão Correia a dar um grande impulso a estes trabalhos. O seu empenhamento é visível em duas cartas ao rei, escritas pouco depois da sua tomada de posse a 28 de Agosto de 1516¹¹¹. Dá notícia do bom andamento da construção de 81 casas, graças aos 200 pedreiros e carpinteiros enviados pelo monarca português. Mais houvesse e mais edifícios se levantariam! O seu entusiasmo transparece no planeamento do espaço urbano por ele gizado: “cheio todo de casas na ordem que vão as de Vossa Alteza e as ruas arruadas e calçadas de ladrilho, de muito que há nesta cidade, que cada um

106 Carta de D. Manuel a António Leite, contador, Almeirim, 24 de Janeiro de 1616, ANTT, CC, parte I, maço 33, doc. 69, pub. *SIHM*, I, pp. 768-769.

107 Registo de fianças das pessoas que recebem 40 cruzados de mercê para fazerem casas no castelo, Azamor, 2 e 3 de Outubro de 1516, ANTT, CC, parte II, maço 66, doc. 79.

108 Ordem de pagamento de António Leite, contador de Azamor, tendo como beneficiários, António Mourão e João Álvares, ambos moradores em Azamor, Azamor, 16 de Agosto de 1517, ANTT, CC, parte II, maço 71, doc. 32.

109 Registos de fiança, Azamor, 2 e 3 de Outubro de 1516, ANTT, CC, parte II, maço 66, doc. 79.

110 Mandado de Simão Correia, Azamor, 18 e 19 de Setembro de 1517, ANTT, CC, parte II, maço 71, doc. 121.

111 Cartas de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 4 de Setembro e 3 de Outubro de 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 59 e *Gavetas*, Gaveta 15, maço 21, doc. 24, respectivamente, pub. *SHIM*, II, p. 38, n. 2 (resumo) e pp. 37-40.

calçará sua porta, com que se escusarão de muito pó e lama que cá há, e na porta da ribeira feito um cais, a alfândega e feitoria logo pegada com ela, e a cidade velha derribada e chã e feito nela muitas vinhas e pomares e hortas”.¹¹² A aplicação de Simão Correia volta a estar patente quando doa a Fernão Pires de Andrade um chão, situado na rua indo da praça para o castelo. Dando-lhe um ano para aí realizar benfeitorias, tem o cuidado de especificar não poder ele fazer balcão nem “pendurança” (pendurada), nem “remoto” (avанçado) sobre a rua, que fizessem impedimento.¹¹³

O monarca português acompanharia e chancelaria todos estes trabalhos, pois, por alvará de 3 de Dezembro de 1516, aprova acordo feito entre Simão Correia e as pessoas a quem o rei tinha dado chãos. Estas, segundo o estipulado, em vez de construírem as suas próprias casas, cediam os chãos (terrenos) a Simão Correia que ficava com o direito exclusivo, ele e seus sucessores, de aí construir à sua custa as casas, passando os moradores a pagar-lhe aluguer ou foro¹¹⁴. Não sabemos se este projeto teve seguimento, até porque cerca de um ano depois Simão Correia seria apeado do seu cargo e substituído por D. Álvaro de Noronha.

Ao tempo destes empreendimentos D. Manuel I ainda não tomara decisão sobre a construção de um atalho, mas era uma hipótese seriamente aventada. Simão Correia era desfavorável ao seu levantamento, por achar o castelo suficiente para albergar a população então existente. Escrevia ele, considerando a área do castelo, “é tamanho que bem se pode chamar vila”¹¹⁵. Embora reconhecendo terem já alguns habitantes construído casas no quarteirão onde pensavam iria passar esse atalho, alegava não serem muitos os prejuízos decorrentes do seu derrubamento, pois ainda se aproveitava a telha e a madeira, ficando somente a pedra e o barro, materiais de pouca substância¹¹⁶.

112 Carta de 3 Outubro citada na nota anterior (citação colhida na p. 39).

113 ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 233v.

114 Alvará de D. Manuel, Lisboa, 3 de Dezembro de 1516, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 21, f. 159 (e *Livro das Ilhas*, f. 162), pub. Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses – séc. XVI e XVII*, reprodução em fac-símile da edição da Academia das Ciências de Lisboa de 1898, Introdução de José Manuel Garcia, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, parte II, pp. 145-146.

115 Carta supracitada de Simão Correia, datada de 3 de Outubro de 1516.

116 Idem, *ibidem* e carta do mesmo Simão Correia dirigida provavelmente ao secretário de Estado António Carneiro, Azamor, 27 de Maio de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n. 1, resumo pub. SIHM, II, p. 38, nota 2.

Apesar de Simão Correia ser um capitão/governador benquisto pelos representantes da comunidade judaica e pelo célebre Bentafufa [Yahya u Ta'fuft]¹¹⁷, na altura alcaide dos mouros de pazes de toda a Duquela e pelas camadas sociais mais humildes da cidade, enfrentou animosidades por parte de certos sectores da população portuguesa, nomeadamente gente grada, que o acusou de várias irregularidades e prepotências. Entre outras, aponta-se a de, nos arrolamentos, substituir cavaleiros por trabalhadores manuais, como “hortelãos, cavouqueiros, pedreiros, carpinteiros e alfaiates que não se sabem ter num cavalo e não são pessoas para pelejar”. Há também queixas sobre o modo como estava a conduzir o processo de construção de casas: “tem derribado muitas casas na cidade de pessoas que servem nela desde a tomada, por lhes tomar a madeira com a qual fez suas obras e mandou e manda hoje em dia muita à vila nova”. Mais grave, se tivermos em consideração a política manuelina de bom relacionamento com os autóctones, era a acusação de mau tratamento dado a mouriscos, ora cativando-os ora mandando-os vender a Castela. Saem da pena de Duarte Rodrigues Alcoforado estas e outras acusações. Apresentando-se como homem com mais 70 anos e tendo sempre servido em todos os lugares do norte de África e conhecido todos os capitães deles, pede ao rei mande instaurar uma inquirição para os tirar da opressão e tirania de Simão Correia¹¹⁸. Pela mesma altura, também os já referidos “doze elegidos de Azamor”, entre os quais aparece listado o nome do supracitado Alcoforado, embora não atacando pessoalmente Simão Correia, se referem aos derrubamentos de casas, supomos colectivas, para albergar gente da guarnição, uma perto da “sé”, onde se poderiam agasalhar 12 a 15 de cavalo, assim como de uma mesquita, onde pousou com muita gente Álvaro de Carvalho, um dos capitães participantes na conquista da cidade. Lamentam-se por

117 Ver a este propósito carta de Ahe Adibe [Yahya Adibe], judeu, morador e língua de Azamor, filho de Adibe o Velho (provavelmente Jocefe Adibe [Yousof Adibe]), a D. Manuel, louvando a actuação de Simão Correia como governador e o seu bom relacionamento com os mouros de pazes da Duquela e da Enxovia, Azamor, 25 de Janeiro de 1517, ANTT, CC, parte I, maço 12, doc. 19, pub. *SIHM*, II, pp. 59-62. E carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 10 de Agosto de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 73, pub. *SIHM*, II, pp. 150-152, tecendo grande elogio a Bentafufa, numa altura em que se acumulavam as desavenças deste alcaide com o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde.

118 Carta de Duarte Rodrigues Alcoforado a D. Manuel, Azamor, 11 de Agosto de 1517, ANTT, CC, parte I, maço 2, doc. 55, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. XVI.

Simão Correia, de tudo sabedor, não lhes ir à mão, quando havia em Azamor muitos homens não tendo onde se meter e seria melhor aposentarem-se nelas que derrubarem-se¹¹⁹.

A decisão de D. Manuel I sobre a construção do atalho foi dada a conhecer, através de regimento, datado de 11 de Setembro de 1517. Dando indicações precisas sobre o seu traçado e estrutura, o monarca português nomeava o almoxarife Álvaro do Cadaval como vedor e recebedor dessa obra. No mesmo regimento, estava consignada a ordem de suspender os apoios financeiros concedidos até então para a construção de casas dentro do castelo, determinando-se que o dinheiro ainda não utilizado fosse agora aplicado na feitura do atalho¹²⁰. Não vingara, pois, a ideia de Simão Correia e logo no final de 1517, a 30 de Dezembro¹²¹, seria nomeado novo capitão/governador, D. Álvaro de Noronha que, no entanto, só tomaria posse do cargo em Março de 1518.

Foi assim D. Álvaro de Noronha quem, durante o seu mandato (de 1518 a 1525), se encarregou da feitura do atalho o qual, segundo o próprio, estaria concluído em Abril de 1520¹²². Simultaneamente, pretendia derrubar a “vila velha”, não só, escreve ele, pelas muitas maldades aí feitas, como pelos perigos decorrentes da existência do casario, no caso de haver um cerco à cidade¹²³. Pretensão que não teria concretizado totalmente, tendo em conta ilação aventada em recente estudo: “Azamor terá sido dos casos de espaços urbanos portugueses no Norte de África onde a destruição a área excluída pelo atalho terá sido menor”¹²⁴. Ainda segundo D. Álvaro, manter-se-ia a cerca antiga para proteger os quintais e pomares. Assim, em 1521, ordenava o pagamento a Afonso Lopes, carpinteiro, e outros dois oficiais para fazerem portas novas

119 Carta dos doze eleitos pelo povo de Azamor a D. Manuel, Azamor, 12 de Agosto de 1517, cit. supra, nota 12.

120 Regimento da obra do muro e atalho da cidade de Azamor, Lisboa, 11 de Setembro de 1517, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 22v-23v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. XVIII.

121 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 10, f. 452.

122 Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, Azamor, 18 de Abril de 1520, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 45, pub. SIHM, II, pp. 273-275.

123 Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, Azamor, 18 de Maio de 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 299, pub. SIHM, II, pp. 240-242.

124 André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia e Azzeddine Karra, “As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do conhecimento”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. II, pp. 627-638 (citação colhida na p. 631).

na Porta do Combate, porque as existentes eram da Porta do Castelo¹²⁵. Três anos depois eram pagos 720 réis aos carpinteiros por fazerem as portas dessa cerca, a que chama “atalho velho”¹²⁶. Tratar-se-ia em ambos os casos da Porta do Combate, única abertura dos muros da referida cerca não entaipada pelos portugueses.

Entretanto e fechando esta primeira etapa de construção e distribuição de casas, D. Manuel I, em carta expressamente dirigida aos moradores de Azamor, determinava que todos os detentores de casas, dadas até à data pelos capitães, estando em posse delas e tendo nelas feito benfeitorias, as podiam ter, lograr, vender e “fazer delas como de sua coisa própria”¹²⁷.

Este processo prosseguiria, nomeadamente no respeitante a casas e terrenos da Coroa ainda por afectar, consignando-se doravante a obrigatoriedade do registo das doações no chamado “livro das dadas de casas e chãos de Azamor”, mesmo assim com o risco de se verificarem sobreposições. Dito por outras palavras, as dadas eram, em princípio, feitas pelos governadores e, meses depois, chanceladas por alvará régio. Mas, por vezes, eram despachadas directamente pelo monarca português, situações em que havia o cuidado de ressalvar: “e isto se por nós não foram dadas a outra pessoa” ou “não estando as casas todas dadas ou havendo algumas que não sejam dadas por nossas cartas”. Paralelamente, verifica-se uma certa transigência nas concessões, admitindo-se acumulações. Às doações de casas por via de regra estantes no castelo, era acrescida a ressalva, “sem embargo de termos mandado que quem tiver casas na cidade as não possa ter no castelo”¹²⁸. E, de facto, há registos posteriores de alugueres de casas por moradores, quer para albergar emissários muçulmanos quer para armazenamento de cereais, comprovando serem proprietários de mais de uma habitação¹²⁹.

125 Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 13 de Setembro de 1521, ANTT, CC, parte II, maço 98, doc. 2.

126 Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 26 de Setembro de 1524, ANTT, CC, parte II, maço 119, doc. 110, excerto pub. *SIHM*, II, p. 345, nota 1.

127 Carta de mercê de D. Manuel aos moradores de Azamor, Lisboa, 23 de Julho de 1518, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 28, f. 35v e *Livro das Ilhas*, f. 164, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. XX.

128 Citações colhidas nas doações elencadas no quadro abaixo.

129 Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 12 de Dezembro de 1529, ANTT, CC, parte II, maço 93, doc. 15; e Ordem de pagamento de António Leite, Azamor, 6 de Outubro de 1537, ANTT, CC, maço 59, doc. 84.

No quadro adiante publicado, listámos a doações de casas ou terrenos da Coroa a particulares, no tempo de D. Manuel I. É um quadro em aberto, esperando que novas fontes documentais venham a ser descobertas para seu enriquecimento. Mesmo assim reveste-se de interesse não só por nos informar sobre as diferentes parcelas das moradias, sobradadas ou térreas, os quintais adjacentes etc., mas também porque nos fornece as respectivas confrontações, ou seja, as casas ou terrenos confinando com essas moradias. O detalhe das informações fornecidas quase permitiria reconstituir determinadas áreas da malha urbana da cidade. No total, nesse período, temos 22 casas e 2 chãos doados, aos quais se podem acrescentar, via confrontações, mais 15 casas com identificação dos seus proprietários e 5 chãos, alguns dos quais ainda por doar. O total cifra-se, portanto, em 37 casas e 7 chãos. Supomos pertencerem essas moradias, doadas pelo rei a particulares, na sua maioria moradores, ao lote das 81 casas cuja construção fora supervisionada por Simão Correia. Não incluíam, portanto, as casas inicialmente construídas pelos moradores com financiamentos concedidos pelo monarca. Todas se situavam no castelo.

Quadro de doações régias de casas e chãos, no reinado de D. Manuel¹³⁰

Data / Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1514, anterior Junho (Rui Barreto) Cf. Régia: 1514, 16 Outubro	Jorge Fernandes, bombardeiro e morador	- Duas casinhas pequenas - Um palácio pequeno - Pátio e quintal	- Banda Sul, casas dadas a Rui de Ataíde para seu sogro - Casas de Fernão Vaz Madruga - Da banda norte, casas de Estevão Rodrigues Bérrio - Rua que vai da “sé” para a praça - Serventia por outra rua	ANTT, Livro das Ilhas, ff. 143-143v
(1514-1518) (Simão Correia) Cf. Régia: 1519 (sem dia nem mês)	Bastião Leite	- Casas em que entrava sobrado que fora dos contos velhos, de que estava em posse		ANTT, Livro das Ilhas, f. 233
1517, 3 de Agosto (D. Manuel)	Mateus Fernandes, cavaleiro, morador	No castelo: casas morador	- Casas de Duarte Rodrigues, escrivão feitoria e alfândega - Casas de João Fernandes da Fonseca, alfaqueque - Junto com o outeiro do castelo	ANTT, Livro das Ilhas, f. 230

130 A principal fonte para elaboração deste quadro foi o *Livro das Ilhas*, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja digitalização está acessível no sítio desta instituição. Dele existe também publicação, sob título *Livro das Ilhas*. dir., leitura, pref. e notas José Pereira da Costa, [Angra do Heroísmo] [Funchal], Sec. Reg. da Educação e Cultura; Sec. Reg. do Turismo e Cultura, 1987.

Data / Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1517, 13 Setembro (D. Manuel)	Álvaro do Cadaval, almoxarife	No castelo – Casas com seus quintais	– Casas onde vive Vicente Pires – Casas de António Fernandes	ANTT, Livro das Ilhas, f. 230v
1517, 10 Dezembro (Manuel)	Duarte Rodri- gues, cavaleiro, escrivão do almoxarifado e feitoria	No castelo – Casas, para viver com sua mulher e filhos		ANTT, Chancelaria D. Manuel, liv. 10, f. 119
1517, 16 Dezembro (Simão Correia) Cf. Régia: 1519, 10 Novembro	Fernão Pires de Andrade, cavaleiro	No castelo – Um chão na rua que vai da praça para o castelo	– Chão do vigário – Rua pública – Chão de Álvaro Colaço	ANTT, Livro das Ilhas, ff. 233- 233v
1518, 17 Setembro (D. Manuel)	Lançarote de Freitas, feitor	No castelo – Casas e quintais, onde ora vive	– Casas de Martim Vaz – Hortas do rei em que estão as atafonas do capitão	ANTT, Livro das Ilhas, f. 164
1518, 18 Setembro (D. Manuel) 1522, 14 Janeiro Cf. D. João III	Álvaro Rafael	No castelo – Casas que foram de Moleziam, com seus palácios e circuito, onde vivia		ANTT, Livro das Ilhas, f. 236 ANTT. Chancelaria D. João III, liv. 51, ff. 8v-9

Data / Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1519, 9 Janeiro (D. Manuel)	Álvaro Cabral, cavaleiro	– Casas onde pousava Manuel Lopes, vedor das obras		ANTT, Chancelaria D. Manuel. Liv. 10, f. 110
1519, 8 Março (D. Manuel)	Vicente Pires cavaleiro, morador	No castelo – Casas onde vive e tem feito benfeitorias		ANTT, Livro das Ilhas, f. 170
1519, 6 Julho (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia: 1520, 21 Junho	Rui Garcia, cavaleiro, escri- vão da feitoria, almoxarifado e alfândega	No castelo – Uma casa sobradada – Outra térrea – Um quintal Casas onde já pousava	– Casas de João da Silva – Casas e quintal de António Fernandes, apontador – Casa de Pero Lopes – Rua pública	ANTT, Livro das Ilhas, f. 172v
1519, 30 Agosto (D. Manuel)	António Fernandes, vedor das obras, morador	No castelo – Casas que em sua posse estiveram		ANTT, Livro das Ilhas, f. 231
1519, 4 Outubro (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia: 1521, 21 Março	João Fernandes Cardenal, piloto, morador	No castelo – Uma morada de casas, sita na rua de Rui Garcia, portas adentro: uma sobradada, uma estrebaria, um quintal	– Casas de Fernão Pinto – Casas onde pousa João Álvares Frazão – Casas entestam com as de Lançarote de Freitas – Rua pública	ANTT, Livro das Ilhas, f. 226, pub. Sousa Viterbo, <i>Trabalhos náuticos</i> , ed. cit., II, pp. 140-141.

Data / Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1519, 3 Novembro (D. Manuel)	António Lopes Sequeira	No castelo – Casas com seu quintal, onde já estava	– Casas onde pousava João da Silva – Casas em que pousava Mateus Fernandes – Detrás das casas do feitor e de Martim Vaz	ANTT, Livro das Ilhas, f. 234
1519, 9 Novembro (D. Manuel) ¹³¹	Fernão Pires de Andrade, cavaleiro	No castelo – Casas onde pousou Martim Vaz, escrivão dos contos	– Casas de João da Silva – Casas em que pousa amo do Barão	ANTT, Livro das Ilhas, 233v-2daas
1519, 14 Novembro (D. Manuel)	Álvaro Gonçalves, criado de Rui Barreto	No castelo – Casas em que ele pousa	– Casas de Pero Cardenas – Casas de Álvaro do Cadaval – Casas onde está Pero Borges – Rua pública	ANTT, Livro das Ilhas, f. 166v
1519, 23 Dezembro (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia, 1520, 1 Março	João Álvares Frazão, cavaleiro	No castelo – Uma casa sobradada – Duas casas térreas – Um quintal Sitas na rua de Rui Garcia	– Casas de Duarte Rodrigues, escrivão – Quintal de Vicente Pires – Casas do rei que estão por dar – Rua	ANTT, Livro das Ilhas, 167

¹³¹ Anulada a 16 de Junho de 1520 (ver adiante).

Data / Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1520, 21 Janeiro (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia: 1520, 3 Março	Pero Lopes, escudeiro	No castelo – Moradia em que ora pousa, com uma casa sobradada e uma térrea e um quintal Sita na rua de Rui Garcia	– Casa onde pousa Álvaro Gonçalves – Quintal de Álvaro do Cadaval – Rua pública	ANTT, Livro das Ilhas, ff. 166v-167
1520, 4 Fevereiro (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia: 1521, 27 Setembro	Fernão Pinto, cavaleiro, morador	No castelo – Uma casa sobradada – Uma casa térrea – Um quintal	– Casas de Álvaro Cabral – Casa de João Fernandes, piloto – Entestam com casas de Lançarote de Freitas – Rua pública	ANTT, Livro das Ilhas, ff. 172-172v
1520, 14 Fevereiro (D. Manuel)	Duarte Lopes, cavaleiro	No castelo Casas para sua morada, sem especificar, “havendo algumas que não sejam dadas por nossas(rei) cartas e alvarás”		ANTT, Livro das Ilhas, ff. 173-173v
1520, 15 Fevereiro (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia: 1521, 1 Março	Vasco Pinel, cavaleiro, morador	No castelo – uma casa sobradada – duas cas térreas – um quintal	– muro – casas que tem Martim Vaz, escrivão dos contos – casas de Sebastião Martins – chão de Vicente Rebelo – quintal de Vicente Rodrigues, sapateiro	ANTT, Livro das Ilhas, f. 226v

Data / Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1520, 4 Março (D. Álvaro de Noronha) Cf. Régia: 1520, 16 Junho ¹³²	Fernão Pires de Andrade, cavaleiro, morador	No castelo – morada de casas na rua de Rui Garcia – Duas casas e um quintal Sitas rua de Rui Garcia	– Casas de Tomé Gramaxo em que está a masmorra – Chão ainda por dar – Casas de Fernão Pinto e rua pública	ANTT, Livro das Ilhas, ff. 169v-170
1520, 18 Março (D. Manuel)	Martim Teixeira, pedreiro, designado mestre de obras para a ponte projetada	Chão despejado, onde estavam os açougues dos mouros, com torre branca pegada. Para nele fazer casas	Com 15 braças em quadrado	ANTT, Livro das Ilhas, ff. 232v-233, pub. SIHM, Portugal, II, nota 4.
1520, 27 Setembro (D. Manuel)	Bernardo Anes, cavaleiro, morador	No castelo Casas com seu quintal onde estava aposentado	– Casas em que vive João Fernandes, piloto – Casas onde vive Gaspar Sequeira	ANTT, Livro das Ilhas, f. 170v

¹³² “E a carta que das outras casas tinha foi perante nós (rei) rota ao assinar esta”.

No mesmo período, há ainda duas outras doações, mas não de casas ou chãos. São elas:

- Dois lagares de cera, do tempo dos muçulmanos, a Francisco de Almeida, cavaleiro¹³³. Supomos se localizariam no castelo, pois aí se situava outro lagar de cera, registado nas confrontações de casa pertencente a Pero Alonso Lopes (ver adiante).
- Uma ilha pelo rio acima, duas léguas de Azamor, para junto dela ser feito caneiro ou pescaria, a João de Freitas, cavaleiro, morador, pelo capitão/governador D. Álvaro de Noronha (Azamor, 4 de Abril de 1519), confirmada por D. Manuel I (Évora, 20 de Setembro de 1520)¹³⁴. Dois anos depois, já no tempo de D. João III, e por falecimento de João de Freitas, sem herdeiros, foi doada de juro e herdade, com o caneiro que este “fez ou tinha para fazer”, a Luís da Silveira, conselheiro real e guarda-mor, com possibilidade de vender, arrendar e receber as respetivas rendas. Deduz-se, pelo estatuto e condição social, ter sido proprietário ausente¹³⁵.

O volume de doações chanceladas por D. João III parece ter diminuído bastante, com a agravante de alguns poucos registos localizados na Chancelaria deste monarca serem ilegíveis por a tinta estar muito apagada ou totalmente coberta por borrões. Os poucos resultados obtidos apontam ou para confirmações de casas já doadas por D. Manuel I (ver quadro supra de doação de 18 de Setembro de 1518 a Álvaro Rafael), ou para doação de vários chãos, um no castelo e outros na “cerca velha”, a Pero Cardenas, cujo principal interesse decorre da circunstância de as confrontações dos terrenos situados nesta “cerca velha”, concedidos ainda por D. Álvaro de Noronha (1523 e 1524) e confirmados por D. João III, testemunharem já haver aí outras parcelas distribuídas¹³⁶. Mais tardiamente, de sublinhar dois registos. Um de doação de casas

133 Mercê régia de dois lagares de cera [...] em Azamor, Almeirim. 20 de Dezembro de 1514, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 11, f. 2v.

134 Mercê de ilha [...] em Azamor, Évora 20 de Setembro de 1520, ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 170v-171.

135 Mercê de ilha [...] em Azamor, Lisboa, 6 de Agosto de 1522, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 47, ff. 115-115v.

136 Confirmação de mercês de certos chãos em Azamor a Pero Cardenas, Évora, 25 de Novembro de 1524, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 36, f. 70.

a Afonso Drago, morador, na praça da cidade, em segunda mão, por já terem pertencido a dois outros moradores até o monarca as retomar e doar¹³⁷. Outro, não diretamente relacionada com moradores, em que D. João III ratifica a compra feita, sem licença régia, de uns chãos e pardieiros no castelo pelos frades agostinhos. Esta compra já se realizara há cerca de um ano e meio, tendo os frades edificado uma casa e igreja da devoção de Nossa Senhora da Graça e pretendendo agora acrescentar as ditas construções para aí morarem¹³⁸. Mas, na década de 1530, o registo mais interessante sobre as casas particulares de Azamor encontra-se no processo de entrega à Fazenda Real de duas casas, ambas na posse de Pero Alonso Lopes, mercador, morador em Azamor. Uma era a sua casa de habitação, outra fora de seu irmão, Gonçalo Lopes, também ele morador. Por razões que não interessa aqui detalhar, Pero Alonso resolveu regressar a Portugal, pelo que requereu ao contador João Mendes lhe passasse certidão de entrega dessas casas. Para esse efeito, o contador fez-se acompanhar de Alexandre de Freitas, feitor e almoxarife em Azamor, Diogo de Neiva, escrivão dos seus cargos e dos contos, António Pires, porteiro dos contos, e Jorge Dias, pedreiro e mestre de obras da cidade. Vejamos, então, a descrição dessas moradias na referida certidão, remetida para o vedor da Fazenda do rei, pois fornece preciosas informações sobre a sua localização, sua estruturação interna e dependências, coberturas e materiais usados, incluindo as medidas de algumas das suas divisões. De notar ser a primeira vez em que, nestes documentos, aparece referência à rua Direita, possivelmente a anteriormente designada como rua pública.

- A casa de Pero Alonso Lopes, situada na praça da cidade, confrontava da banda norte com a praça, da banda sul com as casas descobertas dos herdeiros do almoxarife Álvaro do Cadaval, da banda oeste com as casas da mulher do falecido João Fróis, tosador, e da banda este com rua conducente ao lagar de cera de Duarte Lopes. “E tem da banda da praça uma casa dianteira, a saber, uma loja com um sobrado solhado

137 Carta de mercê de umas casas a Afonso Drago, Évora, 26 de Abril de 1536, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 21, f. 107.

138 Carta de autorização de compra de chãos e pardieiros aos frades da Ordem de Santo Agostinho, Lisboa, 22 de Junho de 1538, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 44, f. 75. Por carta dos fidalgos e moradores de Azamor, datada de 20 de Março de 1540, conclui-se estarem finalizadas as obras do convento (ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 88, pub. SIHM, III, pp. 241-242).

de tabuado e coberta de telhado forrado de canas, e tem por dentro de vão oito côvados¹³⁹ de comprido e outros oito de largo. E além desta tem outra casa câmara, a saber, loja e sobrado solhado de tabuado também coberto de telhado e forrado de canas, o qual sobrado tem por vão de comprido nove côvados e de largo cinco e meio, e esta casa tem outra câmara com sua loja e também solhada e sobrada de tabuado e coberta de telhado forrado de canas, a qual câmara tem de comprido por dentro do vão oito côvados e de largo quatro”.

- A que fora de Gonçalo Lopes, situada em a rua Direita “que vai da Porta Nova para a praça”, confrontava da banda norte com as casas de A.º (Afonso ou António) Moreno, da banda sul com as casas de Martim Camacho, da banda leste com as casas dos herdeiros de Álvaro Cansado, e da banda oeste com a rua pública(?)¹⁴⁰ “Tem uma loja e um sobrado, coberta de telha e o sobrado de cotra¹⁴¹, que tem por vão de comprido onze côvados e de largo dez, e tem uma câmara térrea coberta de cotra que tem de comprido seis côvados e de largo quatro. E tem mais um pátio que tem de comprido nove côvados e de largo sete. E tem além do pátio um quintalinho que tem seis côvados de comprido e três de largo. E além do pátio mais uma casa térrea coberta de telha que tem de comprido doze côvados e de largo cinco. E mais outro quintal descoberto que tem de comprido onze côvados e quatro de largo”¹⁴².

Além da supracitada certidão, o processo integra ainda dois despachos de D. João III, datados de 16 de Abril e 23 de Junho de 1535, ordenando o pagamento de 64 747 réis aos dois irmãos, e informando terem as duas casas sido derrubadas¹⁴³. Este valor global, no pressuposto de cada casa valer cerca de 32 mil réis, não andaria muito longe do das casas construídas com os 20 mil réis de financiamento concedidos por D. Manuel I aos moradores, se tivermos em consideração que a esta verba havia a acrescentar o valor dos terrenos previamente doados pelo monarca. Quantia similar, 30 671 réis, foi paga, em 1534, aos

139 Antiga medida linear correspondendo a 66 cm.

140 Leitura hipotética, trata-se de desdobramento de abreviatura quase indecifrável.

141 O mesmo que crosta.

142 Certidão de entrega de casas de Pero Alonso Lopes, Azamor, 7 de Junho de 1533, ANTT, CC, parte I, maço 55, doc. 17.

143 Idem, *ibidem*.

herdeiros de Catarina Rodrigues, viúva de João Álvares Frazão, “morador que foi em Azamor”, por casa que o rei lhes tomara na mesma cidade¹⁴⁴.

A tomada de casas aos proprietários por parte do monarca, referida também na doação supracitada a Afonso Drago, parece ter sido prática de D. João III e não pode deixar de relacionar-se com um certo desinvestimento real relativamente a Azamor e a outras praças do sul de Marrocos, a partir de inícios da década de 1530. São vários os testemunhos comprovativos de que D. João III, pressionado pelas circunstâncias adversas, considerasse premente a reorganização das praças, não pondo de lado a hipótese de abandono de algumas delas. Sinais patentes na missão de Duarte Coelho, em 1529, para, com dois engenheiros, estudar as fortificações do Norte de África, e, na mesma data, em parecer formulado pelo duque de Bragança. No caso de Azamor, são sintomáticas as instruções sigilosas dadas a D. Pêro Mascarenhas quando vai tomar posse do cargo de capitão/governador da cidade, em 1530. Segundo o próprio, sendo portador de carta notificando juizes, oficiais, fidalgos e cavaleiros de decisões régias, decide, face à iminência de investida do rei de Fez, não a entregar de imediato, para não receberem mais desgostos. Asseverava, no entanto, estar a dar seguimento às disposições régias, ou seja, à avaliação de casas, já tendo feito a das situadas no castelo e no atalho da praça velha. Pensava dar por concluída esta tarefa em fins de Julho e então comunicar aos habitantes a carta régia, para eles lhe indicarem quem quereria ir servir para Arzila e de tudo o mais que o rei mandava se fizesse¹⁴⁵.

Em conclusão, a “vila nova” de Azamor foi-se erguendo com um casario bastante cerrado, pelos menos em certos sectores, entremeado de ruas, hortas, outeiros e chãos ainda por afectar. A maior parte das casas, por certo as mais abastadas, tinha quintais e várias divisões sobradadas ou térreas. Além dos edifícios públicos, como a alfândega, a feitoria, casa dos contos e misericórdia, e dos edifícios religiosos, como a igreja matriz, os conventos dos franciscanos e dos agostinhos, pontuavam outras instalações ou equipamentos, como a masmorra (junto à casa de Fernão Pires de Andrade) ou as atafonas (junto à casa de Lançarote de Freitas), os três lagares de cera e a fábrica de sabão.

144 Alvará de D. João III, Sesimbra, 3 de Abril de 1534, ANTT, CC, parte I, maço 52, doc. 103.

145 Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 20 de Junho de 1530, ANTT, CC, parte I, maço 45, doc. 43, pub. *SIHM*, II, pp. 535-543 (informação colhida nas pp. 541-542).

5. Modos de vida, ocupações e actividades

Como é sabido, a vida nas praças portuguesas de Marrocos foi marcada por um clima de constante conflitualidade. As almogavarias ou cavalgadas alternavam-se, ora da iniciativa dos muçulmanos ora dos cristãos. Eram acções guerreiras cujo objectivo primordial era o saque de gado, trigo, cevada, mel, cera, cativos, etc., quando não a simples razia, pontuadas às vezes por iniciativas de maior vulto, como cercos e campanhas militares. Não fora a escalada combativa e sistemática dos xarifes sádidas, avançando do Suz para o Norte, dir-se-ia um diálogo armado infundável no qual ninguém tinha a última palavra.

Por essa razão, várias praças, em especial na costa meridional atlântica, como Azamor, situadas junto a planícies ricas em produção cerealífera viram-se anualmente confrontadas com as chamadas, “guerras do pão”, na feliz expressão de Vitorino Magalhães Godinho¹⁴⁶, as quais afectaram profundamente a produção de cereais, pois as searas eram frequentemente devastadas e pilhadas pelos senhores locais que iam “correr os campos” ou “comer os pães”, sendo as populações muçulmanas obrigadas a deslocar constantemente as sementeiras; por vezes, nem as chegavam a realizar, com receio de possíveis investidas. Azamor conheceu o paradoxo de, frequentemente, ter tido necessidade de ser abastecida de trigo, cevada, farinha e biscoito, com proveniências diversas (do Norte da Europa, dos Açores, de Andaluzia e, por vezes, da Madeira), para pagamento das rações (mantimento) de moradores e fronteiros. Mas Azamor não foi caso único. De um modo geral, todas as praças portuguesas tiveram necessidade destes abastecimentos, nomeadamente as da região Norte¹⁴⁷, razão pela qual foi criada uma feitoria portuguesa na Andaluzia, com missão específica de envio de tais auxílios¹⁴⁸.

O clima de constante sobressalto acabaria por se tornar o normal quotidiano das populações. Bernardo Rodrigues caracteriza magistralmente este modo de estar, quando, depois de uma fase agitada em Arzila, escreve ter-se seguido um período, “no qual passámos com mais sossego e quietação, por passarmos à guerra ordenadamente”¹⁴⁹.

146 Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 1981-1983 (2.ª edição), vol. III, pp. 245-267.

147 Sobre o assunto, ver Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. citados, pp. 82-107 e 119-123, respectivamente. Ver também da mesma autora, “O trigo açoriano em Marrocos (séc. XVI)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI (1983), pp. 625-650.

148 Manuel Henrique Corte-Real, *A feitoria portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, 1967.

149 Bernardo Rodrigues, ob. cit., cap. CXIV, p. 447.

Apesar de todas estas circunstâncias adversas, Azamor potenciava condições bastante favoráveis aos seus habitantes. Pelo menos, é essa a imagem transmitida por alguns testemunhos com conhecimento da terra. O bispo de Safim, D. João Sutil, de visita a Azamor em 1519, afirmava estar encantado com a cidade, da qual, segundo ele, só se podia dizer bem, pois estava muito acima do que dela ouvira dizer, de tal forma que, para não voltar a ela mais vezes, o rei tinha de lhe lançar ferros¹⁵⁰. Também Mestre Rodrigo, cristão-novo e médico em Azamor, homem de 70 anos, com grande experiência da terra e correspondente dos reis, não lhe poupa elogios. Começando por afirmar “o sol não aquece outra melhor terra do que ela é”, enumera as suas excelências e primores: lugar sadio e de bons ares, inumerável caça do monte, riqueza em sáveis do rio, grossura de gado, mel e cera e afluência de cáfilas de mercadorias, dada a sua situação entre Marraquexe e Salé¹⁵¹.

A população concentrava-se na “vila nova”, mas também se espalhava pela “vila velha” e pelos campos em redor. Na “vila velha”, onde ainda perduravam casas, o terreno também estava dividido em parcelas e, segundo o bispo de Safim, nela já tinham sido dadas 40 courelas em 1519, havendo outras tantas para dar. Referindo-se à qualidade das vinhas da terra, assevera o bispo “as uvas d’aqui é outra coisa”, acrescentando ter Vicente Pires “uma (courela) que é para não crer as uvas e cachos que dá”¹⁵². Mais tarde, Francisco Frazão, ex-juiz dos órfãos em Azamor, já em Portugal, diz ter deixado na cidade muitas e boas casas, chãos, vinha e terras que lhe custaram muito dinheiro¹⁵³. Também Brás Ribeiro, vivendo em Azamor desde a conquista, sempre colhia muito pão da sua sementeira¹⁵⁴.

Outra das ocupações dos moradores de fora de portas, pelo menos na década de 1530, era a criação de porcos e ovelhas. António Leite defendia a sua interdição pelo rei, em virtude destes animais comerem e fossarem tudo em redor da cidade, não deixando pasto para o gado vacum e cavalar, obrigando

150 Carta do bispo de Safim a D. Manuel, Azamor, 11 de Agosto de 1519, ANTT, CC, parte I, maço 25, doc. 10, pub. *SIHM*, II, pp. 250-254.

151 Carta de Mestre Rodrigo a D. João III, Azamor, 15 de Novembro de 1527, ANTT, CC, parte I, maço 38, doc. 3, pub. *SIHM*, II, pp. 418-423.

152 Carta do bispo de Safim a D. Manuel, Azamor, 11 de Agosto de 1519, cit. nota 150 (citação colhida na p. 254).

153 Carta de Francisco Frazão a D. João III, Lisboa, 14 de Maio de 1542, ANTT, CC, parte I, maço 71, doc. 16.

154 Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 13 de Outubro de 1529; ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 316, pub. *SIHM*, II, pp. 488-489.

os azamorense a levá-lo a pastar mais longe, sujeitando-se às correrias dos muçulmanos¹⁵⁵.

Já nos campos e no monte, a caça era a principal ocupação e lazer. Só num dia, numa ida à Enxovia, D. João Sutil gabava-se ter matado oitenta porcos, um touro bravo muito grande, gazelas e perdizes e, no dia seguinte, mais de cem porcos pelo rio acima¹⁵⁶. D. Pedro de Castelo Branco, em missão em Azamor, considerava andar a gente de cidade desmandada e descuidada pelo campo, vendo mesmo algumas ocasionais vantagens em tal displicência, ao lembrar o caso de um homem que, andando a caçar a três léguas da praça, se apercebeu da iminência de um ataque inimigo, à aproximação de um grosso exército do xarife¹⁵⁷. A caça no monte era, aliás, o recurso dos moradores nas situações de aperto por atraso do pagamento dos soldos e rações. O já sobejamente citado Mestre Rodrigo escreve ser o rendimento dessa caça que lhes permitia comprar pão, vinho e pescado¹⁵⁸.

Mas nem todos os moradores chegavam a estes extremos. Alguns deles, como os “doze elegidos”, tinham estatuto social e condições económicas bastantes para poderem assumir funções a nível municipal. Seriam uma espécie de “homens bons” dos concelhos existentes em Portugal e praticamente em todo império. Embora as assinaturas destes doze eleitos, muito abreviadas, sejam indecifráveis, é possível, mesmo assim, identificar alguns, como António Vaz Caminha, Rui Sande, Duarte Rodrigues Alcoforado (que se correspondia com o rei) e Rui Queixada. Este último, já referido enquanto portador, com Lourenço Gonçalves, de alvará real regimentando o funcionamento da almotaçaria, aparece, em 1516, como fiador de doações concedidas pelo rei aos moradores, para construção de casas¹⁵⁹. Nos anos de 1517-1518, é identificado como “cavaleiro morador em Azamor”, sendo empresário signatário de contrato de abastecimento de água e pedra para as obras a decorrer na cidade, obrigando-se “por si e por seus bens e fazenda móveis e de raiz”, e dando como fiador precisamente Lourenço Gonçalves, também ele morador. Contratos similares foram feitos, para a mesma obra por outros moradores, como Garcia Vargas, Álvaro Afonso

155 Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 10 de Setembro de 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, pub. SIHM, II, pp. 475-481.

156 Carta citada na nota 150.

157 Carta de D. Pedro de Castelo Branco ao rei, Azamor, 3 de Janeiro de 1532, ANTT, CC, parte I, maço 48, doc. 27, pub. SIHM, II, pp. 558-561.

158 Carta citada na nota 151.

159 Cf. Registo de fiança cit. na nota 107.

e Fernão Gonçalves, acompanhados ou não de parceiros e dos respectivos fiadores. O registo dos carregamentos feitos e seu pagamento pelo vedor das obras expressam bem a capacidade empresarial dos moradores envolvidos¹⁶⁰.

Por vezes, é nas categorias profissionais julgadas mais humildes que se encontram sinais de um certo desafio financeiro. A propósito da investigação feita sobre roubo por uma nau francesa de mercadoria, enviada pelo recebedor da alfândega, Francisco Gomes, para venda em Portugal ou Castela, fez-se um instrumento de inquérito em Azamor, em 1523. A testemunhas confirmaram o volume da mercadoria – 700 couros vacuns e 4 quintais¹⁶¹ de anil –, valendo em Azamor, respetivamente, 400 réis cada couro e 8000 réis cada quintal de anil. Entre essas testemunhas, Francisco Rodrigues, curtidor, morador em Azamor, afirmou ter tido o propósito de comprar os ditos couros pelo mesmo valor, acrescentando ter havido sapateiros de Azamor a manifestar a mesma disponibilidade¹⁶².

Outros sinais se respigam ainda sobre a capacidade pecuniária dos moradores enquanto colectivo. Em 1519, o já referido bispo de Safim, durante a sua estadia em Azamor, encontrou os habitantes da cidade e o próprio capitão/governador, D. Álvaro de Noronha, alvoroçados com o projeto, aliás nunca concretizado, de construção de uma ponte sobre o rio Morbeia, estabelecendo ligação com a Enxovia, região a norte de Azamor, para a qual os únicos meios de comunicação existentes eram as barcas da cidade ou um vau do rio a oito léguas a Este de Azamor. O bispo logo se entusiasmou com o projeto e assumiu-se como seu porta-voz junto do monarca. Asseverava já ter garantido *in loco* apoios financeiros, no valor de 600 a 700 cruzados: 100 avançados por ele próprio, outros 100 pelo capitão, 150 prometidos pelos judeus. O restante, ou seja 250 a 350 cruzados, seria arcado pelos moradores que se comprometiam a participar com 3 a 5 cruzados cada um, valor não despreciando, pois o cruzado correspondia sensivelmente a 400 réis¹⁶³. Refira-se, por último, o pagamento

160 Receita, despesa e contratos do vedor das obras, António Fernandes (1517-1518), ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 751, transcrição de Rui Henriques, digitalizada em acesso aberto *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. II – Documentos, pp. 157-176.

161 Quintal – Antiga medida de peso correspondendo a quatro arrobas, aproximadamente 60 quilos.

162 Instrumento público de inquirição, Azamor, 12 de Setembro de 1523, ANTT, *Gavetas*, gaveta XX, maço 15, doc. 16, pub. *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, pp. 421-424.

163 Carta datada de 11 de Agosto de 1519, citada na nota 150. A este propósito, existe ainda uma carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, dando valores ligeiramente diferentes:

por parte dos moradores de Azamor da fiança do resgate dos cativos portugueses que, em 1526, se encontravam em Fez, a maior parte deles ainda do tempo de D. Álvaro de Noronha¹⁶⁴.

A maioria dos moradores estava arrolada na guarnição militar como combatente a pé, exercendo sobretudo ofícios mecânicos. Só para se ter uma ideia, no rol de pagamentos do segundo semestre de 1521, os 192 nomes elencados sob o título “moradores a pé”, nem sempre são acompanhados da indicação de profissão, mas aqueles em que ela é mencionada – cerca de 50 – remetem todas para o exercício de ofícios manuais. Por ordem decrescente de ocorrências, surgem, sete carpinteiros, seis sapateiros, seis pedreiros e, apenas com dois registos os ferradores, os carnicheiros, os cordoeiros, os hortelãos. Nestas listas e na documentação dispersa consultada seguem-se muitas outras profissões, como adargueiro, armeiro, calafate, latoeiro, ourives, serralheiro, tanoeiro etc. Entre alguns registos de serviços prestados por estes profissionais, os mais curiosos são, sem dúvida, os relativos ao que se poderia designar por actividade de bandeireiro. Num lançamento mais antigo é ordenado ao porteiro dos contos o pagamento de 800 réis por cinco bandeiras, à razão de 160 réis cada uma, mandadas fazer para os “mouros de pazes”, discriminando-se as tribos beneficiárias¹⁶⁵. Lembre-se a este propósito a prática de, em sinal de investidura, se oferecer aos chefes islâmicos aliados uma bandeira real e um tambor. Noutro lançamento, este datado de 1515, um pagamento de 3180 réis é feito ao pintor Lourenço Fernandes pela pintura de 106 bandeiras para colocar nas estâncias, em iminência de um ataque do rei de Fez¹⁶⁶. Dois anos mais tarde, o mesmo Lourenço Fernandes ainda executaria 8 bandeiras grandes com as armas, à razão de 250 réis cada uma, e 32 com as cruzes de Cristo, à razão de 30 réis cada uma. Valor global das 40 peças: 2960 réis¹⁶⁷.

a participação dos moradores situava-se entre o três e quatro cruzados, quanto aos judeus fica-se pela vaga indicação de que dariam uma boa ajuda. Azamor, 11 de Julho de 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 70, pub. SIHM, II, pp. 248-249.

164 Carta de Lançarote de Freitas, feitor de Azamor, a D. João III, Azamor, 27 de Junho de 1526, ANTT, CC, parte I, maço 36, doc. 138, pub. SIHM, II, pp. 354-355.

165 Mandado do contador António Leite, Azamor, 26 de Julho de 1514, ANTT, CC, parte II, maço 49, doc. 162.

166 Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 19 de Julho de 1515, ANTT, CC, parte II, maço 59, doc. 42, pub. parcialmente SIHM, I, p. 704, nota 3.

167 Ordem de Simão Correia, Azamor, 28 de Agosto de 1517, ANTT, CC, parte II, maço 66, doc. 28.

Dos muitos serviços prestados, conhecidos através das respetivas notificações de pagamento, fiquemo-nos somente por alguns agrupados pelas profissões mais frequentes:

- João Gonçalves e Bartolomeu de Granada, ambos sapateiros, fazem, cada um, quatro pares de sapatos: os dois primeiros para dar a Mulei Mafamede e “aos seus quando foi para Portugal”, no valor de 55 réis cada par; os dois segundos, no valor global de 200 réis, para dar a quatro mouros da Enxovia que foram a Azamor¹⁶⁸.
- João Gonçalves e João Lopes, ambos carpinteiros, receberam 18 vin-téns (360 réis), à razão de 60 réis por dia, por fazerem as pontes para as barcas; ao segundo foram ainda pagos 400 réis, acrescidos de 60 réis para oficial acompanhante, para pagamento de certos dias que andou corrigindo a barca de passagem¹⁶⁹.
- Jorge Dias, pedreiro, recebeu em 1521, 600 réis por obra feita no portal da alfândega; mais tarde, em 1524, o mesmo e outros três pedreiros receberam 240 réis, por corrigirem as bombardas do baluarte de S. Cristóvão, e João Fernandes recebeu 800 réis para chanfrar a rocha sobre o rio, detrás das casas de Álvaro Cabral; pagamentos foram ainda feitos a pedreiros para quebrar pedra e fazer 60 pelouros, a 12 réis por pelouro¹⁷⁰.

Interminável e fastidioso seria aqui apresentar os vários pagamentos feitos a serralheiros (pregos, chaves, ferrolhos, argolas, anilhas e ferragens), telheiros (telhas), taapeiros, ferreiros, calafates etc. Naturalmente, todas estas notificações se reportam a serviços prestados aos órgãos oficiais da cidade, sendo os respetivos pagamentos feitos por ordem dos capitães/governadores ou dos contadores, não tendo subsistido testemunhos documentais sobre contratos e encomendas entre particulares.

Abundantes, embora dispersas, são as referências a moradores exercendo actividades mercantis, nas quais, como é sabido, se destacavam os judeus.

168 Ordens de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 22 de Janeiro e 22 de Fevereiro de 1515, ANTT, CC, parte II, maço 54, doc. 107 e maço 55, doc. 96, respectivamente.

169 Ordens de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 6 de Março e 13 de Setembro de 1521, ANTT, CC, parte II, maço 94, doc. 149 e maço 98, doc. 1, respectivamente.

170 Ordens de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 25 de Maio de 1521 e 26 de Setembro de 1524, ANTT, CC, parte II, maço 96, doc. 103 e maço 119, doc. 100.

É bem provável, por isso, serem cristãos novos muitos dos moradores que a elas se dedicavam. Seja como for, encontrámo-los ligados ao comércio de sáveis (Francisco Mendes), ao negócio de cordas de esparto (Gaspar Faleiro) e de barretes vermelhos (Jerónimo Dias) e ainda aos fornecimentos de cal (Francisco Gomes), de água (Francisco Costa Colaço) e de pedra (João Rodrigues de São Lucar) para as obras da cidade¹⁷¹.

Com negócios de maior vulto encontrámos Vicente Fernandes, mercador em Azamor, actuando muitas vezes em Fez, dedicando-se aparentemente ao comércio do trigo.¹⁷² No mesmo sentido refira-se Francisco Gomes, dado sempre como morador, ora aparecendo envolvido em transações comerciais enquanto recebedor da alfândega (venda de couros e anil, acima referida)¹⁷³, ora surgindo associado a Abraão Benzamerro [Abraham ben Zamirou], na venda de lacre em Fez¹⁷⁴, ora simplesmente mencionado como mercador, em contrato efectuado com a Fazenda Real para compra de mercadorias da Casa da Índia¹⁷⁵.

No tratamento dos doentes, nomeadamente dos feridos, quer em Azamor quer nas restantes praças marroquinas portuguesas, eram fundamentais os serviços prestados por profissionais como físicos (médicos), cirurgiões, boticários e até barbeiros. Embora na sua maioria fossem judeus, a sua existência no desempenho destas actividades não aparece atestada em Azamor. Os poucos registos localizados são de cristãos-novos, deduzindo-se serem por isso moradores, e de um médico espanhol ou de origem espanhola. Curiosamente,

171 ANTT, CC, parte I, maço 51, doc. 58 (Mandado régio a favor de Francisco Mendes, mercador, Évora, 19 de Junho de 1533); Idem, *ibidem*, parte II, maço 110, doc. 92 (ordem de pagamento a favor de Gaspar Faleiro, mercador, Azamor 10 de Setembro de 1523); idem, *ibidem*, parte II, maço 233, doc. 135, (ordem de pagamento a favor de Jerónimo Dias, mercador, Azamor, 12 de Novembro de 1540); idem, *ibidem*, parte II, maço 112, doc. 29 (ordem de pagamento a Francisco Gomes, rendeiro, Azamor, 26 de Novembro de 1523); idem *ibidem*, parte II, maço 114, doc. 66 (ordem de pagamento a Francisco da Costa Colaço, morador, Azamor 2 de Abril de 1524); idem, *ibidem*, parte II, maço 114, doc. 79 (ordem de pagamento a João Rodrigues de São Lucar, morador, Azamor, 6 de Abril de 1524).

172 Várias referências, desde 1517 até 1537, ano em que morre em Fez.

173 Confrontar nota 162.

174 Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 14 de Outubro de 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 62, pub. SIHM, II, pp. 490-494 (informação colhida na p. 493).

175 Carta de D. João III sobre contrato de Francisco Gomes com Fazenda Real, Lisboa, 20 de Outubro de 1530, ANTT, CC, parte 1, maço 42, doc. 2 e maço 46, doc. 2.

neles nada se diz sobre as suas tarefas quotidianas para o exercício das quais recebiam uma tença¹⁷⁶, reportando-se a maioria das informações a situações excepcionais. Assim Mestre Gonçalo, boticário em Azamor desde, pelo menos, 1515, vendeu, em 1524, mesinhas no valor de 600 réis para tratamento de Cide Mafamede [Sa'id Mohammed], embaixador de Muley Naçar [Moulay en-Nasser], vice-rei de Mequinez [Meknès], ao tempo em missão em Azamor¹⁷⁷. Este paciente fora tratado, no ano anterior, pelo Doutor João de la Carrera que, pelo serviço, recebera três cruzados (1200 réis). Assinale-se haver um Doutor João de la Carrera, figurando com o mesmo título, arrolado como combatente a cavalo nos róis de pagamentos da guarnição da cidade em 1521¹⁷⁸. A darmos crédito a cartas de D. João de Meneses e de D. Álvaro de Noronha, solicitando envio de profissional da área por não o haver em Azamor¹⁷⁹, o referido doutor teria sido dos primeiros físicos destacados para Azamor. Médico de Azamor foi também Mestre Francisco enviado por António Leite para Tedula [Tadla] para cuidar do sobrinho do alcaide de Latar [El-'Attar], que mantinha relações amistosas com os capitães/governadores de Azamor. Em 1530, Mestre Francisco já se encontrava na cidade por ordem de D. Pêro de Mascarenhas que o considerava portador de informações relevantes sobre movimentações das tropas do rei de Fez¹⁸⁰. Por último, não podemos deixar de mencionar o já várias vezes citado Mestre Rodrigo, também ele físico. Carteava-se directamente com D. João III, que o tinha por homem de confiança para o informar dos assuntos de Azamor. Conhecem-se duas cartas suas, datadas dos finais de 1527 e inícios de

176 A título de exemplo, anualmente, o boticário 4000 réis, cirurgião 3000 réis, físico 2600 réis.

177 Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa ao boticário Mestre Gonçalo de 2000 réis, por seus de serviços, à razão de 4000 réis por ano”, Azamor, 7 de Setembro de 1515, ANTT, CC, parte II, maço 60, doc. 91; Mandado de pagamento de D. Álvaro de Noronha de mesinhas ao boticário Mestre Gonçalo, Azamor, 27 de Fevereiro de 1524; ANTT, CC, parte II, maço 113, doc. 112, cit. Matthew T. Racine, *ob. cit.*, p. 73 (embora com engano no nome e no destino dado às mesinhas).

178 Mandado de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 26 de Novembro de 1523, ANTT, CC, parte II, maço 112, doc. 7; Livros dos pagamentos aos soldados que serviram na cidade de Azamor, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ano de 1521, f. 89v, transcrição de Rui Henriques digitalizada em acesso aberto, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. II – Documentos, ed. cit., pp. 177-248.

179 Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513 e Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, Azamor, 18 de Abril de 1520, cits. nas notas 20 e 122, respectivamente.

180 Cartas de D. Pêro Mascarenhas, cits. nas notas 38 e 145.

1528, em resposta a carta do rei (não localizada). Nestas missivas, contudo, não encontramos nada de esclarecedor no tocante ao seu quotidiano profissional¹⁸¹.

Quanto à vida das mulheres, suas actividades e ocupações, pouco sabemos. Essa informação é praticamente ausente num acervo documental, como o de Azamor, centrado fundamentalmente na descrição de campanhas militares, problemas administrativos, conflitualidades entre agentes reais, ou marcada pela aridez das nomeações e despachos emanados pelos dirigentes locais ou pelo poder central e dos róis de pagamentos. Em relação a Azamor, falta-nos a dimensão narrativa atenta aos detalhes do quotidiano e à presença feminina existente em obras como os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues ou até, mas em menor grau, a *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* de autor anónimo¹⁸².

Além de estudos tradicionais sobre heroicidade feminina em teatros de guerra ou pondo a tónica na acção das chamadas “capitoas”, geralmente mulheres de condição mais elevada, ensaios mais recentes relevam não terem as mulheres portuguesas das praças do Norte de África, mesmo as de condição mais humilde, desenvolvido de forma contínua quaisquer trabalhos profissionais. Esta constatação diferencia-as das que viviam no Reino, onde as mulheres já desenvolviam actividades profissionais em certos sectores. Condicionamentos vários são avançadas para explicar este modo de estar. Por um lado, a circunstância de viverem quase exclusivamente no interior das fortalezas, devido aos perigos inerentes às deslocações para longe delas. Por outro lado, o facto de disporem do trabalho de escravos/cativos, mesmo para a execução das tarefas domésticas. Deduzimos não ser excepção a vivência daquelas que residiam em Azamor. Apesar disso, encontram-se duas referências documentais relativas a profissões exercidas por mulheres em Azamor: uma regateira e outras possivelmente padeiras. Com efeito, em ordem de pagamento de 1515, Margarida Fernandes, regateira, recebe 550 réis, o valor de seis queijos e morcelas (?)¹⁸³. Anos mais tarde, já após o abandono de Azamor pelos portugueses, Luís Loureiro, capitão/governador de Mazagão, informa o rei sobre a gente sem meios de subsistência aí vivendo, referindo mulheres viúvas oriundas de Safim e Azamor, que amassavam e davam de comer fiado a homens da

181 Ver cartas citadas nas notas 13 e 151.

182 *Chronique de Santa –Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, Texte portugais du XVI siècle (édition bilingue), texte traduit et annoté par Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934.

183 Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 5 de Setembro de 1515, ANTT, CC, parte II, maço, 60, doc. 77. Leitura de “morcelas” hipotética, dada a dificuldade de decifração da palavra ortografada.

obra e a soldados. Ora – e explicava – essas mulheres não poderiam regressar a Portugal, como o monarca pretendia, enquanto não chegasse o pagamento para os seus clientes¹⁸⁴. A alusão a estas mulheres confeccionadoras de pão é um pouco ambígua. Não se sabendo se já tinham exercido a actividade de padeiras em Azamor e Safim, antes do abandono destas praças, ou se se tratava de um recurso desempenhado ocasionalmente graças ao conhecimento de uma tarefa tradicionalmente feminina.

Em actuações não propriamente profissionais, encontramos mulheres exercendo funções, em regra, de responsabilidade masculina, assumindo-se como cabeças de casal, por exemplo, na gestão do património e dos negócios familiares. Já atrás mencionámos o caso daquelas sobre quem caiu a responsabilidade de administrar os soldos dos maridos mortos em combate ou no cativeiro, verificando-se situações em que os soldos em dívida foram concedidos à mulher como forma de lhe permitir reunir meios para resgatar o respectivo cônjuge¹⁸⁵. Pontualmente, encontramos-las também a intervir na resolução de procedimentos legais. Assim aconteceu com Guiomar Gil que tratou junto do Desembargo Real do processo de habilitação de sua filha, Catarina Dias, ao dote a que tinha direito por via paterna¹⁸⁶. Também Beatriz Nunes, viúva de Henrique Fernandes, viu favoravelmente despachado um requerimento a D. João III solicitando a sua intervenção para impedir lhe tomassem as casas possuídas no castelo de Azamor¹⁸⁷. Refira-se, por último, as duas mulheres, supostamente proprietárias de escravas, listadas nos pagamentos do “Livro das obras que se começaram em Azamor a 14 de Julho de 1528” supramencionado.

Um dos temas recorrentes da literatura sobre as praças marroquinas é o sistemático atraso no pagamento dos soldos e rações devidos aos arrolados na guarnição. Diga-se, a talho de foice, não ser uma realidade específica destas praças. As mesmas queixas se verificavam nos espaços do império asiático sob administração portuguesa, ou seja, no Estado Português da Índia. Decididamente, a Coroa portuguesa era má pagadora. Azamor não era excepção, sendo as principais vítimas os moradores, como mencionado. A situação agravou-se a partir de meados da década de 1520, quando aos pagamentos em

184 Carta de Luís Loureiro a D. João III, Mazagão, 15 de Dezembro de 1542; ANTT, *Gavetas*, gaveta 2, maço 6, doc. 13, pub. *SIHM*, IV, pp. 113-119 (informação colhida na p. 115).

185 Cf. supra nota 60.

186 Ver acima nota 64.

187 Despacho régio, Lisboa, derradeiro de Março de 1522, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 51, f. 95.

atraso se vieram juntar contratos de arrendamento maioritariamente firmados com mercadores e judeus, a quem os moradores vendiam os soldos que esperavam receber, a troco de mercadorias avançadas por aqueles. Só que esses rendeiros, “por uma condição que tinham no seu arrendamento roubaram os moradores em tanta maneira que o que valia mil réis lhes vendiam por três mil, e pelo semelhante na venda dos seus soldos, que lhes vendiam por nem migalha”¹⁸⁸.

Esta primeira denúncia parte do já citado Mestre Rodrigo. Pela mesma altura, também António Leite, referindo-se às rações de trigo, informava D. João III de que os supracitados rendeiros da cidade as compravam por menos de metade do estabelecido para ser pago em dinheiro e depois iam ao Reino onde elas lhes eram pagas integralmente pela Fazenda Real¹⁸⁹. Denúncias similares são feitas por Vicente Rodrigues do Evangelho, juiz dos órfãos de Azamor, estendendo as acusações a alguns governadores que davam cobertura a todas estas falcatuas, conluídos com os rendeiros e tratadores¹⁹⁰. Estes testemunhos são mais algumas pinceladas a acrescentar ao quadro angustiante da vida dos moradores nos momentos de maior aperto, ora tendo de recorrer à caça para se alimentar e para angariar meios para comprar pão, vinho e pescado (Mestre Rodrigo), ora vítimas de várias enfermidades, crianças incluídas, originadas pelas ervas que comiam (Vicente Rodrigues do Evangelho).

Seriam situações pontuais, é certo. Bem menos pontuais, e até constantes, eram as queixas e as lamúrias presentes na correspondência com os órgãos de poder central, quer partissem de Marrocos quer de outros espaços do império português. Poderíamos, em consequência, ser levados a pensar ser penoso morar em Azamor. Talvez fosse. Mas para os moradores estava fora de questão largar essa terra. Já enraizados, aí tinham os seus lares, os seus bens, os seus familiares. Testemunho disso é a carta de cavaleiros e moradores, com cerca de 50 assinaturas, endereçada a D. João III, escrita em Abril de 1541, um mês após a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer. Manifestando descontentamento e tristeza face à aspereza de missiva real e ao envio de um corregedor para lhes

188 Carta de Mestre Rodrigo a D. João III, cit. nota 151, citação colhida p. 420.

189 Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 10 de Setembro de 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, pub. SIHM, II, pp. 465-481.

190 Carta de Vicente Rodrigues Evangelho a D. João III, Azamor, 18 de Março de 1530, ANTT, CC, parte I, Maço 44, doc. 113; quase totalmente pub. por David Lopes, cap. II, “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: decadência do Domínio português”, *História de Portugal*, vol. IV (Barcelos, Portucalense Editora, 1932), pp. 82-85.

avaliar as dívidas e para “logo nos serem vendidos nossos penhores que são as nossas camas e vestidos de nossas mulheres e filhos”, enumeram todos os serviços prestados e sacrifícios sofridos, não esquecendo os dois anos de atraso nos pagamentos. E, ante pressentida decisão de abandono da cidade, terminam com apelo lancinante: “nossas mulheres e filhas é tudo uma substância, nela temos toda nossa honra, antes as degolaremos como se conta de Montemor¹⁹¹, que vermo-las ir a correr ventura, onde lhes vendemos as fazendas para as gastar aqui em vosso serviço, e lá não têm onde meter cabeça, senão se for no hospital de Todos os Santos, e por todas estas coisas haja Vossa Alteza por bem que estejam assim como estão, porque são como parede velha que, quanto mais bolem com ela, mais asinha cai”¹⁹².

A “parede velha” acabaria inevitavelmente por cair. Seis meses depois procedia-se à evacuação da população e ao abandono de Azamor pelos portugueses.

6. O abandono de Azamor

D. João III menos inclinado que seu pai, D. Manuel I, para as campanhas militares e certamente mais pragmático, imprimiu novas orientações à política ultramarina portuguesa, quando ascendeu ao trono em 1521. Na raiz dos problemas com que se debateu, estiveram implicações decorrentes da chamada, “viragem mundial de 1517/1524”¹⁹³, agravadas pela manutenção de um império demasiado vasto e disperso para as capacidades logísticas, humanas, militares e financeiras de Portugal. Fragilidades acrescidas no Norte de África pelo aumento das concorrências europeias, pela proliferação dos corsários e pelo avanço dos turcos para o Mediterrâneo ocidental. No interior de Marrocos, crescia a ameaça dos xarifes sádidas.

A escalada dos sádidas originou uma crescente perda da base de apoio aos portugueses até então garantida pelos seus aliados muçulmanos, em especial

191 Alusão a episódio lendário ocorrido no séc. IX em Montemor, hoje Montemor-o-Velho. Os habitantes, face à iminência de ataque mouro, preferiram degolar os velhos, mulheres e filhos que deixá-los cair no cativeiro. Após a inesperada vitória alcançada, deu-se um milagre: às portas da fortaleza, aguardavam-nos vivos os parentes que antes tinham sido degolados.

192 Carta dos cavaleiros e moradores de Azamor a D. João III, Azamor, 14 de Abril de 1541, ANTT, CC, parte I, maço 69, doc. 96, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., Apêndice documental, doc. XXIX.

193 Vitorino Magalhães Godinho, “A viragem mundial de 1517-1524 e o império português”, *Ensaio*, Lisboa, Sá da Costa, 1968, vol. II, pp. 205-221.

no Sul. A breve trecho, o isolamento das praças nestas regiões acentua-se, sendo perceptível nas cartas dos agentes portugueses. Aos poucos, o élan agressivo dos primeiros tempos dava lugar a uma postura de defesa e conservação do já adquirido. Num estado de guerra endémico, pontilhado por sucessivas e recíprocas incursões e razias, para não dizer pilhagens, as praças ficaram quase totalmente dependentes do apoio do Reino. Os encargos de manutenção faziam-se traduzir por constantes necessidades de abastecimentos em dinheiro e cereais e de socorros militares, enquanto se agudizava o problema de organização dos espaços ainda ocupados. Na verdade, as praças portuguesas quase não comunicavam entre si pela via terrestre, um isolamento agravado, uma vez que cada uma delas respondia directa e separadamente perante o poder central do Reino, talvez na lógica de serem, afinal, um prolongamento de Portugal além-mar. Robert Ricard, ao reflectir sobre este problema, admite ter faltado um vice-rei ou um governador-geral com a incumbência de arbitrar os diferendos entre os capitães/governadores e de lhes impor uma certa unidade de acção contra as forças autóctones¹⁹⁴.

Pelas razões elencadas, D. João III, desde cedo, projectou cercear a presença portuguesa em Marrocos, limitando-a àqueles lugares que ainda mantinham alguma importância do ponto de vista estratégico e cujas condições de acesso por via marítima possibilitassem um pronto socorro na eventualidade quase certa de um ataque das tropas xarifianas¹⁹⁵. Este projeto começou a delinear-se cerca de 1529 /1530. Relembre-se o já citado parecer de D. Jaime de Bragança e as disposições secretas levadas por D. Pêro Mascarenhas para Azamor. Em 1532, em instruções a Brás Neto, seu emissário diplomático em Roma, D. João III exprimia a vontade de abandonar certos lugares do Norte de África com desembarcadouros mais difíceis, a saber, Azamor, Safim e Alcácer Ceguer¹⁹⁶. As constantes ameaças contra as posições portuguesas, em especial o cerco a Safim em 1534, levaram o monarca português a pedir parecer a várias individualidades, prelados, fidalgos e membros do Conselho de Estado,

194 Robert Ricard, “Dernières remarques sur l’histoire des portugais au Maroc”, *SIHM*, Portugal, V, pp. IX-XVI.

195 Sobre a política marroquina de D. João III, ver Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

196 Instruções a Brás Neto, (1532?), ANTT, *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 139, pub. *Corpo Diplomático Português*, org. de Luiz Augusto Rebelo da Silva, tomo II, Lisboa Academia Real das Ciências, 1865, pp. 344-348.

sobre o eventual abandono de Safim e Azamor¹⁹⁷. Devido às dificuldades da sua barra, obstáculo impeditivo de um socorro urgente, Azamor perfilava-se como prioritária. Embora as opiniões se dividissem, a maioria dos consultados resistia à ideia de abandono. Os acontecimentos precipitar-se-iam com a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, conquistada pelas tropas do xarife de Suz, a 12 de Março de 1541, depois de seis meses de cerco. No rescaldo desta derrota, num Conselho de Estado, reunido em Almeirim, chegou a estar em debate a política ultramarina portuguesa, colocando-se a questão de saber se seria mais vantajosa para Portugal prosseguir na conquista em África ou na Ásia¹⁹⁸.

Mas, voltando aos pareceres formulados, pode dizer-se que, de um modo geral e independentemente dos partidos tomados, a maior parte dos conselheiros e dos agentes actuando no terreno era favorável a uma acção rápida de retaliação contra os xarifes. Chegou até a admitir-se a organização de uma grande expedição conjunta com o rei de Fez, à época em paz com Portugal, contra os sáidas. No âmbito das negociações encetadas ventilou-se, inclusivamente, a hipótese de cedência de Azamor ao rei de Fez, como garantia de cumprimento de promessas de entreajuda¹⁹⁹. Em todo o caso, os dados estavam lançados, e o abandono de Safim e de Azamor tornara-se inevitável. No entanto, o receio da progressão militar dos xarifes contra estas praças levou a um extraordinário reforço dos seus efetivos, para prevenir a desonra de novas derrotas. Para Azamor foram destacadas tropas de todo o país, além de um contingente de mercenários andaluzes. A afluência de cereais e biscoito para a manutenção dessas tropas obrigou mesmo a transformar a “sé” em armazém, ocupando três das suas naves, cujos arcos foram entaipados, e levou à requisição de casas de

197 Sobre este assunto, ver Maria Leonor García da Cruz, “As controvérsias no tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, *Mare Liberum*, CNCDP, Junho e Dezembro de 1997, n.ºs 13 e 14, pp. 123-129 e 117 e 198, respectivamente; publicado também em separata (1998). Da mesma autora e sob o mesmo título, com ligeiras alterações, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. I – Estudos, ed. cit., pp. 205-268.

198 Parecer que se deu a D. João III [...] em que se aconselha o abandono da Índia para que assim fosse possível não largar os lugares de África, (finais de 1542), Biblioteca da Ajuda, 51 – V – 32, ff. 174-204 e Parecer que se deu a D. João III [...] se aconselha o abandono de África e a conservação da Índia, Biblioteca da Ajuda, códice 51-V-32, ff. 204v-218v, pub. Otilia Rodrigues Fontoura, *ob. cit.*, Apêndice documental, docs. VII e VIII, pp. 204-223 e 224-233, respectivamente.

199 Carta de Lourenço Pires de Távora a D. João III, Arzila, 5 Agosto de 1541, pub. *SIHM*, III, pp. 492-498.

particulares para o mesmo efeito²⁰⁰. Tratava-se de precaver a humilhação da perda de uma posição portuguesa na região, até, pelo menos, se conseguir uma evacuação honrosa da cidade.

O primeiro sinal nesse sentido é-nos dado por carta de D. João III, datada de Março-Abril de 1541, onde ordena a António Leite a evacuação, no mais breve prazo possível, de todos os judeus, com suas mulheres e filhos, mudando-os para Arzila²⁰¹. A ordem não chegou a ser executada, talvez por, entretanto, ter sido nomeado novo capitão/governador, D. Fernando de Noronha. Será já este a receber uma nova ordem de D. João III, segundo a qual essa comunidade judaica deveria ser embarcada para Larache, Arzila, Tânger ou Ceuta. Finalmente, acabariam por ser despachados para Tânger, em quatro navios, conforme anotação, em extratexto, escrita por outra mão²⁰².

Nos meses seguintes, outros indicadores permitem concluir terem sido dados passos tendentes a arrumar assuntos pendentes em Azamor, nomeadamente levantamento das dívidas contraídas junto de moradores e fronteireros²⁰³. Ao mesmo tempo, a cidade ia-se esvaziando de mantimentos, munições, e materiais de construção, paulatinamente enviados para Mazagão.

Não temos informação que nos permita determinar, com rigor, a data da evacuação de cada uma das camadas populacionais. As ordens dadas inicialmente, no sentido de enviar os moradores para Mazagão, foram alteradas a 5 de Outubro de 1541. Nessa data o monarca determina só serem enviados para esse destino os homens a cavalo julgados necessários. A restante população deveria ir para Portugal ou para o Algarve ou “para onde mais quiserem”²⁰⁴. Pelo Livro de receita e despesa de Pedro Álvares de Faria, ficámos a saber que, a meados de Outubro, já as mulheres e meninos tinham sido evacuados da cidade.

200 Livro de receita e despesa de Pedro Álvares Faria, Azamor, 11 de Abril de 1541, *Núcleo Antigo*, n.º 628, ff. 201-206v, transcrição de Rui Henriques, digitalizada, em acesso aberto, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. II – Documentos, ed. cit; pp. 301-343; Ordem de António Leite a Pero Álvares, Azamor, 12 de Abril 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 234, doc. 131, pub. *SIHM*, III, pp. 384-385.

201 Cartas de D. João III a António Leite e a D. Manuel de Mascarenhas, Lisboa, Março-Abril de 1541, BNP, *Manuscritos*, n.º 1758, ff. 53-56, pub. *SIHM*, III, pp. 352-355.

202 Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, Lisboa, 2 de Setembro de 1541, Biblioteca Pública de Évora, CIII / 2-20, ff. 151-15v, pub. *SIHM*, III, pp. 516-517.

203 Carta do Dr. Simão Martins a D. João III, Azamor, 25 de Junho de 1541, ANTT, CC, parte I, maço 70, doc. 4, pub. *SIHM*, III, pp. 448-449.

204 Carta de D. João III a Luís Loureiro, capitão de Mazagão, Lisboa, 5 de Outubro de 1541, BNP, *Manuscritos*, n.º 1758, f. 59, pub. *SIHM*, III, pp. 534-535.

Devido ao estado do tempo e da barra, tiveram de rumar a Mazagão, de onde, supõe-se, seguiram seus destinos²⁰⁵. O mesmo Livro de receita e despesa, ao registar vários pagamentos a moradores, permite-nos concluir que o processo de abandono populacional se estendeu por todo o mês de Outubro (o último pagamento anotado é de 27 de Outubro de 1541). No início de Novembro, toda a evacuação estava concluída. De facto, a 10 de Novembro, regista-se o pagamento de 750 réis a João Fernandes pelo aluguer de uma besta requisitada pelo escrivão da feitoria para transportar, de Portimão até Alcácer e, depois, Lisboa, uma arca contendo os livros e papéis da feitoria²⁰⁶.

Já no Reino, durante o ano de 1542, procedeu-se ao inventário das satisfações e reparações a dar aos moradores e fronteiros obrigados a abandonar as cidades de Safim a Azamor. Segundo Memória conservada na “Coleção de São Lourenço”, no Arquivo da Torre do Tombo²⁰⁷, foram despendidos 36 contos e 752 730 réis, ou seja, cerca de 92 000 cruzados, não só para pagamentos em dinheiro, como em “filhamentos” na casa real, feitorias, escrivatinhas, capitánias de navios, serventias de diversos cargos, dotes de casamentos, viagens, etc., valor global ligeiramente inferior aos quase 95 000 cruzados avançados por frei Luís de Sousa, nos *Anais de D. João III*²⁰⁸.

Terminava, assim, a aventura dos moradores de Azamor. Reunidos num espaço de convivência comum, onde se tinham fixado e esperavam viver até ao fim dos seus dias, viam-se agora desenraizados. Obrigados a recomeçar as suas vidas, perdemos-lhes o rastro na dispersão dos caminhos seguidos.

205 Ordem de D. Fernando de Noronha para pagamento das bestas que levaram mulheres, moços e meninos, Azamor, 10 de Outubro de 1541, ANTT, CC, parte II, maç 236, doc. 101, excerto pub. *SIHM*, IV, pp. 335, nota 1; Registo de pagamento efetuado a 18 de Outubro de 1541, Livro de receita e despesa de Pedro Álvares Faria, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 628, f. 182v, transcrição de Rui Henriques, digitalizada, em acesso aberto, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. II – Documentos, ed. cit., pp. 301-343.

206 Receita e despesa de Pedro Álvares Faria, 10 de Novembro de 1541, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 628, f. 183v.

207 Satisfações que foram dadas aos moradores e fronteiros de Safim e Azamor, Lisboa, 5 de Setembro de 1542, ANTT, *Coleção de S. Lourenço*, vol. I, ff. 21-24, pub. Maria Augusta Lima Cruz, ob. e art. cit., doc. XXXIV.

208 Frei Luís de Sousa, ob. cit., vol. II, tomo II, parte II, livro II, cap. III, pp. 211-212.

3. A persistência de um sonho imperial português – projectos e arbítrios de conquista no Norte de África

Marcel Bataillon, em artigo intitulado “Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVI^e siècle”, dá-nos a conhecer uma carta, datada de 18 de setembro de 1527, dirigida a D. João III por Diogo de Gouveia, ao tempo reitor do Colégio de Santa Bárbara em Paris. Nessa carta, Diogo de Gouveia considerava que Portugal reunia, na altura, as melhores condições para conquistar a cidade de Fez (capital do reino oatácida), assegurando ao rei que tal conquista lhe permitiria poder em breve pregar e celebrar missa na mesquita desta cidade marroquina.

Estupefacto, Marcel Bataillon perguntava-se: “Comment cette idée impériale, qui maintes fois subi le choc de la réalité, et déjà considéré par certains funeste et irréalisable, était encore défendue presque près d’un siècle après le début de l’expansion portugaise au Nord d’Afrique?”¹

São justamente os fundamentos e a persistência dessa ideia imperial cuja sobrevivência ultrapassou mesmo a época em que, segundo Marcel Bataillon, a pretensão da tomada do reino de Fez seria já absurda que me proponho analisar no presente apontamento.

1.

Como se sabe, a expansão portuguesa para o Norte de África foi desde o seu início, com a conquista de Ceuta em 1415, entendida como a continuação da chamada “Reconquista Cristã” da Península Ibérica. É possível que a ideia de prosseguir-la no Norte de África remonte mesmo ao século XIV², estribada

1 Artigo publicado em *Mélanges d’études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39.

2 Nesse sentido aponta a bula de cruzada *Gaudemus et exultamus*, de 1341, concedida pelo papa Bento XII a D. Afonso IV, explicitando-se poder ela ser utilizada pelo rei português em termos defensivos ou contra Belamarim (Marrocos), na qual, como era hábito,

no facto desta região, antes da invasão árabe da Península Ibérica, ter estado sob domínio de reis cristãos. Na perspectiva dos governantes portugueses este território era, pois, considerado como uma espécie de prolongamento além-mar do reino de Portugal. Por essa razão, após as conquistas de Arzila e Tânger, em 1471, o rei D. Afonso V substituiu a titulação régia de “Senhor de Ceuta e Alcácer em África” pela de “rei do Algarve Além-Mar em África”, região muitas vezes designada simplesmente por “África”³ ou “Lugares d’Além”. Titulação que os reis portugueses manteriam até à implantação da República em 1910. Aquela perspectiva explica também a participação directa e presencial dos reis portugueses ou de membros da família real da Casa de Avis em várias campanhas militares levadas a cabo em Marrocos, circunstância nunca verificada noutras áreas do império.

Em 1415, o rei D. João I e seus filhos, infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, participaram na conquista de Ceuta; em 1437, os infantes D. Henrique e D. Fernando no ataque fracassado a Tânger; em 1458, 1463/1464 e 1471, o rei D. Afonso V, em diversas campanhas, nomeadamente nas conquistas de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, sendo que na primeira participou o infante D. Henrique e, nas duas últimas o príncipe D. João, futuro rei D. João II; e, por último, em 1578, o rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir. Sabe-se ainda que, quer D. João II quer D. Manuel I, por mais de uma vez, tiveram intenção de passar a este “Algarve d’Além-Mar” para aí dinamizar acções militares.

O modelo de expansão seguido pelos portugueses no Norte de África foi, *grosso modo*, similar ao seguido, durante a Idade Média, na Península Ibérica. Num caso como noutro, as bulas papais de cruzada benziam e suportavam financeiramente a empresa. E em ambos, o chamado “direito de conquista” compreendia o direito de ocupação e de evicção do poder muçulmano, seguido

o papa recorreu a argumentos que o próprio D. Afonso IV utilizara para conseguir a referida bula. Sobre o assunto ver A. J Dias Dinis, “Os antecedentes da expansão ultramarina portuguesa”, *Revista Portuguesa de História*, vol. X, Coimbra, 1962, pp. 1-106.

3 Ainda nos meados do séc. XVII, Manuel Faria e Sousa (1590-1649), no seu projecto de uma história global portuguesa, considerava quatro subdivisões, a saber, *Europa*, *Ásia*, *África* e *América* Portuguesas, sendo que o volume dedicado à África narra exclusivamente sucessos político-militares portugueses ocorridos no Norte de África, hoje Marrocos.

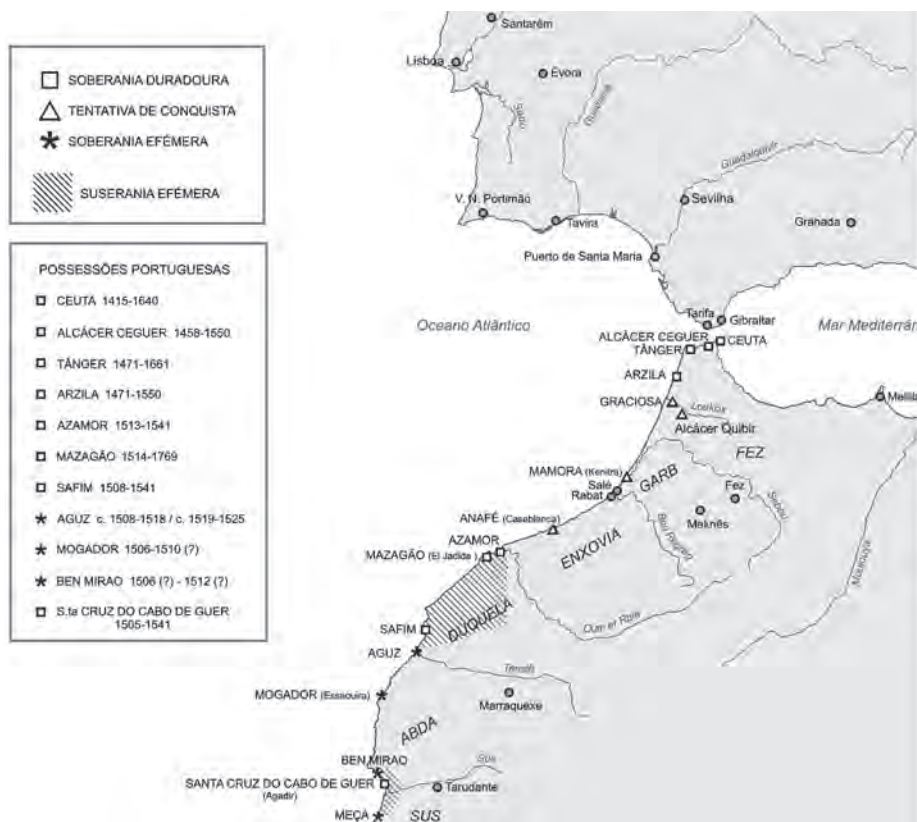
da apropriação do território pelos colonos cristãos com as suas famílias. Mas compreendia também o direito de exercer, sobre os territórios não efectivamente conquistados, uma espécie de dominação traduzida pela imposição de um tributo.

A transferência deste modelo para Marrocos nem sempre foi bem sucedida. Por um lado, e de acordo com as queixas dos capitães dos lugares conquistados, os colonos deixavam frequentemente as mulheres e os filhos em Portugal. Por outro, no respeitante à dominação dos povos da terra, embora algumas experiências tenham sido ensaiadas através da criação de zonas de mouros tributários, os mouros de paz, elas acabariam por revelar-se efémeras.

O modelo medieval foi, obviamente, objecto de adaptações no terreno, sobretudo no reinado de D. Manuel I durante o qual a presença portuguesa em Marrocos atingiu o apogeu. Nesse período, uma série de campanhas militares levada a cabo ao longo da costa meridional marroquina, conduziu à ocupação e fortificação de diversas cidades, vilas e lugares. A conquista de Azamor em 1513, a derradeira do reinado de D. Manuel I, revestiu-se de um aparato de verdadeira cruzada, gerando uma onda de optimismo que alimentou a ambição real de conquistar o território marroquino⁴.

O mapa abaixo permite verificar a distribuição das posições portuguesas no Norte de África e as diferentes modalidades do domínio português:

4 Esta conquista, como provou Luís Filipe Thomaz, inscrevia-se num plano imperial mais vasto de destruição do Islão sustentado por um renovamento da ideologia de cruzada, no qual este mesmo historiador distingue claramente quatro vertentes: obstrução do comércio muçulmano das especiarias; ataque contra o Estado mameluco através do Mar Vermelho; expedição marítima à Terra Santa; e conquista de Marrocos. Cf. Luís Filipe Thomaz, "L'idée impériale manuélina", in *La Découverte Portugaise et l'Europe, Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.



Depois de 1515, o imperialismo manuelino conheceu dias sombrios. No Oriente, é certo, mas sobretudo em Marrocos, onde em especial a expedição a Mamora [El-Mehdiya], em 1515, resultou num desastre. Não somente pelo número elevado das perdas de soldados e munições, mas também porque significou o falhanço da pretensão portuguesa de ligar as praças do Norte (Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila) às do Sul (Mazagão, Azamor, Safim, Aguz e Sta. Cruz do Cabo de Guer), frustrando o “cerco” ao reino de Fez. Por outro lado, esta derrota abalou profundamente o prestígio dos portugueses em Marrocos, afectando o seu relacionamento com as tribos muçulmanas aliadas. Como sublinha Pierre de Cenival, “celles-ci savent désormais que les armes portugaises peuvent être vaincues et qu’elles sont incapables de défendre efficacement les vassaux du Portugal en cas d’incursion du roi de Fès sur leur

territoire”;⁵ Mas, preço mais alto ainda, a derrota de Mamora teve o condão de reanimar a resistência muçulmana contra os cristãos invasores.

As repercussões regionais deste desastre, bem como a crescente ascensão dos xarifes sáidas no Suz, sobretudo a partir do momento em que estes conquistaram Marraquexe, em 1524, levaram a uma progressiva perda da base de apoio dos aliados muçulmanos e consequentemente ao seu isolamento e dependência do exterior, nomeadamente, de Portugal continental, das ilhas atlânticas (Madeira e Açores) e de Andaluzia, donde recebiam abastecimentos regulares em mantimentos, soldados e dinheiro para pagamento de soldos.

Em síntese, pode dizer-se que este modelo de expansão, tendo resultado na “Reconquista” em Portugal, fracassou em Marrocos, onde os portugueses se limitaram a uma “ocupação restrita”⁶. Em parte, como defende David Lopes, consequência de uma política agressiva manuelina, responsável pela exacerbação dos sentimentos religiosos das populações muçulmanas gerando manifestações de resistência e de contra-ataque onde as confrarias religiosas, nomeadamente os movimentos sufi e xarifino, tiveram um papel fundamental.

2.

Quando o rei D. João III chegou ao poder, em 1521, os problemas, nomeadamente financeiros, tinham-se tornado cada vez mais prementes. Problemas agravados pela manutenção de um império demasiado vasto e disperso para as capacidades portuguesas. No Norte de África cresciam as concorrências europeias, nomeadamente francesas e inglesas, aumentavam as acções corsárias em simultâneo com o avanço dos turcos em direcção ao Mediterrâneo ocidental. Mais grave ainda, no interior sul de Marrocos, a ameaça dos xarifes sáidas crescia.

Oriundos de uma família árabe que se fixara no Drá [Drâ] e depois se deslocara para o Suz [Sous], os sáidas começaram por ter o apoio económico e étnico das tribos caravaneiras *maqil*, afectadas pela rota comercial marítima portuguesa da Mina. Passaram depois a ter o apoio de um povo

5 Pierre de Cénival, “L’expédition de la Mamora (Juin–Août 1515”, *SHIM*, I, 695-701 (citação colhida na p. 702).

6 Robert Ricard, “Le problème de l’occupation restreinte dans l’Afrique du Nord (XV^{ème}-XVIII^{ème} siècles)”, *Annales d’Histoire économique et sociale*, vol. 8, Septembre, 1936, pp. 426-432.

desejoso de pegar em armas contra o estrangeiro invasor e “infel” e contra aqueles que, como os oatácidas, reis de Fez, eram acusados de oferecer pouca resistência aos portugueses. Beneficiaram do carisma de serem considerados descendentes do profeta Maomé, e, em grande medida, do trabalho desenvolvido pelas confrarias religiosas, nomeadamente dos movimentos sufi os quais, dispondo de grande aceitação junto das camadas populares, protagonizaram o renascer do espírito de guerra santa (*jihâd*), alimentado pelo culto dos “santos” (marabutos), em especial dos mortos em combate contra os cristãos, destacando-se entre eles os seguidores da doutrina de Mohâmmede Aljazuli [Muhammad al-Jazûlî].

O fundador da dinastia sádida, Abu Abdalá Mohamede [Muhammad ben ‘Abderrahmân, chamado al-Qâ’im], Alcaima para os portugueses, e seus dois filhos, Ahmede Aláreje [Ahmed el-’Arej], o mais velho, e Mohamede Xequê [Muhammad el-Shaykh], o mais novo, surgem como líderes de uma nova força progredindo de sul para norte. Após a morte de Alcaima em 1517, os seus filhos, embora aliados, dividem as suas áreas de intervenção. Em 1524, os sáidas tornam-se senhores de Marraquexe, cidade onde o mais velho dos irmãos já tinha estabelecido a sua área de influência, sendo por isso referido pelos portugueses como rei de Marraquexe. Já o mais novo passa a assegurar a governação do Suz, sendo apelidado pelos portugueses rei desta região. Após a conquista de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541, por este último, dissensões surgiram entre os dois irmãos. Com a derrota de Ahmede Aláreje na batalha de El-Kahira, em 1544, a liderança passa para Mohamede Xequê que, na sua escalada guerreira contra os oatácidas, acabará por conquistar Fez, em 1549, e unificar o país, tomando o título de sultão de todo o Marrocos. A queda de Santa Cruz de Cabo de Guer, em 1541, e a crescente consolidação do poder dos sáidas, foram determinantes para a decisão portuguesa de abandono das praças de Safim [Safi] e Azamor em 1541, de Arzila [Asilah] e Alcácer Ceguer [Ksar Seghir], em 1549-1550.

As circunstâncias levaram D. João III a imprimir novas orientações à política ultramarina portuguesa. No respeitante ao Norte de África, elas começam a ser perceptíveis por volta de 1529 /1530, levando-o a, por três vezes, consultar quer personalidades e altos prelados quer membros do Conselho de Estado. Em 1529 e 1534, o motivo destes pedidos de conselho era a dúvida entre evacuar ou não certas praças marroquinas, em virtude das más condições de defesa e das

dificuldades militares e económicas para socorrê-las em caso de ataque ou de cerco. Já sobre o projecto de retomar a conquista marroquina, o rei assegurava não o ter posto de lado, fazendo-o depender apenas do estado das finanças. A questão era saber se deveria retomar essa conquista por Fez ou Marraquexe.

Sendo a maioria dos consultados favorável à manutenção de posições em Marrocos, isso não impediu, como se sabe, D. João III de mandar evacuar Azamor e Safim, em 1541, e Alcácer Ceguer e Arzila, em 1549-1550. O projecto de retomar a conquista de Marrocos, esse continuou incontestado, mesmo por quantos se tinham pronunciado pelo abandono das praças, tendo a maioria elegido Fez para o começo das hostilidades. Já em 1541, aquando de uma terceira consulta, depois da tomada de Santa Cruz do Cabo de Guer pelo xarife de Suz, todos os conselheiros advogavam, naturalmente, uma acção vigorosa e rápida contra os xarifes. Esta posição seria também defendida em cartas endereçadas ao rei por vassalos militando em Marrocos. Havia mesmo os que sugeriam uma expedição comandada pelo próprio rei ou por seu irmão, o infante D. Luís, e o recurso à ajuda militar do rei de Fez, à época em trégua com os portugueses⁷. Por essa altura ter-se-iam mesmo debatido em Conselho de Estado, em Almeirim, as opções a tomar no prosseguimento da expansão ultramarina portuguesa, colocando-se a questão de saber se seria mais vantajosa para Portugal uma conquista para povoar em África ou uma conquista para comerciar no Oriente⁸. Desse debate ainda viria a fazer eco, já nos inícios do século XVII, Diogo do Couto no seu segundo diálogo *O Soldado Prático*⁹.

7 Sobre estas consultas e debates, ver Maria Leonor García da Cruz, “As controvérsias no tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, *Mare Liberum*, CNCDP, Junho e Dezembro de 1997, n.ºs 13 e 14, pp. 123-129 e 117 e 198, respectivamente; publicado também em separata (1998). Da mesma autora e sob o mesmo título, com ligeiras alterações, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, vol. I – Estudos, ed. cit., pp. 205-268.

8 Parecer que se deu a D. João III [...] em que se aconselha o abandono da Índia para que assim fosse possível não largar os lugares de África, (finais de 1542), Biblioteca da Ajuda, 51-V-32, ff. 174-204 e Parecer que se deu a D. João III [...] se aconselha o abandono de África e a conservação da Índia, Biblioteca da Ajuda, códice 51-V-32, ff. 204v-218v, pub. Otília Rodrigues Fontoura, *ob cit.* Apêndice documental, docs. VII e VIII, pp. 204-223 e 224-233, respectivamente.

9 Diogo do Couto, *O soldado prático*, texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980 (3.ª edição), p. 203 e sgs.

3.

Além destas tomadas de posição em momentos de crise, encontramos, ao longo do reinado de D. João III, muitos outros testemunhos denunciando a persistência do sonho da conquista de Marrocos. Na sua maioria emanam de responsáveis militares ou administrativos das praças marroquinas, conhecedores das realidades locais, mas na maior parte das vezes afastados dos negócios centrais do Estado e incapazes de se aperceber da situação do império português no seu conjunto. Limitar-me-ei a alguns exemplos.

- Em 1529, António Leite, capitão / governador de Azamor, não hesitava em assegurar ao rei a viabilidade da conquista de Fez, expondo os meios para a conseguir; e, a propósito, declara textualmente “esta costa e terra da Berbéria é maior Índia que a Índia e menos trabalhosa de ganhar”¹⁰.
- Um ano mais tarde, Gonçalo Mendes Sacoto, que foi também capitão / governador de Azamor e depois de Tânger, escrevia uma memória impregnada de fervor belicoso e religioso. Segundo ele, o xarife de Marraquexe era um tirano tão detestado pelos seus súbditos, que bastaria desfaldar a bandeira real (portuguesa, bem entendido) para o destronar. O tesouro do destronado pagaria as despesas da expedição e o rei de Fez ver-se-ia constrangido a tornar-se vassalo de Portugal, porque o seu poder ficaria diminuído¹¹.
- Em 1538, Manuel Jorge, estante em Fez, ao escrever a D. João III considerava o reino de Fez em risco de perder-se, em razão de múltiplas traições, e incitava o rei a intervir, assegurando-lhe que, uma vez no país, muitas gentes se declarariam em seu favor, nomeadamente tribos inteiras, como os Beni Messara, além de marabutos cuja preferência por Portugal já fora manifestada publicamente¹².
- Em 1544, o capuchinho frei Silvestre, estante no convento da Piedade de Vila Viçosa, mas já tendo vivido em Marrocos, em carta a D. João III propõe-se convocar todo o reino para a conquista de África, e para tal

10 Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 14 de Outubro de 1529, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 62, pub. SIHM, tomo II, p. 491.

11 Memória de Gonçalo Mendes Sacoto a D. João III, [Maio-Junho de 1539], *Cartas dos Governadores de África*, n.º 42, pub. SIHM, tomo II, pp. 521-525.

12 Carta de Manuel Jorge a D. João III, Fez, 1 de Agosto de 1538, ANTT, CC, parte I, maço 62, doc. 60, pub. SIHM, tomo III, pp. 166-172.

exortando o rei a ir para o Algarve ou, de preferência, para Tânger para daí dirigir as operações¹³.

- Em 1549, a partir de Tetuão, onde se ocupava dos cativos cristãos, o padre João Nunes Barreto, jesuíta e, mais tarde, primeiro patriarca da Etiópia, dirigindo-se aos seus confrades de Coimbra, dava informações sobre o xarife Mohammed Xeque, que recentemente conquistara a cidade de Fez e que, segundo ele, era unanimemente detestado pelo povo. Exorta-os a rezar para que Deus inspire o rei a passar a Marrocos, pois se o fizer será imediatamente senhor de toda a Berbéria, “que é terra tão rica que não sei para que é mais Índia”¹⁴.
- Já no reinado de D. Sebastião, mas em tempo da regência de sua avó D. Catarina, assinale-se carta, escrita entre 1557 e 1561 pelo conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, ex-capitão/governador de Arzila e, mais tarde, de 1561 a 1564, vice-rei a Índia. Nela o conde de Redondo, depois de se manifestar contra o abandono de Arzila, chama a atenção para as fragilidades do domínio sávida sobre o reino de Fez. Considerando a impopularidade do sultão e de seu filho, as guerras enfrentadas e a epidemia grassante na região, o conde concluía não ser difícil a tomada de Fez, sugerindo mesmo os meios militares e financeiros requeridos para essa conquista. Na sua opinião tratar-se-ia de um bom investimento, pois a posse de um reino tão fértil em pão como o de Fez, daria grande alívio a Portugal não ficando tão sujeito a França e a Castela.¹⁵

4.

Neste conjunto de tomadas de posição pontuais está implícita a rejeição de uma política de retraimento no Norte de África posta em prática por D. João III. Tal política, mal compreendida pela opinião pública portuguesa, explica a

13 Carta de frei Silvestre a D. João III, Casa de N. S. da Piedade, 18 de Abril de 1544, ANTT, CC, parte I, maço 74, doc. 85, resumo pub. *SIHM*, Tomo IV, p. 285.

14 Carta do padre João Nunes Barreto aos jesuítas de Coimbra, Tetuão, 18 de Outubro de 1549, ARSJ – *Epp. Ext.*, 46, ff. 35-37, pub. *SIHM*, tomo IV, 373-382 (citação p. 381).

15 Carta do conde de Redondo ao rei, (entre 1557 e 1561), in “Várias notícias e documentos para a História d’el-rei D. Sebastião”, BNP, códice 308, ff. 133-135, pub. imperfeitamente por Afonso de Dornelas, *História e Genealogia*, vol. V, Lisboa, 1919, parcialmente por David Lopes in *Anais de Arzila*, tomo II, Lisboa, Academia das Ciências, 1919, pp. 474-476 e resumidamente *SIHM*, vol. IV, pp. 344-345.

emergência do que se poderá chamar uma sensibilidade exacerbada perante as questões relacionadas com a presença portuguesa em Marrocos e patente em duas ocasiões, ao tempo da menoridade do rei D. Sebastião:

- Nos inícios de 1562, notícias do cerco a Mazagão pelas tropas do sultão marroquino desencadearam em Portugal uma vaga de fervor patriótico. Gentes de todas as condições sociais organizaram-se espontaneamente para, pelos seus próprios meios, socorrer a praça, antecipando-se ao socorro oficial enviado pela Coroa. No Algarve, diversos nobres armaram caravelas a expensas suas, enquanto os mareantes de Lagos, Faro e Tavira mandaram quarenta homens pagos pela respectiva confraria. Em Lisboa, o ambiente assim é descrito por Queirós Veloso: “nobres, mercadores, artífices partiam ou se cotizavam para pagar soldados. Até a corporação dos moedeiros que, por seus privilégios, estava isenta de fintas, armou oitenta homens com o soldo de dois meses adiantado”. Desde o octogenário Simão Sodré a rapazes de catorze ou quinze anos, morgados ou filhos de ricos comerciantes, eram tantos os que queriam embarcar que a regente D. Catarina se viu obrigada a proibi-lo¹⁶.
- No final deste mesmo ano de 1562, mais precisamente a 12 de Dezembro, reuniram-se em Lisboa as Cortes Gerais, contando com a presença do rei D. Sebastião, então em vésperas de completar nove anos de idade. Nelas, além do chamado “Discurso Panegírico”, foram apresentados 167 capítulos, versando temas tão variados como a educação e formação do jovem rei, questões sociais, reformas e moralização da administração e finanças, defesa nacional etc. Sobre a importância destas propostas importa salientar terem elas resultado de um debate prévio envolvendo os três estados, cujos representantes comunicaram e trocaram ideias entre si. Elas traduzem, por isso, mais do que uma natural diversidade de interesses, um conjunto de propostas e reivindicações transversais que lhes conferem um carácter de plataforma onde convergem anseios comuns aos representantes dos concelhos, do clero secular e da nobreza. Por isso, se reveste de significado a importância dada por este colectivo aos assuntos relacionados com a defesa

16 J.M. de Queirós Veloso, *D. Sebastião (1554-1578)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 55.

marítima e terrestre da costa portuguesa e com o reforço da presença portuguesa em Marrocos, ou África como se dizia ao tempo, sendo meramente residuais as referências à Índia ou ao Brasil. Vejamos algumas dessas propostas: que nenhum mourisco viva na costa do Algarve, por não darem avisos aos seus, como se presume que fazem; que se não larguem os lugares de África, nem Mazagão; que no Algarve se façam fortalezas, onde parecerem necessárias; que as rendas dos reguengos, campos e lezírias, que tinham sido afectadas à manutenção das praças da costa do Norte de África, voltem a ter esse destino; que dos cinquenta mil cruzados que o Santo Padre concedeu dos prelados para as guerras, se haja de Sua Santidade que sejam para sempre; que se mande pôr em Tanger mil lanças de cavalo, e com elas pessoa de estado e muita qualidade; que se mande se exercitem as armas para quando for necessário e que duas léguas do mar, todos tenham espingardas, lanças e bestas; que os duques e senhores ajudem para a guerra de África, conforme o seu estado e rendas. A mesma atitude está presente no “Discurso panegírico”, onde se considera ser “mais justa e mais conveniente a conquista de África, que a da Índia”, pela simples razão de que “esta estava muito longe, e não rendia coisa que com ela se tornasse a gastar, e aquela estava perto, e era muito prejudicial à Hespanha (leia-se, Península Ibérica) a sua vizinhança e convinha domá-la, e estender nela o império lusitano” (sublinhado nosso)¹⁷.

5.

Um clima que, pode afirmar-se, se manteve latente explicando em certa medida as expectativas depositadas no jovem rei D. Sebastião, logo desde 1568, quando começou efectivamente a reinar. A este propósito, são significativas as peças de oratória, proferidas aquando da sua entrada em localidades ou da sua participação em actos públicos. Como, por exemplo, em 1570, em Coimbra, onde no arco da portagem da cidade era esperado pelo Senado, tendo competido

17 Para os capítulos dos povos ver “Discurso Panegírico”, in José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida, e perda do Senhor D. Sebastião* [...], Lisboa Ocidental, Oficina de António de Sousa da Silva, 1737, pp. 37-42; para os capítulos particulares do clero e da nobreza, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As regências na menoridade de D. Sebastião – elementos para uma história estrutural*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 348-368 e fontes aí citadas.

ao Doutor Jorge de Sá Soutomaior, lente da Véspera de Medicina, proferir a oração de boas vindas, uma longa peça de oratória, carregada de simbolismo. Comparando a visita de D. Sebastião com aquela que o imperador Alexandre fizera a Tróia, onde se encontrava sepultado Aquiles, o orador exaltava a carga mítica de Coimbra enquanto ponto de partida de D. Afonso Henriques para a batalha de Ourique e para outras campanhas militares contra os mouros e enquanto depositária dos seus restos mortais. Bem aventurados, dizia, eram D. Afonso Henriques por ter a D. Sebastião por sucessor, e D. Sebastião por descender do “tronco magnífico e invencível” de D. Afonso de Henriques. Aludia, por isso, às expectativas de grandes proezas militares a empreender pelo jovem rei, e garantia, desde logo, a disponibilidade dos conimbricenses para as apoiar, como já o tinham provado¹⁸, assegurando que de muito mais seriam capazes num empreendimento militar que contasse com o próprio rei como “participante dos perigos”. A verificar-se uma tal acção, perguntava o orador, enaltecendo a disponibilidade e a bravura dos seus concidadãos: “que esquadrão, por cresco e conjurado que seja, não romperão com muita facilidade, e que muro, por alto e forte que seja, que Marrocos não levarão nas unhas do primeiro ímpeto?”¹⁹.

Ecos deste ambiente e do crescendo de um projecto imperial de conquista de Marrocos, protagonizado pelo jovem rei D. Sebastião, encontram-se ainda na produção literária da época.

No tratado pedagógico do humanista Diogo de Teive, intitulado *Instituição de um perfeito príncipe*, reeditado em português em 1565²⁰ e dedicado a D. Sebastião, a incitação à guerra em África é manifesta e exprime mesmo um certo menosprezo pela expansão na Índia. Segundo ele, além da nobre missão da dilatação da fé, a riqueza em cereais do Norte de África traria estabilidade económica ao país, enquanto que a Índia não favorecia senão a corrupção dos costumes:

18 Referência à mobilização rápida dos conimbricenses em resposta a apelo que muito recentemente (22 de Agosto) D. Sebastião dirigira à cidade de Coimbra para socorrer Buarcos, com receio de desembarque próximo de corsários.

19 Oração pub. Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo del rey D. Sebastião*, Lisboa Oficina de Joseph António da Sylva, 1736-1751, tomo III, pp. 228-236.

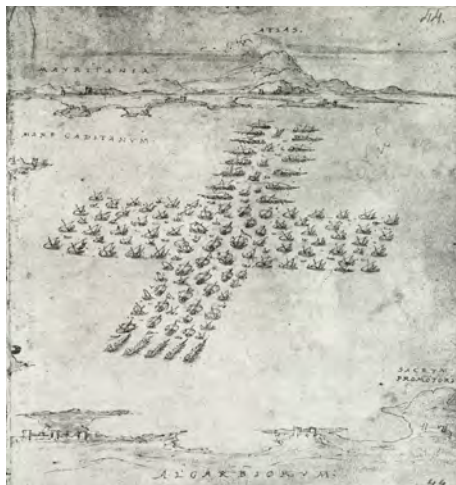
20 Cuja primeira edição em latim data de 1558.

Quanto se deve ter por mais ditoso
Quem em verso empregar nos grandes feitos,
Que do grão rei Sebastião se esperam,
(.....)
Agora aquele rei, que por milagre
Nos foi dado, fará com seu esforço,
Que os termos da espaçosa larga Índia
Se acabem lá onde o Mundo os seus acaba.
A isto ajuntará com gloriosas
Vitórias a infiel terra Africana,
Do nome Lusitano única imiga,
Fértil de mantimentos, e abundante,
Para que deles possa Lusitânia
Encher os seus celeiros largamente,
E assim a seus naturais alcançar possa
Com grande louvor seu grandes proveitos²¹.

Já reinando efectivamente D. Sebastião, o humanista e célebre artista Francisco de Holanda, na sua obra *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571), dirigida a D. Sebastião, sugerindo os passos fundamentais para o rei alcançar “descanso”, escrevia: “vá também ao Campo de Ourique e ao Algarve que ainda não viu e passe a África e tome-a e triunfe dela e torne com o despojo a descansar em Lisboa”²². O artista dava mesmo expressão gráfica ao seu apelo, incluindo na sua obra dois desenhos que, de tão eloquentes, dispensam grandes comentários.

21 Cit. colhida Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Porto, Lello & Irmão Reditores, 1983, pp. 91 e 93/94.

22 Fac-símile de ms. Biblioteca da Ajuda, pub. Jorge Segurado, *Francisco D'Ollanda*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 97.



Desenho de Francisco de Holanda.

A esquadra cristã, com os navios dispostos em forma de cruz, navega do Algarve, rumo a Marrocos²³



Desenho de Francisco de Holanda.

Um exército disposto de maneira a formar o corpo de um guerreiro cristão, simbolizando D. Sebastião, ocupa o território marroquino que lhe serve de fundo²⁴.

Pela mesma altura, já Luís de Camões, n'Os *Lusíadas* (1572), disponibilizava o seu “braço, às armas feito” e a sua “mente às musas dada” para servir e gloriar a grande empresa guerreira que se esperava “olhando a inclinação divina” do rei. E essa empresa, como expressa claramente na última estrofe do seu poema épico, não podia ter outro objectivo senão Marrocos:

Ou fazendo que, mais que a de Medusa,
A vista vossa tema o monte Atlante,
Ou rompendo nos campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos e Trudante,
A minha já estimada e leda Musa
Fico que em todo o mundo de vós cante,

23 Francisco de Holanda, *Lembrança ao muito Sereníssimo e Cristianíssimo Rei Dom Sebastião: De quanto serve a Ciência do Desenho e Entendimento da Arte da Pintura [...]*, fac-símile pub. Jorge Segurado, ob. e ed. citadas, p. 153.

24 Idem, *ibidem*, p. 154.

De sorte que Alexandro em vós se veja,
Sem à dita de Aquiles ter enveja²⁵

Posteriormente, em 1574, nas suas Oitavas ao *Mui alto Rei a quem os Céus em sorte*, o mesmo Camões, celebraria a chegada a Portugal de uma seta ensanguentada do martírio de São Sebastião, relíquia enviada pelo papa Gregório XIII, classificando o evento como um “presságio” de “que sereis braço forte e soberano / contra o soberbo gládio mauritano”²⁶.

Também pela mesma altura, sem dúvida após 1574, o castelhano Diego Torres compunha, com base nos seus largos anos de experiência em Marrocos, uma *Relación del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, onde incluía a descrição geográfica e a história dos reinos marroquinos, no período compreendido entre 1502 e 1554²⁷. Esta obra, dirigida a D. Sebastião e revestindo-se de um carácter de incitamento à empresa marroquina, só viria, no entanto, a ser publicada pela viúva do autor que, entretanto, e perante o incontornável fracasso de Alcácer Quibir, abandonaria a sua tese apologética da conquista de Marrocos. No plano internacional, sublinhe-se ainda o apoio indefectível do papa Gregório XIII à política marroquina de D. Sebastião. Assim aconteceu na campanha militar ao Norte de África de 1574 e, anos depois, naquela que, em 1578, resultaria na derrota de Alcácer Quibir.

Finalmente, testemunhando a importância de que se revestiam as campanhas militares no Norte de África na sociedade da época, relevam-se os dois legados testamentários da infanta D. Maria de Portugal, filha de D. Manuel I, ao seu sobrinho-neto D. Sebastião: 30 000 cruzados para a guerra de África e as tapeçarias flamengas, representando a conquista de Tunes pelo imperador Carlos V, mandadas por ela fazer em homenagem a seu irmão predilecto, o infante D. Luís, participante naquela expedição. O testamento foi exarado a 2 de Setembro de 1577²⁸. A infanta morreria em Outubro desse mesmo ano.

25 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto X, est. 156. “Monte Atlante”: cordilheira do Atlas, no Norte de África; “Campos de Ampelusa”: cabo Espartel, entre Tânger e Ceuta; “Marrocos e Trudante”: Marraquexe e Tarudante, cidades no sul de Marrocos.

26 Luís de Camões, *Lírica Completa* III, prefácio e notas de Maria de Lurdes Saraiva, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981, pp. 233-235.

27 Obra publicada postumamente, por iniciativa de sua viúva, em Sevilha, em casa de Francisco Perez, 1586.

28 BNP, Reservados, 34 A (acessível PURL 1472).

6.

Concluindo, a ideia imperial de conquista de Marrocos não era uma teoria defendida por um simples punhado disperso de visionários. Tinha uma base de apoio social e política significativa, alicerçada na riqueza, sobretudo em cereais, do Norte de África e na importância estratégica atlântica desta região para defender as costas portuguesas, nomeadamente a algarvia, garantindo segurança nos mares, sobretudo na proximidade dos locais de onde partiam e aonde aportavam, as carreiras comerciais portuguesas e espanholas. Embora possa parecer contraditório, não menos importante foi a utilidade da empresa marroquina como fundamento para a obtenção de instrumentos jurídicos (bulas e tratados internacionais) que legitimaram, no panorama internacional da Cristandade, a posse de novas terras descobertas. Por exemplo, a bula *Romanus Pontifex* (1455) consagrava a conquista e o comércio portugueses a sul do Cabo Bojador e “sacralizava”, nas terras a descobrir, o comércio enquanto instrumento de dilatação da fé. Isto, a título de recompensa aos monarcas portugueses, “atletas da fé cristã”, pelas suas campanhas marroquinas contra os sarracenos.

Neste contexto, tendo em conta a obsessão de D. Sebastião pelas proezas militares e pela guerra contra os mouros e também o seu desejo de realizar um feito militar prodigioso, capaz de espantar o Mundo, compreende-se que uma expedição em Marrocos, fosse ela irrealista, se tivesse tornado inevitável, por volta dos anos de 1570. Antes da sua consumação, é verdade, houve muitas resistências e vozes discordantes, mas, lendo a documentação da época, apercebemo-nos de que a maior parte das críticas não visava a expedição propriamente dita. Apontavam sobretudo a forma precipitada, obstinada e voluntariosa como o rei conduzia o empreendimento, a sua vontade de comandá-lo pessoalmente sem ter herdeiro assegurado, e o seu desejo de avançar para uma batalha em campo aberto, quando as tropas portuguesas não tinham na região experiência desse tipo confronto desde a já longínqua batalha de Bulauão [Boul-Aouan], conhecida como “a batalha dos alcaides”, em 1514²⁹. Mesmo assim, como reconhecia D. Juan da Silva, embaixador de Castela em Portugal, todo o reino se movia para seguir o rei e, quando a armada partiu de Lisboa, fê-lo com o aparato de uma verdadeira cruzada, aliás chancelada por bula papal.

29 Sobre esta batalha, ver João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

Como se sabe, o sonho de conquista de Marrocos, primeiro projecto de expansão marítima portuguesa, não se cumpriu, esvaindo-se, em 1578, no campo de Alcácer Quibir ao cabo de mais de século e meio de persistência.

No entanto, das cinzas da batalha, um outro sonho começou a germinar. Uma crença messiânica, o Sebastianismo, pretendendo que o mesmo rei que tinha conduzido o seu país ao desastre, comprometendo a independência nacional, voltaria um dia para salvá-lo e para restaurar as suas glórias passadas.

Paradoxalmente, o choque traumático da derrota portuguesa levou os portugueses a transfigurar um rei vencido num conquistador vitorioso e a inventar um mito messiânico imperial que se tornaria num elemento constitutivo da consciência colectiva nacional.

II.

NOS MEANDROS DA
ÁSIA MARÍTIMA

– HISTÓRIAS DE
VIDAS

4. Degredados e arrenegados no espaço índico nos primórdios do século XVI

O alinhamento de conclusões sobre o papel destes dois tipos sociais na Índia portuguesa implicaria uma vasta e exaustiva pesquisa em diversos arquivos, nomeadamente portugueses, espanhóis, goeses e de certas ordens religiosas assim como em coletâneas de fontes documentais impressas. Tarefa hercúlea em virtude da dispersão da informação, tendo em conta serem figuras fugitivas e, geralmente anónimas, vivendo nas margens das sociedades instituídas. Tive de fazer uma escolha e, por isso, numa primeira abordagem desta temática, fiquei-me por um *corpus* aparentemente limitado, mas na realidade extremamente vasto e que tem a vantagem de dar a dimensão social do degredado e do arrenegado na sociedade portuguesa do séc. XVI e de enquadrar as suas actuações numa visão da expansão portuguesa globalizante e coeva. Resolvi, assim, reler os quatro principais cronistas da Ásia levantando todas as referências contidas nas suas obras relativas ao particular objecto do meu estudo. Trabalho moroso e por vezes desanimador. As edições não têm índices capazes e as notícias sobre degredados e arrenegados são raras, breves, vagas e muito dispersas, pois como é sabido, estes autores propõem-se, expressamente, narrar os feitos dos vassalos portugueses na Ásia (sublinho vassalos). Daí que seleccionem preferencialmente o acontecimento guerreiro para, através dele, poderem realçar as “altas cavalaria” dos portugueses na luta contra os povos que eram considerados inimigos da fé cristã, muito especialmente o “infiel” por excelência, quer dizer, o “mouro”. Outro dos factores que explica esta pouca informação acerca de degredados e arrenegados assenta no estrato social donde eles na sua quase totalidade saíam. Integrados no grupo à época designado vulgarmente por “gente baixa”, pertenciam às camadas de população que não entravam na história e a própria documentação oficial do tempo, bem como as relações e as memórias, reflectem este modo de pensar. Até os dois cronistas, de entre os quatro que selecionei, que mais se levantam contra este estado de coisas, caem na mesma prática. Refiro-me, naturalmente, a

Gaspar Correia que afirma claramente ter utilizado para a elaboração do seu trabalho “um caderno que me veio ter ás mãos, que fez um degredado que veio com Dom Vasco da Gama”¹ e refiro-me também a Diogo do Couto o homem que, quando tem oportunidade, tão arrebatadamente escreve sobre o povo: “e a causa de mor espanto e em que desejo gastar muitas mãos de papel é que esta nossa gente a maior parte dela ou quasi toda eram soldados da Beira, de Tra-los-Montes e d’Entre Douro e Minho, homens não conhecidos, nem de apelidos usurpados, senão criados pobres e rusticamente mal vestidos e pior atados [...] assim estes neste cerco [Cota, 1563/64] se puseram muitas vezes de barba a barba contra os elefantes bravos e os faziam voltar, como se fugiram doutras alimárias mais bravas e ferozes que deles, e destes de quem falo e de outros como eles foram os mais dos que acabaram na Índia os feitos arriscados que sucederam [...], porque então havia-se por afronta passar a ela [à ilha de Ceilão] nenhum de sangue nobre, porque era então terra pera onde se degradavam os malfeitores...”².

Neste trecho e em muitos outros, Diogo do Couto põe o dedo na ferida, ao chamar a atenção para a dificuldade fundamental que encontrou (e ainda hoje se encontra) quando se propunha escrever sobre tal gente. Como muitas vezes afirma, esses homens não tinham nome, quer dizer, não tinham apelido conhecido e célebre. Aparecem sempre num conjunto, o conjunto do soldado desconhecido, e, se o testemunho os individualiza, é através do seu nome próprio e não do de família: um João, um Manuel, um António, um fuão qualquer... seguido ou não de uma alcunha. Repare-se como é significativo o emprego do indefinido³. E, precisamente porque não tinham nome, era difícil memorizar as suas proezas, tal como evidencia também Couto no seguinte desabafo amargo, que é cumulativamente um desafio à nobreza na qual “resplandecem sempre as virtudes”: “estes – os homens do povo – por muitas façanhas e cavalaria que façam, com a morte se lhes acaba tudo; e assim se passa por suas cousas como se o esforço não tivera merecimento mais que nos ilustres”⁴!

1 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, prólogo ao vol. III, p. 8.

2 Diogo do Couto, *Década 7.^a* (Lisboa, ROT, 1783), liv. X, cap. 14, pp. 553/554; e *Década 8.^a* (versão Porto-Madrid, Lisboa, IN/CM e CNCDP, 1993), liv. I, cap. 2, pp. 34/35.

3 Ainda hoje nas aldeias do interior as pessoas que são consideradas mais importantes são tratadas pelo apelido (Sr. Silva, Sr. Pereira) e as de condição mais humilde pelo nome próprio (Sr. António, Sr. José).

4 Diogo Couto, *Década 7.^a*, liv. VIII, cap. 7, p. 221.

Ainda no que concerne ao *corpus* do presente estudo, uma outra questão se poderá levantar. Até onde poderemos confiar na informação contida nestas crónicas, tratando-se de fontes em que as matérias foram previamente seleccionadas e trabalhadas pelos cronistas, em função de determinados pressupostos e objectivos?

Charles Boxer, Jean Aubin e Luís de Albuquerque testaram troços destas obras com outras fontes portuguesas e até com fontes asiáticas concluindo que, no essencial, depois de depurada a narrativa do empolamento necessário ao realce da lusa actuação, as diversas leituras coincidem.⁵ Eu própria tive oportunidade de fazer esta verificação no caso particular da *Década* 8.^a de Diogo do Couto. Salvo pequenas discrepâncias cronológicas e onomásticas, a informação sobre os homens e os acontecimentos converge com a que se colhe nas Chancelarias régias e em outras fontes documentais da época. E mais, apurei que muitas das interpretações ou versões apresentadas pelo autor em relação a um dado episódio bebem na opinião corrente dos seus contemporâneos⁶.

Uma outra prova de fidedignidade destes quatro autores às fontes de que se serviram (e elas não foram só portuguesas), encontra-se na convergência e paralelismo das quatro narrativas. Se as limparmos dos devaneios críticos ou eruditos que todos com mais ou menos extensão introduzem, se as limparmos dos recheios anedóticos relacionados com a experiência pessoal de cada um ou com a dos testemunhos em que se apoiaram, se abstrairmos do posicionamento de cada um dos cronistas, deparamo-nos com um esqueleto narrativo único ou, por outras palavras, tal como escreve António Coimbra Martins, “em vez de várias crónicas, temos uma matéria da Ásia, que sucessivos rapsodos vão cantando”⁷. A evidência desta convergência e a certeza de que pelo menos os três primeiros não conheciam as obras uns dos outros levam-nos a aventar a hipótese de estes escritores da Ásia se terem limitado a “ajuntar” numa

5 Charles R. Boxer, “Dom Jorge de Meneses Baroque and the Battle of Mulleriyáwa, 1560”, *Mare Luso-Indicum*, III (1976), pp. 85/94; Jean Aubin, *Mare Luso-Indicum*, I (1971), “*Liminaire*”, p. IX; Luís de Albuquerque, “Um exemplo de ‘cartas de serviços’ da Índia”, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 34 (1979).

6 Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, Lisboa, CNCDP / IN-CM., vol. II, 1994, pp. 345-350.

7 António Coimbra Martins, “Seis escritores da Ásia – Correia, Castanheda, Barros, Couto, Camões e Andrade”, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral de Universidade, 1985, p. 136.

narração cronológica seguida as relações, as notícias, as monografias que ao tempo circulavam por via escrita ou oral⁸.

Concluindo, para terminar esta nota introdutória, colhi nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e nas *Décadas da Ásia* de João de Barros e de Diogo do Couto todas as referências a degredados e arrenegados. Juntei uma série de casos ou percursos individuais a partir dos quais procurei generalizar para a caracterização dos perfis do degredado e do arrenegado, buscando a sua situação na sociedade portuguesa do tempo e o seu papel na relação com outros povos.

As conclusões a que cheguei, alerta, foram tiradas sob uma perspectiva unilateral, pois analisei o degredado e o arrenegado portugueses tal como eles eram vistos e definidos pela sociedade de onde provinham. No fundo, a visão patente nestas fontes e até a minha própria, são a visão portuguesa do papel desempenhado por estes homens na Ásia. Tal facto, reconheço, limita e dificulta a detecção da diferença e do que é essencial. Como salienta Paul Veyne: “Se para estudar uma civilização, nos limitarmos a ler o que ela diz de si própria, quer dizer as fontes relativas só a essa civilização, torna-se mais difícil o dever de nos espantarmos do que, aos olhos dessa civilização, era evidente”⁹.

1. A sociedade portuguesa na Índia e os seus contrários

O espaço sob alçada portuguesa no Oriente, no séc. XVI, estendia-se desde a costa oriental do continente africano até às ilhas Molucas no Sudeste Asiático.

A primeira grande leva de portugueses foi para o Oriente, destinada a aí permanecer temporariamente, partiu com D. Francisco de Almeida. Até então apenas havia que um punhado de homens em duas feitorias – Cochim e Cananor. Depois, pouco a pouco, foram-se conquistando e ocupando espaços que ou eram directamente administrados pelos portugueses ou ficavam sob seu controle – feitorias, protectorados, fortalezas, cidades circundadas ou não por uma pequena área – todos eles enquistados em terras estranhas e todos eles também virados para o mar, através do qual comunicavam entre si. Tudo o mais era o mundo dos outros.

8 Idem, *ibidem*.

9 Paul Veyne, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983 (1.^a ed., Paris, 1971), p. 17.

A imagem da vida portuguesa nestas terras apresentada pelos cronistas é de cariz essencialmente militar. Narram-se quase exclusivamente batalhas e cercos, sucessos ocorridos nas armadas e fortalezas. Dir-se-ia que a actividade mercantil não se entrelaçava com a militar. Aliás, a condição do simplesmente civil tem, em alguns autores, uma conotação pejorativa, sinónima de homem que não tem vergonha¹⁰.

Por outro lado, para além da subjacente estrutura social em ordens, a sociedade aparece dicotomizada em dois grupos que Castanheda sintetiza na fórmula de homens “assi altos como baixos”¹¹.

No conjunto superior, os fidalgos, os capitães, os cavaleiros, as pessoas principais, os escudeiros e criados d’el Rei. Eram os homens de qualidade, os homens honrados ou a gente limpa e de sorte que lutava ou aspirava a lutar com lança e espada, com as quais armas se praticavam os actos de valentia e os honrados feitos. João de Barros acha que D. Francisco de Almeida, depois do ataque a Dabul [Dabhol], tem motivos para armar cavaleiros “cá tudo foi rosto a rosto, lança por lança, espada por espada, sem uns nem outros se servirem muito da artilharia que tinham”¹². Dentro deste grupo, no escalão superior, a nata da sociedade, os tais com direito nome por serem filhos de algo. Mais uma vez é João de Barros quem explica: “Quando nomeamos algum capitão se é homem fidalgo e tão conhecido por sua nobreza e criação na casa do rei, logo, em falando nele a primeira vez, dizemos cujo filho é, sem mais tornar a repetir seu pai; e se é homem fidalgo, de muitos que há no Reino, destes tais não podemos ter tanta notícia, porque não vieram ao lugar onde os homens se habilitam em honra e nome que é na casa d’el-rei”¹³.

No conjunto inferior, ficavam os homens sem nome, os soldados, os marinheiros, os remeiros e, no campo civil, os alfaiates, os taberneiros, os carpinteiros, etc. Era, segundo a terminologia da época, a gente baixa, a gente miúda; sem sorte, pois com defeito natural por nascimento. Nas artes marciais, os que lutavam a pé. Deles saía o grosso dos besteiros, dos espingardeiros, dos bombardeiros, dos fundidores de artilharia, em suma, de quantos manejavam os artificios de fogo.

10 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. cit., “Afonso de Albuquerque”, caps. 16 e 36, vol. II, pp. 112 e 295, respectivamente; “Lenda de Garcia de Sá”, cap. 7, vol. IV, pp. 671/672.

11 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. introdução e revisão por M. Lopes de Almeida Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, liv. VII, cap. 30, vol. II, 417.

12 João de Barros, *Década 2.^a*, Lisboa, ROT, 1777, livro III, cap. 4, p. 273.

13 João de Barros, *Década 1.^a*, ed. cit., livro V, cap. 10, p. 465.

Quanto aos outros povos, eram arrumados e catalogados primariamente e segundo pressupostos religiosos em cinco grupos: os mouros, os gentios, os cafres, os judeus e os cristãos.

Os cristãos ocupavam as terras tradicionalmente designadas do Preste João e franjas costeiras do Sul da Península Indostânica. Os judeus, espalhados um pouco por todo o lado, principalmente nos centros de comércio, não aparecem como fortes opositores, talvez por desempenharem, sobretudo na fase de descoberta e conquista, papel de intermediários com as populações locais e também porque, como esclarece João de Barros, “judeus e cristãos naquelas partes são mais cativos que livres, pois por razão de sua habitação são súbditos dos mouros e dos gentios”¹⁴. O cafre, por seu turno, era o autóctone do continente africano, neste caso da costa oriental: negro, primitivo, ignorante e pagão.

Restam os dois blocos principais, ou seja, os gentios e os mouros. A primeira designação abrangia, grosso modo, os hindus e os budistas; para Barros a característica dominante das suas religiões era a idolatria. Já o mouro era o blasfemo, o mais contrário dos outros, o “infel” que se espalhava por todo o mundo índico oferecendo a maior resistência à dominação, quer militar quer mercantil, portuguesa, portanto o principal inimigo a abater.

É neste quadro humano, gizado também ele com base no olhar do cronista, que se delineará a caracterização do degredado e do arrenegado e que se procurará compreender as suas movimentações, as suas actuações e os papéis desempenhados na relação com outros povos.

2. Os degredados

Na época de que nos ocupamos o degredo não era uma pena vil. Duma consulta das Ordenações gerais, ressalta que, face a um mesmo crime não passível de pena de morte, os castigos de açoute ou degredo se aplicavam consoante o réu se situava abaixo ou acima de escudeiro. Nestas mesmas Ordenações um título esclarece quais as pessoas, da fronteira entre a gente honrada e a gente baixa, que “eram excusas de haver penal vil”, ou seja, aquelas que, “em lugar das penas de açoutes com baraço e pregão”, deveriam ser condenadas a dois anos de degredo em África, com pregão na audiência”¹⁵.

14 Idem, *Ibidem*, liv. IX, cap. 2, p. 313.

15 *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, recompiladas por mandado d'el-rei D. Filipe o primeiro (1.^a ed. 1603), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1847, liv. V, título 138.

O degredo aparece, portanto, associado a uma condição social de uma certa qualidade.

O degredo não era também considerado uma pena muito pesada. Na *Prática criminal* de Manuel Lopes Ferreira, aparece em 9º lugar numa escala de castigos que vai desde a morte por enforcamento e arrastamento por cavalo, a membros cortados, açoutes, mitra ou capela posta na cabeça, marca de fogo, infâmia e galés¹⁶.

Dir-se-ia, pelo exposto, que estranhamente, e ao contrário do que afirmei na introdução deste trabalho, os degredados portugueses enviados para a Índia beneficiavam de um tratamento privilegiado e não eram criminosos malfeitores da baixa sociedade.

Mas outra particularidade me causou estranheza. O facto de, ao consultar as penas constantes das Ordenações gerais, não ter encontrado uma única pena de degredo para a Índia, embora elas existam para diversos locais do reino como Castro Marim ou para a África e para S. Tomé (este último destino substituído pelo Brasil nas Ordenações filipinas).

Perguntar-se-á, então, como aparecem degredados portugueses, classificados como tal, partindo para a Índia? A resposta é dada pelos próprios cronistas e prende-se com situações pontuais não consideradas na lei geral. Tratava-se de indivíduos, já julgados e condenados, a quem o monarca concedia a mercê de uma comutação de pena, se embarcassem para o Oriente no cumprimento de missões que podiam ser ou não especificadas¹⁷.

Da gente de qualidade que partia nestas circunstâncias pouco ou nada sabemos, porque, só excepcionalmente, aparecem nos documentos ou nas crónicas assinalados como cumprindo uma pena de degredo. Bastava-lhes, para serem designados, o nome de família. Aliás, as tarefas militares que exerciam no Oriente não diferiam substancialmente das que teriam de desempenhar caso não fossem a cumprir a pena em questão. Os dois ou três casos que se apanham nas crónicas são introduzidos episodicamente. Em 1538, quando o vice-rei D. Garcia de Noronha partia para a Índia, o rei concedeu um perdão geral a todos aqueles que com ele embarcassem, exceptuando naturalmente os culpados de crimes de fé e de lesa-majestade: os condenados à morte passariam a degredo perpétuo; os de degredo perpétuo a três anos; os de três anos

16 Manuel Lopes Ferreira, *Prática criminal*, Lisboa, na oficina Ferreiriana, 1730/1733, tomo IV, cap. 1, nº 21/36, pp. 5/6.

17 Gaspar Correia, *Lendas*, ed. cit., “Vasco da Gama, ano de 1497”, cap. 12, vol. I, p. 41/42; João de Barros, *Década 2.ª*, ed. cit., liv. I, cap. 1, p. 4.

eram totalmente perdoados. Um dos contemplados foi Manuel de Mendonça, condenado, por homicídio, a nove anos de degredo em África. O monarca, “muito escandalizado com ele”, não lhe reduziu a pena, mas permitiu que a dividisse com os seus dois irmãos: três anos para cada um. Um deles, João Mendonça, viria a ser governador do Estado da Índia, em 1564¹⁸.

Quanto aos degredados oriundos das classes inferiores, já existe quantidade suficiente de dados individuais que permite a análise do fenómeno numa dimensão colectiva. Numa fase inicial partiram em pequenas quantidades; posteriormente o seu número foi engrossando até que, a meados do segundo decénio de 1500, deixam de ser dadas notícias sobre estes homens ou deixam de ser assinalados como condenados nas crónicas portuguesas. Embora os seus contemporâneos o não reconheçam, eles vão ter, em meu entender, um papel relevante na descoberta e estabelecimento portugueses no mundo índico e nas relações com outros povos.

Logo na primeira viagem, capitaneada por Vasco da Gama, partem dez degredados, “homens vadios e condenados à morte”, no dizer de Gaspar Correia¹⁹. Apesar de não termos indicação numérica dos totais embarcados em cada armada anual, sabemos da sua presença por pequenas alusões que os cronistas, distraidamente, introduzem no relato. Da maior parte não conhecemos sequer o nome, pois aparecem referidos pela sua situação penal. As penas, capitais ou de degredo perpétuo, eram-lhes comutadas tendo como contrapartida o desempenho de missões arriscadas, em perigo de vida, pois que, perdendo-se a deles, não se perdia muito e começavam a ser cumpridas logo no percurso da ida.

Ora lançados em terras desconhecidas ou “duvidosas” aonde procuravam colher informações sobre a terra e as populações, e onde, simultaneamente, se experimentava através deles o “gazalhado” que lhes era feito; nestas saídas procuravam, quando possível, trazer às naus um indígena para que o “língua” ou seja, o intérprete da armada lhe extorquisse mais informações. Recorde-se que, quando Vasco da Gama chega a Calicute (Kôlikkôttu), o primeiro português a pôr pé em terra, com uma tarefa destas, foi um degredado²⁰. Esses condenados eram largados em terra para a descoberta de povoações ou para a penetração

18 Diogo Couto, *Década 5.ª*, liv. III, Lisboa, ROT, 1779, cap. 8, pp. 277/278.

19 Gaspar Correia, *Lendas*, ed. cit., “Vasco da Gama, ano de 1497”, caps. 10 e 12, vol. I, pp. 32 e 41/42.

20 *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, apresentação e notas de Neves Águas, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987, p. 54.

no sertão. O reino do Preste foi um dos primeiros objectivos, logo secundado, após a primeira viagem, pelas célebres minas do Monomotapa. Foi também um degredado o primeiro europeu a chegar a estas minas e a descrevê-las²¹; foram também degredados os dois primeiros portugueses que, atingindo a África Oriental por via da rota do Cabo, chegaram à corte do Preste²². Todos eles deveriam procurar regressar ao ponto de partida para notificar armadas que posteriormente aí aportassem dos resultados conseguidos.

Estes homens, actuaram essencialmente na costa e ilhas da África Oriental, revelando-se também muito úteis para os capitães das naus com que se cruzavam nos mares: uns já na viagem de regresso ao Reino, outros ainda na viagem de ida. João da Nova, capitão da armada que partiu para a Índia em 1501, soube o que lá passou Pedro Álvares Cabral, entretanto já de regresso a Portugal, através de um degredado português que se encontrava em Quíloa [Kilwa]²³.

Dos degredados deixados na costa oriental africana, dois se destacaram. João Machado, natural de Braga, viu reconhecida em vida a importância do seu trabalho; António Fernandes, carpinteiro de naus, que só no séc. XX foi “descoberto”. O primeiro subiu a costa africana, atravessou para Cambaia e daí para o reino de Bijapur, cujo rei era o Idalxá / Idalcão [Adil Shah / Adil Khan]; conheceu várias terras, aprendeu outras línguas, adaptou-se ao modo de viver oriental, ascendeu a postos de chefia no exército do Idalxá, foi peça importante no auxílio dado aos portugueses para a conquista de Goa, em 1510, e para a sua conservação nos tempos imediatamente posteriores²⁴.

O segundo, António Fernandes, tornou-se de tal modo amado dos cafres que o adoravam como a um deus; conheceu profundamente a região desde a costa ao reino do Monomotapa e acerca dela deixou informações valiosas sobre as feiras, sobre o modo de comerciar e sobre os principais produtos de troca²⁵.

Outros degredados foram canalizados para diferentes tarefas sobretudo na costa ocidental da península indostânica e contribuíram mais para a conquista

21 Hugh Tracey, *António Fernandes – descobridor do Monomotapa*, tradução de Caetano Montez, Lourenço Marques, 1940.

22 João de Barros, *Década 2.ª*, liv. III, cap. 2, pp. 234/235, liv. VII, cap. 6, pp. 217/218.

23 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. 1, cap. 43, vol. I, p. 95. João de Barros, *Década 1.ª*, liv. V, cap. 10, p. 467.

24 Para uma biografia de João Machado e respectivas fontes, ver adiante nesta coletânea, artigo intitulado “As andanças de um bracarense em terras asiáticas – João Machado / Çufo”.

25 H. Tracey, *ob. cit.*

e consolidação da permanência portuguesa na Índia que para a exploração por terra. Faziam todo o tipo de trabalhos servis e arriscados. Em cada feitoria que se criava, em cada fortaleza que se construía, aí se encontravam entre a população portuguesa militar e civil²⁶. Foram ainda eles os remeiros das primeiras galés que D. Francisco de Almeida construiu na Ásia²⁷. Anónimos conquistadores, eram encarregados das missões mais perigosas. Aquando da segunda conquista de Goa, em Novembro de 1510, Afonso de Albuquerque destaca-os para que, capitaneando os peões canarins, perseguissem os mouros fugidos da cidade e espalhados pela terra firme. E, comenta o cronista Fernão Lopes de Castanheda, “apesar de baixa sorte e degredados, lembrando-lhes que eram portugueses, cumpriram tão bem o que lhes o governador mandou que mataram na terra, e fizeram afogar nos rios mouros e mouras sem conto, e cativaram algumas alvas e de bom parecer que levaram ao governador, que ele depois, com ajuda de Nosso Senhor fez tornar cristãs e as casou em Goa”²⁸!

Por último, foram também estes degredados aqueles que, seduzidos pelas promessas de Albuquerque, primeiro casaram com as mulheres gentias e isto quando a chamada “gente limpa” afirmava publicamente que não prestava quem com elas casasse²⁹.

Por tudo o exposto se compreende e fazendo já a ligação com o ponto seguinte, que o degredado de baixa sorte reunia as condições ideais para passar à situação de arrenegado. Foi talvez esse o motivo que levou D. Francisco de Almeida a aconselhar o rei a não mandar mais degredados deste tipo para o Oriente, por considerar ser “mais serviço de Deus haverem lá [no Reino] a pena de seus delitos, nem mandeis outros homens que constrangidamente estejam cá”³⁰.

26 Gaspar Correia, *Lendas*, “Armada de D. Francisco de Almeida. Ano 1505”, cap. 2 e cap. 4, vol. I, pp. 542 e 566. Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. I, cap. 40, vol. I, p. 92. João de Barros, *Década 1.ª*, liv. V, cap. 8, p. 445, liv. V, cap. 10, p. 473.

27 Gaspar Correia, *Lendas*, “Armada de D. Francisco de Almeida. Ano 1505”, cap. 1 e cap. 4, vol. I, pp. 531 e 561.

28 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 43, vol. I, p. 599.

29 Gaspar Correia, *Lendas* “Afonso de Albuquerque. Ano 1509”, cap. 20, vol. II, p. 159.

30 Gaspar Correia, *Lendas* “D. Francisco de Almeida. Ano 1508”, cap. 2, vol. I, pp. 910.

3. Os arrenegados

A designação de arrenegado tinha ao tempo uma conotação diferente da que actualmente lhe atribuímos. O arrenegado não era forçosamente o apóstata da religião cristã, era sobretudo o traidor, o perjuro da pátria. Camões chama arrenegados aos portugueses que lutaram ao lado dos castelhanos, em 1383/85:

Eis ali seus irmãos contra ele vão,
(Caso feio e cruel!), mas não se espanta,
Que menos é querer matar o irmão,
Quem contra o Rei e a Pátria se alevanta,
Destes arrenegados muitos são
No primeiro esquadrão, que se adianta
Contra irmãos e parentes, caso estranho,
Quais nas guerras civis de Júlio e Magno!

Os Lusíadas, IV – 32

A leitura dos cronistas da Ásia nem sempre é coerente. Com respeito ao soldado que passava para os exércitos sob controle muçulmano não havia dúvidas: era um arrenegado, mesmo que não abjurasse da sua religião de origem e mesmo que nunca pegasse em armas contra os seus compatriotas. Onde surge a indefinição é no tratamento dado àquele que se passava para uma zona de domínio gentio para aí exercer uma actividade militar. Uma vez chama-se-lhe arrenegado, outras não. Num trecho da *Década* 7.^a, Diogo do Couto apelida-os chatins³¹, dando ao termo uma conotação que anda muito próxima de mercenário: “e esta é a razão [a falta de pagamento dos quartéis aos soldados], por que há já tão poucos que queiram ir invernar às fortalezas d’el-rei, e tantos que se fazem chatins, e se vão quase morar aos reinos de Pegú, e Bengala pera ajudarem aqueles reis, que tem guerra uns contra outros”³². Arrenegados ou chatins, como diz o cronista, eram soldados que se moviam sobretudo no espaço terrestre asiático – trabalhando para os potentados locais – ao contrário dos que permaneciam nos presídios ou territórios portugueses

31 O termo “chatim” encontra-se nesta época aplicado aos chatins de Barcelor [Basrur], a comunidade mercantil Saraswat, residente na costa de Kanara, mas, aos poucos e poucos, foi adquirindo um sentido pejorativo que é o que ainda hoje conserva. O termo deriva, possivelmente, do tamil “chetti”.

32 Diogo do Couto, *Década* 7.^a, Lisboa, ROT, 1783, liv. VII, cap. 3, p. 74.

e que, como já disse, circulavam preferencialmente por via marítima ou “pelos rios acima”.

Não temos informação que nos permita avaliar, em termos quantitativos, os portugueses ou europeus nesta condição no continente asiático, pois só sabemos daqueles cujos percursos se cruzavam ou chocavam com os portugueses do Estado da Índia.

A armada turca que D. Francisco de Almeida derrotou, em 1509, tinha grande variedade de gentes, afirma João de Barros, e nos despojos encontraram-se livros em latim e em italiano e até um livro de orações em português³³. No exército do rei Badur [Bahadur Shah] de Cambaia pelejavam, na década de 30, cerca de 50 portugueses e 30 franceses³⁴. Quase um século mais tarde, João Ribeiro, na *História de Ceilão*, estima em 5000 o total de renegados portugueses ao serviço dos potentados locais asiáticos entre Bengala e Macassar³⁵.

As principais razões que levavam estes homens a trabalhar para chefes asiáticos prendem-se com a sua situação económico-social. Soldados, marinheiros e remeiros eram os primeiros a sentir as fomes nas situações de cerco ou guerra prolongada, eram aqueles que, mesmo em tempo de paz, tinham os seus quartéis em atraso, portanto, os mais receptivos à atracção do outro lado. E depois havia o exemplo dos seus companheiros que já tinham dado o salto e, que, pelo menos enquanto eram necessários, recebiam bons soldos e mercês, um cavalo e até se a sorte os bafejava ascendiam a cargos de chefia³⁶. São sintomáticos os seguintes episódios relacionados com a tomada da cidade de Goa, em 1510, e com os sucessivos ataques que, posteriormente, lhe dirigiram as tropas do Idalxá:

- quando Afonso de Albuquerque manda um mensageiro para dialogar com os emissários dos inimigos, ordena que os remeiros do batel

33 João de Barros, *Década 2.ª*, liv. III, cap. 6, p. 309.

34 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. VIII, cap. 94, vol. II, p. 723.

35 Citado por A.R. Disney, *Decadência do Império da Pimenta*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 35 (1.ª ed. Cambridge/Mass., 1978).

36 Gaspar Correia, *Lendas*, “D. Francisco de Almeida. Ano de 1506”, cap. 11, vol. I, p. 743/744; “Afonso de Albuquerque”, caps. 15, 16 e 24, vol. II, pp. 100/101, 111 e p. 193, respectivamente; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 26, vol. I, p. 555/556 e liv. III, cap. 69, vol. I, pp. 665/666; liv. VI, cap. 60, vol. II, p. 246 e sgs.; João de Barros, *Década 2.ª*, liv. II, cap. 4, pp. 151/152; liv. V, cap. 7, p. 512; liv. VI, cap. 9, pp. 134/135. Diogo do Couto, *Década 7.ª*, liv. IV, cap. 9, pp. 342/346.

sejam canarins e não portugueses, pois receia que estes dêem ouvidos aos constantes aliciamentos da parte contrária, nomeadamente dos arrenegados³⁷.

- João Machado, célebre degredado já atrás referido, ele também arrenegado porque capitão no exército do Idalxá que cercava Goa, quando, entre os muitos desertores portugueses, vê chegar Pero Bacias, um homem de qualidade, exclama: “Que causa é esta? Quanto mal há lá, que já começa a entrar pela gente de cavalo?”³⁸.

Muitos caminhos podiam levar ao arrenegamento: o degredo, o cativeiro, os problemas com a justiça ou com os capitães, mas sempre se articulavam com a situação económica e social do visado.

Os raríssimos fidalgos ou homens principais arrenegados que encontrei fizeram-no por razões de ordem criminal. Gonçalo Vaz Coutinho, bom cavaleiro e homem fidalgo, amigo de vice-reis, preso por grandes crimes e males, foge com outros prisioneiros do Tronco de Goa, na década de 1540, e torna-se alevantado praticando pirataria por conta própria. Depois de muitas aventuras acaba por se colocar a soldo do Idalxá que lhe concede muitas terras com muita renda “onde ficou perfeito mouro com sua mulher e filhos”³⁹.

Fundamentalmente o arrenegado ia para outro senhor prestar serviços militares. Na Ásia, os europeus e os turcos eram muito apreciados pelos conhecimentos que tinham de manejo de artilharia. A primeira notícia nas crónicas portuguesas relativa a arrenegados diz respeito a dois cristãos, naturais de Esclavónia, idos para a Índia em 1502 e, que uma vez lá, se passaram para terras do Samorim onde se revelaram bons fundidores de artilharia e bons bombardeiros⁴⁰. No ano de 1507, em Ormuz, cinco homens, um deles artilheiro, passam-se para o lado inimigo para ensinar a pelejar ao modo português. Quando, mais tarde, Afonso de Albuquerque volta a esta cidade já aí haviam fundido diversas peças de artilharia: falcões, berços e tiras de ferro⁴¹.

37 Gaspar Correia, *Lendas*, “Afonso de Albuquerque 1510”, cap. 16, vol. II, p. 111.

38 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. VI, cap. 9, pp. 135/137.

39 Gaspar Correia, *Lendas*, “Lenda de D. Estêvão da Gama”, cap. 11, vol. IV pp. 149/150; cap. 12, pp. 151/153, “Lenda de Martim Afonso de Sousa”, cap. 30, p. 298, “Lenda de D. João de Castro”, cap. 56, vol. IV, p. 540. Diogo do Couto, *Década 6.^a*, liv. IV, cap. 9, p. 342.

40 João de Barros, *Década 1.^a*, liv. VII, cap. 1, p. 84, liv. VII, cap. 3, p. 100, liv. VII, cap. 9, p. 153.

41 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. II, cap. 4, pp. 151/152 e liv. III, cap. 2, p. 248.

Castanheda afirma que besteiros e espingardeiros eram os que mais aceitação tinham do lado inimigo⁴².

É interessante verificar que em situações de conflito armado, nomeadamente em cercos, alguns destes arrenegados praticavam o que hoje chamaríamos dupla espionagem. Ora, graças aos conhecimentos que ainda tinham entre os portugueses, colhendo informações que transmitiam aos seus novos senhores e dando-lhes sugestões sobre os pontos fracos a atacar, ora avisando os capitães ou soldados portugueses dos projectos e ardis do inimigo, através de mensagens orais (frases enigmáticas ou com duplo sentido) ou mensagens escritas introduzidas em balas de cera ou atadas em pedras⁴³.

Em tempo de guerra eram ainda utilizados como agentes de desgaste psicológico das tropas portuguesas. Durante a noite, de preferência, quando tudo parecia ainda mais negro, chegavam-se às muralhas ou tranqueiras e incitavam os seus compatriotas a desertar. O forte argumento utilizado era sempre a chamada de atenção para o contraste entre a má vida da soldadesca no lado português e a boa vida do que arrenegava⁴⁴.

Tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, os arrenegados eram também os intermediários ideais entre os portugueses e os asiáticos. Abundam nas crónicas referências a arrenegados mensageiros dos potentados locais junto do Estado português da Índia ou intérpretes no processo de negociações.

Para finalizar, um único caso individual destaque, não só por apresentar um dos percursos possíveis e característicos do português arrenegado, mas também porque, ao contrário dos demais testemunhos que só falam do arrenegado enquanto interferente na vida do Estado português da Índia, nos desperta para uma das facetas mais interessantes da vida destes homens: a sua integração no mundo do outro. Singular também o tom elogioso do cronista. Sancho Pires,

42 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 69, vol. I, p. 665.

43 Gaspar Correia, *Lendas*, “D. Francisco de Almeida – ano 1508”, cap. 10, vol. I, p. 876, “Lenda de D. Duarte de Meneses”, cap. 18, vol. II, pp. 810/811, “Lenda de Nuno da Cunha”, cap. 114, vol. III, p. 860; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. VI, cap. 69, vol. II, 260/261; liv. VI, cap. 114, vol. II, p. 332; liv. VI, cap. 116, vol. II, 335, e liv. VI, cap. 118, vol. II, p. 340. Diogo do Couto, *Década 8ª* (versão Porto/Madrid), liv. VII, cap. 2, p. 622 ou *Década 8ª* (ed. 1786), cap. 37, p. 391.

44 Gaspar Correia, *Lendas*, “D. Francisco de Almeida – ano de 1507”, cap. 11, vol. I p. 743; vol. II, “Afonso de Albuquerque – 1510”, cap. 16, vol. II, p. 11 e cap. 24, vol. II, p. 193, e “Lenda de Lopo Soares”, cap. 11, vol. II, p. 516. Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 32, vol. I, p. 571. João de Barros, *Década 2.ª*, liv. II, cap. 5, p. 155, e liv. VI, cap. 9, pp. 134/135.

bombardeiro, que como mouro tomou o nome de Fringuican [Firangi Khan]], homem influente na corte de Nizamoxa [Nizam Shah], rei de Ahmadnagar. Leiamos o que sobre ele escreve Diogo do Couto: “Era este homem tão valeroso por seu braço, que se pode meter no conto dos famosos que houve no mundo, porque chegando só, e homiziado àquele reino, assim deu logo tamanhas mostras de seu valor, que lançou el rei mão dele, e o fez capitão da gente de cavalo, em que também deu tal conta de si, e deu tão verdadeiras mostras de seu esforço, que veio a ser general de todo o reino e o principal dos do conselho d’el-rei, que lhe deu tantas terras e rendas, que sustentava dez e doze mil homens de cavalo; e assi era tão temido de todos os capitães e mouros, que não havia quem lhe não fizesse veneração, e se lhe não baqueasse. [...] E se este homem não escurecera seus feitos com a negação que fez da fé, morrendo Fringuican, puderam eles ser havidos no mundo por espantosos, e nós deixáramos dele uma memória, que nunca se acabara, porque foram seus feitos tantos e tais, que bem puderam ocupar a mor parte desta nossa VII Década”⁴⁵.

Conclusão

Parece-me não serem precisas mais palavras para reforçar a importância destes dois grupos humanos na aproximação entre europeus e asiáticos.

Marginalizados no seu próprio meio, situavam-se nas franjas ou nas margens da sociedade. Eram uma massa flutuante, oscilando entre uns (nós) e os outros. Que tivessem caído para um lado ou para o outro não interessa, o que interessa sim é que através deles foi possível uma interpenetração de dois mundos.

Desde “descobridores por terra” que mais se adaptaram que se impuseram, a “línguas”, a “sondas terrestres”, a correios, a espiões, eles foram importante elemento de mediação entre nós e o outro ou, se se preferir, entre o outro e nós.

45 Diogo de Couto, *Década 7.^a*, liv. IV, cap. 9, pp. 342/344.

5. Linhas de diálogo abertas pelos trânsfugas portugueses (séculos XVI e XVII)

Como se sabe, nos séculos XVI e XVII, a grande maioria dos embarcados nas armadas da Carreira da Índia, pela Rota do Cabo, era gente de armas ao serviço do rei de Portugal. A via militar era, assim, uma espécie de “passaporte” para a viagem, quer se tratasse de portugueses, quer, mas em muito menor quantidade, de alguns europeus de outras nacionalidades. A um punhado se resumia o número de passageiros, incluindo oficiais régios, agentes comerciais, religiosos e mulheres; estas seguiram com uma certa regularidade, mas sempre em pequenos contingentes, a partir de meados do séc. XVI, quando começaram a ser embarcadas as chamadas “órfãs d’el rei”.

No fundo, toda esta gente de armas ia guarnecer um império do qual o rei de Portugal se intitulava “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”. Este conceito de senhorio incorporava não só os territórios efetivamente conquistados e administrados pelos portugueses, mas também toda uma “área de conquista potencial”¹. Onde, competia aos servidores do rei zelar quer pela conservação dos espaços sob efetivo domínio português – pequenas áreas territoriais, por vezes, simples fortalezas ou feitorias enquistadas em terras estranhas –, quer pela preservação dos direitos virtuais do senhorio da conquista, da navegação e do comércio. Em 1527, escrevia um veterano com 23 anos de militância na Ásia: “a Índia, Senhor, é e são grandes mundos que cá tem Vossa Alteza tantas mil léguas de seu reino, em que há muitos reis e de muita gente”². Num tão fluido, disperso e vasto campo de

1 Cf. António Vasconcelos Saldanha, “Conceitos de Espaço e Poder e seus reflexos na titulação régia portuguesa”, *La Découverte, le Portugal et l’Europe – Actes du Colloque – Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988*; Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 105-129.

2 Carta de Luís Martins a D. João III, Cochim, 7 de dezembro de 1527, ANTT, *Gavetas*, gav. XV, maço 17, doc. 19, pub. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, vol. V, pp. 89-104.

domínio, compreende-se ser o vínculo ao serviço do rei (ou, em sua representação, ao vice-rei ou governador) uma linha que, intermitentemente, demarcava a inclusão ou a exclusão do corpo social português estante no Oriente.

1.

Pode afirmar-se que, desde os primórdios do processo de estabelecimento do Estado português da Índia, se registaram deserções ou fugas destes homens de armas, os quais se “derramavam” (assim se dizia ao tempo), ou seja, se espalhavam por terras e mares asiáticos.

Sem dúvida, o principal atrativo era o de poderem enveredar pelo comércio privado, envolvendo-se em atividades mercantis, sobretudo nas áreas em que menos se adensava a rede do controlo militar e comercial do império asiático português. Assim, disseminaram-se preferencialmente pelas regiões a leste do cabo Comorim: costa do Coromandel, golfo de Bengala e de um modo geral por todo o Sudeste Asiático e Extremo Oriente. Num processo de adaptação extremamente bem-sucedido, pois rapidamente se familiarizaram com as ramificações do comércio regional e inter-regional e com os modos de vida e costumes asiáticos, estes mercadores privados tenderam a agrupar-se em comunidades mercantis, as chamadas “colónias espontâneas”, tais S. Tomé de Meliapor [Mayilapuram], Negapatão [Nagappattinam], Macau e tantas outras. Vivendo sob jurisdição não portuguesa e criando raízes nas terras de adopção através de casamentos com mulheres da terra, mantiveram, no entanto, ligações informais com o Estado da Índia que se traduziram, muitas vezes, por apoios militares ou financeiros e até pelo desempenho de missões diplomáticas; não se coibindo também de levantar obstáculos às interferências e pretensões de controlo por parte dos responsáveis do império³.

3 São muitos os estudos pontuais sobre as comunidades mercantis nestas regiões. Para uma visão global, veja-se, a título de exemplo: Luís Filipe Reis Thomaz, *La Expansión Portuguesa: un prisma de muchas caras* (nomeadamente capítulo “La “grande soltura” de Soares de Albergaria y la formación del “imperio sombra””, Bogotá, Ediciones Uniandes / Universidad de los Andes, 2016; e Sanjay Subrahmanyam, *O Império asiático português, 1500-1700 – Uma história política e económica* (em especial capítulo “A sociedade asiática portuguesa II: a fronteira e para além dela), Lisboa, Difel, 1995. Para estudos confinados a certas regiões asiáticas, veja-se, também a título de exemplo, Maria Ana Marques Guedes, *Interferência e integração dos portugueses na Birmânia, ca. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994 e Maria da Conceição Flores, *Os portugueses e o Sião no séc. XVI*, Lisboa, CNCDP /IN-CM, 1995.

Mas outros, talvez em menor número, desertavam e colocavam-se ao serviço militar de senhores e potentados asiáticos. Destes, a figura do arrenegado é aquela que emerge com contornos mais nítidos, pois ultrapassa a barreira da separação entre a margem e a exclusão. Ao tempo, considerava-se “arrenegado” todo o soldado que, mesmo não abjurando da fé cristã, fosse prestar tarefas militares em exércitos sob domínio muçulmano. Situação tanto mais grave, quanto se sabe colocar-se a sua maioria a soldo de sultanatos comarcando com os territórios sob administração portuguesa e com os quais eram constantes as relações conflituosas, como Guzerate [Gujarât], Bijapur, Ahmadvagar e Golconda. Ressalve-se, todavia, a circunstância de, em muitos casos ou talvez na sua esmagadora maioria, estas passagens ao Islão não decorrerem de uma convicção interior. Eram comportamentos pragmáticos, traduziam-se por uma adaptação a outra realidade social e ficavam-se pela cultura material (modo de vestir, hábitos alimentares etc.).⁴

Já o mercenário, habitualmente designado “chatim”, em sentido pejorativo, beneficiava de um julgamento mais tolerante por parte dos seus compatriotas. Diogo do Couto, criticando os habituais atrasos nos pagamentos dos quartéis aos soldados, assim designa aqueles que, fugindo das fortalezas portuguesas no chamado tempo de “inverno”, iam ajudar os reis senhores e reis locais, nas suas guerras⁵. Em suma, vendiam fundamentalmente a sua força de trabalho, não se privando de praticar também a mercancia pois, afirmava um autor anónimo da época, o ofício de mercador era “uma vida nestas partes tão geral, que a todos toca”⁶. Aliás, o mesmo autor, sendo um apologista da vida militar, ia a ponto de conceder que “até os que servem a el-rei, lhes será proveitoso deixar mão dalgumas veniagas por meios honestos e honrosos, por via das quais façam o serviço mais perfeitamente”⁷; apesar disso, não deixa de reconhecer os perigos inerentes a essa atividade, pois “a arte de mercancia é tão conforme ao apetite da natureza por respeito da abastança que traz consigo que, quem dela uma vez gosta, é impossível deixá-la por sua vontade”⁸.

4 Em relação a esta categoria, ver Maria Augusta Lima Cruz, artigo publicado supra, intitulado “Degredados e arrenegados no espaço índico, nos primórdios do séc. XVI”; e Dejanirah Couto, “Quelques observations sur les rénegats portugais en Asie au XVIème siècle”, *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 16, dezembro 1998, pp. 57-85.

5 Diogo do Couto, *Década 7.ª*, Lisboa, ROT, 1783, liv. VII, cap. 3 p. 74.

6 *Primor e Honra da vida soldadesca no Estado da Índia (anónimo do séc. XVI)*, ed. Laura Monteiro Pereira, Ericeira, Mar de Letras, 2004, III parte, cap. VI, p. 199.

7 Idem, *ibidem*.

8 Idem, *ibidem*, cap. XI, p. 213.

Em breve, e acompanhando o crescente conhecimento português das regiões asiáticas, estas deserções atingiram tais proporções que se tornariam numa das principais preocupações dos responsáveis pela manutenção do Estado. Sinais presentes em abundância na correspondência oficial com o Reino a partir da década de 1520. A ponto de António Miranda de Azevedo, em carta datada de 1527, chegar a sugerir a D. João III proibisse as armadas para a costa do Coromandel, zona para onde se escapavam muitos dos que queriam dar o “salto”⁹. Anos mais tarde, o dominicano frei Estêvão de Santa Maria, pondo a tónica na falta ou atraso de pagamento de soldos e mantimentos aos soldados, alerta o monarca português nos seguintes termos: “os lascarins¹⁰ e soldados da Índia desamparam as fortalezas e as cidades de Vossa Alteza e se vão todos ou quase todos para os mouros a buscarem sua vida e serem assentados nos soldos dos mouros por seus soldados”¹¹.

Impossível quantificar os soldados, portugueses ou de outras origens europeias que, no período em análise, militavam em exércitos asiáticos nestas condições. A darmos crédito às fontes, especialmente a narrativas de viajantes, eles encontravam-se um pouco por todo o lado. Alguns dados lacunares permitem-nos, no entanto, avaliar a dimensão do fenómeno. Vejamos.

- Na batalha Rachol [Raichur], em 1520, entre as forças hindus de Bisnaga [Vijaynagara] e as do sultanato do Idalxá [Adil Shah] de Bijapur, cerca de 20 espingardeiros portugueses, sob o comando de Cristóvão de Figueiredo, lutaram do lado hindu, e pelo menos 50 renegados portugueses fizeram parte da guarda do capitão geral do Idalxá, combatendo do lado muçulmano¹².

9 Carta de António Miranda de Azevedo a el-rei, datada de Cochim, 8 de dezembro de 1527, in ANTT, *Gavetas*, gav. XX, maço 7, doc. 7, pub. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, p. 544–563 (inf. colhida p. 559).

10 Do persa *laskhari*, palavra utilizada pelos portugueses na Índia para designar os soldados indígenas; por vezes, o termo aplicava-se também ao homem de armas europeu.

11 Carta de frei Estêvão de Santa Maria ao rei, Goa, 1 de Fevereiro de 1557 (ANTT, CC, parte I, maço 100, doc. 91), pub. António Silva Rego (coord.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, Agência Geral do Ultramar, 1948-1956, vol. VI, p. 269.

12 *Chronica dos reis de Bisnaga*, pub. David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp. 39-40.

- Na década de 1530, cerca de 50 portugueses e 30 franceses pelejavam no exército do sultão Badur [Bahadur Shah] de Cambaia¹³.
- Em meados do século XVI, o supracitado dominicano frei Estêvão de Santa Maria, garantia ao monarca português estar Goa e outros lugares portugueses da Índia despovoados de cristãos, por estes irem para terras de mouros, onde eram capitães e soldados; detalhando irem “cada ano mais de dois mil ou três mil para Malaca, Maluco, China, Pegu, Bengala e Ormuz, não havendo em Goa mais que mulheres e meninos”¹⁴.
- Pela mesma altura, mais precisamente em 1565, na batalha de Talikota, entre os exércitos de Bisnaga e os dos sultanatos indo-muçulmanos do Decão, uma fonte asiática afirma, talvez com certo exagero, poderem as forças de Bisnaga contar com o apoio de mais de 3000 *parangis* (ou seja, “frangues”)¹⁵.
- Já no séc. XVII, na década de 30, António Bocarro informa haver na corte de Tanjavur um número considerável de portugueses, oriundos do porto de Negapatão, deles só se servindo o Naique [Nayaka] para a guerra, “pagando-lhes e casando-os com que ficam bons soldados”¹⁶.
- Pela mesma altura, como já se viu, João Ribeiro afirmava serem 5000 os renegados portugueses a militarem em potentados locais asiáticos entre Bengala e Macassar; este valor leva o historiador Anthony Disney a concluir terem sido “tantos os soldados portugueses que se escaparam deste modo, que talvez nem um quinto dos que embarcavam em Lisboa chegasse a servir em Goa”¹⁷.

13 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, livro VIII, cap. 94, p. 723.

14 Carta de frei Estêvão de Santa Maria citada na nota 11, p. 273.

15 “Frangues”, corruptela do persa *farangî*, designação dada aos “europeus cristãos”, mas que na Índia, nesta época, se aplicava quase exclusivamente aos portugueses, no caso seriam mercenários. Informação colhida em K.A. Nilakanta Sastri e N. Venkataramanayya, *Further Sources of Vijayanagara History*, University of Madrastra, 1946, vol. III, pp. 224.

16 António Bocarro, “Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental, *Arquivo Português Oriental*, ed. A.B. de Bragança Pereira, tomo IV, vol. II, p. 4.

17 A. R. Disney, *A decadência do império da pimenta, comércio português na Índia no início do séc. XVII*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 35.

Nesta vasta massa de desertores, difícil se torna isolar os renegados dos mercenários, pois a fronteira entre estas duas categorias era muito porosa. Por exemplo, aquando da embaixada portuguesa de 1521 ao Gaur, a comitiva de combatentes a soldo do sultão de Bengala integrava vários portugueses. Um deles Martim de Lucena, não foi reconhecido pelo relator anónimo da embaixada, “porque vinha vestido como mouro, barba e cabeça rapada, carapuça e touca na cabeça e bigodes feitos, de feição que me pareceu mais Mafamede que o mesmo sancarrão”. Mais adiante, no decurso da mesma relação, encontram Cristóvão Jusarte “com alguns portugueses e Ale Aga com outros seus companheiros todos de volta, e vestidos de feição que não conhecíamos quais eram os Portugueses nem os Rumes”¹⁸.

2.

Para resolver estes e outros problemas do império asiático, são visíveis, a partir da segunda metade do século XVI, medidas tendentes, não só a travar o constante esvaziamento populacional do Estado, mas também a captar os que andavam desmandados. Neste sentido, foram publicados vários perdões, estabelecendo prazos para, sem castigos nem sanções, acolhimento destes filhos pródigos¹⁹.

Paralelamente, surge toda uma literatura denunciativa e crítica na qual é constante a chamada de atenção para a miserável situação dos soldados na Índia portuguesa e, em certa medida, desculpabilizando-os pelos desvios seguidos, e remetendo as responsabilidades deste estado de coisas para as bem conhecidas vicissitudes de funcionamento da máquina administrativo-militar do Estado da Índia. Neste contexto se insere o tratado doutrinário *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, escrito no último quartel do séc. XVI por um homem com largos anos de experiência de vida militar na Ásia. A análise interna do texto autoriza a concluir-se ter sofrido o cativoiro

18 *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy*, 1521, présenté et édité par Geneviève Bouchon et Luís Filipe Thomaz, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1988, pp. 229 e 253, respectivamente.

Rumes (do árabe *rumi*) – termo que designava no Oriente os mercenários recrutados na Anatólia e nos Balcãs.

19 Sobre os perdões, nomeadamente os perdões gerais, ver Timothy J. Coates, *Degredados e órfãs: a colonização dirigida pelo império português. 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998, cap. V.

numa prisão de Golconda, ter sido comandante de armadas e ter conhecido bem diversas terras asiáticas onde proliferavam os vários tipos de aventureiros portugueses de que temos vindo a falar. Esta experiência permitiu-lhe traçar uma das panorâmicas mais completa sobre os seus percursos e modos de vida, incluindo os daqueles que eram levados a extremo de renegar a fé cristã²⁰.

3.

Mas, nem os perdões convenciam muitos dos trânsfugas a voltar ao redil, nem as campanhas persuasivas pareciam surtir grande efeito. Poder-se-á, por isso perguntar: o que levava estes homens de armas a evadirem-se voluntaria ou involuntariamente para outras terras?

Um conjunto de fatores que, em última análise, se prendia com a sua condição económica e social. De facto, a grande massa dos que davam o salto pertencia ao extrato social ao tempo designado por “gente baixa” ou “gente miúda”. No aparelho militar do Estado eram aqueles que hoje designaríamos por “soldados rasos”. Timothy Coates provou, na obra *Degredados e órfãos: a colonização dirigida pelo império português*, serem muitos deles, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XVI, condenados ao degredo em Portugal que, recolhidos a Lisboa de diversas prisões portuguesas, eram embarcados, já na condição de soldados, rumo à Índia para aí militarem²¹. Nestas circunstâncias, tinham, por via de regra os seus quartéis, ou seja, salários em atraso. Nas situações de cerco ou de guerra prolongada, eram eles os primeiros a sentir as fomes e as privações. O quadro fica completo se acrescentarmos as poucas possibilidades de ascensão no aparelho do Estado e, consequentemente, de nele beneficiarem das múltiplas oportunidades lícitas e ilícitas de enriquecimento.

Por outro lado, sendo dos que lutavam a pé, nas suas hostes se encontrava o grosso dos que sabiam manejar armas de fogo, aqueles que mais solicitados eram pelos potentados asiáticos²². Tinham, por isso, algo de apreciado a oferecer, o que lhes propiciava uma integração rápida nos exércitos asiáticos. Com efeito, em certos países da Ásia, os europeus e os turcos eram muito solicitados em virtude dos seus conhecimentos na confeção e no manejo de armas de

20 *Primor e Honra...*, ed cit., p. 171.

21 Timothy J. Coates, *ob. cit.*, caps. II e IV.

22 Fernão Lopes de Castanheda, livro III, cap. 69, vol. II, pp. 173-174.

fogo. Como já referido, data de 1502, notícia de cristãos da Esclavónia que se colocaram ao serviço do Samorim da Calecute, onde se destacaram enquanto fundidores de artilharia e bombardeiros²³. De igual modo já se relevou o caso de cinco portugueses que, em 1507, desertaram de Ormuz, e que, ao serviço de forças adversárias dos portugueses, se dedicaram à fundição de diversas peças de artilharia²⁴. Muitas outras referências deste tipo se respigam dispersamente nas crónicas e relações portuguesas. Tais competências, no manejo de armas de fogo, marcariam em certa medida, a imagem dos soldados portugueses junto das sociedades asiáticas. Numa fonte literária em sânscrito do séc. XVII, o *Sahityaratnakara*, encontra-se uma descrição da área do palácio Tanjavur, nos seguintes termos: “na parte mais externa do pátio estão os mercenários *para-sika* (*portugueses*), equipados com armas de fogo (*agniyantra*)”²⁵.

Como se disse, poucas eram as oportunidades de promoção militar, económica ou social destes soldados enquanto labutavam nas fileiras portuguesas. Contrariamente, nos países asiáticos de acolhimento, não lhes estava vedada a possibilidade de ascensão, podendo chegar, em função das suas competências e qualidades pessoais, a posições destacadas: importantes postos de chefia militar e, por vezes, até integrar o grupo restrito dos validos e conselheiros régios, alcançando um desafio económico, acompanhado de ascensão social. De entre os que renegaram, sirvam de exemplo entre outros:

- Os já citados no artigo anterior, João Machado e Sancho Pires. O primeiro, nos exércitos do Idalxá de Bijapur, onde chegou a capitão da chamada gente branca, corpo militar integrando turcos, persas, árabes, turcomanos, corações e também mercenários/renegados europeus²⁶.

23 João da Barros, *Década 1.^a*, Lisboa, ROT, 1777, liv. VII, cap. 1, p. 84, cap. 3, p. 100 e cap. 9, p. 153.

24 João de Barros, *Década 2.^a*, Lisboa, ROT, 1777, liv. II, cap. 4 e liv. III, pp. 151-152 e 240, respectivamente.

25 Sanjay Subrahmanyam, “The ‘Kagemusha effect’: the Portuguese, firearms and the State in Early Modern South India”, *Moyen Orient et Océan Indien*, t. IV, 1987, pp. 97-123 (em tradução portuguesa: “O efeito Kagemusha: as armas de fogo portuguesas e o Estado no Sul da Índia no início da época moderna, *História. Questões e Debates*, Curitiba, vol. 24, n.º 45, 2006, pp. 129-151, cit. colhida pp. 136-137).

26 Sobre esta personagem, ver adiante nesta colectânea artigo intitulado “As andanças de um bracarense em terras asiáticas – João Machado /Çufo”.

O segundo, no sultanato de Ahmadnagar, onde teria sido capitão da gente de cavalo, general e principal dos do conselho régio²⁷.

- Avelar, o qual, segundo João de Barros, só tinha apelido, “porque o nome da pia (ou seja, de baptismo) já o não podia ter, pois era arrenegado”, foi influente na corte do sultão de Bintão [Bintang] e junto de Laximena [Laksamana], seu almirante mor das armadas; em 1524, chegou a comandar um corpo militar de três mil homens, num ataque deste sultão a Malaca²⁸.
- Fernão Rodrigues Caldeira, outro renegado, foi nos finais do séc. XVI, conselheiro do sultão Cutibuxa [Qutb Shah] de Golconda, onde teve atuação importante nas negociações deste sultanato com Goa²⁹.
- E, já no séc. XVII, um tal Mansur Khan, mestiço português de Coimbra, cujo nome cristão era Sebastião Pacheco, militava nos arraiais de Malik Ambar, em Ahmadnagar, onde, com outros renegados portugueses, capitaneava mil, três mil e até cinco mil cavaleiros; posteriormente, na década de 1620, ascendeu ao alto escalão de mansabar na corte mogor³⁰.

Mas também entre aqueles que enveredaram por caminhos não desembocando no acto extremo de arrenegar, sobressaem pontualmente percursos com algum sucesso. Assim, nas regiões a leste do Cabo Comorim, em especial o golfo de Bengala e mares da China, são frequentes na documentação da época as referências a mercenários/chatins. Atuando por conta própria ou a soldo dos reis locais. Neste particular, destacam-se os percursos bem conhecidos de Diogo Veloso no Camboja³¹ e, já na passagem para o séc. XVII, de

27 Diogo do Couto, *Década 7.^a*, liv. IV, cap. 9, pp. 342-344.

28 João de Barros, *Década 3.^a*, liv. X, cap. 3, pp. 474-475.

29 Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático português, 1500-1700*. ed. cit., p. 359; e, do mesmo autor, *Comércio e Conflito. A presença portuguesa no Golfo de Bengala – 1500-1700*, Lisboa, Edições 70, 1994, p. 145.

30 Sanjay Subrahmanyam, art. cit., p. 141; e, do mesmo autor, *O império asiático*, p. 360. Sobre este renegado e outros renegados portugueses que actuaram nesta região, ver o recente estudo de Giuseppe Marcocci, “Portuguese mercenary networks in seventeenth-century India: an experiment in global microhistory and its archive”, *Journal of Early Modern History*, 27 (2023), pp. 59-82.

31 Para informação detalhada sobre as aventuras de Diogo Veloso, secundado pelo espanhol Blas Ruiz, e de respectivas fontes, ver Bernard Philippe Groslier, *Angkor et le Cambodge au XVI siècle, d'après les sources portugaises et espagnoles* (avec la collaboration de C.R. Boxer), Paris, Presses Universitaires de France, 1958, especialmente pp. 35 a 59.

Filipe de Brito de Nicote no Pegu³². Agindo por iniciativa própria, acolitados por compatriotas, tiveram fulgurantes ascensões militares e político-sociais. A este propósito, refiram-se ainda as bem-sucedidas pilhagens marítimas de portugueses ou lusodescendentes, vivendo radicados nas cidades vizinhas da boca do rio Ganges, vendendo serviços aos reis vizinhos de Bengala e Arracão [Arakan]³³.

Não se pense, pelo exposto, que este fenómeno de derrame se confinava à gente baixa. Ele estendia-se por vezes, à chamada gente de qualidade, com especial incidência na pequena e média nobreza, grupo social no qual a evasão das fileiras do Estado surgia na sequência do cativo, ou motivada por problemas com a justiça ou por pendências com os seus pares, ou ainda determinada simplesmente pelo desejo de enriquecimento mais rápido. No entanto, a maior parte das situações era passageira, dadas as facilidades de resgate ou de negociação da reintegração no Estado junto de vice-reis ou governadores, directa ou indirectamente, através das redes clientelares a que pertenciam. Muitos deles optavam por não se colocar na dependência de senhores asiáticos, pois tinham meios e expedientes para atuarem por contra própria. Praticavam atos de pirataria à revelia do Estado, aparecendo regra geral nas fontes sob a designação de “alevantados” e, mais tarde ou mais cedo, negociavam o seu retorno às fileiras do Estado. Naturalmente havia exceções e o caso de Gonçalo Vaz Coutinho, já focado anteriormente, disso é exemplo. Homem fidalgo, foi preso no Tronco de Goa, na década de 1540, por mortes cometidas. Conseguiu fugir desta prisão com cerca de quarenta prisioneiros e tornou-se num alevantado, praticando actos de pirataria ao comando de uma armada de seis velas e duzentos homens. As malsucedidas tentativas de negociação com governadores levaram-no a pôr-se a soldo do sultão de Bijapur, o qual lhe concedeu muitas terras com avultadas rendas, “onde ficou perfeito mouro com sua mulher e filhos”, que a ele se juntaram graças a facilidades concedidas por Martim Afonso de Sousa. Mas, como dizíamos, o percurso de Gonçalo Vaz de Coutinho é singular, pois

32 Sobre o percurso de Nicote e outros aventureiros portugueses, como Sebastião Gonçalves Tibau ou Salvador Ribeiro de Sousa na Birmânia, ver Maria Ana Marques Guedes, *Interferência e integração dos portugueses na Birmânia, ca. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

33 Luís Filipe R. Thomaz, “Do cabo Espichel a Macau: vicissitudes do corso português”, *As Relações entre a Índia Portuguesa. A Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe R. Thomaz, Macau/Lisboa, 1993, pp. 537-568; e Alexandra Pelúcia, *Corsários e Piratas Portugueses: aventureiros nos Mares da Ásia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

é dos poucos casos conhecidos – talvez seja mesmo o único – de fidalgo que, de alevantado, passou a renegado³⁴.

4.

Mais pontuais e raros são os registos de errâncias de mulheres e de religiosos ou padres. Compreensivelmente, pois representavam uma minoria nos contingentes de embarcados. No que às mulheres diz respeito, o quadro é agravado pela circunstância de serem geralmente mencionadas de raspão, raramente individualizadas ou identificadas. Um decreto de D. Sebastião, datado de 1567, leva-nos a concluir haver, também entre elas, casos de fugas com contornos de arrenegamento. Com efeito, nele se consignam medidas para solucionar problemas de adúlteras que, por não terem garantias de estar a salvo da vingança de seus maridos nos asilos das igrejas onde se recolhiam, se passavam a “terras firmes de mouros”³⁵. A necessidade de decretar sobre estas situações, permite deduzir tratar-se de fenómeno de certa dimensão. Dito por outras palavras, não seriam ocorrências pontuais e isoladas.

Mas, no período em estudo, emerge, pela pena do cronista Gaspar Correia, uma figura de mulher, conhecida pela alcunha de “marquesa” (talvez por ser “mulher de bom parecer”), uma verdadeira aventureira. Quanto à sua naturalidade, ora a dá explicitamente como portuguesa, ora como castelhana. Seja de uma naturalidade ou de outra, sabe-se ter sido feita cativa, na década de 1520, por piratas muçulmanos que capturaram uma galé portuguesa da armada do governador D. Duarte de Meneses, viajando na volta de Mascate para a Índia. Levada para Diu, então ainda sob domínio do sultão do Guzerate, viveu em concubinação com vários mouros, sem nunca, sublinha Correia, ter abjurado da fé cristã. A chegada a Diu de um grupo de 48 piratas franceses, comandados por um tal Estêvão Dias Brigas, piloto português que se havia passado para França, determina a mudança de estado da “marquesa”. Com efeito, depois de uma série de peripécias, estes forasteiros, forçados a trabalhar para o sultão

34 Gaspar Correia, *Lendas*, “Lenda de D. Estêvão da Gama”, cap. 11, vol. IV pp. 149/150; cap. 12, pp. 151/153, “Lenda de Martim Afonso de Sousa”, cap. 30, vol. IV, p. 298, “Lenda de D. João de Castro”, cap. 56, vol. IV, p. 540. Diogo do Couto, *Década 6.ª*, liv. IV, cap. 9, p. 342.

35 Goa, 15 de Maio de 1567 (Arquivo Histórico do Estado da Índia, Livro Vermelho da Relação, f. 78v), pub. António Silva Rego (coord.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, vol. X, pp. 211-212.

do Guzerate, seriam coagidos à conversão ao islamismo. Brigas viria a alcançar uma certa valia junto do referido sultão, que o casaria, supomos no rito muçulmano, com a “marquesa”. Estiveram alguns anos casados até à morte do Brigas, já na década de 1530, contradizendo-se o cronista ao afirmar ter ele falecido “bom cristão”. Depois de enviuar, a “marquesa” andou amancebada com João de Santiago, ao tempo exercendo as funções de intérprete junto do sultão Badur [Bahadur] do Guzerate, também ele, conforme adiante se verá, detentor de um percurso tão picaresco como o da “marquesa”. No decurso das negociações de paz entre o governador Nuno da Cunha e o sultão Badur, e através das quais foi concedido aos portugueses o direito de construir uma fortaleza em Diu, a “marquesa” seria resgatada por estes. Já em Goa, acabaria por casar com um outro piloto, João Farinha, que a trouxe para Portugal³⁶.

Já no respeitante aos religiosos, são mais abundantes as menções, muitas vezes anónimas, a frades ou clérigos desencaminhados das suas missões. Neste particular, é significativo o testemunho do flamenco Jacques de Coutre nas suas andanças asiáticas, sobretudo no período em que percorreu o Sudeste Asiático³⁷. As vagas e dispersas alusões levam-nos a concluir tratarem-se de religiosos envolvidos na mercancia ou nos conflitos internos da rede de potentes da região, e por isso andando desviados ou apartados dos seus deveres confessionais. Comportamento similar seria o de um significativo número de frades eremitas de S. Agostinho militando na Ásia, especialmente em territórios ribeirinhos do Golfo Pérsico e na Pérsia, os quais, nos catálogos da Congregação, aparecem com menções de “expulso”, “despedido”, “lançado fora” ou simplesmente “foi-se embora”³⁸. Caminhos ou descaminhos que representam cerca 17,5% do universo de agostinhos na Ásia, entre 1572 e 1699.

36 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, 1975, “Lenda de D. Duarte de Meneses”, cap. 12, vol. II, p. 755, e “Lenda de Lopo Vaz de Sampaio”, cap. II, vol. III, pp. 238-240. Para uma biografia corrida da “marquesa”, numa versão um pouco fantasiosa, ver Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 185-188.

37 Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, ed. Eddy Stols, B. Teensma y J. Werberckmoes, Madrid, História 16, 1991.

38 Dos cerca de 1260 agostinhos listados, entre 1572 e 1699, c. 46 foram expulsos, c. 52 foram despedidos ou lançados fora e c. 124 foram-se embora. Cf. *Manual eremítico da Congregação da Índia Oriental dos Eremitas de N.P.S Agostinho*, pelo Pe. Me. Fr. Manuel de Ave Maria, parte II “Catálogo dos religiosos...”, ff. 190-612, pub. António Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português – Índia*, ed. cit., vol. XI, pp. 229-630.

Sabe-se terem sido alguns dos expulsos coagidos ao arrenegamento e à conversão ao Islão, em especial após a subida ao trono persa do Shah Solayman em 1668. O caso mais célebre e conhecido foi o de frei António de Jesus (no século António Pais de Pina). Foi vigário em Bengala e prior do convento de Aspão [Isfahan] na Pérsia. Expulso da Congregação em 1697, tomou o nome de Aly Culy Beque [‘Alikoli Jadid al-Eslam] e tornou-se num defensor e propagandista do Islão xiita³⁹.

Mas, no capítulo das fugas de religiosos para outros credos, o arrenegamento que mais chocou a Cristandade foi, sem dúvida, o de Cristóvão Ferreira. Jesuíta português com altas responsabilidades na hierarquia da Companhia de Jesus, missionou no Japão nas primeiras décadas do séc. XVII. Quando a prática da religião católica foi proibida pelas autoridades nipónicas, passou à clandestinidade, acabando por ser detido nos inícios de 1630. Submetido à tortura da fossa, não resistiu e apostatou da fé cristã, convertendo-se ao budismo. Com o nome de Sawano Chuan, findou os seus dias no Japão, em 1650. Tornou-se, assim o mais conhecido dos padres apóstatas (korobi bateren) do Japão e, nessa condição, contribuiu para a composição de um pequeno tratado Kengikoru (1636)⁴⁰ de refutação da doutrina católica, no quadro da literatura anticristã propagandeada no período Tokugawa. Outros religiosos missionários lhe teriam seguido os passos em terras nipónicas, no contexto das perseguições então ocorridas, mas nenhum atingiu a projecção de Cristóvão Ferreira, quer no Japão quer na Ásia e até na Europa⁴¹.

39 Agradeço ao colega e amigo João Teles e Cunha a chamada de atenção para a incidência deste fenómeno entre os agostinhos. Sobre fr. António de Jesus / Aly Culy Beque, ver Francis Richard, “Un Augustin portugais renégat, apologiste de l’islam chiite au débout du XVIIIème siècle”, *Moyen Orient & Océan Indien XVI-XIX siècles*, n.º 1, 1984, pp. 73-85. João Teles e Cunha, *Olha da grande Pérsia, o império nobre: relações entre Portugal e a Pérsia na Idade Moderna (1507-1750)*, [S.l.], Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2014, p. 34.

40 Este tratado teve a sua primeira edição em japonês em 1927. Outras edições se seguiriam e traduções: em inglês, sob o título “Deceit disclosed by Christovão Ferreira sive Sawano Chuan”, in George Elison, *Deus Destroyed. The Image of Christianity in Early Modern Japan*, Harvard University Center Asia, 1988 (1.ª ed. 1973), pp. 293-318; em francês, sob título *La supercherie dévoilée. Une réfutation du Catholicisme au Japon au XVII siècle*, ed. Jacques Proust, Paris, Editions Chandeigne, 1998, pp. 63-93

41 O estudo mais exaustivo e fundamentado da vida de Cristóvão Ferreira é de Hurbert Cieslik S.J., “The case of Christovão Ferreira”, *Monumenta Nipponica* (Sophia University), vol. 29, n.º 1 (Spring 1974), pp. 1-54. Para uma biografia mais sucinta, ver adiante, nesta colectânea o artigo intitulado “Os caminhos malditos da projecção de Portugal no mundo: o caso de Cristóvão Ferreira”.

5.

Em síntese, um leque muito variado de percursos individuais e colectivos, onde não é fácil estabelecer as fronteiras entre as diferentes categorias, tratando-se de personagens ambíguas e fugidias que se respigam nas fontes, quase num exercício de pesca à linha. Não raras vezes, torna-se difícil desvendar o grau de dissimulação subjacente a versões edificantes postas a circular pelos próprios, quando regressavam, sobre os tempos em que, coagidos ou de livre vontade, andaram arredados do mundo donde eram originários⁴². Muitos deles com vidas duplas, num constante vai e vem, não se coibindo alguns, mesmo os arre-negados, de manterem relações com os seus compatriotas, inclusive nas situações de conflito armado, sendo frequente mandarem secretamente avisos e informações sobre o que se passava nos arraiais inimigos nos quais militavam. Salvo algumas exceções, eram fundamentalmente, dizia-se ao tempo, tornadiços, sendo suspeitos de mudarem facilmente de campo. Há mesmo situações extremas em que convertidos ao Islão voltavam ao cristianismo, para se tornarem em seguida novamente muçulmanos. O contrário sucedia também. Sirva de exemplo o percurso rocambolesco do já citado João Santiago: de escravo muçulmano oriundo do Norte de África, convertido ao cristianismo em Lisboa, rumo a Goa onde é alforriado pelo seu amo português; já homem livre, o negócio de pedraria leva-o a passar às terras de Bisnaga, onde se alça a valido do rei e adere ao hinduísmo; mas, caído em desgraça, regressa a Goa e ao cristianismo, donde parte para Ormuz; aí, nas boas graças do rei de Ormuz, volta às práticas islâmicas da sua infância, embora o capitão português da fortaleza o considere um cristão, sendo, aliás, nesta condição que volta a Goa; no entanto, na sequência da sua participação enquanto intérprete na delegação diplomática enviada pelo governador Nuno da Cunha ao sultão Badur do Guzerate, para assinatura das pazes consecutivas à cedência de Baçaim aos portugueses, acaba por ficar ao serviço desse sultão, assumindo-se novamente muçulmano. Findaria os seus dias, assassinado pelos portugueses de Diu, em 1537⁴³.

42 Acerca deste tipo de comportamentos, ver estudo de Jean Aubin, analisando os percursos de Ludovico di Varthema e Gregório da Quadra, “Deux chrétiens au Yémen Tâhiride”, *Journal of the Royal Asiatic Society*, III série, vol. 3, n.º 1 (April 1993), pp. 33-52.

43 Sobre João de Santiago, ver apontamento biográfico gizado por Diogo do Couto, *Década* 5.ª, liv. I, cap. 10, Lisboa, ROT, 1779 (liv. I, cap. 8 na versão desta mesma *Década* conservada na Biblioteca da Universidade de Leida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937).

6.

Pelo exposto se compreende terem reunido alguns destes trânsfugas condições ideais para exercer funções de intermediação entre mundos diversos. Na verdade, encontravam-se na posição privilegiada de conhecerem “por dentro” duas, por vezes até três, sociedades, sabendo-lhes os costumes, as práticas quotidianas, os hábitos alimentares, os modos de vestir, comportamentos e mentalidades etc. Dispunham de experiências diversas das vividas pelos seus compatriotas estantes na Índia portuguesa, os quais, confinados às fortalezas ou às armadas, apenas tinham uma visão exterior dessas sociedades, resultante das esporádicas surtidas feitas no terreno.

Assim, no âmbito da comunicação, encontrámo-los frequentemente a desempenhar cargos de intérpretes (“os línguas” conforme eram designados), de tradutores e de emissários nas negociações entre autoridades portuguesas e os senhores asiáticos, quer trabalhando para um lado quer para o outro e, quantas vezes, trabalhando para as duas partes ao mesmo tempo⁴⁴. O já referido João de Santiago, quando ao serviço do sultão Badur, não se coibia, todavia, de informar sigilosamente o governador Nuno da Cunha sobre as intenções do seu novo senhor. Comportamento similar teve também Diogo de Mesquita: prisioneiro em Cambaia. Aprendeu no cativeiro o guzerate, converteu-se ao Islão, e após a sua libertação voltou a ingressar na Cristandade. Tal experiência, permitir-lhe-ia exercer o triplo papel de língua, duplo espião e negociador nos anos de 1535⁴⁵. Por último, refira-se o também já citado frei António de Jesus que, já na pele de Aly Culy Beque, teve o ofício de intérprete oficial do Shah Soltan-Hoseyn da Pérsia (r. 1697-1722), tendo tido intervenção destacada nas negociações internacionais persas, nomeadamente com os portugueses.

44 Acerca de intérpretes na Ásia, ver Geneviève Bouchon, “L’interprète portugais en Inde au début du XVI^e siècle”, *Actas do I Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*, Lisboa, Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, vol. II, 1987, 203-213. Dejanirah Couto, “The role of interpreters, or línguas, in the Portuguese Empire during the 16th century”, *E-journal of Portuguese History*, vol. I, n.º 2 (2003), pp. 1-9.

45 Dejanirah Couto, “L’itinéraire d’un marginal: la deuxième vie de Diogo de Mesquita”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIX, Lisboa-Paris, 2000, pp. 9-35; e, da mesma autora, “Aventurier, passeur de culture et diplomate: Diogo de Mesquita au Gujarat (1529-1535)”, *Migrations de langues et d’idées en Asie*, Paris, Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 2015, pp. 173-198.

Desse modo, os trânsfugas tiveram papéis importantes na interpretação e decodificação de variados sinais de comunicação, relacionados com comportamentos, costumes, estratégias de actuação, simbologia de rituais e de práticas quotidianas etc.

A título de exemplo, referimos uma vez mais o arrenegado João Machado que, enquanto nos exércitos do Idalxá [Adil Shah], foi língua e emissário deste junto dos portugueses e mais tarde, já depois de regressado às fileiras cristãs, foi ajuda preciosa para Afonso de Albuquerque, na cidade de Goa, nos anos de 1511 e 1512. A sua dupla experiência cultural, ousaria dizer já de indo-português, determinaria depois a sua nomeação para tanadar-mor das comunidades de aldeia das terras de Goa e ainda para capitão da gente de terra, ou seja, dos contingentes militares constituídos por indianos a soldo dos portugueses.

Também Cristóvão Ferreira, após ter apostatado, além de ter sido tradutor de textos escritos em português ou castelhano e de servir de intérprete nos interrogatórios aos prisioneiros cristãos europeus pelas autoridades de Nagasáqui, foi ajuda preciosa para a decifração de símbolos ou de outros sinais reveladores da crença cristã proibida entre os cristãos da terra.

Outro campo onde estes soldados da fortuna tiveram uma intervenção fundamental foi o da propagação do uso das armas de fogo em certos países asiáticos nos séculos XVI e XVII⁴⁶. Como já se assinalou, nesse domínio, turcos e europeus eram os mais solicitados. É sobejamente conhecido o papel de mercadores e aventureiros portugueses na introdução de armas de fogo – a espingarda – no Japão, desencadeando um processo de revolução das tácticas militares e de unificação política deste país⁴⁷. Outros casos poderiam ser apresentados. Na Birmânia, por exemplo, segundo Victor Liebermann, os mercenários portugueses (especialmente Filipe de Brito de Nicote) tiveram uma intervenção decisiva no curso das guerras e no futuro político da região⁴⁸. Numa análise exaustiva da introdução deste tipo de armas na Índia do Sul,

46 Para uma perspetiva global, ver Sanjay Subrahmanyam e Geoffrey Parker, “Arms and the Asian. Revisiting European firearms and their place in Early Modern Asia”, *Revista de Cultura*, Macau Instituto Cultural de Macau, n.º 26 (Abril 2008), pp. 12-42.

47 Da muita bibliografia sobre o tema, ver o estudo síntese de João Paulo Oliveira e Costa, “A introdução das armas de fogo no Japão pelos Portugueses, à luz da História do Japão de Luís Fróis”, in *Estudos Orientais III* (actas do colóquio “O Ocidente no Oriente através dos Descobrimentos Portugueses”), Lisboa, Instituto Oriental, 1992, pp. 113-129.

48 Victor Liebermann, “Europeans, trade and the unification of Burma, c. 1540.1620”, *Oriens Extremus*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag publishers, 1980, vol. 27, n.º 2, pp. 293-226.

realçando a actuação dos mercenários e arrenegados portugueses na sua difusão, Sanjay Subrahmanyam, conclui, e passo a citar, “que os portugueses que espalharam as armas de fogo na Índia, não foram os emissários do Estado da Índia, mas sim cidadãos privados, negociantes, mercenários e renegados”⁴⁹.

Por fim, não posso deixar de mencionar a ação dos trânsfugas na troca e na circulação de saberes.

Ao já citado Diogo de Mesquita, que sofreu cativo no Guzarate e de cristão passou a renegado voltando depois a ingressar na Cristandade, é atribuído um texto narrando vários sucessos ocorridos no Guzerate no séc. XVI, intitulado “Capítulo das coisas que se passaram no reino de Guzerate depois da morte do sultão Modafar”. Dejanirah Couto releva a importância deste trabalho para o estudo do reinado de Badur, em virtude da sua anterioridade relativamente às crónicas muçulmanas e à qualidade das informações dadas sobre o soberano em causa⁵⁰. Em tempos eu própria sublinhei, haver nas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto, várias ocorrências em que este cronista cita contributos dados por trânsfugas para a composição da sua obra, nomeadamente no respeitante a matérias indianas, permitindo-lhe nelas disseminar o que se poderá designar por uma “crónica da Índia” nas suas *Décadas da Ásia*⁵¹. Alguns exemplos são significativos. António de Aguiar, arrenegado português estante na corte de Ahmadnagar, com o nome muçulmano de Islancan, enviou a Couto uma lembrança sobre este reino, tirada dos “tombos da corte daquele rei”. Era “homem esperto e prático em muitas línguas”, com o qual o cronista se carteava para colher informações sobre as coisas daquele sultanato⁵². Entre os vários informadores de que se serviu para narrativas sobre história dos mogores, menciona Cosme Correia, um português de Chaul, fugido à justiça, e acolhido na corte do imperador mogor, como tendo sido quem lhe deu informações sobre a jornada deste imperador, Hamau Paxe [Hamâyûn Padishâh], contra os Patanes, jornada em que, aliás, participou⁵³. Alguns portugueses (merce-

49 Sanjay Subrahmanyam, “The ‘Kagemusha effect’”, ed. cit., p. 138.

50 Dejanirah Couto, “L’itinéraire d’un marginal”, ed. cit., p. 14.

51 Maria Augusta Lima Cruz, “A ‘crónica da Índia’ de Diogo do Couto”, Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, *Mare Liberum*, n.º 9 (Julho 1995), pp. 383-391.

52 Diogo do Couto, *Década 7.ª*, liv. IV, cap. 9, p. 341.

53 Diogo do Couto, *Década 5.ª* liv. VIII, cap. 11, pp. 260-262 (liv. VIII, cap. 8, pp. 532-533 da versão de Leiden).

nários, subentenda-se) participantes na batalha de Talikota (1564) ao serviço do reino hindu de Bisnaga, entre as forças deste reino e as dos sultanatos indo-muçulmanos do Decão, foram fonte de Couto para o relato desta batalha, facto significativo pois, segundo sei, nele é apresentada a única narrativa coeva deste combate feita sob a perspetiva hindu⁵⁴.

Voltando ao padre apóstata Cristóvão Ferreira, assinale-se o seu contributo na intermediação e difusão de saberes, quando, já na pele Sawano Chuan, tem um papel fundamental no processo de tradução e composição em japonês de um tratado – o *Kenkon Bensetsu* (exposição sobre os Céus e a Terra), na linha dos tradicionais Tratados da Esfera. Trata-se de uma obra que suscitou grande interesse no Japão, onde seguramente foi um dos livros mais lidos sobre cosmologia ocidental até ao final do séc. XVIII e talvez a obra mais influente na divulgação das concepções aristotélicas-ptolemaicas naquele país⁵⁵. O seu nome, mais uma vez na pele Sawano Chuan, aparece ainda associado a um tratado médico, *Nanbanryu-geka hidensho* (Tradição secreta da cirurgia dos Bárbaros de Sul). Esta obra é uma compilação de notas consignando conhecimentos que se pensa terem sido por ele adquiridos nos contactos com a feitoria holandesa de Deshima. Saberes ocidentais que lhe deram crédito para reunir um grupo de discípulos, alguns dos quais se tornaram médicos e estiveram na origem de três proeminentes tradições ou escolas médicas no Japão⁵⁶.

7.

Em conclusão, as diferentes categorias de trânsfugas analisadas testemunham percursos proliferando à margem das fluídas fronteiras do chamado Estado português da Índia. Experiências de vidas partilhadas entre duas ou mais sociedades. Embora, na sua maioria, estes trânsfugas pertencessem à massa anónima ou silenciada nos registos da memória, os exemplos relevados, apesar de pontuais, testemunham terem trilhado caminhos por onde, com mais

54 Para o relato da batalha, ver Diogo do Couto, *Década 8.^a* (versão resumida), Lisboa, ROT, 1786; caps. 14 e 15 pp. 88-94, liv. II cap. 10, e pp. 180-189 da versão Porto/Madrid, (Lisboa, IN/CM e CNCDP, vol. I, 1993) sendo só nesta versão que aparece a referência às informações dadas por “alguns portugueses que se acharam nesta batalha” (p. 181).

55 Para a projecção e impacto desta obra no Japão, ver adiante, nesta colectânea o artigo intitulado “Os caminhos malditos da projecção de Portugal no mundo: o caso de Cristóvão Ferreira”, nomeadamente sub-título “O legado de Sawano Chuan – refutação do catolicismo e intermediação de saberes”, e bibliografia aí citada.

56 Georg Elison, *ob. cit.*, pp. 208-209 e p. 448 (notas 67-68).

ou menos sucesso, aprenderam a aculturar-se, adquirindo duplas experiências civilizacionais. Oscilando entre vários mundos, os trânsfugas funcionaram como mediadores, agentes diplomáticos, difusores de saberes e de tecnologias, intérpretes e inclusivamente agentes de dupla espionagem.

A seu modo, conseguiram rasgar fronteiras que culturalmente separavam os povos. Apesar de intermitente e, quantas vezes, isoladamente, abriram linhas de diálogo e de comunicação entre culturas e povos nos meandros da Ásia marítima.

6. As andanças de um bracarense em terras asiáticas – João Machado / Çufo

A história de João Machado que, com muitas lacunas, se reconstitui no presente artigo, tem peculiaridades que a singularizam, mas nos seus traços fundamentais ela espelha um dos caminhos mais frequentemente seguidos por uma certa categoria de condenados, os chamados “degredados para terras perdidas”. Embarcados nas primeiras viagens marítimas de descoberta, estes homens eram largados, como uma espécie de “sondas terrestres”, nas paragens em terras desconhecidas, devendo, sempre que necessário, explorar para interior as regiões, onde eram deixados para estabelecerem contactos com as populações locais. Da maioria destes degredados perdeu-se a memória. Outros, apenas ficaram registos soltos diluídos na informação sobre a massa anónima de quantos, nas margens das sociedades instituídas, oscilaram entre mundos que mutuamente se começavam a descobrir. De muito poucos, ficaram testemunhos bastantes para permitir, mesmo com muitos vazios, delinear histórias de vidas. João Machado pertence a este último grupo. O seu percurso personaliza uma das carreiras típicas deste conjunto de marginalizados num espaço com características específicas, como foi aquele onde se desenvolveu a expansão portuguesa no Oriente¹.

João Machado foi embarcado como degredado numa das primeiras armadas portuguesas a viajar pela Rota do Cabo e, nessa qualidade, deixado na costa oriental do continente africano. Daí, fez uma longa travessia pelo Indostão, quase uma dezena de anos, ao longo da qual de degredado passou a arrenegado, passando a viver como um perfeito muçulmano sob o nome de Çufo. Por fim, retornou ao seio da comunidade cristã e portuguesa de origem,

1 Sobre os percursos colectivos destes marginalizados, ver *supra*, artigo 4, intitulado “Degredados e arrenegados no espaço índico nos primórdios do século XVI” e da mesma autora o artigo “Os marginais na Índia portuguesa do século XVI”, *Actas da Conferência Internacional Vasco da Gama e a Índia* (Paris, 11-13 Maio 1998), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, vol. II, pp. 165-169.

instalando-se em Goa, onde, tal como um filho pródigo, teve uma recepção inusitada para um arrenegado. Escolheu, assim, fixar-se na terra onde Afonso de Albuquerque lançava os alicerces de uma nova sociedade, uma sociedade luso-indiana construída à base de casamentos mistos e da fusão das culturas em que se repartiram as vidas de João Machado/Çufo. Em Goa, casou com uma mulher da terra, ingressando no grupo social dos “casados”; em Goa viveu a maior parte do resto da sua vida de reintegrado, desempenhando cargos de ligação entre administração portuguesa e as comunidades e gentes locais. Morreu, em 1517, em missão militar nas imediações de Pondá, território a és-sudeste da ilha de Goa.

No que respeita às fontes para a história de João Machado, destacam-se as obras dos primeiros cronistas da Ásia: as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia (finais do séc. XV/c. 1563); a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda (?/1559) e as três primeiras *Décadas da Ásia* de João de Barros (c. 1496/1570). São elas que nos fornecem o mais importante manancial de informação sobre a vida deste homem. Alguns dados, embora mais escassos, podem colher-se ainda nas Cartas escritas por Afonso de Albuquerque², enquanto governador do Estado da Índia (1509/1515), nos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, redigidos por Brás de Albuquerque³, filho do referido governador, e, por último, em colecções documentais sobre os primórdios da presença portuguesa na Índia, especialmente em Goa. Neste conjunto de fontes, nomeadamente nas narrativas, sobressaem o que se poderia designar por duas versões sobre a vida de João Machado: uma, embora com variantes pontuais, é a seguida pela maioria dos testemunhos; outra, consignada por Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*, demarca-se constantemente das restantes. Seguimos preferencialmente a tradição dominante, porque mais fidedigna; todavia, sempre que justificado, apresentamos também as lições variantes sobre as andanças deste bracarense em terras asiáticas.

2 Afonso de Albuquerque, *Cartas de...*, seguidas de documentos que as elucidam, Lisboa, Academia das Ciências, 1884-1935.

3 Brás de Albuquerque, *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 3 vols.

1. Dos desvios da mocidade ao degredo em terras perdidas

Segundo João de Barros, João Machado era natural de Braga, onde teria nascido, no seio de uma família de boa linhagem, no último quartel do séc. XV. Nesta cidade ou nas suas imediações, deduz-se, teria passado a sua infância. Sendo mancebo, foi viver para casa de um tio abade, possivelmente destinado a seguir a vida religiosa, pois, quando mais tarde teve problemas com a justiça, o cronista esclarece que na aplicação da pena “lhe valeram as ordens”. No entanto, acabou por se enamorar por uma sobrinha do abade residente na mesma casa e, como escreve o cronista, o “caso chegou a ela engravidar”. Os dois jovens, temendo a indignação do tio, resolveram fugir pela calada da noite. Afastaram-se da abadia até ao ponto em que “a moça por não ser costumada a andar a pé, não podia dar um passo”. Conseguiram, apesar de tudo chegar a um casal, cujo dono, escreve com ironia João de Barros, “era tão caridoso, que nem os quis agasalhar, nem alugar uma besta”. Viram-se assim forçados a roubar a dita besta e nela conseguiram chegar a Coimbra, onde se albergaram numa estalagem. Mas, o “caridoso” lavrador, perseguindo-os jornada por jornada, conseguiu apanhá-los e, apesar de João Machado lhe ter pago muito bem o aluguer do animal e de lhe ter pedido perdão, fê-lo prender. Levado à justiça, sob dupla acusação – ladrão, “por razão da besta”, e forçador “por causa da moça” –, João Machado foi condenado a degredo perpétuo na ilha de São Tomé⁴.

O cronista João de Barros é o único a contar-nos esta história. As outras fontes nada revelam sobre esta fase da vida de João Machado, à excepção de Gaspar Correia; segundo este, João Machado e um seu amigo, Damião Rodrigues, mataram um homem no Rossio de Lisboa e foram condenados à forca. Ambos esperavam execução no Limoeiro, quando o monarca os agraciou com o degredo em “terras perdidas”⁵.

Ressaltam, assim, duas caracterizações bem diferentes da criação de João Machado. Gaspar Correia dá-nos dele a imagem de um jovem vivido, metido em arruaças de cidade, que, quando embarcou em Lisboa, até já “entendia um pouco de arávia”. João de Barros apresenta-o como sendo de “boa linhagem”, com certa formação literária, mas com a inexperiência e a inabilidade de mancebo criado em casa de abade nortenho.

4 João Barros, *Década 2.^a*, livro VI, cap. 9, pp. 137-139.

5 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, (Armada de Pedralvares Cabral – 1500, cap. 4), vol. I, p. 160.

As posteriores contradições de Gaspar Correia que, lembre-se, não teve, como Barros, oportunidade de investigar a vida do degredado em Portugal, aliadas à circunstância de João Machado vir depois a ser unanimemente considerado um homem de “boas falas”, “bem ensinado”, que sabia ler e escrever em português, levam-nos a considerar mais fiável a versão de Barros.

Nas primeiras armadas com destino à Índia, seguiram alguns degredados, “homens vadios e condenados à morte”, nas palavras de Gaspar Correia. Mas não eram vulgares condenados ao degredo que, ao tempo, não era considerado uma pena vil. Eram sim sentenciados à morte ou ao degredo perpétuo, que, antes da partida de uma armada, o monarca português agraciava com deportação para “terras desconhecidas” ou “terras perdidas”. O objectivo desta comutação de pena era, como já se esclareceu, utilizá-los no desempenho de missões mais arriscadas, em perigo de vida, pois, como pragmaticamente conclui Fernão Lopes de Castanheda, com a perda deles não se perdia muito⁶. Eram usados para experimentar o bom ou o mau acolhimento de populações indígenas, e prolongar por terra a descoberta marítima.

João Machado foi um dos beneficiados com esta comutação de pena e, segundo a maioria das fontes, embarcou logo na segunda viagem à Índia pela rota do Cabo, aquela que saiu de Lisboa em 1500 capitaneada por Pedro Álvares Cabral. Se assim foi, testemunhou o achamento da terra que viria a chamar-se Brasil onde dois dos seus colegas de desdita foram deixados, dobrou o cabo da Boa Esperança num dos navios poupados pela tempestade em que naufragaram quatro e, quase na costa oriental da África, foi largado em Melinde⁷.

Fernão Lopes de Castanheda limita-se a noticiar que João Machado, na companhia de outro degredado, foi entregue ao sultão de Melinde com a missão de se informar “do sertão daquela terra até ao Estreito [de Meca]”⁸. Mais detalhado é João de Barros. Além de identificar o companheiro de João Machado como sendo Luís Moura, especifica o principal objectivo da missão dos dois homens, traçado pelo próprio D. Manuel I: “por terra descobrir o Preste João, por ter já sabido que por esta costa podiam ir ao interior da terra daquele sertão onde ele tinha seu estado”⁹. Neste sentido e seguindo as instruções do monarca português, deixou-

6 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Almeida Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, livro III, cap. 43, vol. I, p. 599.

7 Brás de Albuquerque, *Comentários*, parte II, cap. 29, p. 94; João de Barros, *Década* 2.^a, liv. V, cap. 5, p. 490; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. I, cap. 33, vol. I, p. 78.

8 Fernão. Lopes Castanheda, *ibidem*.

9 João de Barros, *Década* 1.^a, liv. V, cap. 3, p. 406.

-lhes Pedro Álvares Cabral provisão para despesas e carta de D. Manuel I dirigida ao Preste João da Etiópia. Não chegaram, todavia, os dois degredados a cumprir a tarefa que lhes estava destinada, ao que parece por não terem achado a entrada para ir pelo sertão à terra do Preste João e porque, entretanto, Luís Moura morreu.

Neste particular, a versão de Correia é mais uma vez diferente. Na sua lição, João Machado teria saído de Lisboa precisamente na viagem inaugural pela Rota do Cabo. Em 1497, portanto, e sob o comando de Vasco da Gama, sendo largado, não em Melinde, mas na ilha de Moçambique. Aí, quando as naus já estavam de abalada, Damião Rodrigues, o companheiro de aventuras de João Machado em Lisboa, teria fugido da nau *São Gabriel* para se juntar ao seu amigo. Os dois degredados permaneceram algum tempo em Moçambique, na casa do próprio xequo mouro, a quem contaram muitas coisas sobre os portugueses e a grandeza de seu rei. Em Moçambique morreu Damião Rodrigues, após o que João Machado seguiu para Quíloa, depois para Mombaça e finalmente para Melinde¹⁰. Tendo veiculado esta informação no quadro da sua narrativa da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, Gaspar Correia cai posteriormente em contradição, quando relata os sucessos de Afonso de Albuquerque, pois, embora reafirme ter João Machado abalado de Portugal com Vasco da Gama, alinha com as demais fontes no que respeita à sua largada em Melinde¹¹.

Seja como for, num ponto são unânimes as diferentes tradições: Melinde foi a porta de entrada de João Machado no Islão. Aí, provavelmente, terá começado a usar o nome Çufo, e daí arrancou para as suas andanças asiáticas.

2. Da vertigem do Oriente – a carreira do renegado Çufo

Em data que não conseguimos precisar, João Machado aventurou-se a atravessar o Índico com destino ao Indostão. Como mouro, pelo menos nos trajes e no nome, embarcou numa nau de Cambaia e fixou-se nesta região do norte da Índia onde viveu durante alguns anos. Adaptou-se aos hábitos e costumes locais, aperfeiçoou o conhecimento que já teria da língua árabe¹². Gaspar Correia chega mesmo ao exagero de asseverar que “aprendeu todas a

10 Gaspar Correia, *Lendas*, “Armada de Vasco da Gama – 1497”, cap. 12, e “Armada Pedralvares Cabral – 1500”, cap. 4, vol. I, pp. 41-42 e 160-161, respectivamente.

11 Gaspar Correia, *Lendas* “Afonso de Albuquerque – 1509”, cap. 4, vol. II, p. 29.

12 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VI, cap. 9, p. 139; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 16, vol. I, p. 527; Gaspar Correia, *Lendas*, “Armada de Pedralvares Cabral – 1500”, cap. 4, vol. I, p. 161.

línguas”¹³! Fernão Lopes de Castanheda é o único cronista a informar ter ele andado muito tempo a soldo de “Maliquiaz” ou “Melique As” [Malik Ayâs], almirante do sultanato do Guzerate, ao tempo, governador da cidade de Diu¹⁴.

Depois desta primeira experiência como soldado, deslocou-se um pouco mais para sul do sub-continente indiano, indo servir o célebre Idalcão ou Idalxá [Yusuf Adil Khan ou Adil Shah], fundador do sultanato indo-muçulmano de Bijapur, que, antes de assumir, em 1489, o título de sultão, integrara nos seus domínios os territórios de Goa, conquistados ao império hindu de Bisnaga [Vijayanagar]. Curiosamente, este sultão, também conhecido pelo cognome de Sabaio, aparece frequentemente designado nos textos portugueses pelo seu nome próprio Çufo (corruptela de Yusuf), ou seja, o mesmo nome adoptado pelo renegado português. Na lição de João de Barros, a mudança de João Machado para Bijapur foi motivada pelo desejo de encontrar compatriotas, “por ouvir dizer que para lá poderia mais facilmente chegar a nossas armadas que andavam na costa”¹⁵. Mais pragmático é o motivo avançado por Brás de Albuquerque: por o rei do Guzerate lhe pagar pouco soldo¹⁶.

Como se teria apresentado este renegado português ao novo senhor muçulmano é um ponto controverso em relação ao qual os três principais cronistas divergem. E as diferentes interpretações naturalmente condicionam a leitura que cada um faz do posterior relacionamento de João Machado, quer com o sultão indo-muçulmano quer com Afonso de Albuquerque.

Para Gaspar Correia João Machado nunca escondeu a sua naturalidade nem a sua religião materna e, inclusivamente, conseguiu que o Idalcão lhe passasse um assinado isentando-o de terçar armas contra os seus compatriotas¹⁷. Segundo Fernão Lopes Castanheda, João Machado, embora nunca deixando de ser cristão, camuflou as suas origens com as roupagens de turco¹⁸. Mais subtil é a lição de João de Barros, definindo-o como “homem que no peito tinha o nome de cristão, posto que na boca entre os mouros era um deles”¹⁹; segundo deixa entender, João Machado nesta sua opção não teria tido necessidade de

13 Gaspar. Correia, *Lendas*, “Armada de Vasco da Gama – 1497”, cap. 13, vol. I, p. 42.

14 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 16, vol. I, p. 527.

15 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VI, cap. 9), p. 139.

16 Brás de Albuquerque, *Comentários*, parte II, cap. 29, vol. II, p. 94.

17 Gaspar Correia, *Lendas* “Afonso de Albuquerque – 1510 e 1511”, caps. 13 e 25, vol. II, pp. 84-87 e 209.

18 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 16, vol. I, vol. I, p. 527.

19 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. V, cap. 5, p. 492.

encobrir a sua ascendência, uma vez que nos exércitos do Idalcão tinha entrada “todo género de homens, ora sejam cristãos, ora gentios, judeus, ou mouros, como pelejam bem, não querem mais deles”²⁰.

Seja como for, todos os testemunhos garantem que o arrenegado Çufo foi um destacado homem de armas nas muitas guerras do Idalcão com outros potentados locais. De tal modo que o sultão o nomeou capitão da chamada “gente branca”, corpo militar integrando turcos, persas, árabes, turcomanos, corações e também arrenegados europeus, todos eles soldados muito apreciados pela sua experiência no manejo e fabrico de armas de fogo²¹. Também os testemunhos coevos reconhecem que João Machado beneficiava da estima do sultão Yusuf Adil Khan e, depois da morte deste em Outubro/Novembro de 1510, de seu filho e sucessor, Ismael Adil Khan. Gaspar Correia insere na sua narrativa longas conversas de João Machado com este sultão, que dava crédito às opiniões e conselhos do arrenegado português e gostava de o ouvir contar tudo o que dizia respeito a Portugal e aos portugueses. Diálogos informais com os quais o Adil Khan se deliciava a ponto de “rir muito de vontade”²².

Depois de se fixar no sultanato de Bijapur, João Machado casou com uma mulher muçulmana que, segundo Brás de Albuquerque, se converteu ao cristianismo, pormenor, todavia, não corroborado pelas restantes fontes. Quanto aos filhos que dela teve, as informações divergem: Brás de Albuquerque fala de três a quatro; Fernão Lopes de Castanheda fica-se pelos dois, acrescentando que João Machado os baptizou secretamente²³.

Com respeito à sua situação económica, depreende-se ter sido desafogada, em virtude do cargo desempenhado. Isso explica o facto de, quando mais tarde João Machado se passou para o lado português, o capitão de Goa, Manuel de Lacerda, se tenha sentido na obrigação de lhe fazer mercê de “100 pardaus em ouro, uma peça de cotonia em seda e uma cacha (pano oriental)” para seu reparo, visto ter perdido “toda a fazenda que tinha” em Bijapur²⁴. Se perdera a

20 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. VI, cap. 9, p. 135.

21 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 16, p. 527. Sobre a “gente branca”, ver Jean Aubin, “Le Royaume d’Ormuz”, in *Mare Luso-Indicum*, II, pp. 175-179.

22 Veja-se, a título de exemplo, Gaspar Correia, *Lendas*, “Afonso de Albuquerque – 1510”, caps. 13, 15 e 16, vol. II, pp. 84-88, 101, 103-110.

23 Brás de Albuquerque, *Comentários*, parte III, cap. 41, vol. III, p. 44; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 69, vol. I, p. 666.

24 Carta datada de Goa, 22 de Abril de 1512, pub. in António Silva Rego (coord. e anot.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948, vol. I, doc. 62, p. 153.

fazenda, não perdera o dinheiro, pois antes de abalar mandou-o buscar a terra firme²⁵ e com ele, ou parte dele, socorreu a feitoria de Goa em momento de grande necessidade²⁶.

3. Entre dois mundos e duas fidelidades – a escolha de João Machado

Foi possivelmente através de cativos portugueses que João Machado teve, depois de cerca de dez anos de vivência em território indiano, as primeiras notícias dos seus compatriotas e do seu país natal. Com efeito, sabe-se que nos inícios de 1510 e pouco antes da primeira tentativa de conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, uma nau muçulmana capturada pelos portugueses e sob o comando de Fernão Jácome, naufragou na costa Norte da Índia. Dos tripulantes portugueses, vinte escaparam ao naufrágio sendo capturados: parte deles foi parar às mãos do sultão do Guzarate, outra às do sultão de Bijapur²⁷. Estes últimos foram integrados no corpo militar da “gente branca” capitaneado, como já se referiu, por Çufo / João Machado que, segundo Gaspar Correia, persuadiu o Idalcão a pagar-lhes bons soldos e a não os obrigar a arrenegar da fé cristã²⁸. Mas só no decurso da primeira tentativa de conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, ocorrida nos meses de Fevereiro a Agosto de 1510, João Machado pôde finalmente estabelecer os desejados contactos que lhe abriam a porta para a reingresso no corpo social que o banira com o degredo. Como se sabe, depois de uma investida vitoriosa de Afonso de Albuquerque, em Fevereiro de 1510 – beneficiando do apoio da comunidade hindu da cidade e também do facto de o Idalcão estar em guerra com o império de Bisnaga [Vijayanagar] –, a partir de Maio começaram a surgir problemas. O Idalcão que, entretanto, fizera uma trégua com Bisnaga, pôde deslocar tropas e concentrá-las em torno da cidade, cerco a breve prazo reforçado pela chegada do exército comandado pelo próprio sultão. Esta situação viu-se agravada pela chegada da monção, obrigando ao encerramento dos portos e tornando deste modo impossível não só sair da barra de Goa como receber apoios do exterior.

25 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 63, vol. I, p. 666.

26 Carta de Afonso de Albuquerque ao rei, Goa, 25 de Outubro de 1514, pub. in A. Albuquerque, *Cartas*, tomo I, p. 309.

27 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. IV, cap. 2, p. 388, cap. 5, p. 424; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 14, vol. I, p. 523; Gaspar Correia, *Lendas*, “Afonso de Albuquerque ano 1510”, cap. 4, vol. II, p. 29.

28 Gaspar Correia, *Lendas* “Afonso de Albuquerque ano 1511”, cap. 25, vol. II, p. 205.

Nestas circunstâncias, com o cerco do exército de Bijapur a cerrar-se, as tropas portuguesas tiveram de recolher à armada, que, no entanto, ficou “presa” pela monção na barra de Goa até meados de Agosto, quando finalmente voltou a poder fazer-se ao mar.

Mas, como dizíamos, foi no decurso desta fracassada tentativa de conquista de Goa que Çufo teve a oportunidade de “reaparecer” na pele de João Machado. Chegou às imediações de Goa, em Maio de 1510, no primeiro contingente militar destacado pelo Idalcão para cercar a cidade recém ocupada por Afonso de Albuquerque. O comandante supremo desta força militar, Pulatecão [Pulad Khan], um general de origem turca, desejoso de ganhar prestígio junto do seu sultão, tentou recuperar a cidade pela via da negociação. Sabendo que o Idalcão, liberto da guerra com Bisnaga, se lhe juntaria com o grosso do exército, tentou persuadir Afonso de Albuquerque a abandonar Goa, a troco de garantias de segurança na evacuação das tropas portuguesas para a frota estacionada na barra de Goa. Ora, o homem escolhido para levar esta proposta a Albuquerque foi precisamente o arrenegado Çufo. Podemos imaginar a cena e o espanto dos portugueses sitiados ao verem aparecer sobre um outeiro da cidade um mouro com a bandeira de paz que, quando deles se abeirou, começou a falar em português e se apresentou como o degredado João Machado.

Na narrativa de João de Barros, o primeiro contacto de João Machado com os seus compatriotas teve lugar no cumprimento da missão diplomática ordenada por Pulatecão²⁹. Não assim em Castanheda para quem, antes desta incumbência, já João Machado os procurara, secretamente (lembre-se que na versão deste cronista ele sempre escondera a sua origem portuguesa), avisando-os da iminente chegada do sultão com grande potencial bélico e do perigo daí decorrente, aconselhando-os a largar quanto antes a cidade; apresentou-se, desde o início, como cristão, disposto a defender e a apoiar incondicionalmente os interesses portugueses. O primeiro destes encontros foi com D. Garcia de Sousa, na praia e pela hora da sesta; o segundo, com Adralbez, galego que, por saber árabe, Albuquerque encarregara de levar mensagem ao arraial muçulmano; o terceiro, com o próprio Albuquerque, de noite e junto aos muros da cidade³⁰.

29 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. V, cap. 5, p. 490.

30 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, caps. 16, 22 e 23, vol. I, pp. 527-528, 542-543 e 545-546.

A reacção inicial do governador português, não só face aos avisos particulares de João Machado como ao recado levado em nome de Pulatecão, foi de desconfiança. Ignorava o facto de o sultão de Bijapur ter conseguido realizar uma trégua com Bisnaga e, por isso, pensava estar perante estratagemas dos mouros para o induzirem a largar a cidade e que João Machado, consciente ou inconscientemente, participava neste jogo. Cautelosamente, Afonso de Albuquerque aceitou os protestos de fidelidade de João Machado. Na dúvida, mas apercebendo-se das vantagens de ter um espião no campo adversário, aconselhou-o a dissimular e a voltar ao acampamento de Pulatecão, “porque assim lhe poderia mais aproveitar”³¹.

Todavia, quando se verificou a chegada do imenso arraial do Idalcão às terras de firmes de Goa (40 000 guerreiros, segundo Castanheda; 60 000, segundo Barros), as desconfianças de Albuquerque começaram a cair por terra, pois “viu serem verdade muitas cousas que lhe João Machado dissera”³². Deste modo, quando o sultão indo-muçulmano lhe propôs negociações com vista ao estabelecimento de um concerto e João Machado o avisou de tratar-se de uma artimanha destinada ganhar tempo para lhe poder incendiar a armada, impedindo-lhe a fuga, o governador português acreditou nas palavras do arrenegado e recolheu de imediato as suas tropas às embarcações³³.

Depois deste episódio, João de Barros pouco mais nos conta sobre a actualização de João Machado. Castanheda, por seu lado, regista mais nove ocorrências em que o arrenegado deu avisos aos seus compatriotas. Ora enviando-lhes secretamente cartas, ora aproveitando oportunidades proporcionadas por deslocações à armada portuguesa como mensageiro do Idalcão³⁴. Afonso de Albuquerque, embora com reticências, pois procura sempre confirmar as indicações fornecidas por João Machado, acaba, todavia por actuar, algumas vezes, em função delas. Por exemplo, quando antecipa uma investida contra a armada muçulmana, porque João Machado o prevenira de que esta atacaria os portugueses no dia seguinte³⁵; ou quando segue também as recomendações de João Machado quando este o aconselha a ganhar tempo nas negociações com o Idalcão, pois sabe que este recomeçara a ter problemas com o imperador de

31 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 23, vol. I, p. 546.

32 João de Barros, *Década* 2.ª, liv. V, cap. 5, p. 490.

33 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 24, vol. I, pp. 547-549.

34 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, caps. 27, 28, 30 e 32, vol. I, pp. 556-557, 560-561, 565 e 570-572.

35 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 30, vol. I, p. 565.

Bisnaga³⁶. Na lição da Castanheda, João Machado teria mesmo sugerido ao governador a captura do Idalcão. De acordo com a sua proposta, ele encarregar-se-ia de fechar as portas dos aposentos onde dormia o sultão, enquanto quinze cavaleiros portugueses levassem a cabo esta operação, pela calada da noite, através da janela virada para o mar. Uma proposta que, segundo o mesmo cronista, depois de ponderada com outros capitães portugueses, Albuquerque acabou por rejeitar, receando, apesar das provas dadas pelo arrenegado, tratar-se de uma armadilha³⁷.

No que diz respeito a estes primeiros encontros, as versões de Gaspar Correia e de Brás de Albuquerque são ligeiramente diferentes. Segundo eles, João Machado chegou a Goa mais tarde, integrado nos exércitos directamente comandados pelo Idalcão, donde todos os contactos efectuados com os portugueses – três com Albuquerque e um com seu sobrinho D. António de Noronha – terem tido lugar no âmbito de missões de que foi encarregado pelo próprio sultão e a propósito das quais Correia regista geralmente as conversas mantidas, antes ou depois, pelo arrenegado com o senhor muçulmano³⁸. Curiosamente, Brás de Albuquerque é o único a assinalar o facto de, no desempenho da primeira destas tarefas, João Machado se ter apresentado aos portugueses em companhia de um outro arrenegado europeu, veneziano de nação³⁹. Afirma ainda Gaspar Correia ter João Machado, desde o início, feito questão de chamar a atenção do sultão Idalcão para a posição delicada em que se encontrava, nos seguintes termos:

– Quanto me mandardes falarei, e trarei respostas, e te falarei e farei toda verdade, ainda que me custe a vida, porque tu és meu senhor, e eu sou teu escravo, e me fazes grande mercê, e muita honra, porque me queres mandar aos portugueses cristãos com concerto de paz, no que te servirei mui fielmente, contanto que em nada do que determines me não peças conselho, porque se mo pedisses neste feito, e tomasses meu conselho, ainda que fosse muito bom, e aquecesse algum desastre, todos os teus te diriam que eu te ordenara traição com te mal aconselhar, por ser cristão fora da tua lei.⁴⁰

36 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 32, vol. I, p. 571.

37 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 28, vol. I, pp. 560-562.

38 Ver nota 22.

39 Brás de Albuquerque, *Comentários*, parte II, cap. 29, vol. II, p. 94.

40 Gaspar Correia, *Lendas* “Afonso de Albuquerque – ano de 1510”, cap. 13, vol. II, p. 84.

Temos assim que, nos relatos de Castanheda, de Barros e até no de Brás de Albuquerque (embora este não se espraie muito em pormenores), João Machado aparece simplesmente como um dos muitos capitães do exército de Bijapur, com o qual o sultão não mantinha relacionamento especial; ao passo que, no de Correia, ele aparece como um válido, um homem de confiança do Idalcão e como tal se comporta. Onde, a relação de cumplicidade mantida com os portugueses nunca excede os limites susceptíveis de pôr em causa a lealdade devida ao senhor muçulmano. Desta postura, sobressaem os contornos morais de um homem frontal e directo que, quando o Idalcão lhe pede conselho, tem a franqueza de lhe dizer: “*mais contente estivera eu se esta guerra fora com outra gente e eu te achara diante de mim*”⁴¹. Imagem bem diferente desta, antes no extremo oposto, emerge da narrativa de Castanheda: a do espião que não hesita em trair o senhor que o acolhera, nele confiava e nele acreditava.

Em meados de Agosto de 1510, a armada portuguesa, depois da mal sucedida expedição, abalou de Goa, rumo à costa do Malabar. João Machado ficou em terra e, integrado nos exércitos de Bijapur, partiu para outras batalhas. Por isso, quando meses mais tarde, Albuquerque, reforçado por contingentes militares entretanto chegados de Portugal, voltou a atacar Goa e a conquistou definitivamente em 25 de Novembro de 1510, as fontes portuguesas não registam sinais de João Machado. Este teria vivido e possivelmente teria mesmo estado envolvido em algumas das perturbações político-militares de Bijapur: rebentamento de novo conflito armado com o reino hindu de Bisnaga culminando com a derrota e morte de Yusuf, seguida de período muito conturbado em que seu filho e sucessor Ismael teve de enfrentar e aniquilar as pretensões de outros familiares ao trono de Bijapur. Estas circunstâncias, entre outras, favoreceram a fulminante conquista de Albuquerque e a ulterior consolidação da ocupação portuguesa de Goa.

Em Março/Abril de 1511, Afonso de Albuquerque empenhado noutros empreendimentos militares, saiu de Goa com destino ao Estreito de Meca, mas, como é sabido, acabou afinal por se dirigir a Malaca que conquistou, em Agosto do mesmo ano. Oportunidade aproveitada pelo novo Idalcão para contra-atacar e cercar Goa. Para isso e enquanto resolvia problemas com que se debatia noutras fronteiras, destacou parte dos seus exércitos para a região de Goa. O primeiro contingente, com cerca de 3000 homens e sob chefia de Pulatecão, chegou logo em Março de 1511; ocupou as terras firmes e, entrando na ilha

41 Idem, *ibidem*, cap. 16, vol. II, p. 109.

de Goa, assentou arraiais em Benasterim⁴². O segundo, com cerca de 7000 homens, chegou pouco tempo depois comandado por Roçalcão / Roztomocan [Rassul Khan], um parente do sultão. João Machado era um dos oficiais que integrava esta segunda leva na sua qualidade de capitão da “gente branca”⁴³.

Problemas surgidos entre os dois comandantes, decorrentes não só do choque de ambições pessoais, mas também e sobretudo, porque Pulatecão ganhara muito poder e ameaçava subtrair-se à autoridade do sultão, determinaram Roçalcão a eliminá-lo. Para isso, montou armadilha para a qual, astutamente, conseguiu a colaboração portuguesa. Através de um dos cativos portugueses, Duarte Tavares, libertado para esse efeito, pediu ao capitão de Goa, Diogo Mendes de Vasconcelos, ajuda para combater Pulatecão, sob pretexto de ser um alevantado que guerreava Goa contra a vontade do Idalcão; a troca dessa ajuda, prometeu-lhe libertar, tal como já acontecera com Duarte Tavares, os restantes prisioneiros portugueses que trazia consigo e negociar a posse das terras firmes de Goa. O arдил resultou e Diogo Mendes de Vasconcelos auxiliou Roçalcão a derrubar Pulatecão e aqueles que lhe eram fiéis⁴⁴.

Depois deste episódio a situação dos portugueses sitiados piorou. Para além de enfrentaram um adversário agora mais coeso, começaram a defrontar-se internamente com graves problemas decorrentes do isolamento imposto pelo já prolongado cerco, agravados pelo começo da chamada estação de “inverno” (sensivelmente, entre os meses de Maio e Agosto), quando a monção cortava as ligações marítimas e consequentemente impedia a entrada de reforços militares e de abastecimento alimentar oriundos do exterior. O desespero e a fome levaram alguns a desertar para o lado inimigo. Um movimento iniciado naturalmente pelos homens pertencentes ao grupo social então designado por “gente baixa” ou “gente miúda”, ou seja, os soldados que lutavam a pé, os primeiros a sentir os efeitos das situações de cerco ou de guerra prolongadas. Acresce ainda serem também esses os mais visados pelo aliciamento adversário, pois eram eles os besteiros, os bombardeiros, os espingardeiros, os fundidores de artilharia, em suma e como já foi notado, os que manejavam as armas mais apreciadas e procuradas pelos exércitos indianos. Neste cerco de Goa, o

42 João de Barros, *Década 2.^a* liv. VI, cap. 8, pp. 110-126; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, caps. 64-66, vol. I, pp. 653-659.

43 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. VI, cap. 9, pp. 126 e 135; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 67, vol. I, pp. 660.

44 João de Barros, *Década 2.^a*, liv. VI, cap. 9), p. 128 e sgs.; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 67, vol. I, pp. 660-661.

movimento de deserção foi agravado (como o veio a compreender o próprio João Machado) pelo facto de os evadidos contarem com a influência e prestígio do renegado Çufo / João Machado nas fileiras mouras. Como escreve Fernão Lopes de Castanheda, os soldados portugueses “fugiam para os inimigos deitando-se de noite do muro abaixo, e estes eram espingardeiros e besteiros por os receberem com melhor vontade, e, como eram no arraial dos inimigos, perguntavam logo por João Machado nomeando-o por seu nome mourisco”⁴⁵.

João de Barros fala de dezoito portugueses evadidos nestas circunstâncias, mas Castanheda eleva o número para setenta⁴⁶. O movimento atingiu tais proporções que alguns sitiados planearem uma fuga colectiva. Na véspera do dia apazado – Sexta feira de Endoenças – o cabecilha desta conspiração, Pero Bacias, cavaleiro casado em Goa, passou-se para o lado inimigo para assegurar a cobertura da fuga. João Machado ou Çufo, quando o viu chegar, ter-lhe-ia perguntado:

– *Que cousa é esta? Tanto mal há lá, que já começa [a] entrar pela gente de cavalo?*

Ao que Pero Bacias teria respondido:

– *Senhor, fome e trabalhos com desesperação de remédio faz cometer estas cousas, e o principal é na confiança da vossa estada cá.*⁴⁷

Foi, então, que João Machado decidiu dar um passo há muito premeditado e sobre o qual já “se vira algumas vezes no campo com o nosso capitão, dissimulando que lhe dava recados do Roçalcão”: desertar do arraial muçulmano e juntar-se aos seus compatriotas de Goa⁴⁸. Segundo Castanheda, começou por mandar buscar a terra firme o seu dinheiro e os filhos que tinha de uma mulher muçulmana; seguidamente, afogou os filhos, por não os poder levar consigo e não querer que fossem criados na religião islâmica. Por último, fingindo ir folgar pela ilha de Goa, afastou-se do acampamento mouro acompanhado por

45 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 69, vol. I, p. 665.

46 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VI, cap. 9, p. 135; Fernão Lopes de Castanheda, *ibidem*, p. 666.

47 João de Barros, *ibidem*, pp. 135-137; Fernão Lopes de Castanheda, *ibidem*. Diálogo transcrito de João de Barros, cit., p. 137.

48 Fernão Lopes da Castanheda, *ibidem*.

todos os portugueses da sua capitania da “gente branca”, ou seja, cativos e arrenegados (ou, se se quiser, desertores). Chegando aos muros da cidade de Goa, comunicou-lhes a sua decisão incitando-os a segui-lo, mas só cerca de uma dezena – os cativos de guerra – o acompanharam. Os restantes – os arrenegados – preferiram regressar às hostes do exército muçulmano⁴⁹.

Gaspar Correia mais uma vez apresenta uma versão totalmente diferente dos factos que acabei de narrar. Segundo ele, João Machado chegou a Goa, tal como afirmam as outras fontes, com Roçalcão. Mas esta deslocação aparece aqui precedida de informação sobre uma reunião do Idalcão com os seus conselheiros, na qual João Machado convence o sultão das vantagens de um acordo de paz com os portugueses. Neste contexto, compreende-se que, uma vez chegadas as tropas muçulmanas à ilha de Goa, tenha sido João Machado, e não um cativo português, o emissário despachado por Roçalcão ao capitão de Goa com pedido de auxílio contra Pulatecão e proposta de negociações. Compreende-se também que, na leitura de Correia, os motivos da decisão de João Machado de passar-se para o lado português não se prenderam tanto com o movimento de deserções – aliás pouco referido – mas mais com os desentendimentos surgidos entre ele e Roçalcão, quando se apercebe de que este comandante não tinha intenções de cumprir o acordado no conselho havido com o Idalcão. Note-se, ainda, em reforço do que já foi dito sobre a figura do arrenegado português saída da pena de Gaspar Correia, que, segundo este, João Machado, antes de dar tão importante passo, escreve uma carta justificativa da sua tomada de decisão ao sultão de Bijapur⁵⁰.

É manifestamente uma versão inverosímil a de Gaspar Correia. Na verdade, não se compreende que o Idalcão tivesse enviado Roçalcão com 7000 homens só para negociar um acordo com o capitão de Goa. Aliás, Afonso de Albuquerque, numa das suas cartas ao monarca português, afirma ser Roçalcão, ao contrário do insinuado por Correia, um homem da inteira confiança do Idalcão, sultão de Bijapur, confirmando, tal como as restantes fontes narrativas, ter sido através do cativo Duarte Tavares, e não de João Machado como escreve Correia, que o capitão de Goa recebeu a proposta enganosa do comandante muçulmano⁵¹.

49 Fernão Lopes da Castanheda, *ibidem*.

50 Gaspar Correia, *Lendas* “Afonso de Albuquerque – ano 1511, cap. 25, vol. II, pp. 203-214.

51 Carta datada de Cochim, 1 de Abril de 1512, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo I, p. 43.

4. A terceira vida de João Machado

João Machado e os seus companheiros foram recebidos em Goa com grandes manifestações de prazer, tendo-se de imediato realizado uma procissão de “acção de graças”⁵².

A oportunidade do acto de João Machado e os benefícios trazidos aos sitiados por um homem conhecedor da estratégia político-militar do inimigo, do terreno onde este se movia e capaz de descodificar o sentido das suas operações têm o reconhecimento unânime das fontes e dos testemunhos coevos. João de Barros chega mesmo a afirmar: “tudo mudou com a vinda de João Machado”⁵³. De imediato, salvou a cidade de ser tomada por traição, revelando os nomes daqueles que, conluídos com Pero Bacias, se preparavam para uma deserção colectiva; a breve prazo, conseguiu trazer algumas vitórias aos portugueses, alertando-os para a necessidade de porem de lado certas técnicas de combate cuja prática os prejudicava nas pelejas com os exércitos locais, a ponto de, nos confrontos posteriores “levaram a melhor pela doutrina de João Machado”⁵⁴.

A importância da contribuição dada por João Machado no plano militar é reconhecida pelo próprio Albuquerque que, encontrando-se em Cochim desde Fevereiro de 1512, o mandou chamar para com ele praticar “sobre as cousas daquele mouro Roçalcão”. Para esse efeito, João Machado saiu de Goa, em finais de Agosto de 1512, com D. Jorge de Melo e D. Garcia de Sousa, capitães de naus da armada da “carreira da Índia” chegada do Reino nesse mesmo ano⁵⁵.

Regressou a Goa, em Outubro do mesmo ano, acompanhando Albuquerque que, entretanto, organizara uma armada com “a melhor e a mais gente que se nunca juntou na Índia até àquele dia”, na firme determinação de obrigar Roçalcão a levantar o cerco à cidade⁵⁶. Benasterim, onde o comandante do Idalcão construía um castelo onde se albergava a elite das forças indo-muçulmanas, foi o alvo do contra-ataque português, cujo governador preparou a ofensiva “somente pelo que lhe disse João Machado do que lá deixava feito ao tempo que de lá veio”⁵⁷. E já no dia da concretização do assalto ao castelo, mais uma vez recorreu aos serviços de João Machado “que como homem que

52 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 69), vol. I, p. 666.

53 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VI, cap. 10, p. 142.

54 Idem, *ibidem*.

55 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VII, cap. 3, p. 171.

56 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 90, vol. I, p. 709.

57 João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VII, cap. 4, p. 185.

estivera dentro daria algum conselho por onde podiam entrar”⁵⁸. Mais tarde, quando Roçalcão, reconhecendo que dificilmente poderia resistir à superioridade bélica de Albuquerque, lhe propôs negociações, foi ainda João Machado um dos interlocutores portugueses enviados pelo governador ao acampamento muçulmano⁵⁹.

João Machado tornou-se de tal modo um homem da inteira confiança de Albuquerque que este muitas vezes conferenciava particularmente com ele sobre os assuntos de Goa, a ponto de os seus opositores incluírem essas conversas nas críticas à actuação do governador remetidas para o rei D. Manuel⁶⁰.

Goa foi, assim, a porta de reentrada do degredado/arrenegado na sociedade portuguesa e a esta cidade ficou ligada a vida de João Machado até à data da sua morte.

Em finais de 1512, já fazia parte da lista dos chamados “casados”⁶¹. Sabe-se que, pouco antes de 11 de Dezembro de 1512 contraiu matrimónio com uma “mulher da terra”, conforme atesta uma mercê de 4000 rs. concedida a este propósito pelo governador⁶². De início, instalou-se numa casa de Gaspar Vaz, onde residiu, pelo menos, durante dez meses, pois data de 28 de Outubro de 1513 um despacho de Albuquerque ordenando se pague ao proprietário seis pardaus relativos ao aluguer da casa durante esse período de tempo⁶³. Esta casa situava-se na rua de Nossa Senhora do Monte, junto a um outeiro onde Afonso de Albuquerque mandou construir uma capela votiva. Cerca de vinte anos depois, em 1535, essa rua já contava com 42 moradores, muitos dos quais eram portugueses indianizados ou nativos cristãos⁶⁴. A seguir, viveu em casas suas – “que eram grandes e tinham uma horta” –, nas quais, depois da sua

58 Idem, *ibidem*, pp. 188-189.

59 Carta de Afonso de Albuquerque ao rei, Goa, 24 de Novembro de 1513, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, ed. cit. tomo I, pp. 101-106; João de Barros, *Década* 2.^a, liv. VII, cap. 5, p. 206 e sgs.; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 93, vol. I, pp. 716 e sgs.; Gaspar Correia, *Lendas*, “Afonso de Albuquerque – ano 1512”, cap. 38, vol. II, pp. 311 e sgs.

60 Carta de Gaspar Pereira, datada de Goa, 22 de Novembro de 1512, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo II, pp. 11-12.

61 Carta de Afonso de Albuquerque ao rei, Goa, 23 de Novembro de 1513, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, ed. cit., tomo I, p. 108.

62 Cf. Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo V, p. 303.

63 Cf. Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo V, p. 459.

64 Rafael Moreira “Goa em 1535. Uma cidade manuelina”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 8, II volume, 1995, pp. 177-221.

morte em 1517, frei António Louro fundou o primeiro convento de franciscanos em Goa⁶⁵. Por esta razão, a rua onde se situavam viria a ser conhecida pelo nome de “rua do Mosteiro”.

Por parte de Albuquerque continuaram a não lhe faltar manifestações de apreço. Nos inícios de 1513, quando o governador partiu para a expedição contra Adém no Mar Vermelho, deixou-o como capitão das seis fustas da guarda de Goa⁶⁶. E, em finais de 1514, – “porque se veio na maior afronta de Goa e trouxe oito ou nove consigo, emprestou seu dinheiro à feitoria para a necessidade que aí havia” – outorgou-lhe excepcionalmente meia câmara de quintaladas⁶⁷.

Depreende-se que durante o descerco de Goa e nos anos imediatamente posteriores esteve ao serviço de D. Garcia de Noronha, sobrinho de Albuquerque. Pelo menos, duas vezes acompanhou este capitão nas deslocações a Cochim para tratar da carga das naus do Reino: uma em finais de 1512/inícios de 1513 e a outra em finais de 1514. A primeira viagem é testemunhada por um despacho em que D. Garcia de Noronha ordena ao almoxarife de Cochim dê um rol de mantimentos a João Machado “para minha mesa e dos criados d’el-rei nosso senhor que aí comem”⁶⁸. A segunda é atestada por um registo do mesmo teor, datado de 16 de Outubro de 1514, através do qual se ordena ao almoxarife entregue a João Machado as mós de moer trigo vindas do Reino, para “mandar fazer pão para minha mesa”⁶⁹.

Uma ordem de Afonso de Albuquerque, escrita na nau *Nazaré* “d’avante de Ormuz”, datada de 11 de Abril de 1515 e dirigida ao feitor de Ormuz, Manuel Costa, para pagar a João Machado “o mantimento de todo tempo que andou em caminho do Xequé Ismael, assim da ida como da vinda”⁷⁰, lança uma certa confusão na reconstituição do percurso de João Machado. Tratar-se-á de um caso de homonímia? É, possivelmente, a explicação mais provável, muito embora na documentação deste período não tenhamos encontrado, além deste

65 Gaspar Correia, *Lendas*, “Lenda de Lopo Soares”, cap. 15, vol. II, p. 538; António Silva Rego, *Documentação*, vol. I, p. 368n.

66 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. III, cap. 103, vol. I, p. 743.

67 Carta datada de Cochim, 8 de Janeiro de 1515, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo V, p. 350.

68 Goa, 25 de Outubro de 1514, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo I, pp. 308-309.

69 Cochim, 16 de Outubro de 1514, pub. in Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo VI, p. 142.

70 Pub. Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo II, p. 142.

caso, registo de outro português com o mesmo nome na Índia. Chegámos a considerar a hipótese de ele ter sido despachado com Miguel Ferreira, um dos embaixadores enviados por Afonso de Albuquerque ao Xá Ismael da Pérsia; hipótese que tivemos de pôr de lado, pois Miguel Ferreira deixou Cochim em Dezembro de 1513 (regressando em 1515) e, como se viu, João Machado, em Outubro de 1514, encontrava-se nesta cidade ao serviço de D. Garcia de Noronha.

Para mais o documento, que se publica em anexo, vem provar que João Machado, três ou quatro anos antes da sua morte, ainda fez uma viagem a Portugal. Quer tenha feito esta viagem por mar ou por terra, partiu da Índia em finais de 1514 para regressar, logo no ano seguinte, na armada onde viajou o novo governador, Lopo Soares de Albergaria, que largou de Lisboa em 7 de Abril de 1515 e chegou à barra de Goa a 8 de Setembro do mesmo ano.

A rapidez desta viagem de ida e volta permite concluir ter-se deslocado para desempenhar missão especial junto de D. Manuel I. É bem provável que um dos objectivos dessa missão tenha sido a defesa dos desígnios de Afonso de Albuquerque relativamente à “sua” cidade de Goa. Tanto mais que conhecemos, por um lado, as ligações de ambos àquela cidade, por outro as acusações do chamado “grupo de Cochim” visando o governador e a sua aposta em Goa⁷¹. Esta leitura é reforçada pelo documento em anexo, onde se revela que, por alvará régio, foi atribuída a João Machado, “cavaleiro de nossa casa”, uma gama variada de responsabilidades, e onde se encontra implícita a prossecução da estratégia de Albuquerque de criação de uma Goa luso-indiana. Tal gama de responsabilidades traduzia-se na atribuição dos cargos de alcaide-mor do castelo principal de Goa; tanador-mor das comunidades de aldeia das terras de Goa, com encargos não só fiscais mas também de promoção do povoamento; capitão da gente de terra, ou seja, dos contingentes militares constituídos por indianos a soldo dos portugueses; e ainda uma espécie de despachante dos mercadores de “todas as nações” que fossem negociar a Goa.

Só no ano de 1517 voltam a surgir notícias de João Machado. Notícias ligadas aos acontecimentos que envolveram a sua morte.

Exercia então os cargos de tanadar-mor e de capitão da gente de pé, segundo Castanheda e Gaspar Correia. Como esclarece este último, na sua

71 Sobre a aposta de Afonso de Albuquerque em Goa, ver Geneviève Bouchon, *Albuquerque, le Lion des Mers d'Asie*, Paris, ed. Desjonquères, 1992. Sobre o “Grupo de Cochim”, ver Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “O ‘grupo de Cochim’ e a oposição a Afonso de Albuquerque”, *Studia*, n.º 51 (1992), pp. 119-144.

qualidade de tanadar-mor, ele tinha “toda jurisdição sobre os gentios da terra, que os julgasse e lhes fizesse demandas segundo o costume dos gentios”⁷². João de Barros acrescenta ter sido também alcaide mor de Goa e que, “por ser homem que sabia as terras firmes de Goa”, recebera um alvará de D. Manuel determinando fazê-lo capitão de todas as entradas feitas naquelas terras com gente de cavalo e a pé, excepção àquelas directamente comandadas pelo próprio capitão de Goa⁷³. Cargos que, segundo a cópia de documento da chancelaria régia, publicada em anexo, teriam sido outorgados pelo próprio rei ou por ele confirmados.

Acontece que, em 1517, era capitão de Goa D. Guterre de Monroy, homem com umas contas pessoais a saldar com Ancostão, capitão do Idalcão em Pondá, razão pela qual resolveu organizar uma expedição punitiva constituída por cerca de 60 a 80 cavaleiros, 70 espingardeiros e besteiros e mais de 600 peões, na sua maioria canarins (o termo, em rigor, significa “habitantes do Canará”, mas os portugueses aplicavam-no, como é o caso, para designar os nativos de Goa). Contrariando o alvará régio, D. Guterre entregou a chefia desta expedição a seu irmão, D. Fernando de Monroy. Todavia, ciente da in experiência de D. Fernando, pediu a João Machado para nela participar como pessoa principal, “por saber bem a terra e o modo de pelejar daqueles mouros”. Este, contrafeito, teria aceitado “entre rogo e força”.

A expedição foi um verdadeiro fracasso para os portugueses. Quando iam a caminho de Pondá, João Machado sugeriu a D. Fernando deixar alguns homens de guarda a um passo estreito, por onde os soldados só podiam passar um a um. Esse troço do trajecto, preveniu, se controlado pelos inimigos, vedar-lhes-ia mais tarde o caminho de regresso a Goa. D. Fernando seguiu as suas instruções, mas os combatentes designados para a missão, movidos pela cobiça do despojo que – imaginavam – se iria colher em Pondá, abandonaram o seu posto. Chegados a Pondá, mais desentendimentos surgiram. Na opinião de João Machado, a investida contra a aldeia deveria ser feita de noite e só com a peonagem para, não sendo sentidos, apanharem o inimigo desprevenido. Umas fontes dizem ter D. Fernando aceitado esta sugestão sem, no entanto, conseguir controlar os seus homens que, cobiçosos, seguiram com grande alarido João Machado, quando este avançou com a peonagem.

72 Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. IV, cap. 18, vol. I. p. 898; Gaspar Correia, *Lendas* “Lenda de Lopo Soares”, cap. 11, vol. II, p. 508.

73 João de Barros, *Década* 3.^a, liv. I, cap. 8, pp. 78-79.

Outras, responsabilizam o próprio D. Fernando que, desejoso de ganhar honra e receando vê-la atribuída a João Machado, mandou sustentar o ataque até ao despontar da manhã. Seja como for, os portugueses foram ouvidos na povoação, dando tempo ao Ancoscão para a evacuar e recolher-se a local, donde contra-atacou, quando os portugueses procuravam avidamente o saque nas casas esvaziadas de seus habitantes e fazendas. Face à surpresa do ataque mouro, as tropas portuguesas retiraram desordenadamente e, ao chegar ao desfiladeiro assinalado por João Machado, ficaram bloqueadas, por este já se encontrar sob controle do adversário. Nesse transe, João Machado, vendo que se podiam perder todos, disse a D. Fernando:

– Senhor, ide tomar o passo, porque nele está nossa vida, enquanto eu faço uma volta comprida com estes mouros; e se vos Deus levar a Goa, direis a vosso irmão que esta era a honra para que vos ele cá mandou, deixardes neste lugar os principais homens que tinha debaixo de sua capitania, por satisfazer à sua indignação⁷⁴.

D. Fernando salvou-se e chegou a Goa, mas João Machado aqui pereceu e com ele cinquenta cavaleiros e cento e tal peões canarins. Cativos ficaram vinte e sete cavaleiros e muitos peões⁷⁵.

Ao fim de cerca de 17 anos de andanças em terras asiáticas, terminava assim a vida de João Machado. Morreu vítima dum confronto entre dois mundos que ele tão bem conhecera e que secularmente se digladiavam.

Conclusão

Como sublinhámos no início deste artigo, a história de João Machado é uma das muitas histórias de percursos individuais e colectivos de marginalizados que, no processo expansionista português, oscilaram entre mundos e culturas diferentes. Na prática, mais que os “heróis” confinados às fortalezas ou às armadas circulando nos mares, celebrizados pelos seus feitos em armas, estes “pequenos grandes homens”, conseguiram, embora esporádica e isoladamente,

74 Fala de João Machado colhida em João de Barros, *Década 3.^a*, liv. I, cap. 8, p. 81.

75 Sobre esta expedição, ver João de Barros, *Década 3.^a*, liv. I, caps. 7 e 8, pp. 70-86; Fernão Lopes de Castanheda, *História*, liv. IV, cap. 18, vol. I. pp. 898-900; Gspar Correia, *Lendas “Lenda de Lopo Soares”,* cap. 11, vol. II, pp. 508-514.

ultrapassar barreiras que separavam os povos, pois as circunstâncias os ensinaram a adaptar-se. Muitos deles, com percursos também aliciantes, escolheram ficar do outro lado. Não foi essa a escolha de João Machado. Mas a sua vivência de mais de dez anos na pele de mouro marcou-o profundamente. Se, no íntimo, como asseveram as fontes, ele nunca abandonou a sua identidade de origem, a verdade é que, quando regressou às fileiras cristãs, também já não era totalmente um europeu ou, se se quiser, um reinol (português do Reino). Adquirira uma dupla experiência cultural. Apesar da sua incorporação na Goa cristã e portuguesa, através do seu casamento com uma mulher indígena e das relações privilegiadas com as gentes da terra, continuou ligado ao mundo asiático que tão bem conhecera. Em boa verdade, pode afirmar-se que ele foi um dos primeiros indo-portugueses de Goa.

Apêndice Documental

Carta de D. Manuel a Lopo Soares de Albergaria

s.d. (escrita entre 10 de Fevereiro e 7 de Abril de 1515)

ANTT, *Fragmentos*, caixa 3, maço 1, doc. 200⁷⁶.

Dom Manuel etc. fazemos saber a vós Lopo Soares⁷⁷ do nosso Conselho, que ora enviamos por nosso capitão-mor à Índia, e ao nosso capitão da nossa cidade de Goa, que pela muita confiança que temos de João Machado, cavaleiro de nossa casa, o enviamos por nosso alcaide-mor do castelo principal da dita cidade de Goa, segundo que leva por nosso alvará. E porque, segundo o que ele tem sabido daquelas terras do Reino de Daquém⁷⁸ e daquelas que senhoreia o Sabaio⁷⁹ e assim da maneira em que se melhor povoarão aquelas ilhas de Goa e assim de como se arrecadarão nossos direitos dos lavradores e vassalos nossos que viverem nas ditas ilhas, por isso e pela confiança que dele temos, havemos por bem de o encarregar de ter cuidado de fazer povoar as ditas ilhas da gente da terra e a trazer a elas naquela melhor maneira que ele puder e souber e esperamos que sejamos dele nisso bem servido. E assim mesmo de fazer arrecadar, em seus tempos ordenados, as pagas dos direitos que os moradores e lavradores e pessoas que viverem e estiverem nas ditas ilhas nos forem obrigados, e que queremos que não sejam salvo aqueles que sempre costumaram pagar ao senhor da terra, nem queremos que nisso se faça mudança, dos quais direitos ele não receberá nem irá a sua mão cousa alguma, salvo tudo fará entregar, em seus tempos ordenados, ao nosso feitor de Goa que tudo há-de receber com seu escrivão que sobre ele carregará em receita o que de cada uma

76 Deixamos aqui expresso agradecimento ao colega e amigo, António Lázaro, que nos chamou a atenção para a existência desta carta. Na transcrição apresentada, procedemos à actualização da ortografia.

77 Lopo Soares de Albergaria, nomeado 3.º governador do Estado da Índia em 10 de Fevereiro de 1515, partiu do porto de Lisboa, em 7 de Abril de 1515, e chegou à barra de Goa a 8 de Setembro do mesmo ano.

78 “Daquém” – O mesmo que Decão, planalto do sul da Índia. Frequentemente, os portugueses serviram-se do vocábulo para designar os reinos indo-muçulmanos da região, designadamente o de Bijapur.

79 “Sabaio” – Aportuguesamento da palavra de origem persa *Savaʾi*, cognome por que era conhecido Yusuf Adil Khan (Idalcão), por ter sido educado na cidade persa de Sava.

parte receber e, para sua guarda, lhe dará seu conhecimento, feito pelo dito seu escrivão e assinado por ambos, em que declare como fica sobre ele carregado em receita e para toda boa arrecadação dos ditos nossos tributos. E ele, dito João Machado, fará livro em que assente todos os moradores das ilhas e o que cada um é obrigado pagar e em que tempos do ano há-de fazer as ditas pagas e o dará, por ele assinado, ao dito nosso feitor para o ter em nossa feitoria e a ele ficará outro tal. E, assim como vier a gente às ilhas para nelas viver e estar de morada, assim assentará em seu livro e no que há-de estar em nossa feitoria, e em tal maneira o proverá que não fique pessoa alguma que não seja assentada nos ditos livros e de que se não arrecadem nos direitos. E queremos e nos praz que ele seja o principal oficial disto, o qual ofício, segundo somos informado, se chama na língua da terra *tanadar*⁸⁰, e ele queremos que seja o principal e sobre que tudo carregue, no modo que dito é, e não tolhendo que aí não haja outros, se forem necessários para arrecadarem quaisquer outros nossos direitos que na terra se houverem d'arrecadar e que pelo costume dela forem cumpridoiros. Porém, declaramos que, se [...] do que pagaram os ditos lavradores e moradores das ditas ilhas se movesse dúvida, a saber, se pagaram mais ou menos do que o dito João Machado lhes ordenar, e que, em tal caso, o nosso capitão da fortaleza com o nosso feitor e ele dito João Machado o praticarem no que se fará por nosso serviço [...] dito e, acordando-se todos três, se guardará o que por eles for acordado e, não se acordando em tal caso, aquilo que pelo dito nosso capitão for mandado que se fará se cumpra e guarde, porque assim o havemos por bem, porém nossa tenção é que se não arrecade mais nem menos para nós que o que se arrecadava para o Sabaio, e salvo quando outra cousa parecer que se deve fazer por nosso serviço e no que então se guardará o que dito é. E, outrossim, nos praz que o dito João Machado tenha a capitania da gente da terra, que viver e morar nas ditas ilhas, para com ela, como nosso capitão, servir naquelas cousas que lhe for mandado por o nosso capitão da dita cidade. Outrossim, queremos e nos praz que ele tenha cargo e cuidado de fazer despachar todos os mercadores de quaisquer nações que à dita cidade de Goa vierem com suas mercadorias, e de em tudo procurar e trabalhar como sejam favorecidos e bem tratados e de serem com toda brevidade em todas suas cousas despachados, e que lhes não seja feito nojo nem sem razão alguma, e sobre as quais cousas requererá ao nosso capitão da fortaleza quando cumprir

80 Do hindustani *thānadār* – funcionário que exercia funções fiscais e jurisdicionais nas comunidades de aldeia da região de Goa.

e assim ao nosso feitor e oficiais e às justiças da terra tudo o que lhe for mester e terá disso todo bom cuidado, porque os mercadores e pessoas estrangeiros queremos que sejam favorecidos e bem tratados e que não recebam sem razão alguma, e isso mesmo vo-lo notificamos assim, e vos encomendamos e mandamos que o metais em posse dos ditos ofícios e em tudo lhe cumprais e guardeis esta nossa carta como nele é conteúdo, porque assim é nossa mercê. E ele, dito João Machado, jurou em a nossa Chancelaria aos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente e como deve nos servirá nos ditos cargos, guardando a nós nosso serviço e às partes seu direito e justiça.

7. A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou Os Itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente

Quem ler as crónicas portuguesas da Ásia ou outras narrativas da época sobre a história dos Portugueses no Oriente ou até documentação oficial e semioficial trocada entre o reino de Portugal e o Estado da Índia, depressa se apercebe do facto de, em cada década, haver um punhado de nomes – cinco a seis dezenas – repetidamente mencionados e que depressa nos habituamos a conhecer. São nomes de homens pertencentes aos mais elevados estratos da sociedade portuguesa do século XVI, membros de famílias com apelidos muito conhecidos e, por isso mesmo, facilmente memorizados e citados quando se contava um combate ou outro qualquer episódio. Ao contrário, na massa anónima dos homens de baixa condição, só se ganhava direito à individualização numa narrativa oral ou escrita quando se atingia excepcional evidência.

Gonçalo Pereira Marramaque que, com interrupções, andou pelo Estado da Índia de 1550 a 1571 foi um dos notáveis do seu tempo. Notável pelos “feitos” obrados. Notável pela família a que pertencia.

António Pinto Pereira, Diogo do Couto e o padre Francisco de Sousa incluem nos seus livros importantes troços sobre as passagens mais destacadas da vida deste fidalgo na Ásia¹. Sobre a sua actuação como capitão dos mares do Sul conhecem-se duas relações².

1 Antonio Pinto Pereira – *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei Dom Luis de Ataíde*. Coimbra, Nicolau Carvalho, 1617. Diogo do Couto, *Da Ásia – Décadas* 6.^a, 8.^a e 9.^a. Francisco de Sousa, *Oriente conquistado a Jesus Cristo*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1710.

2 – “Relação dos feitos heroicos em armas, que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco [...]” de autor desconhecido e que dedica toda a 1.^a parte (cerca de 33 ff.) à capitania de Gonçalo Pereira Marramaque, BNL, Fundo Antigo, n.º 474, pub. Artur Basílio Sá (coord.), *Documentação para a história das missões do Padroado Português no Oriente – Insulíndia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955 a 1988, vol. IV, pp. 238 – 454. Esta relação, porque se encontra em códice intitulado “Historia de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira de Marramaque e Sancho de Vasconcelos,

O percurso de Gonçalo Pereira embora apresentando traços particulares, não deixa de ser, nos seus traços fundamentais, o de toda uma categoria de filhos segundos da nobreza quinhentista. De uma reflexão sobre as viagens de muitos dos seus contemporâneos conclui-se serem comuns as causas da partida, os itinerários percorridos, as etapas alcançadas e, no fundo, haver um são modelo de viagem. Viagem de múltiplos sentidos: viagem-caminho, viagem-carreira, em suma, viagem-vida.

Nesta perspectiva, e também para não cair no erro de considerar excepcional ou invulgar a jornada de Gonçalo Pereira Marramaque, inseriu-se o seu trajecto individual no colectivo dos seus contemporâneos. Por outras palavras, tentou reconstituir-se através do caso pessoal de Marramaque, e tendo subjacente uma reflexão sobre muitos outros casos individuais, os passos da vida errante dos secundogénitos e bastardos da fidalguia³.

1. A linhagem. Infância e adolescência no Reino

Gonçalo Pereira era filho segundo de António Pereira e de sua mulher, D. Catarina de Meneses. Foi seu avô paterno e responsável pela alcunha da família, o célebre João Rodrigues Pereira, conselheiro do rei D. Manuel I e poeta do Cancioneiro Geral organizado por Garcia de Resende. A raiz do vocábulo marramaque seria, segundo Carolina Micha lis de Vasconcelos, o  rabe e a razão da sua aplica o a João Rodrigues Pereira estaria no seu modo excessivamente luxuoso de trajar⁴. Anselmo Braamcamp Freire não era da mesma opinião. Para ele, a palavra teria a sua origem no inglês *merry-maker* (companheiro jovial, folgaz o), termo introduzido em Portugal aquando do

composta por António Bocarro”,   atribuída a este cronista; no entanto, na  p stola dedicatória que a precede, o próprio Bocarro explica tratar-se de apontamentos de autor anónimo, “que se achou presente os mais deles sucessos”, acrescentando, no Prólogo, que os envia “na mesma linguagem em que os achou escritos, parece, por algum companheiro que se achou nos mesmos conflitos”;

– ASJR, Códice Goa, 38, ff. 113r-130v, “Extracto dalgumas cousas que Gonçalo Pereira fez em Maluco [...]” de Estevão de Lemos, pub. Idem, *ibidem*, pp. 456-474.

3 De entre os nobres e pessoas de qualidade que embarcavam para a  ndia, o termo *fidalgo* aplicava-se aos mais altos escalões. Esta leitura pode ser confirmada na *Ementa da Casa da  ndia* e em muitas outras fontes documentais consultadas e referenciadas ao longo deste estudo. Reforça-a o extracto da *Década* 5.é de Diogo do Couto (Lisboa, ROT, 1778-1788) adiante transcrito, tendo como cita o de referência a nota 27.

4 *Poesias de Francisco de S  de Miranda*, ed. Carolina M. de Vasconcelos, Lisboa, IN-CM, 1989 (fac-símile da edi o de Halle, Max Niemeyer, 1885), pp. 789-900.

estreitamento de relações com a Inglaterra no início da 2.^a dinastia, e aportuguesado para marramaque. Também este sentido se ajustaria ao antepassado de Gonçalo Pereira, homem alegre e galhofeiro⁵.

Estes Pereiras, de que João Rodrigues era o 4.^o senhor, orgulhavam-se de pertencer a uma das famílias mais distintas e antigas de Portugal. Descendiam de Vasco Pereira, senhor de Paiva e Baltar, filho primogénito do conde D. Gonçalo Pereira, e irmão do arcebispo de Braga, D. Gonçalo, avô do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Os chefes da linhagem na Casa Marramaque eram senhores de Cabeceiras de Basto, do Lamegal, de Lumiares, de Paços de Ferreira e de muitas outras terras que, embora atingindo a Beira e Trás-os-Montes, se concentravam na região de Entre Douro e Minho, nas quais, sendo uns dos poucos donatários da Coroa, gozavam de certa autonomia administrativa⁶.

A António Pereira, pai do Gonçalo sobre cuja viagem incide esta comunicação, não agradava muito o epíteto jocoso da família⁷. Não era homem de graças, nem para graças. Ao contrário de seu pai, apreciava mais a vida no campo e a reflexão sobre temas políticos ou religiosos. Amigo e vizinho do poeta Sá de Miranda, não tinha a versatilidade do cortesão, era mais o género “antes quebrar que torcer”. Foi homem de letras e também um típico representante da velha fidalguia interveniente na vida política do país. Opunha-se à crescente influência dos leigos nos negócios públicos e, num período em que os Jesuítas tinham forte influência nos órgãos centrais de decisão e de gestão e o país era governado por um cardeal, D. Henrique, e por uma rainha, D. Catarina de Áustria, escreveu contra o exercício de tais cargos por parte de clérigos e mulheres. Como muitos outros importantes do Reino, levantou-se contra a crescente influência do “partido” castelhano, defendendo que, na menoridade de D. Sebastião, o país deveria ser governado por um membro da alta nobreza portuguesa.

Aparentemente, uma figura bem contraditória o pai de Gonçalo Pereira! Se por um lado se batia pela conservação de antigos privilégios de classe, por

5 Anselmo Braamcamp Freire – “O Marramaque”, *Crítica e História*, Lisboa, vol. I, Tip. Antiga Casa Bertrand, 1910, pp. 181-212.

6 Idem, *ibidem*, pp. 198-199.

7 Em carta dirigida a um fidalgo amigo, no ano de 1561, queixava-se do cardeal D. Henrique por lhe ter escrito, num sobrescrito, o nome seguido da alcunha de seu pai que sempre ouvira com enfado. António Dias Miguel, “António Pereira Marramaque – subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, FCG, vol. XV, 1980.

outro lado, no campo das ideias religiosas era um homem aberto às novas correntes de pensamento. Versado em Humanidades, foi, segundo alguns autores, um dos poucos erasmistas portugueses⁸. Perderam-se os seus escritos, mas, pelos títulos, sabe-se que neles criticava o Papa e o estado monacal, por ingern cia nos assuntos políticos e por desconhecimento da lei de Deus. Sabe-se também, defender a tradução da Bíblia em língua portuguesa. Mesmo para um grande senhor, foi longe de mais, quando se tomavam as primeiras medidas de combate ao movimento religioso da Reforma protestante! António Pereira chegou a estar preso e, em 1564, quando seu filho Gonçalo partia pela segunda vez para a  ndia, foi denunciado   Inquisição e submetido a inq rito. As suas obras foram integradas no Index e desapareceram. Talvez pelo poder que ainda detinha e pela família a que pertencia, não pereceu nos calabouços ou na fogueira, mas foi acoimado de louco⁹.

Com estes antecedentes familiares e neste ambiente nasceu e cresceu Gonçalo Pereira Marramaque. Era mais homem de armas que de letras, embora se detecte, velada ou abertamente, nas críticas tecidas pelos cronistas dos seus “feitos” não ser o tipo acabado do guerreiro, do homem de acção. Duvidava, hesitava; procurava, antes de utilizar a fôrça, a solução negociada; poupava a vida ao inimigo em situações em que outros o matariam. Foi unanimemente considerado pelos seus contemporâneos um valente e nobre guerreiro numa fase da sua carreira durante a qual, apesar de comandar soldados, se limitava a executar ordens superiores. Já não recolheu a mesma unanimidade ao ascender a cargos de chefia quando se impunha articular a estratégia militar com os interesses econ micos, políticos e até religiosos.

Pouco se conhece sobre a infância e adolescência de Gonçalo Pereira. Teria nascido no Minho, provavelmente na casa e Quinta da Taipa, em Cabeceiras de Basto, onde se sabe viveu os primeiros anos de sua vida¹⁰. O ambiente frugal, fresco e repousante, vivido neste solar de província,   várias vezes evocado por S  de Miranda nas suas poesias:

8 Menéndez Pelayo, *Historia de los heterodoxos espa oles*, Santander, vol. III (erasmistas e protestantes), 1947, pp. 171-172.

9 Sobre este processo, ver I. S. R vah, “Des ouvrages d ‘António Pereira ‘Marramaque’ d nonc s   l’Inquisition en 1564”. *Bulletin des Etudes Portugaises*, t. 30, 1969, pp. 65-76. Acerca da vida e obra de António Pereira, ver obras e artigos citados, em rodapé, da autoria de Carolina Micha lis de Vasconcelos, Anselmo Braamcamp Freire, I. S. R vah e, o mais completo de todos, de António Dias Miguel.

10 Criado em terras de Basto pela ama Ana de Panelas. Cf. António Dias Miguel, art. cit.

À vossa fonte tam fria
Da Barroca em Julho e Agosto
(Inda me é presente o gosto)
Quam bem que nos i sabia
Quanto na mesa era posto!
Ali não mordida a graça,
Eram iguais os juízes,
Não vinha nada da praça,
Ali da vossa cachaça,
Ali das vossas perdizes!¹¹

Ainda no campo das conjecturas, depreende-se ter recebido a primeira educação em terras de Entre Douro e Minho. Teria frequentado as escolas de Guimarães ou de Braga, cidades próximas de sua casa, onde funcionavam centros escolares importantes. Pode ainda imaginar-se quanto teria sido enriquecida a sua formação literária e cívica pelo convívio com o poeta Sá de Miranda, vizinho e amigo da casa, e com o seu próprio pai.

A adolescência tê-la-á passado em Lisboa para onde António Pereira se deslocou, talvez para os seus filhos poderem frequentar a Corte e completar a formação nas armas e nas letras. Bem dizia João de Barros que só poderia dar notícia na sua Ásia dos portugueses “tão conhecidos por sua nobreza e criação da casa do rei [...] lugar onde se os homens habilitam em honra e nome”¹²!

O filho mais velho de António Pereira, João Pereira, trilhou o caminho normal dos primogénitos. Foi ao Norte de África, regressou à terra e casou, preparando-se para tomar posse do morgadio e para garantir, pela sua descendência, o vínculo na família.

Gonçalo Pereira, bem como os outros irmãos varões – um bastardo e outro legítimo – seguirá o destino dos secundogénitos e, de escudeiro a cavaleiro andante, percorrerá o mundo quase de lés a lés.

11 “Carta a António Pereira”, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 241.

12 João de Barros, Lisboa, ROT, 1777-1778, *Década 1.ª*, liv. V, cap. 10, p. 465.

2. Porque viajava a fidalguia?

Antes de se lançar na sua longa viagem ao Oriente, Gonçalo Pereira, tal como o irmão, passou pelas praças marroquinas. Por serviços   prestados, recebeu o hábito de Cristo e uma comenda¹³.

No ano de 1550, partiu pela primeira vez para    ndia. Embarcou em Lisboa na armada do vice-rei D. Afonso de Noronha, também ele um secundog nito do marquês de Vila Real. Nesta armada seguiam 69 moradores da Casa d l-rei, pessoas de qualidade e nobres, cujas tenças oravam entre os 502 reais (moço de câmara) e os 3800 reais (cavaleiro). Gonçalo Pereira ia na categoria de escudeiro com uma tena mensal de 2500 reais¹⁴.

Consultando os números fornecidos pela Ementa da Casa da  ndia verifica-se que, anualmente, para lá partiam na armada da “carreira” cerca de duas a três dezenas de fidalgos¹⁵. Estes números são confirmados pelo vice-rei D. Antão de Noronha que achava a quantidade excessiva e sugeria a sua redução para as duas a seis unidades¹⁶. Da mesma opinião era o arcebispo de Goa, D. Jorge Temudo, partidário de não serem necessárias na  ndia “mais que duas dúzias de fidalgos marcados e de boa idade pera capitães e governadores, como eram antigamente no tempo da idade dourada”¹⁷.

Perguntar-se- , então por que autorizava o monarca o embarque para o Oriente de um número elevado de nobres, quando, aparentemente, isso era desnecessário?

Perguntar-se- , ainda, que razões de ordem pessoal ou de classe estavam na origem desta vida errante dos filhos não-primog nitos das famílias ilustres do Reino? Porque de facto, s  deles se tratava.

Diogo do Couto responde sem rodeios ou tratamentos eufem sticos a esta segunda questão: estes jovens partiam para a  ndia porque não tinham de “comer” na sua terra natal. A propósito do embarque, em 1545, de D. Jerónimo

13 “Relação dos feitos heroicos em armas...”, Artur Basílio S , *Documentação para a História das Missões*, vol. IV, p. 171.

14 BNP, Coleção Pombalina, cód. 123, fl. 107 e *Ementa da Casa da  ndia*, pub. Anselmo Braamcamp, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1907, p. 55.

15 Cf. Ementas citadas na nota anterior.

16 Cartas de D. Antão de Noronha   rainha, Goa, 22 Dezembro de 1566, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 108, docs. 19 e 94.

17 “Apontamentos do arcebispo de Goa D. Jorge Temudo ao rei (1569)”, ARSJ, cód. Goa 38, ff. 246-257, pub. José Wicki, “Duas relações sobre a situação da  ndia portuguesa nos anos de 1568 e 1569”, pub. *Studia*, n.  8, Julho de 1961, pp. 184-220. Citação transcrita da p. 201.

de Meneses, filho herdeiro de D. Henrique de Meneses, irmão do marquês de Vila Real, informa: “foi muito estranhada sua ida, porque tinha que comer, e era filho mais velho de seu pai”¹⁸. O cronista regista a estranheza das gentes, precisamente porque um filho primogénito sendo o natural e único herdeiro do morgadio tinha meios de subsistência em Portugal.

Há um outro curioso e significativo episódio também do registo de Diogo do Couto a complementar esta asserção. Em 1538, D. João III pensou organizar uma armada, chefiada por seu próprio irmão o infante D. Luís, para enfrentar um ataque do Grão Turco ao Estado português da Índia. Quando propôs que nela participassem alguns morgados, houve “revoltas”, a ponto de o caso ter sido levado à Mesa da Consciência, a qual se pronunciou contra a decisão real, alegando que “El Rei não podia obrigar os morgados a ir à Índia; porque como aquela terra fora descoberta pera comércio e trato, não tinham os morgados obrigação de acudir a ela; e que só aos lugares de África, por serem fronteiros, os poderia obrigar”. D. Pedro d’Eça, pai de um dos visados, teria mesmo ripostado que “não possuía cousa alguma da Coroa, e se alguma cousa tinha, que bem lha podiam tirar”¹⁹.

Conclui-se, portanto, que a nobreza aceitava socorrer as praças do Norte de África, onde seus filhos se exercitavam nas armas e pelejavam “alguns anos por uma comenda, com dous ou três cavalos e criados à custa de seus patrimónios, pais e fazendas” (sublinho, à custa de seus patrimónios, pais e fazendas)²⁰, mas não encarava como um dever a defesa das terras do Oriente. Porque nas primeiras, isto é, nos presídios marroquinos, a guerra era entendida como um combate em defesa de posições ameaçadas pelos inimigos da Cristandade. Aproximava-se, por isso, mais do puro espírito de cruzada e, paralelamente, da nobre educação nas armas, ao passo que na Índia era mais perceptível a sua função de cobertura de uma actividade comercial lucrativa da qual a Fazenda Real era supostamente a principal beneficiária.

O fidalgo morgado podia e devia fazer a escolha mais adequada às tradições da sua classe. Podia, porque tinha independência económica. Devia, porque tendo a responsabilidade da conservação do património familiar e da linhagem, não convinha arriscar-se por terras longínquas. Avançava-se, em consequência, com os filhos segundos, resolvendo-se com o seu afastamento

18 Diogo do Couto, *Década* 6.^a, Lisboa, ROT, 1778-1788, liv. I, cap. 1, p. 6.

19 Diogo do Couto, *Década* 5.^a, ed. cit., liv. III, cap. 8, p. 271.

20 “Apontamentos do arcebispo de Goa...”, José Wicki, *art. cit.*, p. 202.

do Reino, dois problemas: o da sua subsistência, impossível de resolver no espaço continental por falta de terra disponível²¹ e por causa do regime de morgadio; e o da estabilidade dum estado social, que, deste modo, se libertava dos seus excedentes.

Em todo este processo o rei apresentava-se como o senhor que se sentia na obrigação de “alimentar” os seus vassalos. Oferecia-lhes uma saída e tinha, evidentemente, a sua contrapartida, pois a este grupo social ia buscar, baseado na confiança dessa relação, os quadros superiores do aparelho administrativo-militar seus representantes no Estado da Índia. O arcebispo de Goa, em apontamentos dirigidos ao monarca, em 1569, levanta um pouco o véu sobre o modo como, ao tempo, era entendida esta troca de serviços. Considerava os fidalgos estantes na Índia “um cano mui grande” por onde se vazava a Fazenda Real²², mas admitia que o Rei contra-argumentasse serem estes “muito pobres” e a si, “como seu rei e senhor”, convinha “dar-lhes de comer e empará-los”²³.

Gonçalo Pereira Marramaque ao embarcar pela primeira vez para a Índia, em 1550, iniciava uma longa viagem no espaço e no tempo. Fazia-a pelos motivos apontados, ou seja os de muitos jovens nas mesmas circunstâncias – D. Antão de Noronha que foi vice-rei, D. Luís de Ataíde que foi duas vezes vice-rei, João de Mendonça e D. Diogo de Meneses que foram governadores, D. Leonis Pereira, D. Jorge de Meneses, alferes-mor, D. Jorge de Meneses Baroque, D. Fernando de Monroy, D. Paulo de Lima Pereira, D. Luís de Castelo Branco, D. Lopo de Moura e tantos outros, companheiros de armas de Gonçalo Pereira nas suas duas décadas de militância na Índia – os “heróis” das crónicas da Ásia, todos eles, em suma, filhos segundos ou bastardos.

3. A primeira fase – lutar por um bom despacho

Quando saíam de Lisboa estes jovens fidalgos já recebiam uma tença, pois, viajavam na qualidade de moradores da Casa do Rei. Como se viu, Gonçalo Pereira Marramaque ia na categoria de escudeiro com 2500 reais mensais. Geralmente não levavam, nesta primeira viagem, missões especificadas, a não

21 Veiga Simões, *“Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista”*, I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, Lisboa, Ministério das Colónias, 1938.

22 “Um só deles gasta por vinte soldados”, escrevia o arcebispo nestes apontamentos (José Wicki, *art. cit.*, pp. 200 e 201).

23 José Wicki, *art. cit.*, 203.

ser aquela que socialmente lhes estava destinada: pelear. E esta era tanto mais admirada quanto mais utilizassem as armas nobres por excelência, ou seja, a lança e a espada e quanto menos recorressem a ardis em lugar da força e agili-
dade humanas, tais como os “artifícios” de artilharia²⁴. A honra e o sangue qualificavam o nobre o qual, naturalmente, praticava “feitos” heroicos, actos impossíveis de exigir ou de esperar dos homens de baixa condição. A este propósito, Couto narra um episódio esclarecedor ocorrido no final de uma grande vitória alcançada por Gonçalo Pereira Marramaque sobre uma armada turca, quando o capitão-mor da armada portuguesa, D. Diogo de Noronha, ao felicitar os soldados envolvidos no combate, se recusou a abraçar Gonçalo Pereira, nos seguintes termos: “Afastai-vos, Senhor, pera lá, que a vós não quero eu abraçar; nada se vos deve, porque o que vós fizestes, vosso sangue e honra vos obrigou a isso, e do ventre de vossa mãe trouxestes essas obrigações; a estes soldados sim”²⁵.

Uma vez chegados à Índia eram integrados numa das muitas armadas locais (do Malabar, da costa Norte, das Maldivas, etc.) as quais, nos meses ditos de “verão”, constantemente circulavam pelos mares, pelos rios acima ou ao longo das costas, quer para vigiar ou punir corsários, quer para escoltar embarcações de alimentos e mercadorias. Nos meses em que era impossível a navegação “invernavam”²⁶ numa das muitas fortalezas do Estado, onde, se não se concretizassem ataques ou cercos vindos de terra, viviam um período de relativa acalmia substituindo a actividade guerreira pelos jogos de canas, as carreiras, etc.

Nas guarnições ou nas armadas para onde eram destacados iam aos poucos e de acordo com as necessidades, as provas dadas e a relação de amizade pessoal ou familiar com o vice-rei, assumindo cargos de chefia de batalhões, de fustas, de galeotas e, por vezes, até de galeões.

Mesmo sendo recém-chegados, a sua condição social tornava-os ainda membros de direito nos conselhos convocados por capitães, governadores ou vice-reis, privilégio muito contestado pelos casados dos quais Diogo do Couto, sendo um deles, foi bem um porta-voz:

24 João de Barros, *Década* 2.^a, ed. cit., liv. III, cap. 4, p. 273.

25 Diogo do Couto, *Década* 6.^a, ed. cit., liv. X, cap. 13, p. 492. A expressão “obrigação de sangue”, referente a fidalgos, é profusamente utilizada por Diogo do Couto nas suas *Décadas da Ásia*.

26 Nas fontes da época, o “inverno” situava-se, grosso modo, entre os meses de Maio e Agosto, tempo em que a monção cortava as ligações marítimas.

“E porque nos vem aqui a p lo, não deixaremos de estranhar a desconfiança (a que não sei outro nome) dos governadores, e viso-reis da  ndia, que, por não chamarem aos conselhos públicos homens que não são fidalgos, se arriscam muitas vezes a desacreditar; porque muitos cavaleiros e homens nobres há na  ndia, que não foram pior nascidos que alguns destes fidalgos, que tem mais experiência e discursos nos negócios todos, e que seu parecer pode aproveitar muito ao serviço de Deus, e d’El-Rei; porque, que razão há pera dar [a]o fidalgo de quatro dias na  ndia seu voto nas causas árduas, que se oferecem de Malaca, Maluco, Ceilão, e dos Estreitos, se nunca viram mais que a armada do Malabar, quando há cavaleiros honrados e velhos, que as viram, e trataram, e que de tudo podem dar muito boa, e certa informação?”²⁷

A primeira fase da estada no Oriente tinha, geralmente, uma duração média de cinco a seis anos e terminava por uma viagem a Portugal para requeerer ao monarca recompensa pelos serviços prestados²⁸. A carta de serviços militares apresentada, a fama trazida e as influências na corte determinavam a qualidade e a quantidade das mercês concedidas, com as quais retornavam    ndia onde, tendo sempre como actividade de fundo a peleja, esperavam vez para ocuparem o cargo ou cargos para que estavam providos. Mas, antes de se entrar na análise desta segunda fase do longo itinerário da fidalguia, fase que se iniciava após esta deslocação ao Reino, foquemos um pouco o percurso individual de Gonçalo Pereira Marramaque na tirada acabada de caracterizar, ou seja, nos cinco ou seis anos em que lutou por um bom despacho.

Chegado a Goa em 1550, logo nos finais do ano seguinte participou, na categoria de capitão de um galeão, numa expedição a Ceilão, chefiada pelo próprio vice-rei, a qual culminou com um ataque a Ceitavaca [Sitawaka], capital de um dos reinos da mesma ilha²⁹. Posteriormente, deve ter participado também na represália levada a cabo pelo vice-rei contra o príncipe do Chembe que, apoiado pelo Samorim, se recusava a deixar passar por suas terras a pimenta comboiada para a feitoria de Cochim³⁰.

Em fins de Outubro de 1552 o vice-rei saiu de Goa com uma poderosa armada de 80 navios para defender Ormuz de um esperado ataque turco. Gonçalo Pereira ia como capitão de um dos 30 grossos navios que a integravam. O vice-rei, quando soube da não concretização da investida turca, ficou-se por

27 Diogo do Couto, *Década* 5. , ed. cit., liv. IV, cap. 11, p. 384.

28 “Apontamentos do arcebispo de Goa”, pub. José Wicki, *art. cit.*, p. 201.

29 Diogo do Couto, *Década* 6. , ed. cit., liv. IX, caps. 16 e 17.

30 Diogo do Couto, *Década* 6. , liv. IX, cap. 18.

Diu, mas 12 navios grossos e 20 ligeiros seguiram para o golfo Pérsico, comandados por D. Antão de Noronha. Entre os fidalgos que o acompanhavam ia também Gonçalo Pereira capitaneando o galeão *Samorim*. “Invernaram” em Ormuz e, em Agosto de 1553, D. Diogo de Noronha fez-se ao mar com uma pequena armada para enfrentar uma frota turca, entretanto, saída de Bassorá [Basrah]. Nesta expedição o Marramaque, em circunstâncias que não interessa aqui pormenorizar, aguentou só com o seu galeão o ataque das 15 galés turcas. A heroicidade da proeza ecoou por todo o Império e chegou ao Reino. Diogo do Couto confessa, com sinceridade ou não: “e posto que esta batalha era merecedora de se engrandecer com mais alto estilo, e com muitas palavras, nós o deixámos de fazer porque nos falta pera isso tudo...”³¹. Também Sá de Miranda a imortalizou em dois versos de uma epístola dirigida a seu pai:

*Los Turcos vencedores por el mundo
Peleando venció el hijo segundo.*³²

Quanto tempo Gonçalo Pereira permaneceu no Oriente depois deste célebre combate não sabemos, pois, a partir dele, perde-se-lhe o rasto. Sabemos sim que, tal como muitos outros, veio a Portugal requerer despacho, voltando à Índia e, por sinal, bem aviado no ano de 1564.

4. A segunda fase – a carreira administrativo-militar

Após o retorno de Portugal dava-se a grande viragem na vida destes fidalgos, pois se até aí se tinham limitado à actividade guerreira, a partir desse momento iniciava-se a sua carreira como quadros de chefia no aparelho administrativo-militar do Estado português da Índia. A ritmos de progressão variável iam avançando para escalões, em que aumentavam a responsabilidade político-militar, as vantagens económicas e o prestígio. Paralelamente, apreende-se, embora muito tenuemente, uma tendência no sentido da passagem do controlo do espaço marítimo (móvel) para o espaço terrestre (imóvel). Quer dizer, geralmente, começavam pelas capitánias das armadas, a circular nos mares, para depois passarem para as capitánias das fortalezas, as quais se encontravam

31 Idem, *ibidem*, liv. X, cap. 13, p. 491.

32 “Carta a António Pereira, senhor de Basto”, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 453.

devidamente hierarquizadas, segundo os critérios acima referidos. No topo da carreira, o vice-reinado.

Ressalve-se que este processo nem sempre se desenrolava linearmente: um veterano, nos intervalos entre duas nomeações para capit nias, permanecia ao dispor do vice-rei para o comando de armadas ou expedições terrestres. O “Livro das cidades e fortalezas” (1582)   fonte essencial para o estudo desta mat ria³³. Por ele se conhecem as categorias dos diversos cargos destinados à fidalguia e o rendimento de cada um deles. As melhores capit nias que o rei tinha para outorgar eram as de Sofala/Moçambique, Ormuz e Malaca. Essas s  deveriam ser concedidas às pessoas de “mais merecimentos” e oriundas das “famílias mais importantes”.

Na generalidade, as normas e critérios de escolha consignados neste livro eram respeitados, mas, por certo, um estudo mais particularizado poderá revelar exce  es. A situação inversa, ou seja, a de um fidalgo ocupar um lugar que não estava à sua altura também podia, pontualmente, acontecer. Um só exemplo: Lopo Vaz de Sequeira, ex-capitão de Goa, não considerava, e com razão, a tanadaria de Pangim compatível com a linhagem de D. Paio de Noronha, achando-a mais adaptada a um “cavaleiro de merecimentos” que, dado o seu elevado rendimento, s  auferisse metade dele³⁴. O próprio vice-rei, responsável por esta nomeação, sentia-se na obrigação de a justificar, alegando não ter já o fidalgo em questão saúde nem disposição para os trabalhos da guerra³⁵.

Para desempenhar as funções de vice-rei, indica o “Livro das cidades e fortalezas”, s  pessoa de “mui raras qualidades” e de “sangue muito ilustre” em que concorressem o esforço, o entendimento e a experiência de guerra. Quem melhor que a fidalguia de comando e espada para se ajustar a este perfil? Junte-se-lhes,  l m destes, um outro requisito, não mencionado neste livro, mas que, na prática, funcionava: não ter muitos parentes na  ndia, pois raramente é constitu riam família ingressando no grupo dos casados³⁶. Note-se, todavia,

33 Biblioteca Nacional de Espanha, ms. 3217, “Livro das cidades, e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da  ndia e das capit nias e mais cargos que nelas ha e da importancia delles”, pub. por F. Mendes da Luz, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXI, 1953, pp. 1-144.

34 Carta Lopo Vaz de Sequeira ao rei, Bardez, 30 de Novembro de 1566; ANTT, CC, parte I, maço 108, doc. 12.

35 Carta de D. Antão de Noronha   Rainha, Goa, 22 de Dezembro de 1566, ANTT, CC, parte I, maço 108, doc. 19.

36 Os inconvenientes dos vice-reis com familiares na  ndia são apontados por Diogo do Couto, *Década 7. *, liv. I, cap. 3, p. 31, e *Década 8. * (versão resumida), cap. 1, p. 2 e versão

que nem todos os escolhidos para o desempenho de tão altas funções saíam do grupo em questão. Na realidade se se repensar as biografias dos 33 governadores ou vice-reis do Estado português Índia no século XVI, conclui-se terem fundamentalmente, duas procedências: ou eram oriundos da alta nobreza que, sem percorrer os caminhos da Índia, saltavam directamente para a chefia do Estado; ou eram oriundos do grupo dos filhos segundos, cujo itinerário temos vindo a caracterizar. Mais se conclui: neste último grupo, o veterano que atingisse uma das três principais capitanias – Ormuz, Sofala ou Malaca – ascendia à cabeça da lista e mais tarde ou mais cedo, se não surgissem, entretanto, impedimentos graves, viria a ser nomeado para o cargo em questão ou para uma via de sucessão do mesmo. Sirvam de exemplo as carreiras de João de Mendonça, D. Francisco Mascarenhas, D. Antão de Noronha, D. Diogo de Meneses, D. Leonis Pereira. O próprio Gonçalo Pereira Marramaque para lá caminhava se não tivesse morrido em 1571. De facto, após a sua nomeação para a capitania de Ormuz, e já no ano da sua morte, fora incluído na primeira das vias de sucessão para a governança de Malaca e partes do Sul, ao estabelecer-se a administração tripartida no Estado da Índia³⁷.

Mas, saltemos mais uma vez da viagem colectiva para a particular e vejamos como se desenrolou esta segunda fase da estada de Gonçalo Pereira Marramaque.

Retornou à Índia em 1564 na armada do vice-rei D. Antão de Noronha, que já fora seu companheiro de lides no Oriente. Ia, tal como da primeira vez, na qualidade de morador da Casa do Rei, mas agora já na categoria de fidalgo-cavaleiro e com uma tença mensal de 3200 reais³⁸. Conseguira também dois bons despachos, a que não foi, por certo, estranha a vitória alcançada sobre os Turcos: a capitania-mor da armada do Malabar com 5000 xerafins de ordenado anual³⁹ e a capitania de Ormuz a qual lhe renderia no conjunto dos três anos nada menos de 50 a 60 mil cruzados, segundo estima o autor anónimo do “Livro das cidades e fortalezas”, que ressalva, se servida com uma consciência elástica, lhe poderia render muito mais.

Porto/Madrid da mesma *Década*, Lisboa, IN/CM e CNCDP, 1993, vol. I, liv. I, cap. 4, pp. 44/45.

37 Diogo do Couto, *Década 9.^a*, ed. cit., cap. 16, p. 111.

38 BNP, Colecção Pombalina, cód. 123, f. 183.

39 “Relação dos feitos heroicos em armas...”, pub. Artur Basílio Sá, *Documentação para História das Missões* [...] *Insulíndia*, vol. IV, p. 171.

Chegado a Goa, em Setembro do mesmo ano, ocupou quase de imediato a capitania-mor da armada do Malabar e partiu para Cananor, praça portuguesa cercada pelas tropas locais sob o comando do chefe da comunidade muçulmana Aderrayo [Ali Raja]. Ali permaneceu até ao início do ano de 1565, obrando “maravilhas” nas armas. Depois, percorreu a costa, capturou 40 paros aos mouros e recolheu a Goa onde “invernou”. Durante esse Inverno de 1565, um acidente na brilhante carreira do Marramaque, viria a alterá-la profundamente. Envolveu-se numa rixa com um castelhano, tendo o episódio terminado com a morte deste último. André Torquemada, assim se chamava ele, era, segundo todos os testemunhos portugueses, “soberbo e arrogante” e para mais encontrava-se na situação de homiziado, mas era também um protegido da rainha D. Catarina. Ora, como relembra uma das fontes narrativas deste acontecimento, “a casa Marramaque era de fidalguia isenta e não afeiçoada a castelhanos”. Nestas circunstâncias, o vice-rei, D. Antão de Noronha, apressou-se a destacar Gonçalo Pereira para uma missão arriscada no Extremo Oriente, esperando assim atenuar os efeitos do acontecido e garantir-lhe, sem problemas, logo após o término da expedição, a posse da capitania de Ormuz em que estava provido.

Gonçalo Pereira largou a costa indiana como capitão-mor dos Mares do Sul, em Abril/Maio de 1566. Degredado segundo uns, homiziado segundo outros, certo é que ia como capitão-mor de uma armada de 3 galeões, 2 galeotas, 6 fustas e cerca de 500 homens; acompanhava-o ainda o galeão da carreira de Maluco⁴⁰. Levava instruções para socorrer Malaca, caso se confirmasse o esperado ataque e cerco por parte das tropas do rei do Achm [Atjeh]. Tal não se tendo verificado, Gonçalo Pereira, depois de por aí ter passado em Agosto de 1566, continuou viagem até Ternate, nas Molucas⁴¹. A missão de que o vice-rei o encarregara nas ilhas das especiarias era de cariz essencialmente militar, mas com profundas implicações políticas, religiosas e econmicas. Assim, teria de ajuizar *in loco* das responsabilidades do rei de Ternate (também conhecido entre os portugueses pela designação de rei de Maluco) relativamente às graves

40 Os números variam, embora pouco, de fonte para fonte; seguiu-se a que pareceu mais segura, informação fornecida pelo vice-rei D. Antão de Noronha responsável por esta expedição em carta dirigida à rainha e datada de Goa, 22 de Dezembro de 1566; ANTT, CC, parte I, maço 108, doc. 19.

41 Carta do bispo de Malaca, escrita desta cidade e datada de 20 de Dezembro de 1566, ARSJ, Goa 11, ff. 303-304v, pub. Hubert Jacobs, *Documenta Malucensia*, (Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974), vol. I, pp. 503-505

acusações que lhe eram feitas pelos capitães portugueses da fortaleza. Por outro lado, teria de submeter ao domínio português a população de Amboino [Ambon], pois esta ilha funcionava como entreposto por onde fugiam ao controlo comercial português as especiarias abastecedoras do mercado javanês e onde se tinham verificado revoltas culminando com sangrentas perseguições à população cristã da terra e aos missionários. Na sequência e reforço desta acção deveria ainda construir uma fortaleza nesta mesma ilha⁴².

Gonçalo Pereira, no entanto, não atacou de imediato estas tarefas, porque lhe surgiu um imprevisto ao qual deu primazia. Quando seguia de Bornéu para Ternate, soube de uma armada castelhana, oriunda da Nova Espanha, ter fundeado nas Filipinas. Era seu comandante o célebre Miguel Lopez de Legazpi que, entretanto, já construía uma fortaleza na ilha de Cebu (Zebu). As tentativas de Marramaque para expulsar os castelhanos, quer pela via negociada quer pela força, fracassaram, talvez porque, deixando-se enganar por Legazpi, protelou o ataque até Setembro de 1568, dando tempo aos castelhanos para se organizarem e receberam reforços. Obrigado a abandonar este empreendimento, com a sua própria armada já bastante desfalcada, dedicou-se então plenamente à execução das missões de que o vice-rei o incumbira.

Em Amboino, conseguiu vários sucessos militares e, em finais de 1569, dava início à construção da primeira fortaleza portuguesa nesta ilha⁴³. Já no respeitante à delicada tarefa de relacionamento com a rei de Maluco pecou por indecisão, acabando por permitir o assassinio deste rei quase nas suas barbas⁴⁴. No

42 Sobre os interesses económicos que subjazeram a esta expedição, ver V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa, edit. Presença, 1982, III, p. 159.

Quanto às perseguições religiosas, devem ter-se verificado entre Maio de 64 (depois da saída do galeão da carreira) e Maio de 65, pois as notícias chegaram a Goa em Janeiro de 66. Recorde-se que o galeão do cravo, bem como o de Banda, saía de Amboino em finais de Maio com destino a Goa, via Malaca. Muita informação se pode colher sobre estas perseguições em cartas de jesuítas pubs. por Hubert Jacobs, *Documenta Malucensia*, ed. cit., vol. I, pp. 464-472, 489-492, 499-501 e Josph Wicki, *Documenta Indica*, vol. VI (Roma "Monumenta Historica Soc. Iesu", 1960), pp. 493-494, 588 e 722.

43 Carta de frei Pero Mascarenhas, Amboino, 3 de Agosto de 1569, pub. Hubert Jacobs, *Documenta Malucensia*, vol. I, pp. 548-555. Esta fortaleza situava-se na costa norte de Amboino e, posteriormente, foi deslocada para a baía do mesmo nome e, em 1576, foi finalmente substituída por uma de pedra no sítio onde hoje se situa a cidade de Ambon.

44 Numa primeira fase, influenciado por um grupo de casados, achou que não havia razões para prender este rei; posteriormente, depois da expedição a Cebu, outros o convenceram do contrário, mas já o rei se prevenira e escapou-se-lhe. O rei de Ternate /Maluco foi assassinado em Fevereiro de 1570.

clima de tensão latente então vivido, a morte traiçoeira do rei Aeiro [Hairun] de Maluco, tudo indica por induzimento de Diogo Lopes Sequeira, capitão da fortaleza de Ternate, despoletou uma guerra generalizada e sem tréguas contra o domínio português. Se, em tempo de paz, a permanência portuguesa nesta região estava constantemente ameaçada porque dependente de longas e demoradas ligações com Malaca e Goa, de onde lhe vinha a abastecimento essencial   sobrevivência (dinheiro, roupas, munições e mesmo alimentos), a situação viu-se agravada, justamente numa altura em que as principais posições portuguesas na costa ocidental indost nica enfrentavam um ataque concertado dos potentados indo-muçulmanos do Dec o. Refiro-me aos cercos de Chaul, Goa e Chale [Chaliyam]. Nestas circunstâncias, o isolamento de Gonçalo Pereira Marramaque foi ainda maior. Sem apoios exteriores nem locais, os problemas começaram a surgir a nível interno, traduzindo-se em levantamentos, críticas e, dia após dia, na morte dos principais colaboradores e amigos. O próprio Gonçalo Pereira Marramaque acabaria por cair também, profundamente amargurado, em Março de 1571. Dizem os testemunhos ter morrido de “nojo e pesar”, “olhando o muito que diante dos olhos tinha e vendo o pouco remédio”. Curiosamente, nessa mesma data sa ia de Lisboa uma armada da “carreira” da  ndia com um novo vice-rei e com a nomeação de dois governadores. Numa das cartas seladas, contendo as vias de sucessão para o governo de Malaca, figurava em primeiro lugar o nome do Marramaque⁴⁵.

5. O fim da viagem – o regresso ou a morte pelo caminho

Tal como hoje, os que partiam faziam-no com a intenção de voltar. Alguns, embora nunca abandonassem essa ideia, acabavam por se adaptar às novas terras é se estabelecendo e constituindo família. Outros, e é o percurso mais t pico dos filhos da fidalguia, embora ausentes durante longos anos, nunca o conseguiram ou quiseram fazer. As explicações para essa realidade teriam de ser objecto de um outro estudo. Mesmo assim, numa primeira leitura, parece-me prenderem-se com as condições de vida dos portugueses na  ndia, as quais, pelo menos no século XVI, não proporcionaram a constituição de uma

45 A reconstitu  o da segunda estada de Gonçalo Pereira Marramaque no Oriente foi feita com base em fontes narrativas mencionadas nas notas 1 e 2. O recurso a fontes documentais, publicadas por Artur Basílio S , *Documentação para História das Missões [...] Insulíndia*, Josph Wicki, *Documenta Indica* e Hubert Jacobs, *Documenta Malucensia*, permitiu dar rigor numérico e cronológico   informação.

sociedade aristocrática. Relembre-se ainda que, apesar de a nobreza estante na Índia ser em número excessivo relativamente às necessidades, ela era uma minoria no conjunto dos portugueses ali presentes. Raros eram os que levavam a família ou aí a constituíam. E mesmo estes, comportavam-se como quem está de passagem, pois a intenção era sempre acumular ganhos para um dia regressar a Portugal e, então, sim, aí fundar as suas casas. Aliás, como já dissemos, estes homens viviam na expectativa de atingir o escalão máximo da sua viagem-carreira – o vice-reinado – perfeitamente conscientes da inevitabilidade de, em virtude da proeminência do cargo, uma vez terminado o mandato, terem de abandonar definitivamente o continente asiático, logo na armada da “carreira” onde viera o seu sucessor ou a sua nomeação. Só verificámos dois casos, ao longo de todo o século XVI, de ex-governantes regressados à Índia. Mas esses fizeram-no para exercer funções de igual ou similar categoria à dos cargos antes exercidos. D. Luís de Ataíde voltou para o seu segundo mandato como vice-rei e Francisco Barreto para governar a zona ocidental do Império do Oriente, no tempo da administração tripartida, e para conquistar as minas do Monomotapa.

Sobre a postura da nobreza em relação à estância na Índia, o melhor testemunho é, sem dúvida, o daqueles com quem lá conviviam e que assumindo-se como moradores, sentiam a diferença entre as respectivas atitudes. Diogo do Couto é um destes, como se pode perfeitamente apreender de uma leitura atenta das suas *Décadas*. Assim, não deixa de ser significativo o facto de ele, conscientemente ou não, opor ao conceito de fidalgo o de morador ou casado⁴⁶.

O referido modo de estar, notório sobretudo nos filhos da fidalguia, permite afirmar que eles faziam uma viagem pela Índia e não uma viagem para a Índia. Era, pelo menos na intenção, uma viagem de ida e volta, cujo percurso, modelarmente, se iniciava em Portugal e nele deveria finalizar. Na realidade, nem sempre assim acontecia, pois também eles não escapavam ao provérbio da época segundo o qual: “dos que vão à Índia de cento não vem hum”⁴⁷. De facto, uns nem sequer chegavam a pôr os pés em terras asiáticas, outros, já muito perto do objectivo final, morriam na última viagem de regresso. E a grande maioria ficava-se, afinal, como Gonçalo Pereira Marramaque, a meio do percurso.

46 A este propósito leia-se o episódio do jogo de canas entre fidalgos e moradores, inserto na versão Porto/Madrid da *Década* 8.^a, ed. cit., II-7.

47 “Livro das cidades e fortalezas”, ed. cit., p. 19.

Conclusão

Terminada a viagem, fica a pergunta: valia a pena?

O autor do “Livro das cidades e fortalezas” assevera afirmativamente, garantindo que de uma capitania se tirava, apesar da sua curta duração – três anos – sustento para toda a vida. Mais afirma: muitos destes fidalgos, uma vez regressados a Portugal fundaram “mui grandes morgadios” e “mui nobres casas”. A estimativa é feita por baixo, pois refere-se a mandatos servidos com “sã consciência”. Mas como, alerta o autor, havia sempre a possibilidade de alargar os rendimentos na proporção da elasticidade da mesma.

Actividades mais ou menos ilícitas aferentes a determinados cargos, incluindo o de capitão, eram prática corrente. Por exemplo, o capitão de Sofala, no final do século, podia comerciar marfim, contas e roupas, embora fossem mercadorias defesas por regimento⁴⁸. Não falando dos “negócios”, declaradamente ilegais, a que também os fidalgos se dedicavam. Sobre o assunto, escrevia o arcebispo de Goa, D. Jorge Temudo, em 1569: “Quando cá vêm, não se envergonham do muito cabedal que metem pera se fazerem ricos, além de chatinarem buscando pera isso os mais solícitos e diabólicos feitores ou ladrões (pera lhe dar o seu verdadeiro nome) que acham, e todos os mais modos, lícitos e ilícitos, que podem”⁴⁹.

O nosso viajante, o Marramaque, no primeiro ano da sua segunda estada, quando era capitão-mor da armada do Malabar, tinha, em Goa, uma “grande casa que sustentava, de gente mui honrada, das portas adentro”⁵⁰. Quando morreu, depois da desventura nas Molucas, dizem certos testemunhos encontrar-se pobre e crivado de dívidas. Não tanto, apesar de tudo, que não tivesse por onde pagar, pois deixou como seu testamenteiro D. Diogo de Meneses para, em seu lugar, ocupar a capitania de Ormuz e, com o seu rendimento, pagar as dívidas contraídas⁵¹.

Para a nobreza, os benefícios trazidos pela viagem dos seus secundogénitos e bastardos foram marcantes. Graças a um mecanismo de defesa da estabilidade da classe, conseguiu afastar do Reino os seus excedentes e, simultaneamente,

48 “Livro das cidades e fortalezas”, ed. cit., p. 19.

49 “Apontamentos do arcebispo de Goa...”, José Wicki, art. cit. p. 203.

50 “Relação dos feitos heroicos...”, pub. Artur Basílio Sá, *Documentação para História das Missões [...] Insulíndia*, vol. IV, p. 172.

51 “Relação dos feitos heroicos...”, Idem, *ibidem*, p. 237; Diogo do Couto, *Década 9.^a*, cap. 9, p. 43.

aplicando-os no Oriente, reforçar o seu poder económico e político. O sucesso deveu-se ao facto dos secundogénitos, mais que os primogénitos, terem alcançado prestígio, domínio e influência enquanto “heróis” das batalhas travadas ou à frente de armadas, de exércitos, ou das responsabilidades assumidas na administração do Estado português da Índia. E, acima de tudo, porque ganharam riqueza, num tempo em que, na sociedade peninsular, a honra já era inseparável do dinheiro⁵².

* * *

A história desta viagem não acabou. Muito ficou ainda por contar. Esquematizados os passos essenciais de um dos grupos sociais da Índia Portuguesa no século XVI num constante zigzaguear do colectivo para o individual, numa preocupação de humanizar a exposição, falta-lhe ainda muito. Falta-lhe tudo o que dá vida a uma narrativa, a uma história hoje já incontestavelmente convertida numa ciência mais de vivos que de mortos.

Fiquei-me no limiar do possível, apesar da irresistível tentação de continuar, de ver por dentro, de saltar e imaginar. Imaginar, por exemplo, as brechas abertas por estes viajantes no imobilismo característico de uma ordem assente na propriedade fundiária! Imaginar, depois de acabada a viagem, a continuação no Reino de alguns destes percursos individuais, os daqueles a que D. Antão de Noronha chamava loucos, porque tinham a loucura dos desprendidos⁵³. Esses, regressados à terra, talvez já não sentissem o repouso tão ansiosamente procurado tendo-lhes ficado para sempre a insatisfação, a nostalgia dos desenraizados.

52 Janine Fayart e Marie Claude Gerbet, “Fermeture de la noblesse et pureté de sang en Castille au XVI siècle”, *Histoire, économie et société*, n.º 1 (1 trimestre 1982), p. 75

53 Dizia D. Antão de Noronha, nas conversas que tinha com os fidalgos nas tardes de domingo, que a Índia duraria enquanto nela houvesse doudos, ou seja, fidalgos que, saindo ricos das fortalezas, tornavam a despendar todo o ganho no serviço do rei. Cf. Diogo do Couto, *Década* 4.^a, liv. VIII, cap. 10, pp. 273-274, *Década* 7.^a liv. VIII, cap. 13, pp. 277-278, *Década* 8.^a (versão Porto Madrid), liv. V, cap. 2.

8. O assassinio do rei de Maluco – reabertura de um processo-crime

Os reis de Ternate foram, no séc. XVI, os mais poderosos das Molucas¹. Chegaram a controlar Bachão [Batjan], Geilolo [Halmahera], Moro e Amboino [Ambon]. Como durante muitos anos a única fortaleza que os portugueses possuíam nesta zona se situava em Ternate (1522-1575), estes acabaram por aplicar a designação Maluco não só ao recinto fortificado e povoação adjacente, mas também à ilha de Ternate. Por isso, ao rei Aeiro [Hairun] raramente se deu o título de rei de Ternate, mas sim o de rei de Maluco².

Em 1522, quando a fortaleza foi erguida, Boleife [Abu Leis]³, o monarca que autorizara a sua construção, acabara de morrer. Segundo João de Barros, Boleife delegara a tutoria dos filhos legítimos, ainda menores, assim como a regência do reino⁴ na sua principal mulher, intitulada Niachile Poka Raga (Nyaidhili Boki Raja)⁵, designada nas fontes portuguesas por “a Rainha”. De

-
- 1 Maluco ou Molucas – Nome que, originalmente, se aplicava exclusivamente às cinco famosas ilhas que produziam o cravo (cravinho da Índia): Ternate, Tidore, Moti, Maquiem e Bachão. Num sentido lato, o topónimo foi usado também para designar Amboino e, por vezes, as ilhas de Banda. Outras ilhas intermediárias – Halmahera (Geilolo), Ceram, Buru e Obi – aparecem por vezes também abarcadas por esta designação. Num sentido mais lato, o termo era aplicado a toda a área da Indonésia Oriental, onde os portugueses tiveram relações comerciais e influências políticas (Hubert Jacobs, *Documenta Malucensia*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974). in “Introdução”, vol. I.
 - 2 A forma Maluco é a que melhor corresponde ao malaio *Maluku* e é a que os clássicos quinhentistas portugueses empregam. Cf. Luís Filipe R. Thomaz, “Maluco e Malaca”, *A viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*, Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar/Centro de Cartografia Antiga, 1975, p. 29, n. 1.
 - 3 Antes da conversão ao islamismo o seu nome era Liliato; depois passou a designar-se Abu Lais (o Boleife dos portugueses); por último Bayan Sirullah (Bayano Çerola das fontes portuguesas).
 - 4 João de Barros, *Década 3.^a*, Lisboa, ROT, 1777-1778, liv. V. cap. 7, p. 611.
 - 5 Titulação significando “jovem mulher de alto nascimento, princesa”, cf. Paramita R. Abdurachman, “Niachile Pokaraga. A sad story of a Moluccan queen”, *Modern Asian Studies*, 22, 3 (1988), p. 574.

1522 a 1534 três desses filhos ascenderam sucessivamente ao trono. Na prática não governaram. Retidos na fortaleza portuguesa, sob pretexto de não terem atingindo a maioridade, davam legalidade a um governo de facto exercido por regedores escolhidos e manobrados pelos capitães portugueses, embora reconhecendo o poder tutelar da Rainha⁶.

O filho mais velho de Boleife, Bohaat [Abu Hayat], morreu ao fim de 7 anos de cativo. O segundo, Daialo, depois de libertado, teve problemas com Vicente da Fonseca, refugiando-se em Tidore. O terceiro, Tabarija, acabou por ser também preso pelo capitão Tristão de Ataíde, assim como a rainha-mãe, ministros e respectiva comitiva, situação em que foram embarcados para Goa em 1535. Com isto terminava um período bastante conturbado no qual Niachile Poka Raga se assumira como verdadeira líder, incitando o seu povo a revoltar-se contra as prepotências dos capitães portugueses⁷. Foi então que Tristão de Ataíde recorreu a Aeiro, um outro filho de Boleife, meio-irmão dos anteriores, na altura com cerca de 12 anos de idade. Aeiro, apesar dos muitos acidentes de percurso, foi o único a conseguir vingar, tendo sido rei de Ternate de 1534/1535 a 1545 e de novo de 1546 a 1570. Nestes cerca de 35 anos cobrindo grande parte do tempo de presença portuguesa na sua ilha, Aeiro foi, formalmente, um vassalo do rei de Portugal, embora na prática se tivesse assumido e comportado como um rei.

1.

Aeiro foi assassinado, à adagada, em 28 de Fevereiro de 1570, no adro da igreja de Ternate, quando acabara de fazer uma visita ao capitão da fortaleza, Diogo Lopes de Mesquita. O executor foi Martim Afonso Pimentel, sobrinho deste último. Diogo do Couto, atribui a responsabilidade do acto ao próprio capitão por, dias antes, ter persuadido o sobrinho, assegurando-lhe que desse modo “faria o maior serviço ao nosso [rei] de Portugal que se lhe tomara dez galés de turcos, e com isso lhe passou um assinado”⁸. A mesma leitura é apresentada por António Pinto Pereira quando aponta como indícios de conivência do capitão

6 Sobre o percurso desta rainha e dos seus três filhos, ver Paramita R. Abdurachman, *art. cit.*, pp. 571-592.

7 Diogo do Couto, que não esconde a admiração que sentia por ela, reproduz fala inflamada nesse sentido por ela proferida perante ajuntamento de todos os principais da ilha (*Década 4.^a*, liv. VIII, cap. I).

8 Diogo do Couto, *Década 8.^a* (versão resumida), Lisboa, ROT, 1778-1788, cap. 26, p. 212; e liv. IV, cap. 5, p. 361 da versão Porto/Madrid (Lisboa, CNCDP / Fundação Oriente / IN/CM, 1999).

português neste acto: as desavenças havidas entre ele e Aeiro; a fama de já antes o ter tentado matar (registada também por Couto), encarregando para isso Luís de Carvalho; e, por último, o grau de parentesco existente entre o capitão e o assassino. Segundo este autor, o próprio Martim Afonso Pimentel teria os seus motivos pessoais para executar o crime, pois, recentemente, o rei Aeiro lhe havia negado navios para ir às Celebes⁹.

Diogo do Couto, com a sua habilidade para meter a farpada sem se comprometer muito, insinua também ter sido um certo religioso responsável por este crime. Escreve ele: “e ainda me disseram pessoas de crédito e muita autoridade que também lhe passara um certo religioso outro [assinado], em que dizia que por aquele serviço lhe daria el-Rei a fortaleza de Ormuz; a pessoa que mo disse é grave, e o caso é duvidoso, porque o religioso não podia persuadir ninguém que matasse, porque ficaria irregular, enfim eu escrevo o que me afirmaram muitos”¹⁰. Também Leonardo de Argensola, na *Conquista de las islas Malucas* (1609), levanta suspeita semelhante¹¹.

Que corria este rumor, não há dúvida, e os religiosos responsabilizados eram os jesuítas. Testemunham-no cartas da época:

- D. Jorge de Santa Luzia, bispo de Malaca, em carta ao papa Pio V, escrita desta cidade, em Junho de 1573, a determinada altura, queixando-se dos jesuítas, escreve: “Nam ipsis istis in partibus parum aut nullum fructum faciunt, verum etiam suid consiliis multa regna harum partium perturbant, quemadmodum in Maluco ubi ipsi fueront in causa ut interficeretur rex qui nobiscum pacem habet”¹².
- O visitador jesuíta Alexandre Valignano e o frei provincial Rui Vicente encarregaram frei Martim da Silva, em viagem a Portugal, de indagar junto dos seus pares: “sepa de los padres si fue dada alguna mala información a Su Alteza contra la Compañia por causa de la muerte del rei de Maluco y de la guerra que de allí resultó.”¹³

9 António Pinto Pereira, *História da Índia no tempo em que a governou o vice-rei D. Luís de Ataíde*, Coimbra, Impressão de Nicolau Carvalho, 1617, liv. I, cap. 25, pp. 102-119.

10 Diogo do Couto, Idem, *ibidem*.

11 Bartolomeu Leonardo de Argensola, *Conquista de las islas Malucas*, Madrid, por Alonso Martin, 1609, vol. II, p. 78.

12 Pub. Hubert Jacobs, *ob. cit.*, p. 64.

13 Pub. Joseph Wicki, *Documenta Indica*, Roma “Monumenta Historica Soc. Iesu”, 1960, vol. X, p. 416.

Se alguns religiosos defenderam ser o assassinio do rei Aeiro um serviço a Deus e ao rei de Portugal, não foram os únicos. Numa relação anónima, escrita por pessoa com responsabilidades administrativas no Estado da Índia (possivelmente o capitão e vedor da fazenda de Cochim, João da Fonseca) e dirigida ao padre Luís Gonçalves da Câmara, em 1568, a dada altura afirma-se:

El-rei, que ora é de Maluco, naturalmente é má cousa e sempre o foi, ainda que alguns digam o contrário, e é mais mouro do que era o mesmo Mafamede. Não é contra a lei de Deus mandar matar per alguma via este, ou pública ou secreta, que de toda maneira se pode fazer, e juntamente seu filho ou filhos, e pola ventura se fará o povo cristão, e ao menos o rei que se fizer será cristão. Algumas cousas desta calidade são às vezes necessárias na Índia, que se não fazem, o qual eu não digo que são virtude, e lhe dou outro nome: porque enforcar ao ladrão é cousa virtuosa e santa, e perdoar ao malfeitor é crueza. E para el-rei de Maluco merecer mandá-lo matar e seu filho, suas obras o dizem assi, as passadas como as presentes; e sempre assi as há de fazer até que morra, e só o que fez em Amboino o merece.¹⁴

Portanto, para muitos, o rei Aeiro que, ao receber o trono das mãos do rei de Portugal, estava na situação de vassalo traidor e inimigo da Cristandade. Donde, merecer o castigo aplicado a crimes de tal envergadura. Mas nem todos assim pensavam. Para alguns, ele era e sempre fora um fiel e leal servidor dos interesses do monarca português, uma vítima das arbitrariedades dos capitães de Ternate e do jogo cruzado de interesses dos portugueses na região. Diogo do Couto era um deles. Falava pela boca de Gabriel Rebelo, o autor da “História das ilhas Molucas” (1561) e da “Informação das cousas de Maluco” (1569), homem que viveu longos anos neste arquipélago, onde chegou a ser responsável pela fortaleza nas ausências do capitão e, mais tarde, veio a desempenhar o cargo de secretário da Mesa da Consciência da Índia. O padre Francisco de Sousa, no *Oriente Conquistado*, refutando as opiniões de Gabriel Rebelo veiculadas por Couto, escreve: “Enfim, Gabriel Rebelo devia ser do bando d’el-rei, por interessado com ele no contrato do cravo, como eram muitos portugueses de Ternate, e até nos capitães havia esta nota [...]

14 Pub. Joseph Wicki, “Duas relações...”, *Studia*, 8 (1961), pp. 141-142.

e bem se infere da insolência do estilo superlativo, que alguma paixão lhe desatinava a pena”¹⁵.

Mas não foi só Couto a projectar para a posteridade uma imagem positiva do rei Aeiro. Leitura semelhante encontramos noutros autores coevos, como António Pinto Pereira e Bartolomeu Leonardo de Argensola.

Se procurarmos entre os portugueses que mais conviveram com Aeiro – os moradores ou casados de Ternate – encontramos de um modo geral um julgamento bastante favorável. O padre Francisco de Sousa, no trecho acima transcrito, classifica de venais estes homens, “o bando do rei”, como ele lhes chama, pois defendiam o rei Aeiro por ele os favorecer nos negócios do cravo. Juízo corroborado por um soldado embarcado, em 1566, para os Mares do Sul na armada de Gonçalo Pereira Marramaque, que tendo acompanhado os sucessos militares deste capitão e de Sancho de Vasconcelos, deles deixou um relato, no qual revela haver, em Ternate, um grupo de casados, “homens de faustus”, “carne e alma d’el-rei” por serem muito ricos¹⁶. Fornece os nomes de dois: Henrique de Lima e Manuel da Silva. Outros nomes poderíamos acrescentar: Gonçalo Fernandes Bravo e Baltazar Veloso, ambos casados com irmãs do rei convertidas ao cristianismo; António Ribeiro e Lopo Ribaldo, ligados também a Aeiro por laços de parentesco.

Outro grupo com oportunidade de contactar mais assiduamente com o rei foi o dos missionários. Por parte destes, embora se encontrem, por vezes, opiniões díspares, a tendência é para dele apresentar, inicialmente, uma imagem bastante elogiosa passando, à medida que os seus interesses religiosos começaram a chocar com os interesses político-económicos do rei, a apodarem-no de “tirano”, “pestífero mouro” e amigo dissimulado dos portugueses.

O padre-mestre Francisco Xavier, aquando da sua segunda passagem por Ternate, teve longas conversas com Aeiro e, apesar de o não ter convencido a abandonar a religião islâmica, não deixa de manifestar uma certa simpatia por esse mouro que falava fluentemente o português, sempre se referia ao rei de Portugal como “meu senhor”, e teimava em querer ser seu amigo apesar de carregar a “tacha” de “infiel”, argumentando terem, no fundo, mouros e cristãos

15 P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado*, parte II, conquista III, divisão I, item 36, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1710, vol. II, p. 313.

16 “Relação dos feitos heroicos em armas, que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco [...]”, pub. Artur Basílio Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente – Insulíndia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955/1988, vol. IV, p. 186.

um Deus comum e que em algum tempo todos seriam um povo¹⁷. Admiração semelhante pela postura moral de Aeiro perpassa também nas cartas do padre Afonso de Castro a propósito da colaboração prestada por ele ao capitão de Ternate na espinhosa tarefa de, em Amboino, fazer apartar cristãos da terra de mouros da terra. Apesar de num tempo em que eram já muitos os atritos entre o rei e os jesuítas, Aeiro fora a ponto de dar, ele próprio, o exemplo, separando-se duma sua mulher cristã. “Certo que fiquei edificado – *escreve o padre Afonso Castro* –, porque de um muito católico cristão não se espera mais do que ele fez, indo em tudo contra sua lei. Na amizade que com os portugueses tem-se mostrado muito leal, e nos ajuda em quanto pode”¹⁸.

Não era esta, todavia, a opinião dominante na correspondência missionária da época, mas sim a expressa pelo padre Cristóvão da Costa, quando noticia o assassinio:

acertou um soldado português de matar a el-rei de Maluco, mouro poderoso, e sem intervirem nisso os capitães. Ainda que tinha muitos males contra a Cristandade, e merecia ser disto castigado, não se punha em execução, assi por não revolver a terra, como por outras guerras que os portugueses tinham.¹⁹

Entre os oficiais da administração portuguesa os juízos sobre o comportamento de Aeiro e sua lealdade são, salvo raras exceções, muito variáveis e penso serem, na grande maioria dos casos, determinados pela cobertura dada ou não aos seus negócios privados do cravo. Referimo-nos a gente de passagem, nomeadamente os capitães que, como sintetiza Francisco Palha, deviam ir a Maluco “a merecer e não a satisfazer-se de seu merecimento”²⁰.

Este apanhado de opiniões revela-nos uma figura polémica e controversa, tão difícil de encaixar no modelo do leal servidor como no do traidor. Da leitura das fontes, ressalta a impressão de estarmos perante um hábil jogador.

17 Carta do padre Francisco Xavier aos religiosos da Companhia em de Roma, Cochim, 20 de Janeiro de 1548, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 534-549.

18 Carta do padre Afonso de Castro para o reitor do colégio de Goa, Ternate, 29 de Janeiro de 1554, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, pp. 133-135 (citação colhida p. 135).

19 Carta do padre Cristóvão da Costa ao padre Francisco Borja, Malaca, 11 de Dezembro de 1571, pub. Joseph Wicki, *Documenta Indica*, ed. cit., vol. VIII, pp. 457-462 (citação p. 460).

20 Carta de Francisco Palha ao rei, Goa, 26 de Dezembro de 1553, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, 124.

Talvez seja o padre Baltazar Dias quem melhor expressa a postura de Aeiro relativamente aos portugueses, em carta datada de 19 de Novembro de 1556. Depois de dar vários exemplos de obediência e prestabilidade do rei aos capitães da fortaleza, de cedência de cora-coras (embarcações malaias) aos missionários e de afabilidade para com os portugueses, remata: “posto que se mostre servidor, lá por de trás, deita a pedra e esconde a mão”²¹.

Aeiro, como se disse, foi assassinado em 1570, com cerca de 49 anos de idade. Conseguiu manter-se no poder cerca de 35 anos, apesar dos começos difíceis e do um relacionamento, por vezes, conflituoso e desgastante com os portugueses, sobretudo com os capitães e missionários. Foi preso duas vezes. Da primeira vez, não lhe apuraram culpas. Da segunda, tiveram de o libertar e prender o capitão de Ternate que o aprisionara, sob pena de todos os residentes da fortaleza morrerem à fome. Mas quando Martim Afonso de Pimentel, num acto exaltado e “sob palavras”, o assassinou, ele já era um homem condenado. Com efeito, Gonçalo Pereira Marramaque, capitão da armada dos Mares do Sul, já decidira prendê-lo, e só não concretizou o seu propósito, porque o rei, possivelmente avisado por alguns moradores, se conseguiu escapular. Por isso, Martim Afonso Pimentel não fez mais que antecipar, violenta e precipitadamente, o inevitável.

Embora algumas vozes isoladas tivessem chamado a atenção para a delicadeza da situação, a maioria dos portugueses não se apercebeu, de momento, da sua gravidade. Talvez porque, uns demasiadamente – eu diria até apaixonadamente – estarem envolvidos nela, outros por se encontrarem muito longe do teatro de operações. Certo é que a queda de Aeiro significou o princípio do fim da presença portuguesa em Ternate, presença que tinha chegado a uma espécie de “beco sem saída”. Na realidade, poderia afirmar-se: perdidos estavam os portugueses por terem Aeiro como rei de Maluco, mas perdidos estavam por o não terem.

Para compreender o processo conducente à condenação de Aeiro, é necessário acompanhar passo a passo o percurso político deste homem, e, no fundo, reabrir também o processo da expansão portuguesa em Ternate, na sua complexa, incontrolada e, por vezes, contraditória variedade de interesses e de projectos.

21 Carta do padre Baltazar Dias aos seus confrades em Portugal, Malaca, 19 de Novembro de 1556, pub. Artur Basílio Sá. *ob. cit.*, vol. II, pp. 233-272 (citação colhida p. 248).

2.

Aeiro, como já vimos, era filho bastardo do rei Boleife. A sua bastardia, praticamente realçada por todos os autores, era determinada mais pela condição social de sua mãe – uma mulher não nobre de Java –, do que pela modalidade da união que o gerou. No dizer dos cronistas, quando o capitão Tristão de Ataíde o mandou buscar para o colocar no trono de Ternate, sua mãe opôs-se violentamente, pressagiando-lhe o infeliz destino de seus meios-irmãos. Para lho arrancar das mãos, tiveram de a lançar janela fora. Aeiro, um jovem de cerca de 12 anos, foi enclausurado na fortaleza portuguesa – “servido dos seus e tratado como rei” – tal como acontecera com os seus irmãos. Destes, lembre-se, o mais velho já tinha morrido; dos outros dois, Daialo refugiara-se em Tidore, e Tabarija fora mandado preso para Goa. Os actos de Tristão de Ataíde provocaram uma forte reacção local, um levantamento geral de apoio a Daialo, ao qual aderiram também os reis de Tidore e Geilolo. A população de Ternate, nomeadamente os *sangages* – título de nobreza malaia –, recusava-se a aceitar Aeiro, por ser um bastardo e por ter outros irmãos, ainda vivos, que o precediam na série de sucessão. Só António Galvão, capitão de Ternate de 1536 a 1540, conseguiu abafar a revolta e acalmar os ânimos. Daialo foi morto nesse processo de apaziguamento, em Geilolo, durante um recontro entre tropas portuguesas e tropas locais coligadas.

Foi António Galvão quem deu os passos mais decisivos para a consolidação da posição de Aeiro como rei. Libertou-o do “cativeiro dourado” em que se encontrava; ajudou-o a construir os seus próprios aposentos e a povoação muçulmana comarcando com a portuguesa. Conseguiu, através da sua administração exemplar, ganhar o respeito da população local e a base de confiança que permitiu a Aeiro ser por ela aceite. Interferiu junto do rei de Tidore para que casasse uma sua filha com Aeiro proporcionando, assim, ao jovem monarca um processo de nobilitação e a consequente consolidação de autoridade que ele soube, posteriormente, desenvolver. De tal modo que, no final da vida, Aeiro tinha relações de parentesco com todos os reis e senhores do arquipélago.

Por outro lado, foi ainda António Galvão a lançar as bases de formação de um núcleo de colonos portugueses, que viria a revelar-se um dos esteios fundamentais de apoio e defesa de Aeiro ao longo de todo o seu reinado. Como se sabe, a política de povoamento de António Galvão, de base essencialmente artesanal e agrícola, saiu reforçada e prosperou com o seu sucessor, D. Jorge de Castro, portador de provisão que restabelecia o regimento de 1535, pelo qual a

compra do cravo nos mercados de produção passou a ser livre. De facto, sem este estímulo dificilmente se conseguiria fixar uma comunidade portuguesa na região.

Apesar destes passos decisivos, a situação de Aeiro, no final da década de 30, não era muito estável, vivendo sempre sob ameaça de retorno do seu irmão Tabarija, em 1537 considerado inocente pelo governador português Nuno da Cunha e entretanto, convertido ao cristianismo tomando o nome de D. Manuel. Donde, embora auxiliasse militarmente os portugueses que, desde 1542, mais uma vez enfrentavam a presença castelhana nos mares do Sul, Aeiro procurava não se comprometer demasiado neste conflito, pois nele estavam também envolvidos os reis de Tidore e Geilolo, reis vizinhos e parentes a quem poderia ter necessidade de recorrer, caso seu irmão regressasse e lhe retirasse o trono²². Pretendendo também, salvaguardar a sua situação pelo lado português escreve a D. João III, em 18 de Fevereiro de 1544, mostrando já saber da conversão de seu irmão e reafirmando-se um aliado pronto a contribuir para a expulsão dos castelhanos da região²³. Sensível aos perigos decorrentes da ambiguidade desta situação, o feitor português em Ternate chamou a atenção do rei de Portugal para a urgência de uma tomada de decisão relativamente ao trono de Ternate, pois Aeiro andava “assombrado e de maneira que não repousa até saber que Tabarija não vem”²⁴.

Entretanto, já Jordão de Freitas, nomeado capitão de Ternate, iniciara viagem de retorno a Maluco com Tabarija/D. Manuel e com instruções do governador da Índia para o recolocar no trono de Ternate. Todavia, chegado a Malaca, tendo conhecimento da guerra com os castelhanos e receando complicações na passagem do poder, por Tabarija ser cristão, resolve deixá-lo nesta cidade, e seguir para Ternate a preparar o terreno para a sua entronização²⁵. Essa preparação do terreno passava, naturalmente, pela prisão de Aeiro.

A 13 de Fevereiro de 1545, já Jordão de Freitas tinha concretizado seu plano. Aeiro e o seu regedor (Samarau), presos, encontravam-se a caminho de Malaca

22 “História das ilhas de Maluco”, trata-se do texto I da “Informação sobre Maluco”, atribuída a Gabriel Rebelo, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. III, pp. 193-343 (informação colhida p. 200).

23 Carta do rei de Ternate a D. João III, Ternate, 18 de Fevereiro de 1544, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 401-402.

24 Carta de Jerónimo Pires Cotão, feitor de Ternate ao rei, Ternate, 20 de Fevereiro de 1544, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 404-408.

25 Carta de Jordão de Freitas ao rei, Ternate, 1 de Fevereiro de 1545, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 419-433.

para, daí, seguirem para a Índia²⁶. Segundo Jordão de Freitas a substituição de Aeiro foi tarefa fácil. Apesar disso, aconselha o rei de Portugal a não mais deixá-lo regressar a Ternate, mesmo que só lhe fizesse mercê de uma bandeira²⁷. Informação diferente dão os moradores de Ternate, em carta de 20 de Fevereiro de 1546, queixando-se do mal-estar causado pela actuação do capitão. Segundo eles, também a população da terra reagiu desfavoravelmente²⁸. Do mesmo descontentamento faz eco o já citado Baltazar Veloso, morador, casado com uma irmã Aeiro²⁹.

3.

Quando Aeiro, a caminho da Índia, chega a Malaca, Tabarija/ D. Manuel tinha morrido. Segundo a maioria das fontes o passamento dera-se precisamente na véspera, segundo outras no próprio dia da chegada de Aeiro. Algumas sugerem ter sido envenenado por um tal Fernão Moreno que estava naquela cidade e era amigo e feitor de Aeiro³⁰.

Antes de morrer Tabarija, a pedido do filho de Jordão de Freitas que com ele ficara em Malaca, fez testamento doando o seu reino ao monarca português, especificando que nunca o deveria herdar “mouro algum, nem meu irmão, filho de outra mãe que não era filha de rei como a rainha minha mãe, e é mais moço que eu e é ainda mouro, o qual possui agora indevidamente o meu reino”³¹.

O capitão de Malaca pensou recambiar imediatamente Aeiro para Ternate. Todavia, este quis continuar viagem e esclarecer a sua situação junto do governador da Índia, ao tempo D. João de Castro. Decisão hábil, pois decerto Jordão de Freitas não lhe teria feito boa recepção em Ternate e, como veremos, esta estadia na Índia reforçou a sua posição junto do governador português. Samarau, aquele que fora o grande conselheiro político de Aeiro e cujo valor e qualidades eram reconhecidas por vários oficiais portugueses incluindo o próprio Jordão

26 Idem, Ternate, 13 de Fevereiro de 1545, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 436-441.

27 Idem, Ternate, 20 de Fevereiro de 1545, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 442-444.

28 Carta dos moradores de Ternate ao rei, Ternate, 20 de Fevereiro de 1546, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 475-487.

29 Carta de Baltazar Veloso ao rei, Maluco, 20 de Março de 1547, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 513-522.

30 “Historia das ilhas de Maluco – 1561”, in “Informação de Maluco – I”, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. III, 193 – 343 (informação colhida p. pp. 215).

31 Cópia do testamento de Tabarija/D. Manuel, Malaca, 29 de Junho de 1545, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, pp. 19-39 (citação colhida pp. 22-23).

de Freitas, esse sim regressou à sua terra, onde acabou por morrer, pouco tempo depois, às mãos daquele capitão. No entanto, o seu trabalho estava concluído, pois Aeiro, como a sua actuação provará, já era um político determinado.

Chegou a Goa em Fevereiro de 1546. Foi bem recebido por D. João de Castro que, depois de tomar parecer de fidalgos e capitães e considerando não haver culpas formadas contra ele e não haver outro sucessor na terra, decidiu reenviá-lo para Ternate. Ainda em Goa, e em cerimónia solene, empossou-o, na presença de fidalgos, capitães, oficiais da fazenda e particulares. No auto então exarado ficou declarado que Aeiro recebia o reino de Ternate da mão do rei de Portugal e, todas as vezes que este o desejasse, o entregaria livre e desembargado à pessoa indicada pelo o monarca português³².

Quando Aeiro retornou a Maluco, viajou com ele um novo capitão de Ternate, Bernardim de Sousa, embora Jordão de Freitas não tivesse ainda terminado o seu tempo. D. João de Castro procurava assim evitar possíveis conflitos entre o rei e Jordão de Freitas. Este, recorde-se, depusera e prendera Aeiro e, por doação de Tabarija/D. Manuel, era senhor de Amboino. De facto, Jordão de Freitas nunca aceitou a re-ascensão de Aeiro e este, por seu turno, aproveitou de imediato a conjuntura que lhe era favorável para minar a influência daquele no Reino a na Índia. Assim, ainda da Índia mas já de Cochim, escreve uma carta a D. João III queixando-se do procedimento de Jordão de Freitas, “o qual sem Vossa permissão ou do governador da Índia me prendeu em grilhões a mim e a meu regedor Samarau, velho de 70 anos” e que ainda por cima lhe saqueou toda a fazenda³³.

4.

Aeiro saiu reforçado desta crise. A presença dos castelhanos que também para ele constituía uma ameaça, pois, aliados aos reis de Tidore e de Geilolo, poderiam dar a estes um poder que afectaria a supremacia do rei de Ternate no arquipélago, já não era um perigo. Jordão de Freitas conseguira, durante a sua ausência, realizar um acordo com Rui Villalobos, pelo qual os castelhanos passaram a dar auxílio aos portugueses nas lutas locais. Valeu-lhes isso serem recambiados para a Europa, via rota do Cabo. Para Aeiro os benefícios

32 Diogo do Couto, *Década 6.^a*, liv. I, cap. 4, pp. 22-24.

33 Carta do rei Aeiro a D. João III, Cochim, 18 de Janeiro de 1546, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 473-474.

deste acordo foram acrescidos, pois o envolvimento dos reis acima citados com os castelhanos foi pretexto para Bernardim de Sousa desencadear contra eles acções de represália que resultaram na destruição das fortalezas de Geilolo e de Tidore e, consequentemente, num maior ascendente de Aeiro na região.

A 20 de Fevereiro de 1546, quando Aeiro ainda se encontrava na Índia, os casados/moradores portugueses de Ternate escreveram uma carta a D. João III, queixando-se de Jordão de Freitas e aproveitando o pretexto para tecerem críticas ao comportamento dos capitães da fortaleza – que além de os obrigarem a apor as suas assinaturas em documentos com os quais não estavam de acordo, não os deixavam comercializar o cravo livremente, “quando ele era largo por provisão régia”, e cometiam todo o tipo de prepotências contra as autoridades indígenas etc. “Tristes de nós – escrevem eles – casados com mulheres da terra e nos mantemos de pão de pau, sem carnes, sem azeite, sem vinhos, sem panos”. E terminam avançando uma série de propostas tendentes a melhorar a sua situação as quais, naturalmente, passavam pelo cerceamento dos poderes dos capitães:

- que se escolhessem sete casados principais, libertados das armas e de tudo em que os capitães os pudessem ocupar, para servirem todo o tempo dum capitão como procuradores do povo;
- que os casados se pudessem deslocar à Índia a tratar de negócios em prol do povo e lhes não fosse tolhida a ida por razões dos capitães;
- que pudessem trazer naus ou juncos para se abastecerem de mantimentos em Java, Macassar, Amboino e outros lugares;
- que, sobejando o cravo, depois de carregados os galeões da carreira, tivessem possibilidade, tal como o capitão, de o negociar em Malaca³⁴.

Cerca de dois anos depois, Francisco Palha, homem com cerca de 24 anos de experiência no aparelho administrativo do Estado da Índia e que fora feito em Ternate, tendo estado em Maluco, a mando de D. Garcia de Sá, para recolher informação sobre o trato do cravo, defende igualmente a necessidade de se reforçar o poder de intervenção dos moradores. Era partidário da constituição de um conselho de cinco casados ao qual fosse permitido requerer e escrever livremente o que cumpria ao povo e mandar pessoas à Índia a requerer³⁵.

34 Ternate, 20 de Fevereiro de 1546, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 475-487.

35 Carta de Francisco Palha a D. João III, Goa, 20 de Novembro de 1548, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 575-578.

Anos mais tarde, Palha iria mesmo mais longe, sugerindo que os ofícios da terra, exceptuando os cargos de feitor, alcaide-mor e ouvidor, fossem dados a casados por considerá-los o núcleo português mais importante para “segurar a terra, pois sendo ricos a fazem forte em escravos, armas e mantimentos”³⁶.

Assim, ganhava força um projecto preconizando um modelo de administração onde os casados seriam aproveitados como mediadores entre as duas comunidades e neutralizadores do poder dos capitães e uma política de aliança com o poder local, na pessoa de Aeiro, ao qual, na perspectiva de Francisco Palha, os governadores da Índia e o rei de Portugal deviam dar a atenção que a dignidade do seu cargo e o estatuto de aliado requeriam. Um projecto a que inicialmente aderiram também os jesuítas. O padre Francisco Xavier aconselhava o governador D. João de Castro a não autorizar o retorno de Jordão de Freitas a Maluco³⁷ e elogiava o trabalho do casado Baltazar Veloso, cuja esposa era uma irmã de Aeiro³⁸. E, nas suas longas conversas com Aeiro, conseguiu convencê-lo a autorizar que um dos seus filhos fosse cristão e educado sob os preceitos católicos no colégio de S. Paulo em Goa, a troco da promessa de conseguir fazê-lo designar rei de Moro³⁹. Aeiro não chegou a cumprir o prometido, mas o padre Francisco moveu influências e, no ano de 1548, chegava a Ternate provisão do governador determinando que esse filho seria “rei de todos os cristãos que já o eram e de todos aqueles que habitassem terras que seu pai viesse a conquistar”⁴⁰.

Para os missionários foi também o tempo da grande sementeira. Durante e depois da passagem do padre Francisco Xavier pelas Molucas as conversões ao cristianismo faziam-se em massa. Os jesuítas não tinham mãos a medir nestas ilhas e em muitas outras, sobretudo naquelas que tinham forte percentagem de população não praticante do islamismo, como Amboino, Moro e Celebes e, posteriormente, até as Papuas. No entanto, nem todos estavam de acordo com a via da relação paritária entre os órgãos da administração portuguesa

36 Idem, Goa, 26 de Dezembro de 1553, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, pp. 102-128, designadamente pp. 117-118.

37 Carta de Jordão de Freitas a D. João III, Goa, 31 de Agosto de 1548, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, p. 566.

38 Carta do padre Francisco aos padres de Goa, Malaca, 20/22 de Julho de 1549, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, Vol. I, p. 612.

39 Carta do padre Francisco aos religiosos da Companhia em Roma, Cochim, 20 de Janeiro de 1548, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 540-541.

40 Carta do padre João da Beira ao reitor do colégio de Goa, Molucas, 5 de Fevereiro de 1549, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, pp. 603-604.

e os poderes autóctones. Jordão de Freitas, por exemplo, achava ser possível governar a terra sem o apoio local, asseverando que, depois de definitivamente resolvido o contencioso com os castelhanos na região, seria fácil expulsar os reis de Maluco⁴¹. E estas opiniões eram consideradas, como comprova uma das já referidas cartas de Francisco Palha, na qual, a dada altura, escreve: “Pelo juramento que por Vossa Senhoria me foi dado, para que dissesse se me parecia serviço d’el-rei nosso senhor haver rei em Maluco, digo, para serviço do rei nosso senhor e segurança da terra, é necessário haver rei nela”. Mas ciente de, no Reino e na Índia, muitos serem de parecer contrário, sente-se na obrigação de enumerar as razões da sua asserção:

- a circunstância de Maluco se situar longe de socorro português;
- o facto de o povo da terra, embora queixando-se, sempre sofrer melhor os reis naturais que os estrangeiros;
- a deposição do rei Aeiro seria considerado um acto injusto para com um aliado, podendo provocar o levantamento de outros reis e senhores de Maluco – o de Tidore, o de Bachão e os *sangages* de Maquiem – que podiam socorrer-se dos castelhanos;
- a certeza de que a deposição deste rei não resolveria o problema, pois era terra onde de qualquer parente se fazia um rei e de que os portugueses não podiam prender todos os principais.
- o facto de os portugueses sozinhos, sem o apoio local, não poderem fazer a guerra⁴².

5.

Na década de 50 começam a emergir os primeiros sinais de viragem e desestabilização de um equilíbrio efemeramente alcançado. Jordão de Freitas, depois de muito ter reclamado, sobretudo porque o ano que lhe ficara por gozar na capitania de Maluco fora o da colheita do cravo, consegue, após a morte de D. João de Castro retomar o cargo e toda a fazenda que lhe haviam sequestrado, por determinação do novo governador, Garcia de Sá.

41 Carta de Jordão de Freitas ao rei, Goa, 31 de Agosto de 1548, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. I, p. 564.

42 Carta de Francisco Palha ao rei, Goa, 26 de Dezembro de 1553, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, pp. 121-122.

Em 16 de Março de 1555, Aeiro queixa-se porque o novo capitão Duarte d'Eça mandou vender, em leilão, os bens que lhe tinha penhorado por causa de Jordão de Freitas⁴³. Na mesma data, Francisco Palha, reafirmando junto do rei de Portugal a lealdade de Aeiro, lamenta que Jordão de Freitas não tenha sido castigado, ao dar azo a Duarte d'Eça para maltratar o rei de Maluco e lhe vender toda a Fazenda. "Assim – diz ele – de se não castigar um mal, tem cá mil males de que eu não tenho culpa"⁴⁴. Segundo Couto, Duarte d'Eça chegara cheio de cobiça; levava, possivelmente, regimento vantajoso, mas ainda quis tomar o cravo de Maquiem separado por Aeiro para despesas de sua casa⁴⁵.

Começam também a surgir os primeiros atritos entre missionários e Aeiro, expressos em cartas onde abundam queixas contra o rei de Maluco, acusando-o de fomentar levantamentos da população local contra os portugueses, perseguições contra os cristãos da terra e ainda de dificultar, por todos os meios, o trabalho de missionação dos jesuítas. Em todas essas cartas, uma constante: a chamada de atenção para o grande poderio de Aeiro que assustadoramente dilatava a sua soberania na região e estendia influências. As motivações de Aeiro, no entanto, mesmo num quadro onde dominavam as lealdades religiosas, parecem-me ser mais de carácter político-económico que religioso. Na realidade, Aeiro deve ter-se apercebido de que a sua condição de muçulmano era uma garantia de autonomia face à expansão portuguesa na sua terra. Os perigos decorrentes deste confronto na aparência exclusivamente religioso não escaparam àqueles que apostavam numa relação paritária de poderes. Francisco Palha, por exemplo, em carta ao monarca português, adverte: "não se confie em prover [a terra] de frades e relíquias, porque muitas havia em Rodes, Belgrado e na Espanha e muita parte de Cristandade que, por descuidos e nossos pecados, se perderam"⁴⁶.

Datam também deste período as primeiras suspeitas de ligação de Aeiro à rainha Japara de Java. Dadas as relações desta rainha com o Achém [Atjeh], pergunto-me até que ponto se poderia articular esta política de Aeiro numa coligação muito mais vasta – uma teia estendendo-se desde as zonas de influência do Grão-Turco até ao Achém, passando pelos sultanatos indo-muçulmanos

43 Maluco, 16 de Março de 1555, carta enviada pelo rei Aeiro a Francisco Palha e, por este, remetida a D. João III, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, pp. 42-45.

44 Carta de Francisco Palha que acompanha a precedente do rei Aeiro, pub. Idem, *ibidem*, p. 46.

45 Diogo do Couto, *Década 7.^a*, liv. IV, cap. 7, pp. 326-333.

46 Cf. Carta citada na nota 42, p. 103.

da Índia – potencialmente tendente a atacar em várias frentes o Estado português da Índia e cujos resultados não se fizeram esperar⁴⁷. Em Janeiro de 1568 o sultão do Achém cercava Malaca e, dois anos depois, o Nizamoxa [Nizam Shah], o Idalxá [Adil Shah] e o Samorim de Calicute, concertadamente, cercavam Chaul, Goa e Chale, respectivamente.

Aeiro foi preso pelo capitão Duarte d'Eça em finais de 1557. Era acusado de ter responsabilidades na resistência armada desencadeada pelos muçulmanos de Amboíno com o apoio da rainha de Japara e de permitir que, através desta ilha, o mercado das especiarias, especialmente o cravo, fugisse cada vez mais ao controlo português. Esta prisão desencadeou um levantamento local que culminou com um cerco à fortaleza portuguesa. Ao fim de ano e meio os portugueses sitiados juntaram-se e assentaram prender D. Duarte d'Eça e soltar o rei Aeiro. Foi cabeça desta rebelião o casado Henrique de Lima. O padre Francisco Vieira, que se encontrava então na fortaleza, justifica a participação dos padres nesta insurreição como uma necessidade, apesar de – afirma ele – o rei de Ternate ser um pestífero mouro; simultaneamente, acusa D. Duarte d'Eça de tirania, de mediocridade e inclusivamente de nada ter feito para evitar o martírio do padre Afonso de Castro, ocorrido durante estes tumultos. E termina, concluindo: “agora ficamos com inimigos dentro e fora”⁴⁸. De facto, assim era.

47 Segundo documentos conservados nos arquivos turcos, o rei do Achém enviou uma embaixada a Constantinopla, em 1563, pedindo ao Grão-Turco ajuda contra os portugueses. No entanto, porque a chegada desta embaixada a Constantinopla coincidiu com a morte do sultão Soleimão, o auxílio fez-se esperar. Quando, finalmente, foi enviado não chegou a atingir o Achém por ter ficado no Iémen a sufocar uma revolta (*Encyclopaedia of Islam*, Leiden/London, 1954, pp. 742-743). Também Lopo Vaz de Sequeira, em carta escrita de Bardez, a 30 de Novembro de 1566, informa o rei de Portugal de que, no ano de 1565, saíra do estreito de Meca uma armada de 10 galés do Grão-Turco para, em primeiro lugar e enquanto esperava a monção de Malaca, ajudar o Chingiscão [Chingiz Khan] a conquistar Damão e, seguidamente, reforçar a armada do Achém na conquista de Malaca (ANTT, CC, parte. I, maço 108, doc. 12).

Por outro lado, o vice-rei D. Antão de Noronha, em carta escrita de Goa e datada de 30 de Dezembro de 1564 – portanto ainda antes da batalha de Talikota (1565) em que o império de Bisnaga [Vijayanagar] foi destruído pela coligação dos reis indo-muçulmanos do Decan – notifica o perigoso movimento que, nas cortes destes sultões, se gerava contra os territórios portugueses no Indostão; concretamente, refere embaixadas destes a Itemicão [Itimâd Khan], senhor importante do reino do Guzerate, e ao já citado Chingiscão (carta pub. Joseph Wicki, “Duas relações...”, *Studia*, 3 (1959), pp. 84-85).

48 Carta do padre Francisco Vieira aos padres da Companhia em Portugal, Ternate, 9 de Março de 1559, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, pp. 313-333.

6.

Depois da libertação de Aeiro muita coisa mudou. É certo que ele continuava a afirmar-se leal servidor do monarca português e, cerca de cinco anos após estes eventos, fez testamento das suas ilhas ao rei de Portugal, ficando ele e seus descendentes exclusivamente com o senhorio e domínio útil do reino⁴⁹. Mas as acções armadas e as perseguições aos cristãos da terra recrudesceram. O próprio tentava a todo o custo coartar a propagação da fé cristã por outras ilhas. Por exemplo, quando, em 1563, o padre Diogo de Magalhães acompanhado de dez portugueses se preparava para cristianizar os gentios das Celebes, antecipou-se-lhe mandando o filho àquelas ilhas com “uma armada para – escreve o padre Pero Mascarenhas – os fazer mouros à força” e inventou toda a espécie de pretextos para impedir a viagem do missionário. Pôs inclusivamente a circular uma falsa notícia segundo a qual uma armada castelhana se aproximava das Molucas⁵⁰. Mas o ponto alto das tensões ocorreu quando se começaram a registar conversões entre os principais de Tidore e de Ternate e quando o rei de Bachão, em 1559, se tornou cristão⁵¹.

Onde os conflitos entre cristãos e mouros estalaram com mais violência foi em Amboino, estendendo-se de 1558 a 1565. E não por acaso. Como já foi dito, Amboino funcionava como um entreposto por onde as especiarias – cravo, noz e maçã – escapavam ao controle oficial português, situação propícia a um negócio em que estavam interessados portugueses, ternates e jaus⁵². Em inícios de 1563, uma armada de 15 a 20 navios de Java tenta aferrar em Amboino. Não o conseguindo, segue para Banda. Dizia-se ser portadora de cartas de Java para o rei de Ternate. Pouco depois chegava a Amboino António Pais, nomeado capitão, mas que em breve morreria. Também as naus da carreira de Maluco, carregadas de cravo, por ali passaram, mas recusaram-se a dar ajuda militar aos portugueses aí residentes, aos jesuítas e aos cristãos da terra. Quando, finalmente, chegou um reforço militar de Ternate foi para perseguir a armada de Java recusando-se o comandante português a interferir em Amboino, com a alegação de serem aqueles lugares e gentes do rei de Ternate que não queria

49 Testamento do rei de Maluco, Maluco, 12 de Fevereiro de 1564, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. III, pp. 74-78.

50 Carta do padre Pero Mascarenhas, Ternate, 10 de Fevereiro de 1559, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. III, pp. 65-66.

51 Carta do padre Luís Fróis, Goa, 24 de Novembro de 1559, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. II, p. 336-340.

52 Luís Filipe Thomaz, *art. cit.*, p. 38.

agravar. Assim, em 1565, a ilha foi evacuada de portugueses e padres nela ficando, segundo informação do padre Manuel Gomes, cerca 70 000 cristãos da terra abandonados à sua sorte⁵³. Um exagero, na opinião de Hubert Jacobs, pois a população global de Amboino não ultrapassava os 40 000, a menos que a afirmação do Padre Manuel Gomes “todo o Amboino” abarcasse também as ilhas de Uliaser, Seram e Buru⁵⁴.

Estava-se numa época em que cada vez era mais forte o poder de intervenção dos jesuítas na Corte e em que começavam a ser aplicadas em Portugal e na Índia as primeiras disposições do Concílio de Trento. Assim, a chegada de todas estas notícias a Goa e ao Reino, determinou uma resposta de tipo centralizador e disciplinador dos órgãos de administração local. Sem grandes resultados práticos em Maluco, diga-se de passagem, pois eram terras onde dificilmente chegava o controlo régio ou o do governador da Índia.

Datada de 14 de Março de 1565, uma carta de D. Sebastião (na realidade da autoria do cardeal D. Henrique) ao vice-rei D. Antão de Noronha, critica os capitães de Maluco que, apesar de terem tratos com o rei de Ternate, permitem-lhe perseguir os cristãos. Acusa-os de ter impedido, em 1562/1563, a construção de uma fortaleza em Amboino para não desagradar a Aeiro, quando essa fortaleza teria sido essencial para segurar Ternate em mantimentos e para impedir os jaus de irem buscar cravo a Amboino, contribuindo, além disso, para o crescimento da Cristandade “que é grande meio para segurar a terra e crescerem todos os proveitos dela”. A terminar, ordena a D. Antão que tome medidas enérgicas para a solução de tão grave situação⁵⁵. Ordem desnecessária, pois apesar dos murmúrios que corriam em Goa contra os baptismos gerais nas Molucas, já em carta do ano anterior D. Antão afirmava: “os padres da Companhia, ainda que digam que seu sobejo zelo fosse causa neste tempo destas ilhas e aldeias receberem este dano [*naturais que abandonaram suas terras por causa do zelo excessivo dos jesuítas*], todavia são homens muito proveitosos a esta terra, e que acodem a muitas obrigações, como na conversão dos infiéis, mormente onde Vossa Alteza não provê de clérigos, como em

53 Sobre os conflitos em Amboino, ver documentação publicada por Hubert Jacobs, *Documenta Malucensia*, vol. I, pp. 464-472, 489-492, 499-501, e Joseph Wicki, *Documenta Indica*, vol. VI, pp. 493-494, 588 e 722.

54 Hubert Jacobs, *ob. cit.*, vol. I, pp. 464-472.

55 Carta de D. Sebastião ao vice-rei D. Antão de Noronha, Almeirim, 14 de Março de 1565, pub. Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. III, pp. 127-131 (citação colhida p. 128).

Maluco, no Cabo Comorim e outras partes”⁵⁶. E quando o padre provincial de Malaca, António Quadros chegou a Cochim, em 21 de Janeiro de 1566, acompanhado de dois embaixadores de Amboino, já D. Antão tinha em mãos a preparação de uma armada para resolver os problemas de Maluco. Seu capitão foi Gonçalo Pereira Marramaque, um homem avisado e prudente, com a missão primordial de socorrer Malaca de um possível cerco do Achém. Caso este não se verificasse, Marramaque deveria passar a Maluco e a Amboino, por não haver confiança no rei de Ternate e porque os jaus tinham morto muitos cristãos na última destas ilhas. Marramaque deveria ainda construir uma fortaleza em Amboino.

A armada saiu de Cochim em Abril de 1566, mas ao chegar a Malaca, em Agosto desse mesmo ano, esperava-o a notícia de que uma armada castelhana mais uma vez se encontrava nos Mares de Sul. Depois de uma breve passagem por Ternate, onde os moradores principais “tais coisas lhe disseram em louvor do rei mouro que o capitão-mor se quietou e se fez seu amigo”, Marramaque tomou a decisão de desalojar os castelhanos de Cebu, onde Miguel Lopez de Legazpi já havia construído uma fortaleza (8 de Maio de 1565, primeira cidade espanhola nas Filipinas). Nem conseguiu tal objectivo nem tão-pouco conseguiu a ajuda de Aeiro nesta expedição. Com efeito, os castelhanos, longe da área de jurisdição de Maluco, já não constituíam uma ameaça. Pelo contrário. Com a descoberta do caminho de retorno da Ásia à América através do Oceano Pacífico – que viria a ser designado “rota do galeão de Manila” –, realizada por uma das naus da armada de Legazpi, abriam-se as portas de mais um mercado de escoamento do cravo.

De regresso a Ternate, Marramaque tentou prender Aeiro, mas era tarde de mais. O rei, já prevenido, fugira para a ilha de Maquiem. O capitão português partiu então para Amboino, onde após vários sucessos militares conseguiria construir uma fortaleza. Já na sua ausência, tentou-se uma reconciliação entre Aeiro e o capitão da fortaleza de Ternate, Diogo Lopes de Mesquita. Os intermediários foram Simão de Mendonça e João Gago de Andrade que se encontravam na ilha a carregar o galeão da carreira. Mas, seis dias após partida do galeão, ocorreu o assassinio da Aeiro que, como é sabido, desencadeou uma guerra generalizada e sem tréguas contra o domínio português em Ternate,

56 Trecho de carta do vice-rei D. Antão de Noronha ao rei, Goa, 30 de Dezembro de 1564, pub. Artur Basílio Sá, *ob. cit.*, vol. III, p. 108.

dirigida por seu filho Babu, e na sequência da qual a fortaleza portuguesa foi evacuada em 1575⁵⁷.

7.

Aeiro caiu, mas, na sua queda, arrastou a presença portuguesa em Ternate.

Do percurso político deste homem constrangido pela força das circunstâncias a funcionar como agente da expansão portuguesa na região, sobressai o facto de ele ter aprendido a mexer-se habilmente na complicada trama dos interesses ali em jogo. O cravo atraiu à sua terra povos do outro extremo do mundo que nela por diversas vezes se confrontaram. A aposta de Aeiro nos portugueses, aliás já antes feita por seu pai, trouxe-lhe a possibilidade de afirmar a supremacia dos reis de Ternate no arquipélago.

O cravo foi também o instrumento poderoso que ele soube utilizar no relacionamento com os portugueses, aí residentes ou de passagem, comprando influências e contornando situações mais delicadas. E, afinal, mais do que o cravo, atizador de variados interesses e cobiças, acabaria por ser o desafio religioso, com as suas implicações político-económicas, a catalisar velhas querelas e conflitos latentes que conduziram à condenação de Aeiro.

Na conjuntura particularmente difícil atravessada pelo Estado português da Índia (lembre-se a queda, em 1565, do império de Bisnaga [Vijayanagar], garante de uma certa correlação de forças no Indostão; lembrem-se ainda o cerco de Malaca, em 1568, e os de Chaul, Goa e Chale, em 1570), o processo que conduziu à condenação de Aeiro ditou igualmente a condenação da presença portuguesa no arquipélago das Molucas cujo fim se inicia com a sua morte.

Traidor ou leal servidor do rei de Portugal, Aeiro foi de facto, o rei de Maluco.

57 Sobre a viagem de Gonçalo Pereira Marramaque e sua actuação no Mares do Sul, ver nesta colectânea artigo supra intitulado “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou Os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente”.

9. Os caminhos malditos da projecção de Portugal no mundo: o caso de Cristóvão Ferreira

No quadro da chamada “literatura de viagens dos Descobrimentos e da Expansão”, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é a obra que melhor espelha a variedade de vivências itinerantes dos portugueses em terras e mares asiáticos, no séc. XVI. Significativo é também o testemunho de Fernão Mendes Pinto, narre ou não aventuras efectivamente vividas, para a compreensão da maleabilidade dos percursos individuais (soldado, mercenário, pirata, comerciante, diplomata e até missionário) e da porosidade das fronteiras no relacionamento com outros povos e outras culturas, o que, em última análise, explica e diversidade de fugas em sentidos cruzados. Nos caminhos das fugas se situam, sem dúvida, em meu entender, os casos mais sugestivos do que poderíamos chamar viagens sem retorno, sobretudo quando elas eram estigmatizadas pela renegação da fé católica, fosse ela convicta ou não¹. Ou, pior ainda, quando a apostasia era praticada por um religioso, como aconteceu com Cristóvão Ferreira (c. 1580-1650), membro da Companhia de Jesus com altas responsabilidades na coordenação da missão jesuítica no Japão.

No presente artigo analisa-se justamente o percurso de Cristóvão Ferreira e a sua intervenção escrita, já na pele de Sawano Chuan (o nome japonês por que passou a ser designado), no campo polémico do confronto de religiões e no domínio teórico de introdução de concepções científicas europeias, bem como o seu impacto na sociedade japonesa da época. Por último, em jeito de conclusão, um breve apontamento sobre a singularidade das experiências de vida de Cristóvão Ferreira, sua repercussão e formas de produção criativa suscitadas. Trata-se um de trabalho de síntese, chamando a atenção para caminhos não

1 Sobre os degredados e renegados e seu papel no processo expansionista português, ver supra artigo da autora sobre “Degredados e renegados no espaço índico nos primórdios do Século XVI” e Timothy J. Coates, *Degredados e Orfãos: Colonização dirigida pela coroa no Império, 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998.

trilhados pelos “heróis” da nossa memória colectiva, mas que, a seu modo, também contribuíram para a projecção de Portugal no Mundo.

1. No seio da Companhia de Jesus: o percurso jesuítico de Cristóvão Ferreira

Deve-se a Hubert Cieslik o estudo mais fundamentado e exaustivo sobre a vida de Cristóvão Ferreira². Nele nos apoiaremos para gizar as etapas do seu percurso biográfico. Bebe nos registos jesuíticos a pouca informação conhecida a seu respeito antes de, já no Japão, dar o passo que o tornaria no mais conhecido dos padres apóstatas (*korobi bateren*). Assim, sabe-se ser filho de Domingos Ferreira e de Maria Lourenço e ter nascido em Zivreira, concelho de Torres Vedras, por volta de 1580. Com cerca de 16 anos de idade entra para a Companhia de Jesus em Coimbra, e faz os dois anos de noviciado em Campolide. De retorno a Coimbra, aí toma os seus primeiros votos, a 27 de Dezembro de 1598, iniciando os seus estudos no colégio jesuítico da mesma cidade. Ingressou, certamente, no Curso de Artes, primeira etapa de uma longa carreira jesuítica. Na sua passagem pelo colégio de Coimbra teria aproveitado o incremento dado aos estudos de filosofia natural aristotélica com a publicação e aplicação ao ensino dos célebres *Comentarii Collegii Conimbricensis* (1592-1606).

Supõe-se ter tido, desde o seu ingresso na Companhia de Jesus, o desejo de partir para as missões na Ásia, especialmente para o Japão, aliciado pelas notícias dos sucessos alcançados na propagação da fé cristã. Esta forte motivação terá determinado a interrupção dos estudos e o embarque rumo ao Oriente em 1600. Integrava um contingente de 20 de jesuítas, a maior parte dos quais destinados a missionar no Extremo Oriente. Por isso, depois de uma breve estância em Goa, seguiu para Macau, aonde teria chegado em finais de 1600 ou inícios de 1601, e aí permaneceu pouco mais de 8 anos, até meados de 1609, data da sua partida para o Japão.

A cidade de Macau era ao tempo o mais importante foco das missões católicas do Extremo Oriente, centro de irradiação e de acolhimento de missionários. Os anos passados nesta cidade foram, por isso, fundamentais na preparação do futuro missionário em terras nipónicas. Nela prosseguiu Cristóvão

2 Hubert Cieslik, S.J., “The case of Christovao Ferreira”, *Monumenta Nipponica* (Sophia University), vol. 29, n.º 1 (Spring 1974), pp. 1-54.

Ferreira a sua formação religiosa e académica. No colégio da Madre de Deus fez estudos em Filosofia (3 anos), doutorando-se posteriormente em Teologia (4 anos). Foi ordenado padre em finais de 1608. Completava, assim, o *cursus honorum* do escol dos missionários jesuíticos, ou seja, os destinados a padres professos que, além dos três votos (pobreza, castidade e obediência), faziam um quarto voto de obediência ao Papa. A qualidade do ensino ministrado neste colégio, considerado por Domingos Maurício dos Santos a primeira universidade ocidental do Extremo Oriente³, tê-lo-ia equipado com sólidos conhecimentos teológicos e filosóficos. Ainda em Macau adquire os rudimentos linguísticos do japonês e familiariza-se com os usos, costumes e modos de ser da sociedade aonde iria missionar. Para além de serem muitos os japoneses ali residentes ou em trânsito, o próprio colégio proporcionou-lhe o convívio com estudantes asiáticos destinados a ingressar na Companhia de Jesus, com especial destaque para os japoneses.

Em meados de 1609, Cristóvão Ferreira abalou para o Japão, aonde desembarcou a 29 de Junho do mesmo ano. Tinha cerca de 29 anos. Iniciava a etapa da sua vida para a qual se preparara: o trabalho de missionação no terreno. A novidade era agora ir viver em terras que, ao contrário dos lugares asiáticos onde até então permanecera, não estavam sob administração directa do Estado Português da Índia. Talvez não imaginasse estar a fazer uma viagem definitiva, sem regresso, que o deixaria no Japão até à data da sua morte 41 anos depois.

A sua chegada acontece numa altura em que as dificuldades em torno das missões e da cristandade japonesas se avolumam cada vez mais. Longe pareciam ir os sonhos de uma ilha rendida à fé cristã⁴! As condições favoráveis à missionação cristã vinham-se paulatinamente deteriorando, à medida que se ia processando a unificação do Japão, graças à acção de três grandes chefes políticos e militares: Oda Nobunaga (1568-1582), Toyotomi Hideyoshi

3 Sobre a qualidade dos estudos universitários ministrados no Colégio da Madre de Deus, também conhecido pela designação de Colégio de S. Paulo, ver Domingos Maurício Gomes dos Santos, S.J., *Macau – Primeira Universidade Ocidental do Extremo-Oriente*, separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História* (II série, vol. 17, Lisboa, 1968), Macau, 1994; Ugo Baldini, “The Jesuit College in Macao as a meeting point of the European, Chinese and Japanese mathematical traditions. Some remarques concerning sources (16th-17th centuries)”, *The Jesuits, the Padroado and East Asian Science (1552-1773)*, ed. Luís Saraiva and Katherine Jami, London/Singapore, World Scientific, 2008, pp. 33-80.

4 Quer Francisco Xavier (1506-1552) quer Alessandro Valignano (1539-1609), dois dos mais destacados missionários jesuítas no Japão, alimentaram esse sonho.

(1585-1595-1598) e Tokugawa Yeyasu (1603-1605-1616)⁵. Este último, fundador do xogunato Tokugawa ou de Edo (actual Tóquio), que dominaria o arquipélago nipónico até 1868. Neste quadro, a propagação do cristianismo colidindo com a estratégia de reestruturação duma autoridade única (política, religiosa e ideológica), surgia como um perigo para a concretização deste processo. Era, como sustenta Derek Massarella, politicamente subversiva⁶. Sinais preocupantes traduziam-se na ocorrência de conflitos pontuais, quando as lealdades dos cristãos japoneses aos missionários se sobrepunham às devidas aos governantes e senhores da terra. Corriam suspeitas de estarem os padres cristãos ao serviço de um senhor estrangeiro, no caso o rei de Portugal e Espanha, que os utilizava para abrir caminho à conquista do território. Por último, existia a percepção de que o cristianismo constituía um factor de perturbação da ordem social e afrontava as tradições ancestrais do Japão. Nesta conformidade, a erradicação do cristianismo em terras nipónicas e o banimento dos seus propagadores impunha-se como tarefa fundamental. Logo em 1587, Toyotomi Hideyoshi promulga o primeiro decreto anticristão, restringindo as práticas cristãs e determinando a expulsão dos missionários. Este édito não teve grandes efeitos práticos, numa conjuntura em que não convinha aos governantes japoneses pôr em risco um comércio externo lucrativo, no qual os mercados portugueses eram os agentes privilegiados e os missionários jesuítas os intérpretes e intermediários facilitadores dos contactos entre as partes. Mas, a ameaça e a instabilidade mantiveram-se latentes. Dez anos mais tarde, acontece a primeira execução colectiva de cristãos, em Nagasáqui [Nagasaki], vinte e seis pessoas (6 franciscanos, 3 irmãos jesuítas e 17 cristãos) foram condenados à morte por crucificação. Paralelamente, no respeitante às intervenções estrangeiras no Japão, começavam a processar-se mudanças que, em boa parte, acabariam por fragilizar a cristandade de credo católico. Divisões decorrentes de disputas entre ordens religiosas (jesuítas e mendicantes) e concorrências de outros interesses europeus no arquipélago. Se, inicialmente, os jesuítas tiveram o exclusivo da missionação e os portugueses dominaram as relações comerciais externas, nos finais do séc. XVI, dava-se a entrada de outras ordens religiosas (franciscanos e, depois, dominicanos e agostinhos) e despertava o interesse dos

5 Na sequência cronológica, a data intermédia remete para o ano em que o xogum reinante, ainda em vida, transmitia o título ao seu filho como garantia de o mesmo ser respeitado após a sua morte.

6 Derek Massarella, *Revisiting Japan's 'Christian Century'*, [www.casahistoria.net / japan-christiancentury](http://www.casahistoria.net/japan-christiancentury) (Janeiro 2008), p. 9.

espanhóis estantes em Manila pelas oportunidades de negócio no Japão (1.^a embaixada espanhola, em 1592). Mas é sem dúvida, a aparição dos holandeses na viragem do século (1600) a abalar profundamente o teatro de interesses em jogo, sobretudo quando são autorizados a instalar uma feitoria em Hirado (1609). Seguem-se-lhes, em 1613, os ingleses (que só permaneceriam até 1623).

Quase logo após o seu desembarque no Japão, mais precisamente em 1610, Cristóvão Ferreira foi destacado para o seminário de Arima, aonde se teria dedicado à leccionação do latim e aprofundado os conhecimentos da língua japonesa. Data desta altura a sua relação de amizade com o padre Mateus Couros (1568-1632), ao tempo reitor do referido seminário. Já com muitos anos passados no Japão, Mateus Couros era um veterano da missão em terras nipónicas. O notável domínio da língua japonesa e a sua bem-sucedida integração nos costumes e mentalidade da terra terão sem dúvida marcado a iniciação do recém-chegado missionário. Facto é que a estreita ligação entre ambos perdurou até à morte de Mateus Couros. De resto, como se verá, Mateus Couros recorreu à colaboração de Cristóvão Ferreira sempre que teve responsabilidades superiores na administração da missão jesuítica.

Cristóvão Ferreira viveu dois anos em Arima, segundo parece sem problemas de adaptação nem de aceitação. Um colega seu de seminário, não hesitaria mais tarde em sublinhá-lo, afirmando estarem todos muito satisfeitos com os seus grandes talentos⁷. No entanto, a situação altera-se abruptamente, quando o daimio de Arima⁸ ordena, em 1612, o fecho do seminário. A maior parte dos missionários aí residentes refugia-se em Nagasáqui, enquanto ele é enviado para Quioto, provavelmente para substituir o padre Carlo Spinola (1564-1622), entretanto destacado para Nagasáqui. Logo no ano seguinte, encontram-no listado como ministro, consultor e admonitor do reitor da residência jesuítica da cidade. É lícito supor tivesse dado continuidade ao trabalho científico iniciado pelo seu antecessor, visto Carlo Spinola ter ali fundado uma espécie de Academia de Ciências Naturais, onde reuniu livros técnicos da Europa, instrumentos astronómicos e ópticos, desenvolvendo intensa actividade científica, seguida com interesse pelos eruditos japoneses, entre 1605 e 1612.

Na sucessão de medidas dos governantes japoneses fechando o cerco em torno da cristandade, o golpe final é dado com a publicação do édito de 27 de

7 Carta de Francisco Pires, 10 de Março 1613, pub. Hubert Cieslik, art. cit., p. 3.

8 Daimio (do japonês *daymiô*) – O equivalente japonês a grande senhor feudal. Durante a dinastia xogunal Tokugawa havia cerca de 300 daimios no Japão.

Janeiro de 1614. Por ele se ordenava a concentração de todos os missionários no porto de Nagasáqui para deixarem o Japão e ainda a destruição das igrejas, capelas e casas de missionários. Por último, proibia-se a prática do cristianismo e obrigava-se cada japonês a inscrever-se num templo budista⁹. Contrariamente ao acontecido com éditos e disposições anteriores, que resultaram em perseguições ocasionais, agora procedia-se à sua rápida e sistemática execução, com a firme disposição de erradicar definitivamente o cristianismo do arquipélago. A eficácia e celeridade na aplicação deste édito têm a sua explicação na nova conjuntura. Tokugawa Ieyasu, depois de destruir os seus opositores na batalha Sekigahara (1600) e de ter obtido do imperador nipónico o título de xogum (1603)¹⁰, reunira condições para reforçar a sua autoridade pessoal e organizar o novo poder central, com sede em Edo. Por outro lado, a tolerância até então verificada relativamente aos religiosos católicos, radcando no interesse pelo comércio externo de que mercadores portugueses e missionários eram agentes quase únicos, deixa de ter razão de ser com as alternativas de negócio propiciadas por holandeses e ingleses agora presentes no arquipélago, os quais, como bem se sabe, desenvolveram actividade mercantil despida de intuítos de proselitismo religioso.

Dando-se cumprimento ao estabelecido, os religiosos (padres, irmãos e dógicos¹¹) foram reunidos no porto de Nagasáqui, donde em Novembro do mesmo ano foram evacuados, uma parte para Macau e outra para Manila. Na sua maioria eram jesuítas, sendo os franciscanos e dominicanos apenas um punhado. De igual modo o centro coordenador da actividade dos jesuítas no Japão (elevado de vice-província a província desde 1611) passou para Macau. Só cerca de 50 clérigos ocidentais permaneceram clandestinamente no Japão. Cristóvão Ferreira foi um deles. Outras disposições se seguiriam tendentes a reforçar a legislação em vigor. Assim, logo em 1616 uma nova lei determinava a condenação à morte de todos aqueles que protegessem ou ocultassem

9 Na altura seriam cerca de 300 000 os baptizados japoneses, embora algumas fontes apresentem números mais elevados. Para uma síntese sobre o tema, ver Charles R. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Berkeley, University of California Press, 1967, pp. 320-323.

10 Xogum (do japonês *shôgun*) – chefe militar que exercia o poder em nome do imperador. Na prática, controlava toda a vida política do Japão, sendo que os poderes do imperador eram meramente teóricos e simbólicos.

11 Dógico (do japonês *dôjuku*, significando “convivente”) – Entre os japoneses designava os jovens que auxiliavam os bonzos nos templos budistas. Os jesuítas adaptaram o termo para os seus próprios auxiliares, acrescentando-lhes a função da pregação.

religiosos. Seguir-se-iam prémios monetários para os delatores de cristãos¹². As movimentações dos estrangeiros, nomeadamente portugueses, suspeitos de dar guarida ou facilitar a entrada clandestina de missionários, determina, em 1623, a proibição de residirem permanentemente no país. Os casados com japonesas tiveram de deixar mulheres e filhas, sendo autorizados apenas a levar consigo os filhos. Estas determinações na prática conduziram à caça aos cristãos, culminando com as execuções e martírios colectivos de muitos religiosos e cristãos da terra¹³.

Cristóvão Ferreira foi um dos poucos padres jesuítas a ter ficado no Japão, na clandestinidade¹⁴. Foram cerca de 19 anos vivendo escondido, calcorreando caminhos sob disfarces encobridores do seu aspecto físico europeu. Neste particular, terá beneficiado da experiência do seu mentor e amigo Mateus Couros. Neste tempo de clandestinidade a sua vida de missionário repartiu-se fundamentalmente entre Quioto, Nagasáqui e Osaca.

Numa primeira fase, de 1614 a 1617, manteve-se como responsável do distrito de Kami, região em torno de Quioto. O trabalho aí desenvolvido, elogiado pelos seus superiores, levava-o a palmilhar o território de noite, muitas vezes descalço, apoiando comunidades cristãs locais que viviam nas montanhas¹⁵. Por essa altura já dominava a língua, a ponto de pregar em japonês.

Entre Outubro de 1617 e Outubro de 1621, foi para Nagasáqui, chamado por Mateus Couros, que nesse período exerceu funções de provincial (pois a administração central da Província voltara ao Japão). Cristóvão Ferreira pronuncia, então, o seu 4.º voto solene, a 1 de Outubro de 1617. Durante todo este tempo desempenhou as funções de secretário do provincial, acumulando-as com as de tesoureiro quando o detentor do cargo, Carlo Spinola, foi capturado pelas autoridades nipónicas (preso em Dezembro de 1618, queimado vivo em 1622).

Quando Mateus Couros é substituído no cargo de provincial, pelo padre Francisco Pacheco (1568-1626), em 2 de Outubro de 1621, Cristóvão Ferreira

12 As primeiras disposições foram tomadas em 1619, outras se seguiam em 1638 e 1654. Os valores dos prémios foram subindo e variavam em função das categorias dos denunciados. Cf. Charles R. Boxer, *ob. cit.*, p. 336.

13 Refira-se, a título de exemplo: a 10 de Setembro de 1622, o grande martírio de Nagasáqui em que 55 cristãos pereceram, uns decapitados outros queimados, 19 dos quais eram membros de ordens religiosas; 4 de Dezembro de 1623, 50 cristãos foram queimados vivos em Edo, seguindo-se, a 23 do mesmo mês, mais 37 executados.

14 Dos jesuítas, ficaram escondidos no Japão 18 padres e 9 irmãos da Companhia.

15 Carta do Vice-Provincial Jerónimo Rodrigues, Nagasáqui, 17 de Março de 1615, pub. Hubert Cieslik, *art. cit.*, p. 7.

volta a ser destacado para o Japão Central, onde exerceu o seu ministério sobretudo em Osaka. Aí permaneceu cerca de quatro anos, até à captura de Francisco Pacheco, em Dezembro de 1625 (viria a ser queimado vivo em 1626). Mateus Couros volta a assumir a chefia da missão com o título de vice-provincial e, mais uma vez, chama Cristóvão Ferreira para secretário. Esta situação manteve-se até à morte de Mateus Couros ocorrida em 12 de Julho de 1632. Não havendo sucessor nomeado para o substituir, o padre Sebastião Vieira (1572-1634), como mais antigo jesuíta professo do Japão, tomou a responsabilidade da administração da província e Cristóvão Ferreira foi novamente aliviado de suas tarefas administrativas. Não por muito tempo. Um ano depois, no Verão de 1633, foi a vez de Sebastião Vieira ser preso (depois de 3 dias de tortura na fossa foi queimado vivo em Julho de 1634). É então que Cristóvão Ferreira, na qualidade de jesuíta professo sénior, assume as funções de vice-provincial e, por inerência, o título de vigário-geral da diocese de Macau. Nesse momento, mais precisamente a 23 de Dezembro de 1632, já fora oficialmente designado vice-provincial do Japão, embora a carta de nomeação só viesse a chegar a Macau em 1634. Nesta data já Cristóvão Ferreira dera o passo decisivo que o levou à apostasia.

Importa sublinhar o facto de, nos cerca de onze anos correspondentes aos dois períodos intercalados em que secretariou Mateus Couros, Cristóvão Ferreira ter excedido largamente as suas competências. Na prática, a administração da província recaía sobre ele. Mateus Couros, bastante debilitado de saúde, quase paralisado das mãos e com dificuldades em movimentar-se, depositava inteira confiança no seu pupilo. Esta situação nem sempre foi bem aceite pelos seus confrades. Com efeito, se junto dos missionários mais jovens Cristóvão Ferreira era bem aceite, considerando-se mesmo ser ele o mais adequado para desempenhar as funções de superior da missão¹⁶, já entre os mais idosos, sobretudo espanhóis e italianos, a opinião era diferente. Criticavam Mateus Couros por atender mais às sugestões de Cristóvão Ferreira que às deles, a ponto de já ninguém saber quem governava a província, se o provincial Couros se o seu “benjamim”, comparando este ao Duque de Uceda (o todo-poderoso valido do rei Filipe III de Espanha)¹⁷. Mas, apreciado ou criticado, Cristóvão Ferreira era indiscutivelmente activo, exercendo com uma

16 Carta do jesuíta espanhol Baltazar de Torres, Nagasáqui, 20 de Março de 1620, cit. Hubert Cieslik, art. cit., p. 10.

17 Carta do padre Bento Fernandes, Nagasáqui, 4 de Março de 1622, idem, *ibidem*, p. 10.

certa autonomia e voluntarismo o seu trabalho, percorrendo constantemente o território e providenciando assistência às missões. Estava também a seu cargo a elaboração de cartas anuais, relatórios anuais sobre a actividade da missão, acrescidos agora de muitos relatórios de martírios. A título de exemplo: compila toda a informação sobre o martírio colectivo de Edo (1623) com vista a um eventual processo de canonização dos matirizados e relata a perseguição e numerosos martírios na região de Takku, perto da península de Shimabara (1627). Mas, o seu texto mais inflamado foi, sem dúvida, a narrativa da forma como o jesuíta japonês Antonio Ishida, resistiu às diferentes torturas a que foi submetido, desde a captura, em 1629, até 1632¹⁸.

Toda esta literatura de martírios, da lavra de Cristóvão Ferreira ou de outros religiosos labutando no Japão, reflecte uma escalada repressiva sobre os cristãos, complementada por novas estratégias de actuação, visando o que George Elison designa por “solução final”, ou seja, a total extirpação do cristianismo do arquipélago¹⁹. Um processo cujo desenvolvimento data dos finais da década de 1620, coincidindo *grosso modo* com o início do mandato do terceiro xogum Tokugawa, Iemitsu (1623-1651). Em vez de mártires, considerados semente de novos cristãos e, em certa medida, testemunhas da insuperabilidade da sua religião, interessava muito mais conseguir apóstatas, especialmente se eles fossem padres ou religiosos. Assim sendo, aperfeiçoaram-se e refinaram-se torturas. A mais temível delas, a suspensão na fossa (*ana-tsushuri*), foi aplicada pela primeira vez em Julho de 1633. Consistia em pendurar a vítima pelos pés com a cabeça quase tocando a superfície de uma fossa cheia de excrementos. Todo o corpo era previamente atado para dificultar o afluxo do sangue ao cérebro. Por precaução, era ainda praticada uma incisão na têmpora de modo a providenciar o lento escoamento do sangue acumulado na cabeça. Os gases tóxicos da fossa ao induzirem uma parcial anestesia, permitiam alcançar um período de sofrimento mais prolongado. A única salvação da vítima era fazer um sinal de rendição com mão que lhe era deixada livre, significando estar pronta a ceder às exigências dos torturadores.

Paralelamente e no quadro da mesma escalada repressiva, promoveu-se uma propaganda contra os cristãos, através da produção e difusão de uma série de textos de características “populares”, a chamada literatura anticristã. Para o

18 Esta relação de Cristóvão Ferreira, uma das últimas que escreveu, é datada de 22 de Março de 1632. Antonio Ishida viria a morrer na fogueira em Setembro do mesmo ano.

19 George Elison, *Deus Destroyed. The Image of Christianity in Early Modern Japan*, Harvard University Center Asia, 1988 (1.^a ed. 1973), pp. 185 e sgs.

período em análise, a obra que alcançou maior projecção foi *Ha Daiusu* (Deus destruído) de Fabian Fukian²⁰.

2. A apostasia: impacto e reacções

Segundo a maioria dos investigadores, Cristóvão Ferreira foi preso 24 de Setembro de 1633. Hubert Cieslik, porém, tem dúvidas e não arrisca uma data. De facto, existe cópia de uma carta escrita pelo próprio Ferreira na prisão, às escondidas e com uma “pena feita de um pedaço de bambu”, datada de 6 de Setembro de 1633, que, a ser fidedigna como pensamos, recua a sua captura para os princípios desse mês²¹.

A 18 de Outubro do mesmo ano, em Nagasáqui, é submetido à tortura da fossa com mais sete padres e noviços, alguns deles figuras proeminentes das missões, como Antonio de Souza, superior dos dominicanos, e o padre jesuíta japonês Julião Nakaura, um dos quatro jovens que integrara a delegação enviada de Kyushu a Roma (1582-1590), vulgarmente designada por primeira embaixada do Japão à Europa. Contrariamente a todas as expectativas, Cristóvão Ferreira, ao fim de cinco horas de tortura, apostatou. Logo após o renegamento, supõe-se, foi submetido ao *efumie*, a cerimónia pela qual os apóstatas eram obrigados a pisar imagens da Virgem Maria ou de Jesus Cristo.

Se tivermos em conta a perseverança dos seus companheiros de suplício, Cristóvão Ferreira não resistiu muito tempo. Todos os outros pereceram. Um esteve em agonia nove dias e Julião Nakaura três dias. A sua inesperada rendição terá surpreendido até os seus torturadores. Nunca será de mais lembrar que o apóstata era jesuíta há 37 anos, cerca de 19 dos quais calejados na dureza da clandestinidade. Na sua condição de missionário e com responsabilidades de superior, sabia que, caso fosse aprisionado, o martírio seria o seu destino inevitável, diríamos mesmo, desejado. Fora esse o destino de muitos dos seus

20 Fabian Fukian – Japonês que ingressou na Companhia de Jesus em 1586, tendo dela saído e regressado ao budismo por volta de 1608. Enquanto irmão jesuíta escreveu, em 1605, um diálogo exaltando a religião cristã, intitulado *Myôtei mondo* (Diálogo Myôtei). Depois de ter renegado a fé cristã compôs, em 1620, *Ha Daiusu* (Deus destruído), em que utiliza os conhecimentos adquiridos como jesuíta para combater e denunciar o cristianismo.

21 BNP, códice 7640, f. 41, Cópia de uma carta que o padre Cristóvão Ferreira da Companhia de Jesus provincial do Japão estando preso pela Fé em Nagasaki escreveu ao padre André Palmeiro visitador das províncias de Japão e China, 6 de Setembro de 1633. Ver apêndice documental.

confrades, cujos comportamentos ele próprio exaltara nas relações de martírios que compusera. Era esse o desenlace esperado, quando, cerca de um mês antes, estando já no cárcere, e referindo-se aos jesuítas com ele aprisionados, escrevia: “pela graça de Deus todos estão com muito animo e desejo esperando por aquela hora ditosa”²².

Tentar explicar os motivos da apostasia de Cristóvão Ferreira, seria mera especulação, num arco de interpretações que vai desde a incapacidade física de resistir à violência da tortura até às leituras mais sofisticadas assentes num eventual processo íntimo de alienação da fé cristã anterior à captura, passando pelo enfraquecimento das faculdades intelectuais e morais decorrentes do suplício.

A notícia da sua apostasia teve enorme impacto dentro e fora do Japão. Para as autoridades japonesas empenhadas na campanha anticristã significou um passo qualitativo importante, provando ser possível vergar os cristãos, mesmo os de mais sólida formação religiosa e ganhando um precioso instrumento de propaganda para convencer os que, embora escondidamente, persistiam na preservação da fé cristã. Em contrapartida, para as missões do Extremo Oriente e, de um modo geral, para toda a Cristandade foi grande o abalo, perpassado de uma certa incredulidade. Um desfecho desconcertante, contrário ao sentido de toda uma abundante literatura de martírios no Japão, enfatizada pelo estilo barroco e pelos títulos triunfalistas das narrativas. Um desfecho desconforme com as provas até então dadas por Cristóvão Ferreira que o perfilavam como um potencial mártir da fé. Talvez por isso, numa primeira fase, deu-se acolhimento a todo o tipo de novas, entretanto chegadas a Macau: ora confirmando a sua apostasia, ora dando-o como arrependido e na iminência de voltar ao suplício, ora integrando-o já na galeria de mártires.

Quase dois anos após estes sucessos, o padre Manuel Dias, visitador do Japão e da China, embora já não tendo dúvidas sobre o passo dado por Cristóvão Ferreira, ainda lhe escreve de Macau. Na carta, datada de 22 de Junho de 1635, levada pelo capitão da armada desse ano ao Japão (e a entregar secretamente), fazia-lhe um eloquente apelo, para retomar a fé e reparar a sua apostasia com o martírio²³.

Só mais de um ano volvido, a 2 de Novembro de 1636, o mesmo Manuel Dias e nove outros jesuítas, em consulta realizada em Macau e depois de

22 Carta citada na nota anterior.

23 Carta resumida por Hubert Cieslik, art. cit., p. 19.

reunidas provas suficientes da apostasia de Cristóvão Ferreira, pronunciaram o seu banimento canónico e assinaram documento formal pelo qual foi oficialmente expulso da Companhia de Jesus²⁴.

Na comunidade jesuítica, persistiu mesmo assim a convicção de Cristóvão Ferreira, bem no íntimo, se ter mantido fiel aos princípios religiosos cristãos. Valia a pena, por isso, convencê-lo a voltar atrás. Com esse intuito foram feitas três tentativas para estabelecer contacto com ele e movê-lo ao arrependimento, através de uma espécie de missões suicidas, já que os religiosos enviados conheciam a altíssima probabilidade de acabar no martírio. Ofereciam, pois, as suas vidas em reparação de um agravo feito à fé cristã, procurando apagar a imagem desedificante da apostasia de um padre.

A primeira tentativa foi protagonizada pelo padre Marcello Francesco Mastrilli (1603-1637). Desembarcou no Japão em 1637, imediatamente aprisionado e, depois de três dias de fossa, degolado a 17 de Outubro do mesmo ano, sem ter chegado à fala com Cristóvão Ferreira. A segunda, dois anos depois, foi levada a cabo pelo padre Pedro Kibe (c. 1580-1639). Também capturado, nos interrogatórios a que foi submetido em Edo, contou com a presença de Cristóvão Ferreira, já em funções desempenhadas na pele de Sawano Chuan. Morreu na fossa em Julho de 1639. A terceira e última tentativa desdobrou-se em duas fases e foi promovida e liderada pelo padre Giovanni Antonio Rubino (1578-1643), que, antes de partir para o Japão, compôs em latim um longo apelo para entregar a Cristóvão Ferreira: “Tu ille Christofhorus”. Os voluntários concentraram-se em Manila, donde abalaram para o Japão. Uma primeira leva, designada Primeiro Grupo Rubino, integrando o próprio Rubino mais quatro padres jesuítas e quatro dógicos, desembarcou no arquipélago em Agosto de 1642. Rapidamente foram capturados. Nos interrogatórios realizados pelos oficiais japoneses esteve presente um apóstata identificado como “Juan”, nome considerado por alguns autores uma corruptela de Chuan (ou seja, Cristóvão Ferreira). No entanto, tal informação não é claramente confirmada pelas fontes holandesas, as mais credíveis nesta matéria. Seja como for, acabaram condenados à fossa a 17 de Março de 1643. Não houve sobreviventes. O chamado Segundo Grupo Rubino, constituído por dez membros, entre os quais os

24 O documento original, assinado pelos padres Manuel Dias, visitador, Alexandre Rodes, Francisco Távora, João Baptista Bonelli, João Maria Leria, João Monteiro, Pedro Marques, Pedro Morejon, Raimundo Gouveia e Vicente Ribeiro, encontra-se no arquivo da Companhia de Jesus em Roma. Hubert Cieslik, art. cit., pp. 24-26, resume todos os trâmites do processo.

padres Pedro Marques, Alfonso Arroyo, Francesco Cassola e Giuseppe Chiara, chegou ao Japão a 27 de Junho de 1643. Foram imediatamente presos. Nos longos interrogatórios realizados em Edo, Cristóvão Ferreira esteve presente, interpretando as sessões e admoestando os prisioneiros a renegarem a sua fé. Todos eles o fizeram, embora mais tarde, Alfonso Arroyo viesse a revogar a sua apostasia; Giuseppe Chiara, por seu lado, sob o nome japonês de Okamoto Sanemon, tornou-se o padre renegado mais famoso depois de Sawano Chuan.

Dois anos após a morte de Cristóvão Ferreira, ocorrida em 1650, circularam, por vias indirectas e muito sinuosas, notícias de que, em vésperas do falecimento, ele se tinha reconvertido e morrido mártir, depois de três dias de suplício na fossa. No fundo era o retomar de uma crença que não morrera, sobretudo entre alguns jesuítas. Daí terem estas notícias colhido, ao tempo, uma certa aceitação e inclusivamente terem sido perfilhadas por historiógrafos da Companhia de Jesus como, entre outros, António Franco e Daniello Bartoli²⁵. Já no séc. XX, o historiador jesuíta Josef Franz Shütte revisitou criticamente toda a documentação. Considerando-a no essencial fidedigna, não tem dúvidas em considerar ter Cristóvão Ferreira morrido corajosamente pela fé de Cristo²⁶.

3. Na pele de Sawano Chuan: a outra vida de Cristóvão Ferreira

Escassas e dispersas são as fontes onde se pode colher informação sobre a vida de Cristóvão Ferreira no Japão depois da apostasia. À excepção das fontes holandesas, coevas e neutrais²⁷, as restantes de origem europeia são, na generalidade, de segunda mão. Já as fontes japonesas são tardias e na maior parte dos casos integradas em compilações do séc. XVIII.

25 A. Franco, *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesu na Corte de Lisboa*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1717, p. 473. D. Bartoli, *Dell'Historia della Compagnia di Giesv: Il Giappone*; Seconda parte Dell'Asia, Roma, 1660, liv. V, p. 421.

26 J. F. Schütte, "Ist P. Christovao Ferreira als Martyrer gestorben?", Gustav Voss e Hurbert Cieslik, eds., *Kirishito-ki und Sayo-yoroku*, Tokyo, Sophia Univrsity Press, 1940, Appendix IX, pp. 202-208.

27 Referimo-nos nomeadamente, aos diários dos responsáveis pelas feitorias holandesas de Hirado (até 1641) e de Deshima (a partir de 1641). No respeitante a esta última feitoria e para o período que nos interessa, ver Cynthia Viallé e Leonard Blussé, *The Deshima Dagregisters*, vol. XI, 1640-1650, Intercontinenta series, n.º 23, Institute for the History of European Expansion, Leiden, 2001.

Com 53 anos, idade avançada para a esperança de vida da época, começou Cristóvão Ferreira uma nova vida. Sawano Chuan ou, mais frequentemente, só Chuan foi o nome por que passou a ser designado nos textos japoneses e nos diários da feitoria holandesa. Na massa sincrética e cronologicamente imprecisa da documentação existente sobre os 19 anos de vida de Cristóvão Ferreira na pele de Chuan, é possível apurar um conjunto de dados biográficos. Assim, sabemos ter ficado a residir em Nagasáqui em casa cedida pelas autoridades japonesas. Sabemos também que lhe foi concedido um estipêndio para a sua subsistência. Naturalmente, passou a vestir-se e a viver de acordo com os costumes da terra e a pertencer a um templo budista. Por imposição destinada a garantir a preservação na renegação da fé cristã foi obrigado coabitar maritalmente com uma mulher japonesa, viúva de um chinês executado. Teve três filhos – um rapaz e duas raparigas – não se sabendo se biológicos ou do primeiro casamento da viúva com quem vivia. O rapaz, Sawano Chujiro, viria a morrer em 1651, um ano depois do pai. Uma das filhas casaria com Sugimoto Chukey, mais tarde médico pessoal do xogum Tokugawa Yoshimune.

Alguns destes dados são confirmados por testemunhos de mercadores portugueses de Macau que, nos primeiros anos, tiveram oportunidade de estar com Cristóvão Ferreira e inclusivamente visitá-lo em sua casa. O já citado padre Manuel Dias, em carta escrita de Macau em 26 de Janeiro de 1636 e dirigida aos seus superiores em Roma, faz um ponto da situação de todos estes testemunhos por si colhidos²⁸. Um deles, Manuel Mendes de Moura, confirma que Cristóvão Ferreira vivia com uma mulher, mas só para lhe tratar das refeições, não tendo com ela outro tipo de relacionamento. Já Pedro Cordeiro – que o visitou quatro vezes em 1635 – diz tê-lo encontrado, acompanhado de um rapaz pequeno, em casa pobre, pois por pressão dos vizinhos abandonara aquela onde vivera com a viúva. De um modo geral, estes e outros informantes não hesitam em asseverar a íntima fidelidade de Cristóvão Ferreira ao cristianismo e o seu arrependimento pelo passo dado. Alguns expressam mesmo a convicção de que em breve ele voltaria atrás e se submeteria ao martírio. Enfim, testemunhos a ponderar com cautela. Como atrás se disse, a incredulidade face ao acontecido alimentava ainda muitas esperanças, podendo estes portadores de notícias acomodá-las às suas expectativas ou às dos jesuítas de Macau que as recebiam.

28 Carta trans. Hubert Cieslik, art. cit., pp. 20-24.

A referência de Pedro Cordeiro a uma criança na companhia de Cristóvão Ferreira, cruzada com indicadores sobre a provável idade do filho Chujiro em data próxima do ano em que viria a morrer, leva Valdemar Coutinho a aventar a hipótese de a criança em causa ser mesmo de Cristóvão Ferreira e nascida antes da apostasia. De acordo com o mesmo investigador, a possível existência deste filho explicaria um certo sentimento de culpa que perpassa a carta por ele escrita da prisão e também o seu comportamento sob tortura e após a renegação²⁹.

Estabelecido em Nagasáqui, Cristóvão Ferreira/Chuan só abandonaria essa cidade durante duas deslocações a Edo. Nos primeiros anos, ocupou-se em funções de tradutor de documentos escritos em português ou castelhano, cujos conteúdos muito interessariam às autoridades japonesas. Sabia ler e falar o japonês, mas não conseguia escrevê-lo. Supõe-se ter tido nessas tarefas o auxílio de intérpretes da terra, sobretudo quando estava em causa a escrita em caracteres japoneses. É provável que já então colaborasse, na qualidade de intérprete, com as autoridades de Nagasáqui nos interrogatórios aos prisioneiros cristãos, na decifração de símbolos ou de outros sinais reveladores da sua crença.

Progressivamente, Cristóvão Ferreira ia-se transmutando no japonês Chuan. Iam-se quebrando as amarras que o ligavam ao mundo em que vivera. Circunstâncias conjunturais, mas também as suas próprias opções assim o determinariam. Com efeito, os eventuais contactos que ainda poderia ter com os seus compatriotas foram-se perdendo. Em 1636, os mercadores portugueses oriundos de Macau deixaram de poder circular livremente em Nagasáqui, tendo sido obrigados a ir fazer os seus negócios em Deshima, a ilha artificial levantada em frente à cidade ao longo dos dois anos precedentes. Nesta conformidade, também os portugueses estantes na cidade foram expulsos: cerca de 287 pessoas (mercadores com suas famílias e serviçais) abalaram para Macau nos finais do mesmo ano. Depois do banimento dos missionários, as malhas iam-se apertando cada vez mais em torno do comércio português. Não faltavam suspeitas (e, quantas vezes, provas seguras!) de muitos portugueses continuarem a ajudar e a cooperar com religiosos clandestinos e com os cristãos da terra, apesar de isso ser rigorosamente proibido. A situação agravar-se-ia com a rebelião do campesinato de Shimabara (1637-1638). Na origem do levantamento popular estiveram exigências fiscais exageradas, mas o envolvimento

29 Valdemar Coutinho, *O fim da presença portuguesa no Japão*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 81-82.

de muitos cristãos da terra na rebelião levou a que esta, a breve trecho, adquirisse um cariz político-religioso. De facto, as forças revoltosas invocavam os santos em combate e erguiam bandeiras com símbolos cristãos. Abafada a revolta num banho de sangue, o governo central teve argumentos suficientes para intensificar a luta contra o cristianismo, apontando os padres estrangeiros e os portugueses como instigadores do levantamento. E, cerca de um ano depois, era promulgado édito (1639) proibindo aos mercadores portugueses o tráfico com o Japão. O rigorismo desta decisão, significando o banimento do território japonês de todos os portugueses, é confirmado pelo trágico destino da embaixada enviada de Macau (1640), apelando à revogação do édito e ao restabelecimento da viagem Macau-Nagasaki. Dos 74 elementos desta delegação, só 13 foram poupados, com o objectivo de poderem ir relatar o sucedido a Macau. Os restantes foram todos decapitados. Importa sublinhar que todas estas decisões têm de ser entendidas num contexto mais lato de mudança na história do Japão. Entre finais de 1630 e inícios de 1640, o xogun Tokugawa Iemitsu, através de uma sucessão de proibições relativas à actividade marítima, conduziu progressivamente o império japonês a um longo período de autarquia e auto-suficiência económica, vulgarmente designada por *sakoku* (país encadeado), ou seja, política de isolamento. A este corte com o exterior, foram poupados os mercadores holandeses (confinados desde 1641 à ilha artificial de Deshima) e o tráfico dos chineses. Entretanto também se mantiveram abertos canais com os reinos de Ryuku e da Coreia, via Kagoshima e Tsushima.

Cristóvão Ferreira ou, melhor, Chuan teria acompanhado de perto todas estas mutações acompanhadas de sucessos trágicos e tumultuosos, até porque muitos deles ocorreram em Nagasaki ou nas suas imediações. A política de isolamento imposta internava-o cada vez mais no mundo fechado japonês. Paulatinamente, ia-se integrando e aculturando.

A partir de 1639-1640, existem bases documentais mais sólidas sobre a sua vida, permitindo acompanhar algumas das suas andanças e actividades. Nos interrogatórios aos cristãos aprisionados, o seu papel já não se resumia ao de intérprete. Era já agente colaborante nos incitamentos à apostasia. Assim aconteceu aquando da prisão de Pedro Kibe, em 1637-1638, altura em que para o efeito se deslocou a Edo. Não teve sucesso com Pedro Kibe, mas terá contribuído para a abjuração de dois outros jesuítas, Giovanni Batista Porro e Martinho Shikini, seus próximos dos tempos de missionário. Cerca de quatro anos depois, voltou a Edo, com as mesmas funções, quando os visados eram agora os, já referidos, quatro jesuítas do Segundo Grupo Rubino. Ironicamente,

tinham entrado no Japão para tentar convencê-lo a arrepender-se, mas todos acabariam por abjurar a fé. A virulência das imprecações a eles dirigidas por Chuan, num encontro que contou com a presença dos prisioneiros holandeses do navio *Breskens*, não deixa dúvidas sobre as suas opções³⁰. Aliás, por essa altura, ele e outros apóstatas estiveram na origem de um requerimento reclamando que as ossadas de padres mortos há mais de 22 anos fossem desenterradas e lançadas ao mar,³¹ uma atitude reveladora da sua sintonia com a preocupação das autoridades japonesas em não contaminarem o seu solo com nada que fosse cristão.

Neste tempo e até ao final da sua vida, Chuan, embora permanecendo em Nagasáqui, trabalhou sob as ordens de Inoue Chikugo no kami Masashige (1585-1662), nomeado inspector-geral da campanha anticristã, em 1639. Este grande inquisidor, com acesso às altas esferas do poder, inclusive ao próprio xogum, destacou-se pelos seus métodos de interrogatório, tão terríficos que levaram Georg Elison a compará-lo a Adolf Eichmann.³² Dominou um espectro de técnicas para fazer os suspeitos falar e apostatar, se possível sem morrer. Preferia cristãos apóstatas a cristãos mortos. Ficou também conhecido como apaixonado pelas invenções ocidentais e por toda a espécie de curiosidades, uma das razões de ter mantido privilegiado relacionamento com os holandeses. Mas não só. Como sustenta Leonard Blussé, o principal objectivo desse relacionamento era usá-los como olhos e ouvidos do que acontecia no mundo exterior, motivado pelo dever de afastar a invocada ameaça ao Japão de portugueses, espanhóis e ingleses³³.

Ora, durante as estadias de Inoue Chikugo em Nagasáqui, geralmente no verão, época em que se deslocava de Edo para inspeccionar as regiões do Sul na sua tarefa de perseguição aos cristãos, Chuan é várias vezes destacado para, como intérprete, ir à feitoria holandesa de Deshima. Estas missões visavam, amiúde, obter notícias do que se passava no mundo exterior às fronteiras japonesas. Outras, porém, ocorridas ao longo do ano de 1648, tinham como

30 Arnoldus Montanus, *Atlas Japannensis*, p. 356-358, trans. Hubert Cieslik, art. cit., pp. 34-35.

31 Extracto de Diário da feitoria holandesa de 17 de Março de 1643, cit. Hubert Cieslik, art. cit., p. 28.

32 George Elison, *ob. cit.*, p. 208.

33 Leonard Blussé, "The grand Inquisitor Inoue Chikugo no kami Masashige, spin doctor of the Tokugawa *bakufu*", *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, vol. 7 (December 2003), pp. 23-43.

objectivo colher informações sobre plantas medicinais e suas aplicações ou sobre lupas e instrumentos ópticos. Acrescente-se que nestas deslocações, é manifesto o interesse pessoal de Chuan por matérias médicas. Por exemplo, ao acompanhar um servidor de Inoue para cura de uma chaga, solicita instruções para, se necessário, ser ele próprio a continuar a aplicação do tratamento. Noutra visita, conseguiu um chifre de rinoceronte, sobre o qual o farmacêutico da feitoria lhe deu as necessárias explicações. Todos estes registos atestam um relacionamento relativamente assíduo de Chuan com os holandeses, aliás comprovado por outros testemunhos. Aquando da já citada deslocação a Edo, no encontro em que os prisioneiros jesuítas do Segundo Grupo Rubino foram confrontados com os holandeses do navio *Breskens*, o relator anota terem estes últimos compreendido muito bem as palavras, ditas em português, por Chuan, porque falava alto e por estarem habituados ao seu estilo, em virtude das conversações anteriormente tidas com ele. A este propósito diga-se, a talhe de foice, ser, à época, o português a língua franca comercial no Extremo Oriente, utilizada não só por muitos japoneses, como também por holandeses e ingleses para os seus contactos com os nativos³⁴.

Ao longo da década de 1640, com a campanha anticristã apaziguada, Chuan teria ganho margem de acção e de manobra para se dedicar a outras actividades, mais do seu interesse. Como adiante se verá, ocupou parte do seu tempo com a tradução para japonês (em letras latinas) de um tratado de cosmologia, com a compilação de conhecimentos médicos, por certo os adquiridos junto dos holandeses, e com a sua transmissão a um grupo de discípulos. Nessa altura o seu conhecimento da língua, era já de tal modo apurado que, segundo fontes nipónicas, era capaz de ler o *Taiheiki* (épico escrito nos finais do séc. XIV) e outros clássicos japoneses³⁵.

Sawano Chuan morreu em Nagasáqui em 3 ou 4 de Novembro de 1650, com cerca de 70 anos de idade. Segundo a tradição budista, recebeu o nome póstumo de Chum-joko Sensei. De acordo com os registos dos templos Zen de

34 Sobre o assunto, ver C. R. Boxer, *A Portuguese Embassy to Japan (1644-1647)*, London, Kegan Paul, Trench, Trübner & Co., 1928, p. 24.

35 Prefácio de Mukay Gensho (1657) ao *Kenkon Bensetsu*, tradução para inglês de José Miguel Pinto dos Santos, in *Study in cross-cultural transmission of Natural Philosophy: the 'Kenkon Bensetsu'*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011 (www.cham.fsch.unl.pt/ext/publicações/JMPS), p. 337; e Carta de Ro Sodetu a Watanabe, 22 e Agosto de 1726, cit. Koga Jujoro, "Haikyosha Sawano Chuam", *Shikagu*, XIX, 1940, n.º 3, p. 18, excerto in Hubert Cieslik, art. cit., pp. 29-30.

Nagasáqui, os seus restos mortais foram depositados no cemitério de Kodaiji na mesma cidade. O estatuto por ele alcançado é atestado pelos monumentos aos antepassados, posteriormente erguidos pela família Sugimoto (apelido do seu genro), primeiro em Edo e, já em 1941, em Tóquio. Em ambos, o nome de Chum-joko Sensei (i.e., Cristóvão Ferreira ou Sawano Chuan) é o primeiro dos antepassados listados.

4. O legado de Sawano Chuan – refutação do catolicismo e intermediação de saberes

O nome de Sawano Chuan aparece associado a três obras, escritas em japonês. Embora em campos de intervenção distintos, todas elas contribuíram para a divulgação de formas de pensamento religioso e científico ocidentais na sociedade nipónica.

O pequeno tratado *Kengikoru* (1636), que lhe é atribuído, integra-se na chamada literatura anticristã propagandeada no período Tokugawa. Nele encontramos muitos dos tópicos recorrentes neste tipo de literatura, como a convergência entre a actividade missionária e o imperialismo europeu, mas também novas matérias e abordagens. Trata-se de um texto sem grande sistematização, dir-se-ia um desconexo desenrolar de itens, estruturado em seis partes, em cada uma das quais é feita uma breve exposição da doutrina católica e a sua refutação. São elas: a existência e essência de Deus criador; a alma humana e sua imortalidade; os dez mandamentos e a autoridade papal; a vida de Cristo; os sacramentos (somente baptismo, confissão/penitência e eucaristia); o juízo final. As refutações da doutrina católica, qualificada várias vezes como pura invenção servindo para enganar o povo, são de extrema virulência. Nega-se a existência de um deus criador, por o mundo não ter começo nem fim; critica-se a teoria da predestinação e considera-se uma irracionalidade a existência de uma vida futura, assim como a existência do inferno e do paraíso; sustenta-se que os mandamentos e os éditos papais incitam à rebelião, à subversão, à conquista de outros países (um roubo autorizado pela religião); denuncia-se a cupidez dos pagamentos à igreja (indulgências, dízimas, cerimónias religiosas, etc.); a vida de Cristo, revisitada, é considerada uma sucessão de contos forjados pelos seus discípulos; quanto aos sacramentos, considera-se irracional a pretensão de através do baptismo se poder conceder uma graça espiritual por meio da água, nega-se à confissão qualquer sustentação nas escrituras cristãs e a eucaristia em duas espécies é vista como uma pura metáfora; são apontadas

várias contradições na teoria do juízo final, para se concluir ser ele ridículo, escandaloso, um mero embuste.

O radicalismo das afirmações é tal que levaria, já nos nossos dias, o filósofo Michel Onfray a considerar Cristóvão Ferreira/Sawano Chuan como “o quase primeiro ateu” da história da ateologia³⁶.

Custa a crer como um homem, ainda três anos atrás convicto cristão, possa ter mudado tão profundamente. Parece, por isso, ter base de sustentação a hipótese aventada por Hubert Cieslik de se estar em presença de um conjunto de respostas a questões que lhe teriam sido colocadas pelos inquisidores, após a sua apostasia. Aliás, o esquema da exposição aponta nesse sentido: faz-se uma resenha dos ensinamentos cristãos, terminando, por via de regra, com a frase “eis o que eles ensinam”, seguindo-se depois a contra-argumentação.

O tratado integra ainda uma “introdução”, na qual uma exposição de teor confucionista precede uma autobiografia do autor, escrita na primeira pessoa, a qual, implicitamente, remete para Sawano Chuan/Cristóvão Ferreira ou, pelo menos, para um padre apóstata. Mais explícito é o “epílogo” ao fechar com a seguinte assinatura: “O décimo terceiro ano da era de Kan'ei, com as constelações do Dragão sob o signo de *hino ene*, o primeiro dia do nono mês [29 de Setembro de 1636], Cristóvão Ferreira, residente português, chefe dos padres do Japão e de Macau, tendo mudado de religião e tornado aderente do Zen, assinou este texto sob o nome de Chuan”. A autoria de Chuan é confirmada também pelo testemunho de Mukai Gensho, no prefácio ao *Kenkon Bensetsu*, concluído cerca de 1657³⁷. Apesar disso, alguns investigadores põem-na em dúvida, com o argumento de as evidentes marcas de pensamento confucionista, na introdução e nas dispersas refutações ao cristianismo, não se coadunarem com um convertido ao budismo, como era o caso de Chuan. No entanto, hoje é ponto assente que, no essencial, o *Kengikoru* é da autoria de Sawano Chuan, admitindo-se, no entanto, poder ter havido colaboração ou intervenção de outras mãos, quer no processo de elaboração das refutações, quer, como defende Koga Jujiro, no processo de tradução. Segundo este investigador, é provável ter sido feita, a partir de um ditado de Chuan a um intérprete japonês, que pode não ter compreendido bem certos passos e cortado ou acrescentado outros por imposição da censura³⁸.

36 Michel Onfray, *Traité d'atheologie*, Paris, Grasset, 2005 (edição portuguesa, Lisboa, Ed. Asa, 2007), pp. 54-55 e 267.

37 Tradução de José Miguel Pinto dos Santos, *ob. cit.*, p. 333.

38 Koga Jujiro, *Haikyocha*, p. 54, in Hubert Cieslik, art. cit., p. 37.

Ao contrário do acontecido com outros textos deste tipo, como o já citado *Ha Daiusu* (Deus destruído) de Fabian Fukian, o *Kengikoru* não teve grande divulgação à época. Aliás, o único manuscrito conhecido, selado e conservado em poder da família Ohoki, desde 1670, só viria a ser descoberto nos anos 20 do séc. XX por Mikami Yoshio que o publicou em 1927. Outras edições e traduções se seguiriam. Em inglês, sob título *Deceit disclosed*³⁹; em francês, *La supercherie dévoilée*⁴⁰. Tudo leva a crer, portanto, que o tratado teve uma circulação confinada a círculos oficiais restritos. A sua funcionalidade seria a de uma espécie de “manual de terminologia” para satisfazer as necessidades dos inquisidores nos interrogatórios às vítimas⁴¹. Um instrumento de trabalho valioso, tendo em conta a assinatura e o aval de um ex-padre, europeu, com a boa preparação teológica jesuítica e longos anos de experiência de vida religiosa.

Sawano Chuan teve também um papel central no processo de composição em japonês de um tratado – o *Kenkon Bensetsu* (Exposição sobre os Céus e a Terra). Trata-se uma obra sobre os princípios astronómicos e cosmológicos aristotélico-ptolomaicos, na linha dos tradicionais Tratados da Esfera, acrescida de comentários críticos de Mukay Gensho (1609-1677), um erudito neo-confucionista japonês. De acordo com a divisão aristotélica entre o mundo sub-lunar e o mundo supra-lunar, estrutura-se em quatro livros (dois sobre a Natureza e outros dois sobre os Céus) divididos por sua vez, em 58 capítulos. Cada capítulo inicia-se por uma exposição, às vezes acompanhada de figuras explicativas, à qual se segue o comentário de Mukai Gensho, ou melhor dizendo, a reacção deste às teorias expostas, que em geral se resume “a uma recusa dos pressupostos filosóficos ocidentais e a uma concordância, algo contrafeita, com os estritos resultados científicos”⁴².

39 Pub. George Elison, “Deceit disclosed by Chistovão Ferreira sive Sawano Chuan”, *ob. cit.*, pp. 293-318.

40 Pub. Jacques Proust, *La supercherie dévoilée. Une réfutation du Catholicisme au Japon au XVII siècle*, Paris, Editions Chandeigne, 1998, pp. 63-93.

41 George Elison, *ob. cit.*, p. 203.

42 Humberto Leitão e José Miguel Pinto dos Santos, “O Kenkon Bensetsu e a recepção da Cosmologia ocidental no Japão no séc. XVII”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. 54, fasc. 2 (Abril-Junho) 1998, pp. 285-318. Para informação detalhada das diferentes reacções de M. Gensho, ver José Miguel Pinto dos Santos, “Five types of reaction of a neo-Confucian scholar to Western cosmology: the case of Mukai Gensho (1609-1677)”, *Empires éloignés. L'Europe et le Japon (XVI-XIX siècle)*, direction de Dejanirah Couto et François Lachaud, Paris, École française d'Extrême-Orient, 2010, pp. 51-71.

Sobre a composição do *Kenkon Bensetsu*, há duas teorias. Uma delas, originária de Nagasáqui, mas muito duvidosa, sustenta ter sido o texto-base composto pelo próprio Sawano Chuan, a pedido de um médico e posteriormente, vertido em caracteres japoneses por um monge budista. Mais credibilidade e aceitação tem a versão consignada por Mukay Gensho no “Prefácio” ao próprio *Kenkon Bensetsu*. Segundo ele, o livro foi levado para o Japão por um dos missionários do chamado Grupo Rubino (1642 ou 1643)⁴³, tendo sido confiscado, pelo inquisidor geral Inoue Chikugo no kami Masashige. Este, dois ou três anos depois, mandou Sawano Chuan traduzi-lo para japonês, tarefa que realizou utilizando letras latinas. Em 1656, cerca de seis anos depois da morte de Chuan, o novo Governador de Nagasáqui, Kainosho Kiemon, ordenou ao intérprete Nishi Kichibei e a Mukai Gensho a transliteração da tradução de Sawano Chuan para caracteres japoneses encarregando Mukai Gensho de complementá-la com comentário adequado. Para levar a cabo a operação, Nishi lia em voz alta a tradução de Sawano Chuan, enquanto Gensho a escrevia, acrescentado mais tarde os seus comentários. Todo este processo ficaria concluído por volta de 1657⁴⁴.

Muito se tem conjecturado sobre a obra suporte desta tradução. Tarefa dificultada pela natureza do texto. Como já dito, sendo o texto-base uma exposição introdutória aos princípios básicos que fundamentavam a cosmologia e astronomia europeias, insere-se na linha dos muitos comentários existentes à época, na sua maioria tendo como obra de referência o Tratado da Esfera (*De Sphaera Mundi*, c. 1230) de Johannes de Sacrobosco. Um vasto *corpus*, tanto manuscrito como impresso, utilizado como instrumento de estudo em universidades europeias e em colégios jesuíticos, quer na Europa quer na Ásia. Entre as hipóteses avançadas, surgem o *In Sphaeram Ioannis de Sacro Bosco. Commentarivs*, da autoria do jesuíta Cristoph Clavius (1537-1612), obra com várias edições entre 1570 e 1610, e *De Sphaere*, um compêndio de apoio aos cursos ministrados nos colégios jesuíticos de Japão, composto por Pedro Gómez

43 Entre os prováveis portadores desse livro, aponta-se o próprio Giovanni Antonio Rubino (José Miguel Pinto dos Santos), chegado ao Japão em 1642, ou Francesco Cassola, chegado em 1643 (Hubert Cieslik). Ambos com formação avançada em estudos astronômicos. Sublinhe-se que, entre os livros confiscados ao Segundo Grupo Rubino, havia um tratado de astronomia.

44 Para uma informação detalhada deste processo, ver José Miguel Pinto dos Santos, “The ‘Kuroda Plot’ and the Legacy of Jesuit Scientific Influence in Seventeenth Century Japan”, *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, Vol. 10/11, 2005, pp. 97-121 e *Study in cross-cultural transmission of Natural Philosophy*, ed. cit., parte II, cap. IV.

(1533-1600). Mas, tanto numa hipótese como na outra, a colação com o texto-base do *Kenkon Bensetsu* releva variantes, cuja explicação tanto pode estar no recurso a outra obra de referência similar como em acrescentos ou cortes introduzidos no processo de tradução e transliteração. Ultimamente, José Manuel Pinto dos Santos aventou a hipótese de se tratar de uma espécie de caderno de notas elaboradas por Giovanni Antonio Rubino, que o próprio teria consigo levado para o Japão. Neste mar de suposições, ficamo-nos por um original desconhecido, composto por um também desconhecido autor, provavelmente um jesuíta, não se sabendo se escrito em latim, português ou outra língua europeia.

Em síntese, e de acordo com a tese mais consensual, o papel de Sawano Chuan no processo de composição do *Kenkon Bensetsu*, confinou-se ao de tradutor, o que não invalida a hipótese de ali ter introduzido as suas próprias interpretações. Foi, portanto, um elo na cadeia de tarefas mediando o texto original europeu e o tratado japonês final. Curiosamente, tal lugar não tem obstado a uma ligação indissociável do seu nome ao *Kenkon Bensetsu*, vulgarmente referenciado como um livro de Chuan. O elevado número de cópias manuscritas conhecidas do *Kenkon Bensetsu*, não só do texto na sua versão integral mas também das variantes dele derivadas⁴⁵, atesta o interesse e a procura que suscitou na sociedade nipónica. Com efeito, trata-se de um dos livros mais lidos sobre cosmologia ocidental até ao final do séc. XVIII e talvez a obra mais influente na divulgação das concepções aristotélicas-ptolomaicas no Japão⁴⁶.

O nome de Chuan aparece ainda associado a um tratado médico, *Nanbanryu-geka hidensho* (Tradição secreta da cirurgia dos Bárbaros de Sul). O único manuscrito conhecido que dele se conserva, termina com uma menção a Chuan, dando em entender ser ele o autor. A obra seria mais tarde publicada, em 1696 e depois em 1705, em edição mais elaborada, na qual a designação “Bárbaros do Sul” foi substituída por “Holandeses” em virtude do uso da primeira designação desagradar às autoridades japoneses. Trata-se de um trabalho contendo uma exposição sobre teoria humoral, seguida de prescrições para

45 Sobre estas variantes e sua listagem, ver Hiraoka Ryuju, “The transmission of western Cosmology to 16th century Japan”, *The Jesuits, the Padroado and East Asian Science (1552-1773)*, ed. cit., pp. 81-98; e José Miguel Pinto dos Santos, Apêndice I, *Study in cross-cultural [...]*, ed. cit.

46 A 1.^a ed. de *Kenkon Bensetsu* saiu em Tóquio em 1914. O texto em japonês com a sua tradução para inglês é apresentado por José Miguel Pinto dos Santos, *Study in cross-cultural*, ed. cit., parte 3, cap. VI, pp. 319-700.

tratamentos vários, uma farmacopeia e um glossário técnico⁴⁷. Considerando a possibilidade desta obra ser de Chuan, tudo leva a crer tratar-se do resultado de uma compilação de notas consignando conhecimentos adquiridos nos contactos com a feitoria holandesa de Deshima. Conhecimentos europeus, é certo, mas adquiridos após a apostasia. Em todo o caso, tenha-os ou não passado a escrito, esses saberes deram-lhe a reputação bastante para congregar um grupo de discípulos, alguns dos quais, vindo a exercer medicina, estiveram na origem de três proeminentes tradições ou escolas, base da formação de médicos ao serviço do governo durante o período Tokugawa.

Conclusão

As duas vidas Cristóvão Ferreira / Sawano Chuan constituem um dos múltiplos exemplos de formas de estar dos portugueses, no quadro do processo de expansão imperial que os levou aos quatro cantos do mundo. Na prática, experiências de vida, partilhadas entre dois mundos. Por via de regra, os seus protagonistas desempenharam papéis importantes na qualidade de intérpretes e mediadores. Muito frequentemente, a escassez de documentação existente nas terras de acolhimento torna difícil seguir-lhes os passos após o corte com a sociedade onde nasceram e cresceram. Não é o caso de Cristóvão Ferreira. De facto, ele soube aproveitar a sua bagagem cultural e religiosa para, já na pele de Chuan, a utilizar nas actividades que veio a desenvolver. Ganhou, assim, uma certa notoriedade, responsável pela sua inclusão em registos japoneses. O seu nome é referência obrigatória, enquanto agente de introdução das concepções filosóficas e científicas ocidentais, na historiografia japonesa sobre o tema⁴⁸.

Por outro lado, embora possa parecer paradoxal, foi a apostasia, o acto socialmente condenável balizador da passagem de Cristóvão Ferreira a Sawano Chuan, a origem duma projecção alçada a um plano, ousaríamos dizer, sem fronteiras, ao suscitar formas de produção literária criativa.

Em 1966, saía no Japão o romance *Chinmoku* (Silêncio) de Shusaku Endo (1923-1996), um japonês católico, que no mesmo ano receberia o prestigiado prémio literário Tanizaki. Considerada a obra maior deste autor, comparado

47 Na impossibilidade de ter acesso a esta obra, seguimos a informação compilada por George Elison, *ob. cit.*, pp. 209 e 448 (notas 67-68).

48 Ver, a título de exemplo, Nakayama Shigeru, *A History of Japanese Astronomy: chinese background and western impact*, Harvard University Press, 1969.

aos grandes romancistas europeus católicos François Mauriac e Graham Greene (este último considerava-o mesmo um dos maiores escritores do séc. XX), foi rapidamente publicada em várias línguas. Em português a primeira edição é de 1990 com tradução de José David Antunes. O sucesso alcançado por este livro plasma-se também em várias adaptações: filme do mesmo nome saído em 1971 e realizado por Masahiro Shinoda, ópera do compositor e poeta Teizo Matsunura, sinfonia composta em 2002 pelo músico escocês James MacMillan, adaptação ao cinema do realizador americano Martin Scorsese. O *Silêncio* centra-se na personagem de Sebastião Rodrigues, baseada na figura histórica de Giuseppe Chiara um dos elementos do Segundo Grupo Rubino, um jesuíta que entra no Japão em busca de Cristóvão Ferreira, procurando descobrir as razões do seu renegamento. Na longa caminhada feita, é confrontado com uma série de situações dolorosas e abalado por dúvidas que o farão questionar a indiferença divina (o silêncio de Deus) perante as atrocidades por ele testemunhadas. Os encontros com Cristóvão Ferreira acabam por levá-lo também à apostasia, mantendo-se, embora, até à morte intimamente fiel à fé cristã. Não deixa de ser significativo o facto de ser pela boca de Cristóvão Ferreira, representado como um homem desencantado, descrente, vergado física e espiritualmente, que o autor dá voz à sua teoria sobre a dificuldade de enraizar o cristianismo no “pântano japonês”, atribuindo-a a incompatibilidades culturais e civilizacionais. Nas palavras de Cristóvão Ferreira a Sebastião Rodrigues: “Este país é um pântano. Já é tempo de o compreender. Um pântano, sim, e muito mais espantoso do que imagina. Plante você aí um arbusto e logo verá que as raízes começam a apodrecer, as folhas a secar. Foi neste pântano que implantámos o cristianismo”⁴⁹.

Mais recentemente, o romancista francês Jacques Keriguy publicou a obra *L'Agonie* (editions du Seuil, 2003), cuja acção se situa toda ela durante o suplício da fossa de Cristóvão Ferreira, ou seja, cinco dias. Uma narrativa extremamente bem fundamentada do ponto de vista histórico. Através de uma segunda pessoa que se dirige interiormente a Cristóvão Ferreira são revisitadas as etapas fundamentais da sua vida de missionário, levando-o a consciencializar-se de erros e excessos cometidos, da hipocrisia de certas práticas, das dúvidas e interrogações que o atormentaram. Um processo mental, mas também físico, em que o supliciado, atingida a niquilidade, renasce para uma nova vida: “La nuit chavire. Soudain le noire, inattendu, profond, total. Tu penses que tes yeux

49 Edição de 1990, Edições Dom Quixote, p. 207.

ont fondu. Quelle importance ? Tu as saisi l'univers. Ta vie commence en cet instant, inattaquable”⁵⁰.

Também em Portugal os ecos da apostasia de Cristóvão Ferreira marcam o filme *Os olhos da Ásia* (1996), realizado por João Mário Grilo. Centrado na história dos quatro jovens integrantes da chamada embaixada do Japão à Europa, o filme fecha-se com o paralelismo entre o destino de um deles, Julião Nakaura, e Cristóvão Ferreira. Submetidos ao mesmo tempo ao suplício da fossa, um morre pela fé e outro abjura-a. Na leitura do realizador, “Cristóvão Ferreira é uma personagem fundamental do filme. Quando o Japão se fecha, os que ficam fazem-no porque aceitam transformar-se. Cristóvão Ferreira recusa morrer em nome do sonho fundamentalista dum Japão cristão e aceita transformar-se. Ele é, de certa forma, anti-herdeiro de Julião Nakaura, que vai no sentido fundamentalista, e cuja saída preferencial é o martírio”⁵¹.

50 Edição cit., p. 233.

51 Suplemento “Descobrimentos”, *Jornal de Letras*, 04.12.96.

Apêndice Documental

Cópia de uma carta que o padre Cristóvão Ferreira da Companhia de Jesus provincial do Japão estando preso pela Fé em Nagasáqui escreveu ao padre André Palmeiro visitador das províncias de Japão e China, 6 de Setembro de 1633.

BNP, códice 764o, f. 41

Misericordias Domini in aeternum cantabo, pois usou de tanta comigo, que sem embargo de meus muitos e grandes pecados teve por bem de me fazer tão alta mercê, como é ser preso pela confissão e pregação de sua santíssima lei. Peço a V. R. encarecidamente, que me ajude a lhe dar as devidas graças por tão inestimável benefício, e me alcance do mesmo Senhor leve ao cabo o que tem começado, dando-me graça para dar a vida por sua Santa Lei e Fé a maior gloria sua. Nesta relatarei brevemente os que da nossa Companhia foram martirizados neste ano de 633 e os que ao presente ficam presos esperando cada dia pelo martírio. (Depois de os relatar, acrescenta) Fazem-se ainda grandes diligências para prender outros porque todos quantos há em Japão todos tem a rol. E como os malsins são muitos e as diligencias que se fazem grandes, poucos ou nenhuns escaparão. Nosso Senhor ponha os olhos de sua infinita misericórdia nesta Cristandade que, certo, está em grandíssimo perigo de se perder, e se consideramos a facilidade com que, em espaço de dous meses, foram presos onze sacerdotes a saber, oito da Companhia, dous Domínicos, e hum de Santo Agostinho, pode-se temer que Deus quer dar algum grande castigo, pois lhe vai tirando os pastores de modo que, desdo princípio de Setembro passado até o princípio deste, entre mortos, martirizados e presos lhe faltam 23 sacerdotes, e o caminho totalmente fechado para virem outros, antes a vinda deles é causa de mor rigor como a dos do ano passado, que foi causa de tanto aperto e prisões. Neste cárcere estamos onze todos tocantes à Companhia e pela graça de Deus todos estão com muito ânimo e desejo, esperando por aquela hora ditosa e o mesmo farão os cinco de Omura. Os mais contarão os que forem, porque escassamente pude escrever esta às escondidas, e com uma pena feita de hum pedaço de bambu, e assi acabo pedindo a santa bênção de V.R. e perdão de muitas minhas faltas e, prostrado aos pés de V. R. e dos mais padres e irmãos caríssimos, peço seus santos sacrifícios e orações. 6 de 7^{bro} de 633.

Cristóvão Ferreira preso por Cristo

III.
DAS ITINERÂNCIAS
MARÍTIMAS

10. Uma leitura do cosmopolitismo português na época dos Descobrimentos e Expansão marítima (A propósito da exposição Rota do Cabo – ligação de mundos)

Patriotas transitórios duma mesma pátria incerta,
Eternamente deslocando-se sobre a imensidade das águas!
(.....)
Com o cosmopolitismo perfeito e total de nunca pararem num ponto
E conterem todas as espécies de trajes, de caras, de raças!
(Álvaro de Campos)

Em meados do século XVI, quando surgiam as primeiras reflexões em torno das consequências dos Descobrimentos e da Expansão marítima, o poeta Sá de Miranda, preocupado com a mudança de modos de vida e de costumes dos seus compatriotas, interrogava-se: “Passou de vivenda ó mar / Homens naturais da terra?”¹. A passagem de “vivenda ó mar” sintetiza expressivamente uma das dimensões cosmopolitas mais marcantes da vivência ultramarina na época dos Descobrimentos – a itinerância marítima.

Se, por via de regra, na leitura dos poetas quinhentistas, as andanças dos portugueses fora do torrão natal foram estimuladas pela ambição de fama e de riqueza e, como tal, consideradas elemento de perturbação de um ideal de vida – a *aurea mediocritas*, ou seja, a “dourada mediania” –, não deixou de ser também pela pena destes mesmos poetas que elas se transmutaram na suprema aventura da condição humana, esteticamente sublimada na eterna “inquietação da alma e da vida”.

1 “Carta a Pero Carvalho”, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, edição de Carolina Michaelis de Vasconcelos, Lisboa, IN-CM, 1989 (fac-símile da edição de Halle, Max Niemeyer, 1885), p. 218.

Mas, uma outra escrita, de linguagem bem mais chã e directa, reflecte esta peculiar forma de vida além-mar: a chamada “literatura de viagens dos Descobrimentos e da Expansão”. Engendrada numa extraordinária multivariabilidade de experiências e irrompendo à margem dos cânones literários, esta literatura, constituída por um *corpus* compósito e heterogéneo, testemunha uma extraordinária diversidade de vivências itinerantes que, em última análise, têm como elemento unificador a viagem de dentro para fora através dos mares. Neste campo, são exemplos paradigmáticos algumas das mais belas peças da literatura portuguesa, como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto² e os relatos de naufrágios da *História trágico-marítima*³.

Este “nunca pararem num ponto” dos portugueses era tão manifesto que acabou por se constituir como um dos sinais identificadores da diferença no olhar do Outro: “raça de gentes muito brancas e formosas que usam botas e chapéus de ferro e nunca se detêm em parte alguma”, escreve-se na crónica cingalesa *Rajavali*; “gente que anda errante, ora aqui, ora ali, não tem residência certa”, corrobora-se, já nos inícios do século XVII, na crónica japonesa intitulada *Livro das Espingardas*⁴. A mesma impressão se colhe na imagem transmitida por alguns portugueses que, apesar de terem vivido a experiência ultramarina, conseguiram o distanciamento crítico próprio de quem olha de fora para dentro. Rodrigues da Silveira, um soldado que, nos finais do século XVI, militou largos anos no Oriente e que se assumia como uma espécie de “estrangeirado”, assim caracteriza o comportamento dos seus compatriotas no Oriente: “andando como egíptanos (ciganos), de terra em terra, de porto em porto, sofrendo mil injúrias e afrontas por cobiça de qualquer ganância”⁵.

Significativa é também, no mesmo contexto, a mutação do modelo de herói. Através do movimento das viagens marítimas, o arquétipo cavaleiresco medieval adquire uma dimensão predominantemente marítimo-itinerante com os chamados “heróis do mar”. Este processo é modelarmente sintetizado em duas obras-primas da literatura portuguesa, as *Décadas da Ásia* de João

2 A primeira edição saiu das oficinas de Pedro Crasbeeck, em Lisboa, em 1614; dela foi feita, recentemente, uma edição fac-similada (Maia, Castoliva editora, 1995).

3 Compilação de relações de naufrágios organizada, no séc. XVIII, por Bernardo Gomes Brito, Lisboa, 1735-1736.

4 Excertos transcritos de “O encontro de Portugal com a Ásia” de Rui Loureiro, *O confronto do olhar*, Lisboa, editorial Caminho, 1991, pp. 172 e 198.

5 Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 223.

de Barros e *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Nelas, este novo tipo de herói, o conquistador do mar já “lavrado” que era o Índico, emerge a partir da empresa de desbravamento e exploração dum espaço/percurso ainda “virgem” – o Mar Oceano⁶. Nesta leitura, Vasco da Gama é simbolicamente a figura charneira: o último dos nautas e o primeiro dos conquistadores a passar de “vivenda ó mar”. Não surpreende, por isso, que, aquando da sua segunda viagem à Índia em 1502, tenha declinado um convite do rei de Cananor para o ir visitar a terra, nos seguintes termos: “que ir a terra a descansar o não podia fazer, porque seu descanso era no mar, pelo costume que já tinha de andar no mar”⁷.

Praticamente, durante todo o século XVI e mesmo nos séculos. posteriores, a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia pela rota marítima do cabo da Boa Esperança quase ofuscou todo processo histórico que a precedeu. E não tanto pela proeza da viagem em si, mas pelas suas consequências, ou seja, pela abertura de um novo espaço de expansão mercantil e guerreira. Como cenário de façanhas militares, onde emergiram os já citados “heróis do mar”, a Índia foi celebrada; como cenário da “gesta da mercancia”, onde permanentemente se resvalou para a chatinagem, a Índia foi vituperada.

Durante gerações a memória colectiva dos povos absorvida por este fascinante campo de contradições relegou para segundo plano toda uma caminhada inovadora, de desbravamento, de exploração e de aprendizagem do Mar Oceano, verdadeiro alicerce de um projecto de expansão para o Oriente do qual a viagem de Gama mais não seria que um remate⁸.

Ora, é incontestável ter sido nesta viagem ao longo do Mar Oceano, motivado pela convergência de múltiplos incentivos, que Portugal encontrou espaço para crescer e, paralelamente, foi desbloqueando, inicialmente ainda sem objectivos bem definidos, uma via marítima de acesso à Índia e posteriormente, ao Brasil:

6 Nome que, ao tempo, se dava ao Oceano Atlântico.

7 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. I, Porto, Lello e Irmão, 1975, p. 294.

8 Em confirmação desta asserção, revestem-se de significado as ritualizações da História. Desde o seu início, em finais do século XIX, até aos nossos dias, só em 1987 se comemorou a viagem de um navegador – Bartolomeu Dias. Para uma resenha dos ciclos comemorativos, ver Fernando Catroga, “Ritualizações da História”, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-673. Significativo é também que os feitos dos navegadores/descobridores pouco tenham incitado a produção literária de Quinhentos.

- bordejando a costa ocidental do continente africano e, simultaneamente, atraindo para o mar a exploração das suas riquezas;
- aprendendo a navegar pelas alturas dos astros num mar que, pela sua imensidão e especificidades, nomeadamente ventos, correntes e orientação Norte-Sul, obrigava a novas técnicas de navegação;
- estabelecendo bases estratégicas e logísticas de apoio ao longo das costas e nas ilhas que povoavam esse mar;
- garantindo, através de instrumentos jurídicos (bulas e tratados internacionais), o direito à posse das terras e dos caminhos marítimos descobertos.

Em síntese, construindo um espaço/percurso de abertura para o Oriente, através do delineamento dos seus contornos, das suas dimensões, das suas “conhecenças” ou especificidades, consignado na produção cartográfica da época que, progressivamente, substitui o fantástico das representações geográficas clássicas e medievais⁹. Neste particular, são expressivas as palavras do matemático Pedro Nunes (1502-1578): “Os portugueses ousaram cometer o grande Mar Oceano [...] e fizeram o mar tão chão que não há quem hoje ouse dizer que achasse novamente alguma pequena ilha, alguns baixos ou sequer algum penedo, que per nossas navegações não seja já descoberto”¹⁰.

* * *

A mobilidade transoceânica dos portugueses configura e é configurada por um império colonial, até aos finais do século XVI, fundamentalmente marítimo e mercantil. Através dos mares se fazia a comunicação entre o pontilhado de conquistas terrestres; nos mares se efectuava a maior parte das acções militares de conquista, de manutenção e de defesa. E é precisamente nesse Oriente, espaço por excelência da “gesta da mercancia”, que, em nosso entender, se consubstanciam outras feições cosmopolitas do expansionismo português de Quinhentos. Sendo este império essencialmente uma rede, a sua dinâmica

9 Sobre a construção do espaço – do fantástico ao real, veja-se Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e prática de navegar – sécs. XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990 e do mesmo autor *O papel de Portugal nos sécs. XV e XVI – Que significa Descobrir? – Os novos Mundos e um Mundo Novo*, Lisboa, GTMECDP, 1994.

10 Carta dedicatória ao infante D. Luís, *Tratado em defesa da Carta de marear* (1537), pub. *Obras*, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, 1940.

assentava no sistema de comunicação/circulação marítima entre dispersos espaços enquistados ao longo das costas, abertos para o mar e vincadamente urbanos – cidades ou povoações onde desembocavam mercadorias ou onde se cruzavam circuitos comerciais¹¹. Alguns viajantes europeus que visitaram estes entrepostos comerciais, como Jan Huygen van Linschoten¹², François Pyrard de Laval¹³ ou Jacques de Coutre¹⁴, fizeram deles descrições emblemáticas, pois retratam verdadeiros empórios por onde passavam ou onde coabitavam as mais desvairadas gentes. Transcreve-se, a título de exemplo, a descrição do leilão de Goa, feita por Jan Huygen van Linschoten, um holandês que viveu cinco anos nesta cidade, nos finais do séc. XVI:

Em Goa realiza-se todos os dias um ajuntamento, onde se reúnem tanto cidadãos locais como gente de todas as nações da Índia e regiões em redor, o qual se assemelha ao ajuntamento da bolsa de Antuérpia, embora seja diferente, porque aqui se juntam tanto fidalgos e outras pessoas como os mercadores. E ali então se vendem todas as mercadorias e produtos indianos, pelo que quase parece uma feira. [...] Realiza-se na rua principal da cidade, chamada Rua Direita, e chama-se o leilão, que é uma espécie de venda pública, porque há certos pregoeiros da cidade ordenados para o efeito, que têm todas as coisas à venda e andam a apregoá-las. Durante o tempo do leilão ou venda pública, estes pregoeiros andam sempre revestidos de todo o género de correntes de ouro, joias valiosas, adornos, anéis e pedras preciosas. Andam também rodeados de muitos géneros e nações de cativos, homens e mulheres, novos e velhos, que lá são vendidos quotidianamente, como entre nós os animais, e de onde cada um pode escolher o que desejar a seu bel-prazer, cada qual a seu preço. Também se encontram aqui cavalos árabes, todo o género de especiarias e drogas, gomas cheirosas e materiais semelhantes, tapetes finos e lindos, e mil curiosidades de Cambaia, Sinde, Bengala, China etc., o que é uma maravilha de

11 Sobre o assunto, veja-se Luís Filipe Thomaz, “A estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 207/243.

12 *Itinerário, viagem ou navegação de [...] para as Índias Orientais ou Portuguesas*, versão portuguesa preparada por Arie Pos e Rui Loureiro, Lisboa, CNCDP, “Outras Margens”, 1997 (1.ª edição: Amesterdão, 1596).

13 *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes Orientales* (1601-1611), Texte établi par Xavier de Castro et présenté par Geneviève Bouchon, Paris, Chandeigne (1.ª edição: Paris, 1611).

14 *Andanzas asiáticas*, ed. de Eddy Stols, B. Teensma e J. Werberckmoes, Madrid, História 16, 1991 (1.ª edição, Madrid, 1640).

contemplar. [...] Tal como este ajuntamento em Goa, outros se realizam da mesma maneira em todas as cidades e lugares da Índia onde vivem portugueses.¹⁵



Gravura representando o leilão de Goa, a qual faz parte das trinta gravuras, executadas por Joanes e Baptista van Doetechem, baseados em desenhos do próprio Linschoten, que acompanhavam a 1.^a edição do *Itinerário* (Amsterdão, 1596) deste autor.

A exposição “Rota do Cabo – Ligação de Mundos”, tendo como eixo de referência a memória da viagem que inaugurou a ligação marítima regular entre o Oriente e o Ocidente, propõe-se desencobrir algumas das múltiplas implicações culturais decorrentes não só do processo que levou à abertura da Rota do Cabo, mas também da encruzilhada rede de circuitos que a prolongaram até aos confins do outro lado do Mundo. As peças expostas são, na sua quase totalidade, o que ao tempo se designava por “testemunhos mudos”. Não falam, mas expressivamente testemunham do sentido cruzado de uma variedade de viagens: de saberes, de palavras, de formas, de plantas, de animais, de sabores, de cheiros. Testemunham também permutas, incorporações e contaminações recíprocas entre mundos culturais diferentes. É certo, não o

15 Cf. *supra*, edição citada na nota 12, cap. 29, pp. 148-149.

podemos ignorar, que subjacente a esta circulação não esteve só o gosto e a curiosidade pelo novo, pelo exótico; esteve também o, muitas vezes inconfessado, desejo de conhecer para melhor dominar ou, se se quiser, para enquadrar, por caminhos mais ou menos violentos, a diversidade dos outros nos padrões culturais europeus. Por isso, gostaríamos que esta exposição fosse olhada e lida com o sentido pedagógico que tão bem soube sintetizar Peter Winch: “Para se estudar seriamente outra maneira de viver, é necessário tentarmos alargar a nossa, não apenas trazer a outra forma aos limites já existentes na nossa”.

11. Os “heróis de Mar” nas letras portuguesas de Quinhentos

Quando, no quadro das comemorações da viagem de dobragem do Cabo de Boa Esperança por Bartolomeu Dias, em 1987, fui desafiada a explorar as ressonâncias desta viagem na literatura coeva, lancei-me entusiasmada na pesquisa. Parecia-me na altura evidente que, ontem como hoje, Bartolomeu Dias sempre fora o “capitão do fim”, aquele que “dobrava o assombro” e provara que “o mar era o mesmo”. Inconscientemente, projectava no passado longínquo a imagem poética, ensinada nos bancos da escola, de um Bartolomeu marinheiro descobrindo “que o gigante era um penedo / que tinha forma de gente” e o mar “um quarto escuro / onde os meninos tinham medo de ir”¹!

Todavia, quando me fui enfronhando numa pesquisa sistemática, foi-se tornando claro que a viagem de Bartolomeu Dias não fora, no seu tempo, estimulante de produção literária, nem tão-pouco o fora, como se poderia esperar, do género épico. Nenhum poeta, exceptuando Luís de Camões, o imortalizou nos seus versos. E mesmo em Camões, não tem a aura de outras personagens da gesta lusitana. N’*Os Lusíadas* aparece, sem nome, apenas como o primeiro a ter sofrido as consequências da ira do monstro Adamastor contra os que ousaram desafiá-lo:

“E da primeira armada que passagem
Fizer por estas ondas insofridas,
Eu farei de improviso tal castigo
Que seja mor o dano que o perigo!

Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu suma vingança”;
(*Os Lusíadas*, canto V, estrofes 43 e 44)

¹ *Bartolomeu Marinheiro*, versos de Afonso Lopes Vieira, ilustrações de Raul Lino. Lisboa, editorial Limitada, 1912.

Nos cronistas a mesma atitude: silêncio ou notícia lacónica, sem direito a capítulo especial. A excepção é João de Barros, ao dedicar grande parte do cap. 4.º do livro III da *Década 1.ª da Ásia* à viagem capitaneada por Bartolomeu Dias. Mas, apesar desse destaque, também para ele Bartolomeu Dias não é o “capitão do fim”, não atingiu uma etapa fundamental no longo processo europeu de descobrimento do globo terrestre, mas sim o capitão de uma viagem inacabada. Quando conta que o navegador, pressionado pela tripulação, teve de regressar a Portugal, comenta ter-se ele apartado do padrão do ilhéu de Santa Cruz “com tanta dor, e sentimento, como se leixara um filho desterrado pera sempre, lembrando-lhe com quanto perigo de sua pessoa e de toda aquela gente, de tão longe vieram somente àquele efeito, pois lhe Deus não concedera o principal”². Atente-se na parte final: de tão longe vieram somente àquele efeito, pois lhe Deus não concedera o principal. Dobrar o cabo das Tormentas é “somente aquele efeito”, não sendo por si só justificativo de viagem tão longa. O principal ficara por fazer!

A mesma leitura em António Galvão (c. 1490-1557) que, num claro aproveitamento de imagem já difundida por Valentim Fernandes no início do séc. XVI, conclui não ter o nauta português, tal como Moisés, chegado à Terra de Promissão³!

A escassez de informação relativamente à época em causa e a política de obliteração da acção expansionista de D. João II nos reinados que imediatamente se lhe seguiram podem em parte justificar o “caso” Bartolomeu Dias, mas não explicam o fenómeno mais vasto de quase indiferença da grande maioria dos letrados relativamente às proezas marítimas dos seus contemporâneos. Com efeito, as conclusões tiradas para Bartolomeu Dias podem aplicar-se também a outros navegadores que se destacaram na exploração do Atlântico – Gil Eanes, Pero de Sintra, Pero Escobar, João de Santarém, Diogo Cão e tantos outros –, cujas viagens inovadoras também não mereceram o encómio das letras⁴.

E, se dos casos individuais passarmos para o empreendimento marítimo colectivo, também sob esta perspectiva verificamos terem sido poucos os

2 João de Barros, *Década 1.ª*, Lisboa, ROT, 1778, livro III, cap. 4, pp. 189-190.

3 Epístola da Valentim Fernandes a D. Manuel, I, precedendo a sua edição do “Livro de Marco Paulo de Veneza”, Marco Paulo, ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922, f. Aij r; António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, Liv. Civilização, 1987 (1.ª edição 1563), pp. 81-82.

4 Sobre o assunto ver Maria Augusta Lima Cruz, “Bartolomeu Dias e as Letras”, *A Viagem de Bartolomeu Dias e a problemática dos Descobrimentos*, Actas de seminário organizado pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, em 1988, Direcção Regional da Educação e Cultura / Direcção Regional dos Assuntos culturais, 1989, pp. 145-158.

que o valorizaram ou na viagem marítima encontraram fonte de inspiração literária

É certo que Camões escreveu:

Assi fomos abrindo aqueles mares,
Que geração algũa não abriu,
As novas ilhas vendo e os novos ares
Que o generoso Henrique descobriu.
(*Os Lusíadas*, canto V, estrofe 4)

É certo também ter João de Barros precedido a sua história da Milícia portuguesa na Ásia, vulgarmente conhecida pela designação de *Décadas da Ásia*, de um apanhado – os quatro primeiros livros da *Década 1.^a* – sobre o caminho percorrido pelos navegadores portugueses até às portas da Índia, destacando não raras vezes aspectos inovadores da viagem no Mar Oceano. Basta citar, a título de exemplo, o célebre passo da referida *Década* no qual realça o contraste entre as navegações dos gregos no Mediterrâneo “sempre à vista da terra, jantando em um porto, e ceando em um outro” e as dos marinheiros portugueses “navegando per tantas mil léguas, que vem a ser antípodas de sua própria pátria, cousa tão nova, e maravilhosa na opinião das gentes, que até doutos, e mui graves barões em suas escrituras puseram em dúvida de os haver”⁵.

Mas, de um modo geral, as navegações e as viagens de exploração geográfica pouco incitaram a produção literária da época. Se compulsarmos uma coletânea poética, como o *Cancioneiro Geral* de 1516, organizada por Garcia de Resende, constatamos contarem-se pelos dedos das mãos os autores cuja inspiração bebeu em vocábulos ou situações relacionadas com a vida no mar.

Diogo Brandão, por exemplo, dedica uma esparsa a uma senhora, apelidada Costa, nos seguintes termos:

Quem bem sabe navegar,
pola vida segurar,
a esperança tem posta
dentro no pego do mar.
Mas aqui por se salvar
deve certo vir à Costa

5 João de Barros, *Década 1.^a*, livro IV, cap. 7, ed. cit., pp. 360-361.

porque, posto que naquela
de vivo se veja morto,
ganha-se tanto por vê-la,
qu’ê melhor perder-se nela
que salvar-se noutro porto.⁶

Também Álvaro de Brito em trovas fingindo navegar com tormenta, descreve o seu estado de espírito num jogo de trocadilhos de referências náuticas:

Neste negro navegar
grandes agonias sento,
em largas coitas passar
são acerca de dobrar
com tormentas meu tormento.
Árvor seca vou correndo
sobre bancos de discórdia,
antre baixas me perdendo,
nem destreza me valendo,
nem pedir misericórdia.

Vou assi quasi perdido,
levo rota de trestura,
bem querendo, mal querido,
onde penso ter havido
o cabo de desventura;
[...]
Em vagas de mar aceso
contra vento e sem maré,
vejo meu prazer despeso,
vejo-me remeiro preso
em sentina de galé.
Não acho terra segura
que tenha seguro porto,
nem quem haja de mim cura,

6 *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, fixação do texto e estudo por Aida Fernandes Dias, Lisboa, IN-CM, 1990-1993 (4 volumes), vol. II, p. 247.

nestas ondas d'amargura
de mil mortes vivo morto.⁷

Mais um punhado de exemplos poderia ainda referir perpassados de uma poética do mar eivada de tonalidades sombrias, tristes e, por vezes, até depreciativas:

Nesta viagem e ida,
o que nela navegar
bem se deve contentar
co'a vida

escreve Brás da Costa, antes preferindo cavar e roçar do que ir para o mar; e é bem conhecida a resposta de Garcia de Resende:

Tenho tão avorrecida
tod'arte de marear,
que não hei nela d'entrar
nesta vida.⁸

Uma visão da vida do mar, nostálgica e desprovida de encantos, que subsistirá ao longo do séc. XVI em muitos outros autores. João de Barros, quando descreve a partida da armada capitaneada por Pedro Alvares Cabral, em 1500, comenta:

E o que mais levantava o espírito destas cousas, eram as trombetas, atabaques, sestros, tambores, frautas, pandeiros, e até gaitas, cuja ventura foi andar em os campos no apascentar dos gados, naquele dia tomaram posse de ir sobre as águas salgadas do mar, nesta e noutras armadas que depois a seguiram, porque pera viagem de tanto tempo tudo os homens buscavam pera tirar a tristeza do mar.⁹

7 *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, ed. cit., vol. I, pp. 227-228.

8 *Idem*, vol. III, pp. 29-30.

9 João de Barros, *Década 1.^a*, livro V, cap. 1, ed. cit., p. 383.

O próprio Camões, tão sensível à aventura do mar, põe na boca do Velho do Restelo, o célebre vitupério:

Oh, maldito o primeiro que, no Mundo,
Nas ondas vela pôs em seco lenho!
(Os *Lusíadas*, canto IV, estrofe 102)

Enquanto para Sá de Miranda, a “peçonha” que enfraquecia o Reino entrava pelos portos e os marinheiros vadios são comparados a bugios:

Vereis barcos ir à vela
Uns que vão, outros que vêm
Como que se desavêm
C’üa viração singela;
Tanta força e arte tem.
Os marinheiros vadios
Que vilmente a vida apreçam,
Nas enxarcias dos navios
Voltejam como bugios
Inda que vos al pareçam.¹⁰

Pouco entusiasmante é ainda a teatralização de uma viagem marítima apresentada por Gil Vicente na tragicomédia *O Triunfo do Inverno*. Uma paródia em torno de uma tripulação constituída por um piloto boçal, um marinheiro e três grumetes.

Um dos grumetes, quando o piloto lhe ordena “caça poja do traquete”, responde:

E quem é aqui o traquete?
O “traque” sei eu que é,
mas o “quete” não sei eu
inda agora onde ele s’ é.

10 “Carta a António Pereira”, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, edição de Carolina Michaelis de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1989 (fac-símile da ed. 1885 da BNP). 250, estrofe 36.

Mas também o piloto, quando o marinheiro lhe pergunta – “Tomastes vós hoje a altura / por saberdes onde estais?”, responde:

C’o Rio dos Bons-Sinais
Me faço a Deos e à ventura.

Ou n’Auguada de Boa-Paz,
ou seremos tanto avante
como o Rio do Infante,
segundo o tempo aqui faz,
ou c’o Cabo das Correntes.

E o marinheiro, o único que parece saber do ofício, não hesita em apelidar o seu superior de “piloto d’Alcochete / pera o rio das enguias”, e em considerar “um piloto de pau / sabe mais na marinhagem”¹¹.

* * *

Perguntar-se-á, então:

– Quais foram, afinal, os heróis da empresa ultramarina imortalizados pelas letras quinhentistas? Quais proezas estimulantes da veia poética dos nossos antepassados? Que acções fizeram ao tempo correr rios de tinta?

A resposta é bem simples: foram os homens de armas, aqueles que obra-ram as façanhas ou os célebres feitos guerreiros.

Se manusearmos o já citado *Cancioneiro geral* ou a *Miscelânea* de Garcia de Resende constatamos, para além das “gentilezas e coisas de folgar”, haver claramente uma linha de exaltamento daqueles que “quebram tranqueiras de mouros” em terras do Norte de África. Diogo Brandão, num breve resumo histórico dos reinados que precederam o de D. João II, evoca num tom quase épico as conquistas marroquinas¹². O mesmo acento em João Rodrigues de Sá, a propósito da conquista de Azamor:

11 Gil Vicente, “Triunfo do Inverno”, *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1965, pp. 1210-1212.

12 “De Diogo Brandão à morte de d’el-rei Dom João o segundo”, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, ed. cit. vol. II, pp. 209-220.

Cale-se ã pouco, nom tanja Tristão,
o deus das batalhas repousa algũ tanto,
metam as armas seu medo e espanto
à seita maldita, ó falso Alcorão!¹³

E João Roiz de Castelo Branco, dirigindo-se a Antão da Fonseca estante em Alcácer Ceguer, escreve:

Dos mouros que lá matastes
vos tenho muita enveja,
e levo glória sobeja
da grand'honra que ganhastes.¹⁴

Contraste-se, por outro lado, o tratamento jocoso dado por Gil Vicente à viagem marítima despida de aparatos bélicos, na já citada tragicomédia *O Triunfo do Inverno*, com a exaltação sublime da conquista feita pelo mesmo autor na *Exortação da guerra* ou no *Auto da fama*. Nesta última, a Fé declara:

Vós, Portuguesa Fama, não tenhais ciúmes,
Que estais colocada na flor dos Cristãos,
Vossas façanhas estão colocadas
Diante de Cristo, Senhor das alturas:
Vossas conquistas, grandes aventuras,
São cavalarias mui bem empregadas,
Fazeis as mesquitas serem desertadas,
Fazeis na Igreja o seu poderio:
Portanto o que pode vos dá domínio
que tanto reluzem vossas espadas.¹⁵

Relembre-se ainda que, no *Auto da Barca do Inferno* do mesmo autor, os cavaleiros mortos em Marrocos, têm direito ao paraíso, porque “morremos nas

13 “Pergunta de João Rodrigues de Sá a Aires Teles, quando o Duque ia a Azamor”, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, ed. cit., vol. II, p. 470 e sgs.

14 “Trovas que mandou João Rodrigues Castel Branco a Antão da Fonseca”, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, ed. cit., vol. II, pp. 316-320.

15 Gil Vicente, “Auto da Fama”, *Obras de Gil Vicente*, ed. cit., pp. 134-135.

partes d'Além / e não queirais saber mais" e, mais adiante, o anjo acrescenta "que quem morre em tal peleja / merece paz eternal"¹⁶.

O mesmo espírito nos *Poemas Lusitanos* de António Ferreira e nas *Poesias* de Pero de Andrade Caminha, em cujas obras abundam os epitáfios e os epigramas dedicados aos homens de armas que se notabilizaram em Marrocos ou na Índia. Também em Sá de Miranda, apesar de marca não tão profunda, perpassa a nostalgia dos "bons trajes de pastores / em que saístes às pelejas"¹⁷.

Por último, até o próprio Camões, embora à margem das elites intelectuais da época e, como disse, sensível à aventura do mar, se propõe cantar "as armas e os barões assinalados".

Em reforço do afirmado, atente-se em dois casos esclarecedores. Alguns desses guerreiros imortalizados pelas letras do séc. XVI, como Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro, deixaram também obra escrita. Obra de outro tipo e que hoje tanto valorizamos, as viagens ditas científicas. No entanto, não foram essas suas proezas que os escritores do tempo acharam dignas de memória, mas sim as campanhas militares e os feitos guerreiros por eles protagonizados no Oriente.

A mesma atitude está patente, como aliás bem se compreende, na historiografia da época. As guerras de Marrocos, a fundação do castelo de S. Jorge da Mina, os contactos diplomáticos com reinos africanos e, já depois da abertura da rota do Cabo, as conquistas e guerras no Oriente são as matérias de além-mar privilegiadas pelos cronistas nas suas crónicas do Reino. E mesmo os chamados cronistas da expansão, como Gomes Eanes de Zurara, Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Diogo do Couto e António Bocarro afirmam expressamente ser objectivo prioritário das suas narrativas dar memória a "gloriosos e ilustres feitos" em armas.

A explicação para esta valorização das façanhas guerreiras encontra-se, por um lado, na formação cultural dominante na época, ainda pautada predominantemente por uma escala de valores nobiliárquicos: um nobre era educado para as armas, às armas devia a sua fidalguia e pelas armas ainda muitos esperavam chegar a ela. Assim o confirmava, já nos albores do séc. XVII Francisco Rodrigues Lobo: "Porque (os nobres) de nascimento o são, e pelas armas o merecem ser, assi honram a seus antepassados, melhoram e obrigam a

16 Gil Vicente, "Auto da Barca do Inferno", *Obras de Gil Vicente*, ed. cit., pp. 246-247.

17 "Carta a António Pereira", *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 138, estrofe 4.

seus descendentes. E os que, de princípios humildes, chegaram por seu braço a merecer títulos, grandezas, e senhorios, dão felice princípio a sua família. e também a reinos, potentados e casas, que os ficam em seus sucessores eternizando, como por maravilhosos exemplos dos antigos conhecemos e por experiência dos modernos se vê cada dia”¹⁸.

Esclarecedor exemplo da valorização que ao tempo ainda se fazia das armas encontra-se também nas “cartas de serviços” para obtenção de mercês régias: uma listagem de feitos guerreiros, mesmo quando estava em causa um qualquer cargo no aparelho administrativo nada tendo a ver com a experiência militar.

Além disso, apesar dos ventos de mudança da época, esses valores foram reactivados e cultivados em Portugal, em consequência das exigências decorrentes da conservação pelas armas de um vasto e disperso império. Este feixe de condicionalismos sociopolíticos e culturais explica que aos escritores portugueses de Quinhentos, incluindo os próprios humanistas, se tivesse imposto a necessidade de “uma solidariedade de acção e uma coerência de pensamento, que não poderia tolerar o divórcio entre a espada e a pena”¹⁹. Por isso, os homens de letras tanto glosaram o tópico da união das armas com as letras, num exercício caracterizado por Luís Sousa Rebelo como “humanismo cívico adequado às condições da vida nacional”²⁰. Um ideal de harmonização personalizado em figuras como D. João de Castro, Luís de Camões, Diogo do Couto e muitos outros, por via de regra representados com a espada numa mão e a pena noutra.

A itinerância e a constante mobilidade no mar ou em terras não firmes marcam profundamente a imagem destes novos heróis. Um modelo de herói que emerge, em consequência, da combinação da experiência do mar com a das campanhas militares, como testemunham as crónicas portuguesas, nomeadamente aquelas incidindo sobre a expansão no Oriente, e em parte todo um *corpus* de fontes, vulgarmente designado por “literatura de viagens”. Mas testemunham-no também, como vimos, o olhar dos outros povos²¹.

18 Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1890, vol. II, p. 82.

19 Luís de Sousa Rebelo, “Armas e Letras”, *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e da Teoria Literária*, dirigido por João José Cochofel, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. I, p. 437.

20 Idem, *ibidem*, p. 427.

21 Sobre o olhar dos outros povos, ver supra artigo intitulado “Uma leitura do cosmopolitismo português na época dos Descobrimentos e Expansão marítima”.

Em conclusão, uma leitura de toda a produção não só historiográfica mas também literária de Quinhentos conduz inevitavelmente à conclusão: os cronicados ou cantados não foram os navegadores que, modestamente e sem aprestos bélicos, descobriram e desbravaram o mar “virgem”, o Mar Oceano. Foram sim os conquistadores do mar já “lavrado” que era o Índico e “terreno marítimo” da Ásia portuguesa.

Assim, nos foram legados os nossos “heróis do mar”

12. Uma Introdução à *História Trágico-Marítima*

Em 1735-1736, sob o título *História Trágico-Marítima em que se escrevem cronologicamente os naufrágios que tiveram as naus de Portugal, depois que se pôs em exercício a navegação da Índia*, era publicada em Lisboa, pela Oficina da Congregação do Oratório, a primeira colectânea de relatos de naufrágios de navios portugueses. A obra, organizada por Bernardo Gomes de Brito (1688-1760?), continha os relatos de doze naufrágios, repartidos equitativamente por dois tomos.

O muito pouco que se sabe sobre o autor desta compilação deve-se ao seu contemporâneo Diogo Barbosa Machado, autor da *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica* (Lisboa, 1741-1759).

Neste fundamental repositório bio-bibliográfico de autores portugueses, Barbosa Machado limita-se a anotar que Bernardo Gomes de Brito nascera em Lisboa, a 20 de Maio de 1688, e que, apesar de dotado de uma “feliz memória e boa compreensão”, nunca tivera formação académica, passando a enumerar as obras impressas ou ainda manuscritas, que até à data compusera.

Aí aparecem referidos, para além dos dois volumes da *História Trágico-Marítima*, que já corriam impressos, mais três volumes da referida obra (os tomos 3.º, 4.º e 5.º), dados como já prontos para impressão, e mais duas obras ainda manuscritas: “Virtudes pelas acções dos portugueses obradas em todas as partes do mundo autorizadas por vários autores portugueses”, cujo título deixa entender tratar-se de um trabalho de compilação de textos similar ao realizado para a composição da *História Trágico-Marítima*; e “Sentenças, máximas, e apotegmas morais, e políticos escritos por lugares comuns”¹. Bernardo Gomes de Brito seria, pois, um erudito, amante e porventura coleccionador de textos antigos. É ainda Barbosa Machado a dar-nos esta pista quando no

1 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica*, vol. I, Lisboa, Na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, p. 532.

verbete dedicado a António Barros, jesuíta e poeta do séc. XVII, informa ser Bernardo Gomes de Brito possuidor de um volume manuscrito com “métricas expressões” deste autor².

Mas o paradeiro da produção manuscrita de Bernardo Gomes de Brito, incluindo os três referidos tomos que dariam continuidade à série de relatos de naufrágios, perdeu-se ou desconhece-se.

Chegou a aventar-se a hipótese de ser ele o autor de um volume, ostentando na lombada “História Trágico-Marítima – 3.º tomo”, e que, ainda em meados do séc. XIX, circulava acompanhando alguns exemplares dos dois volumes por ele editados³. Sem folha de rosto interna, este pseudo-terceiro volume aparece também designado como *Colecção de naufrágios servindo de continuação à História Trágico Marítima*, e reúne onze relações avulsas com numerações independentes. Tal hipótese, porém, embora não totalmente descartada por alguns investigadores, incluindo Charles R. Boxer⁴, está hoje praticamente posta de lado, uma vez que, das onze relações nele compiladas, cinco já figuravam na colectânea publicada por Bernardo Gomes de Brito: as dos naufrágios do galeão *São João* e da nau *Conceição*, do tomo I; e as dos naufrágios das naus *Santiago* (1593) e *Santo Alberto*, e do galeão *Santiago* e nau *Chagas* (1602 e 1594), do tomo II⁵. Em conclusão, tudo leva a crer estar-se perante mais uma das muitas colectâneas, denominadas “coleções de naufrágios”, surgidas no séc. XVIII, onde se reuniam, como peças avulsas, reimpressões e contrafacções de publicações quinhentistas e seiscentistas sobre sucessos, naufrágios e desastres marítimos.

2 Idem, *ibidem*, vol. IV (Lisboa, Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759), p. 26.

3 *Dicionário Bibliográfico Português*. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P.V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923, vol. I, pp. 377-378 e vol. II, p. 91.

4 Charles Ralph Boxer, “An Introduction to the *História Trágico-Marítima*”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, série I, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1957, pp. 48-99.

5 Os restantes seis relatos, não integrados na colectânea de Bernardo Gomes de Brito, reportam-se a naufrágios ocorridos entre 1621 e 1647 das naus *Nossa Senhora da Conceição* (1621), *S. João Baptista* (1622), *Nossa Senhora do Bom Despacho* (1630), *Nossa Senhora de Belém* (1635), *Sacramento* e *Nossa Senhora da Atalaia* (1647) e galeão *São Lourenço* (1649).

Neste breve apontamento introdutório à *História Trágico-Marítima*, começaremos por inserir os naufrágios relatados no contexto histórico em que aconteceram. Pensamos com isto facilitar a compreensão deste conjunto de narrativas, ajudando o leitor a localizar cada uma delas no vasto pano de fundo sobre o qual ocorreram os episódios narrados.

Ao abordar a emergência de uma literatura de naufrágios em Portugal daremos conta do trabalho e do papel de Bernardo Gomes de Brito na consolidação desse género literário enquanto editor da *História Trágico-Marítima*.

1. Contexto histórico dos desastres marítimos

1.1.

No caso dos relatos de naufrágios, e como era habitual da época, os títulos das obras, extremamente longos, eram por vezes verdadeiros resumos dos conteúdos. Isto naturalmente dificulta a citação ou rápida identificação de cada um deles. Para superar essa dificuldade, elaborámos o seguinte quadro, onde se referem apenas textos compilados na *História Trágico-Marítima*. Os relatos de naufrágios e perdas de navios aparecem aqui listados seguindo a ordem da sua aparição na colectânea, a qual, grosso modo, segue a cronologia dos desastres. A identificação de cada relato é feita pelo nome da embarcação perdida, mesmo quando não é esse o elemento mais chamativo do título (casos das naus *São Bento* e *Santo António*).

Quadro I. Naufrágios e perdas de navios relatados na
História trágico-marítima

HTM	Nau/galeão	Viagem	Ano de perda	Local de perda
1	Galeão São João	Carreira da Índia (volta)	1552	Terra do Natal
2	Nau São Bento	Carreira da Índia (volta)	1554	Terra do Natal
3	Nau <i>Conceição</i>	Carreira da Índia (ida)	1555	Baixos de Pêro dos Banhos (Atol Peros Banhos, arquipélago de Chagos)
4	Nau <i>Águia</i> e Nau <i>Graça</i>	Carreira da Índia (volta)	1559 (<i>Graça</i>)	Avante do Cabo das Correntes Costa de Mombaça
		Carreira da Índia (volta)	1561 (<i>Águia</i>)	
5	Nau <i>Santa Maria da Barca</i>	Carreira da Índia (volta)	1559	Perto da Ilha de S. Lourenço (Madagáscar)
6	Nau <i>São Paulo</i>	Carreira da Índia (ida)	1561	Ilha de Samatra
7	Nau <i>Santo António</i>	Brasil (Pernambuco) – Portugal	1565	Depois de ataque navios franceses e tempestade, chega, totalmente destróçada, Portugal (Cascais).
8	Nau <i>Santiago</i>	Carreira da Índia (ida)	1585	Baixos da Judia (Bassas da Índia), no canal de Moçambique
9	Nau <i>São Tomé</i>	Carreira da Índia (volta)	1589	Terra do Natal
10	Nau <i>Santo Alberto</i>	Carreira da Índia (volta)	1593	Penedo das Fontes, na costa da Terra do Natal
11	Nau São Francisco	Carreira da Índia (ida)	1597	Açores (costa de S. Miguel), onde varou, fugindo a navios ingleses, e foi voluntariamente incendiada.
12	Galeão <i>Santiago</i> e Nau <i>Chagas</i>	Carreira da Índia (volta)	1602	Tomada pelos holandeses, na ilha de Santa Helena
		Carreira da Índia (volta)	1594 e 1594	Incendeia-se, ao largo da ilha do Faial (Açores), na sequência de combate com ingleses.

Na presente introdução, usaremos como fórmula de referência para citação de cada relato o nome da embarcação envolvida seguido, entre parêntesis, da data do desastre. Adoptaremos esta fórmula mesmo para referir o relato do naufrágio do galeão *S. João* (1552), vulgarmente conhecido como “Naufrágio de Sepúlveda”, título que não se deve tanto ao facto de Manuel de Sousa Sepúlveda ter sido o capitão do navio como ao impacto provocado na opinião pública pelas circunstâncias dramáticas e patéticas em que ocorreu a sua morte, a de sua mulher, D. Leonor de Sá, dama de alta linhagem, e dos seus filhos ainda pequenos. A fixação desta denominação deve-se, é certo, ao facto de ter sido a primeira das narrativas deste tipo a ser publicada avulsamente mas, sobretudo, à popularidade alcançada pelo episódio (a relação deste naufrágio surgiu poucos anos após o sucesso) e ainda à projecção que teve na criação literária portuguesa e espanhola da época, e mesmo além Pirinéus⁶. Destaque-se o tratamento poético que lhe é dado por Luís de Camões, n’*Os Lusíadas* (1572), pela boca do gigante Adamastor (canto V, estrofes 46 e 47).

Verão morrer com fome os filhos caros,
Em tanto amor gerados e nascidos;
Verão os Cafres, ásperos e avaros,
Tirar à linda dama seus vestidos;
Os cristalinos membros e preclaros
À calma, ao frio, ao ar, verão despidos,
Depois de ter pisada, longamente,
Cos delicados pés a areia ardente.

E verão mais os olhos que escaparem
Se tanto mal, de tanta desventura,
Os dous amantes míseros ficarem
Na férvida e implacável espessura.

6 Além d’*Os Lusíadas*, o canto VI da *Elegíada* (1588) de Luís Pereira Brandão, e o poema *Naufrágio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda* (1594) de Jerónimo Corte Real. No caso espanhol, refira-se, a título de exemplo, *Comedia Famosa de Don Manuel de Sosa o El Naufragio Prodigioso y Principe Trocado* de Lopo de Vega e *Escarmientos para el Cuerdo* de Tirso de Molina. Além Pirinéus, peças de teatro novilatinos dos jesuítas, em italiano e alemão (sécs. XVII e XVIII).

Voltando ao quadro atrás apresentado, verifica-se que os doze relatos narrram perdas de catorze embarcações, ocorridas num arco temporal de 50 anos, de 1552 a 1602. Mas nem todos os relatos se referem a naufrágios no sentido clássico do termo. A nau *Santo António* (1565), embora totalmente destruída, não chega a afundar-se, as naus *São Francisco* (1597) e *Chagas* (1594) são destruídas por incêndios, e o galeão *Santiago* (1602) é tomado pelos holandeses.

Por outro lado, releva-se que, contrariamente ao que parece deixar sugerir o título – “*em que se escrevem cronologicamente os naufrágios que tiveram as naus de Portugal, depois que se pôs em exercício a navegação da Índia*” – um dos relatos incluídos na colectânea, o da nau *Santo António* (1565), não se insere na “navegação da Índia”. Refere-se, sim, a uma viagem do Brasil para Portugal. Trata-se do “Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil para este Reino no ano de 1565, escrito por Bento Teixeira Pinto, que se achou no dito naufrágio”. A referência ao início da “navegação da Índia” expressa no título da colectânea, teria, então, de ser tomada como uma mera baliza cronológica que Bernardo Gomes de Brito se impôs. Mas assim sendo, e sabendo-se que outros relatos de desastres sem relação com a Índia não foram contemplados por Bernardo Gomes de Brito nos dois volumes conhecidos, é difícil evitar a ideia de que o caso da nau *Santo António* (1565) lhe terá merecido um tratamento privilegiado. Para explicá-lo, vemos duas razões que, sublinhe-se, não são mais do que simples suposições.

A primeira delas consiste no sucesso editorial alcançado pela narrativa deste episódio. A primeira edição, desaparecida, e talvez saída ainda em finais do séc. XVI, esgotou rapidamente. Teriam sido impressos 1000 exemplares, tiragem elevada, considerando os 300 exemplares da tiragem média na época⁷. Tal sucesso estará na origem de nova edição, logo em 1601, também ela de 1000 exemplares, mas agora incluindo o poema *Prosopopéia* de Bento Teixeira Pinto. Trata-se de um poema épico, de inspiração camonianiana, dedicada a Jorge de Albuquerque Coelho e celebrizando também a sua aventura marítima. Teria sido, de resto, esta edição conjunta a induzir em erro Bernardo Gomes de Brito, levando-o a acreditar ser Bento Teixeira Pinto o autor de ambos os textos.

A segunda das nossas razões deriva do facto de ser esta a narrativa de abertura do segundo tomo. Não nos parece extravagante admitir ter havido

7 Charles R. Boxer, “An Introduction to the *História Trágico-Marítima* (1957): Some Corrections and Clarifications”, *Quaderni Portoghesi*, n.º 5, Pisa, Giardini Editori e Stampatori, 1979, pp. 99-112, baseando-se em António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal* (Lisboa, 1955).

por parte de Bernardo Gomes de Brito a pretensão de, no segundo volume, voltar a abrir com um desastre cujo relato tivesse impressionado fortemente a opinião pública. No primeiro volume esse papel coubera “natural” e cronologicamente ao “Naufrágio de Sepúlveda”. Almejando o mesmo padrão, as atribuições da nau *Santo António* (1565) apresentavam-se como a narrativa certa para o lugar certo, tanto mais que, provavelmente desde a segunda metade do séc. XVI, começara a circular oralmente o romance popular *A Nau Catrineta*, inspirado, segundo a tradição, precisamente na aventura de Jorge de Albuquerque Coelho⁸. É Almeida Garret (1799-1854) quem, ao fazer a primeira recolha e publicação deste poema popular no seu *Romanceiro* (1851), levanta essa suspeita quando enumera as aproximações entre o naufrágio da nau *Santo António* e a “história” d’*A Nau Catrineta*:

Larga e difícil viagem, temporais assombrosos, fome extrema, tentativas de devoração de mortos, resistência do comandante a esta bruteza, milagroso surgir à barra de Lisboa quando menos o esperavam, e quando menos sabiam em que paragens se achassem – tudo isto há na prosa da narração; e até o poético episódio de estarem a ver os monumentos e bosques de Sintra sem os reconhecer – como na xácara se viam, pela falsa miragem do demónio, as três meninas debaixo do laranjal.⁹

1.2.

Como vimos, treze dos catorze naufrágios narrados, foram protagonizados por navios da chamada “Carreira da Índia”, designação atribuída ao tráfego periódico e regular entre Portugal e a Índia. Quatro desses desastres ocorreram na viagem de ida (Lisboa – Índia) e nove na viagem de regresso.

Institucionalizada em 1500, logo após a abertura da “rota do Cabo”, em 1497-1498, pela armada comandada por Vasco da Gama, esta Carreira fazia a ligação anual entre Lisboa e a costa ocidental da Índia (portos de Cochim e Goa e, mais tarde, Malaca e Macau). Manteve-se até, pelo menos, aos inícios do séc. XIX¹⁰.

8 O estudo mais exaustivo sobre este tema deve-se a Fernando Castro Pires de Lima, *A Nau Catarineta – ensaio de interpretação história*, Lisboa, Portucalense Editora, 1954.

9 *Romanceiro* de Almeida Garret, selecção organização e notas de Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Editora Ulisseia, 1997, pp. 353/354 (1.ª edição de 1851).

10 Para a história da Carreira da Índia, ver entre outros, Charles R. Boxer, “The Carreira da Índia (ships, Man, Cargoes Voyages)”, *Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, CEHU, 1961, pp. 33-82; Vitorino Magalhães

Embora vários tipos de navios tivessem sido utilizados nestas viagens, como a caravela redonda entre outros, a esmagadora maioria das então genericamente chamadas “naus da Índia” era constituída por naus e galeões.

Não se procure grande rigor nos textos da época quando referem qualquer destes tipos de embarcação, sendo que as duas denominações, nau e galeão, podem aparecer indistintamente aplicadas a um mesmo navio.

Mas, em termos genéricos, a nau era uma embarcação de alto bordo, com robustez para enfrentar longas viagens em mares alterosos, com capacidade para transportar grandes volumes da carga e um número considerável de pessoas, além da tripulação, e dispondo de meios para se defender de ataques inimigos. Como sintetiza F. Contente Domingues, não sendo por natureza vasos de guerra, eram navios de carga armados com artilharia.

Ao contrário, o galeão, navio de porte similar, estava vocacionado para fins militares. Começa a ser utilizado na Carreira a partir da segunda década de Quinhentos e, apesar da sua funcionalidade dominante, aparece também envolvido no tráfico comercial. Disso é exemplo o galeão grande *São João* do “naufrágio de Sepúlveda”. Mas já o galeão *Santiago* (1602), como explicitamente se refere no respectivo relato, não seria bi-funcional: “não se fez para a carreira da Índia, senão para as Armadas do Reino”. Essa a razão pela qual, numa situação de emergência, lhe ter sido lançado um entrecostado (reforço do costado), que lhe permitisse transportar carga.

A tonelagem dos navios evoluiu ao longo dos séculos XVI e XVII: “após um período em que é difícil encontrar uma norma e onde coexistem embarcações maiores ou menores, entre as 100 e as 600 toneladas, sem um predomínio claro de nenhuma delas, deu-se um crescimento da tonelagem média

Godinho, “Rota do Cabo”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 673-692; Luís de Albuquerque, *Escalas da Carreira da Índia*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978; Max Justo Guedes, *A Carreira da Índia – Evolução do seu Roteiro*, Lisboa, 1985 (Separata da revista *Navigator*); Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, “A evolução da carreira da Índia até aos inícios do séc. XVII”, *Portugal no Mundo*, direcção de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. IV, pp. 185-225; T. Bentley Duncan, “Navigation Between Portugal and Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, *Asia and the West. Encounters and Exchanges from the age of Explorations. Essays in Honor of Donald F. Lach*, Notre Dame-Baltimore, 1986, pp. 3-25; Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia”*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

das embarcações em meados de Quinhentos, que atingiu as 1000 toneladas ou mesmo mais. Após 1570 esta tendência foi travada, embora no final do séc. XVI voltassem a sulcar os mares algumas ‘monstruosas carracas’ de 1500 ou 2000 toneladas de que falam certos autores. Com o avanço do declínio da importância económica da Carreira, a tonelagem média voltaria a diminuir para níveis próximos dos normais antes de meados do séc. XVI, assim permanecendo com ligeiras oscilações até ao início do séc. XVIII”¹¹.

Também a composição das armadas foi evoluindo em função do processo de construção do império oriental e das conjunturas históricas. O número médio de navios por armada, e, sublinhe-se, estamos a lidar com valores médios, passa das 14 a 15 unidades, numa fase inicial, para as 8 a 10, vindo a fixar-se ao longo do período em análise, ou seja, a segunda metade de Quinhentos e inícios de Seiscentos, nas 5 a 6 unidades, redução em certa medida explicada pelo aumento da tonelagem dos navios.

As naus *S. Bento* (1554), *Conceição* (1555) e *Santa Maria da Barca* (1559) saem de Lisboa integradas em armadas de 5 velas, respectivamente em 1553, 1555, 1557; a nau *S. Paulo* (1561), numa armada de 6 velas, em 1560. Já a partida de Lisboa do galeão *Santiago* (1602) ocorre numa conjuntura de ameaça holandesa e inglesa ao comércio transoceânico português; por isso, faz parte de um conjunto de 6 galeões com funções militares de socorro que acompanha as 3 naus da Carreira abaladas de Lisboa em 1601.

Tratando-se de uma longa viagem de ida e volta, chamada “viagem redonda”, de navegação à vela, desde cedo se estabelecerem calendários e trajectos rigorosos tendo em conta os ventos e as correntes marítimas do Atlântico e do Índico. Assim, a saída da barra do Tejo devia ocorrer no mês de Março ou, o mais tardar, em princípios de Abril, permitindo dobrar o cabo da Boa Esperança até meados de Julho e apanhar, já no Índico, a chamada monção grande, ou seja, os ventos sazonais que sopram da costa oriental de África, empurrando os navios para o Indostão. A este propósito, note-se que o narrador do naufrágio da nau *São Paulo* (1561), ao noticiar a saída de Lisboa a 25 de Abril de 1560, considera-a tardia, afirmando mesmo que “essa foi a principal causa da nossa ruim viagem e nossa perdição”.

11 Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *ob. cit.*, p. 48.

Estes frequentes atrasos à partida, atribuídos em alguns dos relatos a incidentes tidos como sinais premonitórios de desgraça, deviam-se, na realidade, a razões tão concretas como as crónicas dificuldades da Coroa em arregimentar soldados e marinheiros e, sobretudo, para conseguir o metal amoeável exigido pelos objectivos comerciais das viagens¹².

Ao largar de Portugal, as naus rumavam, quase a direito, até às ilhas de Cabo Verde, atingindo depois uma das mais temidas etapas da viagem, a travessia das calmarias equatoriais, quando, sem vento e debaixo de calor tórrido, acontecia ficarem largas semanas “ao paio”, imobilizadas. As doenças surgiam, agravadas pela falta de condições de higiene e pela deterioração dos alimentos. Uma imagem representativa deste quadro encontra-se na relação da nau *S. Paulo* (1561), cujo autor era boticário. E, a darmos crédito ao seu testemunho, dias houve em que teve de acudir a 350 doentes e ordenar 78 sangrias.

Vencida esta fase da viagem, fazia-se a chamada “volta do mar”, para contornar os ventos alíseos do Atlântico Sul. As embarcações deviam aproximar-se da costa do Brasil, a sul do cabo de S. Agostinho, sob pena de serem empurradas para o mar das Antilhas. Só então viravam para leste, rumando ao cabo da Boa Esperança e procurando dobrá-lo no tempo certo para poderem prosseguir, fazendo a “viagem por dentro”, ou seja, pelo canal de Moçambique, entre a costa oriental africana e a ilha de São Lourenço (hoje chamada Madagáscar).

Neste percurso era habitual fazer-se escala no porto da ilha de Moçambique para os necessários reabastecimentos, eventuais reparações de navios, descanso e tratamento das tripulações e passageiros uma vez que ali existia, desde 1508, uma fortificação e até um hospital. Diga-se também que esta escala era comercialmente apelativa, enquanto fornecedora de escravos, ouro e marfim, funcionando ainda como uma espécie de centro de informações do Oriente, onde se recolhiam notícias sobre a Índia. Para além disso e, como demonstram até à exaustão os relatos da *História Trágico-Marítima*, era o porto de abrigo ou salvação procurado por sobreviventes de naufrágios no canal de Moçambique ou na costa oriental africana.

No entanto, o percurso desta “viagem por dentro” até às ilhas Comoros era arriscado devido à existência de correntes, baixos, restingas e ilhéus,

12 Fundamentalmente, cobre, prata e ouro. Na segunda metade do séc. XVI, dominaram as espécies argêntas, nomeadamente os *reales* espanhóis, mexicanos e peruanos. Disso dá testemunho, o relato do naufrágio da *Santiago* (1585): “estava o chapitéu alastrado de moedas de oito *reales* em grande quantidade, afora muitos sacos que botaram mutrados [fechados com sinete] ao mar”.

nomeadamente os Baixos da Judia ou da Índia, onde se dá o naufrágio da nau *Santiago* em 1585.

Uma vez atingidas as ilhas Comoros, com a monção favorável, a viagem até à Índia durava cerca de um mês.

A rota alternativa, no caso de o Cabo da Boa Esperança ser dobrado fora de tempo, já não passava no canal de Moçambique mas sim ao longo da costa oriental da ilha de S. Lourenço, geralmente depois de uma escala prévia na Aguada de S. Brás. Esta rota, mais directa e mais rápida, implicava contudo uma travessia do Índico Central quase sem pontos de referência, sem escalas de apoio, e, claro está, sem a cobiçada paragem na ilha de Moçambique.

De um total de 101 embarcações saídas com atraso de Lisboa, entre 1521 e 1600, 57 optaram por esta travessia¹³. Entre elas, a nau *Conceição* (1555) que viria a soçobrar nos Baixos de Pêro dos Banhos (Peros Banhos, Arquipélago de Chagos) e a nau *S. Paulo* (1561) que acabaria por naufragar na ilha de Samatra. Ainda assim, as outras 44 que optaram pela “viagem por dentro” atestam a importância da escala na ilha de Moçambique, sobretudo se pensarmos que esta rota obrigava a fazer ali uma “inverno” de quase um ano, até Maio, à espera da monção favorável para prosseguir.

Mas, qualquer que fosse a rota escolhida, em condições normais, a costa indiana do Canará ou a do Malabar (Kerala) eram alcançadas em finais de Agosto ou durante o mês de Setembro.

A estadia durava cerca de três a quatro meses, o tempo de conseguir um carregamento de especiarias e de outras mercadorias, sem desobedecer aos rigores de um calendário que impunha os finais de Dezembro / princípios de Janeiro como altura da partida para a torna-viagem.

No regresso, para o percurso até ao cabo da Boa Esperança, voltamos a encontrar duas opções praticamente simétricas às da viagem de ida: rumar à costa da Somália e descer para sul pelo canal de Moçambique ou cruzar o Índico Central, contornando “por fora” a ilha de S. Lourenço. Esta segunda alternativa acabaria por vingar ao longo do séc. XVI. Numa fase da viagem em que não era premente uma escala logística, ela oferecia as vantagens de encurtar entre três a cinco semanas o tempo da viagem e evitar os perigos da travessia do canal de Moçambique. Só mais tarde, já nos inícios do séc. XVII, a concorrência holandesa no Índico Central viria a pô-la em causa, por razões de segurança.

13 T. Bentley Duncan, *art. cit.*, p. 5.

Mas seria um erro acreditar que na viagem de volta as oportunidades de negócio da ilha de Moçambique eram tidas como irrelevantes quando, na verdade, 30% dos navios regressados a Portugal fizeram essa escala. Os tecidos de algodão trazidos do Guzarate, por exemplo, eram ali bem mais apreciados do que os tecidos europeus levados à ida. Poderíamos ilustrar o chamamento comercial exercido por aquele porto com o exemplo de Francisco Barreto que, depois de uma arribada a Moçambique na viagem de regresso, andou a negociar pela região, como é contado no relato dos naufrágios das naus *Águia* e *Graça* (1559 e 1561).

Atingido o Atlântico, os navios escalavam geralmente a ilha de Santa Helena, para abastecimento de água, lenha e carne e para o reagrupamento dos navios duma mesma armada. Daí rumavam praticamente a direito até Cabo Verde, para depois fazer a chamada “volta pelo largo”, um trajecto em arco até às ilhas dos Açores, última escala, antes da chegada a Lisboa, que ocorria normalmente nos meses de Junho e Julho.

A partir dos finais de Quinhentos, estas duas escalas – Santa Helena e Açores – tornaram-se os pontos preferidos pelas armadas holandesas e inglesas para atacar as naus da Índia. Testemunhos evidentes destes novos perigos são as perdas da nau *Chagas* (1594), nos Açores, e do galeão *Santiago* (1602), na ilha de Santa Helena.

Contas feitas, na ausência de percalços ou incidentes, a “viagem redonda” das naus da “Carreira da Índia” durava cerca de dezasseis meses, doze dos quais de navegação marítima e intercalados apenas por breves escalas.

1.3.

Povoações flutuantes ou “babilónias flutuantes”, nas palavras de alguns estrangeiros, são imagens bastante eloquentes para expressar a quantidade e a variedade da gente e da carga transportada nas naus da Índia, para sugerir as promíscuas condições de viagem ou a multiplicidade de actividades diárias, e deixar adivinhar até ambientes e estados de espírito a bordo.

A tripulação oscilava entre os 100 e os 200 homens incluindo, para além do pessoal de navegação e de manutenção (carpinteiros, calafates, tanoeiros etc.) gente a quem cabiam outras tarefas específicas, como o escrivão, o capelão, o meirinho (oficial de justiça), o boticário, o barbeiro ou o despenseiro, entre outros, e um corpo de segurança composto por bombardeiros e soldados chefiados pelo o condestável.

O total de passageiros dependia, naturalmente, da tonelagem do navio, mas numa viagem de ida podia ser de 400, 500, 600 e até, às vezes 800, números

que reduziam no regresso, em benefício da carga, mercadorias e escravos. Este conjunto dos passageiros era maioritariamente composto por homens adultos: militares em trânsito, genericamente designados por “gente de armas”, nobres em início ou fim de funções no aparelho administrativo do Estado da Índia, mercadores, religiosos, e gente de condição mais humilde entre a qual, amiúde, degredados. As poucas mulheres a bordo, muitas vezes acompanhadas de filhos menores, eram geralmente família dos embarcados. Só em meados do séc. XVI, mas sempre em número muito reduzido (3 a 5 por ano) passam a viajar também as chamadas “órfãs d’el rei”, ou seja, as raparigas órfãs a quem o rei concedia um dote para casarem com um português radicado na Índia. É ainda pela mesma altura que começam a embarcar jovens rapazes, recrutados nos orfanatos do Reino.

Toda esta gente viajava sob o comando de um capitão, um fidalgo cuja autoridade não advinha da sua quase sempre nula experiência náutica. Note-se que o cargo de capitão se manteve até meados do séc. XVIII como monopólio da nobreza¹⁴. As responsabilidades da navegação eram do piloto, o segundo homem na hierarquia de bordo, e a quem, entre um sem fim de tarefas que seria fastidioso enumerar, cabia a elaboração de um roteiro que, como se verá, foi a base de apoio para a elaboração de alguns relatos de naufrágios.

Uma logística relativamente complexa devia assegurar a subsistência desta carga humana durante os longos meses de mar, providenciando água potável, vinho, animais vivos que se iam abatendo ao longo do percurso e alimentos de conserva, salgados ou secos, como o famoso biscoito que só se podia tragar demolhado.

Na viagem de regresso, as condições eram agravadas pelo volume dos carregamentos da Coroa e dos particulares, compostos em geral por imensas quantidades de pimenta e outras especiarias, mobílias, porcelanas chinesas, sedas e peças de algodão indiano e até, pontualmente, por animais exóticos de grande porte e de difícil acomodação, como elefantes ou rinocerontes. “A lotação dos porões – escreve Boxer – era esgotada com a pimenta, especiarias e nitratos, enquanto os caixotes e os fardos de outras mercadorias eram por vezes empilhados até uma tal altura do convés que uma pessoa só podia ir da proa à popa trepando por cima deles. As caixas, fardos e cestos de mercadorias sortidas eram amarradas solidamente a pranchas e plataformas salientes ou

14 Além dos capitães de cada navio, a armada era superiormente comandada por um capitão-mor que viajava na chamada “nau capitania ou capitaina”.

eram suspensas nos bordos dos navios”¹⁵. Este retrato não anda longe do que nos pinta o narrador da perda do galeão *Santiago* (1602):

Trazia este galeão, só no porão, quatro mil quintais de pimenta; e no corpo da nau e debaixo da ponte e em cima dela, na tolda, no chapitêu, sobre o batel, no sítio do cabrestante e no convés eram tantos os caixões de fazenda e fardos ao cavalete, que não cabia uma pessoa nele. E até por fora do costado, pelas postiças (bordas falsas), e mesas de guarnição, vinham fardos, e camarotes formados, como todas as naus costumam, de tal maneira, que se não podiam nela marear as velas, e dezoito dias se não pôde andar com o cabrestante.

O quadro fica completo com a informação de que “embarcaram nele perto de trezentas almas, entre nautas, oficiais e alguns soldados ordinários e escravos e como trinta pessoas fidalgos e nobres”. Mesmo assim, e é impossível não nos espantarmos, a viagem realizou-se com sucesso até à ilha de Santa Helena!

Tanto bastaria para se perceber a que ponto viajar nas naus da Carreira era uma aventura. Pense-se agora na prolongada coabitação de centenas de pessoas das mais variadas condições, confinadas ao espaço de uma embarcação, nas tensões entre grupos, nomeadamente, entre as gentes do mar e os passageiros¹⁶, testemunhadas aliás nos relatos de naufrágios. Ou nos largos meses de tédio apenas amenizado com festejos religiosos, procissões, representações teatrais ou com actividades bem mais profanas como os, só teoricamente, proibidos jogos de azar, as simulações de touradas ou as pescarias¹⁷. Juntemos-lhes por fim as deficientes condições de higiene, origem de frequentes surtos epidémicos, ou as carências de alimentos frescos, origem do “mal de Luanda”, o escorbuto, e veremos que nem só de naufragos se fez a lista negra da *História trágico-marítima*.

15 Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português – 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992 (1.ª edição, inglesa, 1969), p. 215.

16 Cf. A.J.R. Russel-Wood, “Men under stress: the social environment of the Carreira da Índia, 1550-1570”, *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 19-35.

17 Sobre o assunto, ver Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, “A vida a bordo na Carreira da Índia (século XVI)”, *VI Reunião Internacional da História da Náutica e Hidrografia*, Actas, Lisboa, CNCDP, 1989, pp. 185-225; e dos mesmos autores “Viver a bordo”, *Oceanos*, revista da CNCDP, n.º 2 (1996), pp. 36-63.

Com efeito, se, em algumas viagens, o número de mortes por doença não passava dos 5%, noutras, sobretudo para os finais do século XVI e no século XVII, em casos extremos, essa percentagem chegou aos 50%. A nau *Chagas* (1594), por exemplo, chegou aos Açores com quase metade das 400 pessoas (130 portugueses e 270 escravos) embarcadas na Índia. O escorbuto, nas calmarias da enseada da Guiné, foi o autor da matança. Em alguns casos o número de enfermos era tão elevado que dificilmente se encontrava gente para assegurar a manobra da embarcação, como se pode ler nos relatos dos naufrágios da *São Paulo* (1561) e da *São Francisco* (1597).

Considerando o período compreendido entre 1497 a 1590, T. Bentley Duncan estima em 10% a média de mortes por motivo de doença ou de naufrágio, na Carreira da Índia, média que nos quarenta anos seguintes (1591-1630), ao incluir-lhe também os mortos em combates navais, sobe para os 15%¹⁸.

1.4.

Estudos mais recentes, designadamente os trabalhos de António Lopes, Eduardo Frutuoso e Paulo Guinote, sintetizados na obra *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia – séculos XV e XVII*¹⁹, permitem hoje conhecer melhor este fenómeno, apreender a sua dimensão e o seu impacto na própria Carreira da Índia, mas também avaliar a relação entre essa realidade e as narrativas de naufrágio. Para lá das conclusões dos ditos historiadores, a que nos permitimos deitar mão para o presente apontamento, a sua obra tem a prestância de fornecer anexos com o inventário de todas as perdas (1500-1699) e o tratamento estatístico dos dados relevados²⁰. Considerando a “viagem redonda”, estimam estes historiadores em cerca de 20% o peso das perdas de naus da Carreira da Índia, no período compreendido entre 1497 a 1700²¹. Quer isso dizer que uma em cada cinco embarcações saídas de Lisboa se perdia em viagem, à ida ou à volta, ou até, em casos pontuais, quando fundeada nas barras de embarque, em consequência de ocorrências fortuitas como

18 T. Bentley Duncan, *art. cit.*, pp. 8-9.

19 Lisboa, GTMECDP, 1998.

20 Para o Inventário, pp. 179-261 e, para o tratamento estatístico, pp. 429-443.

21 Estes cálculos têm por base um universo de 1141 partidas de Lisboa, das quais 229 terminaram em perda de embarcação, neles não estão contabilizados três navios fabricados na Índia. Por outro lado, importa sublinhar que o critério de apresentação cronológica é o da data de saída das naus de Lisboa e não o da ocorrência do naufrágio ou perda.

incêndios ou outros acidentes. Uma análise mais segmentada dos dados permite ainda captar as oscilações e variações das perdas no quadro da evolução da Carreira da Índia e assim contextualizar os naufrágios narrados na *História trágico-marítima*.

Num período pioneiro, exploratório e experimental (1497-1510), quando as saídas de Lisboa eram numerosas, destinando-se algumas das embarcações a ficar na Índia para aí assegurar o controlo da navegação e a actividade mercantil, as perdas são bastante elevadas (34 em 170 partidas). Depois, e até meados do séc. XVI, assiste-se a uma progressiva estabilização do movimento marítimo e, embora com algumas oscilações, as perdas são claramente inferiores. Ressalta ainda que, nesta fase, a maior parte dos naufrágios acontece na viagem de ida, com maior incidência no Atlântico Sul, no canal de Moçambique e no litoral da ilha de S. Lourenço. Por outro lado, verifica-se que mais de metade dos acidentes não têm causa conhecida (52,5%) e que os restantes se deveram sobretudo a má navegação (20%) ou tempestade (15%).

A segunda metade do século XVI inicia-se com um período negro no qual decorrem os seis naufrágios narrados no primeiro tomo da *História trágico-marítima*. Só entre 1552 e 1556, aconteceram 12 naufrágios²², número elevado numa fase em que a média anual de partidas é de 5/6 navios. Este pico, onde se inserem os naufrágios do galeão *S. João* (1552) e das naus *S. Bento* (1554) e *Conceição* (1555) e o consequente abalo na opinião pública, terá sido de resto responsável, conjuntamente com outros factores que abordaremos mais adiante, pelo aparecimento de uma literatura de naufrágios. O decénio seguinte (1555-1565) daria também o seu contributo, pois, apesar de fortes oscilações anuais, o número de perdas manteve-se à volta dos 22,5%, percentagem que inclui as naus *Graça* e *Águia* (1559 e 1561) e a nau *São Paulo* (1561).

Segue-se um período de quase vinte anos em que nenhum dos naufrágios ocorridos na Carreira da Índia mereceu relato, o que poderá reflectir, de algum modo, a significativa redução das perdas verificadas. Naquela rota, as perdas pouco passaram dos 10%, com os anos de 1567 a 1572 a brilhar pela ausência de naufrágios.

Já, analisando a distribuição das perdas pelos percursos de ida e de volta, se verifica que, a partir da segunda metade do séc. XVI, elas são mais frequentes na viagem de regresso (70,8% contra 18,5%), mencionando-se pela primeira

22 Neste total, tivemos em conta as datas de ocorrência dos naufrágios, que teriam muito maior impacto na época, e não as datas de partida de Lisboa.

vez o excesso de carga como responsável por um desastre. A sobrecarga das naus passa, então, a liderar a lista das causas conhecidas de desastre, seguida pela má navegação e pelo mau estado de conservação dos navios. Quanto à localização das ocorrências, de um mapa bastante homogêneo, sobressaem, ainda assim, o canal de Moçambique, a África Oriental até ao Cabo da Boa Esperança e o Índico.

O ano de 1585 marca o início do declínio irreversível da Carreira da Índia, inaugurando uma fase que durará até aos anos de 1630-1635, caracterizada por perdas elevadíssimas, com valores médios sempre acima dos 20%, e por conjunturas extremamente críticas, com o quinquénio de 1591-1595 a apresentar 54,2%. Na sua maior parte, as perdas são agora fruto dos ataques de holandeses e ingleses às armadas portuguesas, na disputa pelo comércio asiático. É neste quadro que ocorrem os naufrágios narrados nas cinco derradeiras relações da *História Trágico-Marítima*: os das naus *Santiago* (1585), *São Tomé* (1589), *Santo Alberto* (1593), *São Francisco* (1597) e do galeão *Santiago* e nau *Chagas* (1602 e 1594). A percepção da nova ameaça paira já na narrativa da nau *São Francisco* (1597), mas é no último texto da colectânea que ela surge claramente evidenciada. Trata-se do relato do incêndio da nau *Chagas* (1594), nos Açores, na sequência de um ataque da armada inglesa, e da tomada do galeão *Santiago* (1602) pelos holandeses, da autoria de Melchior Estácio do Amaral. Além de relatar os desastres, ele faz um balanço das perdas ocorridas na Carreira da Índia desde o “naufrágio de Sepúlveda”, e chama a atenção para o momento de crise que se vivia: “em vinte anos, que há do ano de 1582 até 1602, perdeu este Reino trinta e oito naus da Índia”. Curiosamente, não inclui nesse balanço as recentes tomadas de navios por corsários, considerando-os “casos fortuitos de guerra”. E, remetendo-os para outro plano, trata de fundamentar os direitos exclusivistas dos portugueses à navegação e comércio pela Rota do Cabo, com base no longo processo expansionista iniciado pelo infante D. Henrique e chancelado pela Santa Sé, e, sobretudo, num desígnio divino: a missão que estava reservada aos portugueses desde o mítico milagre de Ourique. Só tal convicção o terá impedido de considerar os ataques inimigos como a primeira causa dos desastres da Carreira da Índia desde os finais do séc. XVI até meados do século seguinte.

2. Da emergência da literatura de naufrágios à construção da *História Trágico-Marítima*

2.1.

As pesquisas bibliográficas de Charles R. Boxer sobre as “fontes” da *História Trágico-Marítima*, pontualmente complementadas por outros investigadores, permitiram localizar e identificar grande parte das relações, impressas ou manuscritas, utilizadas por Bernardo Gomes de Brito na composição da sua colectânea²³.

As edições conhecidas dos nove relatos de naufrágios que circularam impressos antes da sua divulgação através da *História trágico-marítima*, encontram-se listadas no quadro abaixo.

Quadro II. Edições quinhentistas e seiscentistas de relatos de naufrágios
(só de navios cujos naufrágios e perdas foram também narrados na colectânea de Bernardo Gomes de Brito)

Edição	Autor /Relato (identificado por nome de navio e ano de naufrágio)	Observações
(1555/1556?)	Anónimo / <i>S. João</i> (1552)	1.ª edição, sem nome do impressor, nem lugar e data de impressão; localizados 2 exemplares
1564 Lisboa, João Barreira	<i>S. João</i> (1552)	Provavelmente, reimpressão da 1.ª edição
Coimbra, João Barreira	Manuel de Mesquita Perestrelo / <i>S. Bento</i> (1554)	Um só exemplar conhecido, bem como um manuscrito que, supõe-se, teria servido de base a esta edição.
1565 Lisboa, Viúva Germam Gallharde	[Henrique Dias] / <i>São Paulo</i> (1561)	Um só exemplar localizado.
1566 Lisboa, Marcos Borges	Anónimo / <i>Santa Maria da Barca</i> (1559)	Um só exemplar conhecido. Narrativa distinta da que Bernardo Gomes de Brito utilizou.

23 Charles Ralph Boxer, “An Introduction to the *História Trágico-Marítima*”, ed. cit., pp. 48-99; e “An Introduction to the *História Trágico-Marítima* (1957): Some Corrections and Clarifications”, *Quaderni Portoghesi*, n.º 5, Pisa, Giardini Editori e Stampatori, 1979, pp. 99-112.

Edição	Autor /Relato (identificado por nome de navio e ano de naufrágio)	Observações
1592 Lisboa, António Álvares	Anónimo / <i>S. João</i> (1552)	Segundo Boxer, foi nesta edição, ou em edições posteriores dela derivadas, que se apoiou Bernardo Gomes de Brito.
1597 Lisboa, Alexandre de Sequeira	João Baptista Lavanha / <i>Santo</i> <i>Alberto</i> (1593)	Um só exemplar conhecido (Biblioteca de Vila Viçosa, Res BDM 2.º /1574), bem como um manuscrito coevo BNP, Res., 639).
(finais séc. XVI)	[Afonso Luís / António de Castro] / <i>Santo António</i> (1565)	Não foi localizado nenhum exemplar desta edição. A notícia sobre ela colhe-se na 2.ª edição de 1601.
1601 Lisboa, António Álvares	[Afonso Luís / António de Castro] / <i>Santo António</i> (1565)	Tiragem de mil exemplares. Localizados cinco.
1602 Lisboa, Pedro Craesbeeck	Manuel Godinho Cardoso / <i>Nau</i> <i>Santiago</i> (1585)	Dois exemplares localizados.
1604 Lisboa, António Álvares	Melchior Estácio do Amaral / <i>Santiago</i> e <i>Chagas</i> (1602/1594)	No mesmo ano, saíram duas edições deste relato, ambas saídas da mesma casa impressora, mas com títulos levemente diferentes, não sendo possível determinar qual é a edição <i>princeps</i> .
1614	Anónimo / <i>S. João</i> (1552)	Reimpressão da edição de 1592
(1620?) Lisboa, António Álvares	Anónimo / <i>Conceição</i> (1555)	Só se conhece a contrafacção do séc. XVIII. Narrativa distinta da que Bernardo Gomes de Brito utilizou.
1625 Lisboa, António Álvares	Anónimo / <i>S. João</i> (1552)	Parece ser reimpressão da edição de 1592
1633 Lisboa, António Álvares	Anónimo / <i>S. João</i> (1552)	Reimpressão da edição de 1592

De uma primeira leitura ressalta, por um lado, o número de edições de que foi objecto o naufrágio do galeão *São João* (1552) e, por outro, o facto de, na maioria dos casos, pouco tempo ter decorrido entre cada desastre e o aparecimento do seu relato impresso. Atendamos a que nesse intervalo de tempo se situam as andanças dos sobreviventes, a passagem do testemunho, oral ou escrito, uma demorada viagem até ao Reino, por vezes a partir da Índia, ou mesmo a partir de Malaca no caso extremo da nau *São Paulo* (1561). Diga-se desde já que todos os relatos referidos no quadro foram impressos em Portugal.

Mas é possível admitir que alguns dos relatos incluídos na *História Trágico-Marítima* sem antes passarem pela prensa, possam ter circulado na condição de peças avulsas manuscritas.

A actividade editorial proporcionada por este tipo de relatos soltos, não se limitou, porém, às já mencionadas publicações quinhentistas e seiscentistas. Ela prolonga-se por um numeroso cortejo de contrafacções delas derivadas, ou a partir delas forjadas, sobretudo a partir da primeira metade do séc. XVIII. É sabido como, à época, a contrafacção foi um expediente utilizado para fugir à censura, mas que serviu também para, como é o caso, tratando-se de obras de venda garantida, dar uma resposta mais rápida às solicitações dos leitores²⁴. Nem sequer será necessário adicionar a tudo isto a própria colectânea de Bernardo Gomes de Brito, para se ter a noção da receptividade encontrada por este tipo de literatura na sociedade portuguesa. É certo que, falando de tiragens, faltam números. O único indicador conhecido, inteiramente omitido na edição de Bernardo Gomes de Brito, aparece no “prólogo”, da segunda edição (1601) do naufrágio da nau *Santo António* (1565), assinado pelo livreiro editor, António Ribeiro: “E porque na primeira impressão se não fizeram mais que mil livrinhos, que já são gastados, se quer fazer agora mais outra impressão de outros mil livrinhos²⁵. Tiragem elevada, como já atrás referimos, tendo em conta a época.

O efeito dinamizador do relato do naufrágio do galeão *S. João* (1552), o primeiro publicado, tem sido apontado como principal explicação do sucesso, ao despertar o interesse e a curiosidade por histórias semelhantes, recheadas

24 Longo era o processo para concessão de licenças de impressão, pois, até à reforma pombalina da censura (1768), nenhum texto se imprimia em Portugal sem autorização inquisitorial e, subsidiariamente nuns casos ou obrigatoriamente noutros, sem parecer favorável do Ordinário diocesano e do Desembargo do Paço.

25 Na página A3, recto e verso da edição de 1601.

de vivências dramáticas protagonizadas por personagens de relevo mas também por gente comum, chamando à cena a implicação, directa ou indirecta, de todos os portugueses na aventura ultramarina e exercendo uma função “consoletória e mistificante” junto de quem as produzia como de quem as lia²⁶.

Há, no entanto, outra ordem de factores a ter em conta para explicar o êxito comercial alcançado por estes textos. Em primeiro lugar, a dimensão e o estilo das narrativas. Textos não muito extensos, uma espécie de contos em que o narrador não se limita a desfiar secamente os acontecimentos, mas tece considerações, emite juízos de valor, e consegue envolver emocionalmente o leitor, sem o saturar em excesso com comentários eruditos.

Em segundo lugar, as suas características enquanto produto gráfico, só abordáveis, aqui, genericamente. Eram pequenas brochuras in-octavo, ou mais frequentemente in-quarto, e que poucas vezes ultrapassavam as vinte folhas. O acabamento era pouco cuidado. Na passagem do século XVI para o XVII, o número de folhas cresce, a par de um aumento do volume dos textos.

A página de rosto ostentava, quase sempre, uma imagem xilográfica que permitia a rápida identificação temática do conteúdo e, habilmente, remetia para o relato fundador. Exceptuando o relato da nau *S. Bento* (1554), todos os folhetos impressos entre 1555/1556 e 1566, embora saídos de oficinas tipográficas distintas, levaram na folha de rosto a xilografia representando um navio com gentes embarcadas, que o impressor Valentim Fernandes já utilizara na *Estoria de muy nobre Vespesiano Emperador de Roma* (Lisboa, 1496) e na obra vulgarmente designada *Livro de Marco Paulo* (Lisboa 1502)²⁷. O impressor António Álvares refinará esta estratégia, a partir da 3.^a edição (1592) do naufrágio do galeão *São João* (1552), recorrendo a uma série de quatro xilogravuras ilustrando diferentes momentos de naufrágios: navio com mastro do traquete caindo; navio com o mastro grande e o da mezena caindo; navio dando a costa com rochedos; navio sem mastros com náufragos suplicantes ante aparição de virgem com menino. Trata-se, pois, de um produto genealogicamente aparentado com a futura “literatura de cordel”, carente do tratamento reservado aos

26 Sobre o desenvolvimento destas razões, Giulia Lanciani, *Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos sécs. XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Biblioteca Breve, n.º 41, 1979, pp. 24-41; idem, *Sucessos e Naufrágios das Naus Portuguesas*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 51-67.

27 A gravura original da versão portuguesa do romance de cavalaria de Vespasiano representa o embarque de Gaís, mestre de cerimónias do imperador Vespasiano, para Jerusalém.

géneros literários maiores, e cujas próprias características físicas não convidavam à preservação. Daí, seguramente, a raridade dos exemplares até hoje localizados, apesar da importância das tiragens efectuadas.

2.2.

Ao atribuir ao naufrágio do galeão *São João* (1552) o papel de fundador e de catapulta deste género literário, não podemos deixar de nos interrogar sobre tão tardia emergência de um discurso escrito sobre naufrágios tanto mais que, como já vimos, na anterior metade do século, o número absoluto das perdas de navios tinha sido elevado. Assistira-se inclusivamente a desastres trágicos e envolvendo a morte de figuras destacadas, cuja notícia circulara oralmente e ficara na lembrança das gentes. De resto, anos mais tarde, Luís de Camões, virá retomar essa memória n'Os *Lusíadas*, sintetizando-a, no episódio do gigante Adamastor quando este, antes de prever o destino trágico dos Sepúlvedas, alude à perdição de dois náufragos proeminentes: “quem me descobriu”, ou seja, Bartolomeu Dias, o navegador português que dobrou o cabo da Boa Esperança pela primeira vez, e “o primeiro ilustre”, ou seja, D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia:

Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu suma vingança.
E não se acabará só nisto o dano
De vossa pertinaz confiança:
Antes, em vossas naus vereis, cada ano,
Se é verdade o que meu juízo alcança,
Naufrágios, perdições de toda a sorte,
Que o menor mal de todos seja a morte!

E do primeiro ilustre, que a ventura
Com fama alta fizer tocar os Céus,
Serei eterna e nova sepultura,
Por juízos incógnitos de Deus.²⁸

A ausência de um discurso autónomo sobre naufrágios logo na primeira metade do século XVI, pode, então, relacionar-se, como sustentam alguns

28 Luís de Camões, *Os Lusíadas* (1.^a edição 1572), canto V, estrofes 44 e 45.

investigadores, com a circunstância de se viverem tempos de euforia e esperança em que “as perdas eram encaradas com naturalidade e como parte integrante de todo o processo de conquista dos mares e terras distantes”²⁹.

As obras produzidas nesse período de adaptação a novas realidades, de recolha de informação e de acumulação de conhecimentos, contemplam sobretudo descrições ou relações de terras com carácter geográfico, etnográfico, sócio-económico ou registos de carácter tecnológico sobre náutica e navegação marítima. Desse imenso manancial, contudo, poucas obras foram objecto de publicação em Portugal, talvez pela sua natureza utilitária não ser conciliável com um estatuto literário merecedor de impressão, talvez por versarem domínios técnicos estratégicos.

Um tal panorama contrasta em absoluto com o da segunda metade do séc. XVI, quando Portugal assiste a um verdadeiro surto de publicações sobre temas ultramarinos.

Diogo Ramada Curto vê neste fenómeno um “primeiro momento europeu de sistematização dos escritos sobre a expansão e de divulgação pela imprensa dos feitos nacionais” que relaciona com os novos padrões de organização do Estado e das instituições e consequente valorização dos instrumentos de comunicação escritos e impressos³⁰.

Mas a compreensão do fenómeno, incluindo a emergência de novos géneros e estratégias editoriais, exige que se atenda ao contexto de crise política, económica e social da época. Portugal começava a despertar para a consciência de que o tempo das glórias podia desvanecer-se. No rescaldo da perda de Santa Cruz do Cabo da Gué (Agadir), em 1541, desde os finais desse ano até 1550, foram abandonadas as praças marroquinas de Azamor, Safim, Arzila e Alcácer Ceguer. Decisões rodeadas de grande controvérsia e que levaram, inclusivamente, a repensar o império colonial. Não faltava quem defendesse, a manutenção das praças do norte de África e o abandono do “Estado da Índia”, nome usado para designar o império asiático português. Ganhava, assim, voz uma opinião pública, desconhecadora dos reais problemas com que o império se confrontava na conjuntura internacional e nacional, e que resumia a

29 Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *ob. cit.*, p. 163.

30 Diogo Ramada Curto, “A literatura e o império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico”, *História da Expansão Portuguesa*, direcção de Francisco Bettencourt e Kirti Chaudhuri, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 434-454, especialmente a partir da p. 449.

responsabilidade dos recuos a uma adulteração de valores, à crescente corrupção e à venalidade instalada no aparelho de Estado.

O momento é, pois, de crise de confiança nacional e, logo, propício ao enaltecimento da memória colectiva, mas também à denúncia e à crítica das derivas do império.

Neste contexto, se publicam as primeiras grandes sínteses historiográficas sobre os feitos heróicos dos portugueses na Ásia, numa celebração do passado cujo ponto mais elevado se atinge na épica de Luís de Camões, em *Os Lusíadas*. Mas na vertente oposta, na linha crítica à expansão a Oriente que já se vinha desenvolvendo desde o seu início, surge também uma série de escritos e textos literários pondo a tónica nos malefícios daí decorrentes, como a corrupção, a cupidez, a especulação desenfreada, o excesso de gastos etc.

É nesta vertente e nesta conjuntura que se vêm inscrever os primeiros relatos de naufrágios. Não porque os seus autores tenham teorizado sobre o tema ou sequer expressado qualquer alinhamento, mas apenas porque as suas narrativas estão impregnadas de invocações moralistas, de juízos críticos sobre a avidez e a cobiça dos homens, de leituras providencialistas onde a razão principal dos desastres é o castigo divino para os pecados dos homens, e não tanto as falhas técnicas ou humanas. O estado a que chegaram os sobreviventes do naufrágio da nau *S. Bento* (1554) leva mesmo o narrador a comentar que qualquer bárbaro “alcançara sermos homens que gravemente tínhamos errado contra Deus”. Um dito muito glosado à época, dizia que os portugueses, de cavaleiros tinham passado a mercadores.

O novo género literário emergente vinha também corroborar reverso da gloriosa medalha da epopeia marítima. Sublinhe-se, a talho de foice, a responsabilidade desta mesma conjuntura política e editorial no aparecimento de outros géneros ou subgéneros literários menores de características formais e materiais muito similares. Referirmo-nos, entre outros, à “literatura de cercos” e à posterior “literatura de martírios”.

Já Donald F. Lach, ao analisar a produção literária portuguesa da época, chamara a atenção para o que designa por “fórmula regular” de exposição seguida pelos autores dos relatos de naufrágios³¹. Essa estrutura comum virá a ser objecto de estudo para Giulia Lanciani. Partindo de um *corpus* de dezanove

31 Donald F. Lach, *Asia in the making of Europe*, vol. II *A Century of wonder*, book II: the literary arts, Chicago/London, the university of Chicago Press, 1977, p. 134.

relatos, compostos e publicados da segunda metade do séc. XVI até finais dos séc. XVII, a investigadora identifica um padrão seguido, em menor ou maior grau, por todos os autores, acabando por estabelecer o modelo narrativo, hoje tido como o mais acabado, da literatura de naufrágios. Aponta como arquétipo dessa estrutura a do conto medieval de viagem, elege a *Vida de Santo Amaro* como o modelo mais próximo das relações de naufrágios e resume esse modelo servindo-se do seguinte esquema onde, entre parêntesis, figuram as unidades de conteúdo nem sempre presentes e, separadas por um traço oblíquo, as variantes alternativas:

(Antecedentes) – Partida – (Tempestade)
– Naufrágio / Ataque corsário – Arribada / Captura –
Peregrinação / Impiedade dos inimigos – Retorno

Sublinhando a função eminentemente narrativa destes relatos portadores de uma mensagem altamente standardizada, conclui Giulia Lanciani que a sua “originalidade, cedendo geralmente lugar à adesão a regras e convenções impostas pela expectativa do público, fica essencialmente entregue a inserções episódicas organizadas à volta de vicissitudes com larga taxa de emotividade ou destinadas a satisfazer o gosto dos contemporâneos pelo fabuloso, através duma reinterpretação ilustrativa do imaginário colectivo como imitação de uma realidade miticamente transfigurada”³².

3.

Estes relatos de tragédias marítimas são, evidentemente, conformados por diferentes experiências individuais mesmo nos casos em que o narrador, não tendo vivido os acontecimentos, se apoiou em testemunhos escritos ou orais. Diga-se, desde já, que todos os narradores são coevos dos factos narrados, possuindo alguns deles experiência pessoal da viagem da Carreira da Índia. Entre esses, os mais conhecidos são o cartógrafo e roteirista Manuel de Mesquita Perestrelo e o cronista Diogo do Couto.

Estando-se já no capítulo das autorias, centremo-nos, agora, exclusivamente, nos doze relatos seleccionados e publicados na *História trágico-marítima*

32 Giulia Lanciani, *Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos sécs. XVI e XVII*, ed. cit., p. 129; idem, *Sucessos e Naufrágios das Naus Portuguesas*, ed. cit., p. 154.

para avaliar o grau e o tipo de intervenção levada a cabo por Bernardo Gomes de Brito enquanto compilador, organizador dos materiais recolhidos e seu editor.

Na verdade, a sua interferência manifesta-se não só no plano da escrita mas também no da selecção dos conteúdos, quando acrescenta ou suprime passos, e ainda no tocante à organização dos materiais recolhidos quando, em certos casos, compõe uma nova narrativa susceptível de ser designada, com propriedade, por “versão Bernardo Gomes de Brito”.

Para melhor compreensão, passaremos em revista aquilo que, relativamente a cada texto, ajuda a rectificar autorias, apreciar a relação dos autores com os factos narrados e, dentro do possível, identificar as principais linhas de intervenção de Bernardo Gomes Brito. Admita-se, entretanto, a modéstia do estado actual dos conhecimentos, quanto a este tema. Faltam estudos de caso. Poucas são as edições actuais das relações quinhentistas e seiscentistas, cujos raríssimos exemplares andam dispersos por arquivos e bibliotecas portuguesas e estrangeiras, alguns só existentes em colecções particulares. Sem esses instrumentos, já se vê, qualquer conclusão sobre as intervenções de Bernardo Gomes Brito ao nível da escrita e da redacção corre o risco da generalização assente em exemplos pontuais.

3.1.

Galeão *São João* (1552) – O autor anónimo desta relação, como escreve no “prólogo”, não assistiu ao naufrágio. Serviu-se fundamentalmente do testemunho de Álvaro Fernandes, guardião do navio naufragado que, em Moçambique em 1554, “lhe contou particularmente tudo”. Deduz-se ter tido acesso também, directa ou indirectamente, ao testemunho de três escravas sobreviventes que acompanharam D. Leonor de Sá, mulher de Manuel de Sousa Sepúlveda, até à sua morte, e “chegaram a Goa onde contaram como ela morreu”. Tendo em conta estes dados e a referência feita pelo narrador, no corpo do texto, a um episódio ocorrido durante o naufrágio da nau *S. Bento* (1554), cujos sobreviventes só chegaram a Moçambique em inícios de Abril de 1555, é lícito situar em finais de 1555 ou inícios de 1556 a data de composição desta narrativa, e remeter a 1.^a edição, não datada, desta relação, para, pelo menos, 1556.

Tudo indica que Bernardo Gomes Brito seguiu o texto da 3.^a edição deste relato (1592) ou uma das subsequentes edições dela derivadas. A sua intervenção parece ter-se confinado à eliminação da divisão do texto em blocos numerados, a algumas alterações menores na redacção e ao acrescento do episódio

anedótico final, onde se narra como Pantaleão de Sá curou o chefe bantu com lama resultante da mistura de terra com a sua própria urina.

3.2.

Nau *S. Bento* (1554) – Manuel de Mesquita Perestrelo, o autor deste relato é um testemunho presencial do naufrágio e relembra-o com a emoção de quem nele perdeu o pai e um irmão. Com grande experiência da Índia, onde, antes e após o desastre, teve várias estadias, durante uma das quais foi capitão da fortaleza de Ternate, nas ilhas Molucas, Manuel Mesquita Perestrelo ficaria conhecido como cartógrafo e roteirista, formação que, aliás transparece na sua narrativa. Em 1575-1576, voltaria à costa africana, que palmilhara como sobrevivente, agora com o encargo de fazer o reconhecimento e levantamento cartográfico da região. Dessa tarefa resultaria o *Roteiro dos portos, derrotas, alturas, cabos, conhecenças, resguardos e sondas, que ha perto da costa desde o Cabo da Boa Esperança até o das Correntes*, obra acompanhada de um mapa e enriquecida com oito vistas altimétricas da costa. Utilizada para a navegação até ao início do século XVIII, esta obra revela-se, ainda hoje, muito útil para os leitores da *História Trágico-Marítima*, pois fornece informação sobre lugares, rios e relevo referenciados nos relatos de naufrágios ocorridos naquela região e, até, a sua localização na carta geográfica³³.

O texto publicado na *História Trágico-Marítima* segue de bastante perto o da 1.^a edição, mesmo se, em certos passos, surge mais desenvolvido e se a divisão em capítulos e os respectivos resumos foram eliminados.

3.3.

Nau *Conceição* (1555) – A respeito de Manuel Rangel, dado como autor da relação de naufrágio publicada na *História Trágico-Marítima*, sabe-se que “se achou no dito naufrágio”, como atesta a própria narrativa, e pouco mais. Não se conhecendo o texto original utilizado por Bernardo Rodrigues Brito, desconhece-se se houve intervenção sua.

33 Sobre o autor, ver Dionísio David, “Perestrelo, Manuel de Mesquita”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Direcção de Luís de Albuquerque e Coordenação de Francisco Contento Domingues, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, vol. II, pp. 884-886. O *Roteiro*, sob o título *Roteiro da África do Sul e Sueste desde o Cabo da Boa Esperança até ao das Correntes*, foi publicado e anotado A. Fontoura da Costa (Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939).

Como já notado, terá existido uma outra relação deste naufrágio, de autor anónimo, contendo uma versão diferente, provavelmente redigida e publicada em 1620, da qual só se conhece a contrafacção do séc. XVIII (ver quadro II). Da análise interna desse texto conclui-se ter sido escrito por um jesuíta, e muito após o sucesso, como provou Charles R. Boxer³⁴. Enquanto na narrativa de Manuel Rangel predomina uma escrita dialogada e sem grandes adornos de linguagem ou de erudição, na do padre jesuíta, muito mais sintética e evada de considerações teológicas sobre a morte, adivinha-se claramente a intenção de enaltecer a memória dos três padres jesuítas mortos no naufrágio. E se Rangel imputa ao piloto as culpas do desastre, na versão do jesuíta a responsabilidade recai sobre o guardião do navio.

Também o comportamento do capitão, Francisco Nobre, denunciado como pouco solidário por Rangel, surge como sendo exemplar na pena do anónimo jesuíta. Neste tardio relato, a alusão a uma “informação que se fez deste naufrágio”, conduz-nos a deduzir que o seu autor teve acesso a um testemunho anteriormente escrito, provavelmente aquele cuja autoria é atribuída a Rangel.

3.4.

Naus Águia e Graça (1559 e 1560) – Na edição da *História Trágico-Marítima*, a seguir ao título da relação, e sem mencionar autor, pode ler-se: “Com uma descrição da Cidade de Colombo, pelo Padre Manuel Barradas da Companhia de Jesus, enviada a outro Padre da mesma Companhia morador em Lisboa”. Esta informação tem induzido muitos leitores, incluindo estudiosos com trabalhos publicadas, a atribuir a autoria de ambos os textos àquele jesuíta. Ora, na verdade, ele limitou-se a redigir o anexo onde se descreve Colombo.

O texto relativo aos naufrágios das naus *Águia* (1561) e *Graça* (1559) é, sim, da autoria de Diogo do Couto. Mas o texto apresentado na *História Trágico-Marítima* é fruto de uma espécie de montagem de passagens relativas aos naufrágios daquelas naus, quase textualmente retiradas da *Década 7.ª da Asia* (livro VI, cap. 3, livro VIII, caps. 1, 12 e 13), obra cuja 1.ª edição data de 1616.

A inclusão de qualquer destes dois textos na *História Trágico-Marítima* suscita várias interrogações. Desde logo, porque a descrição de Colombo, inserta em obra do padre Manuel Barradas, redigida cerca de 1614-1615, reporta uma missão jesuítica a Cochim, Colombo e Sul da Índia, e nada tem a ver

34 Charles R. Boxer, “An introduction...”, *Revista da Faculdade de Letras*, ed. cit., pp. 55/56.

com a matéria dos naufrágios. Em segundo lugar, porque, o relato das atribuições das naus *Águia* e *Graça* se revela desconcertante quando extraído do seu suporte genuíno, uma obra historiográfica onde as desventuras dos dois navios só são referidas de forma episódica e intermitente e, sempre à sombra do objetivo de enaltecimento dos feitos do ex-governador da Índia, Francisco Barreto.

O autor, Diogo do Couto (1542-1616), é figura bem conhecida da cultura e da literatura portuguesas. Embarcou para a Índia aos 17 anos, para só voltar a Portugal por um período de cerca de dois anos (1569-1571). Fundador e primeiro Guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, foi também cronista oficial da Ásia, dando continuidade ao trabalho de João de Barros. Escreveu nove *Décadas da Ásia*, que cobrem a história da presença portuguesa no Oriente de 1526 a 1600. Compôs ainda outras sínteses historiográficas, como o *Tratado dos Gama* e a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, e ficando conhecido, sobretudo, como autor de dois diálogos, *O Primeiro Soldado Prático* e *O Soldado Prático*, onde, põe na voz de um anónimo “soldado prático”, um libelo acusatório contra os desmandos praticados no império oriental português.

3.5.

Santa Maria da Barca (1559) – A relação deste naufrágio inserta na *História Trágico-Marítima* resulta de uma montagem de textos de distintos autores. A primeira parte, onde se descrevem os incidentes responsáveis pelo atraso da partida, com a proibição das manifestações de culto a São Frei Pêro Gonçalves (Santelmo), por parte dos marinheiros, e a descrição abreviada da viagem até Goa, é retirada da *Década 7.ª da Ásia* de Diogo do Couto, livro V cap. 2 (1.ª edição 1616). Reprodução textual, poderia dizer-se, não tivesse sido suprimida uma listagem dos nobres embarcados, tão ao gosto de Couto. Já a viagem de regresso, no decurso da qual ocorre o naufrágio, tem por base o testemunho presencial de um anónimo. Ao fazer esta colagem Gomes Brito não teve o cuidado de homogeneizar o discurso, passando abruptamente de uma narrativa na 3.ª pessoa, a de Diogo do Couto, para a de uma testemunha presencial, na 1.ª pessoa. Esta relação de autor anónimo de paradeiro desconhecido, tem muitas afinidades com uma outra, publicada em 1566 (ver quadro II), também ela de autor anónimo, de que existe exemplar na Biblioteca de Vila Viçosa (Res.BDM 2.º/304). São muitas os paralelismos e as analogias entre estes dois testemunhos anónimos, ao nível do esquema expositivo e dos conteúdos. Se bem que a narrativa seguida por Gomes Brito seja estilisticamente mais cuidada e mais ampliada. Divergentes são também as perspectivas em relação ao capitão-mor

D. Luís Fernandes de Vasconcelos. Tendo em conta os elementos de correspondência literal e a destreza revelada por ambos os autores na utilização de termos marítimos e na descrição das manobras náuticas efectuadas, é bem provável derivarem de uma fonte comum, um diário de bordo, como aventa Giulia Lanciani³⁵.

3.6.

Nau São Paulo (1561) – Existe um folheto de autor anónimo, publicado em 1565, contendo uma versão muito mais reduzida (ver quadro II) do que a publicada na *História Trágico-Marítima* e atribuída a Henrique Dias. O texto publicado por Bernardo Gomes de Brito alonga-se bastante mais na cobertura de certos episódios, incluindo o do naufrágio propriamente dito, e insere detalhes sobre a escala no Brasil e uma descrição de Samatra inexistentes na publicação quinzentista. As similaridades entre os dois textos levaram Charles R. Boxer a aventar a hipótese de ambos terem por autor Henrique Dias que, após a saída da 1.ª edição de 1565, teria escrito um relato mais longo, a que Bernardo Gomes de Brito teria tido acesso³⁶. Em todo o caso, ambas as narrativas foram escritas por quem viveu os acontecimentos.

É do próprio Henrique Dias a magra informação disponível a seu respeito. Era “criado” (entenda-se: membro da casa) de D. António, prior do Crato. Boticário, serviu na botica real (de D. João III, supõe-se), em Almeirim, Lisboa e Tomar. Fazia a sua primeira viagem à Índia, onde ia desempenhar as funções de boticário do Hospital e Misericórdia de Goa.

São conhecidos vários relatos do naufrágio da nau *S. Paulo*. É o caso de uma outra versão redigida e ilustrada com desenhos à pena, por um sobrevivente, o jesuíta Manuel Álvares, em carta datada de Malaca, 5 de Janeiro de 1562, cujo original se conserva no Arquivo da Sociedade de Jesus em Roma e da qual se conhecem, pelo menos três cópias, conservadas em bibliotecas públicas portuguesas³⁷. Outra de Diogo do Couto, inserta na *Década 7.ª da Ásia* (livro IX, cap. 6), sob título “Do que aconteceu à nau São Paulo e de como se foi perder na ilha de Samatra, e do que passou a gente dela”, e que tem por base, assim

35 Publicada por Giulia Lanciani, *Santa Maria da Barca. Três testemunhos para um naufrágio*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 43-68.

36 Charles R. Boxer, *art. cit.*, p. 60.

37 Publicada por Frazão de Vasconcelos, *Naufrágio da nau “S. Paulo” em um ilhéu próximo de Samatra no ano de 1561*. Narração inédita, escrita em Goa em 1562 pelo Padre Manuel Álvares S.J., Lisboa, 1948. Note-se que a carta não foi escrita em Goa, mas em Malaca.

supomos, o testemunho de Francisco Pais, um sobrevivente. E, por último, a narrativa intitulada “Do naufrágio que fez a nau São Paulo na contracosta de Samatra, na qual vinham dois religiosos da Companhia de Jesus”, composta em 1607 pelo padre Sebastião Gonçalves e inserta na sua *História da Companhia de Jesus na Índia* (livro IX, cap. 19), baseada, segundo o próprio autor, no testemunho de António Fonseca, outro sobrevivente, “ajudando-se” também do que Couto escreveu na *Década* 7.^a da Ásia³⁸.

3.7.

Nau *Santo António* (1565) – Estando a nau para largar do Brasil, Jorge Coelho de Albuquerque rogou a Afonso Luís, piloto afamado, que embarcasse também para “pôr em lembrança, todas as coisas que acontecessem na dita viagem”. O longo memorial produzido por Afonso Luís, por não se apresentar “em bom estilo, nem com a linguagem bem limada, nem política”, foi objecto de revisão ou (quem sabe?) reescrita, por parte de António de Castro, homem com fama de bom latinista e de bom poeta, que o resumiu a ponto de, na relação publicada, não constar “nem a décima parte do que aconteceu”³⁹.

Esta informação, contida no próprio texto da 2.^a edição (1601) da relação (ver quadro II), mas não incluída na edição de Bernardo Gomes de Brito, é hoje considerada fidedigna pela maioria dos estudiosos, aceitando a autoria conjunta de Afonso Luís e António de Castro⁴⁰. Mas além desta omissão, existem variantes entre as duas edições. A título de exemplo, cite-se um “Prologo ao leitor” da *História Trágico-Marítima*, muito diferente do que aparece no folheto de 1601, assinado pelo livreiro editor António Ribeiro.

Permitimo-nos, enfim, relembrar que, na *História Trágico-Marítima*, a autoria deste relato é atribuída erradamente a Bento Teixeira Pinto, autor da *Prosopopéia*, poema dedicado a Jorge de Albuquerque Coelho publicada em edição conjunta com a segunda edição do relato.

38 Sobre o assunto, ver M. Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, edição crítica e comentada de uma versão inédita, Lisboa, IN-CM e CNCDP, 1993-1994, vol. I, pp. 792-793.

39 *Naufragio, que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco*, Lisboa, António Alvarez, 1601, f. A3, recto e verso.

40 Sobre o assunto ver, J José António Gonçalves de Melo, “Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*” *Estudos Pernambucanos*, (Recife, 1960), pp. 5-43) e Charles R. Boxer, “Jorge de Albuquerque Coelho: duas cartas inéditas e uma rectificação à “*História Trágico-Marítima*”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 2 (15), 1965, p. 133-147.

3.8.

Nau *Santiago* (1585) – Logo no título do relato, Bernardo Gomes de Brito afirma estar a publicar uma versão “agora novamente acrescentada com mais algumas notícias” deixando implícito ter feito acrescentos ao relato até então publicado (1602), da autoria de Manuel Godinho Cardoso, do qual corria, aliás, uma contrafacção. Pode-se, de facto, afirmar ter sido essa primeira edição a base de trabalho de Bernardo Gomes de Brito. Mas este, ao integrá-lo na sua colectânea, retirou-lhe a epístola dedicatória dirigida a D. João Luís de Vasconcelos e Meneses e assinada pelo autor. Ora, nessa peça, Manuel Godinho Cardoso deixa um esclarecimento essencial: “Esta relação do infeliz naufrágio da nau Santiago me veio à mão, e sabendo quão verdadeira é pelos testemunhos dos que dele se salvaram, me pareceu digna de se divulgar”. Ou seja, a narrativa original não era da sua autoria, podendo-se supor que ele a tenha trabalhado para efeitos de publicação, como era habitual na época.

O facto de, neste texto, se relatar o caminho feito até Moçambique por três grupos de sobreviventes, separadamente, cada um deles usando meios e percursos diferentes, pode indiciar que o autor da relação original ou Manuel Godinho Cardoso tenham tido acesso a diversos testemunhos orais ou escritos.

Dos “acrescentos” de Bernardo Gomes Brito, redundou, em verdade, uma nova versão onde só a segunda parte, o naufrágio propriamente dito e as peripécias dos sobreviventes até Moçambique, reproduz a par e passo a edição de 1602. As pequenas variantes, quase irrelevantes, consistem, por exemplo, na eliminação de listagens de nomes. Já a primeira parte, da largada de Lisboa ao naufrágio nos Baixos da Judia, é matéria procedente, segundo a suspeita de Charles R. Boxer, de informação escrita de algum jesuíta ou simpatizante da Companhia embarcado na viagem⁴¹.

Se excluirmos o “naufrágio de Sepúlveda” (galeão *S. João*), o naufrágio da *Santiago* foi o que teve mais projecção além-fronteiras. Em parte, porque a narrativa de um sobrevivente, o jesuíta Pedro Martins, feita por carta escrita de Goa, datada de 9 de Dezembro de 1586, foi rapidamente traduzida para italiano e francês. Em 1588 já o relato era editado em Paris e em Roma/Veneza⁴². Mas também porque a notícia é divulgada por alguns estrangeiros, entre eles,

41 Cf. Charles R. Boxer, “An introduction...”, *Revista da Faculdade de Letras*, ed. cit., pp. 61-64.

42 A primeira edição portuguesa desta carta, mas em versão resumida, só viria a ser publicada em 1719, na obra de António Franco, S.J., *Imagem e virtude do Noviciado de Coimbra*.

Jan Huygen van Linschoten, um holandês que à data se encontrava em Goa, e que a insere no seu *Itinerário*, publicado em Amesterdão (1596) e de imediato traduzido para várias línguas: inglês (1598), alemão (1598-1600), latim (1599) e francês (1610).

3.9.

Nau *São Tomé* (1585) – Este relato, retirado da *Vida de D. Paulo de Lima* (caps. XXXII-XLI), deve-se ao cronista Diogo do Couto e faria parte, originariamente, da sua *Década 11.ª da Ásia*, concluída em 1610-1611, entretanto perdida. Dela, conhece-se apenas uma versão resumida que se supõe ser da autoria do próprio Couto⁴³, e onde a narrativa do naufrágio aparece também muito resumida.

É nossa convicção que o cronista terá transcrito textualmente os capítulos da versão perdida da sua *Década 11.ª* para a *Vida de D. Paulo de Lima*. Não faltam exemplos deste seu típico e frequente *modus operandi*, detectável, nomeadamente, no *Tratado dos Gama*, onde encaixa matérias recortadas das suas próprias *Décadas da Ásia*, e mesmo em alguns capítulos da *Vida de D. Paulo de Lima*, onde insere verdadeiros decalques daquilo que sobre o biografado já escrevera na sua *Década 8 da Ásia*⁴⁴.

Em bom rigor, não podemos provar que um procedimento deste tipo tenha envolvido o texto perdido da *Década 11.ª*, embora haja indícios de assim ter sucedido. Para aí aponta a sobrevivência das remissões às suas *Décadas 6.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª da Ásia* patentes nos trechos da relação da nau *São Tomé* (1585). Remissões que desmentem a autonomia de uma obra que se pretendia apresentar como uma biografia.

Afirmar que a relação inserta na *História Trágico-Marítima* colhe numa cópia manuscrita da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* é menos problemático. Uma prova está nas palavras finais do texto, dirigidas pelo autor à irmã de D. Paulo: “E V.M. (Senhora D. Ana de Lima), bem sei que ao lerdes isto não vos hão-de faltar piedosas lágrimas, derramadas com muita razão pela perda de um irmão tanto para amar, como sempre, Senhora, fizeste...”, palavras que o leitor da *História Trágico Marítima* não deixará de achar surpreendentes e

43 Sobre o assunto, António Coimbra Martins, “Em busca da Década 11”, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 97-123.

44 Sobre este *modus operandi* de Diogo do Couto, ver nesta mesma colectânea artigo intitulado “Do discurso historiográfico de Diogo do Couto aos trabalhos forçados do editor”.

enigmáticas. A explicação para a estranha presença deste passo reside na epístola dedicatória inserta em, pelo menos, duas das cópias manuscritas conhecidas da *Vida de D. Paulo de Lima*, e datada de Goa, 10 de Novembro de 1611⁴⁵. Aí, Diogo do Couto declara a D. Ana de Lima Pereira vir com aquele texto corresponder ao pedido que ela lhe fizera através do marido, D. António de Ataíde, capitão-mor da armada da Carreira da Índia de 1610-1611. Ora, D. António de Ataíde chegara a Goa em inícios de Setembro de 1611. Comparando esta data com a da epístola dedicatória, percebe-se que, nesses cerca de dois meses, Couto não conseguiria escrever a biografia D. Paulo de Lima. Conseguiu, sim, satisfazer o pedido da senhora.

Estriba-se também nestes dados a nossa convicção de que a narrativa do naufrágio da nau *São Tomé* passou, sem grandes alterações, directamente da *Década 11.^a* para a *Vida de D. Paulo de Lima*. Aliás, o próprio autor o deixa entender, quando diz a D. Ana não ter feito mais do que recorrer ao que já tinha escrito.

Diga-se, por último, que entre as fontes escritas utilizadas por Couto para a narrativa deste naufrágio se conta uma extensa relação, intitulada “Tratado dos grandes trabalhos que passaram os portugueses que se salvaram do espantoso naufrágio que fez a nau São Tomé...”, redigida em 1590 por um dos sobreviventes, o sota-piloto Gaspar Ferreira Reimão⁴⁶. Este relato que, em certas passagens, o cronista seguiu quase literalmente⁴⁷, viria a ser também utilizado, em 1616, por D. António de Ataíde quando escreveu uma biografia de seu cunhado, também ela intitulada *Vida de D. Paulo de Lima*. Curiosamente, nos dois manuscritos conhecidos que conservam os materiais coligidos para a feitura desta obra, a narrativa do naufrágio da *São Tomé* aparece como peça autónoma⁴⁸, relativamente à vida do biografado. Mas, enquanto a narrativa de

45 Nas duas edições desta obra de Diogo do Couto, uma datada de 1765 e outra de 1903, não vem publicada a referida epístola dedicatória a D. Ana de Lima Pereira.

46 Conservado BNP, Reservados, códice 7360.

47 Cf. Maria Luísa Leal, “A relação do naufrágio da nau “São Tomé” – três versões”, *A História Trágico-Marítima – Análises e perspectivas*, organização de Maria Alzira Seixo e Alberto Carvalho, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, pp. 109-136. Ver ainda Kioko Koiso, “Alguns aspectos do relato de naufrágio da nau *São Tomé*, de Diogo do Couto, em comparação com o manuscrito de Gaspar Ferreira Reimão”, *Diogo do Couto – História e intervenção política de um autor polémico*, ed. de Rui Manuel Loureiro e M. Augusta Lima Cruz, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2019, pp. 71-95.

48 Publicada por Luís da Silveira, *A derradeira viagem de D. Paulo de Lima*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1947.

Diogo do Couto e a de D. Álvaro de Ataíde são construídas em torno de um protagonista principal – D. Paulo Lima Pereira –, no tratado escrito pelo sota-piloto Gaspar Ferreira Reimão, a acção do fidalgo só é evidenciada na medida da sua condição social.

A transposição do texto de Diogo do Couto para a *História Trágico-Marítima* não terá sido tarefa muito afanosa. Bernardo Gomes de Brito limitou-se, praticamente, a retirar-lhe a divisão de capítulos e títulos da biografia, transformando-o num texto contínuo. As restantes intervenções, poucas, resumem-se a adaptações verbais e a raras substituições de vocábulos, como “tratado” ou “narração” por “relação”, quando o autor caracteriza o tipo de obra produzida.

3.10.

Nau *Santo Alberto* (1593) – O texto da primeira edição (1597), foi integrado na *História Trágico-Marítima* com poucas mudanças. Estas limitam-se a pontuais alterações da escrita e a uma ou outra passagem mais desenvolvida, nuns casos, mais resumida, noutros.

O seu autor, João Batista Lavanha (meados do séc. XVI-1624), figura brilhante no mundo científico e técnico Ibérico, teve uma vida partilhada entre Portugal e Espanha. Foi engenheiro, cartógrafo, cosmógrafo-mor, cronista-mor e mestre da Academia de Matemáticas de Madrid. Como curiosidade, acrescenta-se que teve aí como alunos o príncipe Filipe, futuro Filipe IV de Espanha, Cervantes e Lope de Vega. A vasta obra de Lavanha compreende compêndios didácticos e trabalhos especializadas como, entre outros: *Regimento Náutico*, *Tábuas da largura ortiva do Sol*, *Tratado da Arte de Navegar* e *Livro Primeiro da Architectura naval*. Da sua actividade cartográfica, sobressai o desenho de carta de Aragão, publicada em 1620 e repetidamente editada até ao final do séc. XVIII. No campo historiográfico, cabe-lhe a organização e o tratamento final de todo o material deixado por João de Barros, para a composição da *Década 4.^a da Ásia*, tarefa que conduziu à publicação desta obra em Madrid em 1615. E, uma vez que de relações estamos a falar, é sua a relação da viagem de Filipe II (III de Espanha) a Portugal (Madrid, 1622).

Na sua colectânea Bernardo Gomes de Brito suprimiu um pequeno trecho essencial para se compreender por que motivo um homem com a formação de Lavanha, e que, tanto quanto se sabe, nunca fez uma viagem marítima, se dispôs a pegar na pena para relatar este naufrágio. Com esse trecho teríamos ficado a perceber que “como a relação deste caminho [*entenda-se a viagem*

dos sobreviventes ao longo da costa oriental africana] seja de muita importância, para aviso dos que naquela costa se perderem (que Deus não permita que suceda), encarregaram-me os governadores do Reino que a fizesse”. E João Batista Lavanha cumpre conscienciosamente o encargo. Ao narrar a atribulada progressão dos sinistrados desde a sua chegada à terra do Natal recorre a anteriores experiências de naufrágos para ir compondo uma espécie de manual de sobrevivência onde há um pouco de tudo: informação sobre percursos a seguir ou evitar, sobre o valor de troca dos materiais de resgate, estratégias a utilizar com as populações nos diversos troços da caminhada e até truques e ardis, como o de enterrar o armamento impossível de transportar ou o de abater a caça de que se alimentavam com armas de fogo para assustar os autóctones. Por outro lado, utiliza a sua formação técnica e científica para analisar as causas de naufrágio. E, como sintetiza Francisco Contente Domingues, não há no seu texto “alusão a factores que não possam ser assacados a erros ou opções técnicas, aparte a sempre presente invocação da cupidez dos viajantes, de facto responsável por algumas das perdas”⁴⁹.

Apesar de revestir este carácter, a narrativa de João Batista Lavanha não se afasta do padrão comum a este género de relato. Também ele contou com testemunhos de quem viveu os acontecimentos, mencionando-os explicitamente: cartapácio escrito pelo piloto Rodrigues Miguéis e que resumiu, emendou e verificou graças a informações fornecidas por Nuno Velho Pereira, o capitão-mor dos sobreviventes na jornada terrestre e, acrescente-se, bom conhecedor da região, pois fora capitão de Sofala e Moçambique de 1583 a 1586.

3.11.

Nau *S. Francisco* (1597) – Este relato tem por base a carta do jesuíta Padre Gaspar Afonso, dirigida ao Padre Assistente João Álvares e, datada de Évora, 21 de Junho de 1599, ou seja, pouco depois de, a 10 de Março de 1599, Gaspar Afonso ter desembarcado em Cádiz regressado de uma longa odisseia de cerca de três anos. Gaspar Afonso que embarcara a 10 de Abril de 1596, integrando um grupo de jesuítas destinados à Índia, define a sua aventura como uma “viagem começada para um oriente e prosseguida por tantos ocidentes”. De facto,

49 Sobre vida e obra de João Baptista Lavanha, ver Francisco Contente Domingues, “Lavanha, João Baptista”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ed. cit., vol. II, pp. 586-589. Ainda do mesmo autor, “O naufrágio da Nau ‘S. Alberto’”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de A. Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, vol. 3, Dezembro de 2002, pp. 79-86.

vítima de uma sucessão de revezes, a nau *S. Francisco*, depois de uma arribada no Brasil deriva para o mar das Antilhas, acabando por deixar os jesuítas na ilha de S. Domingos. A partir daí o relato centra-se nas deambulações insulares de Gaspar Afonso e do seu confrade Jerónimo Marocheli. O destino da nau só será retomado com uma breve alusão às suas desventuras nas imediações dos Açores às quais, naturalmente, Gaspar Afonso não assistiu.

A versão publicada na *História Trágico-Marítima* é em muitos aspectos mais desenvolvida e detalhada do que a contida na carta original conservada no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma⁵⁰. No entanto, foi redigida pela mesma mão. Bernardo Gomes de Brito teve, pois, acesso a uma outra versão de Gaspar Afonso, menos formal e mais expansiva, do que a enviada ao seu superior. Trata-se de uma relação conservada Biblioteca Pública Évora (CXVI/1-16).

Em qualquer caso, pela estrutura e pela forma, esta narrativa desvia-se bastante do cânone das relações de naufrágios. E não só. A profusão de citações latinas, bíblicas ou retiradas da literatura clássica, denunciam-no como um texto destinado pelo autor a confrades seus. Mas, ainda assim, a relação deste jesuíta consegue ser a menos trágica da colectânea. E isto porque, mesmo nos momentos mais penosos, Gaspar Afonso mantém a postura curiosa do viajante receptivo às novidades e um olhar de ingénuo fascínio que o leva a recheiar a narrativa de episódios miraculosos ou maravilhosos.

3.12.

Galeão *Santiago* (1602) e nau *Chagas* (1594) – O autor é Melchior Estácio do Amaral, o Desembargador do Paço encarregado de conduzir o inquérito para a apurar as responsabilidades de António de Melo de Castro, capitão do galeão *Santiago*, na tomada desta embarcação pelos holandeses, na ilha de Santa Helena. Dispôs, por isso, de muita informação testemunhal de sobreviventes e de correspondência oficial, aliás, transcrita na sua relação.

Para a narrativa da perda da nau *Chagas*, incendiada nas imediações da ilha do Faial (Açores) na sequência de um ataque inglês, tudo leva a crer que o autor se terá apoiado nos testemunhos de Nuno Velho Pereira e Brás Correia os dois únicos fidalgos entre os treze sobreviventes.

50 Publicada, em edição crítica, por Giulia Lanciani, *Naufragi e peregrinazione americane di Gaspar Afonso* (Milano, 1984) e, em versão portuguesa, sob título “Viagem da nau São Francisco no ano de 1596”, *Sucessos e Naufrágios...*, ed. cit., pp. 415-474.

A obra inclui, no capítulo final, um balanço das perdas de naus da Carreira da Índia de 1582 até 1602, onde se procura sistematizar as causas desses desastres, reproduzindo em grande parte o que João Baptista Lavanha já escrevera sobre o tema. Segundo um critério estabelecido por si próprio, Melchior Estácio do Amaral diferencia os “desastres” dos “casos fortuitos de guerra”, nestes últimos incluindo as perdas do galeão *Santiago* e da nau *Chagas*. A primeira edição desta obra (1604), conheceu duas impressões com títulos ligeiramente diferentes, não se sabendo qual delas foi feita em primeiro lugar⁵¹.

Bernardo Gomes de Brito, na sua colectânea, optou pelo título “Tratado das batalhas...” e eliminou duas peças liminares: um prólogo intitulado “Do propósito desta obra” que, numa das impressões, é o cap. I e uma resenha dos “Autores que escreveram das cousas da navegação, e conquista, e pregação do Sagrado Evangelho pelos portugueses, nas Índias Orientais, China e Japão”. Quanto à matéria narrativa, não operou alterações significativas, mantendo, inclusivamente, a divisão do texto em capítulos.

Conclusão

Ao dedicar a D. João V, monarca português que reinou de 1701 a 1750, a *História Trágico-Marítima*, Bernardo Gomes de Brito designa por “fragmentos históricos” os textos por si publicados. Os censores, a quem coube verificar a obra para publicação, falam por seu lado, de “compilador de notícias” ou “colector de relações”, expressões que pretendem caracterizar simultaneamente o autor e os materiais por ele coligidos. A frieza destas fórmulas, aceitavelmente objectiva na época e na circunstância, soa-nos, hoje, como depreciativa e injusta.

Como já se viu, o trabalho de Bernardo Gomes de Brito não consistiu apenas em ordenar cronologicamente relatos recolhidos. Em graus variáveis e nem sempre da forma mais rigorosa, pelo menos à luz dos critérios de hoje, ele interveio na redacção, na selecção dos conteúdos narrativos e, nalguns casos até, na montagem de novas narrativas, por meio de colagens de relações, manuscritas ou impressas, respeitantes ao mesmo acontecimento,

51 Uma, intitulada *Tratado das batalhas, e sucessos do Galeão Sanctiago com os Olandeses na Ilha de Sancta Elena. E da Náo Chagas com os Ingleses antre as Ilhas dos Açores*; outra, *Das batalhas do Galeaom Sanctiago com Olandeses. E da não Chagas que ardeo antre as Ilhas, com Vngleses...*

Entre os méritos do trabalho de Bernardo Gomes de Brito, mais do que a realização de simples ordenamento de memórias dispersas, conta-se o sentido unificador e colectivo, que lhe conferiu. De uma colecção de tragédias marítimas, saltou-se para uma história trágico-marítima, uma nova categoria alcançada, nas palavras de A. Tabuchi, através da combinação dos conceitos de *mar* e de *tragédia*⁵². Fórmula de tal modo bem conseguida que se projectou até aos nossos dias. Com efeito, ainda hoje, a sua menção, remete de imediato para uma dimensão histórica da expansão marítima portuguesa e para um tipo de textos – os relatos de naufrágios – então produzidos.

Embora a *História Trágico-Marítima* não tenha merecido uma recepção inflamada por parte do meio literário erudito da época, o seu reconhecimento foi-se fazendo paulatinamente até se impor como uma obra maior da literatura portuguesa⁵³. Deve-se, em última análise, a Bernardo Gomes de Brito uma mudança do olhar da literatura e da cultura portuguesas sobre os relatos de naufrágios. Esta tese é demonstrada por Alfredo Margarido, numa abordagem sociológica em que analisa o papel do compilador/editor na transmutação do estatuto atribuído àqueles textos condenados ao esquecimento que, de género literário menor, são alçados à categoria de “monumento”⁵⁴.

É verdade que a *História Trágico-Marítima* tem sido pasto para leituras interpretativas da história de Portugal, muitas das vezes fatalistas, tentando explicar um destino colectivo ou estabelecer paralelismos ou associações entre as tragédias marítimas e o início do declínio de uma “alma nacional”.

Mas, por outro lado, do ponto de vista dos estudos históricos e antropológicos, ela é tida como fonte inestimável não só para o conhecimento das viagens marítimas e quotidiano da vida do mar, mas ainda para a compreensão de práticas sociais ou de concepções religiosas da vida e da morte, com projecções no sentido do sobrenatural mas também no sentido da sobrevivência. Sublinhe-se também a importância dos registos de cariz etnográfico, designadamente no tocante aos povos da costa oriental africana. Muitos deles são os primeiros

52 Antonio Tabuchi, “Interpretazioni della “*História Trágico-Marítima*” nelle licenze per il suo “*imprimatur*””, *Quaderni Portoghesi*, n.º 5, Pisa, Giardini Editori, 1979, pp. 113-125.

53 Charles R. Boxer, “An introduction...”, *Revista da Faculdade de Letras*, ed. cit., pp. 89-90.

54 Alfredo Margarido, “Une incursion sociologique dans le domaine de la critique textuelle a propos de l’*História Trágico-Marítima*”, *Critique Textuelle* Portugaise – Actes du Colloque, Paris, 20-24 Octobre 1981, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian /Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 143-257.

testemunhos europeus escritos sobre a região, e por isso fundamentais para os estudos históricos e antropológicos.

Não querendo entrar pelas múltiplas leituras que tem escalpelizado cada um dos relatos, para lhes explorarem sentidos e mensagens, deixamos o leitor entregue à descoberta dessas viagens, trágicas e marítimas, e ao prazer de uma leitura que Bernardo Gomes de Brito soube tornar acessível a todos os públicos.

IV.

NOS TRILHOS DA
MEMÓRIA

13. Os cronistas do Império – da gesta das armas aos barões assinalados

As letras, sendo elementos de que se compõe e forma a significação das cousas, não corrompem as mesmas cousas nem o entendimento; mas vão-se multiplicando na parte memorativa per uso de frequência tão espiritual em hábito de perpetuidade que, per meio delas, no fim do Mundo, tão presentes serão, àqueles que então forem, nossas pessoas, feitos e ditos, como hoje, per esta custódia literal, é vivo o que fizeram e disseram os primeiros que foram no princípio dele.

(João de Barros, *Ásia*)

Percorrendo a produção historiográfica portuguesa, desde o arranque da expansão ultramarina às primeiras décadas do séc. XVIII, quando foi criada a Academia Real da História com o fim promover a elaboração de uma História Geral de Portugal e das suas Conquistas e que levou à restauração do ofício de “cronista do ultramar”, ressaltam, desde logo, algumas evidências.

Em primeiro lugar, verifica-se que a matéria ultramarina começa, a partir dos meados do séc. XV, a ter expressão significativa na historiografia que se desenvolveu no quadro tradicional da cronística do Reino, quer nas crónicas reais quer nas crónicas senhoriais, designadamente aquelas que foram compostas por Gomes Eanes de Zurara. Verifica-se, em segundo lugar, que só nos meados do séc. XVI se configura um discurso histórico autónomo sobre a expansão. Projectado, pelo menos por um dos seus cultores (João de Barros), para abarcar todo o Império, acaba, porém, por se concentrar num dos seus espaços mais carismáticos – o Oriente. Pode afirmar-se que, exceptuando alguns autores de crónicas régias, com Damião de Góis à cabeça, foi tratando esta parcela do Império que floresceram não só alguns dos mais salientes escritores do séc. XVI, como os grandes cronistas da expansão. Na verdade, tanto Gaspar Correia, como Fernão Lopes de Castanheda ou João de Barros e, já na

passagem para o séc. XVII, Diogo do Couto elaboraram, numa perspectiva globalizante, coerentes construções narrativas, sustentadas por uma ideologia e integradas nos espaços civilizacionais envolventes. Nos epígonos desta produção, destacar-se-á, já nos meados do século XVII, como último fôlego, Manuel Faria e Sousa (1590-1649) que, na esteira do plano concebido por João de Barros, giza e concretiza parcialmente uma panorâmica da história da expansão: uma história intencionalmente “líquida” e abreviada visando a fruição do leitor. Também nesta época irão surgir as primeiras tentativas do ordenamento global da memória daquela parcela do império que, como salienta Luís de Matos, foi a parente pobre da historiografia glorificadora do Império – o Brasil ou a América portuguesa.

1.

Num primeiro período, dos meados do séc. XV às primeiras décadas do séc. XVI, Gomes Eanes de Zurara (c. 1410/20 – c. 1473/74) emerge como o cronista português que abre o discurso historiográfico sobre matéria ultramarina. Nomeado cronista-mor do reino, em 1454, para dar continuidade ao trabalho iniciado por Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, ainda antes da sua nomeação oficial para o cargo, começa a ordenar materiais para a composição da *Crónica da Tomada de Ceuta* e da *Crónica dos feitos da Guiné*, crónicas que – simbólica e retrospectivamente – marcam o arranque, não só de diferentes rumos da expansão, como também de uma das vertentes mais ricas e inovadoras da historiografia portuguesa. De facto, na primeira delas que, em rigor, é a terceira parte da *Crónica d’el rei D. João I de Boa-memória, e dos reis de Portugal o décimo*, a narrativa de Zurara gira em torno de um único acontecimento: a conquista de Ceuta, em 1415. Na outra, relata os feitos dos navegadores portugueses em terras africanas para além do Cabo Bojador e ainda o início do processo de fixação de colonos portugueses nas ilhas atlânticas, sucessos que apresenta como emolduramento panegírico do seu principal fazedor – o infante D. Henrique.

Já na fase final da sua vida, Zurara compôs mais duas crónicas, ambas de matéria marroquina: a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, protagonizada pelo primeiro capitão da praça de Ceuta, que, como é anotado no sub-título de algumas cópias manuscritas, é obra “continuada à da tomada de Ceuta”; e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, onde são relatados os sucessos militares do primeiro capitão de Alcácer Ceguer.

Temos, assim, que Zurara, incumbido por D. Afonso V de escrever a crónica da Guiné como as dos dois capitães das praças marroquinas, não deu, na prática, continuidade ao trabalho que determinara a sua nomeação para o cargo de cronista-mor. Ficaria por fazer a crónica do rei D. Duarte, talvez porque não interessasse, ao tempo, cronicar a desastrosa expedição a Tânger e as responsabilidades que nela teve o Infante D. Henrique. A crónica de D. Duarte só surgirá bastante mais tarde, depois de “vingado” o fracasso de Tânger, pela pena de Rui de Pina, cronista-mor de 1497 a 1522, que assinará ainda as crónicas de D. Afonso V e de D. João II. Nestas, a matéria ultramarina passa, de forma mais ou menos dispersa, a integrar o conjunto de acções obradas sob égide dos monarcas e, em total acordo com os cânones tradicionais deste género narrativo, a informação sobre a conquista marroquina ou sobre o estabelecimento de bases de domínio português ao longo da costa africana, ganha muito mais peso do que a relacionada com a dimensão inovadora das viagens oceânicas.

Voltando a Gomes Eanes de Zurara, importa realçar o facto de as suas crónicas se demarcarem, na historiografia portuguesa quatrocentista, não só por serem as primeiras a narrar feitos cuja acção se desenvolve em terras de além-mar, mas também e sobretudo porque é esse o seu exclusivo campo de narração. Tal circunstância explica a atenção dispensada à descrição do espaço físico (que inclusivamente o levou a deslocar-se a Marrocos) e também ao que se poderia designar como o ponto de vista do Outro (“um mordimento de piedade”) cuja presença, aliás, será uma constante da historiografia da expansão. Mas, nem por isso, as suas crónicas deixam de ser fundamentalmente gestas de armas, onde a narrativa, ao sabor medieval, se desenvolve em torno de figuras idealizadas. O exemplo da Crónica dos feitos da Guiné é paradigmático. Nela, Zurara remata, em 1448, a narração das façanhas obradas pelos agentes do Infante, porque, como alega, “depois deste ano avante, sempre se os feitos daquelas partes trataram mais por tratos e avenças de mercadoria que fortaleza e trabalho de armas”.

A produção historiográfica de Zurara é ainda importante, enquanto testemunho do arranque de um discurso ideológico de propaganda da expansão marítima, interpretada como um movimento desenvolvido na sequência da Reconquista cristã peninsular. Note-se que, enquanto Zurara, por ordens de D. Afonso V, consagrava a memória da conquista do “Algarve Além Mar” e da Guiné, o italiano Mateo Pisano concluía, em 1460, por solicitação do mesmo monarca, a *Gesta Illustrissimi Regis Ioannis De Bello Sptensi* – versão latina da conquista de Ceuta para divulgação do feito na Europa – e que, na mesma data,

frei João Álvares, respondendo a encomenda do Infante D. Henrique, rematava o *Tratado da Vida e Feitos do muito virtuoso Senhor Infante D. Fernando*. Neste texto, vulgarmente conhecido como *Crónica do Infante Santo*, elevava-se à categoria de “mártir” o filho mais novo de D. João I, versão que, como sublinha Vitorino Magalhães Godinho, “cimentava com o martírio o ideal expansionista de que a Crónica é o panfleto”.

2.

A construção e a formalização do discurso autónomo sobre a expansão, consumir-se-á na segunda metade do século XVI e consubstanciar-se-á numa “crónica da Ásia portuguesa”, após um longo processo de acumulação de conhecimentos e de consolidação de um discurso ideológico sobre a expansão.

Se, por um lado, a acumulação e divulgação de notícias, relações, narrativas de sucessos, cartas geográficas e iconografia constituíram a base de apoio fundamental a partir da qual os cronistas da Ásia puderam elaborar as suas grandes sínteses narrativas, por outro, assiste-se à sedimentação de um discurso ideológico sobre a expansão que é propagado, quer no interior quer no exterior do país. Através da oratória, da criação literária e de um sem número de festejos, cerimónias de acção de graças, de aparatosas missões diplomáticas etc. impõe-se um discurso para cuja fundamentação se revela fundamental a contribuição dos humanistas. Serão eles a fixar os principais tópicos estruturantes, como o deslumbramento pela novidade e dimensão geográfica da empresa ultramarina, a exaltação da conquista pelas armas e a consciência épica de um empreendimento em que os feitos portugueses ombreiam ou se sobrepõem aos dos heróis da Antiguidade. Deve afirmar-se, contudo, que os próprios humanistas, nunca pondo em causa os valores contidos neste discurso, não enjeitaram um outro, aquele cuja tónica era posta nas contradições políticas inerentes à natureza da expansão e aos descaminhos de uma gesta de armas transmutando-se numa gesta da mercancia. Mas, o clima era de euforia épica. Não admira, portanto, o engrossar do coro das vozes clamando por um Tito Lívio português, já que “matéria prima” não faltava. Assim se exprimia D. Pedro de Meneses, discípulo do humanista italiano Cataldo Sículo, na oração de sapiência proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Lisboa, em 1504: “*Nas acções, tanto de África como da Ásia, hão-de encontrar não um, mas vários Aquiles, Heitores, Epaminondas; vários Décios, vários Cipões, Marcelos, Camilos*”.

Ao que parece, e embora informalmente, nos finais do reinado de D. Manuel ou nos inícios do D. João III, Lourenço de Cáceres foi encarregado de redigir, em versão latina, uma crónica da expansão que nunca veria a luz. Como diria João de Barros, “os homens, pela maior parte, são mais prontos em dar de si frutos voluntários, que os encomendados”. Na verdade, os grandes cronistas do Império não foram os que esperaram por uma nomeação para o cargo, mas aqueles que, por iniciativa própria, começaram a compilar materiais. Alguns deles conseguiram beneficiar do reconhecimento régio: oficialmente, Fernão Lopes de Castanheda e oficialmente, João de Barros e Diogo do Couto que ocuparam os cargos de cronistas da Ásia. Não assim Gaspar Correia. Não trabalhando por encomenda nem encomendando os seus escritos ao rei ou a outros grandes do Reino, os seus textos ficaram inéditos durante cerca de três séculos.

Por outro lado, a primeira tentativa de articulação de uma síntese sobre a expansão portuguesa no Índico deve-se a um anónimo, autor de uma *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, escrita cerca de 1520-21, mas da qual apenas se conhece um texto truncado. Sensivelmente por esta altura, Gaspar Correia (fins do séc. XV-c. 1563), antes amanuense de Afonso de Albuquerque, ordenando lembranças, começou a escrever as *Lendas da Índia*, narrativa que se estende desde os preparativos da primeira viagem de Vasco da Gama até cerca de 1549. Pouco depois e igualmente na Índia, onde viveu, desde 1529 a 1538, começou também Fernão Lopes de Castanheda (c. 1512-1559) a compilar materiais e a colher informações junto dos capitães e fidalgos intervenientes nas acções armadas, vindo a continuar esse trabalho em Portugal, onde rematou a obra, intitulado-a *História dos Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Mas, dos dez livros redigidos, só oito saíram publicados, entre 1551 e 1561. Castanheda antecipava-se assim a João de Barros (c. 1496-1570), a quem D. João III, entretanto, encomendara a história das cousas da Índia. Barros deu o título de Ásia à sua obra e, seguindo o modelo de Tito Lívio, estruturou-a em períodos de dez anos, razão pela qual viria a ficar conhecida pela designação de *Décadas da Ásia*. Das quatro *Décadas* que escreveu, a três primeiras saíram entre 1552 e 1563; a quarta, reformulada e aumentada por Baptista Lavanha, em 1615. Consignando o discurso oficial sobre a expansão, João de Barros é o único a dar consistência à interpretação que considerava o “descobrimento” da Índia como o culminar de um processo desenvolvido desde o arranque das navegações henriquinas até à viagem de Vasco da Gama. Por isso, às viagens de exploração do Atlântico,

dedica os quatro primeiros livros da *Década* 1.^a, sendo o único cronista a valorizar esta vertente da expansão. Mais tarde, já nos finais do séc. XVI, Diogo do Couto (1542-1616), o mais “indiano” dos cronistas, retoma, por determinação de Filipe I, o trabalho deixado em aberto por João de Barros. Não tendo ainda saído a lume a *Década* 4.^a deste último, Couto começa por compor outra *Década* 4.^a, vindo a concluí-la em 1596. Seguem-se, depois, mais oito *Décadas* (da última, a 12.^a, só escreveu os cinco primeiros livros) que, no seu conjunto, cobrem a história da presença portuguesa na Índia de 1526 a 1600. Os textos das *Décadas* de Couto foram vítimas dos mais estranhos acidentes (roubos, incêndios, saques, desaparecimentos inexplicáveis), que o obrigaram a reescrever vários deles. Assim, das *Décadas* 5.^a, 7.^a e 8.^a conhecem-se duas versões; da *Década* 9.^a, só se conhece uma versão resumida e truncada; a *Década* 11.^a desapareceu. António Bocarro (c. 1594-c. 1642) completaria este ciclo de *Décadas da Ásia* escrevendo a *Década* 13.^a.

Independentemente das diferenças de estilo entre cada um destes cronistas, ressalta o facto de todos eles produzirem narrativas que já não se ordenam em função de um reinado ou de uma figura senhorial. Como todos explicitamente dizem, o objectivo é narrar os sucessos obrados pelos portugueses em terras e mares asiáticos. Uma tal postura conduzi-los-á a adoptar critérios próprios quanto ao estabelecimento de cortes na duração temporal. Quer em Gaspar Correia quer em Castanheda, a compartimentação da matéria aparece predominantemente determinada pela duração dos mandatos de governadores e vice-reis do Estado da Índia. Mas para Gaspar Correia, os anos de cada governo são pautados pela viagem anual da Carreira da Índia. Já João de Barros e Diogo do Couto adoptaram como periodicidade a década, gerindo os cortes cronológicos com a elasticidade necessária para fazê-los coincidir com a cessação de uma governação. Mas, curiosamente, Diogo do Couto, porque escrevia na Índia, e não no Reino como João de Barros, procurou pautar os anos, ou seja, os livros que constituem cada *Década*, em função da chegada da armada da Carreira da Índia a Goa, no mês de Setembro.

Conclui-se, por outro lado, que todos estes homens fizeram essencialmente um trabalho de compilação, sobre o qual, com mais ou menos habilidade, “armaram” sínteses de grande amplitude temporal e geográfica (a chamada Índia, ou seja, Ásia portuguesa estendia-se desde a África Oriental até ao Extremo Oriente). E se uns, como Castanheda e Couto, trabalhando a partir da informação escrita disponível, se limitaram a incorporar ou a “copiar”,

outros, como Barros mas também Gaspar Correia, procuraram tratá-la. Em Castanheda e, sobretudo, em Correia e em Couto a informação aparece complementada com depoimentos orais e com o próprio testemunho pessoal do cronista. Do trabalho de compilação realizado, ressalta a habilidade com que cruzaram vários tipos de fontes, mas acima de tudo a preocupação revelada, especialmente por Castanheda, Barros e Couto, de cronicar a expansão portuguesa integrada nos diferentes espaços asiáticos onde ocorreu: descrições das terras, dos povos, dos costumes, das religiões, das instituições etc. Pode mesmo afirmar-se que uma fragmentada “geografia” da Ásia está contida nas *Décadas* de Barros e que o recurso a fontes asiáticas, tal como sucederá em Couto, acaba por deixar disseminadas nas respectivas *Décadas* várias “crónicas asiáticas”.

3.

Mas, em última análise, e como se disse, o principal objectivo de todos os cronistas é narrar os feitos militares dos portugueses em terras e mares asiáticos. Donde as suas crónicas serem fundamentalmente gestas das armas, coalhadas de narrações de conquistas, de cercos e, acima de tudo, de combates e batalhas navais. No registo de Barros, a crónica só deve memorizar “as pedras lavradas e polidas dos mais ilustres feitos” dos vassalos do rei, ou seja, dos detentores de um apelido conhecido. Porém, para os restantes cronistas ela deve contemplar as altas cavalaria praticadas por todos os portugueses, “grandes” e “pequenos”. Defendendo que uma das utilidades da História é ensinar a evitar a repetição de erros passados, eles narram não só as “altas cavalaria”, como também os actos menos dignos.

Mas, quer as façanhas guerreiras tenham sido obradas por grandes ou por pequenos, em boa verdade, nas obras dos cronistas da Ásia, não faltam os Aquiles, os Cipiões, os Césares... Quase se poderia afirmar que nelas se opera uma espécie de milagre da multiplicação dos heróis.

Ousaríamos mesmo ir mais longe, afirmando ter sido a imagem destes protagonistas da gesta asiática, exaltados nas grandes crónicas da Ásia, mas também num sem número de “pequenas” crónicas ou narrativas em torno de conquistas, cercos, histórias de vice-reis, de capitães, etc., a determinar a configuração de um modelo de herói, resultante da combinação da experiência do mar com a das campanhas militares. Modelo de herói que se arregaçaria na memória dos portugueses.

Bibliografia

- ANDRADE, A.A. Banha de, “Gaspar Correia, primeiro historiador português do Oriente”, *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*; Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, pp. 671-682.
- AVELAR, Ana Paula Monteiro, Fernão Lopes de Castanheda – *Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*; Lisboa, Cosmos, 1997.
- BARRETO, Luís Filipe, *Lavrar a Ásia*; Lisboa, CNCDP, 2000.
- BUESCU, Ana Isabel, “João de Barros: humanista mercancia e celebração imperial”, *Oceanos*, n.º 27, Julho /Setembro de 1996, pp. 10-26.
- BOXER, Charles R., *Three historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)*, Macau, Imprensa Nacional, 1948.
- CIDADE, Hernani, *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*; Coimbra, Arménio Amado, 1963.
- CRUZ, M. Augusta Lima, “Os Heróis do Mar na época dos Descobrimentos”, *Actas de Sessões Culturais em Viana do Castelo*, pp. 43-53; Lisboa, Academia de Marinha, 1991.
- FERREIRA, M. Ema Tarracha, *Literatura dos Descobrimentos e da Expansão*; Lisboa, Ulisseia, 1993.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *A épica portuguesa no séc. XVI*; Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.
- LAPA, M. Rodrigues, *Historiadores Quinhentistas*; Lisboa, 1943.
- MARTINS, A. Coimbra, “Seis escritores da Ásia portuguesa”, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra Imprensa da Universidade, 1985, pp. 125-138.
- LOURENÇO, Eduardo, “A mitologia dos Descobrimentos (segundo João de Barros)”, *Portuguese Studies*, n.º 8, 1992, pp. 86-92.
- MATOS, Luís de, *L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*; Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1991.
- REBELO, Luís de Sousa, *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa*; Lisboa, Horizonte, 1982.
- SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*; Lisboa, Jornal do Foro, 1950-1962.
- SERRÃO, J. Veríssimo, *Historiografia Portuguesa*, vol. I; Lisboa, Verbo, 1972.

14. Gaspar Correia e a lenda dos dois bons irmãos, Paulo e Vasco da Gama

Em 1585, saíram a lume dois estudos que, embora com tratamentos diversos, chamaram a atenção para o pioneirismo do trabalho historiográfico de Gaspar Correia (finais séc. XV/c. 1563), autor das *Lendas da Índia*¹. Refiro-me, por um lado, a um artigo no qual A. A. Banha de Andrade sustenta ter sido Gaspar Correia o primeiro historiador português do Oriente, ou seja, ter sido quem primeiro pegou na pena para dar corpo a uma narrativa cronologicamente arrumada dos sucessos dos portugueses em mares e terras asiáticos². Refiro-me, por outro lado, a um artigo de António Coimbra Martins destacando a importância de Gaspar Correia enquanto autor que anunciou a necessidade de incorporação da crónica da Ásia nas crónicas reais. Não chegou, todavia, o cronista a concretizar tal projecto. Outros acabariam por levá-lo a cabo, e indo colher muito à sua obra: Damião de Góis, Jerónimo Osório e Francisco de Andrade. Mas, como conclui Coimbra Martins, seria afinal Luís de Camões que, n'Os *Lusíadas*, resolveria de forma genial a alternativa história de Portugal/história da Ásia portuguesa, “valorizando o ‘descobrimento’ da Índia como momento mais alto da história de Portugal. Não por situar o ‘descobrimento’ no seu lugar, na história, e demorar-se nele, abreviando o resto. Mas, ao contrário, por inserir a história no descobrimento”³.

1 As *Lendas da Índia*, abarcando a história da presença portuguesa na Ásia desde a abertura da rota do Cabo até ao governo de Jorge Cabral, permaneceram inéditas até 1858/1866, anos em que, sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa, foram pela primeira vez publicadas. As citações desta obra, inseridas na presente comunicação, têm como referência a edição de Lello & Irmão Editores (Porto, 1975). Nestas e noutras citações de textos quinhentistas foi actualizada a ortografia.

2 Sobre o assunto, ver A. A. Banha de Andrade, “Gaspar Correia, primeiro historiador português do Oriente”, *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 671-682.

3 A. Coimbra Martins, “Seis escritores da Ásia Portuguesa”, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1985, pp. 125-138 (excerto colhido na p. 136).

Nesta breve comunicação, outro mérito de Gaspar Correia me proponho sublinhar. Em meu entender, foi ele o primeiro escritor português a celebrar literariamente (e, sublinho, literária e não historiograficamente) a viagem inaugural de ligação marítima entre Portugal e a Índia pela Rota do Cabo da Boa Esperança. Não com a arte, o engenho e a erudição de Camões que, ao gosto dos cânones clássicos dominantes na época, magistralmente a transformou numa epopeia. Mas com o encanto e sabor de uma lenda, carregada de simbolismos, eivada de ressonâncias bíblicas e míticas e contada ao jeito medieval dos cantares de gesta e das novelas de cavalaria.

Sobre a influência das novelas de cavalaria em Gaspar Correia, deixou-nos apontamento Fidelino de Figueiredo num capítulo da obra *A épica portuguesa do séc. XVI*⁴. Na narrativa dos sucessos que, em Cochim, celebrizaram Duarte Pacheco Pereira, Gaspar Correia introduz um herói fantástico, Lisuarte Pacheco, filho do próprio Duarte Pacheco. O seu nome, Lisuarte, é, desde logo, característico de muitos dos protagonistas das ditas novelas, nomeadamente das que se prendem com o ciclo do *Amadis de Gaula*. Mas as qualidades e actos atribuídos a tal herói são também esclarecedores: “de grandes forças e mui destre em todas as armas, e mormente de uma espada d’ambas as mãos”, realizou proezas sobre-humanas, conseguindo sair ileso dum desproporcionado combate. Também significativo é o facto de, no campo de batalha, ter recebido a ordem de cavalaria das mãos de Afonso de Albuquerque:

Ele [Lisuarte Pacheco] se pôs de geolhos, pedindo-lhe [a Afonso de Albuquerque] que o fizesse cavaleiro. Disse o Capitão-mor: “Mais com razão todos devemos tomar essa honra de vossa mão, que toda deste campo tendes ganhada”. Então o fez cavaleiro com muita solenidade e honras.⁵

Muitos outros sinais reveladores desta influência poderíamos acrescentar. Alguns colhidos na própria narrativa da primeira viagem à Índia, como aquele em que Vasco da Gama, ao oferecer ao rei de Melinde uma rica espada esmaltada de ouro, uma lança de ferro dourado e uma adarga forrada de cetim carmesim, debita o seguinte discurso:

4 Fidelino de Figueiredo, *A épica portuguesa do séc. XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, especialmente capítulo intitulado “Um Heroe phantastico: Lisuarte Pacheco”, pp. 169-273.

5 “Armada dos Albuquerque”, cap. III, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 391.

*Senhor, o vencimento de grandes feitos é oferecer as armas em sinal de verdadeira amizade e irmandade: o que nós ora a ti fazemos em sinal de tua verdade, em nome de nosso rei D. Manuel, que é o mor que há no mundo, que é seu costume de dar armas a algum novo amigo e irmão que toma. E por firmeza da verdade lhe dá armas pera com elas também o ajudar e defender, porque com a espada se ganha a mor honra do mundo que é a cavalaria.*⁶

Discurso idêntico faz Paulo da Gama quando dá ao rei de Cananor uma espada de “cabos forrados d’ouro anilados e conteira d’ouro e bainha de veludo”⁷.

A versão da primeira viagem marítima à Índia apresentada por Gaspar Correia é, como se sabe, substancialmente diferente da versão dita oficial e consagrada pela tradição historiográfica posterior. Tão diferente que quase destruiu a confiança dos historiadores relativamente à credibilidade da globalidade da obra deste cronista como fonte. No entanto, quando olhada como recriação narrativa que, na viagem inaugural, condensa todas as experiências e vivências e também todas as crenças, medos e deslumbramentos, numa palavra, as lendas associadas pela memória colectiva à Carreira da Índia, ela adquire veracidade. Por outro lado, parece-nos ser importante, para uma correcta compreensão da refundição de Gaspar Correia, ter em conta que subjacente à sua construção está também o intuito de imortalizar o sucesso, imprimindo-lhe uma dimensão mítica e fabulosa, configurada num discurso entretecido de simbolismos, de maravilhoso e de sobrenatural. É nesta linha de interpretação, na qual a viagem assume contornos de uma missão sacralizada, que emerge uma história ou, melhor, uma lenda protagonizada por dois irmãos.

6 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XIV, *Lendas da Índia*, vol. I, pp. 55-56; o sublinhado é nosso.

7 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XVIII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 119. Recorde-se que só a versão Correia regista a paragem da armada em Cananor e o encontro de Paulo e Vasco da Gama com o rei local.

1. Os dois bons irmãos

*E acho que a Índia descobrirão dois irmãos vossos naturais, mas
quais eles sejam eu não alcanço, mas pois de Deus assim está orde-
nado Ele o mostrará*

(Palavras do judeu Abraão Zacuto a rei D. Manuel, nas *Lendas da Índia*)

Segundo Gaspar Correia, D. Manuel “tomou o entendimento e a vontade de saber e entender as cousas da Índia” por inspiração divina. Porém, homem prudentíssimo e de bom conselho, quis primeiro tomar boa informação sobre o empreendimento projectado junto de um judeu de Beja, Abraão Zacuto, entendidado em assuntos de astrologia. Este judeu, a quem Deus, por sua vez, aprovou mostrar sua vontade, após aturadas diligências, deu várias informações certas e seguras ao monarca sobre a Índia, garantindo-lhe o sucesso da expedição. Só uma questão deixou em aberto: sabia ser a proeza levada a cabo por dois irmãos naturais de Portugal, mas não alcançou saber seus nomes. Problema menor, pois, como tudo já estava ordenado por Deus, este, em devido tempo, daria um sinal ao monarca.

E assim foi. Um dia, estando D. Manuel a despachar com seus oficiais na Mesa, levantou a cabeça no preciso momento em que Vasco da Gama atravessava a sala e, ao pousar os olhos nele, o seu coração alvoroçou-se. Era o tão esperado sinal! Nesse mesmo dia o monarca encarregou Vasco da Gama da missão e, naturalmente, não se esqueceu de lhe perguntar se tinha um irmão. Perante a resposta afirmativa – até tinha três! –, D. Manuel ficou descansado e deu a Vasco da Gama liberdade de escolher aquele que bem entendesse para o acompanhar.

Recaiu sobre Paulo da Gama a escolha de Vasco, o qual, bom irmão, entendeu lhe devia dar obediência por ele ser mais velho. A decisão foi submetida à apreciação do monarca, que, depois de resolver os problemas de Paulo da Gama com a justiça⁸, rematou o assunto com a seguinte tirada:

8 Segundo Gaspar Correia, Paulo da Gama andava amurado, em virtude de o terem inculcado de ferimentos feitos ao juiz de Setúbal (cap. V, vol. I, p. 13). Esta versão de Gaspar Correia, que não aparece em Castanheda nem em Barros, foi posteriormente retomada por Damião de Góis, na *Crónica de D. Manuel* e, possivelmente por via deste último, por Diogo do Couto, no *Tratado dos Gama*.

*Eu a vosso irmão [dirige-se a Paulo da Gama] escolhi, e ele a vós para o ajudardes em seus trabalhos neste feito, que me Deus inclinou que a ele o encarregasse [...] Ele, como bom irmão, conhecendo obediência que vos tem por serdes mais velho, quisera ir sob vosso mando, em que mostrou obediência a Deus, pelo que espero em Nosso Senhor em ambos fará mercê, e em ambos confio [...] Mas como minha vontade é posta em vosso irmão para o encargo desta viagem, entre vós ambos ordenai na honra da bandeira como quizerdes, que de tudo serei contente.*⁹

Embora, nesta fala, o monarca claramente expresse a vontade de o encargo da viagem dever ser da responsabilidade de Vasco da Gama deixa, todavia, por resolver a questão da honra da bandeira, indicativo da presença do capitão-mor na embarcação onde fosse hasteada. Fica assim pendente, acabando por atravessar toda a narrativa a chefia formal da viagem. Com efeito, ainda antes da partida, é Vasco da Gama a tratar dos preparativos da viagem, mas já é da responsabilidade dos dois irmãos a escolha do terceiro capitão da armada – Nicolau Coelho – o qual ambos reconhecem não ser “somenos d’irmão”, pela amizade que lhe tinham. De igual modo, nas mercês, feitas pelo monarca aos três capitães, Paulo e Vasco da Gama ficam em pé de igualdade, recebendo dois mil cruzados cada um, enquanto Nicolau Coelho recebe somente mil. No respeitante à bandeira, afirma Gaspar Correia que, à saída de Lisboa, ela ia na gávea da embarcação de Paulo da Gama tendo este, depois, convencido o irmão a recebê-la. Deduz-se ter então permanecido na nau de Vasco da Gama ao longo do percurso marítimo; no entanto, na maior parte das paragens feitas junto a povoações ribeirinhas – em Moçambique, em Melinde, em Calicute e em Cananor – a bandeira foi sempre içada na embarcação de Paulo da Gama, para a qual, por via de regra, se passava também Vasco da Gama a fim de se aconselhar com o irmão.

Mas o jogo de oscilações de chefia não se fica pelas simbólicas andanças da bandeira. Por vezes, parece resultar de uma tática previamente acordada entre os dois irmãos. É essa a conclusão que se tira das palavras de Vasco da Gama, aquando do primeiro convite do rei de Melinde dirige aos irmãos Gama para o irem visitar em terra:

9 “Armada de Vasco da Gama”, cap. VI, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 14.

O que ouvido pelos bons irmãos, ambos entre si houveram conselho, dizendo Vasco da Gama, que assim como no mar traziam as vidas arriscadas cada hora na hora da morte, assim lhes convinha o fazerem na terra arriscando as vidas e pessoas em poder dos mouros e gentios, de dia e de noite, e trabalhando assentar pazes e amizades com estas novas gentes, que lhes Deus mostrava [...] e por que se não perdesse o que já estava ganhado com tantos trabalhos, requeria da parte de Deus a ele seu bom irmão, como mais velho que era, fosse contente que ele como mais moço fosse aventurado nos perigos da terra, ficando ele sempre no mar, que era mor cabeça.¹⁰

E de facto, se, em viagem, Vasco da Gama age incontestavelmente como capitão-mor da armada, nas estadias em portos, tal papel é assumido, como já se disse, por Paulo da Gama. Esta alternância da chefia, embora aparentemente simulada, não deixou de gerar equívocos. Assim, o xequê de Moçambique, quando foi pela primeira vez às embarcações portuguesas, pensou ser Paulo da Gama o capitão-mor e a ele dirigiu as suas primeiras cortesias; e Vasco da Gama, sinceramente ou não, entrou no jogo, pois antes de botar palavra, tirou o barrete e fez cortesia a seu irmão, como lhe pedindo licença para falar¹¹. De igual modo, as cartas de folha de ouro onde os reis de Cananor e de Melinde firmaram aliança com os portugueses não foram entregues, como seria de esperar, a Vasco da Gama mas sim a Paulo da Gama¹².

Mas, além dos exemplos relevados, é sobretudo ao nível do discurso narrativo que, na pena de Gaspar Correia, a primeira viagem marítima à Índia se transfigura numa gesta protagonizada por dois irmãos. Com efeito, o mais impressionante neste discurso é o elevado número de ocorrências das expressões “os dois bons irmãos”, “os dois bons companheiros”, “os dois bons amigos”, “ambos os irmãos” ou, simplesmente, “ambos”, “eles”, “os capitães” para designar Paulo e Vasco da Gama como sujeitos ou, melhor, principais figuras de uma lenda. Como escreve o cronista, são eles, “ambos juntos”, a conduzir a viagem, a decidir e combinar estratégias e a resolver problemas. A excepção é o período durante o qual Vasco da Gama se deslocou a terra para negociar com o Samorim de Calicute. Nos restantes encontros com reis ou

10 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XIV, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 52.

11 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 37.

12 “Armada de Vasco da Gama”, caps. XVIII e XX, *Lendas da Índia*, vol. I, pp. 120 e 132, respectivamente.

chefes locais, os dois irmãos são sempre apresentados como os “capitães” que representam o monarca português e que, em seu nome, assumem compromissos. Inclusivamente, ambos assinaram a carta de recomendação do corretor Davane/Taibo dirigida aos capitães do rei de Portugal¹³, como ambos assinaram o documento escrito onde, a pedido do sultão de Melinde, narravam “tudo quanto com ele tinham passado até ali”¹⁴.

Esta chefia, ora partilhada ora alternada, desenrola-se de forma harmoniosa, pois, como constantemente salienta Gaspar Correia, Paulo e Vasco da Gama eram “bons irmãos”, “bons amigos”, “bons companheiros”. Neste particular, os dois irmãos de tal modo se entendem e se complementam que, mais do que dois chefes, dir-se-ia representarem duas dimensões de uma chefia idealizada.

Por um lado, Vasco da Gama – tenaz, colérico, arrebatado, ardente – o operacional, o aventureiro, desempenhando, no mar e em terra, as tarefas mais arriscadas; por outro, Paulo da Gama, considerado “de mansa condição”, o conselheiro, o apaziguador de conflitos e também aquele que, nos encontros cerimoniais com representantes ou chefes de potentados locais, se impõe, quer pela gravidade da postura quer pela fluência e eloquência das falas, como mais alto dignitário – “mor cabeça”, como diz Vasco da Gama – da expedição portuguesa.

2. A abertura do bom caminho

Senhor, tu nos puseste no bom caminho com tua real verdade e bom amor, pelo que achámos tudo o que buscávamos e, se Nosso Senhor aprouver levar-nos a Portugal, nos podemos chamar bem-aventurados

(Palavras de Paulo da Gama ao rei de Melinde,
nas *Lendas da Índia*)

Na versão Gaspar Correia, o judeu Abraão Zacuto, quando garante a D. Manuel o sucesso da primeira viagem marítima à Índia, também lhe assevera que, em muito breve tempo, o monarca português subjugará grande parte da Índia, terminando a sua previsão nos seguintes termos:

13 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XVIII, *Lendas da Índia*, vol. I, pp. 120-121.

14 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XX, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 132.

*Senhor, vosso planeta é grande sob a divisa de Vossa Real pessoa, a esfera em que se contém os céus e terra, que tudo Deus quererá trazer a vosso poder e tudo acabará, o que nunca acabara el-rei que Deus tem (refere-se a D. João II), ainda que todo seu reino nisso gastara, porque esta cousa Deus a tinha guardado para Vossa Alteza.*¹⁵

Naturalmente, D. Manuel recebeu esta notícia com grande contentamento, não só por lhe Deus fazer tamanha mercê no começo de seu reinado, como também porque “a outro nenhum rei da Cristandade não [a] dera e tanto tempo para ele [a] guardara”¹⁶. Nesta ordem de ideias, a primeira viagem marítima à Índia, embora entroncando no processo antecedente da expansão ultramarina, foi superiormente “programada” para o sucesso recair no reinado de D. Manuel, o monarca que, como afirma Nicolau Coelho ao rei de Melinde, “tinha o nome como Deus”¹⁷.

Assim, a armada, guiada pelos dois bons irmãos, ao realizar a primeira viagem marítima à Índia, cumpre, sob os desígnios divinos, uma missão imbuída de misticismo.

Como já se anotou, foi Deus que “inspirou” D. Manuel a tomar a decisão de enviar uma armada à Índia e, através dos saberes de Abraão Zacuto, mostrou sua vontade ao monarca português e “inclinou” D. Manuel a encarregar Vasco da Gama do empreendimento.

A viagem decorre, assim, sob protecção divina, nela confiando e a ela se entregando os homens não só para os conduzir, como também para solucionar eventuais problemas ou acidentes. Por exemplo, no célebre episódio, só narrado por Correia, da tempestade em que ocorre a conjura da tripulação, Vasco da Gama, depois de prender o piloto, os mestres e os marinheiros mais experimentados e de lançar ao mar todos os instrumentos de navegação, declara: “que não queria mestre nem piloto, nem homem que soubesse de navegar, porque só Deus era mestre e piloto, que os havia de encaminhar e salvar por sua misericórdia se o merecessem, e se não que fosse feita sua vontade”¹⁸. Mais tarde, na introdução ao segundo livro das *Lendas da Índia*, Gaspar Correia chegaria mesmo ao ponto de afirmar ter Vasco da Gama navegado “com olhos fechados,

15 “Armada de Vasco da Gama”, cap. III, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 10. Sublinhado nosso.

16 “Armada de Vasco da Gama”, cap. IV, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 11.

17 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XIV, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 53.

18 “Armada de Vasco da Gama”, cap. VIII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 25.

sem nenhuma ensinança nem saber, somente o que lhe Nosso Senhor aprouve mostrar”¹⁹.

A condução da viagem pela mão de Deus não diminui a proeza levada a cabo por um punhado de homens. Antes pelo contrário, sublima-a, imprimindo-lhe uma dimensão sagrada, reforçada pelo desenvolvimento milagroso dos acontecimentos. Neste desenvolvimento, culminando com o milagre, repetidamente afirmado pelo cronista, do “descobrimento” da Índia, não há visíveis intervenções sobrenaturais, como aparições ou fenómenos prodigiosos. A intervenção divina opera-se através do que se poderia designar a linguagem íntima do coração, através da qual Deus se revela aos homens e os leva a seguir os seus desígnios. Ao inserir este tipo de comunicação, Correia utiliza claramente um discurso evocativo da palavra bíblica, cujas acções e comportamentos humanos assentam nos avisos dados pelo coração. Como já se referiu, foi um alvoroçamento do coração, o sinal dado a D. Manuel para a designar Vasco da Gama para a chefia da viagem. Mas outros muitos poderíamos acrescentar comprovativos desta asserção.

Vasco da Gama, quando saiu de Lisboa, prometeu a Deus em seu coração não andar para trás um só palmo, no muito que andado tivesse. Ao longo da viagem, variadíssimas são as ocorrências de tomadas de decisão ou prática de actos em função do que os homens tinham assentado em seus corações. Através do coração, são encaminhados não só os cristãos, como também todos aqueles que, embora não o sendo, apoiam os portugueses, porque, como afirma o cronista, “Deus lhes pôs a verdade nos corações”. O exemplo mais paradigmático desta “linguagem do coração” encontra-se quando Vasco da Gama explica ao rei de Melinde como descobrira a intenção traiçoeira do judeu capturado em Angediva – o célebre Gaspar da Índia ou Gaspar da Gama:

*Senhor, ninguém mo disse, somente meu coração, que em o ouvindo me vieram uns agastamentos que parecia que o coração me queria sair para fora do corpo.*²⁰

Curiosamente, na lição profundamente determinista de Gaspar Correia, não é só graças à omnipresença do Deus dos cristãos que a expedição portuguesa é ajudada por forças sobrenaturais. Ela beneficia também do apoio dos

19 “Prólogo” ao Livro Segundo das Lendas, *Lendas da Índia*, vol. III, p. 8.

20 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XX, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 130.

cultores de saberes e práticas formalmente interditos pelas sagradas escrituras; não será, em consequência, por mero acaso que estes agentes aparecem arrumados na categoria dos não cristãos. Seja como for, são entendidos em ciências ocultas e mágicas funcionando como uma espécie de advertidores, pois, através das suas visões e previsões, interpretam o pré-determinado, dando informações certas e seguras e conselhos que aplanam os caminhos da expedição portuguesa.

As pesquisas do astrólogo Abraão Zacuto foram, como já se anotou, fundamentais nas decisões tomadas por D. Manuel, mas também o foram para Vasco da Gama, o qual, segundo o cronista, teve, antes da partida, uma conversa a sós com o judeu, durante a qual este lhe deu toda ou quase toda a informação sobre a viagem. Por isso, quando os barcos portugueses andaram às voltas para dobrar o Cabo da Boa Esperança e mestres e pilotos asseveravam que “aquela terra atravessava o mar e não tinha cabo”, Vasco da Gama era o único sem dúvidas, porque, Abraão Zacuto lhe garantira que “eles achariam cabo àquela terra e, além dele, muito mar e terras que correr”²¹. Ficamos ainda a saber que as medidas tomadas por Vasco da Gama para os navios da armada nunca se afastassem uns dos outros, assentavam em avisos dados pelo o mesmo judeu para ter “mui grande vigia que nunca se apartassem, porque apartando-se era certa perdição de todos”²².

Já no Índico, são os “feiticeiros” e “adivinhadores” de Melinde e de Cananor que, interpretando lendas locais e pressagiando o poderio futuro dos portugueses na região, dão aos respectivos reis os conselhos considerados acertados, porque determinantes para o favorável acolhimento dispensado aos portugueses nestas localidades²³.

Neste contexto, a gesta protagonizada por Paulo e Vasco da Gama na “lenda dos dois bons irmãos” adquire o significado de uma missão na qual está implícito um sentido espiritual que não se esgota nos inconfessados objetivos políticos, económicos e até religiosos da Coroa portuguesa. Antes, os transcende. De facto, muito embora os dois irmãos manifestem preocupação de transportar para Portugal todas as mercadorias achadas, nas suas oratórias

21 “Armada de Vasco da Gama”, cap. VII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 16.

22 “Armada de Vasco da Gama”, cap. VIII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 23.

23 Sobre estas prestações “alheias” e sentido da sua integração na narrativa de Gaspar Correia, ver Sanjay Subrahmanyam, “Profecias e feiticeiros: Gaspar Correia e a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, *Oceanos*, n.º 33 (Janeiro-Março de 1998), pp. 41-54.

oficiais põem constantemente a tónica num objectivo primordial: descobrir novas terras e nelas assentar laços de amizade e de paz. Assim se explicando a estratégia por eles seguida face aos revezes sofridos, quer em Moçambique quer em Calecute, resumida a “calar e sofrer” e, se preciso fosse antes passar por mansos e pacíficos ou por néscios e cobardes do que utilizar a força. E, de facto, ao contrário de outros relatos e narrativas desta viagem, na “lenda dos dois bons irmãos” nunca um tiro é disparado pelos portugueses.

Manifestamente, Gaspar Correia pretende transmitir a mensagem de que, através da viagem realizada, os dois irmãos, terão aberto o “bom caminho” para o relacionamento entre o Oriente e o Ocidente. Caminho que, para o cronista, deveria desembocar numa espécie de “irmandade” entre povos de diferentes religiões e culturas, sob a égide do “mor Senhor dos Cristãos que havia no Mundo”, o monarca que até “tinha o nome como Deus”.

A este propósito, Sanjay Subrahmanyan caracteriza assim a ideologia de Gaspar Correia: “é uma ideologia baseada numa forma de humanismo ‘universal’, tal como era entendida no dealbar do séc. XVI [...]. Um universalismo em que as outras tradições religiosas são ontologicamente e epistologicamente subordinadas ao Cristianismo em expansão...”²⁴.

Sob esta perspectiva, apesar dos desaires sofridos em Moçambique e em Calicute, a expedição é considerada um sucesso ou, como remata o bispo Calçadilha, D. Diogo Ortiz, na pregação feita na igreja de S. Domingos, um “bom começo que ficava feito para tudo o mais que a Nosso Senhor aprouvesse”²⁵. E, de facto, na versão Gaspar Correia, os dois irmãos conseguem estabelecer tais relações de amizade e de paz com os reis de Melinde e de Cananor que, na fraseologia do cronista, as duas partes se afirmaram até à exaustão “verdadeiros irmãos”, “irmãos em bom amor”, “bons amigos”, “como próprios irmãos” etc. Neste particular, são bem expressivas as palavras ditas por Paulo da Gama quando se despede do rei de Melinde, proferidas num retórico discurso:

Senhor, nos ganhaste, e livraste de perdição, e deste todo o remédio com que agora iremos ante ele [refere-se a D. Manuel] com este tamanho bem que levamos, com que el-rei nosso senhor haverá tanto prazer e contentamento, que para sempre ele e seus filhos, e todos os que deles descenderem, serão teus verdadeiros irmãos em bom amor, amigo de teus amigos e inimigo de teus

24 Cf. artigo citado na nota anterior, p. 53.

25 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XXII, *Lendas da Índia*, vol. I, pp. 143-144.

*inimigos. E quando aqui vierem outras naus que sem dúvida mandará, verás em suas cartas toda verdade do que até agora aqui dizemos, porque el-rei nosso senhor mandará muitas naus e gentes buscar a Índia, que toda há de ser sua e fará muitos bens a seus amigos, e tu serás sobre todos o mais estimado, assim como próprio irmão; e quando vires o seu poder, então haverá teu coração inteiro prazer.*²⁶

3. Conclusão

Não existe, porventura, Aarão, teu irmão, o levita? Eu sei que ele fala fluentemente. E ei-lo que sai ao teu encontro! Logo que te vir, alegrar-se-á no seu coração. Falar-lhe-ás e porás as palavras na boca dele. E eu estarei com a tua boca e com a boca dele, e ensinar-vos-ei o que deveis fazer

(Palavras do Senhor a Moisés, no Êxodo, 4, 14-15)

No “Prólogo” ao segundo livro das *Lendas*, Gaspar Correia compara os verdadeiros cronistas aos “prudentes escritores que tomam tanto gosto de boas cousas escrever que, com suas penas no papel, as ajudam e alevantam quanto podem, com suas boas oratórias, em gostosos estilos e modos cordiais de grandes louvores que sejam aprazíveis aos leitores”²⁷. Qualidades, sem dúvida, reunidas em Gaspar Correia, dando forma a uma narrativa na qual sobressai o “gostoso” estilo capaz de cativar o leitor das suas *Lendas da Índia*. Não só pela escrita corrente – e quantas vezes descuidada! –, despojada de ornamentos eruditos, mas acima de tudo pelo seu talento para dramatizar situações, dando uma visão directa e viva dos acontecimentos, enriquecida por sugestivos pormenores, animada pela oralidade dos diálogos e, por vezes até, pela linguagem gestual e fisionómica. Uma narrativa onde, como julgamos ter provado no respeitante à primeira viagem pela rota do Cabo, a imaginação e a interpretação se entrelaçam no relato das “tão gostosas cousas para folgar de ouvir saber”²⁸, com o objectivo de magnificar o sucesso. Nesta perspectiva, as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia são, como intuíram António José Saraiva e Óscar Lopes, “um esboço de uma epopeia da

26 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XX, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 131.

27 “Prólogo” ao Livro segundo das *Lendas*, *Lendas da Índia*, ed. cit., vol. III, p. 5.

28 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XXI, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 134.

aventura indiana”²⁹. No caso específico da Lenda do “descobrimento” da Índia, Gaspar Correia procurou “alevar” o feito pontuando a sua escrita por velhas reminiscências de histórias exemplares de dois irmãos, cujos percursos se unem no espaço mítico da viagem pelas estradas do mar ou do deserto.

Já foi observado estar a escrita de Correia enraizada em arquétipos medievais, e profundamente perpassada de evocações da palavra bíblica. Como se sabe, a ideia de viagem aparece, desde os tempos medievos, associada à travessia do deserto do povo judeu, a caminho da Terra da Promissão. Em alguns textos portugueses quinhentistas, escritos antes e depois da redacção das *Lendas* de Gaspar Correia, a demanda da Índia é comparada à viagem bíblica, sendo o mítico “país da abundância” transcendentalizado na Terra da Promissão.

Valentim Fernandes, na epístola a D. Manuel publicada na primeira edição portuguesa do “Livro de Marco Polo”, datada de 1502, escreve:

*Ó que cousa tão maravilhosa que vimos hoje, de como el-rei Dom João o segundo, de gloriosa memória, vosso antecessor, com todas as suas forças trabalhou para entrar em esta Terra de Promissão, a vós e a vossos sucessores, prometida. E lhe aconteceu como Moisés, que tantos anos tinha trabalhado para entrar em Terra da Promissão, e, em fim do monte de Nebo, olhou para ela e a viu. Assim aconteceu ao dito rei Dom João que do cabo de Boa Esperança olhou para esta outra.*³⁰

Mais tarde, paralelismo semelhante seria feito por António Galvão, no *Tratado dos Descobrimentos*:

*No ano de 486 [leia-se 487], mandou el-rei Dom João a este descobrimento Bartolomeu Dias, cavaleiro de sua casa, com três velas. Indo assim ao longo da terra, pôs padrões de pedra e descobriu o cabo de Boa Esperança e, além dele, até o rio do Infante, que se pode dizer que via terra da Índia, mas não entrou nela, como Moisés na Terra de Promissão.*³¹

29 *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 1985 (13.^a edição), p. 315.

30 *Marco Paulo...*, conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502, com três *fac-símiles*, introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922, f. Aij/r do primeiro *fac-símile*.

31 *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, Livraria Civilização, 1987, 4.^a edição, anotada e comentada pelo visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau (1.^a edição, 1563), pp. 81-82.

Nesta linha de interpretação da demanda da Índia se insere a leitura feita por Gaspar Correia da viagem dos Gama: uma missão, guiada por Deus, na qual dois irmãos concluíram a abertura do “bom caminho” até à Terra da Promissão. Esta leitura leva-nos inevitavelmente a outros dois irmãos, Aarão e Moisés, os chefes guiadores da viagem modelo; eles também modelos de referência das figuras de Paulo e Vasco da Gama delineadas por Gaspar Correia na “lenda dos bons irmãos”.

Tal como Aarão, Paulo da Gama é o eloquente e também o que, embora não tendo qualidades de chefia, tem mais aptidão para falar com os homens e, como mediador, para apaziguar conflitos. Sendo o mais velho tem um certo ascendente sobre Vasco da Gama. Este nada decide sem o seu conselho e com ele tem uma relação de quase dependência; relação esta muito similar à de Moisés com Aarão, como testemunham os textos bíblicos e reforçam aqueles que bebem na sua tradição. No caso em apreço, são bem significativos os versículos do *Alcorão*, consignando pedido de Moisés a Deus:

*Senhor! Dilata o meu peito,
Torna fácil a minha tarefa,
E desata o nó da minha língua,
Para que eles compreendam a minha palavra.
Dá-me um conselheiro da minha família,
E que seja meu irmão Aarão.
Fortifica-me por meio dele,
E associa-o à minha obra.*³²

Também na figura de Vasco da Gama traçada por Gaspar Correia se detectam sinais reveladores da aproximação ao Moisés da gesta bíblica. Com efeito, como este, Vasco da Gama é um secundogénito e, em certa medida também, um ungido do Senhor, relutante como Moisés, embora por diferentes razões, em aceitar o papel que lhe estava destinado. Vasco da Gama, escolhido por interferência da vontade divina tem também uma ligação especial com o sobrenatural: é ele que, confiando na protecção de Deus e seguindo os sinais transmitidos pelo coração, navega, como escreve o cronista, “com olhos fechados, sem nenhuma ensinança nem saber, somente o que lhe Nosso Senhor aprouve

32 *Alcorão*, Sura XX, 26-33. Citação colhida na tradução do árabe para o português de José Pedro Machado, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1979.

mostrar”. Uma condição de escolhido que, finda a viagem, justifica por si só ser ele o glorificado e o imortalizado. Assim o declara D. Manuel, talvez de novo “inclinado” pela vontade de Deus, quando o recebe em Lisboa:

*Por amor de mim vos consolai da morte de vosso irmão, pois a Nosso Senhor aprouve que tudo ficasse para vós, assim como toda minha esperança e descanso deste serviço, que vos encarreguei, todo pus em vós...*³³

Em conclusão, a estruturação da narrativa de Gaspar Correia em função destes tão evidentes tópicos evocativos da viagem bíblica denuncia uma leitura no sentido de engrandecer a aventura dos dois irmãos Gama ou, se se quiser, de lhe imprimir uma dimensão epopeica. Na base deste exercício, poderá estar só o engenho do cronista ou, mais provavelmente, o seu talento para recriar a partir do colhido na memória colectiva, incluindo a dos directa ou indirectamente envolvidos nos acontecimentos. Memória que como se sabe, tende a cristalizar-se em torno de referências colhidas em lendas e mitos. Neste particular, iríamos mais longe. Embora, consideremos ser a tradição bíblica a apresentar maior peso na narrativa de Gaspar Correia, admitimos haver outras reminiscências míticas a mesclarem-se numa escrita tão impregnada de simbolismos como é a sua. Assim, a insistente utilização das expressões “bons amigos” e “bons irmãos” para designar Paulo e Vasco da Gama, reforçada por inúmeras manifestações de amor fraterno, recheadas de abraços, lágrimas e grandes prazeres após cada reencontro, parece remeter para o bem conhecido mito de Castor e Pólux. Dois argonautas, como Paulo e Vasco da Gama, considerados gémeos benéficos e amorosíssimos, por oposição aos pares de “maus irmãos” (Rómulo/Remo, Caim/Abel, Esaú/Jacob e tantos outros). Representados abraçados, estes gémeos deram nome e forma ao correspondente signo do Zodíaco e, significativamente, na sua dualidade, simbolizam não só a complementaridade dos opostos, como também a comunicação e as boas relações humanas. Reza o mito, que, morrendo Castor na viagem em demanda do velo de ouro, Pólux pediu a Júpiter para o ressuscitar dando-lhe vida imortal. Não o conseguindo demover, preferiu partilhar com seu irmão a imortalidade. Partilha também desejada por Vasco da Gama na “lenda dos dois bons irmãos”. Sobrevivendo à morte do irmão Paulo na ilha Terceira, chegou à barra de Lisboa com tal paixão

33 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XXII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 140; sublinhado nosso.

que, quando D. Manuel o mandou chamar, os amigos e parentes “lhe rogaram que não fosse ante el-rei com tamanho dó e tanta tristeza como trazia”³⁴.

Mas, nos mitos fundadores e, afinal, também na memória da Humanidade, poder e imortalidade não se partilham. Apesar dos esforços e das boas intenções de Vasco da Gama, um só dos irmãos Gama foi imortalizado e celebrizado pela memória dos povos. Coincidência ou não, mais um filho segundo, como Jacob, José, Moisés e tantos outros “heróis” que alimentam os mitos e lendas dos secundogénitos.

A lição de Gaspar Correia, provando serem múltiplas as formas de interpretar um mesmo acontecimento, muito nos ensina sobre o imaginário português quinhentista.

34 “Armada de Vasco da Gama”, cap. XXII, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 139.

15. Manuel Severim de Faria e a circulação, conservação e construção de saberes sobre a história da Índia Portuguesa e as culturas asiáticas

No panorama cultural português da 1.^a metade do séc. XVII, a figura de Manuel Severim de Faria (1583-1655) destaca-se pelo imenso labor intelectual desenvolvido, razão do seu grande prestígio à época, designadamente junto dos letrados ibéricos. De formação humanista, foi um erudito notabilizando-se em áreas tão variadas como História, Geografia, Numismática, Genealogia, Cronologia, Língua, Literatura etc. Considerado um dos principais antiquários do séc. XVII, Manuel Severim de Faria dedicou grande atenção às antiguidades romanas e portuguesas. Toda esta actividade não o impediu de ser um escritor político, ou seja, atento ao tempo em que vivia, diagnosticando problemas vividos pelo país, em sectores como população, agricultura, navegação marítima, comércio, exército, e enunciando arbítrios para os remediar. Poderíamos ainda classificá-lo como um noticiarista, atendendo aos registos dos principais sucessos ocorridos em Portugal e no Mundo, por si elaborados.

No quadro desta panóplia de interesses, foi também coleccionador de antiguidades e curiosidades. Notável foi ainda o seu trabalho de compilador de informações e conhecimentos para o qual muito contribuiu a rede de correspondentes que congregou, quer em Portugal quer nos vários espaços do império colonial. Trabalho complementado pela colecção de obras, manuscritas e impressas, que reuniu, e das quais resultou a constituição de uma biblioteca particular, considerada uma das maiores e mais preciosas da época.

Tendo como base o estudo da obra produzida ou difundida, o manancial de materiais recolhidos, partilhados e divulgados, a presente comunicação visa analisar o seu papel enquanto promotor da circulação de informação e de saberes sobre a Índia Portuguesa e as culturas asiáticas e enquanto dinamizador da construção de uma memória historiográfica imperial.

1. O legado literário de Manuel Severim de Faria

Nascido em Lisboa em 1583, Manuel Severim de Faria viveu praticamente toda a sua vida em Évora, cidade para onde partiu, ainda jovem, na companhia do tio materno, Baltazar de Faria Severim, cónego e chantre da sé local. Na Universidade da mesma cidade, graduou-se em Artes e doutorou-se em Teologia. Tornar-se-ia, por renúncia do tio, cónego e chantre da Sé de Évora, função a que ficou a dever o epíteto pelo qual viria a ser conhecido e nomeado: “O Senhor chantre de Évora”.

Afora três breves deslocações efectuadas em missão do Arcebispado (uma ao santuário espanhol de Guadalupe e duas por terras de Portugal)¹, Évora foi a cidade onde passou praticamente toda a sua vida até ao ano da sua morte, ocorrida em 1655. As ocupações e obrigações decorrentes da sua carreira eclesiástica não o impediram de dinamizar e participar activamente nos círculos literários da cidade. Na verdade, como sublinha M. da Conceição Ferreira Pires, ele foi “promotor de uma vasta rede de sociabilidades e membro fundador das academias literárias eborenses, as primeiras em território português”². Se a esta actuação somarmos o diálogo permanente mantido com outros eruditos e letrados da época e a teia epistolar urdida, ligando-o a espaços do império estendendo-se do Extremo Oriente ao Brasil, passando pela África, podemos avaliar como foi grande o seu contributo para tornar Évora, cidade do interior alentejano, num dos mais importantes polos intelectuais do tempo.

Pode afirmar-se que a obra publicada em vida é a ponta do imenso icebergue de trabalhos deixados manuscritos. O poeta e dramaturgo espanhol Lope de Vega, ao dedicar-lhe rasgado elogio, chama a atenção para tal desproporção nos seguintes termos: “tiene escrito mucho, que por su modestia y nuestro daño se abstiene de publicarlo”³.

No entanto, a explicação pode residir antes na falta de tempo para organizar e tratar a enorme quantidade de materiais compilados. Com efeito, em vida, além de dois trabalhos de cariz devocional⁴, Manuel Severim de Faria

1 As relações em que narrou estas viagens foram publicadas por Joaquim Veríssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria: 1604-1609-1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974.

2 Maria da Conceição Ferreira Pires, *Os Académicos Eborenses na Primeira Metade de Seiscentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.

3 *Coleccion de las obras sueltas, assi en prosa, como en verso, de D. Frey Lope Felix de Vega Carpio*, Madrid, Imprenta de Dom Antonio de Sancha, 1778, p. 379.

4 *Meditações do Santissimo Sacramento* (Lisboa, 1638) e *Promptuario espiritual e exemplar de virtudes* (Lisboa, 1651). Foi ainda tradutor de obra do mesmo género intitulada

só publicou quatro títulos. Destes, as duas obras de maior fôlego, os *Discursos Vários Políticos* e as *Notícias de Portugal*⁵, são constituídas por biografias, panegíricos, todo um conjunto de peças a que hoje chamaríamos ensaios. Ele chamou-lhes “discursos”. Os outros dois títulos, dois opúsculos, são uma espécie de anuários noticiosos, intitulados genericamente *Relações*, e publicados sob o pseudónimo de Francisco de Abreu⁶. São registos de acontecimentos coevos vários (notícias políticas, eclesiásticas e literárias, contemplando ainda conflitos bélicos, catástrofes e efemérides, como nascimentos, mortes, nomeações, casos insólitos etc.) ocorridos em Portugal e noutros pontos do mundo, arrumados *grosso modo* por anos, e apresentados como se se tratassem de cartas dirigidas a destinatários, nem sempre identificados. Essas duas *Relações*, abrangendo os períodos decorridos de Março de 1625 a Setembro de 1626 e de Março de 1626 a Agosto de 1627, são as únicas publicadas de uma série de 35 relações anuais escritas, abrangendo os anos de 1610 a 1640. Para Leite de Vasconcelos tais relações consignavam já o “protótipo dos jornais modernos”⁷. Esta pista tem vindo a ser aprofundada por vários investigadores de Comunicação Social que as consideram “manifestações tardias dos livros noticiosos popularizados com o nome de mercúrios [...] e já contaminadas com as características do jornalismo periódico mais frequente, que então dava os seus primeiros passos com a aparição das gazetas”⁸.

Quanto ao material não publicado, no mar de escritos deixados, torna-se difícil destrinçar os textos de sua autoria dos meros apontamentos recolhidos ou copiados. Isto porque eles foram agrupados numa espécie de dossiers, segundo critérios nem sempre claros: ora temáticos, ora cronológicos e, não

Exercício de perfeição, e Doutrina espiritual para extinguir vícios e adquirir virtudes da autoria de Francisco Rodrigues, SJ.

5 A primeira destas obras (Évora, Manuel de Carvalho, 1624) é constituída pois 4 “discursos” e por 3 biografias (João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto); a segunda (Lisboa, oficina Craesbeeckiana, 1655) integra 8 “discursos” e 25 “elogios”.

6 *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais Províncias do Ocidente e Oriente. Desde o mês de Março de 625 até todo Setembro de 626. Com muitas particularidades e curiosidades*, Lisboa. Geraldo da Vinha, 1626 (2.ª edição, Braga, Frutuoso Lourenço de Basto, 1627); *Relação do que sucedeu em Portugal e nas mais Províncias do Ocidente e Oriente. Desde Março de 1626 até Agosto de 1627*, Évora, Manuel Carvalho, 1628.

7 J. Leite de Vasconcelos, “Severim de Faria (notas biográfico-literárias)”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VIII (1913-1914), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 240.

8 J. Pedro Sousa, Mário Pinto e Gabriel Silva, *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*, Universidade Fernando Pessoa, 2007.

raras vezes, aparentemente aleatórios. São, no fundo, miscelâneas congregando apontamentos, breves ensaios, capítulos de livros, relações, genealogias, cartas, poesias, listagens de livros ou de nomes, transcrições de documentos etc.

Barbosa Machado teve acesso ao que restava destes volumes, constantes da biblioteca do Conde de Vimieiro, e listou 47 obras manuscritas de Severim de Faria⁹. O número, diga-se, peca por exagero, pois contempla as peças incorporadas em códices identificados como sendo do chantre de Évora e também rascunhos de estudos que o próprio acabaria por publicar. Mesmo assim, tal listagem aproxima-nos da real dimensão do volume de material deixado inédito.

Apesar de todos estes condicionalismos, é possível fazer-se um balanço do peso e da importância de que se revestiram a matérias relacionadas com a expansão portuguesa na Ásia na sua produção literária impressa e manuscrita. De facto, elas perpassam muitos dos seus escritos, como um “pano de fundo” na caracterização das vicissitudes económicas e militares do império, dos naufrágios das navegações marítimas, das biografias de Luís de Camões, João de Barros e Diogo do Couto, ou das projectadas crónicas de reis. Bem menos diluídas, mas também elas seleccionadas em função dos interesses imperiais portugueses na região, são as notícias postas a circular nas *Relações*. A título de exemplo, na já citada Relação que cobre os meses de Março de 1625 a Setembro de 1626, as “novas da Índia” desdobram-se em notícias sobre sucessos das armadas, conflitos militares em Ormuz, reformas militares introduzidas em Macau, relações amistosas dos portugueses com o império chinês na sequência das guerras com os Tártaros, actuação dos jesuítas na mesma corte imperial, perseguições e martírios de cristãos no Japão, progressos das missões em Cambai e na Cochinchina.

2. O círculo noticioso e informativo

Uma das facetas mais inovadoras das actividades culturais desenvolvidas por Severim de Faria reside na rede de sociabilidades que dinamizou pela via epistolar, a partir de Évora. Como já dito, montou um circuito de relações a uma escala quase planetária. Com efeito, além dos correspondentes na vizinha

9 Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Chronologica* (Lisboa, 1752), vol. III, pp. 372-374.

Espanha e em Portugal continental, tinha muitos outros a escreverem-lhe cartas de Luanda, do Brasil, da Etiópia, da Índia e de Macau. Falamos de cartas endereçadas ao próprio chantre de Évora mas não só, havendo situações pontuais em que não é ele o destinatário directo. Assim, anotações à margem, como “O padre António Gonçalves da Companhia de Jesus em Évora para comunicar ao Chantre Manuel Severim de Faria”¹⁰ atestam tratar-se de cartas para ele reencaminhadas por aqueles que sabiam dos seus interesses. Noutros casos, apesar da ausência do nome do destinatário, há indicações internas permitindo concluir terem sido dirigidas a colaboradores seus. De referir, por último, as notícias recebidas através de portadores. Assim aconteceu quando o padre Álvaro Semedo, procurador das missões da China e do Japão, passou por Évora, no âmbito de uma viagem à Europa (1636-1644), levando-lhe muitas cartas anuais dos jesuítas¹¹.

Dificuldades porventura decorrentes da dispersão dos destinatários tornaram impossível localizar as cartas de Severim de Faria que, por seu lado, sustentaram o relacionamento com os seus correspondentes.

Já nalgumas cartas por ele recebidas podemos encontrar referências a quem as escreveu. Por expressamente as mencionarem, pela natureza do seu conteúdo, ou por se tratarem de queixas relativas à falta de notícias do Chantre¹². A título de exemplo, o padre Manuel Barradas acusa, em 1637, a recepção de um traslado da biblioteca do Chantre que este lhe enviara e, três anos depois, regista a recepção de duas cartas e uma relação do mesmo¹³. Também o padre Manuel Xavier, menciona relação de 1638 que lhe fora remetida por Manuel Severim de Faria¹⁴.

As ligações epistolares de Manuel Severim de Faria com correspondentes de vários espaços do império têm merecido a atenção de vários investigadores. Entre os mais recentes estudos, destacam-se os trabalhos de Ana Paula Torres

10 Anotação acompanhado cópia de carta do padre Cristóvão Ferreira, estando preso no Japão, ao padre André Palmeiro, 6 de Setembro de 1633, BNP, Reservados, cód. 7640, f. 41; carta transcrita *supra*, em apêndice documental ao artigo sobre Cristóvão Ferreira.

11 Cartas de Manuel Barradas a Manuel Severim de Faria, Goa, 20 de Outubro de 1637, 15 de Setembro e 12 de Dezembro de 1638, BNP, Reservados, cód. 7640, ff. 141v, 158 e 160.

12 Carta escrita de Goa em 1631, BNP, Reservados, cód. 7640, f. 1.

13 Cartas de Manuel Barradas a Manuel Severim de Faria, Goa, 7 de Janeiro de 1637 e 20 de Outubro de 1640, BNP, Reservados, cód. 7640, ff. 151 e 185.

14 Carta de Manuel Xavier a Manuel Severim de Faria, Baçaim, 3 de Novembro de 1640, BNP, Reservados, cód. 7640, f. 187.

Megiani, relativos, sobretudo, a Angola e ao Brasil¹⁵, e os de Liam Matthew Brockey com especial incidência na Ásia¹⁶.

Tudo leva a crer que um dos primeiros correspondentes de Severim de Faria na Ásia foi o cronista e Guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, Diogo do Couto. A comunicação entre ambos ter-se-á iniciado, nos primórdios do séc. XVII, quando Couto era já bem conhecido como autor das *Décadas da Ásia*. A iniciativa partiu de Severim de Faria. Segundo anota, foi o apreço por este autor que o levou “a procurar com cartas desde este Reino a amizade de Diogo do Couto”¹⁷. Significativo de tal apreço é o facto de Couto ser o destinatário da primeira das *Relações* anuais compostas por Severim¹⁸. Embora não se conheçam cartas ou outros testemunhos directos, atestando este relacionamento, há indícios de que ele se terá mantido até à morte do cronista em 1616. De facto, Severim de Faria, na biografia de Diogo do Couto de sua autoria, dá informações sobre as vicissitudes e processo de reformulação de algumas obras do cronista, como os Diálogos do *Soldado prático* e as *Décadas* 8.^a e 9.^a da Ásia, que permitem supor um conhecimento adquirido através do canal pessoal de diálogo estabelecido entre ambos. Nele residirá porventura a explicação para a biblioteca de Severim de Faria ser depositária dos manuscritos das orações (discursos) proferidos por Diogo do Couto em actos solenes de tomada de posse de vice-reis em Goa, bem como do *Soldado Prático* e de algumas das *Décadas da Ásia*.

Mas sem dúvida foi entre os religiosos que Severim de Faria recrutou o grosso dos seus correspondentes, entre os quais no Brasil sobressaem os franciscanos e na Índia portuguesa os jesuítas. É lícito presumir terem-se muitas destas ligações iniciado em Évora, cidade onde, como se sabe, a Universidade,

15 Ana Paula Torres Megiani, “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manuel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos”, *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI e XIX*, orgs. Maria Fernanda Baptista Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, pp. 239-2566; idem, “Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na colecção de notícias de Manuel Severim de Faria”, *Topoi*, vol. 8, n.º 15, Jul.-Dez. de 2007, pp. 28-47.

16 Liam M. Brockey, “Na imperial republic: Manuel Severim de Faria surveys the globe, 1608-1655”, *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, edited by Maria Berbara and Karl A.E. Enenkel.

17 Manuel Severim de Faria, “Vida de Diogo do Couto”, *Discursos Vários Políticos*, ed. cit., f. 148.

18 “Relação do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Occidente o anno de 1610 té Fevereiro de 1611”, BNP, Reservados, cód. 241, f. 1.

dirigida pela Companhia de Jesus, integrava o Colégio do Espírito Santo, responsável pela formação religiosa e académica de muitos dos membros da Companhia destinados às missões no império.

No tocante às cartas remetidas da Ásia, a documentação disponível é lacunar, permitindo mesmo assim avaliar o fluxo epistolar e seus conteúdos. De Macau, em 1618, recebia o Chantre missivas de Manuel Dias o jovem e de Manuel Dias o velho, com notícias sobre martírios no Japão, perseguições na China e invasões dos Manchus, informação sobre fenómenos celestes e textos, como um tratado sobre música chinesa e a tradução de um memorial sobre a ameaça Manchu¹⁹.

Mas é sem dúvida na década de 30 que se concentra a correspondência disponível. Num códice, intitulado “Decada 4.^a do Estado da India, desde 1631 a 1640: coligida de relações manuscritas da Livraria do Senhor Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Évora”²⁰, reúnem-se cerca de 50 cartas, na sua esmagadora maioria dirigidas a Severim de Faria, 7 relações (algumas, embora não assinadas, escritas por mão dos autores das cartas) e ainda um poema sobre um sucesso militar em Mombaça em 1633. Há também cartas escritas de Fremona, na Etiópia, de Mombaça, de Bassein, de Diu e, acima de tudo, de Goa. Os mais assíduos correspondentes são jesuítas de missões na Índia: Manuel Barradas, amigo pessoal de Severim de Faria, Manuel Xavier, Álvaro Tavares e Álvaro Mendes, patriarca da Etiópia. Entre os missionários de outras congregações religiosas, conta-se frei Lucas de São Paulo da Ordem de Santo Agostinho. Refiram-se, por último, algumas cartas de carácter mais pessoal do sobrinho, Luís Ferreira de Faria.

Fundamentalmente, o conteúdo noticioso desta correspondência inclui temas como os sucessos e insucessos das missões na Etiópia, na Pérsia, na Índia e no Extremo Oriente, narrativas de conflitos militares em que os portugueses se viam envolvidos e informações sobre os avanços dos holandeses no Índico, ou relativas às armadas e à actuação de capitães e vice-reis. Por vezes, são anunciados envios de relações ou tratados. Por exemplo, Manuel Barradas menciona três “tratados” que compôs e despachou para o Chantre: um sobre o estado da fé na Etiópia, outro sobre o reino de Tigré [Tigray] e um último sobre a fortaleza de Adém²¹. Posteriormente, remete-lhe um livro sobre

19 Liam M. Brockey, art. cit., p. 271.

20 BNP, Reservados, códice 7640.

21 Cartas de Manuel Barradas a Manuel Severim de Faria, Goa, 15 e 23 de Dezembro de 1635 e 10 de Janeiro de 1636, BNP, Reservados, cód. 7640, ff. 95, 97 e 105.

“Origens dos deuses da gentilidade da Índia”²². Manuel Xavier envia-lhe um relato de sua autoria sobre os feitos em armas de Nuno Alvares Botelho em Ormuz e Malaca²³.

Sabendo o gosto de Severim de Faria por objectos exóticos e curiosidades, não são esquecidos variados presentes. Numa listagem feita por Álvaro Tavares, em 1633, anota-se: uma casca de coco das Maldivas, meia dúzia de conchas de Melinde, um dente de rinoceronte, um chifre de unicórnio, um exemplo de pintura chinesa, e um conjunto de caligrafia com bandeja, pincel e tinta, tudo do Japão²⁴.

Se tivermos em conta os assuntos constantes das cartas remetidas a Manuel Severim de Faria e os das *Relações* anuais por ele escritas, também elas em forma de missiva, concluímos que o circuito de circulação de notícias e informações se completava. Vejamos. Nos anos de 1625-1626, Luís Leitão de Barros escreveu de Lisboa um significativo número de cartas ao Chantre, ricas em notícias sobre guerras com holandeses, cerimónias de Corte e nomeações de altos dignitários, narrativas de catástrofes e naufrágios, movimentos de armadas, novas chegadas da Índia. Ora, todas estas matérias, diluídas entre outras oriundas de vários pontos do império colonial, encontram-se plasmadas na supracitada *Relação Universal* (1625-1626), publicada em 1626. O mesmo se pode afirmar relativamente às *Relações* respeitantes aos anos 30, nas quais, no tocante ao registo dos sucessos ocorridos na Ásia e África Oriental, Severim de Faria incorpora muita da informação veiculada pelos seus informantes da Índia. Dito por outras palavras, do circuito interno da sua correspondência, as notícias e informações passavam para o exterior, através das *Relações*, que as difundiam.

3. Da colecção e partilha de saberes à memória imperial

Nos anos de 1724-1725, o conde de Ericeira proferiu uma série de conferências, na Academia Real da História Portuguesa, sobre a livraria (biblioteca) do conde

22 Carta de Manuel Barradas a Manuel Severim de Faria, Goa, 7 de Janeiro de 1637, BNP, Reservados, cód. 7640, f. 151.

23 Cartas de Manuel Xavier a Manuel Severim de Faria, Goa, 20 de Dezembro de 1631 e 19 de Outubro de 1633, BNP, Reservados, cód. 7640, ff. 3 e 45.

24 Liam M. Brockey, art. cit., p. 273.

de Vimieiro²⁵. Segundo informação por ele fornecida a biblioteca era composta por “400 manuscritos e livros raros”, sendo a maior parte oriunda da livraria particular de Severim de Faria. O levantamento dos livros que então apresentou, apesar de incompleto e seleccionado em função dos interesses históricos da Academia, é ainda hoje a melhor relação dos manuscritos e impressos da biblioteca do Chantre de que se tem notícia. Embora ainda esteja por fazer uma reconstituição sistematizada de todas as espécies nela contidas, é possível, com os meios de hoje, avançar um pouco mais. Tarefa árdua, pois passa pela consulta da correspondência epistolar, pelo recenseamento das obras que lhe foram dedicadas ou oferecidas e por uma pesquisa em arquivos e bibliotecas dos manuscritos e impressos portadores, na folha de rosto, do seu escudo de armas, sinal de lhe terem pertencido. Um trabalho deste tipo, embora incipiente, permitiria chegar a um número superior ao do total avançado pelo conde de Ericeira.

Duma leitura das listagens apuradas ressalta o facto de a livraria do Chantre, além de albergar muitas obras de matéria religiosa, ter sido um depósito de fontes e textos de todas as regiões do globo. Em certa medida nela se projectam os campos de interesses consignados no círculo informativo e noticioso dos correspondentes de Severim de Faria.

No respeitante a obras sobre a Índia portuguesa e às culturas asiáticas conta-se uma quarentena de manuscritos, cômputo onde não está incluído um sem número de relações, notícias, numa palavra, papéis soltos, registados nos dossiers compilados pelo Chantre, na sua maioria difíceis de identificar. Fastidioso seria aqui enumerar todos os títulos. Entre as obras maiores figuram: algumas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto (8.^a, 9.^a, 10.^a e os cinco primeiros livros da 12.^a) e dois textos do *Soldado práctico*, do mesmo autor; a *Década* 13.^a da *Ásia* de António Bocarro; a *Viagem dos príncipes do Japão da Lisboa a Roma*, atribuída por Barbosa Machado a João Moniz Pimentel; o *Tratado dos Deuses gentílicos* de Manuel Barradas; o *Livro da seita dos índios orientais* de Jacobo Fenicio; e os dois exemplares conhecidos da *Relação dos feitos em armas que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboíno e Maluco (Molucas)*, e da *Informação das cousas de Maluco (Molucas)* de Gabriel Rebelo. Já entre os “livros raros”, na designação do conde de Ericeira, figuram uma obra de frei Luís de Granada traduzida em japonês (tratar-se-ia do *Guia do Pecador*) e um livro antigo

25 *Collecção de Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, anos de 1724 e 1725, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1724-1725.

escrito com estilete de ferro em folhas de palma. Este último, já no contexto de uma outra conferência, descreve-o com bastante pormenor, supondo tratar-se de uma crónica dos Malabares²⁶.

A biblioteca de Severim de Faria, unanimemente reconhecida pelos seus contemporâneos como uma das mais selectas e ricas, não foi um depósito fechado de livros para uso particular do seu proprietário. Antes pelo contrário, funcionou como um espaço aberto, lugar de pesquisa e trabalho do círculo de amigos e correspondentes do Chantre. Sirva de exemplo, a experiência de frei Vicente do Salvador, em deslocação do Brasil a Portugal. Ali pode consultar muitas obras e ali teria começado a redigir os primeiros capítulos da sua *História do Brasil*, em cuja dedicatória sublinha a estima e favorecimento dedicados por Severim de Faria aos escritores, fazendo uma referência explícita à importância da sua livraria “que quase toda tem ocupada com livros históricos”²⁷. O mesmo favorecimento é reconhecido por Manuel de Faria e Sousa, a quem Severim de Faria facilitou a consulta ou concedeu cópias de algumas fontes manuscritas essenciais para a composição da sua *Ásia Portuguesa*, como a *Descrição da Etiópia* de Manuel Barradas, o *Livro da seita dos índios orientais* de Jacobo Fenicio e a *Década 13.^a da Ásia* de António Bocarro²⁸.

A prática de disponibilização dos escritos conservados na biblioteca particular é apenas mais uma vertente do empenho posto por Severim de Faria na partilha e circulação de saberes. Atestam-na muitos escritores seus contemporâneos a quem deu ajuda informativa, forneceu notas e apontamentos. No seu entendimento, a produção literária e histórica deveria ser uma tarefa colectiva partilhada. Nesse sentido, aponta a decisão de integrar na sua obra *Notícias de Portugal* textos de outros autores: os panegíricos da infanta D. Maria e de D. João III, da autoria de João de Barros e de António Castilho, respectivamente. Em contrapartida, pouco se sabe sobre o impacto das suas marcas e contribuições em obras de outros autores. Frei António Brandão, autor da 3.^a e 4.^a partes da *Monarquia Lusitana* e Jorge Cardoso, autor do *Agiológico Lusitano*,

26 *Collecção de Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, ano de 1736, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1736, pp. 123-124.

27 Frei Vicente do Salvador, “Dedicatória ao licenciado Manuel Severim de Faria chantre na Santa Sé de Évora”, *História do Brasil*, São Paulo, 1965 (5.^a edição), pp. 43-44. A obra, concluída em 1627, só teria a sua 1.^a edição em 1858.

28 Manuel de Faria e Sousa, “Livros e mais papéis impressos ou manuscritos”, *Ásia Portuguesa*, Porto, Livaria Civilização, s.d., vol. I, pp. 48-49.

assinalam-nas, mas não as especificam. É possível, todavia, embora tenuemente, captá-las. Por exemplo, o conhecimento das *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto fundamenta a suspeita de nelas haver informação colhida pelo cronista no diálogo epistolar mantido com o polígrafo. Um dos sinais é a regular inclusão, nas derradeiras *Décadas*, de “novas da Europa”, levadas pelas armadas que anualmente viajavam de Lisboa para Goa. Mais sintomático, é o extenso apontamento da biografia de Luís de Camões inserto na versão Porto/Madrid da *Década 8.^a da Ásia*, que tanta polémica levantou. Trata-se de uma “construção” biográfica, assente em leituras de insinuações contidas nos próprios poemas do poeta. Um exercício de pesquisa e reflexão, moroso e ponderado, que não encaixa de todo na forma como Couto tratava as matérias a integrar nas suas *Décadas*. Ora, atentando em certas afinidades existentes entre o texto de Couto neste apontamento biográfico sobre Camões e a biografia do poeta que, já após a morte do cronista, Manuel Severim viria a publicar nos seus *Discursos Vários Políticos* (1626), não podemos deixar de nos questionar se o tão polémico passo não terá sido colhido por Couto em notas avançadas pelo chantre na correspondência trocada²⁹.

Em jeito de conclusão, poderia dizer-se que uma das facetas mais marcantes da actividade intelectual desenvolvida por Severim de Faria residiu na dinamização da construção de uma memória historiográfica imperial.

Testemunhos desta asserção são: a importância dada à circulação de informação entre as partes do império, conservando e divulgando conhecimentos; a forma como interagiu na produção de saberes, quer através da partilha das espécies conservadas na sua biblioteca, quer através da colaboração providenciada à produção historiográfica dos seus pares nas letras. Acrescentem-se-lhes ainda as encomendas de obras e os incentivos à elaboração de outras, como a título de exemplo, a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, a *Biblioteca Lusitana* de João Franco Barreto e, o já citado relato dos feitos em armas de Nuno Alvares Botelho de Manuel Xavier, publicado graças ao seu patrocínio, sob título *Vitórias do governador da Índia Nuno Alvarez Botelho* (Lisboa, 1633).

Nessa construção da memória imperial, a escrita, mais precisamente a escrita da História, constituía-se como um dos principais recursos para a fundamentação e preservação do próprio império. Um processo, onde o papel proeminente cabia aos letrados, como João de Barros, Luís de Camões

29 Ver nesta colectânea artigo intitulado “Camões e Couto – Paralelismos e Cruzamentos”.

e Diogo do Couto, cujas vidas Severim de Faria biografou: “na escritura, escrevia ele, um só trabalha pela conservação de todos, e faz com ela viver na lembrança dos homens aqueles que pela pátria entregaram liberalmente as vidas e, conservando a memória das coisas passadas, dá regra para acertar nas futuras”³⁰.

30 “Vida de João de Barros”. *Discursos Vários Políticos*, ed. cit., p. 22v.

16. Configurações do Extremo Oriente na produção literária de Seiscentos e Setecentos

Tratar das formas de expressão cultural nas letras no quadro de uma *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, centrando a análise num período estendendo-se sensivelmente de meados dos séc. XVII até quase aos finais do séc. XVIII, levanta alguns problemas e obriga a fazer opções determinadas pelas razões que passamos a expor.

À exiguidade dos territórios ao tempo directamente senhoreados pelos portugueses contrapunha-se um amplo campo cultural de intervenção cujos contornos informais e fluídos, seguindo os trilhos missionários e mercantis, tanto se espalhava em intermitentes ramificações pelas zonas ribeirinhas do mar da China e do Sudeste Asiático, como se concentrava no imenso e absorvente espaço territorial do Império do Meio. Nessa vastidão se cruzavam múltiplos interesses (sobretudo europeus, mas também asiáticos) responsáveis pelas dinâmicas que a projectaram muito para além dos estritos limites do Extremo Oriente e a atravessaram com uma enorme variedade de falares e escritas, convertendo-o numa verdadeira babel de línguas.

Para mais, devido a um conjunto de circunstâncias decorrentes das particularidades culturais da época e das vicissitudes do processo expansionista português na região, os agentes deste tipo de manifestação cultural, mais ilustrada que popular, foram na esmagadora maioria religiosos com formação intelectual e letrada predominantemente ocidental. Sendo eles, na sua quase totalidade, missionários, na área específica da produção cultural enformada pelo Padroado português, o predomínio coube aos membros da transnacional europeia Companhia de Jesus.

Neste contexto, entendemos privilegiar as formas de expressão cultural de raiz portuguesa que, directa ou indirectamente, espelham representações e saberes decorrentes de maneiras de olhar, de estar e de actuar no Extremo Oriente, procurando, na medida do possível, apresentá-las numa perspectiva

integrada nas especificidades do complexo e vasto campo cultural onde se manifestaram ou radicaram.

No respeitante aos parâmetros cronológicos, esta reflexão arranca sensivelmente nos meados do séc. XVII e estende-se até às primeiras décadas da segunda metade do século XVIII, quando, com a expulsão dos jesuítas de Macau (1762), se vira uma importante página da história cultural, não só daquela cidade como também das extensões portuguesas no Extremo Oriente das quais ela era, incontestavelmente, a principal referência.

1. O Extremo Oriente no discurso historiográfico

Percorrendo a produção letrada mais significativa desta época, torna-se evidente a percepção de estarmos a assistir, entre a segunda metade do século XVII e as primeiras décadas do séc. XVIII, ao crepúsculo das obras historiográficas de grande fôlego sobre a expansão portuguesa no Oriente.

A *Ásia Portuguesa* de Manuel Faria e Sousa (1590-1649) é a derradeira história geral dos feitos político-militares dos portugueses no Oriente. Escrita em castelhano e concluída em Madrid em 1640-1641, esta obra de Faria e Sousa só viria a ser publicada em Lisboa (1666-1675), graças aos bons ofícios de seu filho, Pedro de Faria Sousa¹.

Numa linha de interpretação da expansão decalcada das *Décadas da Ásia* de João de Barros e de Diogo do Couto, a *Ásia Portuguesa* arranca com as navegações henriquinas e desenvolve-se numa cobertura narrativa que se estende até 1640. Concebida pelo autor como se de uma construção arquitectónica se tratasse, esta obra estrutura-se em três tomos, “os quartos ou edifícios”. Estes, por sua vez, dividem-se em quatro partes e cada uma delas em capítulos: “Os seus pórticos são as quatro partes que, por serem

1 Tendo Faria e Sousa morrido em Madrid em 1649, foi Pedro Faria e Sousa, entretanto regressado a Portugal, que se encarregou de preparar o texto para publicação. As suspeitas de que este não se teria limitado a cumprir a tarefa de editor parecem ser confirmadas por testemunho autógrafo da *Ásia Portuguesa*, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, códice 13062, que regista correcções, anotações à margem e novas versões de alguns passos que indiciam tratar-se do texto preparado para edição por Pedro Faria e Sousa; este manuscrito integra a epístola dedicatória de Faria e Sousa a Filipe III, datada de 1641, que não foi incluída nem na primeira nem nas posteriores edições da *Ásia Portuguesa* (cf. Teresa A.S. Duarte Ferreira, *Catálogo da Coleção de Códices – cód. 12888-13292*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, p. 73, n.º 179).

quadradas, levam a quatro. Os capítulos em que cada uma delas se distribui são as janelas, que as aformoseiam porque as iluminam”².

Faria e Sousa, mais preocupado com a arquitectura da narrativa, a elegância da frase e o ornamento da escrita do que com a análise crítica da informação carregada, procurou acima de tudo fazer uma abreviação histórica do colhido nos autores que antes dele escreverem sobre a mesma matéria. Uma “história líquida”, segundo a sua expressão, para fruição do leitor. O primeiro tomo da *Ásia portuguesa* é, como o próprio informa, um “breviário” das quatro *Décadas de Ásia* de João de Barros e o segundo tem como suporte as *Décadas* de Diogo do Couto e de António Bocarro. Só o terceiro contempla alguma “matéria nova”, ou seja, ainda não historiada pelos anteriores cronistas da Ásia.

Neste tipo de síntese, quase despojada de descrições e de erudição, as matérias relativas ao Extremo Oriente aparecem diluídas no alinhamento cronológico de sucessos guerreiros. No entanto, reconhece Faria e Sousa, a história, em geral, pede algumas descrições mais largas, tendo achado conveniente não as entremear na narrativa, para não interromper a ordem do tempo no relato dos actos políticos e militares³. Por essa razão, encaixou na sua obra um bloco autónomo – a quarta parte do tomo II – todo ele dedicado à descrição das “cousas que são próprias dos climas, das terras, e das gentes e costumes” das quatro enormes porções da Ásia, definindo-as como “as principais dos nossos descobrimentos e das nossas esperanças”⁴. Ao longo dos vinte capítulos, “diverte” a pena entre os índios (malabares), etíopes, japoneses e chineses, neles sobressaindo, pela extensão e pormenor de tratamento, as páginas dedicadas à descrição da China.

Tudo o que Faria e Sousa escreve sobre o Império do Meio é um resumo da *Relação da grande monarquia da China* escrita pelo jesuíta Álvaro Semedo⁵. Aliás, Faria e Sousa inclui esta obra na lista de “Livros e mais papéis impressos

2 Na sua primeira edição (Lisboa, 1666-1675), a *Ásia Portuguesa* foi publicada em três tomos. Para as citações desta obra, seguimos a edição em língua portuguesa (Porto, Biblioteca Histórica da Livraria Civilização, 1945-1947), em seis volumes (cada tomo da edição *princeps* ocupa dois volumes). Para o trecho transcrito, cf. vol. VI, p. 251.

3 Idem, vol. IV, p. 212.

4 Idem, *ibidem*.

5 Faria e Sousa foi responsável pela primeira edição do texto de Álvaro Semedo. Traduziu-o para castelhano e preparou-o para publicação, sob título *Imperio de la China, y cultura evangelica en el por los religiosos de la Compania de Jesus* (Madrid, 1642).

e manuscritos de que saíram os dez volumes das minhas Europa, Ásia, África e América Portuguesas”, publicada em apêndice à *Ásia Portuguesa*⁶. Só que, nessa lista, dá a *Relação* de Semedo como obra sua, nos seguintes termos:

O nosso livro, tirado dos papéis e notícias do Padre Álvaro Semedo, da Companhia de Jesus.⁷

De igual modo e servindo-se da mesma fonte, enxerta cinco capítulos no tomo III – dois no final da primeira parte e três no final da segunda – exclusivamente dedicados aos progressos da cultura evangélica na China. Admitindo tratar-se de matéria eclesiástica e, portanto, sem cabimento na sua história, justifica esta intrusão com o argumento de estar a preparar um volume particular sobre a missão da China pela Companhia de Jesus e não querer deixar “os desejos de o conhecerem sem alguma informação”⁸.

Deve-se, assim, a Álvaro Semedo o destaque dado por Faria e Sousa ao Extremo Oriente, em especial ao Império do Meio e sua evangelização pela Companhia de Jesus. O que vem provar ter sido Álvaro Semedo um bom procurador da Vice-Província jesuítica da China na Europa. O testemunho de Faria e Sousa sobre este homem de “cabeça quase toda branca e sinceridade extremada”, que, em 1641, o contactou na corte de Madrid, é de profundo respeito e admiração, reconhecendo:

Tudo o mais importante que nestes dois tomos últimos dissemos das coisas da China se deve às verdadeiras notícias que delas nos deu o padre Álvaro Semedo, português de nação e de nobre nascimento.⁹

Em conclusão, na síntese histórica de Faria e Sousa, as descrições dos espaços asiáticos não aparecem, tal como acontecera com os cronistas da Ásia precedentes, disseminadas na narrativa com a funcionalidade de apresentação do cenário das operações militares portuguesas. Manifestamente, elas configuram áreas individualizadas e demarcadas, perfilando-se como campos privilegiados de um outro tipo de expansão – a chamada “conquista espiritual”. Segundo esta interpretação, é no Extremo Oriente, especialmente na

6 Idem, vol. I, pp. 42 a 50.

7 Idem, *ibidem*, p. 50. O sublinhado é nosso.

8 Idem, vol. V, p. 318.

9 Idem, *ibidem*, p. 355.

China (leitura para a qual terá contribuído o entusiástico empenho de Álvaro Semedo), que Faria e Sousa deposita as derradeiras esperanças de dilatação espiritual do Império:

Na Índia, sendo o império de Calicute o mais procurado pela nossa religião, foi quem a abraçou menos. A Etiópia, que já se abraçava em Cristo, tantos séculos antes da nossa entrada nela, mais se desviou dos seus preceitos. Não os estranhou tanto o Japão quando se lhe propuseram, ainda que admitidos os perseguisse mais. Aceitou-os melhor a China, que de longa data os havia posto no olvido, e que nesta foi tão difícil o abrir as suas portas para serem praticados.¹⁰

* * *

Quanto ao discurso historiográfico religioso, continuando a tradição das grandes sínteses compartimentadas por ordens religiosas, prolonga-se um pouco mais no tempo que o político-militar:

- em 1679, foi concluída em Goa, mas não publicada, a *Summaria relação do que obrarão os religiosos da Ordem dos Pregadores... em todo o Estado da Índia e mais terras descobertas pelos portugueses na Ásia, Etiópia Oriental*¹¹;
- em 1690, publica-se, em Lisboa, o *Vergel de plantas, e flores da Provincia de Madre de Deos dos Capuchos da Índia Oriental*, crónica sobre a acção missionária dos franciscanos, escrita pelo macaense Jacinto de Deus, O.F.M.¹²;
- em 1710, saem, também em Lisboa, a primeira e segunda partes do *Oriente conquistado a Jesu Christo pelos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa* da autoria de Francisco de Sousa, S.J.¹³.

10 Idem, vol. IV, pp. 213-214.

11 Publicada por A. Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. VII (Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952), pp. 367 a 512, com base em manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, FG 177, ff. 322-360.

12 Lisboa, Miguel Deslandes, 1690.

13 Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1710.

De anotar ainda, apesar de se tratarem de trabalhos nos quais a informação sobre as missões no Oriente aparece integrada em crónicas religiosas de âmbito mais vasto, a publicação da Segunda e Terceira partes da *Historia de S. Domingos, particular do Reyno e conquistas de Portugal* de frei Luís de Sousa, editadas, respectivamente, por frei António da Encarnação e frei Lucas de Santa Catarina¹⁴; e, mais importante pelas páginas dedicadas à acção dos dominicanos no Extremo Oriente, da Quarta Parte desta mesma *História*, escrita por frei Lucas de Santa Catarina, com primeira edição datada de 1733¹⁵.

Acrescente-se que, deste conjunto de obras, só duas foram objecto de reedição no séc. XVIII: o *Oriente Conquistado*, em 1730 e as quatro partes da *História de São Domingos*, em 1767.

Neste tipo de narrativas refundem-se, amplificam-se e actualizam-se as crónicas, já impressas ou ainda inéditas, escritas por anteriores cronistas das ordens, desde as primeiras fundações missionárias na Ásia até ao tempo da escrita. São obras de cariz edificante sobre os trabalhos missionários, eivadas de sucessos milagrosos, de panegíricos de vidas e de histórias de martírios colectivos e individuais, que lhes imprimem uma dimensão hagiográfica. Na sua estrutura interna caracterizam-se, como sintetiza Pascale Girard, por “uma difusão regular das missões, em mancha de óleo”, de conteúdo extremamente fluído, designadamente no respeitante a localizações geográficas¹⁶. Assim, estas narrativas distendem-se ou contraem-se geograficamente, em função das áreas de actuação da cada Ordem. Este modelo, no caso português, aplicando-se sobretudo às crónicas franciscanas e dominicanas, explica que, quer na *Summaria relação do que obrarão os religiosos da Ordem dos Pregadores* quer na Quarta parte da *História de S. Domingos*, a configuração do Extremo Oriente se construa em torno de Solor, Timor e terras circunvizinhas, área de intervenção quase exclusiva dos dominicanos.

Caso peculiar, fugindo a esta norma, é o da crónica franciscana *Vergel de plantas, e flores da Provincia de Madre de Deos*, por razões, que pensamos prendem-se com a naturalidade do seu autor, Jacinto de Deus.

14 Lisboa, Valente de Oliveira, 1626 e Lisboa, Domingos Carneiro, 1678, respectivamente.

15 Lisboa, José António da Silva, impressor da Academia, 1733.

16 Sobre este género narrativo, veja-se o estudo de Pascale Girard, *Os religiosos ocidentais na China na Época Moderna – ensaio de análise textual comparada*, Macau, CTMCDP/Fundação Macau/Instituto Politécnico de Macau, 1999.

Nascido em Macau, em 1612, frei Jacinto de Deus recebeu o hábito de franciscano em Goa, em 1638, cidade onde acabou os seus dias em 1681, depois de ter exercido altos cargos na hierarquia da ordem a que pertencia. Além do *Vergel de plantas*, publicado postumamente, escreveu, entre outras, as seguintes obras: *Escudo de Cavaleiros das Ordens Militares* (Lisboa, 1670); *Tribunal da Provincia da Madre de Deos* (Lisboa, 1670); *Brachilogia de Príncipes* (Lisboa, 1671); *Caminho dos Frades Menores para a vida Eterna* (Lisboa, 1671).¹⁷

Não tendo a dimensão histórica nem o volume de informação da *Conquista Espiritual do Oriente*, crónica missionária franciscana escrita, entre 1630 e 1636, pelo também macaense frei Paulo da Trindade¹⁸, o *Vergel de Plantas* é uma compilação muito abreviada no que respeita à cobertura das tradicionais áreas de influência dos Frades Menores na Ásia. Em contrapartida, espraia-se nas matérias relativas ao Extremo Oriente e áreas afins: China, Malaca, Camboja e Achém. E mais. Sem explicação aparente, encaixa, no capítulo IV, intitulado “Como os nossos religiosos entraram em o império da China”, uma longa ‘Descrição do Reino da China’ (cerca de 115 folhas). Como provou Sousa Viterbo, trata-se de uma cópia da descrição do mesmo reino feita pelo jesuíta Gabriel de Magalhães, em 1668¹⁹, cujo original em língua portuguesa, perdido, tinha o título de “As doze excelências da China”²⁰. Ora, a cópia, reproduzida por Jacinto de Deus no *Vergel de Plantas*, ordena-se precisamente em doze excelências.

Ainda no tocante ao Extremo Oriente, deve-se a Jacinto de Deus a divulgação de informação e de documentação que ao tempo circulava manuscrita, de onde se destaca a transcrição de uma interessante carta de frei António de Santa Maria, O.F.M., datada de 2 de Abril de 1645, e dirigida à abadessa do Santa Clara de Macau, na qual conta as peripécias de contornos bastante pitorescos vividas por três Religiosas Descalças do mesmo convento quando, dirigindo-se

17 Cf. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, vol. II, p. 462 e sgs. e Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, vol. III, pp. 238-239, vol. X, p. 105 e vol. XI, p. 273.

18 Esta obra permaneceu ao tempo inédita; foi pela primeira vez publicada pelo Centro de Estudos Ultramarinos (Lisboa, 1952), com leitura, introdução e notas de F. Félix Lopes.

19 Cf. *Oriente Portuguez*, vol. VIII (Lisboa, 1911), p. 52.

20 Foi este texto que, depois de traduzido para francês e de reformulado na sua estrutura externa, serviu de base à primeira edição que foi publicada em Paris, em 1688, sob título *Nouvelle Relation de la Chine*.

para Manila, tiveram de aportar na Cochinchina, onde foram objecto da curiosidade das populações locais por nunca terem visto mulheres freiras²¹.

De todos estes cronistas das missões na Ásia é, sem dúvida, o jesuíta Francisco de Sousa quem apresenta a matéria histórica mais trabalhada e sistematizada.

Francisco de Sousa nasceu em Itaparica (Baía), em 1628. Pouco se sabe sobre o seu percurso de vida. Possivelmente, embarcou para a Índia como noviço da Companhia de Jesus e, em Goa, foi ordenado padre. Depois de duas deslocações a Portugal, regressou definitivamente a Goa, onde exerceu vários cargos no Colégio jesuítico da cidade e veio a morrer, em 1713.²²

No “Prefação isagógica” ao *Oriente conquistado*, Francisco de Sousa faz o ponto da situação do, até à data, escrito sobre a história das missões jesuíticas no Oriente. Por exemplo, apreciando a *História dos Religiosos da Companhia de Jesus* de Sebastião Gonçalves²³, elogia o seu “estilo claro e corrente e muita verdade”, mas não deixa de observar ter-se excedido em erudição “que lhe arrebatava a pena a digressões muitos largas e pouco conducentes ao seu assunto”, razão pela qual, informa, a sua obra não chegou a imprimir-se. Esta reflexão crítica leva-o a optar por uma outra metodologia na organização da narrativa. Não lhe agradando “o uso corrente de referir tudo quanto se obrou em diversos lugares sem outra união mais que a do tempo”, resolve recorrer à coordenada geográfica para organizar o seu discurso. Segundo Veríssimo Serrão, esta opção traduz “a primeira concepção ‘sincrónica’ entre os nossos historiadores orientais”²⁴, e levou o autor a organizar o *Oriente Conquistado* em cinco campos geográficos ou conquistas: a Conquista I, da foz do Índio até Coulão; a Conquista II, de Coulão à foz do Ganges; a Conquista III, da foz do Ganges até à China; a Conquista IV, abarcando a China e o Japão; e a Conquista V, da foz do Indo ao cabo da Boa Esperança. No interior de cada Conquista, introduz divisões abarcando períodos temporais de dez anos.

21 Cf. *Vergel de Plantas*, ed. cit., cap. IV, ff. 142 a 149.

22 Dados colhidos em Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana* (vol. II, p. 266) e em J. Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa* (Lisboa, Editorial Verbo, 1973), vol. II, p. 305.

23 Obra concluída provavelmente em 1614 e pela primeira vez publicada, em três volumes, por José Wicki (Coimbra 1957 e 1960).

24 *A Historiografia Portuguesa*, vol. II, p. 307.

Nesta divisão dos espaços asiáticos de conquista, Francisco de Sousa segue o que ele designa por a “traça dos Geógrafos” e não, como seria de esperar, a geografia da organização provincial da Companhia de Jesus no Oriente. Ela traduz uma leitura de integração da conquista espiritual na conquista temporal ou, se se quiser, de acção articulada das duas vertentes expansionistas, consubstanciada na própria narrativa, permitindo concluir-se que o discurso historiográfico do *Oriente conquistado* se situa entre a crónica missionária e a crónica laica.

Todos os autores destas crónicas religiosas, à excepção de frei Lucas de Santa Catarina, tiveram experiência de largos anos de vivência no Oriente, inclusive o autor anónimo da *Summaria relação do que obrarão os religiosos da Ordem dos Pregadores*, que termina o seu trabalho, em Goa, no último dia de Dezembro de 1679. Nalguns deles, esta vivência marcou, como se viu, a importância dada a certas regiões do Extremo Oriente. No entanto, o vasto campo geográfico e temporal abarcado pelas suas narrativas determinou o carácter do seu trabalho, um trabalho assente sobretudo na compilação, responsável por um certo distanciamento do narrador relativamente ao narrado.

* * *

Paralelamente à composição destas últimas grandes histórias gerais das missões no Oriente, assiste-se, também na segunda metade do século XVII, ao florescimento do que se poderá designar como uma historiografia religiosa regional. Sob muitos aspectos, ela pertence ao género narrativo das crónicas gerais. Pelo modelo de estruturação interna, mas também pelo objectivo de elaboração de uma história global da missão, desde a sua fundação até ao tempo da escrita. Todavia, estas crónicas diferenciam-se das demais, por terem um campo narrativo geograficamente limitado à área de intervenção de uma determinada missão, e por serem escritas sob a perspectiva de quem está dentro da missão: ou porque o seu autor ainda nela missiona ou porque a ela dedicou largos anos da sua vida. São, assim, crónicas onde o testemunho vivencial do narrador tem grande peso.

A este propósito refira-se o facto de, no Extremo Oriente, este género de narrativa não ter tido o seu equivalente na vertente político-militar, tal como aconteceu, ao tempo, noutras partes do Estado português da Índia²⁵.

25 Sobre o assunto, veja-se Carmen Radulet, “A situação geopolítica do Estado da Índia no séc. XVIII: codificação histórica e literária das problemáticas”, *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 10 (Dezembro de 1995), pp. 333-340.

A explicação para tal fenómeno prende-se, segundo pensamos, com as estratégias de expansão seguidas pelos portugueses na região. Estas, como se sabe, apostaram mais no expediente da negociação e da infiltração por via mercantil e missionária do que no recurso às armas. Em suma, caminhos não muito recheados de façanhas guerreiras, consideradas, à época, a “matéria nobre” por excelência do discurso historiográfico profano.

Duma consulta da cronologia das *Batalhas e combates da Marinha portuguesa* de Saturnino Monteiro ressalta a circunstância de, num total de cerca de 37 conflitos armados dos portugueses no Oriente, de 1665 a 1780, só um ocorre na zona de passagem para os mares da China: em 1714, a batalha do navio “Nossa Senhora da Nazaré, comandado pelo capitão-de-mar-e-guerra Paulo Costa, com as fragatas “Le Saint Louis” e “Le François”, comandadas por Henri Bouynot, no estreito de Malaca.²⁶

No período em análise, é certo, a presença portuguesa em Timor atravessou um dos períodos mais agitados da sua história: uma sucessão de revoltas, desencadeados em grande parte pelos múltiplos interesses locais e europeus, envolvidos no lucrativo comércio do sândalo²⁷. Foram, no entanto, outras guerras, quantas vezes mais internas do que contra um adversário externo e, por isso, pouco convenientes para serem memorizadas e passarem à posteridade.

Mas, voltemos ao discurso missionário. No Extremo Oriente, este género de crónica regional foi praticado quase exclusivamente pelos jesuítas e desenvolveu-se em torno das duas áreas provinciais da Companhia: a “Província do Japão” que, após a interdição de 1614 visando as Cristandades do Japão, passou a abranger missões na Cochinchina e no Camboja (1615), no Sião (1626), em Tonquim (1627), na ilha de Hainão (1633), no Laos (1642), em Macassar (1646) e nos territórios chineses de Kuangtung e Kansi (juridicamente desde 1659, embora o último só seja, de facto, integrado em 1701); e a “Vice-Província da China” abarcando os restantes territórios do Império do Meio.

Na primeira destas áreas, ou seja, na “Província do Japão”, assinalam-se os escritos de António Francisco Cardim e de Manuel Ferreira.

26 Cf. *ob. cit.*, vol. VII (1669-1807), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1996, pp. 80-83.

27 Cf., entre outros, A. Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769 – Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras/Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

De António Francisco Cardim, mais conhecido pela literatura de martírios por ele escrita e compilada, foram publicados, em latim e italiano, alguns dos seus textos produzidos aquando da sua deslocação a Roma como procurador da Província, entre os quais, uma *Relatione de la Provincia del Giappone* (Roma, 1645). Do mesmo autor, e em Lisboa, foram publicadas obras impressas em língua portuguesa²⁸. Já a sua crónica das missões mais significativa para a época em análise, escrita em Goa, em 1650, e intitulada *Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa província do Japão*, permaneceu inédita até finais do século XIX²⁹.

António Francisco Cardim nasceu em Viana do Alentejo, em 1596, e entrou para a Companhia de Jesus em 1610. Embarcou para a Índia em 1618, com destino ao Japão. Chegou a Macau em 1623 e, na impossibilidade de entrar em território nipónico, marchou para o sul da China, onde missionou na província chinesa de Kuangtung durante dois anos (1623-25). Seguidamente passou para o Sião (1626-1629). Após uma estadia em Macau, foi para Tonquim, em 1631, e, daí, novamente para o Sião, de onde tentou, sem sucesso, penetrar no Laos. Regressado a Macau, aí permaneceu alguns anos como Director dos noviços e Reitor do colégio de São Paulo, após os quais foi escolhido, em 1638, para ir a Roma como Procurador da Província do Japão. A viagem à Europa, via Goa e Lisboa, decorreu entre os anos de 1642 e 1649. Regressado à Índia, permaneceu em Goa cerca de dois anos (1650-1652), após o que retornou a Macau, onde morreu, em 30 de Abril de 1659.³⁰

Nas *Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa província do Japão*, Cardim faz, como esclarece na epístola dedicatória a D. João IV, uma “relação do estado presente da ‘Província do Japão’ até ao ano de 1649”, redigida com base nos cerca de quinze anos (1633 a 1648) de dinamização dos trabalhos evangélicos, quer em Macau quer nas missões do sul da China, Sião, e

28 Sobre estas publicações, ver adiante ponto 3 – “No labirinto das letras – visibilidade e projecção do discurso fragmentado”.

29 Deve-se a Luciano Cordeiro a publicação deste inédito (Lisboa, Imprensa Nacional, 1894).

30 Dados biográficos colhidos em Charles R. Boxer “Padre António Cardim, S.J. e os seus Memoriais sobre as Restauração em Macau, 1642-1643”, in *Macau na época da Restauração (Macao three hundred years ago)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993, pp. 145-152.

Tonquim. Nesta obra, em quarenta e dois capítulos, depois de uma digressão sobre as áreas de jurisdição e sobre a importância de Macau como cabeça dessa Província, faz uma espécie de viagem por diversas missões situadas no reino de Amã, na Cochinchina, na ilha de Hainão, nos reinos de Camboja e dos Laos, em Macassar e no reino de Sião. Na “chegada” a cada um destes territórios, a informação sobre o estado das missões jesuíticas é precedida de breves descrições contemplando as terras, os povos, os costumes e de uma retrospectiva sobre a história de cada missão remontando à sua fundação.

Apesar da extensão e da riqueza dos pormenores descritivos e narrativos desta relação, o contexto político da sua composição – logo após a Restauração –, o empenhamento de Cardim na promoção da aclamação de D. João IV em Macau, patente nos “memoriais” que escreveu³¹, e, por último, o texto da carta dedicando a D. João IV as *Batalhas da Companhia de Jesus*, levam-nos a suspeitar ter sido esta obra redigida não tanto com objectivos de divulgação e propaganda junto de um público mais vasto, mas como se de um relatório se tratasse para ser presente ao monarca português. Ao informar o recém-aclamado monarca do estado em que se encontrava a Província jesuítica do Japão, Cardim estaria implicitamente a afirmar a sua subordinação ao Padroado Régio e a depositar no novo monarca a esperança de defesa dos interesses da Companhia de Jesus face à concorrência de outras “colonizações” religiosas europeias na região. Tal suspeita, a confirmar-se, explicaria a razão de tão rico texto não ter sido publicado na época.

Com o mesmo intuito parece terem sido escritas as *Notícias sumarias das perseguições da Missão da Cochinchina principiada, e continuada pelos Padres da Companhia de Jesus* (Lisboa, Miguel Manescal, 1700), atribuídas a Manuel Ferreira, S.J., proeminente missionário na Cochinchina. Também esta obra é precedida por carta, na qual os missionários da Cochinchina fazem um apelo, quase um pedido de socorro, ao rei D. Pedro II, para acudir à missão jesuítica da Cochinchina, aonde, alguns membros da Companhia já só ocultamente podiam missionar.

O padre Manuel Ferreira nasceu em Lisboa, em 1631. Embarcou para o Oriente em 1658 e, provavelmente, logo no ano seguinte partiu para Tonquim, aí vindo a ser superior da missão. Terá feito duas viagens a Portugal, desempenhando numa delas as funções de procurador da

31 Sobre o assunto, veja-se o estudo de Charles R. Boxer citado na nota anterior.

Província do Japão. Quanto ao lugar e data da sua morte, as fontes não são coincidentes: para umas teria morrido em Macau, a 15 de Maio de 1699; para outras, em Tonquim, a 25 de Maio de 1699. Segundo Barbosa Machado, Manuel Ferreira teria escrito também um *Vocabularium linguae Annamiticae incipiendo á verbis Lusitanis*.³²

As *Notícias sumarias das perseguições da Missão da Cochinchina* estruturaram-se em vinte e seis capítulos. O primeiro, com trinta e três páginas, é todo ele dedicado à descrição das riquezas e qualidades do país e seus moradores. Depois é desfiada a sucessão de trabalhos, perseguições e conflitos com os delegados da *Propaganda Fide*, desde que o padres da Companhia aí fundaram as suas missões, em 1615, com refugiados das cristandades japonesas, até finais do séc. XVII.

No referente às crónicas sobre a ‘Vice-Província da China’, destacam-se as narrativas de Álvaro Semedo e António Gouveia.

A *Relação da grande monarquia da China* de Álvaro Semedo foi, no conjunto dos trabalhos deste género, o de maior divulgação a nível europeu. Foi, como já se disse, este texto que serviu de base a tudo quanto Faria Sousa escreveu na *Ásia Portuguesa* sobre o império da China.

Álvaro Semedo nasceu em Nisa, em 1586. Já como membro da Companhia de Jesus, embarcou para a Índia, em 1608. De 1613 a 1636, dedicou-se à missão na China, com interrupção de cerca de seis anos (1616 a 1621) nos quais esteve refugiado em Macau, na sequência da perseguição de 1616. Em 1637, iniciou uma viagem à Europa, como procurador da vice-província da China. Chegado a Lisboa, em 1640, deslocou-se a Madrid, La Rochelle e Roma. Regressado à China em 1644/1645, neste país viveu praticamente todo o resto da sua vida até à data da sua morte, ocorrida em Cantão, em 1658.³³

A *Relação* de Álvaro Semedo foi escrita aquando da sua deslocação à Europa, entre 1640-1644, portanto depois de cerca de vinte anos de vivência nas missões na China. Não se conhece o texto original português desta *Relação*,

32 Informação colhida, em Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, e J. Dehergne, *Répertoire des jésuites de Chine de 1552 à 1800* (Roma/Paris, 1973), p. 92.

33 Biografia colhida em J. Dehergne, *ob. cit.*, p. 245.

devendo-se a Manuel Faria e Sousa a responsabilidade da sua primeira edição, em língua castelhana, sob título *Imperio de la China, y cultura evangelica en el por los religiosos de la Compania de Jesus* (Madrid, 1642). Desta primeira edição foi feita no mesmo ano uma segunda impressão³⁴. Nela Faria e Sousa não se limitou a uma mera tradução do texto original para o castelhano: alterou a estrutura externa da obra – as duas partes foram subdivididas em três – e fez interpolações da sua lavra no corpo do texto. Essas intervenções foram tais que, como já se observou, Faria e Sousa se assume como autor desta obra, na lista onde enumera os impressos utilizados para a composição da *Ásia Portuguesa*³⁵.

Logo um ano após esta edição de Faria e Sousa, o livro de Semedo foi publicado em versão italiana, sob título *Relazione della grande monarchia della Cina* (Roma, 1643). É esta, sem dúvida, a edição mais digna de crédito, pois foi composta sob a supervisão do próprio autor. As várias edições que quase de imediato se fizeram em várias línguas da *Relação* de Semedo atestam o interesse pela obra suscitado na Europa: mais três edições italianas (1653, 1667 e 1678), duas francesas (1645 e 1667), uma inglesa (1655), uma holandesa (1670), além dos muitos excertos publicados em latim, alemão e francês. Refira-se, por último, que em 1731, a edição de Faria e Sousa foi ainda objecto de uma reimpressão dedicada a D. João V feita em Lisboa pela Oficina Herrერიана. Quanto ao folheto de seis folhas intitulado *Breve recompilação dos princípios, continuação e estado da Christandade da China, em que está o presente*, saído das oficinas de Paulo Craesbeck em Lisboa, no ano de 1642³⁶, alguns investigadores sustentam tratar-se de um resumo da *Relação* de Semedo³⁷. Seja como for, uma coisa é certa: perdeu-se o original em português da obra de Álvaro Semedo. Por isso, a primeira edição integral em língua portuguesa é uma retroversão da versão italiana, feita por Luís Gonzaga Gomes e impressa sob título *Relação da grande monarquia da China* (Macau, 1956)³⁸.

34 Sobre o assunto, ver Horácio P. Araújo, “Introdução” à edição da *Ásia Extrema* de Antonio Gouvea, Lisboa, Fundação Oriente, 1995, livro I, pp. 64-65.

35 Veja-se acima notas 6 e 7.

36 Folheto raro, segundo Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, que regista existência de um exemplar na Biblioteca Pública de Évora.

37 Sobre o assunto ver Luís Gonzaga Gomes “Introdução” à edição citada na nota seguinte, p. 15 e Donald F. Lach & Edwin J. Von Kley, *Asia in the Making of Europe*, vol. III – *A century of Advance*, book I, p. 349, n. 231 (Chicago & London, Univ. of Chicago Press, 1993).

38 Desta primeira publicação, impressa pelas Notícias de Macau, se fez recentemente uma reedição (Macau, Fundação Macau, 1994), para a qual remetem as remissões de página das citações insertas neste estudo.

A *Relação da grande monarquia da China* estrutura-se em duas partes: a primeira, de carácter descritivo, trata do império da China (dela nos ocuparemos mais adiante); a segunda, de cariz mais narrativo, intitulada “Relação da Propagação da Fé no reino da China e outros adjacentes”, é a crónica da missão jesuíta na China, desde a sua fundação até sensivelmente ao ano de 1636.

Não teve igual divulgação a relação do mesmo teor escrita por António Gouveia, inserta na obra a que deu o título de *Ásia Extrema*. Não foi publicada ao tempo e só viria a sê-lo, em quatro volumes de 1995 a 2018³⁹.

Nascido entre 1590 e 1593, no lugar do Casal, próximo de Viseu, ou em Gouveia, António Gouveia ingressou na Companhia de Jesus em 1608 ou 1611. Embarcou para a Índia em 1623. Das suas andanças como missionário até entrar em território chinês, em 1636, pouco se sabe. Morreu em 1677, em Fô-Cheû (Fujian), depois de mais de 40 anos de actividade missionária na China. Durante este período foi vice-provincial de 1669 a 1672, altura em que manteve acesa polémica com o dominicano espanhol, Domingos Fernandez de Navarrete, por causa da questão dos ritos sínicos.⁴⁰

Tal como as *Batalhas da Companhia de Jesus* de António Francisco Cardim, a *Ásia Extrema* foi escrita no mesmo momento político de euforia pós-Restauração. Na carta, dedicando a sua obra a D. João IV, datada de 10 de Abril de 1644, António Gouveia não esconde a “insólita alegria” sentida com a notícia da aclamação do rei, “que me parece me achava nos primeiros vivas reais” e, tal como António Francisco Cardim, também ele deposita no novo monarca português a esperança de que “torne a Índia à sua primeira idade de ouro, e as suas Christandades aos primeiros resplendores”⁴¹. Os termos dessa dedicatória são bem explícitos:

Com aquele afecto digno de imortal lembrança, com que os Vassalos de Vossa Magestade ofereceram fazenda e vida, para seu real serviço, ofereço e dedico esta *Ásia Extrema* [...] veja Vossa Magestade com gosto o

39 Edição, introdução e notas de Horácio P. Araújo, Lisboa, Fundação Oriente, 1995-2018 (4 vols.).

40 Dados biográficos colhidos na “Introdução” de Horácio P. Araújo à ed. cit. da *Ásia Extrema*, Livro I, 1995, pp. 67-92.

41 “Dedicatória”, ed. cit., p. 184.

muito que se faz e se tem feito em serviço de Nosso Senhor neste grande Império da China por meio dos filhos da Companhia de Jesus, depois que as armas portuguesas descobriram e senhorearam estes mares, arvorando em seus empórios, não menos as Quinas reais, que o Real Estandarte da Santa Cruz.⁴²

A *Ásia Extrema* organiza-se em duas partes, cada uma delas constituída por seis livros. Na sua estrutura interna, a obra é muito similar à *Relação* de Álvaro Semedo: um bloco introdutório – o livro I da parte primeira – dedicado à descrição do Império da China; um segundo bloco – os restantes cinco livros da parte primeira e os seis livros da parte II – dedicados à narrativa da história das missões da Companhia de Jesus na China, desde a fundação até ao ano de 1644. Se, na *Relação* de Semedo, o bloco descritivo da China tem mais peso que a crónica da missão, na *Ásia Extrema* acontece o inverso: num total de 1166 densas páginas manuscritas⁴³, só 106 dedica António Gouveia à história e descrição do Império do Meio.

Esta produção historiográfica de raiz local tem de ser vista, designadamente no respeitante acção missionária na China, como uma contribuição, aliás pioneira, dos jesuítas portugueses para a construção de uma memória jesuítica sobre as missões. Ela insere-se no que poderá considerar-se uma obra colectiva para cuja edificação e divulgação em várias línguas vernáculas europeias foi fundamental o contributo de muitos outros membros da Companhia de diferentes nacionalidades. Acresce ainda terem estado estas relações, complementadas por informação colhida nas cartas anuais, na base das grandes compilações que, quase em simultâneo, se elaboraram na Europa para glorificar e propagandear os trabalhos da Companhia de Jesus na China.

2. O fascínio da China na autonomização de um discurso descritivo

Uma das inovações das crónicas das missões jesuíticas, acabadas de analisar, reside na progressiva emancipação de um discurso descritivo. Se, nas *Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa província do Japão* de António Francisco Cardim e nas *Notícias sumarias das perseguições da Missão da Cochinchina* de Manuel Ferreira, ele aparece disseminado ou integrado no

42 Idem, *ibidem*.

43 Idem, “Apresentação”, p. 14.

texto, contextualizando a narrativa das acções missionárias de que é subsidiário, nas obras de Álvaro Semedo e António Gouveia ele vai-se demarcando e estruturando como uma unidade perfeitamente autónoma, um corpo à parte. Neste processo, é bem elucidativo o exemplo de Gabriel Magalhães. Tendo-lhe o padre Francisco Furtado, vice-provincial da China, ordenado que escrevesse a história do Império do Meio e dos progressos do Evangelho nele alcançados⁴⁴, portanto uma obra com estrutura similar às relações de Semedo e Gouveia, Magalhães acabou por se ficar pela primeira parte, ou seja, uma descrição da China, que, significativamente, intitulou “As doze excelências da China”.

Nascido em Pedrógão em 1609/1610, Gabriel Magalhães embarcou para a Ásia em 1636. Quatro anos depois entrou na China, país onde viveu até à data da sua morte, ocorrida em Pequim, em 1677. Os seus primeiros anos de missão foram bastante atribulados, quer em Chengdu (província de Sichuan), onde despontou a sua amizade com o padre siciliano Ludovico Bruglio (1606-1682), quer em Pequim. Nesta cidade, Magalhães foi por duas vezes preso, torturado e condenado à morte, e nela se cruzou com um dos mais violentos movimentos de reacção local ao cristianismo que pôs em perigo não só as missões como o crédito da astronomia europeia na corte imperial (1664-1666). Com o padre Bruglio, fundou a residência e igreja de Dongtang, em Pequim. Nos derradeiros anos de vida privou com o imperador Kang-hi que à data da morte do missionário mandou pintar o seu retrato e exarando-lhe público elogio. O texto deste louvor acompanhado de uma biografia do homenageado, foi impresso e divulgado. Além de escritor prolífero, o padre Magalhães foi também uma das mais activas e polémicas figuras da missão de Pequim, como o testemunham as cartas escritas no âmbito do litígio com o padre Adam Schall.⁴⁵

O manuscrito d’“As doze excelências da China”, concluído em 1668, chegou à Europa, já depois da morte de Gabriel Magalhães, pelas mãos do padre Philippe Couplet, procurador da missão entre 1682 e 1692. Em Roma, o interesse do cardeal d’Estrées pelo texto esteve na origem da sua tradução para francês

44 Cf. cap. II, p. 85 da ed. cit.

45 Elementos biográficos colhidos em J. Dehergne, *ob. cit.*, pp. 161-162 e Irene Pih, *Le Père Gabriel de Magalhães, un jésuite portugais en Chine, au XVIIème siècle*, Paris, Fundação Gulbenkian, 1979 (aonde são publicadas as cartas e relatórios de Magalhães sobre Adam Schall).

e, nesta língua, foi pela primeira vez impresso, sob título *Nouvelle Relation de la Chine* (Paris, Claude Barbin, 1688). No prefácio a essa edição, o tradutor, identificado por Irene Pih como sendo o abade Bernou⁴⁶, explica as razões que o levaram a modificar o título e as alterações operadas na estrutura da obra:

...este título pareceu-me demasiadamente afectado e pouco adequado ao assunto, porquanto o padre Magalhães não se limitou às doze excelências ou particularidades da China [...] além de que a divisão que fez não era proporcional à matéria, havendo excelências que ocupavam apenas uma ou duas páginas e outras que enchiam trinta ou quarenta. Julguei então mais a propósito, dividir esta Relação em 21 capítulos, dando-lhes os títulos conforme as matérias neles contidas.⁴⁷

O abade Bernou não se limitou a traduzir o texto de Magalhães. Fez um notável trabalho de editor, comentando, no final de cada capítulo, as informações dadas pelo jesuíta português. Estes apontamentos são extremamente valiosos, pois fornecem informação sobre a literatura manuscrita e impressa em circulação na Europa sobre matéria chinesa e testemunham o interesse que o público erudito lhe dedicava. As considerações tecidas pelo próprio abade Bernou, a partir dos dados colhidos no texto, denotam ser esse interesse cada vez mais científico que religioso. Bem elucidativo é, por exemplo, o apontamento onde compara indicação de Magalhães sobre medidas itinerárias chinesas com as mais recentes investigações da Academia Real das Ciências de Paris sobre o valor de um grande círculo da Terra, acrescida de nota de se estarem aguardando “que os jesuítas enviados ao rei da China⁴⁸ nos dêem a exacta grandeza do côvado ou pé, do passo ou toesa, e do estádio chinês, donde, então, será fácil obter um grau de um grande círculo na China”⁴⁹.

A *Nova Relação* de Magalhães parece ter tido um bom acolhimento junto da meio intelectual francês, pois, num curto período de tempo, foi objecto de duas reedições: uma em 1689 e outra em 1690. Uma versão em língua inglesa, com o título a *New History of China*, veio também a lume no mesmo ano da

46 Cf. obra de Irene Pih citada na nota anterior, p. 229.

47 Cf. “Prefácio” à *Nova Relação da China*, retroversão em português da versão francesa, Macau, Fundação Macau / DSEJ, 1997 (1.ª edição: Macau, 1557), p. 46.

48 Referência, segundo cremos, aos jesuítas matemáticos, da missão francesa patrocinada por Luís XIV, que chegaram a Pequim no início do ano de 1687.

49 Cf. ed. cit., p. 101.

primeira edição francesa. Por estranho que pareça, a primeira edição em língua portuguesa data de meados do séc. XX! Trata-se de uma retroversão da versão francesa, feita por Luís Gonzaga Gomes, e impressa pelas Notícias de Macau, em 1957⁵⁰.

Uma última palavra sobre o texto original de Magalhães, escrito em português, e perdido. Como já se disse, é bem provável que esse texto tenha sido salvo involuntariamente por frei Jacinto de Deus, quando, segundo se deduz, servindo-se de uma cópia que lhe foi parar às mãos, a transcreveu no seu *Vergel de Plantas* sob título “Descrição do Reino da China”. Assim sendo e ao respeitar a estrutura original de Magalhães, também frei Jacinto de Deus teria subdividido a sua “Descrição” em doze excelências, algumas delas, tal como viria anotar o abade Bernou, ocupando somente duas folhas (“II excelência – Da antiguidade do reino da China”) e outras quase trinta (“XI excelência – Do admirável governo”). A comparação do texto reproduzido no *Vergel de Plantas* com o saído em versão traduzida confirma, como aliás provou Sousa Viterbo, o decalque de frei Jacinto de Deus, mas também revela serem bastantes as variantes entre os dois textos. É bem possível, por isso, terem outras mãos mexido no original de Magalhães antes da sua tradução para francês; no entanto, a explicação mais provável para estas variantes residirá no estado em que a obra chegou às mãos do tradutor, como o próprio informa:

O padre Magalhães tinha-a passado a limpo, mas, por um aborrecido acidente, tinha ficado queimada até metade e, assim, tive de me recorrer ao rascunho que, felizmente, fora conservado. Porém, como estava redigido, em parte, em pedaços de papel soltos, tive de ter muita paciência para os dispor por ordem e encontrar o seguimento.⁵¹

A singularidade das relações descritivas da China de Semedo, Gouveia e Magalhães reside, como se disse, na consubstanciação de um discurso descritivo que, pela coesão e lógica da sua estrutura, é perfeitamente autónomo, mesmo nas situações, como é o caso dos textos dos dois primeiros, onde faz parte integrante de obras, cujo objectivo fundamental é narrar os sucessos da cultura evangélica em terras chinesas, para captar apoios e simpatias para a

50 Desta primeira publicação, impressa pelas Notícias de Macau, se fez recentemente uma reedição (Macau, Fundação Macau/DSEJ, 1997), para a qual remetem as remissões de página das citações insertas no nosso texto.

51 “Prefácio” do abade Bernou, ed. cit., p. 46.

causa da missão. Para a formalização deste discurso não contribuiu apenas o fascínio dos europeus pela civilização chinesa (em grande parte despertado e “alimentado” pelos próprios jesuítas). Contribuiu também o propósito dos in-
cianos de, no contexto da controvérsia sobre os métodos de missionação por eles praticados, afirmarem a justeza das opções tomadas, na medida em que elas resultavam de um conhecimento sedimentado por longos anos de vivência e experiência missionária, alicerçado nos saberes linguísticos adquiridos no terreno. Em suma, um conhecimento não se limitando à mera observação de quem estava de passagem e não se confinando “àquilo que deixa escorrer [a China], como por excesso, pelas faldas da região de Cantão, parte desse Império aonde chegaram os portugueses”⁵². Afirma-o expressamente Álvaro Semedo, no texto prefacial da sua *Relação*:

[...] aquele que olha por longo espaço de tempo, embora vendo pouco, consegue ver mais do que aquele que, com melhor vista, olhe apressadamente; eu, que tenho estado a ver as coisas da China, no decurso de vinte e dois anos, terei decerto visto o que escrevi bem como o que os outros escreveram de coisas que não viram, e falarei, necessariamente, com mais acerto, posto que com menor elegância.⁵³

A alusão aos que “escreveram de coisas que não viram” poderá remeter para o agostinho González de Mendoza (1545-1618). Este frade agostinho, nunca tendo estado na China, compôs, com base em fontes escritas portuguesas e espanholas e em testemunhos orais de europeus que estiveram na China, uma *História de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reino de China* (Roma, 1585), cujo sucesso alcançado na Europa foi ao ponto de, no curto período de quinze anos, ter sido objecto de quarenta edições em várias línguas.

António Gouveia, por sua vez, faz uma alusão crítica aos “que só escrevem de ouvida, estando tão remontados dos reinos e terras de que falam, quanto vai da China à Europa”⁵⁴ e, para reforçar a qualidade do seu testemunho, na folha de rosto da *Ásia Extrema*, refere tê-la escrito “na China dentro”⁵⁵.

52 Álvaro Semedo, *Relação da grande monarquia da China*, Fundação Macau / DSEJ, 1994, p. 19.

53 Idem, *ibidem*, p. 20.

54 Cf. *Ásia Extrema*, Livro I, ed. cit., vol. I, p. 185.

55 Cf. ed. cit., p. 169.

É ainda Semedo a explicar as razões do arranque tardio deste discurso por parte dos jesuítas:

Já se passaram cinquenta e oito anos, desde que [os religiosos da Companhia de Jesus] principiaram a trabalhar neste remotíssimo clima, onde, dedicando todos os seus cuidados e esforços à conversão das almas, consideram manifesto furto qualquer tempo que não seja para a eterna saúde dos homens. Por isso, nunca nenhum deles se ocupou, nem tão pouco a algum foi permitido ocupar-se, em escrever sobre as coisas deste reino, a não ser o padre Nicolau Trigault que, depois de desembaraçado da cultura da Igreja da China, se passou à nossa Europa.⁵⁶

Por isso, assim como Trigault – jesuíta flamengo que, na sua deslocação à Europa (1613-1614), transportou o manuscrito contendo a *Storia dell'introduzione del cristianismo in Cina* de Matteo Ricci, por ele refeito em latim e publicado sob título, *De Christiana expeditione apud Sinas a Societate Iesu suscepta, ex Matthaei Ricij commentariis* (Roma 1615)⁵⁷, também Semedo redigiu o seu trabalho na Europa (1640-1644).

A partir destas duas obras pioneiras de Trigault e de Semedo, bem se pode afirmar terem os jesuítas mudado de estratégia, pois nos escassos cinquenta anos, contados de 1640/41, data em que Semedo acabou a sua *Relação da Grande Monarquia da China*, a 1688, data da publicação da *Nova Relação da China* de Gabriel de Magalhães, desenvolveram uma intensa produção sobre o tema. E nesta produção incluem-se aqueles que nunca se ausentaram do labor evangélico na China, como se pode avaliar pelas numerosas remissões contidas no texto de Magalhães. Bem elucidativo é também o ponto da situação feito, no prefácio a este texto, pelo tradutor, abade Bernou:

A *Relação* do padre Trigault foi a primeira que nos forneceu informações exactas da China, mas como o seu principal objectivo é contar o nascimento das Missões da Companhia de Jesus neste vasto país e o seu estabelecimento pelo padre Mateus Ricci, ela não se refere, senão ocasionalmente, às particularidades da China. O padre Semedo dedicou-se,

56 *Relação da Grande Monarquia da China*, ed. cit., p. 20.

57 Esta tradução de Trigault esteve na base das várias versões publicadas no séc. XVII: três em francês (1616, 1617 e 1618), uma em espanhol (1621), uma em italiano (1622) e uma em inglês (1625).

porém, unicamente a isso, na primeira parte da sua Relação, e foi muito bem sucedido. O padre Couplet, na sua *Cronologia*, e o padre Martini, na sua primeira *Década da História da China* e na sua *Relação da Guerra dos Tártaros* deram ao público uma sequência quase completa desse grande reino. O mesmo padre Martini, no seu *Atlas*, fez uma descrição geográfica que quase nada nos deixa desejar sobre este assunto.⁵⁸

Na frase sublinhada, realça-se a inovação do trabalho realizado por Semedo. De facto, foi ele o primeiro jesuíta das missões do Império do Meio a compor uma descrição coerentemente ordenada. Nela se encontram já todos ou quase todos os tópicos estruturantes de uma literatura que difundiu na Europa uma imagem da China de contornos utópicos a qual, como se sabe, em muito contribuiu para a sinofilia e para o gosto pelas *chinoiseries* da Europa das Luzes, e que culminou em monumentais compilações, profusa e ricamente ilustradas, como a elaborada por J. B. Du Halde, *Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'empire de Chine et de la Tartarie chinoise* (Paris, 1735), a partir de materiais enviados pelos seus confrades missionando na China.

Tópicos recorrentes, nas descrições dos três jesuítas portugueses sobre as “grandezas” da China, são: a antiguidade e coesão do reino, a abundância e a riqueza da terra, a elevada densidade populacional do país, a civilidade, cortesia e engenho das gentes; a beleza e as virtualidades da língua e das formas de comunicação escrita; a sabedoria de uma prática de governação e de administração assente na valorização da cultura letrada e dos princípios morais e filosóficos consignados nos chamados “livros clássicos” e na exigência de exames públicos trienais; a funcionalidade do complexo aparelho administrativo central e provincial; e a magnificência da corte imperial, das cerimónias oficiais e das grandes construções e obras públicas.

Apesar dos elementos comuns aos discursos dos três jesuítas portugueses, há naturalmente variações de tratamento e cambiantes na visão global da China, que, no seu conjunto, não podem deixar de relacionar-se com a

58 “Prefácio” do abade Bernou à *Nova Relação* de G. Magalhães, ed. cit., pp. 43-44. Sublinhado nosso.

experiência pessoal de cada um e com o contextos políticos e missionários vividos.

Álvaro Semedo, para escrever a sua *Relação da Grande Monarquia da China* na Europa, recorreu, como realça Horácio Araújo, “ao filme das vivências retidas na memória”⁵⁹. A sua imagem bastante idealizada da China pode ter aí origem como pode tê-la na experiência de uma época em que as condições pareciam particularmente favoráveis à conversão deste império ao cristianismo. Álvaro Semedo, lembre-se, saiu da China em 1636, num período durante o qual, apesar das perseguições sofridas pelas missões em 1616-1622, os jesuítas ainda beneficiavam da simpatia de alguns meios letrados que, no final da dinastia Ming, dinamizavam movimentos de reforma da vida política, a partir de uma reflexão em torno dos textos clássicos. Semedo não traça, pois, a descrição de uma realidade onde, de resto, vê sinais de decadência, mas sim o retrato de uma organização social e política que já teria sido modelar, nele projectando a esperança de concretização futura de uma estratégia de conversão, assente na exploração da convergência entre os princípios morais do cristianismo e do confucionismo primitivo, tal como defendera M. Ricci⁶⁰. Num dos capítulos finais da sua *Relação*, depois de alinhar as principais razões que “facilitam e ajustam o governo da China”, chega a escrever:

Era este modo de viver que se observava nos tempos antigos e na idade de ouro, quando as leis eram poucas e muitos os que as cumpriam, e em que todas as coisas eram baseadas na luz da natureza e seus princípios, o que ainda hoje se verifica nos seus livros, quase com as mesmas palavras que se encontram nos nossos.⁶¹

Este sentido é reforçado pela notícia, inserida no final da sua descrição, da descoberta, em 1623 ou 1625, de uma estela, supostamente nestoriana, em Sian-fu (Sian), corolário dos esforços desenvolvidos pelos Jesuítas no sentido de encontrarem testemunhos provando as ancestrais raízes do Cristianismo na

59 Cf. “Introdução” à *Ásia Extrema* de António Gouveia, Livro I, ed. cit., p. 59.

60 Sobre o assunto, ver Jacques Gernet, *L'Intelligence de la Chine – le social et le mental* (Paris, Gallimard, 1994), capítulo II – “Anthropologie et religion”, especialmente sub-título “Politique et religion lors des premiers contacts entre Chinois et missionnaires jésuites”, pp. 215-243.

61 Capítulo XXIX da *Relação da Grande Monarquia da China*, ed. cit., pp. 255-265; trecho transcrito da p. 262, sendo o sublinhado nosso.

China. Argumento de peso numa sociedade na qual a tradição era venerada, esta descoberta deu um novo alento às expectativas dos evangelizadores que labutavam no terreno.

Já António Gouveia, concluindo a sua *Ásia Extrema*, em 1644, portanto no período conturbado de passagem da dinastia Ming para a dinastia Quing, não nos apresenta imagem tão otimista, nem tão crente nas virtualidades do confucionismo. Embora admitindo que os livros antigos dos chineses “estão cheios de mui excelentes sentenças morais”, não lhes esmieuça os conteúdos como Smedo e Magalhães, talvez por considerar que, “andando os anos, corromperam-se os costumes, cresceram os vícios, e como tem por efeito cegar o entendimento e escurecer a razão, ficaram dando no ateísmo, sem fé nem crença de divindade alguma”⁶². Ao contrário dos seus colegas, para ele não há praticamente distinções entre as três “seitas” principais da China – confucionismo, budismo e tauismo –, considerando-as como “lagos peçonhentos dos quais saíram mais de três mil regatos”⁶³. Por outro lado, apesar de reconhecer que “na urbanidade e no trato político, não cede este Império aos outros do mundo”⁶⁴, é muito mais poupado nos qualificativos elogiosos, como “admirável”, “excelente”, “maravilhoso”, “perfeito” etc., prodigalizados por Smedo e, mais tarde, por Magalhães. Por último, Gouveia é o único a desencobrir alguns dos aspectos mais negativos da sociedade chinesa, fazendo referência ao elevado número de “servos cativos”, aos costumes intoleráveis “de matarem muitos milhares de crianças em nascendo” e de castrarem “muitos centos de meninos para que, inábeis, fiquem aptos para o serviço do Paço”⁶⁵.

Em síntese, uma leitura para a qual terá contribuído o tempo de convulsões políticas e de incertezas sobre o futuro das missões que viveu, assim como uma experiência de evangelização mais virada para as camadas populares do que para as elites letradas e cortesãs⁶⁶. Esta aproximação a um imenso sub-mundo, praticamente obliterado pelos restantes autores, singulariza um olhar perpassado por outras esperanças e até por outras simpatias. Bem significativo é o trecho com que remata, na sua obra, a descrição propriamente dita da China:

62 *Ásia Extrema*, Livro I, ed. cit., p. 290.

63 Idem, *ibidem*, p. 290.

64 Idem, *ibidem*., p. 259.

65 Idem, *ibidem*, pp. 281-282.

66 De acordo com carta de António Gouveia, citado por Irene Pih, *ob. cit.*, p. 159, nota 3.

As ruas das cidades de tráfego sempre com grande concurso de gente como em feira. Mas o que põe mais admiração é ver a multidão de meninos por toda a China; jamais vemos porta onde não esteja um montinho deles, todos alegres e contentes, além das meninas, que não saem à rua, que são ou tantas ou mais. Nesta matéria e número de gente, tudo o que se disser será incrível na Europa, sendo cousa que cada dia vemos os que cá estamos.⁶⁷

A *Nova Relação* de Magalhães é a menos bem estruturada das descrições em causa. Como se viu, o tradutor notou desequilíbrios na estruturação externa da obra achando pertinente introduzir alterações na arrumação das matérias. No entanto e apesar desse arranjo, o leitor fica, não raras vezes, com a sensação de a escrita de Magalhães ser o resultado de apontamentos, elaborados a partir do material deixado pelos seus antecessores, como aliás o próprio declara:

Os padres Nicolau Trigault, flamengo; Álvaro Semedo, português; Martini, do país de Trento; António Gouveia e Ignácio da Costa, portugueses; e muitos outros, nas suas relações anuais, trataram amplamente desta matéria, mas a beleza, a grandeza e a antiguidade deste império fornecem tão vasto assunto que, apesar do que se tem escrito, resta ainda muito por dizer. É por isso que devo registar aqui, em poucas palavras, as principais observações que colhi.⁶⁸

Assim, Magalhães trata sucintamente alguns tópicos, enquanto noutros põe a tónica em correcções ou em comentários pontuais, e noutros ainda se limita a acrescentar detalhes e episódios, retirados da sua própria experiência pessoal ou colhidos em bibliografia chinesa a que teve acesso. No entanto, quando aborda, já nos capítulos finais da *Nova Relação*, o que se pode considerar a “matéria nova”, como seja, a China sob domínio tártaro, o seu discurso consolida-se. Recorde-se, a propósito, serem as descrições de Semedo e de Gouveia escritas, respectivamente em 1640/41 e 1644, isto é, ainda durante o tempo da dinastia Ming. Magalhães, tendo concluído a sua obra mais tarde,

67 *Ásia Extrema*, Livro I, ed. cit. p. 310 (actualizámos a ortografia); após este trecho, que remata o capítulo 19, António Gouveia dedica todo o capítulo 10 – o último do livro I da I parte da *Ásia Extrema* – a contar histórias exemplares colhidas, ao que se deduz, na tradição oral e escrita chinesa.

68 In *Nova Relação da China*, ed. cit., p. 85.

em 1668, teve, naturalmente, oportunidade de introduzir muita informação relativa à nova dinastia reinante. No caso vertente, merecem destaque os seis capítulos finais espalhando-se na descrição da cidade de Pequim, da corte e dos palácios imperiais que conheceu bem por dentro, pois, como se disse, nos últimos anos da vida teve ocasião de privar com o célebre imperador Kang-hi. Foi, porventura, este acesso à corte imperial, a proporcionar-lhe a possibilidade de compulsar obras de consulta restrita por ele utilizadas: registos das receitas da monarquia e cartas militares da China.

No respeitante a fontes escritas chinesas, além dos livros clássicos que os três jesuítas parecem conhecer bastante bem, a informação de Smedo é a mais vaga, pois, como escreveu da Europa, não teve acesso directo a elas. António Gouveia utiliza e transcreve textos de várias crónicas chinesas, fornecendo inclusivamente os nomes de alguns dos seus autores; é com base nelas que elabora os cinco capítulos (do terceiro ao sétimo) sobre a História antiga da China. Magalhães, não dedicando tanta atenção ao passado remoto, recorreu mais a outro tipo de obras: “Itinerário público” para os viajantes, com indicação dos caminhos terrestres e fluviais; “Prática das nove Fronteiras”, espécie de manual antigo para uso militar, incluindo representações dos acessos às montanhas e das 1327 fortalezas chinesas; catálogos dos mandarins de Letras e de Armas; livros dos rendimentos da monarquia; roteiro das ruas de Pequim etc.

No discurso encomiástico de Magalhães sobre as excelências da China, respigam-se algumas críticas ao materialismo, cobiça e orgulho dos chineses, dirigidas especialmente aos mandarins que, em seu entender, estavam a perverter a “bondade e a excelência das leis da China”⁶⁹. Tais críticas, no entanto, não afectam muito uma escrita transbordante de entusiasmo. Ousaríamos mesmo afirmar perpassada por um certo optimismo, decorrente, segundo se deduz, de renovadas esperanças de difusão do cristianismo propiciadas pela protecção do imperador Kang-hi aos jesuítas.

O impacto das *Relações* de Smedo e de Magalhães na Europa foi, como já vimos, grande. As remissões às suas descrições abundam na muita literatura sobre a China produzida na época. Sirva de exemplo, a obra atrás citada de J. B. Du Halde, *Description géographique, historique, chronologique, politique, et*

69 Idem, *ibidem*, p. 225.

physique de l'empire de Chine et de la Tartarie chinoise (Paris, 1735), na qual o texto de Magalhães é citado como fonte de referência para a descrição alguns dos fogos de artifício das festividades e do cortejo do imperador nas suas saídas públicas.

Curiosamente, estas descrições dos jesuítas portugueses não foram ao tempo objecto de publicação em língua portuguesa, nem tão-pouco suscitaram muito a atenção do público mais culto. Exemplo bem esclarecedor encontra-se na *Historia Universal em que se descrevem os impérios, monarchias, reinos e provincias do mundo, com muitas cousas notaveis que ha nelle*, da autoria de frei Manuel dos Anjos, publicada em Coimbra, em 1651, e objecto de mais duas impressões no séc. XVIII (1702 e 1735). No sub-título da obra, frei Manuel dos Anjos informa que ela foi “Copiada de diversos auctores, chronistas approvados, e authenticos geographos”. No entanto, na lista onde enumera os autores citados no corpo de livro, não referencia o nome de Álvaro Semedo, cuja *Relação* já fora pela primeira vez publicada quase dez anos antes. Além disso, analisando o conteúdo dos capítulos dedicados à China, no livro II (o que trata da Ásia), conclui-se ter-se ficado o autor, na compilação somente pelos autores que sobre a matéria escreveram até finais do séc. XVI.

Por outro lado, não deixa de causar estranheza o esquecimento votado aos trabalhos de António Gouveia. Tanto a *Ásia Extrema*, como uma outra obra sua, intitulada *Monarchia da China dividida por seis idades*, concluída em 1654, onde relata os sucessos relativos à queda da dinastia Ming e à primeira década de domínio tártaro na China (1644-1654)⁷⁰. Para mais, sendo ele o único dos três escritores jesuítas em causa a dirigir-se expressamente ao público português, para “dar gosto a devotos e a curiosos, que de tudo abunda nosso Portugal; para estes escrevo todo o substancial e civil deste Império”⁷¹, e a valorizar a língua materna, “em que muito de propósito e sobre cuidado escrevo esta História, para mostrar que a não desmerece a Língua Portuguesa, nem há outras muito mais sublimes e grandiosas, como falsamente dizem os, ou muito cobiçosos de maior interesse, ou muito frios no amor da Pátria”⁷².

Muito provavelmente, os manuscritos da *Ásia Extrema* e da *Monarchia da China dividida por seis idades* de António Gouveia não foram sequer remetidos

70 Cf. Horácio P. Araújo, “Introdução” à *Ásia Extrema*, Livro I, ed. cit., p. 94, onde se descreve o códice, conservado na Biblioteca Nacional de Madrid, que contém cópia desta obra.

71 *Ásia Extrema*, p. 186 (ortografia actualizada).

72 Idem, *ibidem*.

para Portugal, à data da sua conclusão. Teriam ficado no arquivo do Colégio de São Paulo de Macau, onde, por solicitação do próprio autor, foram depositados⁷³. Tendo em conta a visão menos idílica transmitida da China e o seu discurso laudatório a D. João IV, perguntamo-nos se não teria sido considerada inoportuna a publicação das suas obras, num momento em que tanto a Companhia de Jesus como a recém-restaurada monarquia portuguesa se debatiavam com sérios problemas na Cúria romana.

Em contrapartida, os portugueses manifestaram mais interesse pelas convulsões políticas da China decorrentes da passagem da dinastia Ming para a dinastia Qing. Tal atenção não pode deixar de relacionar-se com as implicações que delas poderiam advir para a colónia portuguesa de Macau, e de associar-se ao início de um ciclo de aproximação diplomática portuguesa ao Império do Meio, na segunda metade do séc. XVII. Com efeito, num curto espaço de tempo, saíram a lume traduções em português de duas obras de jesuítas versando o estado das missões no contexto dos mais recentes sucessos políticos da China, uma das quais, saliente-se, saiu em língua portuguesa antes mesmo da sua publicação em versão original latina:

- *Historia da guerra dos Tartaros, em que se refere como nestes nossos tempos invadirão o Imperio da China, e o tem quasi todo occupado* (Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, 1657), tradução de Diogo Gomes do livro *De bello Tartarico* de M. Martini, publicado em Antuérpia, em 1654;
- *Relaçam do estado político e espirital do Império da China pelos annos de 1659 a 1666* (Lisboa, João da Costa, 1672), tradução de Sebastião Magalhães, S.J., da obra *Historia Tartaro-Sinica nova*, escrita por F. Rougemont, cuja versão original, em latim, só viria a ser publicada um ano mais tarde (Lovaina, 1673).

3. No labirinto das letras – visibilidade e projecção do discurso fragmentado

Manuel Faria e Sousa, valorizando o trabalho de tratamento de impressos e manuscritos de que se servira para a composição da *Ásia Portuguesa*, afirma ter tido de aplanar “muitos montes de ásperos volumes” e de romper “bosques

73 Cf. Horácio P. Araújo, “Introdução”, *Ásia Extrema*, ed. cit., p. 119.

incultos de quase inumeráveis papéis soltos”⁷⁴. Cerca de setenta anos depois, Francisco de Sousa, no “Prefação isagógica” ao seu *Oriente Conquistado*, exprime ideia semelhante ao justificar a opção tomada de estruturar a narrativa dos sucessos da Companhia de Jesus no Oriente por áreas geográficas. Em seu entender, era impossível atar, só com o fio dos anos, tudo quanto se obrou em diversos lugares, “nem haveria memória tão feliz, que se não embaraçasse neste labirinto de notícias, ainda que levasse o fio de Ariadne”⁷⁵. Razões de sobra para, e eles melhor que ninguém, se aperceberem de uma das dificuldades fundamentais do desbravamento de terreno no vasto campo da produção letrada fragmentada da época. Com efeito, se, numa primeira abordagem, ficamos com a impressão desta produção ser muito escassa, ao proceder a uma pesquisa mais aturada descobre-se um imenso manancial de textos. A variedade e heterogeneidade dos materiais, sobretudo os que ainda permanecem por publicar, comprovam a acuidade das sugestivas imagens de Faria e Sousa e de Francisco de Sousa. De facto, nem dispondo de um fio de Ariadne se torna fácil desembaraçar um caminho no caótico labirinto das letras do *corpus* existente. Desde narrativas e descrições, mais ou menos estruturadas, a estudos de carácter doutrinário, devocional, apologético e polémico, à literatura de martírios, de tudo se encontra um pouco, numa escrita dominada, mais uma vez, pela prosa e pela pena dos letrados eclesiásticos. A epistolografia, designadamente dos missionários, continua, tal como no período anterior, a ser um dos grandes filões da produção textual, podendo afirmar-se que nela se encontram todas as modalidades de prosa registadas. A tónica da informação sobre outras civilizações, é certo, vai-se aprofundando na medida dos conhecimentos proporcionados pelo crescente domínio das línguas e pelos longos anos de vida em terras estranhas. Por outro lado, as notícias sobre os trabalhos das missões, já não se confinam preferencialmente aos sucessos e insucessos da “conquista espiritual”. Outras batalhas enfrentadas pelos missionários, envolvidos em polémicas e no jogo de interesses políticos dos europeus (incluindo portugueses) na região, começaram a ocupar cada vez mais espaço na correspondência mantida com os seus confrades e superiores.

Muitos destes textos revestem-se apenas de um valor documental, mas muitos outros, embora com graus de literariedade variável, têm dimensão

74 “Introdução” à Quarta parte do tomo III da *Ásia Portuguesa*, ed. cit., vol. VI, p. 253.

75 *Oriente Conquistado*, ed. 1730, f. IV.

literária, enquanto expressão de uma “escrita em que a mensagem é estruturada em função de um programa pré-estabelecido”⁷⁶.

Deparámo-nos, assim, com uma imensa floresta por desvendar, não só porque o material até hoje publicado é apenas a ponta de um icebergue, mas também porque o trabalho de inventariação codificada desses materiais está por fazer. Com a agravante de muitos textos inéditos, e até alguns impressos, se conservarem em bibliotecas e arquivos nem sempre acessíveis. Estas circunstâncias determinaram-nos a privilegiar, neste género de “obras menores”, a produção letrada que teve alguma visibilidade na época, quer através da sua projecção/publicação em colectâneas e estudos de síntese, quer através do estatuto inerente à sua publicação autónoma.

* * *

A “literatura de martírios” é sem dúvida o género literário mais proeminente da época. Seguindo um esquema sequencial cristalizado de unidades narrativas, as relações de martírios são, como já se assinalou, um dos elementos fundamentais de estruturação do discurso religioso das crónicas missionárias.

Os mártires do Japão aparecem como os principais contemplados pelas relações publicadas. Só de António Ferreira Cardim, um dos autores mais prolíferos do género, são publicadas várias obras, não só em Portugal como também em Itália: *Relação da gloriosa morte de quatro Embaixadores Portuguezes, da Cidade de Macao, com sincoenta e sete Christãos de sua companhia, degolados todos pella pela fee de Christo em Nangassaqui, Cidade de Japão, a tres de Agosto de 1640*, Lisboa, Lourenço de Anvers, 1643 (reedição, Lisboa, por Manuel da Silva, 1650), e, em tradução latina, *Mors felicissima quatuor Legatorum Lusitanorum et Sociorum, quos Japoniae Imperator occidit in odium Christianae Religionis* (Roma, Typis H. Corbelleti, 1646)⁷⁷. Deste mesmo autor foi ainda publicado, em latim, uma espécie de repositório de martírios, *Fasciculus a japonicis floribus suo adhuc madentibus sanguine* (Roma, Typis H. Corbelleti, 1646), o qual foi posteriormente editado em língua portuguesa sob título, *Elogios e Ramalhete de flores, borrifado com o Sangue dos religiosos da*

76 Sobre o assunto, veja-se Carmen Radulet, art. cit. na nota 25, p. 336.

77 Com base na edição portuguesa de 1643, publicaram-se traduções em francês (1643), em flamengo (1646) e outras línguas (cf. Charles R. Boxer, anotação à *Ásia Sínica e Japónica*, Macau, 1988, vol. I, p. 247, nota 14).

Companhia de Jesus a quem os Tyranos do imperio do Japão tirarão as vidas por ódio da Fé Catholica; com o Cathalogo de todos os Religiosos, e Seculares, que por odio da mesma Fé forão mortos naquelle Imperio até o anno de 1640 (Lisboa, Manuel da Silva, 1650)⁷⁸.

Ao rol de Francisco Cardim, há a acrescentar, também da pena de jesuítas: *Carta para o P. Provincial de Portugal escrita de Macassar a 14 de Abril de 1644, em que se refere ao martyrio de cinco Religiosos, e se contão outros casos memoraveis* de Francisco Rangel (Lisboa, Domingos Lopes Roza, 1645); *Relação da morte do P. Antonio Rubino da Companhia de Jesus Visitador da Provincia do Japão, e China, e de outros quatro Padres da mesma, e tres seculares*, da autoria de Pedro Marques (filho de mãe japonesa e pai português), publicada, em tradução italiana (Roma, pelos herdeiros de Corbelletti, 1652); e, por último, a reedição, em 1678, da *Relação da ditoza morte de quarenta e cinco Christãos, que em Japão morrerão pela confissão da Fé Catholica em Novembro de 1614* de Jorge Gouveia (1.^a edição, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1617).

No século XVIII, uma só publicação deste tipo relevámos. Trata-se da *Relação da prisão, e morte dos quatro veneraveis padres da Companhia, Bartholomeo Alvarez, Manoel de Abreu, Vicente da Cunha (Portugueses), e João Gaspar Cratz (Alemão), mortos em odio da Fé na Corte de Tunkim aos 12 de Janeiro de 1737* (Lisboa, António Isidoro da Fonseca), obra que Inocêncio Francisco da Silva atribui ao padre Manuel Campos⁷⁹. Em contrapartida assis-timos, neste século, ao “reaparecimento” desta literatura, manuscrita e impressa, em martirológios, alguns dos quais com títulos bem sugestivos, como *Rosas do Japão Colhidas, candidas assucenas, e ramalhete de fragantes e peregrinas flores, colhidas no jardim da igreja do Japão, sem que os espinhos da infedilidade e da idolatria as pudessem murchar* de frei Agostinho de Santa Maria; Lisboa, António Pedrozo Galvão, 1709 (tomo I); o tomo II, com o mesmo título e abarcando, além do Japão, a Cochinchina, este datado de 1724.

São também objecto de publicação, sobretudo na segunda metade do séc. XVII, narrativas de matéria religiosa, relatando histórias edificantes, séries de sucessos limitadas no tempo, ou girando em torno de acontecimentos marcantes para a história das missões com infindáveis titulações: relação, compêndio,

78 A segunda parte desta obra já havia sido publicada na sua versão latina, em Itália, sob título: *Catalogus regularium et saecularium qui in Japoniae regnis usque à fundata ibi à S. Francisco Xaviero Gentis Apostolo Ecclesia ab Ethnicis in odium Christianae Fidei sub quatuor tyrannis violenta morte sublatis sunt* (Roma, 1648).

79 Cf. *Dicionário Bibliográfico*, vol. V, p. 385 e vol. XVI, p. 147.

tratado, sumário, epítome etc... Refira-se, a título de exemplo, a *Relação da conversão a nossa Santa Fé da Rainha, e Príncipe da China, e de outras pessoas da Casa Real, que se baptizaram o ano de 1648* (Lisboa, Of. Creasbeekiana, 1650), da autoria do jesuíta Manuel da Maia⁸⁰; a *Breve Relação das cousas que n'estes annos proximos fizeram os Religiosos da Ordem dos Pregadores, e dos prodigios que succederam nas Christandades do Sul, que correm por sua conta na India Oriental* (Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, 1665), do dominicano António da Encarnação, obra surgida no seguimento de outra, anteriormente publicada, intitulada *Relações summarias de alguns serviços que fizeram a Deos, & a estes Reynos, os Religiosos Dominicos nas partes da Índia Oriental nestes annos proximos passados* (Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1635)⁸¹; e, por último, o *Compendio da relação que veio da India o anno de 1691, da nova missão dos padres clerigos regulares da Divina Providencia na ilha de Borneo*, folheto de 12 folhas escrito pelo teatino Vicente Barbosa, a partir de notícia enviada pelos seus confrades sobre a missão que, em 1687, abriram em Bornéu (Lisboa, Miguel Lopes Ferreira, 1692).

Torna-se impossível, dar uma ideia da projecção alcançada na Europa por algumas destas relações, quando incluídas em colectâneas, e especialmente quando se trata de textos escritos por jesuítas portugueses. É o caso das *Lettres édifiantes des missions étrangères*, 34 volumes saídos entre 1717 e 1776, em primeira edição ou das *Mémoires Historiques* editadas por Norbert de Barc-le Duc, publicadas em várias cidades europeias de 1742 a 1766⁸², entre outras. Exemplo bem significativo da celeridade com que a informação circulava e era publicada ou aproveitada, encontra-se em alguns escritos do jesuíta Gabriel Magalhães. Da sua “Relação das tyrantias obradas por Canghien Chungo famoso ladrão da China em o anno de 1651” extraiu o jesuíta M. Martini tudo o que escreveu sobre a matéria na *Historia de bello Tartarico* (Roma, 1654). Uma outra carta de Magalhães, datada de Pequim, 2 de Janeiro de 1669, relatando as perseguições dos cristãos na China, foi publicada, três anos depois, em tradução italiana, por

80 Reproduzida por Charles Boxer, *Macau na época da Restauração (Macao three hundred years ago)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993, pp. 137-154.

81 Trata-se de uma colectânea que integra três relações: a primeira da autoria de frei António da Encarnação, a segunda anónima e a terceira de frei Miguel Rangel.

82 Sobre a projecção da epistolografia jesuítica, veja-se Carmen Radulet, art. cit. na nota 25, e, da mesma autora, “Fontes jesuíticas relativas à Índia: documentação e projecção internacional”, *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, Lisboa, Brotéria/Fundação Oriente, 2000, pp. 395-407.

Prospero Intorcetta, *Compendiosa Narratione dello stato della Missione Cineses* (Roma, T. Tizzoni, 1672), pp. 77-114⁸³. E, segundo Irene Pih, a *Histoire de la Chine sous la domination des Tartares* do jesuíta A. Greslon, publicada em Paris em 1671, reproduz abreviadamente o texto de códice manuscrito, conservado na Biblioteca Nacional de Paris, cujo teor é, em grande parte, uma cópia textual das cartas de Gabriel Magalhães, relativas aos momentos difíceis vividos pelos jesuítas de Pequim, na sequência da publicação dos livros de Yang Guang-xian contra a religião cristã⁸⁴.

Outro exemplo encontra-se na carta ânua do jesuíta José Soares relatando os obstáculos enfrentados pelos missionários da China até à publicação do édito de tolerância de 1692 e o modo como este édito foi aplicado. Esta carta, na sua versão latina, *Libertas evangelium Christi annunciandi et propagandi in imperio Sinarum*, foi ter às mãos de Leibniz que a publicou na primeira edição da sua *Novissima Sínica* (1697). Sob título *La Libertad de la ley de Dios en el Imperio de la China*, conheceu, em 1696, três edições em língua castelhana, duas saídas em Valencia e uma em Lisboa, com base na tradução feita por Juan de Espinola a partir da versão portuguesa⁸⁵.

Se as narrativas dos missionários tiveram projecção editorial, em parte graças à rede de comunicação internacional dinamizada pelos jesuítas, o mesmo não pode afirmar-se das relações que cobrem sucessos político-diplomáticos. Essas permaneceram inéditas praticamente até aos nossos dias. Referimo-nos, sobretudo, àquelas que relatam as embaixadas e missões diplomáticas portuguesas à China, nos anos de 1667 a 1752, período classificado por J. de Deus Ramos como “o período das embaixadas”⁸⁶. E, no entanto, algumas delas mereceram por parte dos cronistas narrativas bem aliciantes, recheadas de peripécias e de pormenores pitorescos sobre cerimoniais, indumentárias e complicados processos de negociação, como:

- a *Breve Relação da jornada que fez à corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador*

83 Cf. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, vol. II, p. 316.

84 Cf. Irene Pih, *ob. cit.*, p. 173, nota 17.

85 Veja-se Donald Lach, *ob. cit.*, p. 363.

86 “A missão do Padre Francisco Cardoso, S.J., enviado do Vice-Rei da Índia ao Imperador Kang-hi (1709-1711)”, in *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente – Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. A. Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Macau-Lisboa, 1993, p. 83.

da China, e Tartaria, escrita pelo jesuíta Francisco Pimentel que, como capelão, acompanhou a embaixada (1667-1670) de Manuel Saldanha ao imperador Kang-hi, desde Cantão a Pequim e seu regresso a Macau⁸⁷;

- a *Relação da embaixada que ElRey Dom João V mandou, no ano de 1725, ao Imperador da Tartaria e China, que era Yum-chim...*, escrita pelo padre Francisco Xavier da Rua, secretário dos negócios da embaixada⁸⁸, e a *Abreviada relação da Embaixada que a Serenissima Magestade do Senhor Dom João V Rei de Portugal mandou ao Imperador da China e Tartária Yum Chin pelo seu Embaixador Alexandre Metello de Sousa Menezes*⁸⁹, ambas narrando a embaixada (1725-1728) de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses ao imperador Yongzheng. Já a embaixada (1752-1753) de Francisco Xavier Assis Pacheco de Sampaio ao imperador Qianlong, narrada no *Relatório de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio a El-Rei D. José I, dando conta dos sucessos da Embaixada a que fora mandado á Corte de Pequim no anno de 1752*⁹⁰, teve mais honras da imprensa portuguesa, talvez por ter coincidido com o limiar da passagem do “tempo da cortesia” para o “tempo da soberania”, segundo a caracterização das fases de relacionamento luso-chinês avançada por Jorge M. Santos Alves⁹¹. Dela trata alguma literatura ao tempo publicada em Lisboa:
- dois folhetos, atribuídos, por Francisco Inocêncio da Silva, a José Freire de Montarroio Mascarenhas: *Notícia da viagem, que fez do rio de Lisboa na nau Europa a 23 de Fevereiro de 1752 até a praça de Macau, o Doutor Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio...* (Lisboa, Pedro Ferreira, 1753) e *Relação da jornada que fez no imperio da China, e summaria noticia da embaixada que deu na Corte de PeKim em o 1.º de Maio de 1753 o sr. Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio [...]* *Escripta a um padre da Companhia de Jesus assistente em Lisboa, pelo*

87 Esta *Breve relação* foi publicada, com introdução, notas e outros documentos relativos à embaixada, por C. R. Boxer e J. M. Braga; Macau, Imprensa Nacional, 1942.

88 Pub. Júdice Biker, *Collecção de Tratados...*, vol. VI (Lisboa, Imprensa Nacional, 1885), pp. 60-172.

89 Pub. por Júdice Biker na compilação *Memória sobre o estabelecimento de Macau escripta pelo Visconde de Santarém*, pp. 33-54 (Lisboa, 1879).

90 Idem, *ibidem*, pp. pp. 55-108.

91 Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um porto entre dois impérios. Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas* (Macau, Instituto Português do Oriente, 1999), cap. 1 – “Natureza do primeiro ciclo de diplomacia luso-chinesa (séculos XVI a XVIII)”

reverendo padre Neuvalhe francez da mesma Companhia, assistente no seu collegio de Macau (Lisboa, herdeiros de António Pedroso Galvão, 1754)⁹²;

- uma *Noticia admiravel e curiosa relação do grande imperio da China, referindo a despedida que no mesmo imperio fez o embaixador portu-guez que chegou a esta cidade em 1 de Setembro de 1755* (Lisboa, Of. Domingos Rodrigues, 1755).

Provavelmente, insere-se já numa nova estratégia de intervenção diplomática portuguesa na China a publicação, saída em Lisboa dos prelos da oficina de Pedro Ferreira, em 1762, precisamente no ano em que os jesuítas foram expulsos de Macau, intitulada *Relação curiosa das grandezas do Reino da China, notícia da sua situação, fortalezas, rios e logares notáveis*⁹³.

Referência especial merecem, as obras impressas xilograficamente. Charles Boxer, baseado no trabalho de Henri Cordier (*L’Imprimerie Sino-Européenne en Chine*, Paris, 1901), recensou onze títulos de livros, parcial ou totalmente escritos em línguas europeias, impressos segundo as técnicas chinesas durante este período⁹⁴. São raros os exemplares hoje conhecidos de cada uma destas impressões, localizados graças aos esforços de Charles Boxer, posteriormente complementados por J. M. Braga⁹⁵. Na sua quase totalidade, são obras de cariz religioso, publicadas pelas missões jesuíticas da China, num período cronologicamente situado entre 1662 e 1712, e dirigidas fundamentalmente a um público religioso e erudito. Sirvam de exemplo, a *Sapientia Sinica* (Kienchang, 1662), da autoria dos jesuítas Inácio da Costa (português) e de Prospero Intorcetta (italiano) e *Sinarum Scientia Politico-Moralis* (publicação iniciada em Cantão, em 1667, e concluída em Goa, 1669), da autoria do mesmo P. Intorcetta, assim como a *Epistola P. Ferdinandi Verbiest*, datada de 15 de Agosto de 1678 (Pequim,

92 Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, vol. IV, p. 352.

93 Cf. Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, vol. XVIII, p. 170. Não tivemos possibilidade de compulsar esta *Relação*, razão pela qual não sabemos até que ponto ela contraria ou não as “versões” jesuíticas da China.

94 C. Boxer, “Some Sino-European xylographic works, 1662-1718”, *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, ano 1947 (Londres, 1947), partes 3 e 4, pp. 199-215.

95 Cf. artigo de C. Boxer citado na nota anterior e artigo de J. M. Braga, “The beginnings of printing at Macao”, publicado na revista *Studia*, n.º 12, Julho de 1963 (Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963), pp. 29-142 (para a lista dos arquivos e bibliotecas onde se encontram os exemplares, ver “Appendix II”, pp. 126-131).

1678) e as obras colectivas ou anónimas, intituladas *Relatio Sepultvrae Magno Orientis Apostolo S. Francisco Xaviero...* (Pequim?, 1700), *Brevis relatio eoru, spectant ad Declarationem Sinaru Imperatoris Kam Hi circa Caeli, Comfucij, et Auoru cultu, dalam anno 1700* (Pequim, 1701 e Cantão, 1702) e *Informatio pro Veritate contra iniquiorem famam sprasan per Sinas cum calumnia in PP. Soc. Jesu...* (Pequim, 1718). A única obra de autoria não jesuítica integra-se também no que se poderá considerar um instrumento de evangelização: a *Arte de la Lengua Mandarina* (Cantão, 1703), baseada no trabalho de frei Francisco Varo, O.P. (Foochow, 1682), “acrescentada e reduzida a maior forma” por frei Pedro de la Pinuela, O.F.M. e complementada por um “Confessionário”.

Dos onze títulos relevados por Charles Boxer, cumpre destacar quatro que, quer pelas autorias quer pela língua em que foram publicados, mais se preendem com a produção letrada portuguesa.

A *Innocentia Victrix sive Sententia Comitiorum Imperij Sinici pro Innocentia Christianae Religionis Lata Juridice per Annum 1669*, obra bilingue (latim e chinês), escrita pelo jesuíta António Gouveia, na sequência da sentença com a qual o imperador Kang-hi pôs termo à perseguição geral de 1665-1669, publicada em 1671, em Cantão.

Dois livros cuja publicação parece relacionar-se com a missão a Pequim do legado papal Charles Maillard de Tournon⁹⁶, no quadro da controvérsia em torno da Questão dos Ritos sínicos:

- O primeiro, intitulado *Exemplar Epistolae* por Charles Boxer, é uma colectânea de seis cartas, compilada a partir de originais portugueses. Foi impressa em Pequim, entre 1704-1705, pouco antes da chegada do legado papal a esta cidade. Os textos publicados datam de 1669-1670, período de acesa polémica entre o dominicano espanhol Domingos Fernandez Navarrete e o jesuíta português António Gouveia, então Vice-província da missão da China. Além das tomadas de posição dos dois protagonistas, alinham-se testemunhos de um dominicano, de um agostinho e de um cidadão de Macau. Todos em defesa das práticas missionárias dos jesuítas.

96 Designado como Comissário e Visitador Apostólico e legado *a latere* na China, em 1702, pelo papa Clemente XI, C. M. Tournon, Patriarca de Antióquia, chegou a Macau, em 1705. Depois da sua desastrosa missão em Pequim, veio a falecer em Macau, em 1710.

As quatro primeiras peças desta colectânea (duas cartas de Navarrete a António Gouveia, a primeira datada de 1669 e a segunda copiando algumas das decisões tomadas na assembleia de Hangchow, em 1643; uma carta de António Gouveia a Navarrete, respondendo às duas missivas anteriores; e uma carta, datada de 1669, do dominicano Domingo de S. Pedro, também chamado Sarpertri, dirigida a António Gouveia) já haviam sido publicadas, em tradução francesa, por Charles le Gobien, S. J., na obra *Histoire de l'Edit de l'Empereur de la Chine, en faveur de la Religion Chrétienne* (Paris, 1698). Quanto às duas últimas peças (cartas do agostinho Miguel do Anjos, governador do bispado de Macau, e do cidadão macaense Vasco Barbosa de Melo, vereador do Senado, ambas atacando Navarrete e dirigidas a António Gouveia, datadas de cerca de 1670) foram pela primeira vez publicadas nesta recolha de *Exemplar Epistolae*⁹⁷.

- O segundo foi escrito depois da morte do legado Tournon em Macau. Trata-se de uma obra, escrita por Felix Leal de Castro, “doutor em Direito Cesáreo e assistente muitos anos na cidade de Macau”⁹⁸, intitulada *Relacion sincera, y verdadera De la justa defension De las regalias, y privilegios de la Corona de Portugal En la Ciudad de Macao*, publicada em Heungshan, em 1712. Como o próprio título indica, é um texto em defesa dos direitos do Padroado Português que, segundo C. Boxer, teria sido impresso com o patrocínio das autoridades de Macau⁹⁹.

Por último, neste conjunto de títulos impressos segundo a técnica xilográfica chinesa, temos uma obra singular, intitulada *Jornada, que o senhor Antonio de Albuquerque Coelho Governador, e Capitam Geral da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, Fes de Goa athe chegar a ditta Cidade. Dividida em duas partes*, publicada em Heungshan ou em Macau, em 1718. Uma curiosa relação da acidentada viagem de António de Albuquerque, desde que, nomeado

97 O único exemplar conhecido desta colectânea era propriedade de Charles Boxer que a editou, em *facsimile*, no ensaio histórico, intitulado *A propósito dum livrinho xilográfico dos jesuítas de Pequim* (Macau, Imprensa Nacional, 1947), do qual colhemos o substancial da informação.

98 Cf. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, vol. II, p. 6.

99 Cf. José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica* (Macau, 1988), vol. II, p. 75, nota 2.

governador de Macau, partiu de Goa, em 30 de Maio de 1717, até a sua chegada à cidade do Nome de Deus um ano depois. O seu autor, João Tavares de Velez Guerreiro, também com destino a Macau onde ia servir como capitão da guarnição da Fortaleza da Barra, fez a viagem com o governador.

Nascido no Brasil (Maranhão), provavelmente em 1682, filho ilegítimo de pai português e mãe brasileira (com ascendentes ameríndios, africanos e portugueses), António de Albuquerque Coelho emigrou para o Oriente em 1700 e morreu em Goa, cerca de 1745. O seu percurso em terras asiáticas ficou indelevelmente ligado ao Extremo Oriente. Além do seu rocambolesco casamento com a macaense, Maria de Moura, foi vereador do Leal Senado, governador de Macau (1718 a 1720) e de Timor (1722 a 1725).¹⁰⁰

A narrativa da odisseia de Albuquerque Coelho, acompanhado de um punhado de homens, estrutura-se em duas partes. Na primeira, é relatada a viagem terrestre, desde Goa até Madrasta, com complicadas travessias de rios e das montanhas dos Gates. Na segunda, a viagem marítima, também ela cheia de peripécias, entre as quais uma longa estadia no rio de Johor, onde Albuquerque Coelho se demorou cerca de sete meses e meio, intervindo activamente nas lutas pela posse do poder do sultanato local.

Quinze anos após a edição com técnica xilográfica, a *Jornada* de Albuquerque Coelho foi publicada em Lisboa pela Oficina de Música¹⁰¹.

4. Da preservação dos arquivos à emergência de uma memória de Macau

No decreto régio de 1720 através do qual foi criada a Academia Real da História, consignava-se que, para esta instituição concretizar o projecto de elaboração de uma História de Portugal e das suas Conquistas, os responsáveis dos arquivos

100 Para a biografia de Albuquerque Coelho, além do capítulo “O Governador mutilado” inserto na obra *Fidalgos no Extremo Oriente* de C. Boxer (Macau, Fundação Oriente / Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990), pp. 205-226, ver o mais recente estudo biográfico a ele dedicado *Percorrendo o Oriente – A vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*, da autoria de Paulo Miguel Martins (Lisboa, Livros Horizonte, 1998).

101 Tendo por base a impressão segundo técnicas chinesas, J. F. Marques Pereira editou esta obra, em Lisboa, 1905 (reedição, 1935).

portugueses deveriam prestar colaboração, participando à Academia “todos os papéis, que deles se pedirem, comunicando-lhe os catálogos dos mesmos Arquivos e Cartórios”¹⁰². Dando seguimento a estas disposições, foram associadas à Academia da História pessoas que, embora vivendo fora de Lisboa, com ela colaboravam, dando-lhe informações sobre fundos documentais. Eram os chamados “académicos das províncias”. Paralelamente, a Academia Real da História dinamizou um programa de recolha de materiais, através do qual procurou concentrar em Lisboa cópias dos documentos mais importantes conservados nos cartórios e arquivos dos territórios ultramarinos. Para esse efeito, foram enviados questionários aos governadores, bispos e Conselhos Municipais com o objectivo de recolher informação sobre materiais existentes nos arquivos, e monumentos de interesse histórico e arqueológico¹⁰³.

Inicialmente, a Academia de História parece não ter estabelecido contactos directos com Macau, como se depreende das diligências feitas em Goa, junto do vice-rei e do provincial dos franciscanos, para obter cópias da *Floresta Franciscana*, manuscrito em três tomos que se conservava no Convento de Santa Clara de Macau¹⁰⁴.

Obra da autoria da franciscana Maria Madalena de la Cruz, concluída cerca de 1640, da qual se conserva cópia (349 ff. in folio) na Biblioteca Nacional de Madrid (Mss. 19405), com o seguinte título *Floresta franciscana, De Illustraciones celestiales cogidas al hilo de la Oracion...* por la venerable..., religiosa de santa Clara, hija de su monasterio de la Cruz en la Provincia de Castilla y Fundadora de las Descalzas de Manila y Macan en el Asia, dispuesto y anotado por el Venerable P. e iluminado varon fr. Antonio de Sta Maria confessor desta sierva de Dios.¹⁰⁵

No entanto, a partir de 1742, esse contacto foi conseguido, através da colaboração do recém-nomeado bispo de Macau, D. frei Hilário de Santa Rosa, e de dois religiosos com ele embarcados para esta cidade: o franciscano José de Jesus Maria e o jesuíta José Montanha.

102 Cf. texto do decreto transcrito por J. Veríssimo Serrão, *Historiografia Portuguesa*, vol. III (Lisboa, Verbo, 1974), p. 63.

103 Cf. Charles Boxer, *O Império Colonial Português* (Lisboa, Edições 70, 1969), p. 398.

104 Cf. J. Franz Schutte, “El ‘Archivo del Japon’”, *Archivo Documental Español*, Madrid, Real Academia de la Historia, tomo XX, 1964, p. 39.

105 Cf. Pascale Girard, *ob. cit.*, p. 478.

As relações de D. frei Hilário de Santa Rosa e de frei José de Jesus Maria, ambos franciscanos arrábidos, com a Academia da História datam de antes da partida para Macau; é bem provável que o objectivo da viagem do segundo tivesse sido mesmo fazer pesquisa para a Academia, recenseando documentos de arquivo, lápides e inscrições nesta cidade. Assim o deixa entender a carta em que, logo um ano depois, D. Frei Hilário de Santa Rosa envia a D. António Caetano de Sousa, acompanhada de relatório de frei José de Jesus sobre o trabalho realizado no cartório eclesiástico e no arquivo do Leal Senado. Vale a pena transcrever a notícia por este dada sobre o estado em que encontrou os referidos arquivos:

[...] porque vendo eu e papeleando os cartórios eclesiástico e secular com trabalho grande, me escandalizou com excesso o pouco cuidado que tiveram os escrivães de uma e outra Câmara em não mandar copiar a tempo ao menos os principais livros, porque todos se acham ilegíveis, comidos do bicho, podres e desbaratados.¹⁰⁶

Desse labor desenvolvido por frei José de Jesus Maria, desde a data da sua chegada a Macau, em finais de 1742, até 1745, abundam também notícias na *Ásia Sínica e Japónica*, obra que, durante o mesmo período, compôs com base em informação colhida nos referidos arquivos¹⁰⁷.

Quanto à colaboração do jesuíta José Montanha com a Academia da História, ela parece ter resultado do empenhamento dos dois frades arrábidos que, provavelmente durante a longa viagem de Lisboa para Macau, o teriam convencido da importância da iniciativa. Seja como for, uma certeza há: o jesuíta, uma vez em Macau, dinamizou um intenso trabalho de transcrição dos documentos conservados no colégio do São Paulo. Nesta tarefa foi coadjuvado por um outro jesuíta, o irmão João Álvares, ambos coordenando uma equipa de copistas, oscilando entre os sete a dez amanuenses¹⁰⁸.

106 “Relação” de frei José de Jesus Maria, anexa a carta de frei Hilário de Santa Rosa, datada de Macau, 29 de Dezembro de 1743 (BNP, cód. 178, ff. 54-55v), excerto publicado J. F. Schutte, *art. cit.*, p. 40.

107 Cf. José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, edição anotada por Charles R. Boxer, Macau, Instituto Cultural de Macau / Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, vol. I, pp. 125, 214-215, 238 e 154 e vol. II, pp. 80-82, 90, 115, 120, 178, 211 e 216.

108 O irmão João Álvares, em carta datada de 28 de Abril de 1745, refere sete amanuenses; no final deste mesmo ano, em carta escrita em 23 de Dezembro, frei José de Jesus Maria menciona oito a dez copistas (cf. J.F. Schutte, *art. cit.*, p. 42, nota 10).

Georg Schurhammer, que estudou algumas das cópias hoje conservadas na colecção “Jesuítas na Ásia” da Biblioteca da Ajuda, concluiu serem estes amanuenses mestiços luso-chineses, com base nos seguintes sinais: “Na medida em que pudemos conferir textos, achámo-los em geral fiéis, mas às vezes defeituosos no pormenor, dado que os copistas nem sempre eram capazes de entender ou decifrar correctamente o seu original; ou, então, devido à pressa com que foi copiado este imenso material, uma vez por outra passavam por cima de uma palavra ou de uma frase.”¹⁰⁹

A partir de 1745, quando José Montanha foi destacado para as missões do Sião, João Álvares ficou como único coordenador deste trabalho. E, pelas medidas então tomadas, pode afirmar-se ter actuado já não tanto como um colaborador da Academia Real da História, mas como se de um verdadeiro arquivista do acervo jesuítico do Extremo Oriente se tratasse: I) passou a remeter as cópias dos manuscritos, se não todas, pelo menos as mais importantes, para a Procuradoria jesuítica do Japão em Lisboa, tendo o cuidado de, naquelas que reproduziam obras mais valiosas, anotar “Este livro se deve conservar na Procuratura da Província de Japão em Lisboa [...] A Procuratura da Província de Japão não poderá emprestar este Livro senão dar traslado dele quando necessário seja...”; II) envidou esforços no sentido de concentrar, no arquivo do Colégio de São Paulo, originais ou cópias da documentação dispersa pelos vários cartórios das missões jesuíticas no Extremo Oriente, designadamente a de Pequim; III) providenciou, sensivelmente a partir de 1750, medidas para salvaguardar os textos dos originais mais deteriorados, deles mandando fazer segundas cópias, de segurança, a fim de ficarem guardadas no mesmo arquivo.

O acervo conservado no colégio de São Paulo ficou conhecido pela designação de “Arquivo do Japão”. Nesta altura, integrava documentação relativa à história dos jesuítas no Japão (missão donde se pensa que, desde finais do séc. XVI, começaram a ser trasladados materiais para Macau), Tonquim, Cochinchina, Cambodja, Laos, Sião, Macassar, Malaca, China e Macau; os inventários, posteriormente elaborados deste arquivo revelaram que os manuscritos mais antigos datavam dos últimos três decénios do séc. XVI.¹¹⁰

109 Georg Schurhammer, “Die Schätze der Jesuitenarchive in Makao und Peking”, *Orientalia* (Roma-Lisboa, 1963), p. 5. Tradução colhida in “Introdução” de Horácio P. Araújo à *Ásia Extrema* de António Gouveia, Livro I, ed. cit., p. 125, nota 20.

110 Sobre a história deste arquivo, ver J. F. Schutte, art. cit., pp. 29-37.

As cópias, quer dos arquivos eclesiástico e secular quer do “arquivo do Japão” do colégio de São Paulo, enviadas para a Academia de História encontram-se hoje dispersas em bibliotecas e arquivos portugueses, designadamente na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Histórico Ultramarino. Quanto àquelas que foram remetidas directamente para a Procuradoria do Japão, constituem hoje a parte mais significativa dos sessenta e um volumes da colecção “Jesuítas na Ásia”, conservada na Biblioteca Nacional da Ajuda.

Estas cópias ficaram inicialmente depositadas no colégio jesuítico de Santo Antão de Lisboa. Todavia, quando foi executado o decreto-real de 19 de Janeiro de 1759, promulgando a confiscação dos bens dos jesuítas, tudo leva a crer terem passado para a Livraria do Paço da Ajuda. Em 1807, quando a Corte portuguesa se transferiu para o Brasil, muitas destas cópias, possivelmente as que reproduziam as peças mais valiosas, seguiram o mesmo destino. Em 1821, voltaram novamente para Lisboa e foram integradas na Biblioteca Real, então a funcionar num edifício contíguo ao Palácio Velho da Ajuda. Só em 1880, foram ocupar as instalações dedicadas a esta Biblioteca no novo Palácio da Ajuda.¹¹¹

Merece a pena seguir os destinos dos originais e segundas cópias do “arquivo do Japão” do Colégio de São Paulo, tão zelosamente preservados pelo jesuíta João Álvares, na medida em que eles explicam muitas de dificuldades e até perplexidades enfrentadas pelos estudiosos destes temas. Curiosamente, a maior parte desses manuscritos chegou também à Europa, mais precisamente a Madrid, mas por caminhos diametralmente opostos.

Quando chegaram a Macau as notícias de que as medidas pombalinas contra a Companhia de Jesus começavam a ser também aplicadas na Índia, João Álvares decidiu salvar o acervo documental do arresto do Estado. Para o efeito e depois de estabelecidos contactos com os jesuítas de Manila, embalou os manuscritos (originais e segundas cópias), assim como três impressos, e despachou-os, em Março de 1761, para o colégio jesuítico de Santo Ildefonso, situado na povoação de Santa Cruz, nas imediações de

111 Sobre este percurso das cópias do “arquivo do Japão” remetidas para Lisboa, ver Rafaella D’Intino, “Introdução” à *Enformação das Cousas da China. Textos do séc. XVI* (Lisboa, IN/CM, 1989) e Horácio P. Araújo, “Introdução” à *Ásia Extrema* de António Gouveia, livro I (Lisboa, Fundação Oriente, 1995).

Manila. Não se ficaram por aqui as andanças deste acervo. Cerca de oito anos depois, aplicava-se também nas Filipinas o decreto de Carlos III de Espanha ordenando a expulsão dos jesuítas e a confiscação dos seus bens. Na sequência das medidas então tomadas, o “arquivo do Japão” passou pelas mãos de três ouvidores tendo feito cada um deles um inventário do mesmo. Graças a estes inventários, ficou-se a saber que, além dos manuscritos originais, João Álvares remetera também para as Filipinas 85 cópias dos mesmos. Tal facto, naturalmente, facilitou muito o trabalho das pessoas encarregadas pelo conde de Aranda, de copiar os originais antes de os enviarem para Madrid. Estes, já com outra arrumação, foram remetidos para a capital espanhola, em Janeiro de 1773, perfazendo um total de sessenta e dois “cadernos” cujo conteúdo é discriminado na informação que os acompanhava: “los 59 primeros Quadernos, com 18 Libros sueltos que les acompañan, corresponden, según se expresa en sus respectivos pliegos e cuiertas, a los 85 tomos comprendidos de ocupación e Inventario del Archivo del Japón [...] y los tres restantes son duplicados de varios papeles de los que quedan en dicho Archivo”.¹¹²

As vicissitudes por que passou o “arquivo do Japão”, de Macau até Madrid, explicam a dispersão do remanescente dos seus originais pelos arquivos desta cidade, designadamente nas seguintes instituições: Real Academia de la Historia (o principal acervo), Archivo Histórico Nacional e Biblioteca Nacional¹¹³.

* * *

Se os objectivos subjacentes à dinâmica de preservação e catalogação de arquivos, levada a cabo pela Academia Real da História, não foram alcançados, pois a projectada *História de Portugal e das suas Conquistas* não chegou a ser

112 Citação colhida em J.F. Schutte, art. cit., p. 148.

113 Para a elaboração deste breve historial da preservação dos arquivos de Macau servimo-nos dos seguintes trabalhos fundamentais de J. F Schutte, “Joseph Montanha’s ‘Apparatos’ und die Abschrift des Fernost-Archivs S.J. im Rahmen der Initiative der Academia Real da História Portuguesa, AHSI, vol. XXI (Roma, 1962), pp. 225-263 e “El ‘Archivo del Japon’”, *Archivo Documental Español*, Madrid, Real Academia de la Historia, tomo XX, 1964, pp. 12-152; e ainda do artigo de Georg Schhurhammer, “Die Schätze der Jesuitenarchive in Makao und Peking”, *Orientalia* (Roma-Lisboa, 1963), p. 3-11, e da “Introdução” de Horácio P. Araújo à *Ásia Extrema* de António Gouveia, Livro I, ed. cit., designadamente pp. 118-130.

elaborada, eles permitiram outros resultados não menos dignos de mérito. Os esforços de levantamento de fontes levado a cabo em várias regiões do país e dos territórios ultramarinos contribuíram para despertar o interesse pela história regional e local, uma das correntes historiográficas dominantes no séc. XVIII¹¹⁴. Nesta linha de orientação, o caso de Macau é exemplar, pois devem-se precisamente aos correspondentes da Academia da História neste território, as primeiras tentativas de fixação de uma memória autónoma da história da cidade. O jesuíta José Montanha, com base nas fontes que manuseou no “arquivo do Japão” do Colégio de São Paulo, compilou os *Apparatos para a Historia Ecclesiastica do Bispado de Macao*, obra escrita entre 1745 e 1752¹¹⁵. O frade arrábido José de Jesus Maria, durante os escassos quatro anos que trabalhou nos cartórios eclesiástico e do Leal Senado, elaborou a *Asia Sinica, e Japonica*, obra concluída em 1745.

Na linha do trabalho desenvolvido por estes dois religiosos, já o jesuíta Luís da Gama havia redigido, na segunda metade do séc. XVII, uns apontamentos sobre período restrito da história de Macau: uma sequência cronológica de sucessos relativos a um dos tempos mais conturbados das relações da cidade com a China, de 1661 a 1671¹¹⁶. É bem provável que outros apontamentos deste tipo tivessem sido alinhavados, e que tivessem estado na base de compilação similar, ordenada nos finais do séc. XVIII, sob título “Colecção de vários factos acontecidos nesta mui nobre cidade de Macao pelo decurso dos anos”¹¹⁷. Esta obra, embora com algumas lacunas, enumera efemérides da História de Macau,

114 Cf. J. Veríssimo Serrão, *Historiografia Portuguesa*, vol. III, p. 133.

115 Parcialmente publicada no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 1938-1939.

116 Estes apontamentos foram publicados, por João Feliciano Marques Pereira, na revista *Ta-ssi-yang-kuo – Arquivos e Anais do Extremo Oriente* (série, vols. I-II, 1889-1900), sob título “Uma ressurreição histórica (páginas inéditas d’um visitador dos jesuítas)”, a partir de cópia feita em 1774 sobre original que se encontrava entre “uns papéis velhos que ficaram desprezados no Colégio de S. Paulo”. O manuscrito, que ao tempo era propriedade do editor, encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 9447 (cf. “Macau – Letras e Artes, do séc. XVI ao século XX”, catálogo policopiado de exposição realizada de 27 de Junho a 27 de Julho de 1979, p. 2)

117 António Feliciano Marques Pereira possuía duas cópias manuscritas desta colecção que largamente utilizou para escrever as *Ephemerides commemorativas da historia de Macau* (Macau, José da Silva, 1868). A “Colecção de vários factos...” foi publicada por Jack M. Braga, sob título *A voz do passado* (Macau, ed. do Boletim Eclesiástico da Diocese, 1964). Sobre as cópias conhecidas e controvérsia em torno do autor desta compilação, ver Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa, *D. Joaquim de Sousa Saraiva: a contribuição para a História de Macau*, dissertação de mestrado em Estudos Luso-Asiáticos – variante História; Universidade de Macau, 1994 (texto policopiado), especialmente pp. 29-36.

desde 1553 a 1748. Há uma evidente complementaridade entre estas duas séries, pois os apontamentos de Luís da Gama preenchem só parcialmente um dos grandes vazios da “Colecção de vários factos...”, correspondente ao período situado entre 1644 a 1748.

Deste conjunto de esforços de ordenamento da memória de Macau, sobressai a obra de frei José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, cujo subtítulo “Macao conseguido, e perseguido” exprime de forma mais adequada o seu conteúdo.

A *Ásia Sínica e Japónica* estrutura-se em dez livros, acrescidos de um “apêndice” sobre o estado do Império da China e de Macau ao tempo que José de Jesus Maria concluiu o seu trabalho, ou seja, 1745. Nos três primeiros livros, é apresentada panorâmica da difusão do cristianismo na Ásia, processo onde se realça e entrada dos portugueses em cena até à sua fixação em Macau; nela se integra uma descrição do Império do Meio. O quarto livro versa história eclesiástica, numa perspectiva centrada em Macau e nas missões na China (bulas papais, catálogos de bispos e de missionários etc.), deduzindo-se ter sido escrito com base nos materiais compulsados no arquivo eclesiástico da cidade. A partir do quinto livro, a narrativa é manifestamente uma história de Macau, elaborada a partir de documentação do arquivo do Senado, e portanto mais profana que religiosa. Exceptua-se um livro – o sétimo – dedicado ao “Japão descoberto e encoberto”, em última análise, também ele subsidiário da história de Macau, pois trata-se de um “encaixe” decorrente do envio da embaixada macaense ao Japão de 1647.¹¹⁸

Nesta obra, que pretende ser uma História geral do Extremo Oriente, sob o ponto vista português e eclesiástico¹¹⁹, desgarra-se, na segunda parte, uma crónica de Macau, composta a partir materiais conservados no arquivo do Leal

118 A publicação desta obra foi iniciada por João Feliciano Marques Pereira, em vários números da revista *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, de 1899 a 1933, não passou, todavia, das primeiras 83 páginas do manuscrito. Mais tarde, Charles Boxer publicou todo o volume I no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (1939-1941). José Maria Braga deu início à publicação da primeira parte do II volume na revista *Renascimento*, volume este que viria a ser publicado na íntegra pela Imprensa de Macau, em 1950. Em 1988, o Instituto Cultural de Macau e o Centro de Estudos Marítimos de Macau, reeditaram em *facsimile* o texto na íntegra.

119 Assim caracteriza esta obra Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*, ed. cit., p. 290.

Senado. Nela, José de Jesus Maria, ultrapassando a mera arrumação cronológica de notícias, estrutura a narrativa em função do que ele considerava terem sido os ritmos mais marcantes da história da colónia portuguesa. A sequência dos títulos dos livros exclusivamente dedicados à cidade é esclarecedora: “Macau conseguido”, “Macau enobrecido e aumentado”, “Toma Macau novos alentos com o Fénix da Lusitana renascido”, “Macau atemorizado”, “Macau já felicitado, mas perigoso” e “Macau novamente por outros princípios perturbado”.

Os quatro anos de trabalho realizado no arquivo do Leal Senado deram a frei José de Jesus Maria acesso a documentos, que transcreveu parcialmente ou incorporou em versão integral na *Ásia Sínica e Japónica*. O posterior desaparecimento de muitos desses documentos teria bastado para afirmar a sua obra como uma importante fonte histórica. Mas essa importância reforça-se ainda quando, nos livros finais, cuja informação de arquivo é complementada por recolhas orais e pelo seu próprio testemunho, o frade arrábido, numa escrita pitoresca e cortante, consegue dar uma visão bastante realista da vida de Macau, no seu atribulado quotidiano, nas suas extensões marítimas e nos seus complicados jogos de relacionamento com o Império do Meio.

Ao mesmo tempo que frei José de Jesus escrevia a *Ásia Sínica e Japónica*, Ian Kuong Iam e Tcheong Û Lam, dois funcionários administrativos chineses com percursos ligados a Macau, compunham um outro livro sobre a cidade, intitulado *Ou-Mun Kei-Leok* (na tradução portuguesa, “Monografia de Macau”). Esta monografia, tal como a sua equivalente portuguesa, foi elaborada a partir de documentação, em grande parte hoje desaparecida, e de observações e recolhas feitas *in loco*.

Em duas partes se estrutura o *Ou-Mun Kei-Leok*, que, além de ilustrado com vinte e uma gravuras, integra poemas da autoria de vários poetas chineses sobre os temas tratados. Na primeira, intitulada “Aspectos gerais”, faz-se um enquadramento geográfico e histórico de Macau; na segunda, intitulada, “Estrangeiros em Macau”, faz-se uma pormenorizada descrição da cidade, das suas gentes, instituições e costumes. Na parte final, incorpora um pequeno vocabulário sino-macaense.¹²⁰

120 Escrita em 1745-1746, esta obra foi pela primeira vez publicada em 1751 e foi objecto de muitas edições na China. A primeira edição em língua portuguesa, com tradução de Luís Gonzaga Gomes, foi publicada em Macau, em 1950, pela Imprensa Nacional (reed. pela Quinzena de Macau, em 1979). Para informação sobre os autores, trabalho realizado e edições chinesas, ver Charles R. Boxer, *ob. cit.* na nota anterior, pp. 288-290 e

Nestas duas crônicas de Macau, escritas quase em simultâneo, consignam-se versões históricas e visões da cidade, a portuguesa e a chinesa, visões que, em certa medida, se contrapõem. Há, no entanto, nas duas leituras, afinidades no modo de olhar a cidade, pois, tanto o arrábido português como os funcionários chineses, a observam como quem está ou se sente estar de fora.

Para Ian Kuong Iam e Tcheong Û Lam, Macau é uma cidade chinesa habitada por “bárbaros” estrangeiros e chineses “barbarizados”:

Em Macau, vivem misturados bárbaros de diversas raças, e existem maus chineses que entraram na sua religião, além de existirem indivíduos perseguidos pela lei que se escondem entre eles...¹²¹

Para frei José de Jesus Maria, Macau é uma cidade portuguesa degenerada, “infeccionada”, na sua expressão, por hábitos asiáticos, pelo que remata a sua obra com o seguinte desabafo:

[...] peço aos leitores de Macau que se não escandalizem, e eu me sujeitarei de muito boamente por castigo que, para a cidade de Lisboa em que nasci, diligenciem o meu retiro desta de Macau, em que com justa razão, eu mesmo me reputo de degredado.¹²²

Em suma, embora sob perspectivas diferentes, ambos são olhares estranhos à cidade que, cruzando-se, testemunham a sua peculiar natureza, nos meados do séc. XVIII. Não sendo totalmente portuguesa, a cidade também não era totalmente asiática. Era Macau.

Zhao Chun Chen, “Monografia de Macau e suas notas”, *Revista de Cultura* do Instituto Cultural de Macau, n.º 19 (II série), pp. 95-101.

121 Cf. *Ou-Mun Kei-Leok – Monografia de Macau* (Macau, 1979), p. 124.

122 *Ásia Sínica e Japónica* (Macau, 1988), vol. II, p. 240.

V.

EM REDOR DE
DIOGO DO COUTO

17. Camões e Couto – paralelismos e cruzamentos

A história da literatura portuguesa tem recorrentemente associado Luís de Camões (1524/25-1580) e Diogo do Couto (1542-1616) com base em alguns dos paralelismos, cruzamentos e complementaridades que ligaram as suas vidas e obras.

Sob o título “Camões e Diogo do Couto: Irmãos em Armas e nas Letras”, publicado aquando do quarto centenário da primeira edição d’*Os Lusíadas*, Charles R. Boxer, revisitando os argumentos onde assenta a associação estabelecida entre os dois autores, releva a importância de terem tido um biógrafo comum, o polígrafo setecentista Manuel Severim de Faria (1583-1655) que incluiu as vidas de ambos, nos seus *Discursos vários políticos* (Évora, 1624), obra utilizada como ponto de partida por todos os posteriores biógrafos.

Retomando o estudo de Boxer, em 1979, António Coimbra Martins, no artigo “Camões et Couto”, veio apontar as flagrantes reminiscências d’*Os Lusíadas* na obra de Couto, sublinhando o facto de elas crescerem em frequência à medida que cresce a reputação do poeta, e conclui ser essencial saber, para avaliar a veracidade do grau das relações entre Camões e Couto, se este, como afirmou, escreveu, a pedido do poeta, um comentário d’*Os Lusíadas*. E, se o escreveu, localizar o manuscrito.

O alicerce de todos os exercícios fundados em paralelismos, aproximações, complementaridades e cruzamentos nas vidas ou nas produções literárias de Camões e de Couto é a sua experiência da Índia e assenta em grande parte na convicção da existência de uma relação de amizade e de colaboração literária entre ambos. Mesmo se tal convicção, como se verá, tem por base um único testemunho. O do próprio Couto. Com efeito, nas duas versões conhecidas da sua *Década 8.ª da Ásia*, é ele quem afirma ter sido “matalote e amigo” de Camões, situando, numa delas, esse tempo de camaradagem na Índia.

Diogo do Couto era um jovem com 17 anos quando, em 1559, embarcou para a Índia pela primeira vez. Camões teria por então o dobro da idade e contaria já cerca de seis anos de militância por terras e mares do Oriente. Quando se fala da Índia, enquanto espaço de associação entre Camões e Couto, tenha-se em mente a designação atribuída, à época, a todo o conjunto do império português asiático, estendendo-se desde a África Oriental até ao Extremo Oriente.

Tanto Camões como Couto tinham partido na condição de soldados, esperando vir a alcançar, por via das armas, honra e proveito. E, não sendo de condição humilde, também não pertenceram ao grupo dos celebrizados nas crónicas da Ásia. Apesar das pontuais e dispersas notícias autobiográficas de Couto referindo a sua participação em campanhas militares, podemos afirmar terem ambos integrado o grupo dos “soldados desconhecidos” que guarneceram o império. Camões, como se suspeita, por terras e mares mais longínquos e orientais. Couto, ao que se sabe dos seus primeiros anos de Índia, sem ultrapassar os territórios ribeirinhos da costa ocidental do Indostão. Isto não invalida a probabilidade de se terem podido encontrar em Goa, nos intervalos das missões, durante a chamada época de “inverno”, quando de Maio a finais de Agosto se fechavam os portos. Mas o famoso encontro de Couto com Camões dá-se em 1569, na Ilha de Moçambique, quando, separadamente, tentavam viajar para o Reino. Couto zarpara de Cochim, em Fevereiro, na armada da “carreira da Índia” que anualmente fazia a ligação Lisboa/Índia/Lisboa. O atraso de algumas das naus, entre as quais aquela onde viajava, obrigou-as, porém, a “invernar” cerca de cinco a seis meses na ilha de Moçambique onde Camões já se encontrava desde finais de 1567/inícios de 1568.

Anos mais tarde, já no final da vida, Diogo do Couto deixou notícia deste encontro na sua *Década 8.^a da Ásia*, aquela cuja narrativa cobre a história dos sucessos dos portugueses na Índia de meados de 1564 a meados de 1571. Veremos como as importantes revelações aí contidas sobre a vida e obra do poeta, bem como sobre os laços de amizade e camaradagem que os uniam, levantam algumas interrogações.

Certo é que ambos viajaram na mesma armada de Moçambique até Portugal, onde chegaram em Abril de 1570. Camões para ficar, Couto para regressar à Índia e não mais voltar. Não deixa de ser curioso notar o facto de, numa mesma viagem, dois soldados terem sido portadores de textos tão importantes como os manuscritos d’*Os Lusíadas* e o do *Primeiro Soldado Prático*, este último o diálogo que, desde 1563, Couto viera escrevinhando nas horas vagas. “Frutos da Índia levados como presentes ao rei de Portugal”, no dizer de Coimbra Martins.

Quem validou e divulgou, pela primeira vez em letra de forma, a informação relativa ao encontro de Camões e Couto na Ilha de Moçambique foi Severim de Faria, o já citado biógrafo. De facto, cruzando os dados contidos nas duas biografias de que foi autor, apura-se sinteticamente o seguinte: Camões teve “especial” amizade por Couto, consultou-o muitas vezes e pediu-lhe parecer sobre alguns passos d’*Os Lusíadas*; ainda na Ilha de Moçambique “comunicou-lhe” *Os Lusíadas* e rogou-lhe que elaborasse um Comentário ao poema, tarefa que Couto só não cumpriu integralmente (não passou do Canto V) devido a impedimentos vários; Couto enviou o volume original, com os fragmentos deste trabalho, a um outro “especial” amigo que tinha no Reino, D. Fernando de Castro Pereira, tio de D. Fernando de Castro, cónego da catedral de Évora, que tinha o volume em seu poder quando Severim de Faria, redigiu a biografia de Couto.

Com esta última informação, extremamente importante, Severim de Faria atesta a existência do famoso Comentário entretanto desaparecido. Tudo o mais é colhido em Couto com quem, de resto, se correspondia, insinuando mesmo receber informação privilegiada. E, no que toca à encomenda do Comentário d’*Os Lusíadas*, menciona explicitamente uma carta escrita por Couto, em 1611, a um outro correspondente seu no Reino.

Mas Severim de Faria teve também acesso a um outro depoimento bastante importante de Couto: o manuscrito da versão resumida da *Década* 8.^a, despachado para Portugal em Janeiro de 1616, e cuja publicação só ocorreria em finais do séc. XVII (Lisboa, 1673).

Atendendo ao elevado número de cópias manuscritas conhecidas desta versão da *Década* 8.^a, e ao facto de nessas cópias a numeração do capítulo onde Couto fala de Camões não ser coincidente, fixar-nos-emos na sua 3.^a edição (Lisboa, 1786), a mais fiel ao manuscrito, parcialmente autógrafo, conservado na Torre do Tombo, em Lisboa, e que passaremos a designar por Manuscrito da Graça. Isto porque o volume procede da livraria do Convento da Graça de Lisboa, onde viveu frei Adeodato da Trindade, cunhado de Couto, a quem coube a revisão para impressão de grande parte das suas *Décadas*. Nessa edição, a informação sobre a matéria em causa situa-se no capítulo 28 e é bem mais parca do que a fornecida por Severim de Faria, parecendo confirmar-se, assim, que este terá incorporado dados obtidos através da sua correspondência com Couto.

Nesta versão, Couto, ao noticiar o encontro com Camões na ilha de Moçambique, afirma que o poeta se encontrava em tal estado de pobreza que

“comia de amigos” e que durante essa estadia acabou de “aperfeiçoar as suas *Lusíadas* para as imprimir”, trabalhando também numa colectânea intitulada *Parnaso*. Diz terem sido os amigos, entre os quais se inclui, a juntar o necessário para possibilitar o seu regresso ao Reino onde as desditas continuariam, pois roubaram-lhe o *Parnaso*. E lamenta o insucesso na busca do manuscrito do “excelente Poeta” que acabaria por morrer em Portugal em “pura pobreza”.

Acontece que esta versão da *Década* 8.^a, contida no Manuscrito da Graça, é uma versão resumida e não foi a única versão da *Década* 8.^a que Couto escreveu. De facto, na epístola dedicatória, o cronista afirma ter concluído versões integrais das *Décadas* 8.^a e 9.^a e tê-las prontas a enviar para o Reino em inícios de 1615, quando elas lhe foram roubadas durante grave doença de que padeceu. E justifica o envio de versões resumidas daquelas duas *Décadas*, afirmando ter conseguido ainda arranjar forças para elaborá-las com base em “fragmentos”, “lembranças” e “memórias das coisas que viu”, lançando-as num volume duplo. Esta carta que acompanhou o envio do volume duplo contendo as versões resumidas das *Décadas* 8.^a e 9.^a está datada de 28 de Janeiro de 1616. Couto viria a morrer em Goa, em Dezembro desse ano com 74 anos de idade.

Esta atribulada história complica-se ainda mais quando, cerca de dez anos depois, os herdeiros de Couto encontram um “borrão” da *Década* 8.^a que “puseram a limpo”. O então vice-rei, D. Francisco da Gama, remeteu-o para Portugal, em 1626, por duas vias, e a sua recepção foi acusada pelo monarca português no ano seguinte. Ora, sabendo-se como Couto era useiro e vezeiro em dar por findas obras ainda por concluir ou meramente alinhavadas, e como receava ver os seus textos roubados, receio agravado pela idade a ponto de se tornar obsessivo, não devemos rejeitar a hipótese de o dito “borrão” corresponder à tal versão integral da *Década* 8.^a que ele afirmara ter-lhe sido roubada.

Mas, já no séc. XX, foram localizados mais dois manuscritos da *Década* 8.^a cujos textos (cópias do séc. XVII derivando do mesmo modelo), praticamente idênticos, contêm uma versão em muitos aspectos diferente da versão resumida. Uma destas cópias manuscritas conserva-se Biblioteca Pública Municipal do Porto; a outra, na Biblioteca Nacional de Madrid. Por isto se convencionou designá-la por versão Porto/Madrid.

O aparecimento desta versão, sobretudo aquando da descoberta do primeiro manuscrito, em 1917, gerou enorme polémica. E a discórdia, salvo em alguns estudos assentes na análise da totalidade do texto, centrou-se precisamente no passo sobre Camões, aqui bem mais extenso e pormenorizado do que o narrado no capítulo 28 da versão resumida que já corria impressa. Os

argumentos pró e contra o reconhecimento da autenticidade desta versão vão da aceitação incondicional de que ela contém o texto original e integral que teria sido roubado a Couto até à pretensão de que ela é rigorosamente igual à versão resumida, excepto no passo sobre Camões, e que este resultaria de uma falsificação ou amplificação feita por um erudito, nos finais do séc. XVII, com o intuito de fazer aceitar, a coberto da autoridade de Couto, certas leituras sobre a vida e a obra do poeta.

Tentemos, então, condensar o passo relativo a Camões nesta versão Porto/Madrid, localizado no capítulo 8.º do livro V. Com respeito à vida e obra de Camões, é traçado um breve apanhado das razões da sua passagem a Moçambique e fala-se do seu mísero estado, intercalando-se excertos de poemas, mencionando as condições em que os escreveu, e acrescentam-se notícias sobre a vida e morte do poeta. Assim, depois de uma viagem à China como provedor dos defuntos, Camões naufragou na costa do Sião; conseguiu escapar com outros náufragos e salvar “as suas Lusíadas, como ele diz nelas”. No acidente pereceu uma moça china, à qual chamou nas suas obras Dinamene. No Sião, além de vários sonetos sobre a morte desta jovem, entre os quais o célebre “Alma minha gentil que te partiste” (*transcreve-se o 1.º quarteto*), compôs também “aquela grave e docta canção” começada pelo verso “Sobre os rios que vão” (*transcreve-se a 1.ª quintilha*), informando, por fim, que “tudo anda impresso no livro dos seus sonetos”. A condição de pobreza em que Camões chegou à Índia levou Pêro Barreto Rolim, nomeado capitão da fortaleza da ilha de Moçambique, a levá-lo consigo, para o “pôr em estado de se poder ir para o Reino”. Mas a sua estrela de poeta, “que é serem todos pobres e uma natureza terrível e, enfim, pouca ventura”, levou o seu protector a zangar-se com ele, deixando-o a viver das esmolas de algumas pessoas. No período em que a armada onde viajava Couto invernou em Moçambique, Camões “reformou as suas Lusíadas”, começou a compor o *Parnaso* texto que, já no Reino, lhe desapareceu. Ao regressar à Índia, Couto deixou em Portugal um Camões “pobre e sem remédio e estado” que, ao morrer, foi enterrado no exterior do Mosteiro de Santa Ana, até D. Gonçalo Coutinho, mecenas amigo das letras, lhe mandar colocar uma campa, com lápide, dizendo quem era e as obras que compôs. Por fim, conclui-se ter tido Camões no Reino a mesma fortuna que na Índia, pois “quem nasceu para ser triste, já não pode ser contente”.

Por outro lado, as relações de Couto com o poeta surgem ampliadas e reforçadas nesta versão. Couto foi “especial” amigo de Camões, ambos foram contemporâneos nos estudos em Portugal e, depois, na Índia, matalotes de casa

e mesa. A testemunhar essa amizade, transcreve-se na íntegra o soneto “Amado Couto o largo e poderoso”, dedicado por Camões ao amigo mal soube da sua presença nas naus que fundearam na barra de Moçambique e no qual expõe o lamentável estado em que se encontrava. Mais ainda. Camões pediu-lhe para comentar *Os Lusíadas*, tarefa que Couto abraçou de imediato, vindo a dedicar-lhe mais de 25 anos da sua vida. Nessa altura, tinha já comentado quatro Cantos, que lhe “beberam mais de cinco mãos de papel”, por ser o comentário muito copioso, pois, “para se fazer bem, era necessário declarar tudo o que Vasco da Gama contou ao rei de Melinde da origem de Portugal e de seus reis e tudo o que aquela ninfa mostrou na ilha de Santa Helena (*sic*) dos vice-reis que haviam de governar a Índia e todos os seus feitos”. Faltou-lhe tempo para tratar esta última parte, mas lembra que, se o não fez no “comento”, fê-lo largamente “nas nove Décadas da História da Índia que tenho compostas, de que andam já cinco ou seis impressas”. E afirma ter mandado encadernar o inacabado Comentário.

Em 1993-1994, ao publicarmos a versão Porto/Madrid, integrámos na edição um estudo comparativo dessa versão com a versão resumida, assente no levantamento exaustivo das suas variantes. Pudemos, assim, concluir que em muitos outros aspectos, e não apenas no passo sobre Camões, os códices Porto/Madrid diferem substancialmente da versão resumida. Embora sem demarcações rigorosas, as diferenças concentram-se na primeira parte da crónica, onde são narrados acontecimentos anteriores à viagem de Couto a Portugal, ou seja, meados de 1564 a inícios de 1569. Aí se acumulam as variantes entre as duas versões, que, no seu conjunto, indiciam ser Couto o autor da versão Porto/Madrid. É a presença de uma técnica de composição que o próprio designa pelo “enfiar da história”, são as expressões utilizadas para retomar matérias em aberto, os apartes e comentários críticos, para não falar do estilo, da sua sintaxe confusa e da sua escrita eivada de repetições de termos e ideias.

Mas as duas versões são praticamente coincidentes, sendo muitos os capítulos ou trechos textualmente idênticos, quando a crónica aborda o período em que, *grosso modo*, Couto esteve ausente em Portugal e quando trata eventos ocorridos em zonas muito afastadas de Goa e dos territórios por onde Couto deambulou.

Nesses blocos coincidentes, as únicas diferenças residem em enclaves, de extensão variável, dispersamente disseminados ora numa versão ora noutra, e ainda na sua estrutura global externa. Na versão resumida, os capítulos são

excessivamente longos para o que é habitual nas demais *Décadas* extensas de Couto, enquanto na versão Porto/Madrid as mesmas matérias surgem desdobradas em vários capítulos. Ora, foi através da colação dos passos idênticos que se apuraram algumas das conclusões mais significativas. Neles a redacção da versão Porto/Madrid está mais próxima do texto da versão resumida, parcialmente autógrafa, enviado pelo cronista para o convento da Graça, do que o das restantes cópias da versão resumida. Mais importante ainda, a versão Porto/Madrid deriva, pelo menos nos passos em apreço, de um original escrito em Goa. Por fim, pôde-se apurar que a génese da versão Porto/Madrid se situa em 1601, logo após o envio para Portugal da 1.^a versão da *Década* 7.^a.

Apesar de todos estes indicadores, é nossa convicção que a versão Porto/Madrid não é propriamente a versão integral da *Década* 8.^a, mas antes um conjunto de materiais organizados visando a composição e redacção finais de uma *Década* extensa. Uma espécie de dossier, onde o cronista ia arquivando memórias, transcrições de fontes seleccionadas ou rascunhos. Em suma, uma colecção de apontamentos já arrumados em capítulos e livros, tal como as *Décadas* extensas, perspectivando a sua integração numa futura *Década*, mas ainda com lacunas na cobertura dos acontecimentos, falhas na articulação entre capítulos ou mudanças de tema, repetições e, até, sobreposições a capítulos de outras *Décadas* que, entretanto, compôs. Em conclusão, não nos admiraria que os códices Porto/Madrid sejam depositários de cópias do “borrão” da *Década* 8.^a encontrado pelos herdeiros de Couto após a sua morte.

Todos estes indícios contrariam, obviamente, a tese de uma falsificação, e apontam para um texto da lavra de Couto. Mas, sendo os testemunhos que nos chegaram cópias e, para mais, cópias do séc. XVII, nada nos garante que eles não tivessem sofrido intervenções alheias, dúvida que necessariamente não poupa o passo sobre Camões.

Fica-nos, todavia, a suspeita de que a “construção” biográfica de Camões, reproduzida na versão Porto/Madrid, é mais uma das muitas reconstituições da vida do poeta assentes em leituras de insinuações contidas nos seus próprios poemas. E um tal exercício de pesquisa e reflexão, moroso e ponderado, não encaixa de todo na forma como Couto tratava as matérias a integrar nas suas *Décadas*. O usual nele é proceder a verdadeiras montagens de textos já existentes, seus ou alheios, de lembranças e de informações orais de várias procedências. Ora, atentando em disseminadas afinidades entre o apontamento biográfico de Camões da versão Porto/Madrid e a biografia do poeta composta por Severim de Faria, não podemos deixar de nos questionar se o tão polémico

passo não terá a ver com notas colhidas por Couto nas cartas que trocavam. Uma pista que carece de fundamentação.

Mas ponto fulcral é o hipotético pedido de comentário d'*Os Lusíadas*. As razões que teriam levado Camões a formular tal pedido levantam interrogações, e alguns investigadores, ao rejeitar que tal tivesse acontecido, questionam, implicitamente, o grau de veracidade do relacionamento havido entre ambos. Entre os argumentos, aponta-se a diferença de idades, ou a circunstância de um estar no auge da sua carreira e outro não passar de um soldado sem grandes provas literárias dadas. Em síntese, estranha-se que as referências explícitas a Camões na obra de Couto (por ordem de escrita: *Década 7.^a*, *Segundo Soldado Prático*, *Década 8.^a*) só surjam muitos anos após a primeira publicação d'*Os Lusíadas*, quando já era notório o prestígio alcançado pelo poema.

Há, porém, argumentos à luz dos quais uma tal diligência do poeta surge como plausível. Camões não deveria ignorar que Couto tivera formação de letrado. Frequentara desde os 10 anos a casa do infante D. Luís, onde teria tido oportunidade de conviver com o elevado ambiente cultural que a caracterizou, frequentara, depois, o colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus e teria ainda frequentado o convento de S. Domingos de Benfica, onde assistira às aulas de Filosofia de frei Bartolomeu dos Mártires. É provável que já tivesse começado a escrever poemas. Segundo Severim de Faria, Couto deixou um grosso volume de composições, também desaparecido.

Mas entendemos haver melhores razões para justificar um tal pedido por parte de Camões, se alguma vez ele foi feito. Desde logo, o interesse, aliás precoce, de Couto pelas matérias históricas. Em inúmeros passos autobiográficos das suas *Décadas*, respigam-se breves notas comprovativas da sua vocação para a compilação de testemunhos, escritos ou orais, sobre temas relacionados com a expansão portuguesa do Oriente. Esta sua inclinação seria do conhecimento público, tal como o facto de andar a escrever o *Primeiro Soldado Prático*, diálogo onde, importa sublinhar, o peso da matéria histórica é muito maior que no segundo. Ora, o conhecimento desse manifesto interesse de Couto pela história da presença portuguesa na Índia talvez bastasse para explicar a solicitação de Camões. Nesse sentido parece apontar o trecho da versão Porto/Madrid ao realçar a natureza predominantemente histórica do Comentário inacabado.

Como se sabe, este Comentário d'*Os Lusíadas* levou sumiço e alguns investigadores duvidam mesmo de que tenha existido. Há, no entanto, alguns indícios que nos impedem de aderir a tal cepticismo. Severim de Faria, como

se viu, atesta a sua existência. E, já no séc. XVIII, o 4.º conde de Ericeira, nas Advertências ao seu poema *Henriqueida* (Lisboa, 1741), parece apontar para a existência de um exemplar do Comentário na livraria do duque de Lafões. Depois disso, perde-se-lhe o rasto. Mas a nossa convicção de que ele foi escrito estriba-se, também, nos indícios reveladores de que Couto teve um longo e próximo “convívio” com *Os Lusíadas*. Nas *Décadas*, mas, sobretudo, no *Segundo do Soldado Prático*, as reminiscências d’*Os Lusíadas* vão dos decalques textuais à assimilação, como o comprovaram os estudos de António Coimbra Martins e de M. Vitalina Leal de Matos, para quem o *Segundo Soldado Prático* é um texto de inspiração camonianiana. Um grau de intertextualidade estranho a Couto quando recorre a obras alheias para compor as suas *Décadas*, e que aponta mais para uma “absorção” de citações, de imagens, de sentenças e de frases feitas.

Marcas compreensíveis, se relembarmos que Couto só suspendeu o Comentário à época em que se inicia o seu período mais produtivo, ou seja, quando foi nomeado cronista oficial da Ásia e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, por Filipe II (I de Portugal), em 1595. Tinham passado 15 anos sobre a morte do poeta e 26 sobre o encontro na Ilha de Moçambique.

Couto manterá, desde então, uma actividade frenética até ao fim dos seus dias: compõe nove *Décadas da Ásia*, cobrindo a história da presença portuguesa na Ásia de 1526 a 1600, o *Tratado dos Gama*, a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, relações de naufrágios e peças de oratória. Um volume de trabalho tanto mais notável quanto se sabe que, em virtude de estranhas ocorrências – roubos, desaparecimentos inexplicáveis, incêndios, etc. – se viu obrigado a reescrever alguns dos seus textos em duas ou três versões (caso das *Décadas* 5.^a, 7.^a e 8.^a). Juntemos-lhe ainda duas outras obras de cariz historiográfico que, tal como a *Década* 11.^a, levaram sumiço. E, note-se, a talho de foice, que só se conhece uma versão incompleta da *Década* 12.^a e o resumo incompleto da 9.^a. Em 1611, enfim, terminou a obra que o tornaria mais conhecido: o *Segundo Soldado Prático*, voltando a dar voz a um soldado anónimo, espécie de seu *alter ego*, num libelo acusatório contra os desmandos do império oriental ainda mais violento que no primeiro.

É inevitável, revisitando Camões e Couto – um, poeta e dramaturgo; o outro, escritor político e cronista – desvendar, à sombra das respectivas musas, muitas afinidades e, naturalmente, alguns contrastes. Por esses caminhos, já sobejamente trilhados, encontraremos os paralelismos dos tópicos literários glosados, dos feitos de armas exaltados, das denúncias e críticas formuladas

com maior ou menor veemência, das ideologias imperiais e valores cívicos/morais defendidos. Em suma, constantes e variáveis numa “irmandade” nas armas e nas letras que, no panorama cultural e social da época, não albergou apenas Camões e Couto.

Bibliografia

- BASTO, Artur Magalhães, “Breve estudo de uma versão inédita da Década VIII de Diogo do Couto, pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Stvdium Generale*, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos (Porto, 1953), anos I/II, n.ºs 1-2, pp. 79-96.
- BOXER, Charles R., “Camões e Diogo do Couto: Irmãos em Armas e nas Letras”, *Ocidente, Revista portuguesa de cultura*, Novembro de 1972 (número especial), pp. 25-37.
- COUTO, Diogo do, *Década Oitava da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, 2 vols., Lisboa, CNCDP, IN/CM, 1993-1994.
- IDEM, “Para uma edição crítica da *Década 8.ª* de Diogo do Couto”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982), pp. 93/114.
- FARIA, Manuel Severim de, *Discursos Vários Políticos*, Évora, Manuel de Carvalho impressor da Universidade, 1624.
- MARTINS, António Coimbra, “Camões et Couto”, *Les Cultures Ibériques en Devenir, Essais publiés en hommage à la mémoire de Marcel Bataillon (1895-1977)*, Paris, Fondation Singer-Polignac, 1979. Este ensaio, refundido, foi posteriormente publicado na obra *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 9-25.
- IDEM – “Introdução à leitura da *Década Quarta*”, in Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. crítica e anotada coord. por Maria Augusta Lima Cruz, Lisboa, CNCDP, Fundação Oriente/ IN-CM, 1999, vol. I, pp. XIII-CXXI.
- IDEM – “Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971), pp. 272-355.
- MATOS, M. Vitalina Leal de, “Camões lido por Diogo do Couto no ‘soldado práctico’”, *IV Reunião Internacional de Camonistas – Actas*, Ponta Delgada, *Português*, Universidade dos Açores, 1984, pp. 359-372.

18. Diogo do Couto (1542-1616) – O porta-voz da Índia Portuguesa

Cronista, escritor político de intervenção, autor de peças de oratória e poeta, Diogo do Couto foi também soldado, agente do aparelho administrativo-militar do Estado português da Índia e ainda o organizador e primeiro guarda-mor da Torre do Tombo de Goa.

1. Rasgos fundamentais de uma longa vida

Filho de Isabel Serrão de Calvos, por sua vez filha de Vasco Serrão de Calvos, juiz do Terreiro do Trigo, e de Gaspar do Couto, servidor da casa do infante D. Luís (irmão de D. João III), Diogo do Couto nasceu em Lisboa em 1542.

São raras as informações sobre a sua infância e primeiros anos da juventude. Com cerca de 10 anos (por volta de 1552), teria, tal como o pai, entrado ao serviço do infante D. Luís, como moço de câmara. Após a morte deste, em 1555, passou, na mesma condição, para o serviço de D. João III. Deduz-se que, nesta fase da sua vida, teve uma formação essencialmente letrada: além de ter beneficiado do elevado ambiente cultural da casa do infante D. Luís, frequentou o recém-criado colégio jesuítico de Santo Antão de Lisboa e depois a aula de Filosofia no convento de S. Domingos de Benfica. Mais tarde, referindo-se a estes estudos, afirmaria ter tido como condiscípulos Luís de Camões e D. António, o futuro prior do Crato, filho do supracitado infante D. Luís. A morte deste infante (1555) e, pouco depois, a de seu pai, constrangeram-no a mudar de vida. Assim, seguindo o rumo de muitos jovens da época, enveredou pela carreira das armas na Índia. Tinha cerca de 17 anos quando, em Março de 1559, embarcou em Lisboa com destino a Goa.

Na condição de soldado, militou no Oriente cerca de 10 anos ininterruptos. Aí, participou em várias campanhas militares, sem ultrapassar os territórios ribeirinhos da costa ocidental do Indostão. Andou em várias armadas no

Norte da Índia e na costa do Malabar. Sabe-se ainda que participou na segunda tentativa de ocupação de Surrate, em Abril de 1561, e mais tarde, em 1568, na conquista de Mangalor, na costa do Canará.

Todavia, não abandonou totalmente a sua clara vocação para as Letras. Pois, data deste período a composição da sua primeira obra, um diálogo protagonizado por um experiente soldado da Índia e um recém-nomeado vice-rei da Índia, que passaremos a designar por *Primeiro Soldado Prático*¹. Remontará ainda a este período o seu precoce e continuado interesse pelas matérias históricas, atestado por inúmeros passos autobiográficos das suas *Décadas*, que denunciam o seu gosto pela a compilação de testemunhos, escritos ou orais, sobre temas relativos à expansão portuguesa no Oriente.

Ao fim destes 10 anos de milícia no Oriente, Diogo do Couto fez uma viagem ao Reino (1569-1571) para requerer dos serviços prestados. É durante esta viagem que se dá o famoso encontro (ou reencontro) de Couto com Camões ocorrido em 1569, na Ilha de Moçambique, quando ambos, separadamente, tentavam viajar para o Reino. Anos mais tarde, Diogo do Couto deixaria testemunho sobre este encontro, fornecendo muitos dados sobre a vida e obra do Poeta. Nessa altura, Camões ter-lhe-ia encomendado um comentário d'*Os Lusíadas*, epopeia a que o Poeta dava os últimos retoques. A darmos crédito ao seu testemunho, Diogo do Couto teria lançado logo mãos à tarefa que o ocuparia longos anos e que só não cumpriu integralmente (não passou o comentário do final do canto IV) devido a impedimentos vários, nomeadamente a sua nomeação para cronista da Ásia².

Certo é que ambos (Camões e Couto) viajaram na mesma armada de Moçambique até Portugal, onde chegaram em Abril de 1570. E neste ponto, não resistimos a assinalar a coincidência extraordinária de cada um deles trazer na bagagem o manuscrito de um texto incontornavelmente marcante. De facto, Camões como Couto, ainda anónimos soldados, faziam-se acompanhar dos textos, de *Os Lusíadas* e do *Primeiro Soldado Prático* respectivamente.

1 Publicado inicialmente por António Caetano do Amaral, na segunda parte da obra intitulada *Observações sobre as principais causas da decadência dos Portugueses na Ásia, escritas por Diogo do Couto, em forma de diálogo, com o título de Soldado Prático*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790, pp. 205 a 236. Recentemente, António Coimbra Martins na edição feita deste diálogo (Lisboa, CNCDP, 2001) fixou-lhe o título em *O Primeiro Soldado Prático*.

2 Sobre este encontro entre Camões e Couto, ver *supra* artigo intitulado “Camões e Couto – paralelismos e cruzamentos”.

À chegada ao Reino, surgiram mais contratempos e demoras. A presença dos últimos focos da peste grande em Lisboa, obrigou a armada a permanecer ao largo de Cascais durante mais um mês. A darmos fé mais uma vez ao testemunho de Couto, teria sido ele o único passageiro autorizado a desembarcar, para poder dar cumprimento à missão de levar ao rei as sacas com a correspondência oficial, e, mais que isso, novas da Índia. O encontro com D. Sebastião decorreu em Almeirim e, assevera Couto, “de mim soube tudo o que quis”³. E nem é difícil imaginar “tudo” o que o jovem militar contou ao rei se tivermos em conta as denúncias dos desmandos do império oriental, contidas no seu *Primeiro Soldado Prático*: corrupção, clientelismo, o mau funcionamento da máquina administrativo-militar, a falta de disciplina militar e por aí fora, sem esquecer a prescrição de alguns “remédios” para solucionar tais males.

Camões, como é sabido, ficou no Reino, onde viria a falecer, Couto abalou novamente para a Índia, em 1571, para não mais voltar.

Regressado à Índia, Diogo do Couto ingressou no aparelho administrativo-militar do Estado Português da Índia. D. António de Noronha, o novo vice-rei com quem viajou, atribuiu-lhe o cargo de responsável pelo armazém dos víveres, em Goa, cargo extremamente importante no provimento das amadas. Posteriormente, talvez nos anos 80, foi capitão de Tarapor, localidade no litoral, a sensivelmente meio caminho, entre Damão e Bombaim. Anos mais tarde, já cronista da Ásia, viria ser nomeado escrivão da alfândega de Diu (29 de Março de 1601); não chegou, todavia, a exercer este cargo, porque o monarca português o autorizou a passá-lo a um seu sobrinho ou sobrinha. Sobre as suas deambulações asiáticas neste período pouco se sabe. É certo que esteve mais uma vez na ilha de Moçambique, no ano de 1577, onde aparece como testemunha de acto público e identificado como “cavaleiro fidalgo, morador em Goa”⁴.

Foi também por esta altura, com cerca de 30 anos de idade, que se casou. A mulher, Luísa de Melo, natural de Goa, era irmã de frei Adeodato da Trindade, frade eremita de Santo Agostinho no convento da Graça de Lisboa, que viria a ter um papel fundamental no processo de publicação das *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto.

3 As palavras são do próprio Couto na versão resumida da *Década* 8.^a, Lisboa, ROT, 1786, cap. XXVIII, p. 232.

4 BNP, códice 11597, ff. 106-109v, Auto de entrega de cartas patentes e provisões régias de Vasco Fernandes Homem a D. Fernando de Monroy, ilha de Moçambique, 11 de Junho de 1577.

Em suma, dados soltos reveladores de que se radicara como “casado” de Goa na Índia. Assumira-se como um luso-indiano. E durante esses anos continuaria a escrevinhar e a colecionar materiais sobre a Índia portuguesa.

Com efeito, data de 1589 carta escrita a Filipe I de Portugal propondo-se para compor uma “Crónica Geral da Índia”, desde o tempo da aclamação no Oriente deste monarca, obra que dizia ter quase pronta (embrião da futura *Década 10.^a*), e requerendo-lhe fosse criado um arquivo em Goa, candidatando-se ele mesmo ao lugar de guarda-mor desse tombo⁵. Sem resposta, reiterou este duplo pedido em 1593. Só em 1595, o rei deferiu as suas solicitações na condição de, na tarefa de cronista, Couto dar continuidade às *Décadas da Ásia* de João de Barros, o que o levou a recuar no tempo e a seguir o cânone de estruturação da sua narrativa em décadas⁶.

Ao estatuto de cronista oficial da Ásia e de guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, a quem competia organizar o novo arquivo e passar certidões aos portugueses que procuravam o reconhecimento dos seus feitos na Índia, veio juntar-se, pouco depois, o de orador oficial, encarregado de proferir, em nome do Senado de Goa, os discursos de boas-vindas aos recém-nomeados vice-reis ou governadores.

Com entusiasmo se lançou Diogo do Couto ao trabalho. Assim, arrancou imediatamente na composição das *Décadas da Ásia*, começando pelas mais antigas – as *Décadas 4.^a, 5.^a e 6.^a* – sem, entretanto, descuidar os assuntos relacionados com a criação do Tombo de Goa, instalado dentro da fortaleza, junto da casa da matrícula. Logo em 1595, como atesta carta escrita, pede o regimento da Torre do Tombo de Lisboa para, por ele, reger a de Goa e tratar a documentação e livros a integrar neste arquivo⁷. O entusiasmo inicial foi, em certa medida, toldado por limitações impostas pelo vice-rei Matias de Albuquerque (gov. 1591-97) relativamente à documentação a contemplar e, sobretudo, por suspeitas surgidas no Reino quanto às capacidades de Couto

5 Carta datada de Goa, 20 de Novembro de 1589, pub. António Coimbra Martins, “Sobre a génese da obra de Couto /1569-1600) – Uma carta inédita”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1974), pp. 171-174.

6 Carta de Filipe I a Diogo do Couto, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1595, in peças liminares da *Década 5.^a*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1612.

7 Carta/apontamento de Diogo do Couto, subentendendo-se dirigida ao rei, Goa, 28 de Novembro de 1595, pub. *Obras inéditas de Diogo do Couto*, ed. António Lourenço Caminha, Lisboa, Impressão Imperial e Real, 1808, pp. 81-88; resumo in António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, seleção, prefácio e notas de..., vol. I, Sá da Costa, 1947, pp. XXVI.

para o ofício de cronista. Em D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira e bisneto de Vasco da Gama, recém-nomeado vice-rei (gov. 1597-1600), delegou o monarca decisão sobre o destino de Couto⁸. Este, por conveniência ou convicção, soube habilmente contornar a situação: abraçou o culto dos Gama na Índia promovido por D. Francisco. Assim, no Natal de 1597, ao pronunciar o discurso de tomada de posse deste vice-rei, ocasião em que foi inaugurado retrato do célebre navegador, seu bisavô, Couto chega ao ponto de sugerir que a Índia passasse a designar-se “Gama” e que o seu governo andasse sempre em mãos da Casa da Vidigueira⁹; comprometeu-se ainda, por encomenda de D. Francisco, a compor uma narrativa sobre as façanhas dos Gama na Ásia, obra vulgarmente designada *Tratado dos Gama*, concluída em 1599. Sanados os obstáculos, Couto veria o seu estatuto definitivamente reconhecido. Em 1602, Filipe II apreciava as suas *Décadas* e incitava-o a continuar. Por outro lado, deixava de haver restrições para os materiais a integrar no Tombo de Goa. E mais, sobre o assunto o rei queria ser diretamente informado por Couto “e me aviseis de todas as mais coisas, que vos parecer que devo ter informação, para melhor nelas mandar prover, como houver por bem”¹⁰. Disposições régias que seriam reforçadas em 1611¹¹.

Diga-se, a propósito, que estes despachos foram em grande parte resultado das insistentes reclamações e petições de Diogo do Couto. Assim o atesta um punhado de cartas dirigidas entre 1605 e 1608 ao já citado D. Francisco da Gama, entretanto regressado a Portugal, onde viria a exercer as altas funções de presidente do Conselho da Índia, de 1608 a 1614. Nessas cartas, Couto não se cansa de protestar e reclamar, solicitando o seu apoio para o bom despacho de pedidos de mercês que, através de frei Adeodato da Trindade, ia remetendo para o Conselho da Índia. Mercês para si próprio, mas também para familiares seus, nomeadamente sua mulher e uma sobrinha que criara. Queixoso e insatisfeito, várias vezes ameaçava reduzir todos os seus papéis a cinzas, por

8 Cartas do rei ao vice-rei D. Francisco da Gama, 5 e 15 de Fevereiro de 1597, extratos pub. in António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, ed. cit., pp XLI a XLII.

9 “Primeira oração”, *Diogo do Couto orador, Discursos proferidos na Câmara de Goa*, edição Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro, Nuno Vila-Santa, Portimão, Arandis e ISMAT, pp. 19-37.

10 Carta de Filipe II a Diogo do Couto, Lisboa 10 de Fevereiro de 1602, in peças liminares das *Décadas* 5.^a e 7.^a, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1612 e 1616, respetivamente.

11 Carta do rei a Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 9 de Março de 1611, *Documentos Remetidos da Índia* ou *Livro das Monções*, vol. II (Lisboa, Academia Real das Ciências, 1874), pp. 77-79.

considerar que o seu trabalho não era suficientemente valorizado no Reino. Ora porque determinado aumento de ordenado se não dava senão a uma “viúva muito pobre”¹². Ora porque via concederem muitos hábitos, tenças e alvarás de fidalgos a homens que não serviam o rei em coisas tão importantes como as que ele fazia. Despeitado, chega a afirmar, com certa ironia, não pedir ao rei “que me faça fidalgo, nem que me deem o hábito de Cristo, porque o mundo está tão cheio deles que ainda hei de ser conhecido por o homem que não tem o hábito”¹³. Certo é que muitas das suas reivindicações acabariam deferidas. Além do contemplado nas já referidas decisões régias de 1602 e 1611, também as instalações do Tombo de Goa, de cujas deficientes condições se queixava, mereceram uma atenção especial tanto mais que, pelo menos desde a década de 1590, sofrendo de gota artrítica, Couto manifestar dificuldades de locomoção, a ponto de, em 1609, para proferir a oração de tomada de posse do vice-rei Rui Lourenço de Távora, anotar: “estava eu bem doente e em uma cadeira me levaram”¹⁴. Assim, são dadas várias ordens aos vice-reis para procederem a obras; nesse sentido, o monarca chega a recomendar ao vice-rei Rui Lourenço de Távora a construção “de casas bastantes, ou em cima da mesma que já serve, ou aonde melhor puder ser, e que nêlas se façam almários e reparamentos, em que os livros e papeis estejam bem guardados e como convém”¹⁵. Por outro lado, em 1615, Couto recebe um aumento de 500 xerafins anuais, pelo exercício de guarda-mor do Tombo de Goa e para a escritura da história das partes da Índia, ficando o vice-rei autorizado a contratar dois escreventes para o ajudarem no exercício das ditas funções¹⁶.

Quanto à pretensão ao hábito de Cristo, embora, em 1609, tivesse obtido despacho régio favorável, acabaria por esbarrar numa negativa da Mesa da

12 Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, datada de Goa, 23 de Dezembro de 1605, pub. António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, ed. cit., pp. LIV-LXIX (citação colhida na p. LXI).

13 Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, datada de Goa, 16 de Dezembro de 1607, pub. António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, ed. cit., pp. LXIX-LXXIV (citação colhida na p. LXXI).

14 “Quarta Oração”, *Diogo do Couto orador, Discursos proferidos na Câmara de Goa*, ed. cit., p. 65, nota 1.

15 Carta supracitada (nota 12) do rei ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 9 de Março de 1611.

16 Carta do rei ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa, 21 de Fevereiro de 1615, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, vol. III (Lisboa, Academia Real das Ciências, 1885), pp. 254-255.

Consciência e Ordens ao pedido de dispensa de provanças de sangue de seus avós (Lisboa, 11 de Março de 1614). Apesar disso, Diogo do Couto continuaria a lamentar-se e a expressar a sua amargura, como atesta uma das suas derradeiras cartas, datada de 6 de Janeiro de 1616, precisamente o ano da sua morte, e dirigida mais uma vez a D. Francisco da Gama. Nela Couto começa por afirmar “já é tarde para esperar bem nenhum, porque quem nasceu para triste, já não pode ser contente, morrerei assim como sempre vivi”, e, linhas adiante, assevera “fico velho e ainda que assim, todavia espero em Deus que hei de ficar de fora daquela regra, tão geral neste Estado, que é todo o homem que nele envelhece não escapa de pobre ou desonrado; pobre sou, mas muito honrado espero em Deus de acabar”¹⁷.

Seja como for, não há dúvida ter Couto atingido a dignidade de notável de Goa. Nesta qualidade, manteve correspondência com várias personalidades do Reino, desde os já citados D. Francisco da Gama e frei Adeodato da Trindade, passando pelo polígrafo Manuel Severim de Faria até aos próprios reis. Assumia-se como uma espécie de porta-voz da Índia portuguesa, mandando novas sobre os principais sucessos aí ocorridos, enviando informações detalhadas sobre empreendimentos militares e por vezes até memórias escritas recolhidas através da sua rede de informadores¹⁸. Explicitando aos seus interlocutores que as deviam fazer chegar aos órgãos superiores de decisão nomeadamente o Conselho da Índia, por ele designado “Tribunal”.

Testemunham também estas cartas uma outra faceta de Couto, presente aliás em toda a sua produção literária: a de cidadão activo e interveniente nos destinos da Índia portuguesa. Em 1605, queixando-se de o vice-rei Martim Afonso de Castro (gov. 1605-1607) não lhe ter pedido parecer sobre jornada a Malaca, permitira-se, mesmo assim, elaborar um e mandar-lho por escrito, tendo o cuidado de remeter uma cópia a frei Adeodato para que este a fizesse chegar a D. Francisco da Gama¹⁹. E, em 1608, aproveitando condições que jul-

17 Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, Goa, 6 de Janeiro de 1616, pub. *Obras inéditas de Diogo do Couto*, ed. cit. pp. 73-78 (citações colhidas, pp. 73-74 e 74-75 respetivamente).

18 Por exemplo, em 1608 informa ter remetido a frei Adeodato da Trindade uma relação sobre ataque dos holandeses à costa do Malabar que lhe fora enviada por jesuíta residente em Calecute, com recomendação para este a mostrar a D. Francisco da Gama e a todos os senhores do Conselho da Índia.

19 Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, datada de Goa, 23 de Dezembro de 1605, pub. António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, ed. cit., pp. LIV-LXIX, (informação colhida na pp. LX-LXI).

gava favoráveis, oferece-se ao governador frei Aleixo de Meneses (gov. 1607-1609) para ir, disfarçado em trajes de mercador “com quatro cavalos a vender para mor dissimulação”, a terras do Idalxá [Adil Shah], para o persuadir a ceder a cidade e fortaleza de Dabul aos portugueses. Não sabia, todavia, se a sua proposta chegara ao governador, “porque não quer buscar quem é para as cousas”. Não esquece, todavia, de recomendar a D. Francisco que a faça chegar ao “Senhores do Conselho [da Índia] para que eles comunicassem ao rei quanto importante era isso para que me oferecia para seu serviço”²⁰.

Em suma, uma voz atenta e crítica relativamente aos destinos da Índia portuguesa, manifestando constantemente o seu desencanto pelos rumos que levava, exortando D. Francisco a gritar para que acudam à Índia, e clamando: “é necessário fundir de novo todo este Estado e os homens dele”²¹.

Por último, destaque-se que, no seu afã de preservação da memória da Índia portuguesa, Couto esteve também atento à vertente iconográfica. Assim, entre 1613 e 1616, envolveu-se pessoalmente no processo de reformação das pinturas das “Armadas da Índia”, estantes no Palácio da Fortaleza dos vice-reis, levado a cabo pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (gov. 1612-1617), por ordem de Filipe II de Portugal. Como ele próprio afirma, em carta datada de 6 de Janeiro de 1616, assumiu essa responsabilidade em colaboração com o pintor goês Alexandre Godinho:

há três anos que labuto com o Vice-rei sobre se renovarem [os painéis], até que, depois destas naus vindas o acabei com ele, encomendou-me isto, e tenho já feito, de um mês para cá, mais de cem painéis de tintas muito boas, que faz o pintor Godinho; e porque o painel da primeira armada, em que veio o Senhor Conde Almirante (*ou seja, Vasco da Gama*) a descobrir a Índia, era muito pequeno e acanhado, como se aquele capitão não fizera um dos mores feitos do mundo, mandei-lhe fazer um painel tamanho como os dois dos outros, em que lhe pus letreiros que merece.²²

20 Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, derradeira oitava de Natal de 1608, pub. António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, ed. cit., pp. LXXV-LXXXIX (informação colhidas pp. LXXIX-LXXX).

21 Carta referida na nota anterior, citação colhida na p. LXXXIII.

22 Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, Goa, 6 de Janeiro de 1616, *Obras inéditas de Diogo do Couto*, ed. cit. (citação colhida pp. 77-78).

Diogo do Couto morreu no final desse mesmo ano em Goa, mais precisamente a 10 de Dezembro de 1616, com cerca de 74 anos de idade. De acordo com as suas últimas disposições, o cortejo fúnebre contou com a presença do vice-rei e do arcebispo de Goa.

2. A produção literária – o volume de trabalho de um escritor incansável

À data dos despachos de nomeação para cronista da Índia portuguesa, Couto já ultrapassara os 50 anos, tendo, desde então e até ao fim dos seus dias, desenvolvido uma atividade literária infatigável. Com efeito, à excepção dos já citados *Primeiro Soldado Prático*, *Comentário d’Os Lusíadas* e rascunho de uma projectada “Crónica Geral da Índia”, toda a sua produção se concentra nesta fase da sua vida.

A sua magna obra – *Décadas da Ásia* – narra a presença portuguesa na Ásia de 1526 a 1600, permanecendo como instrumento fundamental para o estudo da expansão portuguesa na Ásia. E não só. Couto deu uma atenção muito especial às histórias de outros povos, podendo afirmar-se estarem disseminadas nas suas *Décadas* várias “crónicas asiáticas”²³. Arrancou com a *Década 4.^a* (à data, a última impressa de Barros era a *Década 3.^a*)²⁴, tendo composto um total de nove *Décadas*. Nem todas nos chegaram nas suas versões integrais: cinco completas (4.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a e 10.^a); uma incompleta, a 12.^a de que só se conhecem os cinco primeiros livros, provavelmente os únicos que compôs; uma resumida, a 8.^a; e uma resumida e truncada, a 9.^a. A versão integral da *Década 11.^a*, teria ficado concluída em 1611, tendo no final desse ano ou no início do seguinte sido enviada para o Reino, levando, entretanto, sumiço.

Já no séc. XX, viriam a ser localizadas versões diferentes de duas *Décadas*: uma da *Década 5.^a* (ed. Marcus de Jong. Coimbra Imprensa da Universidade, 1937); outra da *Década 8.^a*, designada “versão Porto/Madrid” (ed. Maria Augusta Lima Cruz, Lisboa, IN/CM e CNCDP, vol. I, 1993).

23 Sobre assunto ver, M. Augusta Lima Cruz, “A ‘crónica da Índia’ de Diogo do Couto”, *Actas do VII Seminário internacional de História Indo Portuguesa*, in *Mare Liberum*, n.º 9, Junho de 1995, pp. 383-393 e “A Pérsia nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto”, *Portugal e o Golfo Pérsico: 500 anos*, (Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2018), pp. 197-210; Rui Manuel Loureiro, “Notícias da Pérsia nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto”. *Erebea. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, 2 (2012) 271-287.

24 A *Década 4.^a* de João de Barros, reformada e acrescentada por João Baptista Lavanha, só viria a ser publicada em 1615. Assim se explicando a existência de duas *Décadas* com esta numeração, uma de Barros e outra de Couto.

Sabendo-se ser Couto perito em dar como acabado trabalho ainda alinhavado, não é de rejeitar que, para algumas destas *Décadas* resumidas ou incompletas, nunca tenha aprontado textos definitivos. Seja como for, um volume de trabalho notável. Ainda mais, quando para além da actividade corrente, se aplicou a reescrever várias das suas obras, desaparecidas na sequência de acidentes mais ou menos estranhos: incêndios, roubos, extravios, etc. É o caso das *Décadas* 5.^a, 7.^a e 8.^a que se viu obrigado a reescrever em duas ou três versões e de duas outras obras de cariz historiográfico que, tal como a *Década* 11.^a, desapareceram. Acrescente-se, a este propósito, o facto de só ser conhecida uma versão incompleta da *Década* 12.^a e um resumo incompleto da 9.^a.

Feitas as contas de acordo com os testemunhos conhecidos, concluiu-se ter composto duas ou três versões da *Década* 7.^a, duas versões das *Décadas* 5.^a, 8.^a e provavelmente também das 9.^a e 11.^a.

O constante escrever e reescrever dos seus próprios livros, mais a rapidez posta na execução destas tarefas, explicam-se em grande parte pela metodologia de trabalho de Diogo do Couto, nomeadamente no respeitante ao processo de composição historiográfica e ao modo como se apropriava das fontes escritas seleccionadas.

Uma *Década* de Couto é fundamentalmente uma compilação de um conjunto heterogéneo de materiais, testemunhos de diversa ordem, europeus e asiáticos, orais e escritos, enriquecidos, a partir da *Década* 7.^a (em cujo tempo chegou à Índia), com suas próprias lembranças. Uma espécie de ladrilhado no qual se encaixam recortes de obras de outros autores ou de apontamentos anteriormente elaborados por ele próprio: diplomas, documentos de arquivo, memórias do que testemunhou ou ouviu contar, testemunhos orais de várias proveniências. Neste exercício, não se coibiu de utilizar textos alheios, enxertando-os na sua narrativa, literalmente copiados. Assim, ao recorrer a obras de autores que antes dele escreveram sobre os mesmos assuntos, ele utiliza-as como materiais de trabalho, ou seja, como fontes. Por via de regra, extrai quase em “estado bruto” trechos, por vezes até capítulos dessas obras, inserindo-os na sua narrativa. Numa palavra, copia-os textualmente ou parafraseia-os²⁵.

Ainda no campo da produção historiográfica, Couto compôs outras duas obras que não são propriamente originais: o já citado *Tratado dos Gama* e a

25 Sobre as fontes bibliográficas utilizadas por Couto para a composição das suas *Décadas*, ver o levantamento exaustivo de Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Instituto Cultural de Macau, 1998

Vida de D. Paulo de Lima Pereira. No *Tratado dos Gama*, a parte I é decalcada do que João de Barros e Damião de Góis tinham escrito sobre as viagens à Índia de Vasco da Gama, e a parte II é copiada do que ele próprio escreveu sobre a acção dos filhos do navegador no Oriente, nas *Décadas* 4.^a a 6.^a ²⁶. Já a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, concluída em 1611, é composta a partir de transcrições sobre a atuação deste capitão narradas ao longo das *Décadas* 7.^a a 11.^a. Teria ainda sido autor de outros escritos historiográficos cujo paradeiro se desconhece: um *Tratado das Fortalezas*, por vezes também por ele designado *Epílogo da História da Índia*, uma espécie de listagem de “reis mouros e gentios” que contenderam com os portugueses, e de fortalezas do Estado português da Índia, bem como capitães, vice-reis, armadas, bispos e arcebispos²⁷; e uma *História da Etiópia*, obra em que refutava o livro sobre o mesmo reino publicado em 1610 por frei Luís de Urreta.

Sublinhe-se, por último, o facto de, no âmbito desta produção historiográfica, Diogo do Couto ter também cultivado um outro subgénero literário, o das relações de naufrágio, sendo provável terem algumas delas circulado como peças avulsas. Assim parece ter acontecido com a relação de naufrágio das naus *Águia* e *Graça* (1559 e 1561) que colhe na *Década* 7.^a, e com a relação do naufrágio da nau *S. Tomé* (1589), que corresponde aos últimos capítulos da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e, supõe-se, faria parte da *Década* 11.^a extensa, desaparecida. Nessa condição de peças avulsas, viriam a ser publicadas por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima* (1735-1736). É ainda à *Década* 7.^a (livro V, capítulo 2) que este compilador foi buscar a primeira parte da relação do naufrágio da nau *Santa Maria da Barca*.

Como escritor político de intervenção Couto escreveu dois diálogos cuja personagem principal é um “soldado prático”, *alter ego* de Couto. Estes diálogos são sem dúvida as suas obras mais populares e de maior projecção. O *Primeiro Soldado Prático*, já referido, foi escrito na sua juventude. Segundo Manuel Severim de Faria, o original desta obra ter-lhe-ia sido furtado, mas dela se fizeram, sem nome de autor, várias cópias que circularam em Portugal. Trata-se, como já sublinhado, de um diálogo entre o soldado e um recém-nomeado

26 Sobre o processo de montagem deste *Tratado*, ver M. Augusta Lima Cruz, “O *Tratado dos Gama* de Diogo do Couto”, *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 33 (Janeiro/Março de 1998), pp. 117-134.

27 Cf. Carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, Goa, 16 de Dezembro de 1607, pub. António Baião, “Introdução”, *Diogo do Couto, Décadas*, ed. cit., pp. LXIX-LXXIV, nomeadamente, pp. LXXII-LXXIII.

vice-rei; obra perpassada de muita crítica e denúncia da corrupção reinante no Estado da Índia, mas ainda esperançado na sua reformação, como é patente no conteúdo doutrinário que a torna um dos primeiros testemunhos da literatura arbitrista. Já no segundo diálogo, vulgarmente designado *O Soldado Prático*, e concluído em 1611, o “soldado prático”, bem mais erudito, tem como interlocutores um despachador e um ex-governador da Índia. É o diálogo de todos os desenganos, verdadeiro libelo acusatório, sem esperança de remédio para a Índia portuguesa, em que o soldado com veemência denuncia, protesta, ora lamentando-se, ora cansando-se de tanto gritar²⁸.

Como orador oficial, Couto foi autor de oito discursos. Conhecem-se cinco, a saber: tomada de posse do vice-rei D. Francisco da Gama e colocação de retrato de Vasco da Gama na Câmara de Goa (1597); tomada de posse do vice-rei Martim Afonso de Castro (1605); tomada de posse do governador André Furtado de Mendonça (1609); tomada de posse do vice-rei Rui Lourenço de Távora (1609); cerimónia, prevista mas não concretizada, de levantamento pela 2.^a vez de estátua de Vasco da Gama em Goa (1609/1610)²⁹. Os restantes três, hoje desaparecidos, ainda foram localizados e compulsados no séc. XVIII por Barbosa Machado e pelo Conde de Ericeira e diziam respeito às tomadas de posse do vice-rei Aires de Saldanha (1600), do governador frei Aleixo de Meneses (1608) e do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (1614).

De Couto poeta, chegaram-no poucos testemunhos, peças liminares das suas obras, se bem que Manuel Severim de Faria assevere ter ele deixado “um grande tomo” de poemas.

Em conclusão, como “casado”, residente em Goa, Diogo do Couto enraizou-se na Índia portuguesa e nela desenvolveu toda a sua produção e projecto de vida. Nessa qualidade, assumiu-se como a voz dessa Índia: narrou-lhe os sucessos,

28 Sem dúvida o diálogo mais conhecido, teve uma primeira edição levado a cabo por António Caetano do Amaral, *ob. cit.*, pp. 1-204. Seguir-se-iam as edições de Manuel Rodrigues Lapa (Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1934) e de Ana Maria García Martín (Coimbra, Angelus Novus, 2009), ambas assentes em manuscrito parcialmente autógrafa e ambas sob título *O Soldado Prático*.

29 Destes discursos, só um, o dirigido a André Furtado de Mendonça, foi publicado ainda em vida de Couto (Lisboa, Vicente Alvarez, 1610). Embora alguns destes discursos tivessem sido posteriormente impressos, todos eles foram recentemente publicados na obra *Diogo do Couto orador. Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, edição de M. Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila-Santa, Albufeira / Portimão, Arandis / ISMAT, 2016.

criticou-lhe os desvios, alvitrou-lhe os remédios, guardou-lhe o espólio iconográfico e documental. Numa palavra, preservou-lhe a memória.

Bibliografia

- BAIÃO, António, “Introdução”, às *Décadas* de Diogo do Couto, I, Lisboa, Sá da Costa, 1947.
- BOXER, Charles R., *Three historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)*, Macau, Imprensa Nacional, 1948.
- FARIA, Manuel Severim de, “Vida de Diogo do Couto”, *Discursos Vários Políticos*, Évora, Manuel de Carvalho impressor da Universidade, 1624.;
- MARTINS, António Coimbra, “Diogo do Couto”, *Dicionário da História os Descobrimientos Portugueses*, Direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Caminho, 1994, vol. I, pp. 318-324
- IDEM, – “Diogo do Couto et la famille Gama”, *Revue de Littérature Comparée* (Paris, 1979), pp. 279-292.
- IDEM- “História de Diogo do Couto e dos seus Livros”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI (1991), pp. 73-118.
- IDEM- “Pelos Vidigueira e D. Francisco”. *Em torno de Diogo do Couto*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 67-95.

19. As vozes da Índia nas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto

*Esta glória das estátuas e dos escudos brancos passaram depois os
Atenienses às escrituras, por verem que as imagens e pinturas eram
mudas, e não podiam recitar seus feitos*

(Epístola dedicatória ao rei Filipe I de Portugal,
Década 4.^a de Diogo do Couto)

Este conceito de escritura da História como um exercício de recitação de glórias, expresso no excerto em epígrafe, é bem uma das marcas do discurso histórico de Couto nas suas *Décadas da Ásia*.

De facto, os melhores passos da autoria do cronista nas *Décadas* caracterizam-se por aquilo que poderíamos designar como uma escrita recitada, suportada por uma redacção desenvolvida mais ao sabor da memória do autor e da oralidade dos testemunhos do que a partir do aproveitamento de fontes documentais. Não quer isto dizer que Couto não tenha recorrido a este tipo de fontes, embora, como veremos, quando nelas se apoia, se limite a copiá-las. Por isso e apesar da habilidade que tinha para tornar sua a escrita alheia, os troços das suas *Décadas* quando se apoiam em testemunhos escritos sobressaem por vezes como um corpo estranho num discurso que tem a fluência de quem escreve de cor.

Um dos sinais da oralidade da escrita de Couto, que se capta duma leitura, mesmo perfunctória, das *Décadas*, acha-se na dominância de emprego de expressões verbais: “como ia dizendo”, “como já contei”, “aquele em quem falei”, “não ousou falar”, etc. Mas não só.

Diogo do Couto, como se sabe, não resistia a comentar o que narrava. Alguns destes comentários são feitos em jeito de conversa com o leitor, mas a maior parte deles – os mais críticos e sarcásticos – são verdadeiramente

vociferados. De um modo ou de outro, cria-nos a sensação de estarmos mais a ouvi-lo do que a lê-lo.

Também a temporalidade tridimensional conferida ao que conta contribui para reforçar a verbalização da sua comunicação com o leitor. Através da intrusão de pequenas proposições temporais nos ligamentos das linhas temáticas da narrativa – “enquanto não chegam, contaremos”, “enquanto faz sua viagem tornaremos”, “enquanto estão ocupados nesta obra”, “enquanto este recado não chega” – e da correlação que estabelece entre as variações do ritmo do sucesso guerreiro e as da textura do tecido narrativo, sugere a simultaneidade entre o acontecer, o escrever e o ler. Assim, o escritor, como se falasse com o leitor no tempo da narrativa, espera o tempo de um recado, o tempo duma obra e duma viagem e, de igual modo, quando não há nada que contar em termos guerreiros, entretém-se (e entretém-nos) contando outras histórias.

Em última análise, até o desalinho que caracteriza a redacção de Couto – sintaxe confusa, repetições de ideias e termos – e o grau de inacabamento em que deixou as suas *Décadas* (mesmo as que teve oportunidade de refazer) dir-se-ia serem manifestação de uma forma de expressão que não dá possibilidade de voltar atrás, como na escrita, para rever e corrigir, numa palavra, para limar o discurso. A mesma impressão decorre da leitura dos troços em que o autor, porque se “perde” a contar pormenores ou a tecer considerações, esquece de dar seguimento a uma ideia ou a uma história, acabando por afectar a própria estrutura sintáctica da frase.

Na longa recitação histórica das *Décadas*, fala a voz de Couto. Ele narra, ele critica, ele comenta. Praticamente, nunca se ausenta do discurso. Mas, quando narra e, sobretudo, quando o faz de memória, a sua voz é como que um diapasão em que ressoam muitas outras vozes. Porque, de facto, o cronista Diogo do Couto, ao contrário do que seria de esperar de quem cumulativamente exercia as funções de guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, era mais atraído pelas fontes orais do que pelas escritas. O pouco cuidado posto na utilização destas últimas denota escassez de paciência (ou de tempo?) para, previamente, as ler e ponderar. No fundo, um comportamento explicável num autor cuja vocação de escritor político, só autorizava a virar-se para o passado por encomenda ou para reforçar a visão decadentista que tinha do presente. Não foi de moto-próprio, mas por encomenda, que se lançou a comentar *Os Lusíadas*, a escrever as *Décadas da Ásia* antigas, o *Tratado dos Gama* e a *Vida de D. Paulo de Lima*.

Por todos estes motivos, os mais bem conseguidos momentos da reconstituição histórica coutiana são aqueles em que ele escreve de memória. Memória do que leu, do que testemunhou, do que ouviu. No aproveitamento entrecruzado da variedade destas lembranças, reside um dos fascínios da narrativa de Couto. Salpicada de pequenas histórias, de vivências (mesmo dos mais obscuros intervenientes), de pormenores concretos, de curiosidades, de episódios anedóticos que dão vivacidade à monótona narrativa bélica.

Embora nesta escrita, impregnada de oralidades, domine a voz de Diogo do Couto, é lícito concluir, como se verá de seguida, que, através da sua palavra, ele dá voz a muitos outros testemunhos orais e escritos.

1. Uma fonte de fontes

Tenho estar com o cântaro à bica, recolhendo a água fresca e informação das cousas que sucedem, o que não têm todos os mais da Europa que estão seis mil léguas apartados, aonde colhem esta água tão turva e cheia de limos, que não é para se ver.

(Epístola dedicatória da *Década* 8.^a; versão Porto-Madrid)

Diogo do Couto não se cansava de alardear que reunia as condições ideais para historiar os feitos dos Portugueses em terras e mares asiáticos. Porque tinha a experiência da idade e de longos anos de vida na Ásia (lembre-se que, quando foi nomeado cronista, era um homem com cerca de 53 anos de idade e com 36 de Índia). Porque estava no teatro das operações. Significativamente, sempre que avança com esta tese, esquece-se de juntar um outro argumento de peso – era o responsável pelo arquivo de Goa, donde passava-lhe pelas mãos a quase totalidade da documentação relativa ao Estado da Índia. Não surpreende, pelo que já foi dito, este sistemático lapso.

A sugestiva imagem de Couto, acima transcrita, dá-nos a medida exacta do seu critério de validação das fontes históricas e da relação ideal do cronista com as mesmas. Para ele, a fonte mais digna de crédito era a testemunhal, ou seja, aquela que tinha *visto* e *ouvido*. A informação de Gabriel Rebelo sobre as ilhas Molucas é enaltecida como fonte escrita, porque este “viu estas cousas com seus olhos”. Numa outra passagem sobre estas ilhas, criticando informações dadas por Bartolomeu Leonardo de Argenzola, escreve: “*porque as cousas que eu escrevo são verdadeiras, vistas sabidas e*

averiguadas pelas mesmas pessoas que se acharam presentes com quem eu falei muitas vezes”.

Decididamente, fugia-lhe a palavra para a verdade, ao tentar levar a água para o seu moinho! A frescura da fonte, sem o turvamento dos intermediários ou do tempo, era o mais importante, A função do cronista resumia-se a “estar com o cântaro à bica”. Assim o dizia, assim o fazia.

Para uma das suas *Décadas* – a *Década* 8.^a – consegui localizar uma das fontes escritas (das tais “frescas”) de que se serviu. Da colação do texto da *Década* com o da fonte, concluí (como, aliás, já outros estudiosos tinham feito) que Couto copiou quase textualmente essa fonte. Uma prática corrente na época, embora nunca com o grau de plágio presente em Couto. Mas, a grande novidade, a confirmar a minha ideia de que ele não fora talhado para o ofício de cronista de gabinete, é que Couto copiou mal.

Face ao problema de encaixe de um texto demasiadamente longo no corpo da *Década*, resolveu muito simplesmente cortá-lo salteadamente, não se dando sequer ao cuidado de confirmar se os troços escolhidos se articulavam entre si. Como resultado desta “operação”, somos confrontados com situações em que a *Década* dá como contados episódios que de facto o não foram, por terem ficado nos tais pedaços eliminados por Couto. Muitos outros exemplos se poderiam dar, denotadores de um trabalho de aproveitamento das fontes escritas feito sobre o joelho. Quantas vezes esquece a elementar tarefa de ajustar o tempo e o lugar da fonte ao tempo e lugar da escrita da *Década*!

Segundo penso, está no despuadorado aproveitamento das fontes por parte do cronista a explicação para as mutações de linguagem que sobressaem, por conjuntos de capítulos temáticos, nas *Décadas* e, possivelmente, também para as interpretações divergentes, por vezes contraditórias, que, sobre uma mesma questão de fundo, se detectam no discurso histórico de Couto. Foi, aliás, uma imagem, inusitada em Couto, para expressar a altitude de uma serra – “tão alta que [os que a ela subiam] não viam os pássaros senão pelas costas” – que me levou a achar uma das fontes escritas da *Década* 8.^a.

Outro sintoma bem revelador da postura do cronista perante as fontes encontra-se na opção tomada quando se confronta com várias interpretações do mesmo acontecimento: regista-as a todas, deixando ao leitor a liberdade de escolher a “que lhe soar melhor”.

Não se pode, evidentemente, avaliar o procedimento do cronista em relação às fontes orais, embora, conhecendo o modo como se apropriou das fontes escritas, possa deduzir-se não ter sido muito diferente.

Numa repescagem de todos os interlocutores por ele citados como fontes orais, relevámos: guzerates, mouros árabes, mouros da terra, canarás, cingaleses, mogores, persas, judeus, cristãos da terra, renegados, embaixadores, homens doutos, prisioneiros, mercadores, etc.

O peso da oficialidade ou da dignidade da fonte nunca teve para Couto a autoridade atribuída por outros cronistas da Ásia. Para ele todo o testemunho era digno de ser ouvido e registado, incluindo a *vox populi*, a opinião geral, referida por ele como “voz comum”, “ouvido publicamente”, “achado na boca dos homens”, e também presente nos sujeitos indeterminados de “diz-se”, “afirma-se” ou “conta-se”.

Como se sabe, as *Décadas da Ásia* são hoje fontes essenciais para a História da expansão portuguesa no Oriente e para as Histórias dos povos e das culturas asiáticas. São também, em certa medida, uma fonte de fontes, se tivermos em consideração que Couto integrava, praticamente em bruto, os materiais utilizados para a sua composição.

2. O enfiar da história

*Paremos agora um pouco nestas cousas,
E tratemos do famoso cerco que o Achem
pôs sobre a fortaleza de Malaca neste
mesmo tempo, por levarmos as cousas enfiadas*

Década 8.^a (versão Porto-Madrid), liv. III, cap. 6.

A partir dos materiais compilados e da memória do que testemunhou ou do que lhe contaram, Diogo do Couto compunha uma *Década* como quem monta uma manta de retalhos.

Duas coordenadas orientavam o cronista neste trabalho: a linha espaço-temática – “o lugar das cousas” – e a linha cronológica – “a ordem da história” ou “a ordem dos anos”. Os sucessos ocorridos num determinado espaço – o lugar do cerco, o lugar da conquista, o lugar da batalha, da expedição marítima ou terrestre – deviam coser-se uns aos outros respeitando a ordem dos anos, o que implicava um constante voltar atrás para retomar matérias deixadas em aberto. Este exercício de, ano a ano, apanhar o “fio” de um sucesso no ponto onde o tinha deixado, obriga o cronista a constantes chamadas de atenção ao leitor. Ou porque suspende temporariamente um assunto: “assim

o deixaremos um pouco”, “como adiante veremos”, “com o qual logo continuaremos”, etc., ou porque o retoma páginas adiante: “deixámos atrás”, “deixámos partido”, “tornando a continuar”.

No essencial, estes dois tipos de fios entrecruzados, formando uma frágil rede, sustêm o discurso histórico coutiano e, mais que a divisão em livros e capítulos, orientam o cronista (apesar de ele muitas vezes se perder!) na estruturação de uma *Década*. Como já se referiu, a textura desta rede rarefaz-se ou adensa-se em função do ritmo acontecimental da gesta guerreira na Índia. Na estação de “verão”, ela aperta-se em virtude da multivariiedade de linhas espaço-temáticas, e, nos meses de “inverno”, quando se fechavam os portos da Índia, ela deslaça-se ou concentra-se num só assunto, que preenche os vazios do não haver muito para contar em termos de sucessos bélicos.

Nem por isso uma *Década* é um modelo de organização. Na prática, o que acontecia é que, apesar do Diogo do Couto-cronista estar sempre preocupado com os “fios das histórias” e com a “ordem dos tempos”, o Diogo do Couto-memorialista/comentador constantemente se evadia e desalinhava.

3. Os discursos da história

Para Diogo do Couto, o papel fundamental da crónica é recitar os feitos ilustres e insignes dos homens de armas. A imortalização das respectivas glórias pela escrita é, em seu entender, o melhor galardão que se pode conceder aos heróis, pois os títulos e bens materiais acabam-se com a morte, enquanto as escrituras os ressuscitam “para tornarem a viver em fama outra vida, que nunca se acabará enquanto durar o Mundo”.

Nesta afirmação está implícita uma leitura que coloca o cronista acima do próprio monarca que lhe encomendara o serviço. Com o avançar da idade e o acumular de desenganos e ressentimentos, Diogo do Couto encarregar-se-á de a explicitar. Na *Década* 8.^a, uma das últimas que compôs, criticando a Coroa por não ter premiado o mérito de Francisco Camelo quando, em circunstâncias extremamente arriscadas, abasteceu a fortaleza sitiada de Chale, escreve: “mas, se não alcançou o galardão que merecia na Terra, não lhe faltará nesta minha História, onde lhe durará mais que os despachos que lhe negaram”!

3.1. O discurso heróico – os feitos e os heróis.

Pelo discurso destas Décadas verá Vossa Majestade os raros e espantosos feitos que estes seus vassalos têm feito e cada dia fazem.

(Epístola dedicatória a Filipe I, *Década* 4.^a de Diogo do Couto)

A narrativa dos feitos heroicos dos Portugueses no espaço português do Oriente é o conteúdo primordial ou, o que hoje designaríamos, “núcleo duro” de uma *Década da Ásia*. Na interminável sucessão de acções bélicas, destacam-se as descrições de batalhas, sobretudo aquelas onde os Portugueses se defrontam com os “infiéis”. Quando a narrativa incide sobre este tipo de evento, Couto entusiasma-se e, não raro, confessa faltar-lhe o ornamento de palavras para contar tanta maravilha! Gregos e Romanos são o termo de comparação ideal, pois suas façanhas se situavam num plano mítico e as portuguesas num plano real. Temporariamente, Diogo do Couto depõe as armas da crítica e assume-se, de facto, como cronista oficial dos “feitos dos vassalos portugueses no Estado da Índia”. Na sua pena, estes lutam como “leões ferozes” ou “touro enraivecidos”, fazem “altas cavalarías”, “afuzilam faíscas de honra e primor”. Enfrentam, “com ímpeto e determinação” ou “barba a barba”, uma “multidão diabólica” de inimigos (tantos que não tinham “onde cair mortos senão sobre eles!”), “chuveiros de pedrada”, “nuvens de pelouros” etc.

Os sucessos guerreiros são sempre acompanhados de longas listas de nomes. A identificação de todos os intervenientes numa acção é uma preocupação obsessiva de Diogo do Couto, patente nas inúmeras vezes que anota: “não achei o nome”, “a quem desejei saber o nome”, “a quem não soube o nome”.

Geralmente, estas indicações surgem no quadro de uma outra obsessão de Couto: celebrar aqueles que, porque não nasceram nobres, “por muitas cavalarías e façanhas que façam, com a morte se lhes acaba tudo, e assim se passa por suas cousas como se o esforço não tivera merecimento mais que nos ilustres”. E promete (embora raramente cumpre):

E posto que deva muito a Deus o que nasce nobre, porque nele resplandecem sempre mais as virtudes, quando são em igual grau do outro não tão bem nascido, todavia nem por isso devem deixar de ser louvadas e engrandecidas [...] e seja quem quer for, não perderá nesta nossa história o preço de sua virtude.

E vai mais longe. Considera que são mais dignas de mérito as proezas realizadas pelos “homens não conhecidos, nem de apelidos usurpados, senão criados pobres e rusticamente mal-vestidos e pior atados”, porque eles não têm, tal como os nobres, obrigações de sangue e de honra de as levar a cabo. Sempre que terça armas por esta causa, não consegue esconder a sua incontida raiva contra os que, porque “nasceram ilustres, cuidam que seu honroso nascimento só lhes basta”! Mas, feitas bem as contas, é a eles que dedica o grosso da sua prosa nas *Décadas da Ásia*. Ossos do ofício dum “soldado prático” convertido em cronista-oficial.

3.2. O contradiscurso – a pena como arma

Demétrio Falésio aconselhava a el-rei Ptolomeu que se ocupasse em ler livros, porque neles achavam os reis cousas que ninguém lhes ousava dizer pessoalmente

(Epístola dedicatória a Filipe I, *Década* 4.^a de Diogo do Couto)

Subcrevendo um retrato de Diogo do Couto, reproduzido no verso da página de título da primeira edição da *Década* 5.^a, aparece a seguinte legenda: “A effigie exprime o que só com César se viu: com a pena trata da História, e com a mesma mão brande as armas”.

Não me admiraria nada se o conteúdo desta legenda fosse da autoria de Couto. Foi a imagem que de si cultivou e que gostaria que ficasse para a posteridade.

Numa passagem bem conhecida da *Década* 7.^a, referindo-se aos “soldados desconhecidos”, escreve:

pelos quais se podia dizer o que Sila disse de César: ‘Guardai-vos daquele mancebo mal cingido’; assim, por estes nossos portugueses, a que a falta de sangue encobriu o grande valor do espírito, se podia dizer: ‘Guardai-vos daqueles esfarrapados e daquelas espadas e chuças ferrugentas.

Como se torna evidente, é o próprio Couto que se projecta neste trecho. Curiosamente, não foi o esgrimir da espada a notabilizar o *soldado prático*, protagonista dos diálogos por ele escritos, mas o de uma outra arma – a pena.

Não lhe ficou atrás o cronista oficial da Ásia cuja pena, quando afiada para a crítica, “cortava” bem mais do que a espada! Com a agravante de nas *Décadas*, a obra em que expressamente se propõe contar “os raros e espantosos feitos” dos

vassallos do rei de Portugal na Índia, Diogo do Couto se comprazer permanentemente no exercício de dar a volta, mostrando o avesso dessa epopeia. Críticas ao funcionamento do aparelho administrativo-militar do Estado, denúncias de cobardias, cobiças, fraquezas e protestos sem fim. Diogo do Couto não se cansa de dizer de sua justiça, de opinar, de tomar partido. Exaspera-se, grita, clama e irrita-se.

Ninguém escapa à pena mordaz de Diogo do Couto. Como ironiza A. Coimbra Martins, “só lhe falta dizer mal do cronista do rei na Ásia”!

Até suspensão a sua pena é uma ameaça. Ou porque deixa ficar graves insinuações no ar: “enfim, é bom não passarmos daqui por não culparmos reis, ministros e vice-reis...”, ou porque adverte: “cuido que me não sabem o nome, mas eu sei-o a todos”.

Embora dificilmente se detecte uma linha de coerência no pensamento crítico de Couto, não se pode deixar de reconhecer que, ao longo das suas *Décadas*, se recorta um outro discurso – o contra-discurso da gesta heroica portuguesa na Ásia. Na óptica de Couto, era também para isto que serviam os livros, mesmo quando encomendados para outro efeito. Por isso, pela boca de Demétrio Falésio, aconselha Filipe I a ler as suas crónicas, onde, avisa, acharia “cousas que ninguém lhe ousava dizer pessoalmente”.

3.3. O passatempo do leitor – o teatro da História

E porque nenhum escritor nosso tratou desta festa [Mamanga, em terras do Samorim de Calecute], pareceu-nos bem fazer uma relação do seu princípio e origem, pera maior gosto da história e passatempo dos que a lerem.

(*Década 12.^a, liv. IV, cap. 4*)

O teatro das acções narradas nas *Décadas é a Ásia*. Para além da muita e variada informação sobre a vida e história dos povos asiáticos que se rendilha ao longo do discurso histórico de Diogo do Couto, destacam-se os blocos temáticos, também eles dispersos, onde o cronista trata exclusivamente da história destes povos ou, como ele diz, da história alheia. O espaço, ocupado por cada uma destas unidades temáticas no corpo das *Décadas* é variável: desde fatias substantiais de um capítulo a capítulos inteiros; só excepcionalmente, por exemplo quando escreve sobre as religiões da Índia, a informação se estende por capítulos sucessivos (três, no máximo).

No que diz respeito às matérias versadas, domina a informação sobre história político-militar, religiões, costumes e organização social. Contrariamente a João de Barros, Couto não dá muita importância aos aspectos geográficos. Curiosamente, uma das mais precisas e pormenorizadas descrições geográficas que nos apresenta – a das “gangas” de Bengala – é feita a partir de dois painéis pintados que lhe chegaram às mãos.

Estas unidades temáticas sobre história asiática ocupam um lugar muito “sui generis” nas *Décadas da Ásia*. Muitas delas, nomeadamente as que aparecem nas *Décadas* antigas, surgem “para melhor entendimento da história” da acção portuguesa ou, se se quiser, como forma de apresentação do palco das operações. Mas, à medida que o cronista vai avançando na história, outros critérios se vão afirmando: o preenchimento de tempos mortos da gesta guerreira e o entretenimento dos leitores (europeus, subentenda-se):

“Enquanto dura o tempo de inverno, em que não há que fazer nas nossas cousas, daremos razão das alheias, e esta ordem guardaremos sempre pelas não misturarmos todas”.

A explicação para esta solução de encaixe, que foge ao articulado característico de uma *Década*, decorre da técnica narrativa, já caracterizada, de simulação de coincidência de três tempos: o da narrativa, o da escrita e o da leitura. Assim, e de acordo com ela, ocupa os meses em que o relato cobre a época de “inverno” – a estação baixa da guerra – com as histórias alheias, “pera maior gosto da história e passatempo dos que a lerem”.

E, de facto, consegue-o, porque liberto da preocupação do entrelaçamento dos “fios das histórias” na “ordem dos tempos”, e dos formalismos do discurso heroico, escreve, mais distendido, ao correr da pena.

4. As vozes da Índia

Por muitas censuras, cortes e intervenções de outras mãos que tenham sofrido os textos das *Décadas* saídos da pena de Couto, não lhe conseguiram calar a voz, pela impossibilidade intrínseca de se separar aquilo que se interpenetra. Só fazendo-os desaparecer. O que também foi tentado e, em relação a alguns deles, conseguido. Mas, como comenta Diogo do Couto, a propósito do livro *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, mandado “recolher” pelo rei D. João III a requerimento de alguns fidalgos: “posto que em algum tempo se mande recolher algum volume dos nossos, outros virão em que se elas [as verdades] manifestem”.

Felizmente, para o investigador hodierno, as vozes da Índia das *Décadas* não incomodaram muito os contemporâneos de Couto, nem os censores (talvez porque estes, fazendo o seu trabalho em Portugal, não sabiam como meter-lhe a tesoura). Com uma única excepção...

4.1. A voz de Diogo do Couto

Segundo A. Coimbra Martins, “o que realmente diferencia Couto dos outros escritores da Ásia não é tanto ele escrever em Goa, e os outros em Lisboa [...] a diferença mais fértil em consequências deriva de o seu projecto de ascensão se desenhar no quadro do Estado [*da Índia, subentenda-se*], e não do Reino, nem na perspectiva de regresso ao Reino”. E, depois de provar que o projecto político de Couto para a Índia é o quadro do seu projecto pessoal, este investigador alinha-o de “voz da Índia”.

De facto, no discurso político, eivado de contradições das *Décadas*, emerge uma única tese coerente: a salvação do Estado da Índia passa pela experiência dos “casados”. Nem os valentes soldados, em que constantemente se revê o “soldado prático”, merecem esse tratamento. Porque se, num capítulo, se afirma que só eles aguentam o Estado, capítulos depois já é a sua indisciplina a responsável pela perda da Índia portuguesa.

Como “casado”, residente em Goa, Diogo do Couto assume-se inequivocamente como português que está na Índia para ficar. Nessa qualidade se assume também como porta-voz dos interesses, ambições e, sobretudo, dos ressentimentos do grupo social a que pertencia. Está nesta condição de “casado” a explicação para o seu rancor contra os fidalgos que, estando de passagem pela Índia, iam e vinham, e sempre ocupavam os cargos de maior honra e proveito no aparelho do Estado.

Na *Década* 5.^a, encontra-se, em meu entender, o trecho que melhor testemunha esta leitura.

Que razão há para dar o fidalgo de quatro dias na Índia seu voto nas cousas árduas [...] quando há cavaleiros honrados, e velhos, que as viram e trataram e que de tudo podem dar muito boa e certa informação.

É para os homens com experiência da Índia que vão os seus maiores encómios. Torce manifestamente a favor dos “casados”, nos conflitos entre estes e os reinóis, e não esconde a sua preferência pelos vice-reis que, tal como D. Antão de Noronha, aprenderam a conhecer a terra que iam governar

“como os bons pilotos, que começam de pajens de bitácula até subirem à cadeira de pilotos”.

Para ele, o testemunho do “casado” tem sempre mais força que o daquele que se encontra “de passagem”. Por exemplo, quando narra os conflitos dos capitães de Ternate com o rei Aeiro [Hairun] das Molucas, confia mais na versão de Gabriel Rebelo, que viveu muitos anos nestas ilhas, do que na de um soldado que nelas estanciou, integrado na expedição militar comandada por Gonçalo Pereira de Marramaque. Copiou capítulos inteiros do relato escrito por este soldado, mas teve o cuidado de cortar as passagens contendo críticas à actuação dos “casados” de Ternate em todo este processo. Como este, outros exemplos se podem colher, comprovativos de que, quando estava em jogo a palavra de um casado contra a de um reinol, Diogo do Couto não deixava ao leitor a opção de escolher a versão que melhor lhe soasse.

4.2. As vozes dos outros

Como em relação a muitas outras matérias, não se encontra nas *Décadas da Ásia* uma linha de pensamento consistente que permita caracterizar as opiniões de Couto sobre as culturas e povos asiáticos protagonistas das suas Histórias. Mais uma vez, o problema reside nas permanentes mutações do discurso do cronista e na dificuldade de se apartar o genuíno do copiado. Com a agravante de, amiúde, os rasgos de compreensão de Diogo do Couto mais não serem do que uma forma de, por via do contraste, criticar os seus compatriotas.

Uma coisa é certa: Diogo do Couto manifesta um imenso interesse por tudo quanto se relaciona com a história, a vida e os costumes das “gentes da terra”. Ele próprio se define como um “curioso” que, ao contrário da grande maioria dos seus compatriotas, tudo gosta de “ensacar”. Se a esta faceta de Couto se juntar o gosto pela conversação – “a prática das gentes” – compreende-se por que Sebastião Dalgado e Charles Boxer o consideraram um dos primeiros orientalistas europeus.

Cingindo-nos ao subcontinente indostânico, vejamos alguns dados sobre fontes e testemunhos por ele sinalizados ao longo das *Décadas da Ásia* e que dão corpo ao que se poderia designar como uma “Crónica da Índia”. Desde cedo, aproveitou as diversas viagens por terras da costa Norte da Índia para visitar pagodes, fixando-lhes os mínimos pormenores. Cultivou convívios e amizades que não se confinaram ao espaço de domínio português. Tudo lhe despertou interesse. Reparou, por exemplo, nos padrões e lâminas de metal em

que estavam gravadas as rendas de certas igrejas das cristandades do Malabar e, em plena campanha militar, memorizou as crenças em agoiros dos reis hindus. Fez duas viagens a Baroche [Broach] para visitar o amigo Caracen [Qara Hasan], genro do Coge Çofar [Khwaja Safar] das campanhas de Diu. Com ele “folgou, lendo, em italiano, Dante, Petrarca e Bembo” e aprendeu muito daquilo que contou sobre o reino de Cambaia. Muita da informação, colhida junto deste amigo, teve oportunidade de rectificar, mais tarde com um mouro arábio, Banaoder, um integrante da expedição otomona de Soleimão Rax (Salman Ra’is), em 1527-1528, que depois passou a Goa. Durante uma estadia em Diu, na década de 60, falou com muitos guzerates, fez averiguações junto de “mouros naturais e gentios” e interessou-se por cantigas que na região circulavam sobre a morte do sultão Badur [Bahadur].

Já cronista, “revolveu toda a Índia” para se inteirar da história política do Malabar e garante ter ido “em pessoa ver o hospital dos pássaros em Cambaia” para elaborar os capítulos da *Década* 5.^a sobre o hinduísmo. Esta afirmação é, no entanto, contrariada por G. Schurhammer para quem os capítulos sobre o hinduísmo foram copiados de manuscritos de frei Agostinho de Azevedo.

Carteou-se com muitos renegados, portugueses ou de outras nacionalidades, que viviam em sultanatos da Índia: António de Aguiar, um valido do sultão indo-muçulmano Husain de Ahmadnagar, que lhe enviou lembranças tiradas dos tombos da corte; Cosmo Correia e o polaco Gabriel, que viviam na corte mogor do imperador Akbar.

Muitas são ainda as informações que alega ter colhido junto de pessoas que, em negócios ou missões diplomáticas, passavam por Goa. Aproveitou ainda residências forçadas de outras: Mealeção [Mia Ali Khan], príncipe de Bijapur, com o qual diz ter tido muitas conversações sobre as histórias dos seus antepassados, e os corsários malabares Cunhale e Chinale que foi visitar ao tronco (*prisão*) de Goa.

Tal como para a feitura da história da gesta portuguesa, é notória a sua preferência pelas fontes orais. Não deixa, no entanto, esquecidas as fontes escritas que afirma ter consultado: as crónicas muçulmanas dos sultanatos do Decão; as escrituras de Bisnaga [Vijayanagar]; as histórias dos Mogores, em língua persa, que achou em poder de um embaixador mogor que esteve em Goa; as “escrituras caldeias de cristãos da serra do Malabar” e as olas (*folhas de palmeira usadas como suporte da escrita*) de Cranganor; os livros sagrados hindus e os já mencionados “padrões e lâminas de metal” com gravação de doações dos reis do Malabar à Cristandade de S. Tomé.

Se, e usando uma imagem de Couto, foi ele que esteve com o cântaro à bica de todas estas fontes, duvidamos. Para algumas, já foi apurado ter Couto dito que viu e ouviu o que outros viram e ouviram, e ter lido o que outros leram.

Seja como for, através da integração de todos estes testemunhos, incluindo o seu, na crónica oficial da história dos portugueses na Ásia deu voz a muitas vozes da Índia – gentes da terra e gentes que, com conhecimento de causa, dela falaram ou escreveram. Por isso, as *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto são hoje fontes essenciais, não só para a história da presença portuguesa na Índia, mas também para as histórias dos povos e culturas asiáticos.

Bibliografia

COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, ROT, 1778-1788, 15 volumes (incluindo Índice geral), disponível em versão digitalizada na BNP em purl.pt, edição fac-similada pela Livraria Sam Carlos, Lisboa 1973-1974.

IDEM, *Década Quinta da Ásia. Texte inédit, publié d'après un manuscrit de la Bibliothèque de l'Université de Leyde par Marcus de Jong*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937.

IDEM, *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, Lisboa, IN/CM e CNCDP, vol. I, 1993.

IDEM, *Década 4.ª da Ásia* de Diogo do Couto, edição crítica e anotada, coordenação de M. Augusta Lima Cruz, Lisboa, CNCDP / Fundação Oriente / IN/CM, vol. I e II, 1999.

20. Do discurso historiográfico de Couto aos trabalhos forçados do editor

O processo de composição e as peculiaridades do discurso historiográfico de Diogo do Couto (1542-1616) estão na base do presente artigo. A partir de informação sobre a tradição manuscrita e impressa da obra historiográfica deste autor, visamos também suscitar uma reflexão em torno dos desafios colocados ao editor dos textos de Couto, tendo em vista uma fixação dos mesmos tão próxima quanto possível da forma saída das mãos do cronista ou daquela que ele tinha intenção de fazer chegar à leitura pública.

1. A obra historiográfica de Couto: trabalhos de Sísifo, trabalhos de Hércules

A produção literária de Diogo do Couto, pode dizer-se, concentra-se nos últimos 20 anos de sua vida. Na verdade, quando, em 1595, com cerca de 53 anos de idade, foi nomeado para o cargo de cronista da Índia portuguesa só tinha composto o diálogo *O Primeiro Soldado Prático*, e rascunhado alguns trabalhos de cariz histórico, como uma narrativa sobre a história dos portugueses no Oriente desde a aclamação de Filipe I neste império (o gérmen da futura *Década 10.^a*), e possivelmente um *Comentário dos Lusíadas*, versando essencialmente matérias históricas do poema épico; trabalho inacabado e desaparecido.

Mas, a partir da sua nomeação para o cargo de cronista da Índia e, simultaneamente, organizador e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, Couto desenvolveu uma actividade literária incansável. A um segundo diálogo *O Soldado Prático* e a um conjunto de orações escritas e proferidas nas tomadas de posse dos governadores / vice-reis ou em outros actos solenes na cidade de Goa, junta-se o grande volume do seu trabalho situado no campo historiográfico. É nesse campo em que se inscrevem as nove *Décadas da Ásia* – o seu *opus magnum* –, o *Tratado dos Gama* e a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, e ainda outros escritos cujo paradeiro se desconhece: um *Tratado das Fortalezas*, também designado *Epílogo da História da Índia*, e uma *História da Etiópia*. Da sua

autoria, embora tiradas das *Décadas da Ásia*, são ainda duas relações de naufrágios – o das naus *Águia* e *Graça* e o da nau *S. Tomé* – que, é bem provável, teriam circulado como peças avulsas e como tal viriam a integrar, mais tarde, a *História Trágico-Marítima* (1735-1736) publicada por Bernardo Gomes de Brito¹.

A hercúlea tarefa de Couto ganha ainda mais significado quando sabemos que, por força de incidentes vários, ele se viu obrigado a reescrever muitos dos seus livros. A este já por si acidentado processo, acrescentem-se os tratos sofridos pelos seus manuscritos. No caso das *Décadas da Ásia*, os manuscritos eram enviados de Goa para Portugal, onde frei Adeodato da Trindade, cunhado de Couto e frade eremita de Santo Agostinho no convento da Graça de Lisboa, se encarregava de os rever e preparar para impressão. Não se limitou, todavia, a esta tarefa o frade agostinho. A sua intervenção traduziu-se, em muitos casos, por modificações na ortografia, na sintaxe, no léxico, na censura de vários passos, na introdução de capítulos inteiros inexistentes nos originais e na interpolação de discursos da sua lavra². Tais interferências não se confinaram às quatro primeiras *Décadas* publicadas em vida de Couto (4.^a a 7.^a), mas estenderam-se também a algumas outras deixadas inéditas após a sua morte, tendo-se projectado nas posteriores edições. Sirva de exemplo, entre muitos possíveis, a *Década* 12.^a, da qual se conservam no ANTT, um original com correções à margem e uma cópia da época já com as correcções integradas. No caso, o revisor achou por bem riscar todo o capítulo 6 do livro V, por considerar pertencer ao tempo da *Década* 6.^a, capítulo onde Couto faz uma descrição de Angkor no Camboja, considerada por Charles Boxer a primeira e mais pormenorizada entre as relações dos pioneiros europeus sobre a antiga capital khmer³. Ora, o capítulo riscado não foi transposto para a *Década* 6.^a, e também não aparece nas edições da *Década* 12.^a até hoje saídas a lume.

1 A relação das naus *Águia* e *Graça* colhe, arranjada, na *Década* 7.^a; já a relação da nau *S. Tomé* corresponde aos últimos capítulos da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e, supõe-se, faria parte da *Década* 11.^a extensa, desaparecida.

2 Sobre as intervenções de frei Adeodato da Trindade, ver Ana Dulce Ribeiro Caroça de Seabra, *No Princípio era o Texto: Contributo para a Edição do Texto de Diogo do Couto da Década X*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras, 1993, pp. LVI-LVIII e, da mesma autora, “Adeodato da Trindade (Frei)”, *Biblos*, vol. 5 (apêndice), 2005.

3 Charles R. Boxer, “Diogo do Couto’s Unpublished Account of Angkor”, *The Royal Proceedings of the Twenty-Third International Congress of Orientalists*, Cambridge, 21st-28th August, 1954, London, The Royal Asiatic Society, 1957; B. Groslier (com a colaboração de Charles R. Boxer), *Angkor et le Cambodge au XVIème siècle d’après les sources portugaises et espagnoles*, Paris, P.U.F. / Musée Guimet, 1958.

2. As *Décadas da Ásia* – Manuscritos e impressos

Rodrigues Lapa, em 1937, considerava que “o singular destino dos livros de Diogo do Couto é das coisas mais extraordinárias da literatura portuguesa”; já, dois anos antes, Georges Le Gentil não hesitara em afirmar: “une sorte de fatalité pèse sur son oeuvre trop vulnerable par un excès de franchise”. E, na verdade, cingindo-nos ao caso das *Décadas da Ásia*, pode afirmar-se que problemas e estranhos acidentes ocorreram não só na fase manuscrita (roubos, desaparecimentos, saques) motivando a reescrita de algumas delas, como também no arranque das primeiras edições, ainda em vida do autor: longas esperas, entre a data de envio dos textos e a sua publicação. Para agravar a situação, um incêndio ocorrido nas oficinas de Pedro Crasbeeck destruiu parte dos *stocks* das *Décadas* 5.^a e 6.^a, assim se explicando o facto de termos hoje exemplares completos e exemplares defeituosos da *Década* 5.^a e, da *Década* 6.^a, termos apenas exemplares defeituosos. Acresce que algumas páginas de título desta última *Década* levam a data de 1612 e outras de 1614.

Foram as versões contidas nestas primeiras edições (*Década* 4.^a, em 1602; *Década* 5.^a, em 1612; *Década* 6.^a, em 1614; *Década* 7.^a, em 1616, todas elas saídas dos prelos de Pedro Crasbeeck), publicadas ainda em vida de Couto, que passaram à posterior tradição impressa. Sabe-se que todas estas *Décadas*, incluindo algumas que ficaram inéditas aquando da morte do cronista, como, a título de exemplo, as versões resumidas das *Décadas* 8.^a e 9.^a, a *Década* 10.^a e os cinco livros da *Década* 12.^a, foram, por determinação régia, previamente preparadas para impressão por frei Adeodato da Trindade, no Convento da Graça em Lisboa. Assim se explica que a maior parte dos textos originais, alguns parcialmente autógrafos, hoje conservados no fundo “Manuscritos da Livraria” do ANTT, seja oriunda da livraria do referido convento.

2.1. *Décadas da Ásia* – Tradição manuscrita

Da *Década* 4.^a não foi localizado, até à data, manuscrito algum. Já no que respeita às restantes *Décadas*, o processo é mais complicado. Vejamos.

- Da *Década* 5.^a, Marcus de Jong veio a descobrir, em 1934, na Biblioteca da Universidade de Leiden, um manuscrito (codex 13 da Colecção Isaac Vossius), cujo texto, segundo este investigador, seria cópia de uma segunda versão desta *Década*, escrita pelo cronista, com a vantagem de não ter as intervenções de correctores e censores

impostas à edição *princeps* (1612) de que se desconhecem original ou cópias⁴.

- Da *Década* 6.^a, além da edição *princeps* defeituosa (1614), conhecem-se três cópias: uma completa na Biblioteca Pública de Haia; e duas incompletas, uma na Torre do Tombo (Mss. Livraria 538) e outra na Biblioteca Nacional de Lisboa (Fundo Geral 457). Estando ainda por apurar se estas cópias bebem no texto impresso ou no manuscrito original perdido.
- Da *Década* 7.^a são conhecidas duas ou provavelmente três versões. Além da edição *princeps* (1616) saída ainda em vida do autor, conserva-se uma outra versão manuscrita, inédita, no ANTT (Mss. Livraria 536); trata-se de um original parcialmente autógrafo, com várias diferenças relativamente à versão impressa: excertos cortados pela censura, páginas com palavras riscadas ou por outras substituídas⁵. Este texto é provavelmente testemunho da primeira redacção desta *Década*, enviada por Couto para Portugal em 1601, e apreendida, em 1602, aquando da captura do galeão *Santiago*, em que seguia, pelos Holandeses. Por último, um outro manuscrito, um original copiado pelo secretário de Couto e por ele duas vezes autenticado; ainda inédito, conserva-se no fundo “Manuscritos de Charles Boxer” (Portuguese Mss, 3) da Lilly Library, Universidade de Indiana; o qual segundo Charles Boxer, apresenta diferenças relativamente à edição *princeps* e ao manuscrito inédito n.º 536 do ANTT. Está por fazer um cotejo deste manuscrito com a edição *princeps*, mas possivelmente tratar-se-á do texto da segunda redacção ainda sem as intervenções de frei Adeodato da Trindade e de outros revisores.

De referir ainda a existência na BNP (Fundo Geral, n.º 458) de uma cópia do séc. XVII desta *Década*, em volume incompleto.

- Das *Décadas* 8.^a e 9.^a, ambas em versão resumida, sendo a da 9.^a truncada, conserva-se no ANTT (Mss. Livraria 613), em volume duplo, um original parcialmente autógrafo, remetido para Portugal nos inícios de

4 A notícia é dada em artigo, intitulado “Um manuscrito inédito de Diogo do Couto”, *Bilbos*, vol. X, 1934. Sobre a edição deste texto inédito, ver adiante Campo Editorial.

5 Cf. António Baião, *Diogo do Couto. Décadas*, selecção prefácio e notas de..., volume I, Lisboa, Sá da Costa, 1947, pp. CVI-CXIII).

1616. Seria o último trabalho enviado pelo cronista para o Reino, pois morreu no final desse mesmo ano. Além deste original, conhecem-se pelo menos 10 cópias, todas em códice duplo⁶. Segundo Couto, estes resumos foram por ele elaborados para colmatar roubo das respectivas versões integrais.

No respeitante à *Década 8.^a* em códice autónomo, viriam a ser localizados, no séc. XX, dois manuscritos desta Década cujos textos (cópias do séc. XVII derivando do mesmo modelo), praticamente idênticos, contêm uma versão em muitos aspectos diferente da versão resumida⁷. Uma destas cópias manuscritas conserva-se Biblioteca Pública Municipal do Porto (ms. 839); a outra, na Biblioteca Nacional de Madrid (ms. 2980). Por isso se convencionou designá-la por versão Porto/Madrid. Estes códices não contêm, como seria de supor, a versão integral desta Década que teria sido roubada, mas sim um conjunto de materiais organizados e já arrumados em livros e capítulos (variando assim das versões resumidas só subdivididas em capítulos) visando a composição e redacção finais de uma Década extensa⁸.

- Da *Década 10.^a* foram localizados até à data nove manuscritos, sendo o mais importante o conservado na Torre do Tombo (Mss. Livraria 443), pois é um autógrafo, ao qual faltam, no entanto, o I livro, os três primeiros capítulos do livro II e o primeiro terço do capítulo 4 do mesmo livro. Quanto aos restantes oito testemunhos manuscritos são cópias⁹.

6 Cópias conservadas nos seguintes arquivos ou colecções particulares: Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral, n.ºs 549, 845 e 665 (este mutilado e só com parte da *Década 8.^a*) e Códices Alcobacenses, ALC 318; Biblioteca Pública Municipal do Porto, Fundo Azevedo, n.º 64; Biblioteca da Casa Cadaval, Muge. M-V-14 (963), Ar. 130; Biblioteca de Alfonso Cassuto (colecção particular, sem cota); Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 3037; Biblioteca Nacional de Paris, OY 72 (8-9); Biblioteca Municipal de Rouen, colecção Montbret, 276.

7 Artur Magalhães Basto, “Breve estudo duma versão inédita da Década VIII de Diogo do Couto, pertencente à Biblioteca Municipal do Porto”, *Stvdium Generale*, (1953), Porto, I-II, n.ºs 1-2, pp. 79-96. António Coimbra Martins, “Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, vol. III, pp. 272-335.

8 Maria Augusta Lima Cruz, “Um estado da Década 8.^a”, *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, Lisboa, IN/CM e CNCDP, vol. II (1994) pp. 37-41.

9 Estas cópias, todas elas com letra do séc. XVII, conservam-se nos seguintes arquivos: Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, 460 e 926, Colecção Pombalina, PBA 145; Academia das Ciências de Lisboa, Manuscritos Azuis, 67; Biblioteca Pública Municipal

- A *Década 11.^a* levou sumiço. Aquando da monumental edição das *Décadas* de João de Barros e Diogo do Couto da Régia Oficina Tipográfica (1778-1788), o seu editor, Nicolau Pagliarini, colmatou o vazio narrativo do período cronológico abarcado por esta *Década* através da elaboração de um resumo, um pequeno volume composto, segundo afirma, a partir “não somente de alguns manuscritos, verídicos e autênticos que me vieram às mãos, mas também das Memórias de Manuel de Faria e Sousa, de Fr. João dos Santos, de Luís de Barbuda, de João Baptista Lavanha [...] e até de outras obras mais de Diogo do Couto”¹⁰. No entanto, António Coimbra Martins viria a localizar, na Biblioteca de Viseu (26-I-37), um manuscrito contendo este resumo, mas eivado de expressões que marcam a autoria do próprio Couto, as quais foram eliminadas ou alteradas no impresso da Régia Oficina Tipográfica¹¹.
- Da *Década 12.^a* só se conhecem os cinco primeiros livros, sendo bem provável nunca ter chegado Diogo do Couto a compor os restantes. Dela estão localizados três códices manuscritos. Dois encontram-se no ANTT: um original (Mss. Livraria 536) ao qual foram apostas correcções, nomeadamente de frei Adeodato da Trindade, mas também de outros revisores; o outro, uma cópia da época (Mss. Livraria 854) já com as referidas correcções introduzidas. Um terceiro, também uma cópia, conserva-se BNP (Fundo Geral 461).

2.2. *Décadas da Ásia* – Campo editorial

Além das supracitadas edições *principes* das *Décadas 4.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a*, todas saídas dos prelos de Pedro Craesbeeck, respectivamente em 1602, 1612, 1614 e 1616, o panorama é o seguinte:

- 1645, *Cinco Livros da Década 12.^a*, editados em Paris por Manuel Fernandes de Vila Real. Trata-se da 1.^a edição desta *Década*, a qual reproduz o texto manipulado pelos revisores, e elimina os passos

do Porto, Fundo Azevedo, 65; Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 3038, Biblioteca Nacional de Paris, ms. OY-72 (10); Biblioteca Angelica de Roma, ms. 1248.

10 “Prólogo” à *Década 11.^a*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1788 (sem numeração de página).

11 António Coimbra Martins, “Em busca da *Década 11*”, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 97-124.

pró-filipinos. Era intenção de Manuel Fernandes Vila Real assegurar a edição de todas as *Décadas* do cronista, mas ficou-se pela 12.^a.

- 1673, *Década* 8.^a (versão resumida), editada em Lisboa, pelos impressores João da Costa e Diogo Soares. Trata-se da 1.^a edição da versão resumida desta *Década*. Os impressores prometiam a publicação das restantes *Décadas* de Couto, mas não deram seguimento a esse projecto.
- 1736, *Décadas da Ásia*, Lisboa, na oficina de Domingos Gonçalves, sob a responsabilidade do editor Jaime Domingos Laté e Sagau. É constituída por três volumes: no primeiro volume, as *Décadas* 4.^a e 5.^a; no segundo e seguindo a paginação do primeiro, a *Década* 6.^a; e no terceiro, com paginação independente, a *Década* 7.^a e versões resumidas das *Décadas* 8.^a e 9.^a. Aqui se publica pela primeira vez o resumo truncado da *Década* 9.^a. Trata-se de uma edição que enferma de vários erros e lacunas. Ainda se chegaram a imprimir 120 páginas da *Década* 10.^a, hoje com paradeiro desconhecido, tendo assim, mais uma vez, abortado o projecto editorial de todas as *Décadas* do cronista. Mariagrazia Russo deu a conhecer recentemente a existência na Biblioteca Angelica de Roma (cota: II.13.21) de *in folio* de 96 páginas impressas, contendo os primeiros dois livros, exceptuando o capítulo 16, mais os primeiros três capítulos e meio do livro III da *Década* 10.^a ¹².
- 1778/1788 – *Da Ásia* de Diogo do Couto, responsável pela edição Nicolau Pagliarini, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, reeditada em *fac-simile* pela Livraria Sam Carlos, 1973/1975. Numa colecção de 24 volumes que contém as *Décadas da Ásia* de João de Barros e de Diogo do Couto, a obra de Couto estende-se do volume 10.^o ao 23.^o, sendo o 24.^o dedicado aos índices. Cada *Década* completa é publicada em dois volumes, as versões resumidas das *Décadas* 8.^a, 9.^a e 11.^a e os cinco livros da *Década* 12.^a ocupam, cada uma, o seu volume. Trata-se da 1.^a edição completa das *Décadas* de Couto, nela se publicando pela primeira vez o texto integral da *Década* 10.^a e, como já explicado, uma reconstituição

12 Mariagrazia Russo, “Un’edizione perduta, un manoscritto sconosciuto e una traduzione italiana inédita: i documenti della *Década* X di Diogo de Couto nella Biblioteca Angelica di Roma”, Italia – Portugallo. *Viaggi nella storia e nella cultura*, org. Carmen Radulat, Sette Città, Viterbo, 2008, pp. 135-168), e da mesma autora “A circulação em Itália das obras de Diogo do Couto. Um olhar sobre o percurso editorial da *Década* X”, *Diogo do Couto – História e intervenção política de um autor polémico*, ed. de Rui Manuel Loureiro e Maria Augusta Lima Cruz, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2019, pp. 145-155.

em versão resumida da *Década 11.^a*. É também a mais fidedigna das edições, embora colações pontuais feitas, quer com edições *principes* quer com originais conhecidos, tenham revelado erros de leitura, omissões, e mesmo saltos do mesmo ao mesmo, e que, de um modo geral, o editor se apoiou em testemunhos corrigidos ou censurados.

- 1937 – *Década Quinta da Ásia. Texte inédit, publié d'après un manuscrit de la Bibliothèque de l'Université de Leyde par Marcus de Jong*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

Nesta obra é publicado um texto inédito da *Década 5.^a*, codex 13 da Coleção reunida pelo célebre bibliófilo Isaac Vossius, conservado na supra-citada biblioteca. Segundo o editor, é uma cópia de uma segunda redacção desta *Década*, derivada, directa ou indirectamente, de um autógrafo do autor, com a vantagem de não ter as intervenções de correctores e censores impostas à edição *princeps* de que se desconhecem original ou cópias. Além da publicação do texto de Leiden, o editor apresenta uma listagem seleccionada de variantes – um total de 936 – entre o manuscrito de Leiden e a edição *princeps*.

- 1947 – *Décadas de Diogo do Couto*, selecção, prefácio e notas de António Baião, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1947. Excertos das *Décadas 5.^a* e *6.^a*, publicados, com ortografia actualizada, em dois volumes.
- 1993/1994 – *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, Lisboa, IN/CM e CNCDP, 1993 (vol. I); 1994 (vol. II). No primeiro volume é publicada, em edição crítica e comentada, uma versão inédita da *Década 8.^a* (cópias conservadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca Nacional de Madrid). No segundo volume, é feito um estudo comparativo entre este texto e o da versão resumida da mesma *Década*, com o levantamento de 856 variantes, muitas das quais substantivas, sobretudo na narrativa que cobre sucessos ocorridos entre meados de 1564 e inícios de 1569, ou seja, parte do período de tempo em que Couto viveu na Índia, antes da sua viagem ao Reino (1569-1571).
- 1993 – Ana Dulce Ribeiro Carocha de Seabra, na tese de mestrado polícopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada *No princípio era o texto. Contribuição para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da Década Décima*, transcreve em edição crítica, pp. 1-183, o que resta do livro II do autógrafo (Mss. Livraria 443), ou seja, sem os três primeiros capítulos e o início do capítulo 4.

- 1999 – *Década 4.^a da Ásia* de Diogo do Couto. Edição crítica e anotada, coordenação de M. Augusta Lima Cruz, fixação do texto por Ana Dulce de Seabra, Cristina Maria Serafim, M. Augusta Lima Cruz, M. do Rosário Laureano Santos e Rui Loureiro. “Introdução à leitura” por António Coimbra Martins e “Introdução à edição” por M. Augusta Lima Cruz. Notas históricas e filológicas de vários investigadores. Lisboa, CNCDP / Fundação Oriente / IN/CM, vol. I (introduções e texto), vol. II (notas, glossário e índice de antropónimos e topónimos).

3. Outras obras historiográficas

Por último, breves palavras sobre duas já citadas obras historiográficas de Couto, não tão conhecidas, e que, como dito, são aproveitamentos de trechos das suas próprias *Décadas* ou de obras de autores como João de Barros ou Damião de Góis. Referimo-nos ao *Tratado dos Gama* e à *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*:

- Do *Tratado dos Gama*¹³ são conhecidas três cópias manuscritas, a saber: uma na BNP (Fundo Geral n.º 462), contendo uma versão integral deste Tratado; duas no ANTT, ambas truncadas: Coleção de São Lourenço, vol. 6 e Núcleo Antigo n.º 897 A (4/6). Sem dúvida os testemunhos mais importantes são os da BNP e o da Coleção de São Lourenço do ANTT, sendo que este último não integra a parte I (viagens de Vasco da Gama), nem os três primeiros capítulos da II parte (feitos dos filhos da Vasco da Gama na Índia). Ambas são cópias do séc. XVII e a sua colação permite concluir não derivarem uma da outra, pois encontram-se saltos do mesmo ao mesmo, quer da cópia Torre do Tombo relativamente à da Biblioteca Nacional quer desta relativamente àquela, provando não haver relação ascendente/descendente entre elas. Por outro lado, ambas são cópias péssimas do ponto de vista da inteligibilidade da narrativa: eivadas de erros de leitura, de palavras ou frases sem sentido e de lacunas¹⁴. Quanto à cópia conservada

13 Nome por que é vulgarmente conhecido este Tratado, cujo título completo é: *Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso capitão Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira: Almirante do mar da India: no descobrimento, e conquistas dos Mares, e Terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou, e das cousas que socederão nella a todos seus filhos.*

14 Reside, aliás, na má qualidade destas cópias a explicação para o abortamento de algumas tentativas de publicação. Merece destaque a de Jorge de Faro: copiou todo o texto

do Núcleo Antigo, parece ser uma transcrição de finais do séc. XIX, ou mesmo dos inícios do séc. XX, feita sobre papel almaço pautado. Contém, em folhas numeradas, todas as peças liminares do Tratado e, em folhas inumeradas, os oito primeiros capítulos da I parte, sendo que o oitavo está incompleto¹⁵.

Uma edição diplomática, assente exclusivamente no manuscrito da BNP e sob título *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, saiu já nos finais do séc. XX, com introdução, leitura e glossário de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos (Lisboa, Cosmos, 1998).

- Da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*¹⁶ estão localizados dois manuscritos: uma cópia na Biblioteca Pública de Évora, códice CXV/1-6 e uma outra no British Museum de Londres: Add. Mss. 28 487, recensada por Georg Shurhammer (*Francisco Javier su vida y su tiempo*, Navarra, 1992, tomo III, p. 563), nos seguintes termos “Copia que se basa en un original firmado por Couto”. Desta obra foram feitas várias edições: 1765 (Lisboa, oficina de José Filipe), 1903 (Lisboa, Escriptorio)¹⁷. Note-se que estas edições não incluem, todavia, as seguintes peças liminares contidas nos manuscritos: epístola dedicatória de Couto a D. Ana de Lima Pereira, irmã do biografado e encomendadora da obra, datada de 10 de Novembro de 1611; dois sonetos, um dos quais, pelo menos, da autoria de Couto.

manuscrito conservado no códice da Biblioteca Nacional tendo em vista a sua edição na colecção “Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil” da Livraria Civilização. Chegaram a imprimir-se 112 páginas, mas o Visconde da Lagoa, director da colecção, teve dúvidas quanto à inteligibilidade do texto. Submeteu-o à consideração Manuel Lopes de Almeida que foi de igual parecer, aconselhando que se suspendesse o processo de impressão.

- 15 Para informação mais detalhada sobre este *Tratado*, ver Maria Augusta Lima Cruz, “O *Tratado dos Gama* de Diogo do Couto”, *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 33 (Janeiro/Março de 1998), pp. 117-134.
- 16 Título completo: *Vida de D. Paulo de Lima Pereira, capitam mor de armadas do Estado da India, onde por seu valor e esforço nas batalhas de mar e terra, de que sempre conseguiu gloriosas vitórias, foy chamado O Hercules Portuguez*.
- 17 Reproduções desta obra, que não tivemos oportunidade de consultar, foram recentemente impressos 2011 e 2017 (Nabu Press e Forgotten Books).

3. O discurso narrativo – fragilidades e virtuosidades

Na sua peculiar linguagem popular e arcaica, Diogo do Couto é um escritor que não se destaca pela fluidez e aprimoramento do estilo. A sua escrita, como sublinha António Coimbra Martins, caracteriza-se por: “frase pesada, período longo que colhe novo fôlego, mediante articulações precárias, nos sítios onde devia resolver-se em pontos finais. Discurso abundante em repetições tanto de ideias como de termos”¹⁸. Ao nível da redacção, dir-se-ia não ter havido tempo para voltar atrás, para polir, retocar, dar a última demão, deixando no leitor a sensação de estar perante um trabalho inacabado, com um travo a rascunho. Isto, mesmo nas obras cujos textos integrais são conhecidos ou naquelas que lhe mereceram mais de uma versão.

Estas fragilidades não obliteram as virtuosidades de um autor que tem a arte de saber contar, conquistando o leitor para as suas histórias, quantas vezes pitorescas e anedóticas, graças a uma bem conseguida técnica narrativa. Soube ligar a diversidade dos materiais ao seu alcance introduzindo aqui e ali pequenos comentários, apartes, breves notícias autobiográficas, episódios da sua experiência pessoal, apontamentos de erudição geralmente colhidos na tradição clássica. Soube também aligeirar o discurso para, usando as suas próprias palavras, tornar a “história menos enfadonha”. Por exemplo, na fastidiosa narrativa dos sucessos bélicos, acompanhada de longas enumerações dos participantes, dissemina incidentes curiosos, ditos jocosos, sucintas informações biográficas que, em última análise, contribuem para amenizar a aridez das listagens. No mesmo sentido apontam outros artifícios capazes de fornecer vivacidade à narrativa, como quando, seguindo uma fonte escrita em discurso indirecto a verte para o discurso directo, introduzindo falas ou diálogos, ou quando faz as suas tão características fugas para presente, projectando uma informação até ao tempo da escrita: “António Toscano, que foi meu vizinho e tem inda hoje filhas casadas em Goa”, “Manuel de Melo Pereira que hoje está por capitão de Damão”, “Francisco de Macedo que inda hoje vive em Cochim, frade da ordem 3.^a de S. Francisco, homem muito honrado”. Artifícios que imprimem uma tonalidade vivencial ao narrado. Os protagonistas e os acontecimentos não são tratados como história morta, arrumada num longínquo e distante espaço de tempo, sem nada a ver com a contemporaneidade.

18 António Coimbra Martins, “Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600) – Uma carta inédita”, ed. cit., p. 133.

Por outro lado, demarcando-se da prática corrente na cronística da época, não se apoiava preferencialmente no testemunho de autoridades (capitães, fidalgos, embaixadores, vice-reis). Diogo do Couto gostava de dar voz a outros estratos da população – vizinhos, amigos, artífices, soldados, renegados, prisioneiros e até, esporadicamente, mulheres –, o que lhe permite dar-nos uma versão menos convencional e mais humanizada. Assim, no relato do sucesso guerreiro não se fica pelas linhas de força gerais, vai ao pormenor do vivido pelos mais diversos protagonistas, na confusão de uma batalha, no recôndito de um barco, no quotidiano de uma armada. Também os blocos temáticos dedicados exclusivamente à história dos povos asiáticos – geralmente encaixados no chamado “inverno” quando, fechados os portos da Índia, não havia muito a contar no tocante à gesta guerreira portuguesa – surgem como formas de entretenimento do leitor “pera maior gosto da história, e passatempo dos que a lerem”¹⁹.

Contribuem também para reforçar esta informalidade da escrita, as constantes intervenções pessoais, numa quase conversa com o leitor. Apesar de se propor contar a história dos portugueses na Ásia, Couto não consegue reprimir-se, nem contentar-se com o relato simples e objectivo; não consegue distanciar-se do narrado como seria suposto fazer enquanto cronista. Temo-lo assim como uma voz sempre presente: comenta, desabafa, diz de sua justiça, denuncia, toma partido, entusiasma-se. Frequentemente foge ao passado narrado para, a propósito, comentar o presente. Por vezes mesmo irrita-se, protesta e exalta-se, sentindo-se “a pregar no deserto”! Neste seu constante e tão característico modo de opinar, sobressai a crítica acerada que não poupa ninguém – fidalgos, capitães, vice-reis e, esporadicamente, até o próprio rei – mesmo quando se fica pela ameaça.

Em suma, uma voz incómoda, pautada pela sua vocação de verdade e de justiça, sempre presente em todos os seus escritos. A começar obviamente pelo seu *alter ego* nos diálogos do *Soldado Prático*, mas também na produção historiográfica, como as *Décadas da Ásia*, onde seria de esperar um certo distanciamento do narrador relativamente ao narrado. Uma prática, no mínimo, surpreendente por parte de quem se propôs, em especial nas *Décadas*, contar “os raros e espantosos feitos” dos vassalos do rei de Portugal na Índia. Coisa que também fez, de facto, no essencial. Mas não se coibiu de, para além disso e numa espécie de contra-discurso, pôr a nu o avesso dessa mesma gesta heroica, denunciando cobiças, covardias e fraquezas. Atitude que, no quadro desta

19 Diogo do Couto, *Década 12.^a*, Lisboa, ROT, 1788, liv. IV, cap. 4, p. 375.

produção historiográfica, se reveste ainda de maior gravidade, pois é assumida pessoalmente, sem necessidade de a endossar a um qualquer anónimo “soldado prático”. É o próprio Couto – o cronista oficial da Ásia! – que critica, acusa e denuncia. Neste comportamento estará porventura a explicação para o acidentado destino dos seus livros.

É certo que Couto foi mais compreensivo em relação a certos grupos sociais – “os casados”, como ele –, e mais virulento em relação a outros – os fidalgos. No tocante aos religiosos, foi de um modo geral cauteloso; só nas últimas Décadas que compôs – a 8.^a e a 9.^a – levantou a voz contra os jesuítas e verberou contra aqueles que se metiam em assuntos políticos e de guerra. No fim da vida, desenganado e cansado, já nada tinha a perder.

Embora frequentemente critique a indisciplina militar da soldadesca, não é menos verdade dar uma especial atenção ao que poderíamos designar por “soldado desconhecido”. A identificação de todos os intervenientes numa ação guerreira é nele uma preocupação, quase doentia, patente nas inúmeras vezes que anota: “não achei o nome”, “a quem desejei saber o nome”, “a quem não soube o nome”.

4. A composição historiográfica: uma manta de retalhos

A metodologia de trabalho de Diogo do Couto deriva, em grande medida, da sobrecarga e da pressa impostas pela contingência de se ter visto obrigado a reescrever muitas das suas obras. Essa pressão reflete-se quer no processo de composição quer no modo como se apropriava das fontes escritas escolhidas.

Basicamente, uma obra historiográfica de Couto é a compilação de uma multiplicidade de materiais heterogéneos. Uma espécie de “manta de retalhos” onde se entrecem trechos de obras de outros autores ou de apontamentos anteriormente elaborados pelo próprio, diplomas e documentos de arquivo, memórias do que testemunhou ou ouviu contar e testemunhos orais de várias procedências. O peso deste tipo de recursos varia, naturalmente em função do arco temporal coberto pelas narrativas. Em obras, como as *Décadas da Ásia* mais antigas ou o *Tratado dos Gama*, denota-se um predomínio de fontes escritas. Já naquelas respeitantes aos tempos em que Couto vivia na Índia, ou seja, a *Década 7.^a* e seguintes e a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, articulando-se com as fontes escritas, é manifesta a presença de lembranças e testemunhos orais cuja marca, imprimindo uma certa coloquialidade à escrita, está patente nas constantes fundamentações do relato apoiadas em expressões verbais.

Estamos, em suma, perante montagens, “armadas” com mais ou menos habilidade, em função de coordenadas espaço-temporais, no caso das *Décadas*, ou do fio condutor de uma vida ou de uma linhagem familiar, nos casos da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e no *Tratado dos Gama*, respectivamente. Exercícios cujo resultado é um somatório nem sempre bem organizado. Contrariamente a João de Barros, seu antecessor no ofício de cronista da Ásia portuguesa, Diogo do Couto não nos apresenta um trabalho elaborado, maturado, depurado do secundário. No seu discurso historiográfico, embora alicerçado em pontos de referência norteadores, dir-se-ia que a intriga se vai tecendo ao correr da pena. A evidente ausência de aprimoramento, patente também no modo como se servia das fontes escritas – quantas vezes se esquece do elementar ajuste da fonte escrita que seguia ao lugar ou ao tempo da obra que compunha! – deixa no leitor a sensação de estar perante um trabalho ainda alinhavado.

5. A apropriação de escritas alheias: formas de presença

Subjacente ao discurso historiográfico de Couto, há muito, mesmo muito, de presença de outros autores. Como em tantos escritores seus contemporâneos, também nele se detecta um tipo de intertextualidade caracterizada pela “absorção ou transformação” de citações, de imagens, de sentenças, de frases feitas etc.²⁰ Estudos, ainda que pontuais, confirmam estas presenças, não só no Couto-cronista mas também no Couto-escritor de intervenção. António Coimbra Martins sinaliza vários passos da *Década 4.ª* bebendo na obra de Luís de Camões, em especial n’*Os Lusíadas* ²¹. Exercício similar feito a partir do segundo diálogo *O Soldado Prático*, leva Maria Vitalina Leal de Matos a conclusão semelhante²².

Esta dispersa e discreta impregnação do alheio na escrita não deve confundir-se, porém, com o resultado decorrente de uma outra técnica praticada

20 E. Asensio, “Para uma nueva edición crítica e comentada da la “Comédia Eufrosina” de Jorge Ferreira de Vasconcelos”, *Critique Textuelle Portugaise*, Actes du Colloque; Paris, 20-24 Octobre 1981; Paris, FCG, 1986, pp. 179-184.

21 A. Coimbra Martins, “Introdução à leitura da *Década Quarta*”, in *Diogo do Couto, Década Quarta da Ásia*, edição crítica e comentada, coordenação de M. Augusta Lima Cruz, Lisboa, CNCDP, Fundação Oriente, IN/CM, 1999, vol. I, pp. XXIX-XXXV.

22 M. Vitalina Leal de Matos, “Camões lido por Diogo do Couto no ‘soldado prático’”, *IV Reunião Internacional de Camonistas – Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1984, pp. 359-372.

por Couto na elaboração das suas peças historiográficas. Aí, ao recorrer a obras de autores que antes dele escreveram sobre os mesmos assuntos, ele utiliza-as como materiais de trabalho, ou seja, como “fontes”. Extrai trechos, por vezes até capítulos inteiros dessas obras, enxertando-os na sua narrativa. Um tal aproveitamento da obra alheia deixa-nos a sensação de que, talvez por trabalhar de modo apressado, Couto, à medida que ia lendo o texto alheio, utilizava directamente os fragmentos julgados úteis, com a preocupação de cortar, por vezes abreviar, quanto não lhe interessava, praticando uma transposição que era já a sua própria composição historiográfica. A título de exemplo, veja-se um excerto do *Tratado dos Gama* colhido da *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis, evidenciando a itálico, o corte operado entre duas transcrições quase literais, apresentadas em sublinhado:

Damião der Góis, <i>Crónica D. Manuel</i> , cap. 36	Diogo do Couto, <i>Tratado dos Gama</i> , parte I, cap. 3
Pelo que logo Vasco da Gama mandou a <u>Nicolau Coelho</u>, por a sua nau ser pequena, <u>que fosse diante sondando até aquela ilha, donde os barcos saíram</u>. <i>Os dos barcos tanto que viram as naus, se chegaram a elas, e as foram seguindo até que ancoraram, tangendo anafis, e outros instrumentos que se já pareciam mais com os nossos, que os das terras em que tocaram. A gente destes barcos era baça, de bons corpos, vinham vestidos de panos de algodão listrados, e nas cabeças traziam umas toucas, foteadas com vivos de seda, lavrados de fio douro, e terçados mouriscos cingidos, com adargas no braços.</i>	<u>Vasco da Gama mandou a Nicolau Coelho por ser a sua nau mais pequena que fosse diante sondando a ilha donde os barcos saíram.</u> <u>As gentes dos barcos era baça e de bons corpos, vinham vestidos de panos de algodão listrados e nas cabeças traziam toucas foteadas com vivos de seda, lavradas de fio douro, terçados cingidos e adargas nos braços.</u>

Estes cortes salteados obedeciam à preocupação de reduzir a extensão do modelo seguido para, usando a sua terminologia, evitar prolixidades. No entanto, tais cerceamentos ou, eventualmente, resumos não o coíbiam de intercalar no texto que ia compondo comentários ou à partes da sua lavra ou de disseminar, sobretudo ao versar episódios bélicos, expressões dramatizadoras do sucesso tão a seu gosto, como: “altas cavalarias”, “áspera batalha”, “valerosamente”, “fazer maravilhas”, “suas gritas” etc.

No respeitante às *Décadas da Ásia*, Rui Manuel Loureiro identificou, Década a Década, várias das fontes orais e escritas utilizadas por Couto. Sobre o que é das fontes escritas fornece inclusivamente amostragens contemplando dezenas de textos de que Couto se apropriou. Esta obra de Rui Loureiro, referência fundamental para os estudos coutianos, é, como se verá, precioso instrumento de trabalho para o editor da obra historiográfica deste cronista²³.

Outros estudos, centrados numa ou noutra obra de Couto, têm também alertado para situações da mesma natureza, avolumando o seu aprofundamento e lançando novas pistas. Entre outros, e já há largos anos, Georg Shurhammer²⁴ localizou em vários capítulos da *Década 5.^a* reproduções *ipsis verbis* de informações sobre história dos reis de Ormuz e de Ceilão e sobre religião hindu contidas numa “Relação do Estado da Índia”, atribuída ao frade agostinho frei Agostinho de Azevedo²⁵.

A título exemplificativo, veja-se o seguinte excerto:

Frei Agostinho de Azevedo, <i>Relação</i> , f. 263v, p. 251 da edição	Diogo do Couto, <i>Década 5.^a</i> , liv. VII, cap. 3, p. 27	Diogo do Couto, <i>Década 5.^a</i> (ms. Leiden), liv. VI, cap. 3, f. 156, p. 384 da edição
“Muitas vezes vi e ouvi na Índia em algumas terras aonde estive de assento, mormente em Cambaia, as vacas urinarem pelas ruas e acudirem os baneanes homens e mulheres e apararem as mãos e tomarem a urina e lançarem-na por cima das cabeças como nós fazemos a água bendita dizendo alguma palavras”	“Muitas vezes vimos no reino da Cambaia as vacas urinarem pelas ruas, e acudirem os baneanes homens e mulheres, e apararem as mãos e tomarem a urina e lançarem-na por cima das cabeças, como nós fazemos à água benta, dizendo algumas palavras”	“porque muitas vezes no reino de Cambaia vimos pôr-se uma vaca a urinar na rua e acudirem os baneanes, homens e mulheres, e apararem às mãos e tomarem a urina e lançarem-na por cima das cabeças como nós fazemos com a água benta, dizendo algumas palavras”

23 Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Instituto Cultural de Macau, 1998

24 Georg Shurhammer, *Francisco Javier – Su vida y su tiempo*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús & Arzobispado de Pamplona, 1992 (1.^a ed., em alemão, 1955-1973), 4 vols., vol. 3, pp. 564-571

25 “Relação do Estado da Índia” pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. I, pp. 197-263.

Supomos que, para estas matérias, o cronista recebeu directamente de frei Agostinho de Azevedo a informação escrita, pois este por mais de uma vez, declara tê-la remetido, a solicitação do próprio Couto²⁶.

Também António Coimbra Martins, numa leitura introdutória à *Década* 4.^a de Couto, não hesita em caracterizar como “um grande plágio” os decalques das obras de outros autores, sobretudo de Gabriel Rebelo, nesta *Década*. Nos exemplos por ele relevados, sobressai ter Couto utilizado preferencialmente os trabalhos de Gabriel Rebelo, António Galvão e até Garcia da Orta²⁷ para a descrição de terras, costumes e povos. Já no respeitante a matérias relacionadas com sucessos militares e políticos a sua principal fonte foi Fernão Lopes Castanheda²⁸. A ele foi ainda buscar os diplomas oficiais e documentos avulsos transcritos, constatação que leva A. Coimbra Martins a considerar ter sido a obra de Castanheda o principal “arquivo” de Couto para o tempo da *Década* 4.^a ²⁹.

Já anteriormente eu própria fizera exercício semelhante relativamente à *Década* 8.^a. Concluindo sobressaírem, de entre as fontes escritas dispersamente utilizadas por Couto, duas mais continuamente seguidas para a composição desta *Década*. São elas: a “Relação dos feitos heroicos em armas que Sancho da Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco...”³⁰ para os capítulos sobre as Molucas e para a acção de Gonçalo Pereira Marramaque nos Mares do Sul, nos anos 1566-1571; e a *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei D. Luís de Ataíde* de António Pinto Pereira³¹ para os capítulos sobre os cercos a Chaul e Goa de 1570-1571. Do cotejo destes dois textos com

26 Cf. “Relação” cit. nota anterior, pp. 205, 235, 248, respectivamente.

27 Gabriel Rebelo, “Informação das Cousas de Maluco”, obra de que se conhecem duas versões (1561 e 1569), pub. Artur Basílio Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente – Insulíndia*, Lisboa Agência Geral do Ultramar, vol. 3 (1955), 345-508, e vol. 6 (1988), pp. 161-294; António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, Lisboa, João Barreira, 1563; Garcia da Orta, *Colóquios dos simples e drogas* [...], Goa, Joannes de Endem, 1563.

28 Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1551-1561.

29 A. Coimbra Martins, “Introdução à leitura da *Década* Quarta”, ed. cit., pp. XII-CXXI, especialmente, pp. XL-LI e CII-CV.

30 BNP, FG-474, pub. A. Basílio Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente – Insulíndia*, Lisboa Agência Geral do Ultramar, 1954-1958, vol. IV, p. 164 e sgs.

31 A publicação desta obra iniciou-se em 1586, interrompeu-se e só veio a concluir-se 30 anos depois (Coimbra, Nicolao Carvalho, 1616). Sabe-se, no entanto, que antes desta

os passos correspondentes na *Década*, concluí ter Couto adoptado estratégias de tratamento diferenciadas. Assim, apropriou-se mais da “Relação dos feitos heroicos...”, a qual seguiu ao pé da letra, não só na importação de trechos mas também na estrutura das sequências narrativo-descritivas. Já no respeitante ao segundo texto, a *História* de António Pinto Pereira, apesar das grandes afinidades textuais captadas, verifica-se ter sido Couto mais interveniente: em vez de fazer cortes salteados, teve o cuidado de resumir, elaborando a sua própria síntese; de igual modo, deu-se ao trabalho de reordenar a narrativa, procedendo a compartimentações de blocos temáticos e arrumando-os de acordo com as coordenadas de uma *Década*. A explicação para estes dois modos de actuação poderá estar na tipologia desses textos. A “Relação dos feitos heroicos...” foi escrita por alguém – “um curioso que a elas foi” (às ilhas Molucas) – que presenciou os sucessos narrados e conheceu os locais. Um testemunho escrito em primeira mão, muito valorizado por Couto, porque “viu estas cousas com seus olhos”, não hesitando por isso em copiá-lo. Já a *História da Índia* é uma narrativa, uma crónica, composta por António Pinto Pereira a partir de vários materiais, um testemunho em segundo mão de que ele se apropria. Em suma, indícios de distintas opções de tratamento segundo a tipologia das fontes seleccionadas, suspeita que só futuros estudos com base de apoio mais ampla poderão confirmar ou infirmar³².

O *Tratado do Gama* é, sem dúvida, o testemunho mais significativo de como Couto deitou mão às escritas alheias, mas até, também, à sua própria escrita. Debrucemo-nos, primeiro, sobre exemplos de apropriação de escrita alheia. Na I parte deste *Tratado*, sobre as viagens de Vasco da Gama à Índia, recorreu, segundo as suas próprias palavras³³, à *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis e às *Décadas Primeira e Terceira* de João de Barros, que já corriam em letra de forma. Engenhosamente, colheu nestas duas obras expressões, imagens ou frases, umas vezes parafraseando, outras copiando, e graças a uma habilidosa articulação das respectivas narrativas, conseguiu até trabalhar

primeira edição completa circularam cadernos impressos a que Couto teria tido acesso, pois não esconde no corpo da *Década* conhecer a obra deste autor.

32 Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, ed. cit., vol. II (1994), pp. 318-344.

33 O próprio Couto o confessa na epístola dedicatória deste *Tratado* dirigida a D. Francisco da Gama, bisneto de Vasco da Gama, ao escrever “as cousas do conde vosso bisavô (refere-se a Vasco da Gama) das três vezes que a Índia passou, tirei de Damião de Góis algumas, mas a mor parte de João de Barros a quem sigo em muitas cousas ao pé da letra”, *Tratado* (Lisboa, Cosmos, 1998), p. 22.

duas em simultâneo, como ilustra o exemplo abaixo, no qual as partes colhidas em Barros aparecem sublinhadas e, a negrito, as retiradas de Damião de Góis:

Damião de Góis, <i>Crónica D. Manuel</i> , cap. 41	João de Barros <i>Década 1.^a</i> , liv. IV, cap. 8	Diogo do Couto, <i>Tratado dos Gama</i> , parte I, cap. 8
Nesta ordem chegaram aos paços onde el rei estava [...]	<u>Entraram todos em uma grão casa térrea em que estava aquele grão Samorim da província do Malabar por eles tão desejado de ver</u>	<u>Entraram em uma grande casa térrea onde os esperava aquele grande Samorim, imperador da província Malabar e tão nomeado na Europa, que eles tanto desejavam ver.</u>
El rei estava em uma sala grande, cercada ao redor de assentos de pau mui bem lavrados, alevantados uns dos outros ao modo de coro , ou teatro, os quais se encheram logo de Caimais e Naires. O chão desta sala era todo coberto de veludos verdes e as paredes armadas de panos de seda e ouro de cores. El rei estava <i>lançado</i> em um catel (que são leitos como que de campo), coberto de um pano de seda branca e ouro bem lavrada	[...] o qual estava <u>no cabo da casa em uma camilha coberta de panos de seda</u> , posto em um leito, a que eles chamam catle, e <u>ele vestido com um pano de algodão brunido com algumas rosas douro batido</u> semeadas por ele, e <u>na cabeça uma carapuça de brocado alta à maneira de mitra cerrada</u>	Aquele <i>casa estava cercada em redor de assentos de pau bem lavrados, alevantados uns dos outros a modo de coro</i> e por eles assentados todos os seus Caimais e Regedores. O chão da casa estava todo coberto de veludos verdes e as paredes armadas de panos douro. <u>No cabo dela estava o Samorim lançado em uma camilha coberta de panos de seda e ele vestido de outro de algodão brancos brunidos com algumas rosas douro do mesmo teor; na cabeça uma capuça de rolos, brocado alto à maneira de mitra cerrada.</u>

Vejam agora como o procedimento do cronista em relação à escrita de outrem se estendeu à sua própria escrita. Na II parte do *Tratado dos Gama*, versando a actuação dos filhos de Vasco da Gama na Ásia, Couto limitou-se a copiar o que ele próprio escrevera sobre o assunto nas suas *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a ³⁴. Rigorosamente, recortou passos, capítulos ou troços de capítulos destas *Décadas*, deles se servindo para montar o *Tratado*. A ponto de tornar impossível uma apresentação de exemplos, pois toda narrativa é uma transposição das referidas *Décadas*. Nesses recortes, colheu somente os períodos em que os filhos de Vasco de Gama exerceram cargos de chefia – de expedições militares (D. Cristóvão na Etiópia), de fortalezas (D. Paulo, D. Estevão e D. Pedro da Silva, em Malaca) e do Estado da Índia (D. Estevão da Gama, governador) – deixando cair episódios soltos sobre viagens ou participações destes em campanhas militares. Por outro lado, o objectivo de celebrar o nome dos Gama na Ásia levou-o a não transferir um ou outro trecho abordando actuações menos edificantes envolvendo membros desta família. Sintetizando, pode afirmar-se que, de um modo geral e em termos de informação, tudo o que está na II parte do *Tratado dos Gama* está também ao pé da letra nas *Décadas* supracitadas, mas nem tudo que está nestas *Décadas* se encontra no *Tratado*. Apesar das muitas lacunas e deficiências, as cópias do *Tratado dos Gama* têm um inestimável valor para os estudiosos dos textos de Couto; e não só por serem os únicos testemunhos/provas de ter sido ele quem escreveu esta obra³⁵. Como se esclareceu, a II parte deste *Tratado* é construída a partir da cópia de capítulos, ou excertos de capítulos, das *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a. Ora, como é sabido, quando Diogo do Couto terminou o *Tratado dos Gama*, em 1599, estas *Décadas* ainda não tinham saído dos prelos. Logo, para a composição do *Tratado*, ele utilizou manuscritos que tinha consigo, em Goa, contendo os textos das *Décadas* em causa no estado em que os remetera ou ia remeter para o seu cunhado, frei Adeodato da Trindade. Sabendo-se também que, à excepção de uma versão da *Década* 5.^a, se perderam os testemunhos – autógrafos, originais ou cópias – anteriores às primeiras

34 Mais uma vez é Couto que o esclarece, na continuação da epístola dedicatória citada na nota anterior: “as mais (*entenda-se, das cousas*) de seus filhos foram tiradas das minhas *Décadas* onde Vossa Senhoria as leu em fim de as aprovar”.

35 De facto, como já tivemos ocasião de salientar, não deixa de ser intrigante o facto de Diogo do Couto, escritor que não se cansava de alardear obra feita (as mais das vezes só alinhavada ou projectada), nunca faça referência a este seu *Tratado* nos seus escritos ou em cartas a D. Francisco da Gama. Uma excepção à regra, talvez porque acha que ela não cumpria os objectivos. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, “O *Tratado dos Gama* de Diogo do Couto”, revista *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 33 (Janeiro/Março de 1998), pp. 117-134.

edições das *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a, compreende-se a razão pela qual consideramos as cópias do *Tratado dos Gama*, sendo feitas a partir de manuscritos ainda não “tratados” por revisores ou censores, fundamentais para o restabelecimento dos textos destas *Décadas* do cronista. Por isso, na recente edição da *Década* 4.^a considerou-se fundamental a sua colação com os capítulos do *Tratado dos Gama* dela sacados, considerando-os mesmo uma ramificação da tradição da *Década* 4.^a. Este exercício saldou-se pelo levantamento de cerca de 80 variantes, na sua maioria lições adiaforas, e permitiu detectar no texto impresso da *Década* algumas das “fobias linguísticas” de frei Adeodato da Trindade³⁶, reveladoras de que pelo menos alguns dos capítulos em causa da *Década* foram corrigidos pelo frade agostinho antes de entrar nas oficinas de Pedro Crasbeeck³⁷.

Quanto à *Vida de Paulo de Lima Pereira*, ainda está por fazer o cotejo exaustivo desta biografia com os passos correspondentes nas *Décadas* 7.^a a 10.^a, e faltando-nos a desaparecida versão extensa da *Década* 11.^a, não temos termo de comparação com o grosso desta biografia. Nas partes correspondentes ao tempo da *Década* 8.^a, as versões conhecidas, embora não sejam integrais, permitem concluir que Couto fez selecção e cópia das matérias relativas à actuação deste fidalgo. Deduz-se, por isso, ter adoptado, para as restantes, metodologia similar àquela utilizada na composição do *Tratado dos Gama*. Nesse sentido aponta a rapidez na execução deste trabalho (cerca de dois meses), mas também a circunstância de, na epístola preliminar dirigida a D. Ana de Lima Pereira, irmã do biografado (só preservada na tradição manuscrita), o próprio Couto dizer explicitamente não ter feito mais do que recorrer ao que já tinha escrito. Aliás, para aí aponta a sobrevivência, no texto da *Vida de D. Paulo*, de remissões a várias das suas *Décadas da Ásia*, remissões que desmentem a autonomia de uma obra que se pretendia apresentar como uma biografia.

6. Dos percalços de quem copia à funcionalidade das fontes escritas

Compreensivelmente, ao lançar-se no exercício de copiar textos alheios ou por ele previamente redigidos, Couto corria o risco de cair nos erros inerentes a essa actividade: *lapsus calami*, saltos dos mesmo ao mesmo (homeoteleutos),

36 Sobre estas “fobias linguísticas”, ver pp. LVII-LVIII da tese de Ana Dulce de Seabra citada na nota 2.

37 Sobre este assunto, ver, Maria Augusta Lima Cruz, “Introdução à edição da *Década* Quarta”, *Diogo do Couto, Década Quarta da Ásia*, ed. cit., vol. I, pp. CXLII-CXLVII.

erros de decifração motivados ou por distração ou por cansaço etc. Os quais poderiam ocorrer nos próprios originais, uns parcialmente autógrafos, outros autenticados por Couto mas saídos das mãos dos amanuenses seus auxiliares. Veja-se, por exemplo, no quadro abaixo, um excerto da *Década* 8.^a em que Couto segue a citada “Relação dos feitos heroicos”. O passo que assinalamos a negrito na fonte seguida por Couto (1.^a coluna) foi saltado no original parcialmente autógrafo da versão resumida desta *Década*, provavelmente devido à repetição do topónimo Ito. Este salto verifica-se também em edições posteriores desta versão mas não acontece nas cópias conhecidas da versão Porto/Madrid que bebem noutra tradição manuscrita.

“Relação dos feitos heroicos”, p. 192 da ed. de Artur Basílio Sá	Diogo do Couto, <i>Década</i> 8. ^a , versão resumida, f. 44, ms. 613 (original) da Torre do Tombo	Diogo do Couto, <i>Década</i> 8. ^a , versão Porto-Madrid, p. 334, vol. I (1993) da ed. M. Augusta Lima Cruz
“A principal ilha é Amboino, que assim é o seu nome, e também se chama a ilha de <u>Ito</u> , e a causa de se chamar de Ito é porque o <u>principal lugar</u> que há na ilha de <u>Ito</u> , que na nossa língua quer dizer sete lugares juntos , que o seu nome é ilha de Amboino”	“Ilha de Amboino ou de Ito, que é o seu verdadeiro nome e chama-se assim porque o principal lugar dela se chama Ito, mas o nome mais ordinário é Amboino”	“Ilha de Amboino ou de Ito que é o seu verdadeiro nome. Chama-se assi por que o principal lugar dela se chama Ito que é cabeça de todos os lugares que são sete o qual número na língua da terra se diz Ito , mas o nome mais ordinário é o de Amboino”

Há, além disso, outro género de faltas, presentes em originais mas também em cópias ou em testemunhos de que só se possui o impresso, cuja origem está na falta de cuidado de Couto quando aproveita ou trata os materiais escritos seleccionados. Isso acontece, sobretudo, quando para enxertar no seu trabalho um texto demasiado longo, ele resolve, como já foi sublinhado, cortá-lo entre-meadamente, sem sequer se dar ao trabalho de confirmar se os trechos por ele escolhidos e transferidos se articulam entre si. Acontece, por isso, depararmos com situações em que Couto dá por contados episódios que ficaram no tinteiro ou, mais precisamente, nos troços que achou por bem eliminar ou não aproveitar.

A título de exemplo:

Na *Década* 8.^a, a dado passo, a propósito dos conflitos entre Portugueses e Itos nas Molucas, somos surpreendidos pela afirmação de que estes se arrependeram da vassalagem dada aos Portugueses. Como, para trás, nada foi dito sobre tal compromisso, torna-se necessário ir à fonte escrita seguida pelo cronista para compreender a situação, pois a notícia sobre a existência dessa vassalagem está num dos trechos que Couto inadvertidamente cortou.

Obviamente, estamos perante lapsos imputáveis a quem seleccionou os materiais a importar, no caso o próprio cronista, captáveis também em testemunhos decorrentes da transmissão textual.

No *Tratado dos Gama*, cujos testemunhos manuscritos conhecidos são cópias, e em que a II parte, como se viu, foi “armada” com capítulos e partes de capítulos recortados das suas próprias *Décadas*, a dada altura, ao inserir um troço do cap. 6 do liv. VIII, da *Década* 5.^a, que cobre o tempo de governo da Índia por D. Estevão da Gama, Diogo do Couto salta toda uma relação sobre os reis de Chaul. Acertadamente, pois tratava-se de matéria sem cabimento na narrativa dos feitos deste governador. Só que se esqueceu de transpor informação essencial, existente no final desta relação, sobre reforços militares por ele enviados a seu irmão, D. Cristóvão da Gama, comandante da expedição destacada para socorrer o Preste João. Este lapso acaba por afectar manifestamente a inteligibilidade da narrativa subsequente, pois ao retomar mais adiante a campanha de D. Cristóvão na Etiópia, dá como adquirida uma informação que, de facto, não passara para o corpo do referido *Tratado*.

Naturalmente, nos casos em que só são conhecidas cópias ou as edições *principes* saídas em vida de Couto, difícil se torna decifrar, no conjunto de lições faltosas evidentes, os erros de transmissão imputáveis a Couto ou aos seus secretários, enquanto “copiadores”, daqueles cuja responsabilidade cabe aos sucessivos intermediários por quem posteriormente passaram os originais: copistas, correctores, revisores e, no final da cadeia, tipógrafos. Sejam da responsabilidade de uns ou de outros, o certo é que o seu cotejo com as fontes seguidas permite detectá-los e corrigi-los. Entre as muitas ocorrências

relevadas, refira-se um lapso deste tipo (troca de “sardos” por “surdos”, em passo sobre o albinismo dos Papuas) na edição *princeps* da *Década 4.^a* e suas subsequentes edições, cuja rectificação foi possível, na recente edição crítica desta *Década*, graças à colação com a fonte que estava a ser seguida, no caso a “Informação das cousas de Maluco” de Gabriel Rebelo:

Gabriel Rebelo, “Informação das cousas de Maluco”, vol. VI, p. 201 da ed. Artur Basílio Sá	Diogo do Couto, <i>Década</i> 4. ^a , edição <i>princeps</i> (1602), f. 136 e eds. subsequentes	Diogo do Couto, <i>Década</i> 4. ^a , edição crítica (1999), vol. I, p. 385
“Há entre eles (<i>os Papuas</i>) alguns, mui brancos e <u>sardos</u> , que não vêm com o sol”	“Antre eles (<i>os Papuas</i>) há alguns tão alvos e louros, como Alemães, e com o sol são como cegos: há antre eles muitos <u>surdos</u> ”	“Antre eles (<i>os Papuas</i>) há alguns tão alvos e louros, como Alemães, e com o sol são como cegos: há antre eles muitos <u>sardos</u> ”

Outras situações há em que o recurso ao texto decalcado desvenda lacunas insuspeitadas e decifra trechos de sentido obscuro, não propriamente de Couto mas dos copistas. Confronte-se a título de exemplo, um trecho da parte I do *Tratado dos Gama* de que, relembre-se, a tradição manuscrita se confina a cópias, com o da *Década 3.^a* de Barros onde foi colhido, em que sublinhamos palavras causadoras de dois saltos do mesmo ao mesmo, colocando-se em itálico os trechos cortados, e a negrito as palavras grosseiramente deturpadas:

João de Barros, <i>Década 3.^a</i> , ff. 228v/229 da edição <i>princeps</i> (1563)	Diogo do Couto, <i>Tratado dos Gama</i> , parte I, p. 96 da edição de 1998
Dom Simão de <u>Meneses</u> <i>filho de dom Rodrigo de Meneses, provido pera capitão de Cananor, e dom Jorge de Meneses</i> , que fez aquele honrado feito em Chaul quando mataram Diogo Fernandes de Beja [...] E dom Fernando de <u>Monroy</u> , <i>filho de dom Afonso de Monroy</i> , craveiro que foi Dalcantara em Castela, que também ia provido de capitão de Goa”	“ <u>Simão de Meneses</u> [salto] que fez aquele honroso feito em Chaul quando mataram Diogo Fernandes de Beja [...] “D. Fernando de <u>Monroes</u> [salto] Carvalho, da Cantra e Castelo provido com a capitania de Goa”

Como a comparação atesta, captam-se no *Tratado dos Gama* dois saltos do mesmo ao mesmo: a repetição do apelido Meneses leva o copista a limpar toda a informação sobre D. Simão de Meneses contida no modelo e a remeter para este fidalgo, notícia referente a D. Jorge de Meneses. Situação similar acontece com a repetição do apelido Monroy. De igual modo, o copista, talvez por ignorar a palavra craveiro/claveiro (chaveiro), passa-a para o apelido Carvalho, seguindo-se erro grosseiro de leitura de “D’Alcantara em Castela” por “da Cantra e Castelo”.

Muitos outros casos de percalços, decorrentes dos diferentes graus da apropriação por parte de Couto da escrita alheia ou da sua própria, se poderiam apresentar.

Os exemplos dados, embora assentes em alguns dos estudos mais aprofundados até hoje realizados sobre algumas das composições historiográficas de Couto, nomeadamente sobre a *Década 4.^a*, as duas versões conhecidas da *Década 8.^a* e o *Tratado dos Gama*, são indicadores suficientes da funcionalidade de que se revestem estas fontes ou ante-textos num processo de edição.

No caso específico da edição crítica da *Década 4.^a* de 1999, o seu cotejo com o único texto-base conhecido, a edição *princeps* desta *Década*, provou a sua utilidade em diversos campos: detecção de *lapsus calami*, resolução de problemas de transcrição ortográfica e de pontuação, correcção de erros, preenchimento de lacunas, esclarecimento de passos de sentido ambíguo ou obscuro³⁸.

Conclusão

Tendo a crítica textual como objectivo apresentar um texto na forma mais próxima possível da que estaria na vontade do seu autor, compreende-se pelo exposto a importância de que se reveste a tradição indirecta, no caso as fontes escritas, para a fixação dos textos de Couto. Na verdade, como julgamos ter provado, estas fontes são preciosos instrumentos de trabalho ao subministrarem soluções para correcção de erros evidentes ou insuspeitados, esclarecimento de lacunas, decifração de passos obscuros e mesmo resolução de dúvidas respeitantes à transcrição paleográfica.

38 Maria Augusta Lima Cruz, “Introdução à edição da *Década Quarta*”, *Década 4.^a da Ásia* de Diogo do Couto, *ed. cit.*, vol. I, pp. CXL-CLXV.

Sirva de exemplo, neste particular, a seguinte interrogação surgida, na recente edição da *Década 4.^a*, em torno do significado da palavra Chitor (nome de cidade indiana) cuja tradução para português grafada por Couto é susceptível de ser lida como “de buxo” ou talvez “debuxo”. Considerando o contexto, a descrição da cidade, os qualificativos “fresco” e “viçoso” que lhe são aplicados indiciavam, numa primeira leitura, interpretativa, poder tratar-se de “de buxo” e referir-se ao arbusto desse nome. No entanto, o recurso aos *Colóquios* de Garcia da Orta, a fonte seguida por Couto neste trecho, levou-nos a optar pela forma “debuxo”, uma vez que este autor informa explicitamente tratar-se de “debuxo ou pintura”.

Temos assim que para a edição dos textos de Couto é tarefa incontornável a sua colação com as fontes por ele utilizadas, obrigando o editor a trabalhos acrescidos. Este, com efeito, além de recensar os testemunhos da tradição directa, não pode furtar-se, já no campo da tradição indirecta, a alargar as suas pesquisas no sentido de localizar as obras alheias seguidas pelo autor. A tarefa, é verdade, encontra-se bastante facilitada desde que Rui Manuel Loureiro, na sua obra *A Biblioteca de Diogo do Couto*, localizou muitas dessas fontes usadas para as *Décadas da Ásia*. Ressalve-se, no entanto, a probabilidade de, com um estudo mais minucioso e aprofundado de cada uma das obras de Couto, outros testemunhos dessa tradição virem a ser encontrados adormecidos em arquivos ou colectâneas documentais.

Acrescente-se a esta tarefa uma outra consistindo no minucioso cotejo destes testemunhos/fontes com a correspondente narrativa de Couto. Trabalho penoso, tanto mais que ele nem sempre os seguia linearmente. E nem sequer são raras as situações onde o apanhamos a saltitar de fonte para fonte, como prova o excerto supratranscrito da I parte do *Tratado dos Gama*, onde intercala passos colhidos ora na obra de João de Barros ora na de Damião de Góis.

O resultado desses trabalhos forçados impostos ao editor é, em muitos casos, enganosamente imperceptível, uma vez que o consequente levantamento de dados, não pertencendo à tradição directa, raramente tem direito a ser integrado no corpo de variantes do aparato crítico da edição. Surge, assim, remetido para uma segunda ordem de notas, reservadas a esclarecer passos obscuros, justificar opções de ortografia ou pontuação, chamar a atenção para possíveis lacunas de sentido, reforçar correcções de erros manifestos.

Apêndice 1. Origem dos textos aqui publicados

Artigo 1

Comunicação, sob título «Maure pour les Chrétiens, Chrétien pour les Maures – Yahya ou Ta'fouf (Bentafufa)», apresentada ao colóquio internacional *Les Relations luso-marocaines du XIV au XVII siècles*, em Arzila, 3-5 Agosto 1989. Publicada em versão portuguesa reformulada, sob título «Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros – o caso Bentafufa», *Anais de História Além-Mar*, n.º III, 2002, pp. 39-63.

Artigo 2

Artigo publicado na colectânea *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)* – Vol. I – Estudos / *Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et conflits (XVème-VIIIème siècles)* – vol. I – Études, Lisboa / Braga, CHAM e Lab2PT, 2021, pp. 595-650.

Artigo 3

Reformulação de comunicação apresentada ao *8ème Colloque d'Histoire Luso-Marocaine – Entre les deux rives de la Méditerranée aux époques médiévale et moderne*, Mértola, 30 Outubro a 1 Novembro de 2014

Artigo 4

Comunicação apresentada no *I Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*, Lisboa, 1985. A primeira edição saiu em língua inglesa, com tradução de Sanjay Subrahmanyam, in *The Indian Economic and Social History Review*, New Delhi/Beverly Hills/London, Sage publications, vol XXIII, n.º 3, July/September 1986, pp. 249/262. Seguindo-se as seguintes edições: 1987, *Actas do I Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*, Lisboa, Departamento de Estudos Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais, Lisboa, vol. II; 1995, in *Historiography of European on Africa and Asia, 1450-1800*, ed. Anthony Disney, Routledge; in 1996, *Povos e Culturas – Portugal e o Oriente – Passado e Presente*, n.º 5, Lisboa, Universidade Católica; 1999, *Revista da Pós Graduação em História da UnB*, vol 6, n.ºs 1 e 2, Brasília.

Artigo 5

Conferência de abertura do *I Simpósio de História do Oriente – Os Portugueses e a Ásia Marítima – Trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Academia de Marinha, 20-21 de Novembro de 1918, revista e publicada nas respectivas *Actas*, Lisboa, Academia de Marinha, 2020, pp. 11-25.

Artigo 6

Texto publicado sob título “As andanças de um degredado em terras perdidas: João Machado”, *Mare Liberum*, n.º 5 (Julho de 1993), Lisboa, CNCDP, pp. 38-48. Reformulado sob título “João Machado: As andanças de um bracaraense em terras asiáticas”, *Quatro Ventos*, 3.ª série, n.º 2, Braga, Junho de 2000, pp. 89-110. Publicado também em tradução inglesa, sob título “João Machado: the travail of a deportee in Asian lands”, in *From Biography to History, Essays in the History of Portuguese Asia*, New Delhi, 2005.

Artigo 7

Reformulação de comunicação apresentada ao *IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, em Lisboa, 1985, pub. *Studia*, Lisboa, 1989, n.º 49, pp. 315/340.

Artigo 8

Reformulação de comunicação apresentada ao *VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Macau 1991, publicada em *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, actas do respectivo seminário, Lisboa/Macau, 1993, pp. 511-530.

Artigo 9

Comunicação apresentada ao colóquio *Fernão Mendes Pinto e a projecção de Portugal no Mundo*, Braga, 2011, publicada em colectânea sob mesmo título, Braga, Centro de Estudos Lusíadas /Húmus, 2013, pp. 107-133.

Artigo 10

Texto introdutório ao catálogo da exposição *Rota do Cabo – Ligação de Mundos*, Braga, Universidade do Minho / Museu Nogueira da Silva, 16 de Dezembro de 1998 a 17 de Fevereiro de 1999.

Artigo 11

Versão refundida de várias intervenções: conferência sobre «Bartolomeu Dias e as Letras» (Sociedade de Independência de Portugal, em Lisboa, 1987), comunicação ao seminário *A viagem de Bartolomeu Dias e a problemática dos Descobrimentos* (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, 1988), pub. pela Universidade dos

Açores, 1989, pp. 145/158, comunicação intitulada «Os Descobrimentos e as Letras», apresentada em *Sessões Culturais de Viana do Castelo*, organizadas pela Academia de Marinha em 1991, publicada sob título “Os heróis do mar na época dos Descobrimentos”, Lisboa, Academia de Marinha, 1991, pp. 43-53.

Artigo 12

Introdução a edição em tradução castelhana da *História Trágico-Marítima* que não chegou a publicar-se, dado o projecto do volume ter abortado.

Artigo 13

Texto publicado na “Abertura” ao catálogo da exposição *Outro Mundo Novo Vimos*, organizada pela CNDP, Lisboa, Museu de Arte Antiga, 21 Jul – 4 Nov 2001, pp. 55-59.

Artigo 14

Comunicação apresentada ao Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal – *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento Entre o Ocidente e o Oriente* (Açores, Abril 1999), publicada nas *Actas do Congresso*, CNCDP / Universidade dos Açores, 2001, pp. 483-500.

Artigo 15

Comunicação apresentada aos XIV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, subordinado ao tema *India, the Portuguese and the Indian Ocean Societies: Echanges and Engagements*” (Nova Deli, Fevereiro de 2013), pub. sob título “Manuel Severim da Faria and the History of Portuguese India and Asian Cultures – Diffusion, preservation, and creation”, publicado nas respectivas *Actas*, New Delhi, Primus Books, 2019, vol. II, pp. 297-307.

Artigo 16

Extracto de capítulo, “Formas de expressão cultural”, pub. em *História dos portugueses no Extremo Oriente*, direcção e A.H. de Oliveira Marques, 2.º volume, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 343-420.

Artigo 17

Verbete, sob título “Camões e Diogo do Couto”, publicado no *Dicionário de Luís de Camões*, coord. de Vítor Aguiar e Silva, Editorial Caminho, 2011, pp. 134-140.

Artigo 18

Reformulação de conferência proferida sob título “Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico”, proferida na Academia

de Marinha, em 28 Março 2017, pub. *Memórias 2017*, Vol. XLVII, Lisboa, Academia de Marinha, 2018, pp. 157-170.

Artigo 19

Versão reformulada de dois textos: “As Vozes da Índia *nas* Décadas da Ásia de Diogo do Couto” pub. *Oceanos*, da CMCDP, n.ºs 19/20 – Setembro/Dezembro 1994, pp. 182-188 e “A ‘crónica da Índia’ de Diogo do Couto”, Actas do VII Seminário Internacional de História Indo Portuguesa, in *Mare Liberum*, n.º 9, Junho de 1995, pp. 383-393.

Artigo 20

Reformação de comunicação apresentada ao colóquio internacional *Diogo do Couto – história e intervenção política de um escritor polémico* (ANTT, Dezembro, 2016), pub. sob mesmo título, coord. Rui Manuel Loureiro e M. Augusta Lima Cruz, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2019, pp. 97-115.

Apêndice 2. Siglas

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ARSJ	Arquivo Romano da Sociedade de Jesus
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CC	Corpo Cronológico (coleção do ANTT) citado por parte-maço-documento
CHAM	Centro de Humanidades, Universidade NOVA de Lisboa Universidade dos Açores
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
DSEJ	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
GTMECDP	Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
IN-CM	Imprensa Nacional-Casa da Moeda
ISMAT	Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
JNICT	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
Lab2PT	Laboratório de Paisagens, Património e Território, Universidade do Minho; PURL Biblioteca digital da BNP
ROT	Régia Oficina Tipográfica
SIHM	<i>Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc</i> (SIHM), Première série – Dynastie Saʿdienne – Archives et Bibliothèques de Portugal, Paris, Paul Geuthner, 1934-1953 (5 volumes)

Os vinte ensaios contemplados nesta obra inscrevem-se num arco cronológico que vai do século XVI ao último quartel do século XVIII. Têm como pano de fundo o Norte de África (Marrocos) e o longínquo Oriente asiático, duas áreas do império colonial português que, sendo bem distintas, tinham em comum o facto de serem consideradas “terras de conquista”.

No primeiro destes contextos, os temas abordados vão desde as estratégias de ocupação, através do estudo de caso de um agente de mediação e controle das populações autóctones, até à reflexão em torno do sonho imperial de conquista de Marrocos que persistiu até Alcácer Quibir, passando pela análise de grupos sociais (moradores/as) e do respectivo contributo para a formação e fixação de sociedades portuguesas nos lugares conquistados.

Já no respeitante à Ásia, e partindo do colectivo para o individual, rastreiam-se percursos ou histórias de vidas, na sua maioria de personagens marginalizadas, cujos destinos passaram os limites do império oriental levando-os a movimentarem-se nas suas margens.

Em contrapartida, foi a constante mobilidade verificada dentro do espaço ultramarino que suscitou a inclusão de alguns estudos onde os protagonistas foram os heróis e as vítimas da vertente naval da expansão portuguesa.

Outra das áreas temáticas abordadas no presente volume centra-se nas configurações da cronística do império e seus epígonos no Extremo Oriente.

Finalmente, num bloco de quatro artigos inteiramente dedicado a Diogo do Couto, faz-se um ponto de situação sobre a vida e produção literária deste escritor.

ISBN 978-989-755-979-2



9 789897 559792



Instituto Confúcio
Universidade do Minho
孔院 奥大 大学 孔子 学院

